50

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

Horizontes Antropológicos

Políticas de inclusão

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Rui Vicente Oppermann

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretora: Claudia Wasserman

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Coordenadora: Patrice Schuch

Editor Honorário
Sérgio Alves Teixeira

Editor-Chefe
Ruben George Oliven

Editores
Ari Pedro Oro
Arlei Sander Damo
Fernanda Cruz Rifiotis

Conselho Editorial
Alejandro Frigerio – Universidad Católica Argentina (Argentina)
Alejandro Grimson – Universidad Nacional de San Martín (Argentina)
Carlos Alberto Steil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Christian Bromberger – Université d'Aix-Marseille (França)
Claudia Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Claudio Lomnitz – Columbia University (Estados Unidos)
Cornelia Eckert – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Cristiana Bastos – Universidade de Lisboa (Portugal)
Daniel Miller – University College London (Reino Unido)
Enzo Pace – Università degli Studi di Padova (Itália)
Gustavo Lins Ribeiro – Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (México)
Joan Pujadas – Universitat Rovira i Virgili (Espanha)
João Biehl – Princeton University (Estados Unidos)
João Leal – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Lilia Schwarcz – Universidade de São Paulo (Brasil)
Manuela Carneiro da Cunha – University of Chicago (Estados Unidos)
Marc Abélès – École des Hautes Études en Sciences Sociales (França)
Maria Filomena Gregori – Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
Mariza Peirano – Universidade de Brasília (Brasil)
Michael Herzfeld – Harvard University (Estados Unidos)
Miriam Pillar Grossi – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
Néstor García Canclini – Universidad Autónoma Mexicana (México)
Otávio Velho – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)
Paula Montero – Universidade de São Paulo (Brasil)
Pedro Ignácio Schmitz – Instituto Anchietano de Pesquisas (Brasil)
Sergio Visacovsky – Instituto de Desarollo Económico y Social (Argentina)
Setha Low – City University of New York (Estados Unidos)
Sherry Ortner – University of California Los Angeles (Estados Unidos)
Sonnia Romero – Universidad de la República (Uruguai)
Tim Ingold – University of Aberdeen (Reino Unido)

Linha Editorial

Horizontes Antropológicos é um periódico quadrimestral, publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seus números são temáticos, abertos à pluralidade de interpretações e de temas que possam interessar à antropologia para a compreensão dos fenômenos socioculturais. Cada número também contempla uma seção denominada Espaço Aberto voltada para trabalhos que não estejam diretamente relacionados com o tema. Os artigos são inéditos e podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês. Seu campo de interesse compreende temas relacionados com a antropologia, arqueologia e áreas afins. Como norma geral, os artigos devem ser apresentados para avaliação prévia dos editores e submetidos a pareceristas externos. Entretanto, em caráter excepcional, podem ser convidados a contribuir para um dado número autores que tenham notório reconhecimento entre seus pares quanto ao domínio do tema em pauta.

ano 24
número 50
janeiro/abril 2018

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

Horizontes Antropológicos

50 | Políticas de inclusão

número organizado por

Patrice Schuch
Ceres Gomes Víctora
Sergio Baptista da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, ano 24, n. 50, jan./abr. 2018

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 24, n. 50, jan./abr. 2018

Expediente:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500
91509-900 – Porto Alegre – RS – Brasil
Tel./Fax: (51) 3308-6638
E-mail: horizontes@ufrgs.br
Site: http://www.ufrgs.br/ppgas/ha

Capa:

Projeto gráfico e confecção: Carla Luzzatto

Ilustração: Jaider Esbell (1979), *As máscaras xamânicas estão voltando*, 2017, desenho com pincéis posca sobre papel, 27 × 42 cm. Coleção Sergio Baptista da Silva.

Projeto gráfico do miolo, revisão e editoração eletrônica: Trema Assessoria Editorial

Este número é publicado com o suporte financeiro do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos da Pró-Reitoria de Pesquisa – UFRGS e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Catalogação: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades / UFRGS
Bibliotecário: Maycke Young de Lima – CRB 10/1920

Horizontes Antropológicos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. – Vol. 1, n. 1 (1995)-. – Porto Alegre : UFRGS.IFCH, 2009. – Quadrimestral. Continua: Cadernos de Antropologia. – ISSN 0104-7183 (impresso), ISSN 1806-9983 (on-line).

1. Antropologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-graduação em Antropologia Social*.

Horizontes Antropológicos está indexada em:

International Bibliography of the Sciences
Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC
OpenEdition Journals
ProQuest Social Science Journals
Scientific Eletronic Library Online – SciELO
SCOPUS
Social Compass
Web of Science (via SciELO Citation Index)

Aquisição: assinatura, compra e permuta.

Sumário | Summary

Apresentação | Introduction

7 As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico
The politics of inclusion as a problem of anthropological engagement
Patrice Schuch; Ceres Gomes Víctora; Sergio Baptista da Silva

Artigos | Articles

25 "Estados imaginados" e novas virtudes: notas sobre a construção das políticas de transparência e combate à corrupção
"Imagined States" and new virtues: notes on the construction of transparency policies and the battle against corruption
Simone Magalhães Brito

53 Políticas em movimento: instituições, *ações* de estado e servidores públicos indígenas na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind/AM)
Policies in movement: institutions, state and indigenous officials at the Amazonas' Bureau for Indigenous people, Brazil
Tiemi Kayamori Lobato

83 Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná
Organize words, fabricate subjects: understandings on inclusive education in the state of Paraná
Fagner Carniel

117 “O projeto já chegou até nós pronto e não podemos mudar muita coisa!”: a metodologia participativa do PAC e a atuação das lideranças comunitárias no projeto de (re)urbanização de uma favela do Rio de Janeiro

“The project has already come to us ready and we can not change much!”: the participatory methodology of the PAC and the role of community leaders in the (re) urbanization project of a favela in Rio de Janeiro

Juliana Blasi Cunha

145 Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ)

Paradoxes of formalization: the social inclusion of recyclable materials collectors from the case of closing Jardim Gramacho’s garbage dump (RJ)

Maria Raquel Passos Lima

181 As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai

The weapons of the weak: identity strategies, tactics and impact on the dynamics of health access in the Brazil/Paraguay border

Valdir Aragão Nascimento; Sônia Maria Oliveira de Andrade

215 Garantia de direitos e burocracias estatais: mediadores universitários, protagonistas quilombolas e a tradição em disputa

Access to rights and the state bureaucracy: academic mediators, quilombola protagonism and tradition in dispute

Luiza Aragon Ovalle; Yolanda Gaffrée Ribeiro

243 Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo

Between threat and protection: categories, practices and effects of an inclusion policy in Crackland, São Paulo

Marina Mattar Soukef Nasser

271 Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular

Ethnography of a public policy: social control through community mobilization

Claudia Fonseca; Lucia Mury Scalco; Helisa Canfield de Castro

305 Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG

Social inclusion policies and relations with difference: considerations about potentialities, transformations and limits in the UFG access and permanence practices

Alexandre Ferraz Herbetta

335 A emergência e evanescência da nova classe média brasileira

The emergence and evanescence of Brazil's new middle class

Moisés Kopper; Arlei Sander Damo

Espaço Aberto | Open Space

377 Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho

Affirmative action in higher education and indigenous peoples in Brazil: a trajectory

Antonio Carlos de Souza Lima

449 Arte – antropologia – arte: sobre as capas da revista *Horizontes Antropológicos*

Art – anthropology – art: the covers of the *Horizontes Antropológicos* magazine

Paula Ramos

Resenhas | Book Reviews

483 VERDUM, Ricardo. *Povos indígenas, meio ambiente e políticas públicas*: uma visão a partir do orçamento indigenista federal

Lucas Gonçalves Brito

489 TRIGO, Eugenia. *De la motricidad humana al paradigma vida*

Franklin Castillo Retamal

493 COLLINS, John F. *Revolt of the saints*: memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy

Ion Fernández de las Heras

497 GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; RIOS, Roger Raupp (Org.). *Homossexualidade e direitos sexuais*: reflexões a partir da decisão do STF

Rafael de Oliveira Luna

501 NAKAMURA, Eunice. *Depressão na infância*: uma abordagem antropológica

Flávia Ferreira Pires

507 MARQUES, Roberto. *Cariri eletrônico*: paisagens sonoras no Nordeste

Ramon Reis

513 CORDOVIL, Daniela (Org.). *Religião, gênero e poder*: estudos amazônicos

Hermes de Sousa Veras

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100001

As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico

The politics of inclusion as a problem of anthropological engagement

Patrice Schuch*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
patrice.schuch@gmail.com

Ceres Gomes Víctora**

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
ceresvictora@gmail.com

Sergio Baptista da Silva***

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
sergiobaptistadasilva@gmail.com

A temática deste número de *Horizontes Antropológicos* – "Políticas de inclusão" – comemora a edição do número 50 da revista e reúne trabalhos que analisam, predominantemente a partir dos referenciais da antropologia social, um conjunto heterogêneo de programas, projetos e ações dirigidos a inscrever determinadas pessoas e populações como alvos de atenção e de políticas públicas. Trata-se de uma temática cuja relevância acadêmica e política no Brasil cresceu a partir do processo de redemocratização social e política, ocorrido ao longo dos anos 1980. No bojo desse processo, novas ênfases de engajamento e pesquisa etnográfica surgiram no país, como os campos dedicados à análise da política, do direito, da ciência, bem como outros mais clássicos foram revigorados a partir de um conjunto original de reflexões que abarcou a agência política de populações tradicionais brasileiras, como indígenas e quilombolas, na luta por seus direitos. Nesse caminho, renovaram-se as reflexões sobre o próprio fazer antropológico, seus desafios, práticas e políticas, bem como suas formas de engajamento no espaço público na abertura de espaços menos marcados por relações de poder.

Percebe-se a transversalidade da temática, que perpassa os "campos" mais sólidos de conhecimento antropológico e dialoga com outras disciplinas, como a ciência política, a sociologia, o direito e as políticas públicas. Embora uma perspectiva transversal seja imprescindível, este dossiê convida a um olhar mais específico sobre o tema e propõe uma reflexão sobre a pertinência dessa problemática na análise antropológica e a partir da relação com os debates promovidos por outras disciplinas. Acreditamos que é bem-vinda a agregação de trabalhos que têm por fim discutir, através de pesquisas empíricas, os pressupostos, os modos de funcionamento, os saberes, as rotinas, as experiências e os efeitos das políticas de inclusão constituídas no Brasil, em perspectiva etnográfica ou comparativa, realizadas principalmente (mas não exclusivamente) após recente período de restauração democrática. Ainda que não tenhamos a intenção de homogeneizar processos que são, por suas características, eminentemente heterogêneos – como bem mostrarão os artigos a seguir – é nossa aposta que vale a pena perguntar: afinal, após mais de 30 anos de políticas que se pretendem "inclusivas" no Brasil, quais seus sentidos, mecanismos e formas de ação, bem como seus efeitos na vida social e política? E também: quais as maneiras com que a antropologia, em colaboração com outras ciências sociais, engaja-se nesse debate e eventualmente dinamiza suas posições metodológicas, conceituais e políticas?

Em termos gerais, é possível identificar alguns trabalhos já publicados no Brasil que dialogam com a ideia deste dossiê, os quais não se dirigem propriamente ao estudo das "políticas de inclusão", mas intersectam com a nossa proposta de maneira substantiva. Há um texto que avalia a área temática da antropologia da administração e da governança no Brasil, escrito por Teixeira e Souza Lima (2010), em coletânea editada pela Anpocs. Existe também o "Dossiê Fazendo Estado", publicado na *Revista de Antropologia* da USP, em 2012, organizado por Souza Lima (2012), que conclama ao estudo do Estado a partir das práticas e políticas de governo. Em 2015, foi publicado um artigo na *Revista Anthropológicas*, escrito por Souza Lima e Macedo e Castro (2015), que diagnostica que o tema das políticas públicas não tem gozado de grande prestígio na hierarquia dos objetos de pesquisa no Brasil. Os autores também propõem uma leitura das categorias analíticas das disciplinas mais próximas ao campo de estudo das políticas públicas, contrastando-as com as categorias metodológicas e analíticas da antropologia. Não por acaso, a seção Espaço Aberto deste número possui um artigo escrito por Antonio Carlos de Souza Lima, a convite dos editores, detalhando as abordagens analíticas por ele utilizadas e os desafios nessa área de estudos.

Intersectando com a temática desse dossiê, destacamos ainda a coletânea organizada por Fonseca e Machado (2015) acerca da relação entre ciência, identificação e tecnologias de governo. A coletânea reúne artigos com objetivo de problematizar a interseção entre subjetividades, configurações de cidadania, controle estatal das populações e práticas de governo. Nessa direção, existe também o número temático sobre "Tecnologias de governo: etnografia de práticas e políticas", publicado em *Horizontes Antropológicos*, em 2016, organizado por Fonseca, Jardim, Schuch e Machado (Fonseca et al., 2016), o qual convida à pesquisa acerca das práticas e engrenagens das formas de intervenção destinadas a guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular os sujeitos, populações e problemáticas. É relevante referir, entretanto, que há um conjunto mais amplo e profícuo de outros artigos e capítulos de livros que, embora não reunidos a partir de coletâneas ou dossiês sobre temas determinados ou mesmo dirigidos ao debate em torno das "políticas de inclusão", são inspirações relevantes para a efetivação deste dossiê, na medida em que propõem análises etnográficas sobre programas e projetos de intervenção social cuja justificativa-mor é a "inclusão" de sujeitos e populações no âmbito do governo.

Seguindo tais inspirações, mas apostando na riqueza de uma abordagem mais específica sobre "políticas de inclusão", apresentamos este dossiê dirigido à análise de programas e projetos destinados a "incluir" e inscrever determinados sujeitos e populações como alvos de atenção e de políticas públicas. Considerando as obras já existentes, bem como a proposta de debate aqui formulada, é possível identificar três frentes de engajamento possíveis e que, propomos, constituem oportunidades de adensamento de reflexões sobre o assunto: a primeira, que diz respeito às *formas de "fazer" o Estado e as políticas públicas*; a segunda, que se refere aos *modos e sentidos da mobilização política de sujeitos e populações*; e, por fim, a terceira, que se interessa em debater os *efeitos das práticas e políticas de inclusão*. A potência das etnografias das formas de mobilização política, das configurações das burocracias e economias morais envolvidas na promoção e implantação de projetos e programas de inclusão, bem como dos estudos sobre os efeitos das práticas e políticas de inclusão, faz perceber que não é possível dissociar completamente tais frentes de debate. Entretanto, para fins de circunscrição da temática é válida a diferenciação, pensada, portanto, apenas na relação com conjuntos de debates mais específicos sobre o assunto, os quais revelam a potência do estudo desse tema.

A ênfase analítica nas *formas de "fazer" o Estado e as políticas públicas* leva a interrogações etnográficas sobre como se dá a sua constituição contínua através de programas e projetos, da heterogeneidade do funcionamento de burocracias e das economias morais que lhes sustentam. Também se incluem as análises que focalizam as técnicas, saberes, categorias e agentes mediadores que possibilitam a existência cotidiana de práticas, infraestruturas, aparatos e rotinas governamentais e não governamentais. Essas, muitas vezes, extrapolam os domínios nacionais propriamente ditos através das ênfases no "desenvolvimento", governança e cooperação internacional, o que impõe novos desafios à prática de pesquisa (Ferguson, 1994; Gupta, 2012; Gupta; Ferguson, 1992; Sharma; Gupta, 2006; Trouillot, 2001).

Nesse âmbito, a literatura antropológica, ao adentrar o domínio dos estudos sobre o Estado – classicamente atribuído ao campo da ciência política e da sociologia – tem contribuído para mostrar o quanto é imprecisa a noção de um Estado transcendente e homogêneo (Das; Poole, 2004; Gupta, 2012; Herzfeld, 1992; Sharma; Gupta, 2006; Souza Lima, 2012) e como tecnologias, dispositivos, burocracias, tempos e espaços produzem o "efeito Estado"

(Mitchell, 1999) na sua transcendência e completude. Entender a produção do Estado é, pois, compreender simultaneamente suas infraestruturas de governo e suas narrativas soberanas (Gupta, 2012), a produção de representações sobre Estado e produção de práticas de governo em interações cotidianas entre agentes, tecnologias, expertises (Fonseca et al., 2016; Sharma; Gupta, 2006; Souza Lima, 2012).

Por sua vez, a vertente que privilegia os *modos e sentidos da mobilização política de sujeitos e populações* traz para o centro do debate as experiências e usos das políticas de inclusão pelos sujeitos e populações atingidas e a transformação de ideários e programas através das práticas de sua existência. Além de evidenciar que as já denominadas "margens" do Estado o coproduzem ativamente (Das; Poole, 2004; Schuch, 2015), essa frente de debates coloca interrogações importantes acerca de perspectivas transcendentes e centralizadoras sobre o funcionamento do poder. Lembramos aqui da clássica abordagem acerca do poder político, desenvolvida por Pierre Clastres e publicada em 1974 no livro *A sociedade contra o Estado*, a partir de seus estudos sobre sociedades indígenas na América do Sul. Ao compreender as práticas de evitação (e não falta) do Estado nas sociedades ameríndias como recusa à centralização e transcendência do poder, o autor abre caminhos originais na problematização das formas de constituição do poder político para além do Estado. A atualidade da obra de Clastres (1974) se revela neste dossiê, acreditamos, nas possibilidades de pensar dinâmicas de inclusão política de sujeitos e populações que podem trabalhar simultaneamente *a partir*, *contra* e *para além* do próprio Estado.

Essa segunda perspectiva analítica também dialoga com os trabalhos mais clássicos provenientes do campo de estudos sobre políticas públicas. Tal como bem colocado pelo antropólogo Cris Shore (2010), a produção e implementação de políticas públicas é uma atividade sociocultural por excelência, profundamente imersa em processos sociais cotidianos e nos mundos de sentido dos agentes envolvidos, os quais têm posições e disposições variadas. Para o autor, isso significa que a análise das políticas públicas implica dar sentido ao conhecimento tácito e às múltiplas interpretações e definições dos atores envolvidos, que algumas vezes podem estar em conflito (Shore, 2010). Segundo Shore (2010), esse entendimento de políticas inclui analiticamente a experiência das pessoas envolvidas – o que é um ponto relevante nos trabalhos que dialogam com agentes de intervenção e

acadêmicos da área das políticas públicas e desenvolvimento, também referido por Biehl e Petryna (2013) em coletânea sobre o assunto. A percepção de que as políticas são perpassadas por valores, mediações e ambiguidades em seu processo de efetivação produz uma série de rupturas com os modos como usualmente a literatura da área tratou o assunto, que Shore (2010) sintetiza nas visões: *positivista* (que associa o trabalho de produção de políticas somente às elites governamentais e restringe a análise das políticas em torno das questões sobre como governam os governantes); *clínica* (que percebe as políticas a partir de uma aproximação clínica, isolando-as das práticas sociais); e *linear* (que analisa as políticas a partir de uma ênfase numa cadeia lógica de eventos que inicia na formulação e chega até a recepção dessas políticas pelos "usuários").

Por fim, a vertente analítica que enfatiza os *efeitos das práticas e políticas de inclusão* interessa-se em compreender os efeitos heterogêneos das políticas de inclusão na constituição de novas categorias, saberes, moralidades e tecnologias de gestão da vida de indivíduos e coletivos. Nesse âmbito, acreditamos que a discussão mais relevante e provocativa é, efetivamente, em torno dos sentidos atribuídos à "inclusão". Em sua obra clássica *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*, Giorgio Agamben (2002) leva adiante as discussões formuladas por Michel Foucault sobre biopolítica e disserta sobre uma figura do direito romano arcaico – o "homo sacer"/vida nua – considerado uma vida matável, mas não sacrificável. Explica Agamben (2002) que o "homo sacer" era uma figura humana que estava *incluída* no ordenamento político unicamente a partir de sua *exclusão*.

A argumentação do autor é longa e complexa, ao afirmar a implicação da vida nua na esfera política, a qual constituiria o núcleo originário (embora oculto) do poder soberano. Para ele, a estrutura da exceção – uma forma externa de relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão – seria consubstancial à política ocidental. Embora o argumento seja constituído a partir dos diálogos da filosofia política e alguns antropólogos já tenham destacado sua falta de precisão histórica e ampla generalidade argumentativa (Das; Poole, 2004; Ong; Collier, 2005), acreditamos que as suas interrogações acerca do dinamismo entre *inclusão-exclusão* podem ser pertinentes à análise antropológica das políticas de inclusão – e inclusive acerca dos seus próprios sentidos.

Em texto sobre a problemática da *inclusão-exclusão*, a cientista política Celi Pinto salienta que essa problemática apresenta uma dupla natureza: trata-se tanto do que chama de pseudocategorias sociológicas convenientemente utilizadas a partir da década de 1990 por políticos e interventores, como se trata de duas noções explicativas das formas de constituição de relações de poder, na proposta analítica de Michel Foucault. Para a autora, a partir dos anos 1990 a noção de "exclusão" substituiu, com vantagens, uma série de outras denominações de agentes sociais que estavam marcados, ao longo da história, por lutas, por oposições, por relações de poder perversas. Para ela, há duas consequências desse processo:

> [...] a primeira é que o excluído perde sua unidade corpórea. Todos podem ser excluídos de alguma situação e incluídos em outra, não existe alguém completamente incluído ou completamente excluído; a segunda consequência relaciona-se ao fato de o excluído não ter seu contraditório, sua oposição, seu antagônico: o proletariado não objetiva ser burguês, daí a possibilidade da relação antagônica; o excluído não se antagoniza com o incluído, ao contrário, luta para se tomar um deles. (Pinto, 1999, p. 34).

Para a autora, o binômio *inclusão-exclusão* teria o poder de obscurecer determinadas contradições e dificultar sua expressão e até mesmo impedir sua constituição. Não obstante, a partir das reflexões sobre o processo de *inclusão-exclusão* seria possível compreender as formas de exercício do poder político. Nessa direção, a autora chama a atenção para a potência da análise das questões específicas da exclusão e da inclusão como noções explicativas das formas de exercício de poder, ao que Pinto (1999) atribui genealogicamente as influências do filósofo Michel Foucault.

Para além das contribuições mais específicas sobre a constituição do Estado como resultado das práticas de governo e da superação de uma analítica do poder concentrada nas suas atribuições repressivas, Foucault (1999) analisa os processos de exclusão e inclusão dos indivíduos através de medidas tomadas na Idade Média em relação aos leprosos e aos doentes da peste. Contrasta o "modelo da exclusão" dos leprosos na Idade Média – que separava e desqualificava jurídica e politicamente os sujeitos com lepra dos demais sujeitos – com o "modelo da inclusão", dirigido aos portadores da peste, que trabalhava com o

controle a partir do conhecimento e do exame. O autor analisa as dinâmicas da *inclusão-exclusão* como formas de acesso aos mecanismos, estratégias e tecnologias de poder. Salienta, também, que a partir do século XVIII cresce a importância das formas de exercício de poder baseadas no modelo da "inclusão", que passa a conviver com as formas do modelo da "exclusão", as quais não desaparecem. Demonstrando a riqueza da atenção para formas de exercício de poder que se realizam através de outros elementos que não as estratégias repressivas, o autor contribui para dinamizar as análises sobre os sentidos das "políticas da inclusão" e suas ambiguidades.

Nessa direção, estudos mais recentes sobre biopolítica desenvolvem os argumentos foucaultianos em outros rumos. Akhil Gupta (2012), por exemplo, escreveu sobre as políticas de desenvolvimento na Índia e interrogou-se: como é possível a grave permanência de pobreza, e seus efeitos de má nutrição e índices surpreendentes de mortalidade, mesmo que haja uma profusão de programas e projetos de "inclusão" e de "desenvolvimento" no país? Destacando a importância da análise das "infraestruturas" de governo e os efeitos não apenas de produção da indiferença (Herzfeld, 1992), mas de contingência e arbitrariedade nas ações burocráticas, Gupta (2012) persegue as análises de Kleinman, Das e Lock (1997) ao referir que muitas vezes as políticas podem não apenas não resolver determinados problemas considerados importantes, mas também agravar o próprio sofrimento dos atingidos. Também nesse trabalho o sentido de "inclusão" é, eminentemente, ambíguo e dinâmico, o que acresce sua importância como tema de debate e engajamento antropológico.

Analisadas em conjunto, é possível referir que em todas as três frentes de abordagens sobre o tema enfatizadas aqui os sentidos associados à "inclusão" não são unívocos ou mesmo fixos. Isso implica que o espaço da heterogeneidade de sentidos, de técnicas e tecnologias, rotinas e infraestruturas cotidianas de sua realização, bem como de agentes, formas de mobilização e de luta política, se torna aberto para análises que problematizam molduras mais fixas ou transcendentes sobre o estudo do Estado e das políticas. E aqui se revela a potência da velha e boa etnografia, na medida em que nos parece que é nas dinâmicas das práticas, mediações e contingências que podemos encontrar os sentidos efetivos da "inclusão" – e não em cartilhas políticas dos projetos de intervenção ou simplesmente nos conceitos abstratos e, muitas vezes, transcendentes às próprias práticas, dos livros acadêmicos.

Políticas de inclusão: olhares a partir das dinâmicas das práticas

É nesse sentido que apresentamos os textos que compõem este dossiê, os quais não se propõem a qualquer olhar generalizante acerca das "políticas de inclusão", mas apostam na relevância de uma análise mais específica sobre práticas, formas de ação e valores associados à "inclusão".

Um primeiro conjunto de textos dedica-se à compreensão das formas de "fazer" o Estado e as políticas públicas. No texto "'Estados imaginados' e novas virtudes: notas sobre a construção das políticas de transparência e combate à corrupção", Simone Magalhães Brito apresenta sua pesquisa de campo realizada em dois órgãos de controle, um estadual e outro federal, destacando a economia moral da auditoria pública e as práticas de produção de transparência por parte do Estado. Os (des)encontros com os diferentes agentes do órgão estadual descritos no primeiro caso etnográfico indicam que a produção da transparência, longe de se materializar em práticas e rotinas de revelação, aproxima-se mais de um jogo de sombras e de produção de opacidades. Já na Controladoria Geral da União, o segundo caso pesquisado, as portas abertas, as longas entrevistas e aparente apresentação desproblematizada das rotinas e os sistemas por parte dos funcionários desvelam outras nuances do devir de um Estado aberto e transparente. As análises de Brito sugerem, em consonância com literatura socioantropológica sobre o Estado e suas rotinas, a "construção da transparência como um projeto marcado por tensões e níveis distintos que se articulam no cotidiano das atividades burocráticas".

No artigo de Tiemi Kayamori Lobato, intitulado "Políticas em movimento: instituições, *ações* de estado e servidores públicos indígenas na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind/AM)", tem-se a descrição e análise da formação, constituição, funcionamento e extinção de uma instituição da administração pública brasileira, desde sua fundação, em 2009, até seu término, em 2015. A autora explora e discute as práticas e experiências de agentes estatais, indígenas e não indígenas, nas formas de "fazer" estado e políticas públicas voltadas ao atendimento de suas reivindicações, refletindo, em última instância, sobre suas presenças em entidades estatais onde "'indígenas' e 'estado' são colocados a existir juntos".

Fagner Carniel, por sua vez, em "Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná", analisa a construção da política

educacional para pessoas surdas, levando em conta sua participação como técnico na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e a interlocução que manteve com profissional dessa secretaria, cujo envolvimento com a gestão pública de inclusão educacional foi intenso e ativo ao longo de quase uma década. Nesse sentido, o texto discute o projeto institucional que tinha como objetivo incluir no ensino básico pessoas surdas, em categorias estáveis e passíveis de inclusão através da nomeação e normatização desses sujeitos.

Como uma segunda frente de abordagem do tema, temos os artigos mais diretamente vinculados aos modos e sentidos da mobilização política de sujeitos e populações. O artigo de Juliana Blasi Cunha analisa o caso do projeto de reurbanização de favelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tomando o caso etnográfico da criação do Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, no Rio de Janeiro. Contextualizando as políticas habitacionais no Brasil, a autora recorda a orientação "de cima pra baixo" que marcava projetos de reurbanização no passado, contrastando com o PAC-Favelas no qual a gestão participativa é condição necessária e determinante para a realização de obras físicas. O título do artigo "'O projeto já chegou até nós pronto e não podemos mudar muita coisa!'", parafraseando um líder local em uma das reuniões entre técnicos e moradores, entretanto, já denuncia o tipo de inclusão que ocorreu na prática quando da implementação do projeto, que acabou privilegiando as dimensões técnicas – alargamento de ruas, acessibilidade e adensamento do espaço urbano – desconsiderando saberes locais e formas de classificação do espaço por parte dos moradores. A pesquisa etnográfica desenvolvida revela as tensões entre a imagem de um território integrado, coeso e uniforme concebido pelo PAC e a percepção dos moradores que se mantêm fiéis aos ordenamentos originais das duas favelas, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. O artigo apresenta uma reflexão sobre a agência dos líderes e moradores da favela que, mesmo diante da participação protocolar que lhes é requerida nas reuniões com os técnicos do PAC, buscam na prática cotidiana alternativas para inclusão de demandas e objetivos próprios. Recusando a tentação de homogeneizar o "nós" (as lideranças) e o "eles" (o Estado), o artigo conclui chamando atenção para as múltiplas lógicas presentes no processo de negociação nesse projeto de intervenção urbana.

Maria Raquel Passos Lima, no artigo "Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro

de Jardim Gramacho (RJ)", discute a interrupção definitiva das atividades do aterro de resíduos da localidade, chamando atenção para as contradições e paradoxos verificados no decorrer do processo. Apresenta inicialmente um histórico da emergência e inclusão da categoria "catador de materiais recicláveis" na Classificação Brasileira de Ocupações em 2002 e as decorrentes regulamentação profissional e inserção da categoria em políticas públicas de incentivo a cooperativas. Essa transmutação social "representaria a conversão da população de catadores de uma situação de marginalização e vulnerabilidade para a de inclusão social e cidadania através do trabalho em empreendimentos coletivos autogestionários". Um dos maiores da América Latina, o aterro de Jardim Gramacho estava funcionando há 34 anos à época da pesquisa, com impactos de ordem social, ambiental e urbanística muito significativos na região. Diante de um contexto tão complexo, Lima destaca a diversidade que caracteriza as economias da reciclagem, assim como os pertencimentos, posicionamentos e perspectivas dos catadores diante das disputas e negociações que se deram no processo de desativação do aterro. Com recursos municipais que tinham como objetivo garantir a "inclusão social" através da geração de alternativas de trabalho e renda aos catadores, o projeto previa o pagamento de indenização aos trabalhadores do local e a construção de um polo de reciclagem para as cooperativas da região. A autora destaca na conclusão alguns dos paradoxos desse tipo de empreendimento, que, no caso analisado, resultou em uma série de desvantagens para a população, entre eles o desemprego da maioria que não foi absorvida pelas cooperativas do novo polo, além da degradação do bairro onde nunca foram realizadas as obras previstas de construção de casas, serviços de água, saneamento e segurança.

A partir de pesquisa desenvolvida na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, Valdir Aragão Nascimento e Sônia Maria Oliveira de Andrade discutem as táticas e as estratégias usadas por paraguaios para acessar os serviços do Sistema Único de Saúde brasileiro em Ponta Porã (MS). Em seu artigo "As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai", Nascimento e Andrade questionam a ideia simplista de que o uso por parte dos estrangeiros dos serviços de saúde no Brasil "onera irremediavelmente o sistema de saúde na fronteira". Sugerem, como contraponto, que existe, antes de tudo, um problema maior que diz respeito à ausência de políticas cooperativas e/ou de integração coerentes com as

dinâmicas da fronteira. Para eles, é precisamente a falta de políticas de inclusão mais compreensivas que motiva o emprego de táticas por parte de estrangeiros para terem acesso aos recursos públicos de saúde no Brasil. Destaca-se, entre elas, o acionamento de redes de relações para obtenção por empréstimo de documentos de residência ou de declaração assinada por morador brasileiro atestando que o portador reside com o declarante para que possa ser usado o serviço do SUS. As entrevistas realizadas dos dois lados da fronteira, longe de serem unânimes, revelam uma multiplicidade de opiniões por parte de brasileiros e paraguaios que indicam que, para além das nacionalidades, o que está em jogo para os fronteiriços são valores, moralidades e identidades sociais.

Em "Garantia de direitos e burocracias estatais: mediadores universitários, protagonistas quilombolas e a tradição em disputa", Luiza Aragon Ovalle e Yolanda Gaffrée Ribeiro, ao trazer à luz e ao debate questões decorrentes da redação conjunta de um projeto por antropólogas e moradores do Quilombo da Sacopã, discutem o papel de mediadores na captação, no direcionamento de recursos para essa comunidade e na articulação de diferentes campos de conhecimento, visando a construção de um espaço dialógico entre saberes distintos e a produção de tecnologias sociais, perseguindo a concretização de direitos de cidadania. Ao longo de seu artigo, as autoras etnografam a interlocução entre elas próprias e os quilombolas, no transcurso dos encontros para planejar, pensar e redigir os dois projetos em questão – um para a Delegação da União Europeia no Brasil, outro para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, refletem sobre os papéis dos vários atores envolvidos nesses processos, especialmente o desempenhado por antropólogos, e discutem o acesso à burocracia a partir de desigualdades sociais, o que pressupõe a hierarquização profunda entre saberes locais e campos de conhecimento disciplinares.

Por fim, o terceiro conjunto de textos reúne trabalhos que se interessam em discutir os efeitos das práticas e políticas de inclusão. Em seu artigo "Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo" Marina Mattar Soukef Nasser analisa as práticas e categorias acionadas pelos agentes da intervenção ao selecionar pessoas com um perfil predefinido que as torna elegíveis a um programa de assistência social e de saúde destinado a habitantes e frequentadores daquele local. A partir do acompanhamento do caso de uma jovem *não* incluída no programa, a autora discute a produção de territorialidades, espaços e corpos verificados no

processo de intervenção estatal. O plano de ação envolvia, ao mesmo tempo, a retirada dos barracos e limpeza (literal e figurativa) da Cracolândia e a mobilização de recursos para moradia, trabalho, assistência social e de saúde para um total de 150 usuários de crack que circulavam na região. Entretanto, várias pessoas, por diferentes razões, não se enquadravam no perfil, tendo sido atingidas somente pelo empreendimento de limpeza do local. Entre eles, Raísa, que apesar de viver na rua há 16 anos, não poderia ser incluída por não se enquadrar no perfil alvo da atuação do projeto, paradoxalmente chamada de "De Braços Abertos". Braços que para ela – por *não* ser mais usuária de crack, porque *não* estava grávida, *nem* tinha filhos pequenos – estavam fechados. Ofereceram-lhe outras alternativas assistenciais, no entanto, seu "conhecimento prático relacionado a vivências do passado" indicava serem elas pouco adequadas para suas dinâmicas de vida. A autora destaca que o caso em questão aponta para os efeitos do entrelaçamento das "políticas de inclusão [...] com formas de gestão dos espaços e populações urbanas".

O artigo de Claudia Fonseca, Lucia Mury Scalco e Helisa Canfield de Castro intitula-se "Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular" e tem como foco "os efeitos de um programa social voltado para a distribuição de alimentos entre pessoas consideradas em situação de insegurança alimentar no âmbito do Programa Fome Zero (PFZ) no Brasil", mais particularmente as dinâmicas do programa de "Compra com Doação Simultânea" (CDS). A partir de dois estudos de caso e de uma etnografia da infraestrutura com vistas a compreender a organização e funcionamento do próprio programa social, as autoras se perguntam sobre as estratégias acionadas pelos beneficiados para enfrentar a alteração na periodicidade da distribuição de alimentos que se verificou em 2014. O primeiro caso analisado trata de uma cozinha comunitária que funciona junto a uma Unidade de Triagem e Compostagem na zona leste da cidade de Porto Alegre. Quando as entregas escassearam, os trabalhadores, associados dessa cooperativa de recicladores de lixo, encontraram alternativas de doação e recursos extras para manter aberta a cozinha com produtos básicos, nesse caso o arroz e o feijão, e passaram a trazer de casa complementos tais como uma porção de carne, tomate, polenta. O segundo caso é o da Associação Comunitária do Morro da Cruz, que proporciona atividades culturais, de geração de renda e solidariedade comunitária, além de ser responsável pela distribuição dos alimentos do programa de CDS para as famílias mais pobres do

bairro, precisamente aquelas que foram severamente atingidas pela redução do programa de compra e distribuição de alimentos. A fim de conhecer o universo dos gestores e compreender as alterações sofridas pelo programa, as pesquisadoras adentram o universo dos conselhos gestores, do Fórum Fome Zero e da Companhia Brasileira de Alimentos Conab/RS, deparando-se com um vasto emaranhado de problemas administrativos, burocráticos e logísticos que atuam sobre os gestores, o programa e os beneficiários, produzindo efeitos diversos.

No seu artigo, intitulado "Políticas de inclusão e relações com a diferença – considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG", Alexandre Ferraz Herbetta descreve e analisa algumas políticas de inclusão e de permanência ocorridas na Universidade Federal de Goiás e voltadas para coletivos culturalmente diferenciados. O autor compara o programa UFGInclui e a atuação do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, refletindo sobre ambiguidades, potencialidades e transformações observadas na universidade e tecendo considerações sobre a necessidade de transformações estruturais, tanto políticas como epistemológicas, para a efetiva concretização dessas políticas afirmativas.

Por fim, o artigo de Moisés Kopper e Arlei Sander Damo, intitulado "A emergência e evanescência da nova classe média brasileira", finaliza essa seção, debatendo a constituição e contestação da noção de "nova classe média" no Brasil por assemblages que envolveram saberes econômicos, sociológicos e antropológicos, esferas de planejamento de políticas públicas, institutos de pesquisa e novos mercados de consumo, em um cenário que ensejou possibilidades de mobilidade e de diminuição dos índices de desigualdade, ao longo da década de 2000. O âmago do artigo se localiza na evidência dos modos pelos quais ideias em torno dessa nova categoria classificatória circulavam em cadeias sociotécnicas e passavam de um registro ao outro: da ciência ao governo, do governo ao mercado e, novamente, de volta à ciência, para anunciar – e contestar – essa possível categoria de enunciação da mobilidade no país. Os autores apontam que, mesmo com o mais recente esgotamento das razões que levaram à mobilidade ascendente, a controvérsia analisada ensejou debates que extrapolaram a discussão sobre a conjuntura econômica, expondo sua produtividade para refletir sobre questões de economia moral em torno de como pensar o próprio país.

Tomados em conjunto, os artigos deste dossiê evidenciam que "inclusão" parece ser um termo polissêmico, muitas vezes utilizado em seu sentido

positivado nas políticas de intervenção social e deveras impreciso na análise acadêmica. Assim como os autores dos textos aqui apresentados, não propomos nenhuma definição generalizante sobre o termo. O convite que fazemos – e os artigos deste dossiê levam adiante – é pela abertura de um espaço de interrogações sobre as implicações do estudo das "políticas de inclusão" e de diálogo sobre o tema. Acreditamos que a antropologia, a partir do potencial da etnografia, pode problematizar muitas certezas usualmente atribuídas a tais políticas. Por outro lado, permite dinamizar seu entendimento a partir da perspectiva dos agentes envolvidos e das evidências de como qualquer política é mediada e vivenciada diferentemente de acordo com condições e posições sociais dos agentes envolvidos. Também possibilita realizar um enquadramento histórico de programas e projetos, que eventualmente subsidie a avaliação dos processos e uma eventual recondução de rumos.

O número 50 de *Horizontes Antropológicos* e suas celebrações

Celebramos, portanto, a relevância da temática e o fato de *Horizontes Antropológicos* comemorar seu número 50 com um assunto que entrelaça de formas muito evidentes o trabalho acadêmico e político. Impossível não destacar, no encerramento desta apresentação, o avanço de políticas conservadoras no país que dizem respeito às políticas de gênero e de educação, às ameaças às conquistas constitucionais dos povos indígenas e quilombolas e às tentativas de criminalização de movimentos sociais no Brasil. Como pesquisadores e estudiosos, precisamos estar atentos a tais processos e renovar nossas formas de engajamento reflexivo sobre o tema.

Nessa direção, este número comemorativo também celebra o potencial crítico da antropologia na análise dos processos sociais e políticos do Brasil. Destacamos a seção Espaço Aberto, que conta com artigo de Antonio Carlos de Souza Lima, convidado pelos editores de *Horizontes Antropológicos* a escrever acerca de sua trajetória profissional. O texto aborda as suas linhas de trabalho como pesquisador dedicado à análise das políticas indigenistas, do Estado e da história da antropologia, bem como os desafios da antropologia no espaço público, considerando sua experiência como presidente da Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2015–2016).

Igualmente no Espaço Aberto, o artigo de Paula Ramos aborda, e também celebra, o longo e tradicional encontro e diálogo entre antropologia e arte, que vem ocorrendo no decurso destes 50 números de *Horizontes Antropológicos* e que já se constitui como uma das características mais marcantes da política editorial da revista.

Como mais uma celebração neste número tão especial, e reforçando o vínculo sempre perseguido entre imagem e temática do número, a presente edição traz, pela primeira vez na história de *Horizontes Antropológicos*, a obra de um artista ameríndio em sua capa. Trata-se de Jaider Esbell, jovem e talentoso escritor, produtor cultural e artista plástico macuxi, nascido em 1979 onde hoje é a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que tem participado de inúmeras exposições no Brasil e no exterior, e que vem se destacando pelo seu trabalho de arteativismo, tanto em coletivos indígenas como fora deles. Segundo ele próprio, seu propósito não é apenas pintar, mas seu trabalho tem como função principal "ser uma ponte entre o conhecimento da floresta, a grande comunidade indígena e o restante do mundo".

A obra presente em nossa capa intitula-se *As máscaras xamânicas estão voltando*, de 2017, e quer, conforme depoimento do artista, "instigar entre os povos originários as suas relações contemporâneas com a espiritualidade".

O número 50 de *Horizontes Antropológicos* também marca a renovação do Conselho Editorial, formado por alguns dos mais importantes nomes da antropologia mundial, cuja participação certamente ajudará a nortear nossa política editorial. Outrossim, estamos inaugurando um novo projeto gráfico. Além da criação de um logotipo, a atualização da identidade visual da revista inclui mudanças na tipologia e diagramação, procurando facilitar o acesso aos conteúdos e tornar sua leitura mais agradável.

Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

BIEHL, J.; PETRYNA, A. (Ed.). *When people come first*: critical studies in global health. Princeton: Princeton University Press, 2013.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 1974.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

FERGUSON, J. The anti-politics machine. Development and bureaucratic power in Lesotho. *The Ecologist*, London, v. 24, n. 5, Sept./Oct. 1994.

FONSECA, C.; MACHADO, H. (Org.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Cegov, 2015.

FONSECA, C. et al. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 9-34, jul./dez. 2016.

FOUCAULT, M. *Les anormaux*. Paris: Gallimard, 1999.

GUPTA, A. *Red tape*: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Beyond "culture": space, identity and the politics of difference. *Cultural Anthropology*, Washington, v. 7, n. 1 p. 6-23, Feb. 1992.

HERZFELD, M. *The social production of indiference*: exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Ed.). *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

MITCHELL, T. Society, economy and the state effect. In: STEINMETZ, G. (Ed.). *State/culture*: state-formation after the Cultural Turn. New York: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.

ONG, A.; COLLIER, S. (Ed.). *Global assemblages*: technology, politics and ethics as anthropological problems. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

PINTO, C. R. J. Foucault e as Constituições brasileiras. Quando a lepra e a peste se encontram com nossos excluídos. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 33-57, jul./dez. 1999.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Org.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Cegov, 2015. p. 121-145.

SHARMA, A.; GUPTA, A. Rethinking theories of the state in the age of globalization. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (Ed.). *The anthropology of the state*: a reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 1-41.

SHORE, C. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la "formulación" de las políticas. *Antípoda*: Revista de Antropología y Arqueología, Bogotá, n. 10, p. 21-49, enero 2010.

SOUZA LIMA, A. C. de. Introdução ao Dossiê Fazendo Estado. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, jul./dez. 2012.

SOUZA LIMA, A. C. de; MACEDO E CASTRO, J. P. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). *Revista Anthropológicas*, Recife, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

TEIXEIRA, C. C.; SOUZA LIMA, A. C. de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?. In: DUARTE, L. F. D.; MARTINS, C. B. *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: antropologia. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 51-95.

TROUILLOT, M.-R. The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind. *Current Anthropology*, Chicago, v. 42, n. 1, p. 125-138, 2001.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100002

"Estados imaginados" e novas virtudes: notas sobre a construção das políticas de transparência e combate à corrupção

"Imagined States" and new virtues: notes on the construction of transparency policies and the battle against corruption

Simone Magalhães Brito*

* Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, PB, Brasil
simonebritto@hotmail.com

Resumo

O artigo discute os processos cotidianos da construção da política de transparência e combate à corrupção no Brasil a partir das experiências de campo em dois órgãos de controle. Seu enfoque não é a efetividade dessas políticas ou seus efeitos sobre as formas de *accountability*, mas a compreensão de sua dimensão moral: como esses valores são incorporados nas práticas cotidianas de auditores e funcionários. Seguindo uma perspectiva da antropologia moral para a compreensão do Estado, buscou-se entender as lógicas de poder atualizadas no ideal de Estado transparente em processo de constituição. As dificuldades encontradas na tentativa de aproximação das burocracias estatais e mesmo de apresentar academicamente os "resultados" de um mundo marcado pelo dilema entre sigilo e "ficções" de transparência serão utilizadas como um caminho para compreender as ambiguidades na constituição do projeto que propõe a "abertura" ou visibilidade do poder como forma segura de controle.

Palavras-chave: transparência; Estados; moralidade; auditores.

Abstract

This article discusses the routine processes of the construction of transparency policies to combat corruption in Brazil, based on field experiences in two organs of control. Its focus is not on the effectiveness of these policies but on the understanding of its specific moral dimension: how these values are incorporated in the daily practices of auditors. Pursuing a moral anthropology perspective for the understanding of the state, the aim is to understand, in the process of its constitution, the power logics realized in the ideal Transparent State. The difficulties encountered in the attempt to approach state bureaucracies and even to present academically the "results" of a world, characterized by a dilemma between secrecy on the one hand and "fictions" of transparency on the other, are employed as a way to understand the ambiguities in the constitution of a project which proposes "openness" or visibility of power.

Keywords: transparency; States; morality; auditors.

No momento em que as operações do Estado se tornam mais distantes e de difícil compreensão, em que as ações da burocracia atingem altos níveis de complexidade e que a vida pública parece estar em decadência (Sennett, 2014), também se fortalece o ideal de abertura, de construção de lógicas de controle capazes de tornar o funcionamento do Estado mais efetivo e justo: a transparência. Esse valor é tão central na vida política contemporânea que é difícil criticar suas formas sem gerar suspeitas. Sua promessa retoma os desejos mais puros da razão moderna, numa tentativa de controle e eliminação das formas (impuras) do segredo e da conspiração. Os termos utilizados se referem aos processos de controle como guerras e aos seus funcionários como guerreiros, num sentido de cruzada moral que contrasta com os processos de racionalização do Estado.

Ainda que o ideal de transparência assuma o papel de um valor moral contemporâneo, perpassando as mais distintas figurações sociais, aqui tratarei especificamente de seu lugar no Estado: como se torna um modo de justificar a prática ou instrumento de ordenação do cotidiano das instituições. É necessário entender como as políticas públicas de transparência e combate à corrupção, aqui entendidas como as ações de produção de visibilidade dos atos e rotinas de funcionamento do Estado que tem sua principal representação no Brasil a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (de 2000), a Lei da Transparência (de 2009) e a Lei de Acesso à Informação (LAI, de 2011), se tornam efetivamente parte do cotidiano da burocracia.

Na tentativa de seguir uma perspectiva antropológica de análise do Estado e suas rotinas (Fassin, 2013; Ferguson; Gupta, 2002; Gupta, 2012; Hull, 2012), partirei das dificuldades de aplicar essa perspectiva ao "interior" das agências estatais, saindo dos lugares de mediação entre o Estado e o público e tentando acessar o "trabalho interno" para desenvolver uma reflexão sobre a natureza da transparência e sua conexão com o trabalho de projeção e planejamento do Estado. A dificuldade de acesso a esse ambiente do "trabalho interno" da burocracia que combate a corrupção é a questão central do artigo. A discussão dos problemas encontrados na tentativa de aproximação e a análise das rotinas de construção da transparência devem permitir uma crítica das ideias correntes de que, através dos instrumentos de visibilidade, o poder do Estado estaria sob controle. Ao refletir sobre os limites impostos pelos segredos do campo, pretendo demonstrar como, através de uma antropologia da produção do Estado (ou, ao menos, de sua tentativa) é possível desnaturalizar formas recorrentes de compreensão do poder.

A experiência dos mundos transparentes

A argumentação aqui desenvolvida é baseada na experiência de dois momentos do campo de uma pesquisa sobre a economia moral da auditoria pública e práticas de transparência e controle da corrupção,[1] cujo objetivo é entender a constituição e ordenação dos valores morais que organizam o trabalho de auditores e outros funcionários públicos que lidam especificamente com ações estatais de combate à corrupção e transparência das informações. Para isso, o projeto optou por uma observação participante de dois órgãos de controle, um estadual e outro federal (um tribunal de contas e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, a antiga Controladoria-Geral da União – CGU) tendo como justificativa a necessidade de compreender os valores que orientam as práticas de constituição do Estado, seguindo um modelo que privilegia a observação de como as interações cotidianas da burocracia (Gupta, 2012; Hull, 2012) produzem o grande projeto de organização da sociedade e da natureza (Scott, 1998).[2]

Dito isso, é preciso fazer um movimento de recuo do plano claro e coerente do projeto e apresentar as dificuldades da experiência de pesquisa, revelando o lapso entre o desenho de pesquisa, em sua forma quase utópica ao projetar as situações que deseja encontrar, e os muitos entraves da realidade, suas autorizações, portas e códigos. Espero demonstrar que essas dificuldades, especialmente os momentos da realidade que não se encaixam nas rotinas e expectativas do campo acadêmico, são, de fato, dados relevantes para a compreensão das lógicas de constituição do poder e de como este se torna transparente, ou melhor: como as formas de poder buscam se mostrar transparentes. Faz parte das promessas de transparência a projeção ou ideia de uma abertura, como se o poder tivesse trocado as fortalezas de seu castelo por paredes

1 Pesquisa financiada pelo CNPq, processo 471351/2014-8.

2 É sabido que existe uma disputa na literatura entre o tipo de pesquisa dos primeiros e a perspectiva de Scott (1998). Especialmente para os trabalhos que realizam uma antropologia do Estado a partir de experiências morais em interações cotidianas, a perspectiva de Scott sobre o planejamento e grandes projetos estatais teria um tom quase fetichista. Reconheço essa diferença, mas aqui quero reter uma dimensão importante no trabalho de Scott, que pode ser conectado e atualizado como elemento para uma crítica radical através do diálogo com a perspectiva dos Comaroff: como os grandes projetos estatais se reformulam sem perder o seu caráter de ordenadores da ação e da moral, representantes do impulso moderno de controle e colonialismo.

de vidro. Para compreender as rotinas de produção da transparência, quis sair da "superfície" do Estado, daqueles momentos preparados para o encontro com o público, e observar o seu "interior". Os termos interior e superfície, dentro e fora, são problemáticos, mas são parte da própria retórica da transparência que promete revelar as funções que constituem o poder do Estado (West; Sanders, 2003) e, consequentemente, refletem a tentativa de indicar os processos por meios dos quais seus agentes o produzem e representam. Retomo a perspectiva de Benedict Anderson (2008) sobre as nações para falar dos Estados: estes também precisam fazer sentido, serem narrados e modelados até parecerem algo natural.[3]

A crítica mais apressada apontará a inocência de quaisquer expectativas de realizar observação participante nessas instituições, não considerando as dificuldades colocadas pelo perfil antropológico das burocracias (Herzfeld, 1993), os problemas de estudar o topo das hierarquias de poder – "studying up" (Nader, 1972) – e nem Kafka. Contudo, essa expectativa vai muito além de mero defeito do plano da pesquisa e revela parte da natureza do próprio objeto estudado, sendo um resultado do nível de naturalização alcançado pelas promessas modernas de proximidade e controle do poder. As expectativas produzidas pela ficção da transparência (Comaroff; Comaroff, 2003) não agem apenas nas interações com Estados ou corporações, nas promessas de boa governança e *accountability*, elas estão disseminadas em diversas formas culturais, perpassando as múltiplas modernidades com uma promessa de que o poder vai

3 Dentre as críticas feitas ao trabalho de Anderson (2008), uma perspectiva da sociologia política vai revelar sua incapacidade de distinguir claramente entre os processos de formação do Estado e da Nação, onde o primeiro assumiria um caráter de processos mais racionais e burocráticos e a segunda seria o terreno de projeções de sentimento, valores e desejos. Todavia, a antropologia da moral destaca a impossibilidade de proceder com essas distinções tão claras quando se quer compreender os modos como o Estado mantém e legitimam suas práticas (Gupta, 2012). Especialmente considerando a força da perspectiva de Foucault (2016) em muitos desses estudos, percebe-se como as tecnologias de poder se conectam com projeções de desejos e construções simbólicas e afetivas (Das; Poole, 2004; Gupta, 2012; Hetherington, 2011; Hull, 2012). Nesse sentido, optamos por seguir a ideia de Gupta (2012, p. 62) de que os Estados precisam ser tão imaginados quanto as Nações para realizar efetivamente o controle da população dispersa em seu território. De uma maneira melhor do que invenção, construção ou produção, o termo imaginação reflete o lugar dos valores morais nas interações cotidianas que dão vida ao Estado. No caso das políticas de transparência, trata-las como parte do exercício de imaginação do Estado ajudará a revelar o seu caráter utópico (suas projeções normativas – seguindo Anderson) e ambíguo (seus processos de incorporação e controle da população, de acordo com Gupta).

operar de forma previsível (West; Sanders, 2003). Jean Comaroff e John Comaroff (2003) tratam dessa ficção dos mundos transparentes como um elemento constitutivo da imaginação liberal/imperial que é movido pelo impulso de eliminar as formas do segredo e da conspiração. Apesar da longa história do projeto de iluminar os recantos obscuros do poder, o Esclarecimento produz uma forma particular, tecnoempiricista, dessa promessa de controle da experiência que possui, além de suas bases materiais, uma importante fundamentação moral (Comaroff; Comaroff, 1991a, 1991b, 2003). Desse modo, o desejo e crença nos métodos capazes de revelar supostas entranhas do poder não é prerrogativa da política democrática e seu projeto civilizador, está nas mais diversas constelações da experiência contemporânea. Diferentemente das formas mais sistemáticas de abordagem das políticas de transparência (Fung; Graham; Weil, 2007; Hood, 2002), procuro aqui construir um caminho para sua compreensão que passa pelas teias de experiência, pela coleção de sentidos e valores da transparência que, se não pode ser dito exatamente como etnográfico, se inspira no modo como a etnografia valoriza a experiência e resiste à colonização das formas de conhecer (Das; Poole, 2004). Desse modo, o meu itinerário de pesquisa, a tentativa de aproximação dos mundos burocráticos, traz mais insights sobre os dilemas da transparência do que as próprias entrevistas realizadas em campo.

Nas próximas secções tentarei apresentar elementos da constelação de valores que orienta a prática em mundos burocráticos. Consideradas suas atribuições, essas instituições são responsáveis por lógicas de controle que ampliam os modos de transparência e, consequentemente, todos seus processos e atividades seriam objetos possíveis. Todavia, a pesquisa tem como foco o ordenamento de suas rotinas, a presença das formas judicativas nos rituais burocráticos. Seria ideal uma apresentação mais completa de cada uma das experiências, com ênfase numa descrição densa capaz de revelar a economia moral da transparência que organiza esses espaços. No entanto, para atender aos limites deste artigo focarei os elementos que considero indicarem mais efetivamente como as ambiguidades da vida transparente revelam processos simbólicos e imaginativos através dos quais a verticalidade do poder estatal se torna efetiva (Ferguson; Gupta, 2002, p. 983).

A imaginação estadual

Fiz a primeira visita ao tribunal de contas em setembro de 2014 para pedir uma ajuda técnica: gostaria de encontrar indicações que me permitissem conhecer os tipos de processos relacionados ao combate à corrupção local. De modo muito direto, pretendi obter informações sobre o combate à corrupção que permitissem a constituição de uma contraposição objetiva ao pânico moral sobre a corrupção. Dada a intensa propaganda do órgão sobre seu trabalho em efetivar a transparência e combater desvios, acreditei que encontraria um setor específico responsável por prestar informações. Fui levada por um conhecido que lá trabalhava e entrei no prédio pelo mesmo lugar que os funcionários, sem precisar nenhum tipo de identificação. Fui extremamente bem recebida e rapidamente comecei a fazer questões sobre os tipos de processos, sobre os casos de desvios mais recorrentes e como vinham sendo controlados. As reações foram de certa surpresa: "Que tipo de processos especificamente você quer?" Fui apresentada a uma espécie de organograma dos setores, levada a passear por um longo corredor com muitas portas fechadas e o comentário gentil: "Cada porta dessa aqui é um tipo de processo, o que você quer?" Outro auditor mencionou que aquele trabalho era muito complexo mesmo. Apesar do constrangimento, admiti que não sabia exatamente o tipo de processo específico, imaginava apenas que deveria haver desvios e ações de combate mais recorrentes, não poderia indicar tipos de contrato ou políticas mais suscetíveis ou relevantes e tinha a ligeira impressão de que era justamente naquele órgão que tal informação poderia ser obtida. Contudo, já que não era possível indicar esses dados "de forma tão simplista", gostaria de observar o trabalho para poder escolher onde focar.[4] Foi quando me disseram que eu deveria procurar no sistema, usar a ferramenta de busca e ver os processos. No mesmo dia, comecei a utilizar

4 Não acredito que essa informação seja simplista: é possível pensar uma sistematização das formas de desvios mais recorrentes e não apenas das percepções sobre desvios. No entanto, acredito que aqui podemos ter uma antevisão de como a forma burocrática ordena a experiência: enfatizando a primazia do particular quando lhe convém, evitando o diálogo com os estranhos a partir de invocações que reforçam seu feitiço. Uma auditora disse que os gestores podem ser tão ardilosos que a cada processo ela tinha uma surpresa: "Eles estão testando" e "cada vez eles vão mais longe." No entanto, essa ênfase na particularidade, na especificidade de cada caso e processo, é traída pelos sentidos morais que, como se verá, emergem na grande metafísica da corrupção brasileira e de seu povo pouco civilizado.

a ferramenta aberta ao público onde estão todos os processos já julgados. No entanto, não soube o que procurar, ou melhor, não sabia o que tinha achado – era uma linguagem extremamente árida, parágrafos gigantes com muitas orações intercaladas fazendo referência a outros processos. A burocracia on-line dá uma ideia de ordem, mas é igualmente um deserto. Comentei sobre essa dificuldade com um auditor que respondeu: "É que você não sabe o que está procurando, mas lá tudo já está transparente."

A visita ao tribunal já tinha provocado meu interesse. Os enormes corredores vazios, a completa ausência de pessoas que não fossem servidores do órgão e também a impessoalidade de seu estilo chamaram a atenção. Era um ambiente que não permitia a percepção das particularidades locais, poderia ser em qualquer lugar; se havia humanos por ali, seus sentimentos e valores não deixaram nenhum rastro ao longo do excesso de portas e escadas. E a ideia de que ali tudo já seria transparente despertou a necessidade de conhecer esse novo mundo.

Comecei a fazer visitas, seguindo o mesmo caminho e entrando no tribunal junto com o auditor conhecido – que se tornou uma espécie de informante. Sua amizade permitiu que o acesso e os encontros iniciais tivessem um caráter informal, não precisei mencionar qualquer das ferramentas da política de transparência como modo de obter informações. Logo depois, tentei fazer entrevistas, mas as pessoas pareciam mais reticentes. Diziam que eu mandasse o questionário por e-mail elas prometiam responder rapidamente. Fui geralmente bem recebida e tive algumas conversas com auditores, mas dificilmente se dispunham a dar entrevistas. Nessas primeiras conversas recebi várias indicações de que deveria pedir uma "autorização" para pesquisar. Como argumentou o informante, algumas pessoas podiam ficar incomodadas com o fato de estarem falando sem que as instâncias superiores tomassem conhecimento de que uma pesquisa estava sendo desenvolvida dentro do órgão. Ele também estava numa situação delicada por estar me trazendo como uma "visita" constante.

Protocolei um pedido simples de autorização junto com uma carta de apresentação da universidade. Em apenas um dia fui chamada e extremamente bem recebida por um dos representantes do conselho do órgão. De imediato, recebi convite para representar a universidade num grupo sobre transparência, realizar uma pequena palestra e apresentar os dados da pesquisa e

publicá-la na revista da instituição; também fui informada de que teria uma sala à minha disposição para realizar o trabalho. A recepção foi tão calorosa e interessada que, por alguns instantes, temi não poder dar continuidade ao trabalho por estar tão envolvida em tarefas e, muito secretamente, pensei na deselegância de ter que criticar pessoas tão prestativas. No entanto, a realidade foi bem distinta. Na visita seguinte fui recebida por um funcionário menos importante na escala de autoridade, o que me permitiu uma melhor noção das possibilidades de movimento naquele mundo. Foi-me pedido que enviasse um pequeno projeto especificando o problema da pesquisa, o tamanho da amostra e o nome e cargo das pessoas que iriam compô-la. A sala só estaria disponível pelas manhãs, horário em que não há expediente. Expliquei a dificuldade desse horário já que era justamente quando não havia ninguém trabalhando lá e me foi sugerido que ligasse diretamente para os chefes de cada sessão: eu deveria dizer o nome do conselheiro que tinha autorizado a pesquisa e marcar a hora em que cada técnico deveria se apresentar para a entrevista. Argumentei que seria um pouco incômodo, mas o funcionário garantiu que ninguém recusaria se eu dissesse que tinha falado com aquele conselheiro.

Como optei por não usar a sutil recomendação como argumento, tive muitas dificuldades. Primeiro, há o grande problema de disponibilidades dos próprios auditores que trabalham por "metas". Participar de entrevistas que podem ser relativamente longas é, claramente, um empecilho ao desenvolvimento de suas atividades. Segundo, uma vez que as atividades desse órgão apresentam um impacto direto sobre a imagem dos gestores do recurso público, havia muita desconfiança sobre o tipo de informação buscada, que uso seria dado aos resultados, que tipo de vínculo ou interesse político minha pesquisa viria a beneficiar. Terceiro, dentro do órgão há uma cisão não mencionada entre os auditores (concursados) e o conselho (formado por indicação política). Tal cisão, onde os saberes técnicos se tornam menos relevantes do que os acordos políticos no julgamento dos processos, parece aguçar a tensão e receio dos auditores em se expressar. Há uma espécie de linha imaginária que separa radicalmente o trabalho dos auditores das ações dos conselheiros. Eu estava apenas transitando no mundo do "nós-auditores", onde "não há poder de verdade", uma vez que, apesar de possuir informações capazes de revelar o funcionamento dos desvios, sua efetividade dependia do debate realizado no conselho. Por essas razões, e provavelmente por outras que não estão claras ainda, não me foi permitido

circular livremente pelos corredores da instituição. Teria que usar o telefone da sala que foi indicada para o meu trabalho e "convidar" os possíveis interessados até conseguir completar a "amostra". A amostra foi uma novidade do campo. Na segunda semana de visitas, quando o mediador disse que eu precisava submeter ao conselheiro o tamanho da amostra, perguntei o porquê daquele pedido já que nada tinha sido dito no nosso primeiro encontro. A resposta foi rápida: ele quer saber o tamanho da amostra. Não adiantava dizer que há modos de conhecer e produzir conhecimento que não dependem da quantidade de entrevistas, por isso, chutei um número que me pareceu bom: 38. Uma espécie de número mágico que poderia atender aos ideais de cientificidade dos nativos – nem tantas entrevistas que me fariam abusar da boa vontade dos auditores e nem tão poucas que encerrariam rapidamente minhas possibilidades de pesquisa. O número mágico foi aceito.

O auditor-informante argumentou, e não tenho meios de definir o que é a opinião dele e o que lhe foi dito por superiores ou colegas, que não era adequado ter alguém estranho circulando pelos corredores quando tantas informações sigilosas estavam sendo discutidas. Para alguns deles poderia ser incômodo saber que estavam sendo observados e não ter garantias do que seria feito com o resultado dessas observações. Ele afirmou que também precisava informar quando terminaria a pesquisa. Tivemos um diálogo interessante do ponto de vista da história das negociações que se efetuam no campo:

> Informante: Quanto tempo você pretende ficar vindo aqui?
> Eu: ... Um ano?
> Informante: O quê? Como? Não estou falando do tempo da pesquisa toda, estou falando de ficar aqui...
> Eu: Ah, claro... Seis meses.
> Informante: Seis meses? Impossível. Ninguém permitiria isso. É uma loucura... Pra que alguém precisa de tanto tempo pra fazer uma pesquisa?
> Eu: ... Três meses?
> Informante: Três meses? Isso é muito tempo. Não é possível. Não vão deixar que um estranho fique circulando por aqui esse tempo todo...
> Eu: Dois meses... Mas não virei todos os dias. Só de vez em quando... Você sabe, a universidade me toma muito tempo.
> Informante: Ótimo. Assim está perfeito. Não vai ter problema nenhum.

Inspirada pelo imaginário da observação participante, acreditei que um ano seria tempo suficiente para conhecer as rotinas da fiscalização. Mas, a cada expressão de espanto, tentei garantir dias que me possibilitariam familiaridade. No entanto, minha posição no campo, a ausência de qualquer tipo de capital que pudesse interessar ou "constrangê-los" a me aceitar por mais tempo do que aquele necessário para me mandar procurar nos processos disponíveis on-line, garantia possibilidades mínimas de acordo. Era como se conversássemos pela brecha da porta de um clube que claramente não me aceitaria. Que esse lugar seja o responsável pela construção de uma política local de transparência torna a própria busca de dados uma importante fonte de conhecimento. Alguém poderia argumentar que a exigência de transparência se refere apenas a informações sobre as ações do Estado e não necessariamente ao modo como essas informações são construídas ou disponibilizadas, não ao trabalho interno da burocracia. Se pensamos nas ficções da transparência e seu lugar na legitimação do sistema (Comaroff; Comaroff, 2003), essa modéstia não está presente em suas promessas, mas, por enquanto, interessa apenas perceber a recorrência do segredo na produção da transparência.

Estar na instituição, conversar com seus participantes foi um processo cheio de avanços e recuos. Enquanto uma porta se abre para prometer parcerias e diálogo, a próxima praticamente pede que se saia logo. Há uma racionalidade nesse jogo de fechar e abrir portas que funciona como justificação da instituição na medida em que acena com promessas de transparência e, logo em seguida, lembra a necessidade do segredo nas coisas do Estado. Desse modo, não é possível dizer que a postura oficial do órgão é de afastar os visitantes; os funcionários estavam gastando seu tempo comigo e, na medida de suas possibilidades, orientavam o acesso às informações. Contudo, ao mesmo tempo, algumas dessas informações eram sobre a impossibilidade de ter certeza, sobre o risco de se aproximar demais do trabalho realizado ali. O falso convite pareceu ser resultado de uma falta de coordenação das ações e de comunicação entre os indivíduos, mas terminou por permitir que se mantenham intactas tanto as expectativas teóricas sobre o serviço público (transparência) quanto a sua experiência prática de inescrutabilidade. Os auditores eram extremamente corteses, mas minha presença era um incômodo. Alguns perguntaram onde o artigo seria publicado e anotaram meu nome completo para procurar no futuro, ainda que nenhum, salvo um único auditor dos 12 que se dispuseram a

conceder entrevista, tenha me dado autorização para gravar ou mesmo se mostrado confortável com anotações. Normalmente pedia que um dos entrevistados me apresentasse a outro auditor. Entrávamos na sala e era muito comum que se respondesse: infelizmente, não posso hoje. Um auditor jovem, L., após uma longa conversa – já que não gostava de entrevistas, em suas palavras: preferia conversar –, afirmou que me apresentaria a um outro auditor, M., bastante experiente, que tinha sido uma espécie de mentor. M. supostamente adorava conversar e poderia me contar como era o trabalho de auditoria muito antes das demandas da Lei da Transparência. Quando chegamos à sala de M., este disse que estava extremamente ocupado e que marcaríamos de conversar outro dia. Algum tempo depois encontrei M. pelos corredores, ele se aproximou e pediu desculpas por não ter podido ajudar, mas disse que era porque a sua sala era muito cheia e as pessoas sempre ficavam escutando. Foi quando percebi que as pessoas não só não queriam ser identificadas no meu trabalho, como algumas não queriam nem que se soubesse que foram parte do estudo.

Minha chegada parece tê-los feito lembrar de que precisavam agir conforme as regras de um ambiente de segredo.[5] O discurso oficial e os portais eram o lugar da transparência e era isso que eles faziam cotidianamente-especialmente através de relatórios que seriam disponibilizados ao público, mas aquele espaço era diferente e precisava agora ser protegido para que pudesse continuar produzindo o Estado transparente como exigiam as novas leis. Desse modo, não fossem algumas brechas na segurança, os esquecimentos e lapsos na construção da

5 Ao tratar do segredo como forma social, Simmel (1906) indica um processo de diferenciação cultural onde, a partir do século XIX, a publicidade se impõe nos assuntos do Estado e tanto a administração quanto a política vão perdendo seu caráter de segredo. No entanto, o autor considera a possibilidade de que certas instituições dominantes possam funcionar com base no segredo, admitindo que não há necessidade lógica de que se valorize cada vez mais as formas públicas nos negócios do Estado. Nesse sentido, já está colocada a possibilidade de pensar como o Estado moderno pode abrigar formas do segredo, mas o que interessa aqui mais diretamente é a conexão entre segredo e moral. Não posso desenvolver aqui as consequências para a antropologia do Estado da ideia de que o segredo é a expressão sociológica do mal moral, mas destaco como essa perspectiva é importante para uma compreensão da burocracia estatal ao permitir que se associem suas formas secretas (o oposto da transparência) ao exercício de uma solidariedade moral. Dito de modo direto, não pretendo simplesmente opor o trabalho burocrático à transparência, mas tentar pensar como a burocracia, por seus elementos de sociedade secreta, está assentada numa base de solidariedade moral, em sentidos de reciprocidade, virtude e hierarquia que contrastam claramente com o ideal de transparência proposto, por exemplo, pela Transparência Internacional.

opacidade de suas ações e a simpatia de algumas pessoas, a única possibilidade disponível de contato seria através do telefone. Algo quase impossível de ser efetivado como técnica de pesquisa porque um funcionário que trabalha por metas terá muito mais facilidade em negar ou adiar qualquer conversa ou pedido de entrevista feito por telefone. Contudo, antes da ordem do conselheiro e apesar das metas, algumas pessoas simplesmente queriam ajudar um trabalho a ser feito, outras tinham uma necessidade raivosa de dizer "verdades" para que meu trabalho ajudasse a tirar pessoas da visão fantasiosa que estava se espalhando: de que havia uma suposta preocupação emergente na política brasileira com o combate à corrupção. Ocorreu que, uma vez que não possuíam informações na forma de gráficos sobre a corrupção (e seu combate) prontas a serem apresentadas naquele momento e que também serviriam como resposta adequada do órgão à minha pesquisa, as falas revelavam mais sobre a experiência e vivências particulares dos auditores, sobre a maneira como valores, interesses e práticas se entremeiam no dia a dia dos processos. Uma vez que a prática do ocultamento ainda não estava completamente treinada no órgão, os entrevistados que se dispuseram a falar falaram muito clara e abertamente sobre os dilemas de sua experiência. Os lapsos na produção da "intransparência" ou opacidade, provavelmente resultantes do pouco exercício de construção da transparência, permitiram a pesquisa.

Quando estava em ação o modo ou fachada de instituição aberta à pesquisa, era comum que se reclamasse por não haver mais teses sobre o funcionamento do órgão e sobre o distanciamento da universidade sobre as "questões práticas". Entretanto, os seus representantes têm uma ideia muito específica de pesquisa: questionários com amostras determinadas. Pedi para participar das vistas aos órgãos auditados junto com a equipe e me informaram que era muito perigoso, poderia trazer problemas legais. Cheguei a participar de uma dessas visitas que são parte do procedimento de auditoria, mais uma vez pela mistura de acaso e uma pequena vergonha da parte do informante principal por sempre estar dizendo tantos nãos.

As minhas visitas e o desenho da pesquisa precisaram se orientar por um ritmo ditado pelo próprio órgão. Os entusiastas da pesquisa de campo dirão que isso sempre acontece, mas o meu caso foi um pouco mais literal: os pesquisados me diziam que técnica deveria usar, cobravam a determinação da amostra e questionavam a validade dos possíveis achados; numa experiência

muito peculiar, o informante-chave refez o meu projeto, riscou minhas frases e acrescentou objetivos "mais acessíveis". Disse que as pessoas na universidade precisavam aprender a ser mais claras e trabalhar com as coisas que possam "servir depois". Mudei da ideia de uma longa observação participante para, na versão oficial apresentada ao secretário do conselheiro,[6] uma aplicação de 30 entrevistas com data para terminar, se alguém estivesse contando. Segundo ele, 30 era um ótimo número, melhor que 38, e que não ia parecer que eu queria ficar lá por muito tempo.

Num sentido inverso ao da familiaridade, o acesso ao interior do prédio foi ficando mais difícil. Meu informante disse eu precisaria entrar "oficialmente" e por isso precisava ficar na recepção, esperando que alguém viesse me "buscar". Nem a sala prometida estava mais disponível, porque passou a ser usada por estagiários. Permaneci na recepção por longo tempo, alguns entrevistados passavam e diziam muito simpaticamente "ainda por aqui?", "quantas entrevistas faltam?", "quero ler o artigo". Tanto a voz como o cotidiano dos auditores, exigidos como indícios da verdade pela lógica de transparência acadêmica, eram sistematicamente encobertos por pequenas regras desenvolvidas pelos próprios atores no momento do encontro. Essas regras que buscavam limitar minha permanência, controlar a natureza do projeto e até julgar o seu interesse acadêmico, operavam como modos de restringir a aproximação, evitando o acesso a informações sensíveis e sigilosas.

Porém, ao mesmo tempo em que restringiam a minha observação de suas rotinas, os auditores costumavam apresentar os problemas com que se defrontavam e expressar as angústias de um trabalho que não teria fim. De vários modos, ouvi sobre o caráter endêmico da corrupção no Brasil, uma corrupção que se expressa nos mínimos atos, realizada pelos poderosos e mantida pela falta de cuidado do povo. O "povo" era presença constante nas falas, especialmente pelo fato de que sua falta de interesse tornava o resultado do trabalho dos auditores nulo. Uma auditora comentou que as pessoas, "Seu José e Dona Maria", tinham que estar lá na porta do tribunal, buscando saber como

6 Como dito acima, no meu único encontro com o conselheiro não houve qualquer exigência de projeto ou limitação da minha atividade. Mas, quando precisei lidar com os funcionários subordinados ao conselheiro, soube que ele gostaria de ver o projeto, a amostra e o próprio "questionário".

o dinheiro estava sendo gasto e fiscalizando. O "Seu José e a Dona Maria" são entidades poderosas e recorrentes na retórica da transparência – a corrupção não teve fim porque eles ainda não agiram. A invocação recorrente me fazia pensar como os dois lidariam com as dificuldades de acessar aquele ambiente e ler o funcionamento do Estado, coisa que as minhas credenciais acadêmicas não estavam conseguindo.

Autorizando a imaginação

Antes de tratar da segunda experiência de pesquisa é necessário justificar teoricamente a pertinência de aproximar pesquisas em órgãos com atribuições gerais distintas como um tribunal de contas estadual e um ministério. Para os especialistas em *accountability*, as diferenças entre as atividades de controle interno do executivo federal e a análise das contas públicas estaduais é bastante clara e comparar coisas tão distintas talvez seja uma tarefa pouco relevante. Porém, apesar de cada um dos órgãos atuar em um poder diferente, o que produz disputas, regimes de justificação e, de modo mais específico, processos ou lógicas de auditoria distintas em sua natureza, o foco da presente discussão é um olhar antropológico sobre as formas altamente racionalizadas de controle, especialmente na produção da transparência como um fundamento do poder estatal. Nesse sentido, um tribunal de contas e um (agora) ministério responsáveis pelo controle das contas e combate à corrupção compartilham, no mínimo, sentidos e valores, esquemas organizadores de práticas. Uma vez que essas práticas produzem o Estado, especificamente um projeto de Estado que se amplia e inclui pessoas a partir de suas políticas de transparência, essa aproximação produz sentidos e revela afinidades importantes.

Os ambientes e auditores pesquisados atuam construindo o cotidiano do Estado. Em conjunto, suas rotinas extremamente especializadas, seus movimentos entre setores e as interações que produzem ao circular processos, realizar auditorias e "sugerir" novas práticas para outros braços do sistema, são a própria organização ou apresentação do poder do Estado, especialmente se não quisermos lidar com formas transcendentais. Entendo a transparência, para além das obrigações legais, como um valor ou virtude que orienta, sistematiza e conecta essas práticas constitutivas. Por esse caminho, as experiências dos

auditores de órgãos de controle estaduais e federais ganham um substrato comum: projetar o Estado transparente.

A relevância dos trabalhos antropológicos que buscam compreender as intercessões entre poder e moralidades nas rotinas de produção do Estado e da ordem (Fassin, 2013; Gupta, 2012; Hull, 2012; Shore, 2009) está em confrontar as lógicas de pesquisa que assumem que o Estado é aquilo que ele projeta, que sua prática é uma simples confirmação dos projetos modernistas de ordenamento e conquista (Scott, 1998). Nessa perspectiva crítica recente, que percebe Estados como artefatos culturais (Sharma; Gupta, 2006), busca-se entender como uma história de disputas, uma forma fluida, multifacetada, marcada por distintas camadas e projetos, se representa como uma forma singular e coerente (Sharma; Gupta, 2006, p. 10). Por esse caminho, o que é um problema metodológico segundo a perspectiva convencional que orienta os estudos sobre o Estado (comparar órgãos com atribuições distintas) pode se tornar uma forma útil de compreensão, uma maneira de perceber as recorrências na produção das lógicas de governo.

Na secção seguinte, apresento os elementos gerais de minha experiência de campo no Ministério da Transparência com o intuito de acrescentar mais contornos e tensões à compreensão do projeto de tornar o Estado inclusivo através das formas de transparência tal como vem ocorrendo no Brasil.

Imaginando como um Estado

A segunda experiência com um órgão de controle e transparência foi realizada em Brasília, em julho de 2016, na Controladoria-Geral da União que passava pelo processo de mudança de nome para Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria. Através de um amigo, conversei com um jovem auditor, W., que ficou muito interessado nos resultados de minha pesquisa. Ele se dispôs a me apresentar a colegas em diferentes setores e muito gentilmente me acompanhou ao longo de uma semana intensa, onde eu chegava todos os dias às oito horas da manhã e saía um pouco antes das seis da noite – e mesmo nos intervalos do almoço ficava no restaurante da instituição. Como disse que gostaria apenas de conversar sobre o trabalho de auditoria e sobre as transformações acarretadas pelas mudanças na legislação sobre a transparência, não precisei enviar nenhum ofício à direção do órgão. Na entrada do prédio, dizia

para que sala iria e recebia autorização para entrar, deixando apenas o número de minha identidade. No terceiro dia, a funcionária da portaria disse que eu podia subir sem precisar ligar pedindo autorização. Quando me despedi na sexta-feira, dizendo que voltaria para minha cidade, um dos auditores brincou: "Que pena! Já estava separando uns processos para você começar a trabalhar na segunda."

Devido à experiência anterior, estava preparada para longas esperas, muitas negativas e nenhuma entrevista gravada ou autorização para usar nomes. Também imaginava que a proximidade do poder central produzisse ainda mais tensão e desconfiança, ampliando as formas do segredo nas interações (Simmel, 1906). No entanto, as expectativas me ajudaram apenas a sedimentar minha percepção do campo anterior. O auditor que veio a se tornar meu informante pediu ao seu chefe uma autorização para que eu ficasse na sala deles. Havia uma única mesa vaga, de uma funcionária que estava em licença por motivos de saúde, e eu poderia ficar lá. Fazia ligações para diferentes setores e esperava a hora em que os auditores e chefes podiam falar comigo. Pessoas que não tinham tempo num determinado momento, passavam por lá, deixavam um recado. Novas máquinas de café tinham acabado de ser colocadas e alguém dizia: "Já provou o café?" As esperas não eram angustiantes porque eu estava num espaço que era "meu", pessoas de outros setores chegavam e os olhares já não eram de estranhamento. Percebi que uma das particularidades do mundo da burocracia é a segurança produzida por uma mesa e um computador. Se no tribunal de contas me sentia perdida, deslocada e invasora, minha pequena mesa na CGU se tornou uma ilha de segurança. Dessa ilha, pude rever aqueles espaços impessoais, os móveis brancos, as paredes nuas, mas não pareciam tão hostis. Nas outras ilhas, as pessoas se esforçavam para colecionar sentidos: fotos de crianças, de uma viagem onde se sorria como não se sorria lá, de cachorros, pequenos suvenires. Esses sentidos, contudo, não afetavam o ambiente e também senti que poderia estar em qualquer lugar onde se cultivassem paredes muito brancas e silêncio. As fotos da antiga presidenta ainda estavam em cada sala, acho que não conseguia esconder meu olhar de estranhamento porque várias vezes me responderam sem que eu dissesse nenhuma palavra: "Ainda não podemos tirar." Mas era parte da cultura de cada ilha que ninguém se incomodasse com a foto da chefe recém-sacrificada, as emoções sobre a turbulência ali bem perto eram claramente coisa de "estrangeiros".

Tive medo de que a turbulência política no país e os muitos protestos que ocorriam em Brasília naquela semana, e a própria mudança de nome de uma instituição consolidada, alterassem completamente o foco das minhas observações naquele momento. No entanto, cheguei numa segunda-feira às oito da manhã, observei os funcionários se dirigindo ao ponto eletrônico, apressados para entrar no elevador, alguns com crianças muito pequenas nos braços se dirigindo à creche, e parecia um dia normal. Todos os outros dias foram assim: poucos comentários sobre a política, nenhum nome ou referência à mudança que estava ocorrendo. Um dia havia um cartaz no elevador onde o nome recente do ministério havia sido riscado e por cima se escreveu: CGU. Perguntei se aquilo estava acontecendo muitas vezes e meu informante riu: "Não, é a primeira vez que vejo." A uma auditora perguntei se a mudança de nomes faria alguma diferença, ela respondeu que o sindicato achava que sim, mas era apenas um nome e o trabalho permanecia o mesmo. Outro auditor, bem mais velho, disse que era uma perda, que afetaria a identidade de cada um. Essas opiniões opostas foram ditas tentando dar a expressão, no sentido goffmaniano do trabalho de fachada, de naturalidade e quase indiferença. Ao longo da semana, sentia que só a mim pesava o retrato na parede e os protestos ali perto. Um funcionário me corrigiu, já que eu não conhecia bem Brasília: "Os protestos não são perto daqui." A burocracia não precisa de grandes distâncias para se sentir protegida.

Essa turbulência política ajuda a entender um pouco da geografia interna da instituição. Enquanto os noticiários davam conta da enorme tensão política, não ouvi nenhum debate naquele ambiente, muito menos um debate acalorado. Em uma das salas alguém mostrou um vídeo da polícia em confronto com estudantes, fogo e fumaça, mas era tão longe quanto qualquer filme. Os corredores e elevadores tinham uma circulação intensa, alguns usando um adesivo de visitantes, mas a grande maioria era "da casa". Talvez eu não tenha os termos de comparação por não estar ali antes, porém pareceu que as mudanças políticas não tinham capacidade de interferir naquela rotina, todos tinham muito trabalho e estavam ocupados. A impressão de que as salas e corredores eram iguais se junta àquela de que as rotinas também são bastante semelhantes e não há espaço para as emoções do dia.

Especificamente sobre o campo, a estratégia de permanecer também tinha relação com realizar entrevistas. Acredito que não precisei mencionar quantidades por ter estabelecido um tempo: ficaria por apenas uma semana. As

pessoas do setor onde permaneci foram indicando colegas e pude realizar um total de 17 entrevistas. Destas, apenas um auditor, que chamarei de F., não quis gravar entrevistas. Seu perfil era muito particular, era o mais velho (alguém entrou na sala e mencionou que se fosse ele já teria aproveitado ter tempo e se aposentado) e atuava em investigações de grandes crimes financeiros, geralmente em processos em atuação conjunta com a Polícia Federal. A auditora que me levou até ele disse: "Não precisa ter medo, ele tem um jeito antigo, mas é um dos melhores." F. foi o único dos entrevistados que pareceu um pouco incomodado e que pediu mais detalhes sobre a minha pesquisa e que uso eu lhe daria, parece ter achado minhas perguntas sobre transparência um pouco inocentes e enfatizou que seu trabalho era muito difícil porque a corrupção tinha um caráter sistêmico, o "submundo" era muito mais eficiente que as organizações estatais, que estavam "perdendo a luta". No entanto, parece mais revelador o fato de que a grande maioria dos entrevistados focou numa mudança no Estado brasileiro: em como seu caminho de abertura e transparência vem sendo fortalecido. Muitos deles afirmavam que a "cultura da transparência" estava muito mais forte nas mais diversas instituições do país e que, especialmente, os funcionários dos órgãos federais, antes um pouco resistentes, agora queriam se adequar às sugestões da CGU, o que vinha produzindo um "diálogo" sobre transparência, muito mais do que uma relação entre fiscalizador e fiscalizado. F. também foi o único a tratar do processo de auditoria como uma investigação, todos os outros diziam que a auditoria é uma "espécie de diálogo", que a CGU vai às instituições na tentativa de estabelecer um diálogo e, através dele, pensar em mudanças que "funcionem para todo mundo".

De modo geral, a minha experiência na CGU permitiu um pouco do tipo de circulação pelo plano da burocracia que vinha buscando. Os auditores me deram longas entrevistas e muitos deles chegaram a apresentar um pouco dos trabalhos que estavam fazendo, me introduzindo aos sistemas e às rotinas. Um auditor estava preparando um parecer sobre a utilização de recursos para contratação de pessoas numa universidade pública e pediu minha opinião, apresentando os vários documentos que o fizeram chegar àquela conclusão.

Contudo, seria apressado afirmar que esse é um espaço onde o Estado se mostra ou as rotinas do poder são evidentes. Não é possível expor aqui os detalhes dos dados produzidos pelas entrevistas, principalmente porque esta discussão tenta focar mais os processos de minha aproximação das rotinas de

produção do Estado, onde tomo os momentos de encontro com os burocratas como experiências que revelam a constituição de um *ethos* proposto para organizar e dar sentido às lógicas de poder. Entretanto, é interessante indicar que as respostas dos auditores são exercícios extremamente elaborados de projetar os devires do Estado. Não obtive muitas informações sobre suas experiências e dificuldades, sobre suas posições e receios ou quaisquer ideias sobre suas práticas, o que de fato fazem. São falas muito longas e, muitas vezes, nem foi preciso fazer perguntas: de modo extremamente cortês e bem argumentado, os auditores iam apresentando os "nossos" avanços no campo de uma abertura do Estado, como, a cada dia, mais e mais pessoas queriam saber e participar do que estava acontecendo e de como os recursos públicos eram geridos. Para alguns, a transparência já era algo muito real nas instituições brasileiras e os milhares de acesso ao site eram a confirmação disso. Diante de minha surpresa com a confiança desses auditores em seu trabalho, W. discordava de que tais opiniões representassem minimamente a percepção de "quem conhece a realidade". Para ele, eu estava falando com muitos "chefes", muita gente que estava "do lado de cá", e eu precisaria conversar com as pessoas que estavam fazendo viagens, auditando nos mais diferentes estados, lidando diretamente com os problemas dos diferentes órgãos federais. Para ele, haveria um discurso "de Brasília" e dos chefes – "que só funciona em Brasília" –, e a "realidade".

Tais dados de entrevistas, apesar de sua incapacidade de produzir generalizações sobre a totalidade do ministério, teriam maior probabilidade de satisfazer as perspectivas teóricas mais estabelecidas sobre transparência e combate à corrupção: poderia identificar todos os auditores e citar extensas falas. Contudo, apesar de seu interesse, acredito que o cotidiano das atividades de transparência não pode ser compreendido se essas entrevistas forem fetichizadas em citações, desconectadas de corporalidade e das geografias do campo. O elemento fundamental dessas falas é o seu caráter ritual, sua capacidade de produzir e projetar sentidos desejados na ordenação do poder. Os altos níveis de treinamento garantiram o recrutamento de cada um daqueles auditores e também se expressam na capacidade de não se abalar diante do gravador, na fluidez e assertividade de um discurso que, mesmo sendo uma projeção, consegue se apresentar como fato. A eficiência da burocracia conta com sua capacidade de emular um mundo sem conflitos. Desconfio que muitas entrevistas me foram concedidas porque já estavam prontas e esperando para

serem oferecidas. O sentimento de um Estado transparente, onde o poder não se esconde e está sob controle de todos, precisa ser compartilhado e encenado para ser efetivo.

Saindo do plano dessa experiência particular para tentar conectá-la com os processos mais amplos de constituição da transparência, considero que a projeção dos devires de um Estado aberto e transparente é um elemento fundamental da prática desses burocratas. Para W., conforme a explicação de seu incômodo particular com as falas oficiais, essas "projeções muito otimistas" causavam angústia porque, ao sair dali, ele via enormes problemas, um mundo "cheio de erros" e formas arcaicas de lidar com o bem público. Em sua experiência pessoal, esse informante traduziu o seu papel na burocracia como a difícil aceitação e normalização da discrepância entre o discurso dos chefes, a fala oficial do órgão, e o que via nas ruas. Por sua vez, para a compreensão das rotinas de poder, assim como nas "comunidades imaginadas" de Benedict Anderson (2008), esses sentidos presentes no discurso dos chefes permitem a "legitimidade emocional" e o "apego" que dão realidade ao Estado. No caso de nossa experiência particular com a CGU/Ministério da Transparência, podemos dizer também que essas projeções (ou imaginação do Estado transparente, aberto e justo) permitem a construção de sentidos e desejos que conectam o ideal do Estado com o cotidiano de seus representantes; mais ainda: trazem a experiência moral das virtudes à atividade burocrática que, de outro modo, seria extremamente desencantada.

Admirável mundo transparente

Uma análise mais apressada poderia supor que a segunda experiência caracteriza o fato e sucesso das políticas de transparência, enquanto a primeira seria apenas função do estado da federação escolhido e seu subdesenvolvimento. Essa percepção das políticas de transparência como função da quantidade de informação disponível é recorrente nos estudos sobre corrupção e também é problemática porque assume como fato o próprio discurso legitimador do objeto analisado. Apesar de suas diferenças, as duas experiências iluminam a compreensão da transparência como um devir – um novo horizonte moral ou forma de virtude que justifica e dá sentido às práticas e retóricas

burocráticas.[7] Tanto na tentativa de produzir opacidade quanto na utopia de um Estado transparente encontramos um acordo sobre o que é relevante ou sobre o que é o bem para a vida pública. Não encontrei quaisquer referências a problemas que não estejam estabelecidos na agenda da transparência: os elementos estruturais da desigualdade social, a relação entre segredos de Estado e segurança, os custos do combate à corrupção, a efetividade das políticas de combate à corrupção, a afinidade entre corrupção e capitalismo – nenhum deles foi indicado ou associado ao trabalho dos auditores e dos órgãos. A completa ausência da tematização de qualquer crítica à busca da "integridade absoluta" (Anechiarico; Jacobs, 1996) revela que, mesmo que agências apresentem práticas distintas, têm em comum um acordo sobre o que o Estado deve ser e, especialmente, sobre o horizonte moral que ordena suas práticas.

Depois de Doc (Whyte, 2005), não é necessário gastar tempo afirmando o papel da ação dos informantes nos itinerários da pesquisa. Contudo, no caso específico aqui estudado da constituição de uma política nacional de transparência, a necessidade e centralidade do informante se torna um dado distintivo, afinal, a ficção das formas de governo transparente quer fazer acreditar que nenhum informante será necessário, que é possível observar o funcionamento do poder. Os ambientes estudados vêm, através de várias leis e acordos, se comprometendo com a constituição de formas mais abertas de organização; por sua vez, os "guerreiros da integridade" (Sousa; Hindess; Larmour, 2009), ativistas do combate à corrupção, prometem um mundo sem áreas cinzentas e nem ambiguidades. É nesse sentido que uma sociabilidade ordenada pelas formas do segredo revela um problema ou, no mínimo, uma lacuna entre as projeções do Estado e a experiência dos burocratas. Não imagino que a política de transparência pública seja a possibilidade um campo aberto onde todos poderiam circular, mas a primeira experiência sugere que o próprio interesse nas rotinas de produção do Estado pode ser visto como suspeito, e que as lógicas do segredo ainda são articuladoras fundamentais do contato com o público. Nos dois casos, a constituição da transparência como prática das agências é muito diferente da

7 Como os trabalhos de Gupta (2012) e de Fassin (2012, 2013) demonstram especificamente no caso do estudo das formas políticas, pesquisar o cotidiano das moralidades não significa dizer que os atores estejam agindo moralmente ou comprometidos com realizações éticas. Trata-se de uma análise de formas de valor como instrumentos e técnicas de interpretação e ação no mundo.

ficção da transparência que anima os discursos oficiais. Quando os auditores dizem para procurar processos no mais novo sistema on-line, mandam e-mails semanais com a quantidade de processos julgados até o momento, ou se incomodam com a presença no ambiente, fica claro que as lógicas de transparência não são uma abertura ou as novas paredes de vidro do poder, mas uma nova antessala: formas ou fachadas produzidas para atender demandas específicas. Uma funcionária chegou a mencionar que "eles" (alguém acima) deveriam contratar pessoas para trabalhar especificamente "para a transparência" porque já não aguentava mais responder aos tantos pedidos de informação. Ou seja, produzir a transparência significa também novas práticas, novos cargos e funções. E assim a transparência não é um caminho para compreensão das atividades da burocracia, mas sua nova atribuição.

Isso confirma a ideia de Neyland (2007) de que o "ideal da transparência" se organiza como um novo conjunto de práticas específicas e não tem relação com uma abertura ampla dos processos envolvidos, como o senso comum sugere. Ou seja, segundo o autor, a produção da "visibilidade" está necessariamente atrelada à construção de novas zonas de invisibilidade. É preciso suspender a ideia comum de políticas de transparência como rotinas de revelação para que se possa observar (a) seu estabelecimento como a produção sistemática de um outro Estado e (b) sua fundamentação normativa através de práticas distintivas e exercícios de poder. Minha chegada ao órgão estadual com questionamentos sobre os processos de transparência dos órgãos públicos provocou um exercício de construção de opacidades. Por não saberem exatamente o que eu procurava, as barreiras foram bastante arbitrárias, tão arbitrárias e desconexas que eles mesmos esqueciam e precisavam criar novas. No segundo caso, a abertura permitiu conhecer o Estado conforme projetado pela transparência: um desejo de virtude e integridade que supostamente já era estabelecido e que também seria aceito pelas diversas instituições e seus atores, incólume a quaisquer condições políticas ou formas de conflito na sociedade.

As políticas de transparência prometem a lógica da revelação, se alimentam e fortalecem do desejo radicalmente moderno de que não haverá nenhum segredo, mas nos levam para uma outra câmara ou apresentação teatral. Claramente, o primeiro órgão tinha preparado "apenas" o sistema de busca de processos; o acesso de pessoas e as questões diretas sobre as rotinas de combate à corrupção – perguntadas em termos leigos –, não estavam no script. Já a antiga CGU

é o órgão por excelência na coordenação a preparação dessas novas práticas no país; a naturalidade dos auditores diante do gravador, a capacidade de falar por aproximadamente uma hora sem sair do script da projeção de um novo Estado, de novas relações de poder, sem revelar detalhes mais pessoais, nem discordâncias ou dificuldades, revelam um trabalho extremamente especializado e um treinamento rigoroso como representantes do Estado.[8] O trabalho dessa agência busca garantir a participação brasileira no grande acordo mundial sobre o bom governo, onde se imagina que os Estados precisam apenas revelar seu funcionamento para serem justos.

Segundo W., a visão positiva da efetividade do trabalho da CGU era algo corriqueiro entre os chefes devido às exigências do cargo. Mas essa explicação é frágil e, talvez, seria mais apropriado pensar que conseguem se manter nos cargos de chefia aqueles indivíduos mais habilidosos em projetar o Estado como este precisa ser visto (Scott, 1998). Nesse sentido, os angustiados com a efetividade de sua prática e que questionam os lapsos entre o projeto e a prática estatal não conseguem produzir a fachada necessária. Isso não pode ser entendido como uma crítica aos atores e sua sinceridade, uma vez que estamos tratando de desempenho de papéis. O treinamento para execução desses papéis, especialmente na lógica dos concursos públicos, é um capítulo à parte no desenvolvimento meticuloso das tecnologias de poder. O que está em jogo aqui é o caráter sistemático de manutenção do Estado, não apenas como aparatos e instrumentos físicos de controle, mas como necessidade, organização de valores e emoções. É nesse sentido que a visão positiva e aberta encontrada na CGU só pode ser entendida em sua conexão com as desventuras do controle local. Podemos falar de uma ficção permitindo a ação, de um projeto onde os diferentes níveis de burocracia se retroalimentam e se utilizam de suas diferenças para reforçar a necessidade de uma fundamentação normativa comum e projetar um Estado livre das contradições e disputas de poder.

Essas experiências demonstram que a produção da transparência como um valor orientador da governança é também um conjunto de rotinas e práticas,

8 Um auditor sugeriu que fizesse pedidos de informação – quantos eu quisesse, que pedisse informações sobre gastos, afastamentos e trabalhos acadêmicos realizados por seus funcionários sobre transparência. Ele mesmo brincou que dava essa ideia porque não seria trabalho para ele. No momento, achei interessante, mas depois pensei na sobrecarga de trabalho que geraria e W., pensando em si mesmo, disse que era muito cruel.

desenvolvidas através de uma geografia do poder; o Estado não é apenas um aparato burocrático, mas um conjunto de interações desenvolvidas em ambientes precisamente controlados e por práticas ritualizadas, mesas distribuídas, portas de acesso restrito, papéis e conversas secretas. No caso específico dessas agências, a ideia de "povo" era constante, o "Seu José e a Dona Maria", o "cidadão", a "pessoa comum" e a "sociedade organizada" apareciam constantemente nas falas já que todo o trabalho sendo ali realizado era "para eles". Mas em nenhum dos ambientes há a expectativa de se falar ao público ou de se refletir as dificuldades de compreensão de um sistema tão complexo. Desse modo, todo o lugar do público é basicamente também imaginado, seja para reclamar de seu baixo interesse pelo combate à corrupção, seja para mencionar suas novas demandas e exigências por mais transparência. Assim como o Estado, também o povo está sendo imaginado nesses corredores, e podemos perceber que não há como, em meio aos rituais burocráticos, separar a produção cotidiana do Estado da produção do seu povo. Essas imagens – Estado e povo – orientam processos e sistemas, tornando ações ordinárias em interesse público, fragmentos da realidade em segredo.

Como foi demonstrado por Ferguson e Gupta (2002), o Estado possui uma função racionalizadora, controladora de emoções, da "irracionalidade das regiões mais baixas da sociedade". Tal função é exercida a partir de rotinas que transformam ações ordinárias, enraizadas em valores e sentidos, em algo transcendental – o Estado como uma forma natural. No entanto, no caso específico da transparência seria um erro acreditar que essa produção de valor, ou de uma virtude advinda da eliminação dos segredos, está ligada exclusivamente à burocracia: podemos pensar que as próprias formas das ciências sociais, através de suas projeções tecnoempiricistas também se alimentam das ficções de controle e tentam produzir rotinas que alimentam seu próprio jogo (Comaroff; Comaroff, 2003). Muitas das perspectivas correntes de análise do Estado estão baseadas nessas próprias ficções e, ao desconsiderar o trabalho da burocracia como um conjunto de interações cotidianas e de projeção de interesses, naturalizam e justificam a produção sistêmica de exclusão. Não se trata de uma crítica à capacidade de certas perspectivas em produzir conhecimento, mas ao modo como os estudos sobre o Estado, num movimento dialético, se tornam um produto feito sob encomenda para simplificar e validar projeções políticas.

As projeções aqui organizadas, tanto na sua versão (estadual) de segredo, quanto na projeção (federal) de um país formado por instituições e servidores

familiarizados com a cultura transnacional da transparência, condensam um sentido moral ou virtude para produção cotidiana do Estado. Nos dois casos, apesar dos modos distintos, percebemos indícios de que essa forma virtuosa se fortalece na contraposição à política e aos políticos. No primeiro, através das ações do conselho, os esforços técnicos são esvaziados pelos interesses políticos. No segundo, o trabalho de projeção de instituições transparentes deve continuar sem qualquer relação com a política. Ambos revelam uma afinidade entre a "ideologia corrente de um mundo sem segredos e nem conspirações" (Comaroff; Comaroff, 2003) e a promessa de que os valores morais podem ordenar o mundo/Estado de modo mais apropriado do que a política.

Conclusão

A partir dos encontros e busca de informação no mundo supostamente transparente é possível concluir que os planos de mudança administrativa precisam ser entendidos também como projeções de desejo e sentidos, onde o projeto estatal (Scott, 1998) ou Estado imaginado (Anderson, 2008) vai se constituindo em novas tecnologias de controle, mas também em novos ideais de virtude. Em espaços e através de ações distintas, os dois órgãos estudados trabalham para projetar o ideal de um Estado transparente, aberto e democrático em ações do cotidiano (sistemas de busca, repostas a pedidos de informação, pareceres e processos). Nessa tradução das grandes virtudes do Estado em ações corriqueiras e "acessíveis" é possível perceber o reforço e intensificação das racionalidades burocráticas. Assim, busquei demonstrar como os rituais de produção da transparência se parecem mais com a produção de antessalas do poder do que com o discurso transnacional da plena visibilidade. Nesse sentido, enfatizei a construção da transparência como um projeto marcado por tensões e níveis distintos que se articulam no cotidiano das atividades burocráticas: como ficção (Comaroff; Comaroff, 2003), como produção de fachada (Goffman, 1975), como projeto de controle (Scott, 1998). Através dessa sobreposição de formas e modos de articulação de valor, percebe-se que a lógica de transparência e *accountability* desenvolvida pelas políticas recentes são também a produção concomitante de opacidade ou de antessalas do poder.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANECHIARICO, F.; JACOBS, J. B. *The pursuit of absolute integrity*: how corruption control makes government ineffective. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

COMAROFF, J; COMAROFF, J. *Of revelation and revolution*: vol 1: Christianity, colonialism, and consciousness in South Africa. Chicago: University of Chicago Press, 1991a.

COMAROFF, J; COMAROFF, J. *Of revelation and revolution*: vol 2: the dialectics of modernity on a South African frontier. Chicago: University of Chicago Press, 1991b.

COMAROFF, J; COMAROFF, J. Transparent fictions; or, the conspiracies of a liberal imagination: an afterword. In: WEST, H. G.; SANDERS, T. (Ed.). *Transparency and conspiracy*: ethnographies of suspicion in the New World Order. Durham: Duke University Press, 2003. p. 287-299.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

FASSIN, D. (Ed.). *A companion to moral anthropology*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

FASSIN, D. *Enforcing order*: an anthropology of urban policing. Cambridge: Polity Press, 2013.

FERGUSON, J.; GUPTA, A. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, Arlington, v. 29, n. 4, p. 981-1002, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FUNG, A.; GRAHAM, M.; WEIL, D. *Full disclosure*: the perils and promises of transparency. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUPTA, A. *Red tape*: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

HETHERINGTON, K. *Guerrilla auditors, the politics of transparency in neoliberal Paraguay*. Durham: Duke University Press, 2011.

HERZFELD, M. *The social production of indifference*: exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

HOOD, C. Accountability and transparency: siamese twins, matching parts, awkward couple?. *West European Politics*, London, v. 33, n. 5, p. 989-1009, 2002.

HULL, S. M. *Government of paper*: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan. Oakland: University of California Press, 2012.

NADER, L. Up the anthropologist-perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. H. (Ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Pantheon Books, 1972. p. 284-311.

NEYLAND, D. Achieving transparency: the visible, invisible and divisible in academic accountability networks. *Organization*, London, v. 14, n. 4, p. 499-516, 2007.

SCOTT, J. C. *Seeing like a state*: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Record, 2014.

SHARMA, A.; GUPTA, A. (Ed.) *The anthropology of the state*: a reader. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

SHORE, C. Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política da responsabilização. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 24-53, 2009.

SIMMEL, G. The sociology of secrecy and secret societies. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 11, n. 4, p. 441-498, Jan. 1906.

SOUSA, L.; HINDESS, B.; LARMOUR, P. *Governments, NGOs and anti-corruption*: the new integrity warriors. London: Routledge, 2009.

WEST, H. G.; SANDERS, T. (Ed.). *Transparency and conspiracy*: ethnographies of suspicion in the New World Order. Durham: Duke University Press, 2003.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Recebido: 31/01/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 1/31/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100003

Políticas em movimento: instituições, *ações* de estado e servidores públicos indígenas na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind/AM)

Policies in movement: institutions, state and indigenous officials at the Amazonas' Bureau for Indigenous people, Brazil

Tiemi Kayamori Lobato*

* Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR, Brasil
Doutoranda em Antropologia Social (bolsista CNPq)
tiemicosta@gmail.com

Resumo

O presente trabalho trata do processo de produção de uma instituição pública vinculada ao poder executivo amazonense: a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind/AM), criada em 2009, e extinta seis anos depois, em 2015. A forma como os servidores indígenas se percebem em tal processo implica a continuidade de um projeto político que, até então, havia tido seus principais desdobramentos através de organizações e associações do *movimento indígena*. Ao mesmo tempo em que o surgimento da Seind possibilita a ocupação de um lugar inédito na estrutura estatal, estar em tal posição também significa entrar em consonância com um novo universo político e certa *ordem* e *forma* da organização estatal brasileira. Busca-se refletir sobre a interação de indígenas, não indígenas, e suas instituições em tal processo, explorando a maneira como diferentes modos de se fazer política, de pensar a administração pública, e de estar no estado, confluem no sentido de compor esse novo espaço indígena.

Palavras-chave: indígenas; administração pública brasileira; Amazonas; *movimento indígena*.

Abstract

This article deals with the process of making an institution of the Brazilian public administration focused on the attention to indigenous peoples: the Secretariat for Indigenous Peoples of the State of Amazonas (Seind/AM), which operated from 2009 to 2015. It is argued that indigenous public servants perceived this experience as the continuity of a political project that unfolds from the various organizations of the *indigenous movement*. At the same time that the emergence of the Seind provided access to an unprecedented place in the state structure, being in that position also meant to be in line with a new political universe, and with the particular order and procedures of the state bureaucracy. Based on ethnographic research, the article reflects on the interaction of indigenous and non indigenous actors, and their respective institutions along this process, exploring how different ways of doing politics, conceiving of public administration, and being in the state converge to compose this new indigenous space.

Keywords: indigenous people; Brazilian public administration; Amazon; *indigenous movement*.

O relógio marcava 7h45 da manhã em Manaus, Amazonas. Todo o cenário para a abertura da Copa Indígena de 2012 já havia sido montado. As autoridades, em cadeiras situadas em um espaço reservado, dividiam a arquibancada com um pouco mais de 50 indígenas de diferentes etnias, oriundos principalmente das comunidades de Manaus e arredores. Um grupo de aproximadamente 30 militares também estava presente. Destacavam-se por estarem todos fardados, sentados juntos, destoando completamente do restante do público. A Copa Indígena de 2012 foi uma das atividades que integraram o Abril Indígena, em comemoração ao dia 19 de abril, Dia do Índio. As diferentes atividades (que, além do torneio esportivo, incluíram apresentações musicais, feira de artesanato e uma oficina para a emissão de nota fiscal on-line) foram organizadas pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind/AM), responsável por coordenar e gerenciar as políticas públicas destinadas aos povos indígenas do estado. No palco, armado para a abertura da solenidade, uma jovem ticuna de longos cabelos pretos, rosto pintado com tucumã e pés descalços, testava o microfone. Atrás dela, a banda do Comando Militar da Amazônia afinava os seus instrumentos e acertava os últimos detalhes para o início da apresentação. Juntos, Djuena Ticuna e a banda do exército, entoaram o hino nacional brasileiro enquanto as bandeiras do Brasil, do estado do Amazonas e do município de Manaus eram vagarosamente hasteadas. Djuena, no entanto, deu um tom especial à cerimônia: ela cantou o hino nacional em sua língua materna, ticuna.

A abertura solene da Copa Indígena foi emblemática de seu processo de construção: feito através da articulação entre diferentes instituições do governo do estado e organizações indígenas. Naquele momento em que todos pareciam celebrar a união entre indígenas, não indígenas e suas instituições (cujo hino nacional em língua ticuna constituiu seu maior símbolo), pertencimentos institucionais e étnicos eram frequentemente colocados em movimento pelas pessoas ali presentes. Tal dinâmica, que eventualmente borrava os contornos entre "estado" e "índios" enaltecendo o encontro entre ambos, ao mesmo tempo, também produzia divisões concretas entre indígenas e não indígenas, instituições públicas e *movimento indígena*, através dos discursos, dos posicionamentos pessoais e protocolares, e da própria presença física de todos aqueles agentes.

Atentando para essas questões, o presente artigo busca pensar como essa pluralidade de agentes e instituições pode confluir de diferentes formas em suas dinâmicas cotidianas e, assim, reforçar, refazer, ou apagar contornos

daquilo que denominamos de estado. Nesse sentido, a categoria estado, nativa tanto para certa literatura das ciências sociais quanto para os interlocutores da presente pesquisa, surge, a partir da etnografia, como uma tema de investigação antropológica – ou seja, como uma questão. De forma semelhante a Souza Lima e Castro (2015, p. 39-40), aqui se pretende abandonar os modelos de investigação que tomam o Estado (com E maiúsculo) como ente unificado, universal, e existente a priori, e passar a "transitar num registro para o qual a etnografia é essencial, como instrumento de desvendamento e como passo à construção teórica". A perspectiva etnográfica, portanto, aponta para a necessidade de desnaturalizar não somente o estado, mas também as categorias que vêm junto com a sua investigação. No caso desta pesquisa, em que temos uma forte interlocução entre instituições e agentes indígenas, dentro e fora do governo, palavras como *ações*, *projetos*, *demandas*, *poder público*, mas também *movimento indígena* e *lideranças*, entre outras, surgem como termos polissêmicos, carregados de significados e que devem ser "conteudizados"[1] através do empreendimento etnográfico (Teixeira; Souza Lima, 2010, p. 54). Tais categorias, nativas ao universo da pesquisa, serão grafadas em itálico.

A reflexão que segue foi inspirada pela experiência da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), um órgão vinculado ao poder executivo do estado do Amazonas, criado a partir da lei nº 3.403 de 2009 (Amazonas, 2009), e extinto pela reforma administrativa do governo do estado em 2015, através da lei nº 4.213 (Amazonas, 2015). Trata-se de olhar para o processo de constituição e o funcionamento cotidiano de uma instituição da administração pública brasileira que possuía indígenas e não indígenas em seu quadro de servidores. O presente trabalho, portanto, explora as práticas e experiências desses agentes estatais no processo de "fazer" estado e, ao mesmo tempo, de "produzir" e "estar" entre diferentes *políticas*: as políticas públicas, as micropolíticas concomitantes ao funcionamento da secretaria, e a política negativada, percebida como oposta à *técnica*.

Apesar de ser possível precisar a data de criação e extinção da Seind através dos marcos legais anteriormente citados, olhar para a trajetória da própria

1 A expressão "conteudizar", utilizada no mesmo sentido que os autores, não implica a falta de conteúdo anterior a tais categorias, mas a necessidade de qualificar quais são os seus usos nativos.

instituição e também de alguns de seus servidores nos permite traçar certa continuidade em relação aos arranjos administrativos anteriores e posteriores a ela. Essas trajetórias, tanto institucionais quanto pessoais, atentam para o fato de que, de diferentes formas e com configurações diversas, a presença dos indígenas no estado como servidores públicos não é tão recente, ainda que trabalhos antropológicos sobre tal temática não sejam recorrentes na literatura atual. Contudo, devemos lembrar que o estudo das relações de grupos indígenas com instituições do estado brasileiro (em outras palavras, os "índios" de um lado, e o "estado" de outro), se consolidou, durante os anos, um objeto permanente da antropologia. Ainda na década de 1970, Roberto Cardoso de Oliveira tratou da política indigenista através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, mais tarde, da Fundação Nacional do Índio (Funai), a partir de enfoques etnográficos desenvolvendo o conceito de fricção interétnica (Cardoso de Oliveira, 1972). Souza Lima se dedicou ao estudo das relações entre os povos indígenas e o estado brasileiro a partir do que denominou de "poder tutelar" dos segundos sobre os primeiros. O autor elaborou importantes reflexões a respeito da relação entre a administração pública e os povos indígenas, bem como do indigenismo no Brasil (Souza Lima, 1995, 2009, 2010). Manuela Carneiro da Cunha organizou, em 1992, a publicação do livro *História dos índios no Brasil*, que traz reflexões de diferentes autores no sentido de pensar uma "história indígena" (Carneiro da Cunha, 1992, p. 11). Juntamente a Antonio Carlos de Souza Lima e Beatriz Perrone-Moisés, a autora compõe uma seção do livro dedicada à política e legislação indigenista, tomando-a desde o século XVI até a gestão do Serviço de Proteção ao Índio (Carneiro da Cunha, 1992, p. 115-172). Bruce Albert (1998, 2000), entre outros assuntos, teve como foco a mobilização indígena na Amazônia brasileira referente à reivindicação de direitos garantidos pela Constituição de 1988, através do *movimento indígena*.

Como é possível perceber, esse campo de investigação consolidado durante os anos (que é, também, muito mais abrangente do que os autores citados), reúne importantes reflexões a respeito da maneira com que os indígenas vêm se relacionando com o estado brasileiro, geralmente em processos conflitivos de reivindicação de direitos. O enfoque dos autores privilegia as disposições (e definições) legais e formas de institucionalização dos direitos indígenas a partir de uma perspectiva que não tem como objetivo tratar do funcionamento cotidiano das repartições públicas, mas, sim, a interferência de suas determinações na vida de tais grupos. A presença dos indígenas em instituições estatais,

ainda que seja um tema relativamente novo de investigação, vem despertando o interesse de alguns antropólogos. Salvador Schavelzon (2010) é um dos poucos que se dedicaram ao estudo sobre a presença indígena ocupando cargos no interior do estado – no caso, o estado boliviano. O autor tratou da chegada dos indígenas à administração pública através da eleição do presidente Evo Morales e do complexo processo de construção e negociação da nova constituição boliviana no ano de 2009. Mais recentemente, a etnografia de Aline Iubel (2015) tratou da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira (AM), comandada por um prefeito e vice-prefeito indígenas. A autora buscou olhar para diferentes perspectivas e dinâmicas que fizeram parte da administração de ambos e que estavam intrinsecamente ligadas ao *movimento indígena* da região.

Este artigo busca dialogar com as etnografias desse campo de discussão, tendo como foco a produção de um lugar específico no governo do Amazonas voltado aos povos indígenas. Nesse sentido, ao invés de explorar como os "índios" se relacionam com o "estado", procuro investir em uma perspectiva que não trata tais categorias como dissociadas e a priori. Pelo contrário. Busca-se refletir sobre seus constantes processos de constituição, e sobre a maneira particular com que "indígenas" e "estado" são colocados a existir juntos, trabalhando no sentido de formar e informar a produção de diferentes instituições através de seus agentes.

O presente artigo está dividido em duas partes. Na primeira delas, ao explorar o processo de constituição da Seind, busca-se refletir sobre os limites das instituições indígenas e não indígenas, que parecem se confundir, progressivamente, durante a conformação desse novo espaço dentro do governo do Amazonas. Já a segunda seção trata das atividades cotidianas da Seind. Olhar para o que a secretaria e seus servidores fazem em suas rotinas diárias permitiu compreender a forma com que ela é estruturada e a maneira com que produz a sua *política pública*.

Movimento e estado: construindo uma instituição indígena no governo do Amazonas

O processo que deu origem à Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) é narrado como consequência de uma série de articulações que reuniram *lideranças* indígenas, suas instituições, servidores públicos e setores da

administração pública amazonense. Antes de iniciar esta narrativa é importante destacar que as considerações que seguem são oriundas de diferentes interlocutores que tiveram papel ativo em tal processo em diferentes épocas. Cartas de comunidades indígenas, ata de reuniões, documentos de diferentes ordens encontrados na secretaria, bem como matérias de jornais e a página oficial da secretaria (um blog periodicamente atualizado pela assessoria de comunicação da instituição), também foram fundamentais nessa tentativa de compreender o surgimento da Seind.

A multiplicidade de experiências, bem como as variadas versões relatadas durante a pesquisa (produzidas tanto pelos interlocutores quanto por fontes jornalísticas e documentos oficiais do estado do Amazonas), evidenciam, justamente, a(s) descontinuidade(s) da realidade etnográfica. Barbara Yngvesson e Susan Coutin (2008) defendem que as etnografias selecionam percorrer um caminho particular, tecido através dos processos observados. No entanto, alertam que a própria construção de tal caminho é sempre motivada no sentido de responder às questões colocadas pela pesquisa que se busca desenvolver. Tal fato, segundo as autoras, apontaria para duas construções simultâneas: a necessidade de o pesquisador manter-se aberto às possibilidades do "campo", uma vez que o mesmo é construído simultaneamente ao processo de coleta dos dados; e outra que seria retroativa, realizada na escrita do texto etnográfico. Nesse sentido, não se deve pensar o "campo" de antemão, uma vez que o mesmo é inexistente, tornado real por essas duas construções.

Este texto, portanto, não busca estabelecer uma versão única dos ocorridos, mas, sim, explorar a possibilidade de justaposição de diferentes ordens de dados. Foi através dessas múltiplas informações (fragmentares e heterogêneas) que a própria Seind e seus limites (entre *estado* e *movimento*) puderam se apresentar como uma questão a ser perseguida durante o período em campo, mas também retroativamente, na escrita do texto etnográfico.[2] O processo

2 O período em campo compreendeu os meses de fevereiro, março e abril de 2012, além de mais dois períodos de duas semanas que ocorreram entre os anos de 2012 e 2013. Durante os três meses mais intensos de campo, estive na secretaria diariamente participando de suas atividades e organizando as *demandas* enviadas pelos indígenas como forma de contrapartida à realização da pesquisa. Esse trabalho se demonstrou bastante interessante não somente pelo conteúdo das *demandas*, mas também por ter criado um espaço (físico e institucional) dentro da secretaria, em que eu pude estar "trabalhando" como os demais servidores.

de organização desses dados demonstrou que a Seind não constituía apenas um sobrado de dois andares no centro de Manaus, preenchido por servidores públicos que eram índios e não índios. Pelo contrário. Esse material apontou justamente para a fluidez dos processos de negociação que envolvem os limites e potencialidades da secretaria e que transbordam seu espaço físico e institucional.

A história da Seind teve início no ano de 2000 com a criação do Departamento de Política Indigenista (Depi). Com objetivo de prestar consultoria em relação às questões envolvendo os povos indígenas dentro do estado, e vinculado à Secretaria de Governo do Amazonas (Segov), o Depi era diretamente ligado ao então governador Amazonino Mendes.[3]

Quando criado, o Depi dispôs de quatro funcionários, todos não indígenas. Três deles foram cedidos pela Secretaria de Educação (Seduc) – onde as discussões para sua criação teriam iniciado. A coordenação das atividades ficou a cargo do antropólogo Ademir Ramos,[4] que até então atuava como consultor da Seduc em assuntos relacionados aos povos indígenas. O departamento durou apenas um ano, sendo em 2001 substituído pela Fundação Estadual de Política Indigenista (Fepi), vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

A fundação passou a funcionar em um pequeno prédio no centro de Manaus, e a ter quadro de servidores e orçamento próprio. Ainda sob a coordenação de Ademir Ramos, três indígenas foram convidados a participar da construção da Fepi na qualidade de servidores comissionados: Jorge, do grupo terena (falecido em 2007), Amarildo Machado, tukano, e Jecinaldo Cabral, sateré-mawé.

Segundo Ademir Ramos,[5] tais indígenas, selecionados "exatamente pela função *técnica*", cumpriam diferentes papéis dentro da instituição. Jorge Terena estava atuando junto a associações indígenas e tinha grande

3 Foi eleito governador em 1998 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), cargo que já ocupou em outros dois mandatos: 1986–1990 e 1994–1998. Também assumiu a prefeitura do município de Manaus em três ocasiões: 1982–1986, 1993–1994 e 2009–2012. Atualmente integra o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

4 Ademir Ramos participou, além das discussões para a criação do Depi, da consolidação da educação escolar indígena no estado do Amazonas. Atualmente é professor da Universidade Federal do Amazonas.

5 Entrevista realizada em 20/04/2012.

conhecimento a respeito de *projetos* e *articulações* com organismos internacionais. Amarildo Tukano, além de ser "muito bom *tecnicamente*", traria para a fundação o "aval do Alto Rio Negro", região percebida como politicamente relevante e onde o grupo tukano é um dos majoritários. Já Jecinaldo Sateré foi chamado com o objetivo de "dar uma força na questão da *liderança*". Assim, através dos critérios citados para a contratação dos três servidores, é possível perceber que a "função *técnica*" pode incorporar diferentes qualidades: saber fazer *articulações*, "ter o aval" de certa região, ou então ser uma *liderança*. É importante ressaltar que tal forma de percepção da *técnica* não se restringe a Ademir Ramos, sendo mencionada por diferentes interlocutores durante o trabalho de campo.[6]

Por outro lado, deve-se destacar que as particularidades que levaram à contratação de Jorge Terena, Amarildo Tukano e Jecinaldo Sateré são intrinsecamente relacionadas às suas trajetórias. No Brasil, a partir do final da década de 1960 e ao longo da década de 1970, as organizações indígenas começaram a crescer substancialmente. Elas reivindicavam o reconhecimento dos direitos indígenas, principalmente através do alinhamento do cenário político local a uma agenda de ONGs e agências internacionais que passavam a atentar para a questão indígena – a Organização das Nações Unidas (ONU), Sistema Interamericano, União Europeia são alguns exemplos – (Albert, 2014). Impulsionadas pela Constituição de 1988 (que possibilitou a institucionalização dos indígenas como pessoas jurídicas), e em grande expansão ao longo da década de 1990, as organizações e associações indígenas fizeram grande parte do caminho percorrido por tais indígenas, bem como de vários outros que vieram a integrar a Fepi – e, posteriormente, a Seind, como veremos adiante. Tais associações, atualmente, possuem características diversas. Elas podem representar tanto comunidades ou grupos locais quanto diversos povos ou mesmo regiões. A grande maioria delas está registrada em cartório ou em processo de

6 Em outro artigo (Lobato, 2016) argumento que o que pode contar como *política* e *técnica* é sempre contextualmente definido pelos interlocutores. A etnografia mostrou que *política* e *técnica* também operam no sentido de classificar certos servidores como "burocratas" e/ou "representantes". É a conjugação entre a execução das rotinas administrativas (percebidas como *burocráticas* e *técnicas*) e a capacidade de articulação com diferentes de instituições dentro e fora do governo (percebida simultaneamente, como "técnica" e "política"), que produziria um bom servidor público na Seind e a própria secretaria em sua especificidade.

legalização, desempenhando, de forma geral, funções políticas de articulação interna e de representação interétnica (Albert, 2000, p. 198).

A reivindicação de direitos através dessas organizações indígenas conformou o que os interlocutores chamam de *movimento indígena*.[7] Muitas dessas organizações, como destaca Albert (2000), têm hoje vínculos e projeção internacionais, integrando um panorama heterogêneo e diferentes formas de financiamento. Assim, pode-se observar, ao longo dos anos, a passagem de associações informais, frutos de um movimento conflitivo de organização etnopolítica da década de 1970 e 1980, para a institucionalização de uma imensa gama de organizações, cujos interlocutores pertencem tanto a organizações governamentais quanto não governamentais (Albert, 2000, p. 198).

Através da ocupação de diferentes cargos em variadas instituições indígenas (presidente, coordenador, tesoureiro, secretário, vice-presidente, só para citar alguns), Amarildo, Jorge e Jecinaldo tiveram uma intensa participação na vida política indígena antes mesmo de serem convidados a integrar a Fepi – o que, como mencionado, foi uma das razões para suas contratações. Assim, *estar no governo* ou *estar no movimento* são posições sempre pensadas como circunstanciais, e passíveis de suscitar uma série de reflexões nos servidores (ainda que possam ser vivenciadas simultaneamente – *ser servidor* e atuar no *movimento*).

No ano seguinte, 2002, com o apoio do ex-governador Amazonino Mendes (PFL), e após ter feito uma série de reuniões com o *movimento indígena*, Eduardo Braga[8] foi eleito governador pelo Partido Popular Socialista (PPS). De acordo com o ex-secretário da Seind, Bonifácio, da etnia baniwa, após assumir o cargo, Eduardo Braga foi cobrado pelo *movimento* para que a direção da Fepi passasse

7 Apesar de o termo *movimento indígena* ser amplamente utilizado no sentido de unificar as associações e organizações indígenas existentes, deve-se ressaltar que ele contempla variadas posições políticas e pontos de vista, por vezes conflitantes.

8 Eduardo Braga, atual senador, foi eleito deputado federal em 1990 obtendo a maior votação de seu partido (PDC). Em 1992 foi eleito vice-prefeito junto a Amazonino Mendes. Em 1994 tornou-se prefeito com a renúncia de Amazonino para candidatar-se ao cargo de governador do estado. Em 1998 foi candidato a governador contra Amazonino Mendes, no entanto, perdeu no primeiro turno. Em 2002 e 2006 foi eleito governador do estado do Amazonas. No ano de 2010, Eduardo Braga foi eleito senador pelo PMDB. No mesmo ano, Omar Aziz (PMN) assumiu o governo do estado do Amazonas, e foi reeleito. Eduardo Braga foi líder do governo Dilma Rousseff de 2012–2014. Em 2014 tornou-se ministro de Minas e Energia.

a ser desempenhada por indígenas. Bonifácio, que então participava da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn) – citada pelos interlocutores como uma das principais organizações indígenas do Amazonas – foi indicado pelo *movimento* junto a outros nove nomes para presidir a Fepi, sendo então escolhido pelo governador para assumir o cargo.

Vemos que, progressivamente, a Fepi passa a ter servidores indígenas assumindo suas atividades juntamente aos não indígenas. A maneira com que foi estruturada, nesse sentido, ocorre tanto a partir de um movimento oriundo da própria administração pública (que identificou a necessidade de criar um órgão específico que atuasse junto às questões indígenas, e não fosse apenas de caráter consultivo) quanto de instituições e representantes indígenas através de um movimento político organizado – o *movimento indígena*. A chegada de um represente indígena à presidência da Fepi foi considerada, por aqueles que participaram de tal processo, uma grande mudança em relação à forma com que as políticas eram idealizadas (quem melhor que um indígena, para entender e atender às necessidades dos indígenas?), e também em relação ao funcionamento dos processos administrativos: passou-se a ter mais reuniões. Segundo os interlocutores, era necessário entender como o *estado* funcionava, sendo esse um momento de aprendizagem coletiva. Pela primeira vez, os indígenas estavam protagonizando a criação de um espaço novo na administração pública: um órgão de *estado* para os indígenas (e não de política indigenista), feito por eles mesmos.

No ano de 2004, de acordo com o ex-secretário Bonifácio Baniwa,[9] após a constante reivindicação por parte da própria Fepi e de algumas organizações indígenas, o governador disponibilizou 11 vagas de cargos comissionados para seu quadro funcional. Assim, o estado do Amazonas foi dividido em 11 *mesorregiões* que tinham como objetivo a eleição de 11 indígenas, através da realização de "grandes oficinas" (abertas a toda a população, porém, coordenadas pelo *movimento indígena*). Tais indígenas seriam *representantes* de suas *bases*, e deveriam levar à Fepi as *demandas* de suas localidades. A maneira com que esses novos servidores foram selecionados seguiu critérios próprios das comunidades indígenas – ser *liderança*, por exemplo, foi um desses critérios. Essa forma

9 Em entrevista concedida em 04/04/2012.

de contratação, portanto, difere das regras universais dos concursos públicos, ao mesmo tempo em que não segue a atribuição de cargos a aliados políticos (oriundos de coligações partidárias, por exemplo).

A organização da Fepi articulou estado e *movimento indígena*, acionando elementos vinculados à administração pública (a concessão de vagas pelo governado e os cargos comissionados) e também de certa forma de organização das associações indígenas (oficinas participativas, indicações de nomes e eleições para assumir as vagas). Na ocasião do trabalho de campo, alguns dos servidores eleitos através das mesorregiões ainda se encontravam na Seind.

Em 2009, após a reeleição de Eduardo Braga (que, novamente, contou com o apoio do *movimento indígena*), e após "anos de *reivindicação*", segundo Bonifácio, é criada a Seind – que herda todas as atribuições, patrimônio e orçamento da Fepi.[10] A Seind foi criada em caráter especial, o que significava que sua lei poderia ser revogada ou alterada a qualquer momento, e que todos seus servidores seriam comissionados. De qualquer maneira, essa forma de narrar a criação da Fepi figura também como um dos "mitos fundadores" da própria secretaria no relato dos servidores. Não há, em suas falas, uma divisão concreta entre Fepi e Seind, sendo o processo de constituição de ambas as instituições narradas a partir da mesma história.

A redação do projeto de lei que dispôs sobre a criação da secretaria foi feita entre servidores da Fepi (o secretário e seus assessores) e representantes do *movimento indígena*. Após a discussão e elaboração do texto, ele foi apresentado tanto para as organizações indígenas quanto para o governador; em seguida, foi enviado ao poder legislativo para a votação. No entanto, a decisão do governador de manter o mesmo orçamento foi alvo de crítica por parte dos servidores (tanto indígenas quanto não indígenas): seria criada uma secretaria, com orçamento de fundação. Eles acreditavam que era necessário um aumento na receita para que a Seind pudesse funcionar de forma diferente e mais efetiva do que a Fepi. É interessante notar que, apesar de os interlocutores reconhecerem a ativa participação dos servidores da Fepi durante as discussões

10 Na ocasião do trabalho de campo, notei que o *Manual de integração e regulamentação interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas* da Fepi (Amazonas, 2008), que continha a finalidade, os objetivos e as regras de conduta da fundação era ainda utilizado na Seind no processo de integração de novos servidores. Isso evidencia o completo alinhamento de ambas as instituições.

e consolidação de tal processo (ou seja, funcionários públicos, de dentro do *estado*, também *reivindicando* a criação da secretaria) ela é frequentemente enunciada como uma conquista do *movimento*.

A escolha de um secretário para assumir o principal cargo da Seind, tal como na Fepi, ocorreu através de uma eleição. Em uma reunião com indígenas e não indígenas ocorreu "a definição do perfil e dos procedimentos administrativos para a escolha do secretário da Seind". Em um documento do acervo da secretaria sem título, juntamente com a cronologia dessas reuniões, estão redigidas as presentes características:

> Perfil do Secretário:
> Que seja indígena;
> Que participe do movimento indígena;
> Que tenha compromisso com o movimento indígena;
> Que tenha boa relação com as organizações indígenas, governo e organizações não governamentais;
> Que tenha o mínimo de conhecimento da estrutura administrativa do Estado;
> Que não seja indicação partidária;
> Que tenha conhecimento básico da língua portuguesa, escrita e leitura em português;
> Que acate as decisões do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e;
> Que tenha o mínimo de conhecimento em legislação.

Vemos então que os critérios necessários para eleger um secretário passam tanto pelo profundo comprometimento com as organizações do *movimento indígena* quanto pela necessidade de dominar os preceitos básicos da organização estatal: conhecer a estrutura administrativa, a legislação, e dominar a leitura e a escrita em língua portuguesa. As prescrições de tais itens demonstram a convergência de duas diferentes estruturas e organizações políticas que, nesse momento, surgem como complementares. Há, então, a possibilidade de dar continuidade a uma política que até então percorria seu caminho principalmente através de (mas não apenas) organizações indígenas, e que, agora, passa a ocupar um lugar diferente: uma secretaria de estado.

Após esta etapa, foi feita uma consulta às organizações indígenas de todo o estado que deveriam indicar, através de uma carta, o nome de um candidato

ao cargo de secretário que estivesse de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente. De acordo com a "Ata de apuração da indicação de nomes para a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas",[11] na reunião que definiu o nome do primeiro secretário da Seind, estavam presentes representantes de 20 diferentes instituições. Destas, 13 eram organizações indígenas e sete eram instituições vinculadas ao *poder público*.

Na sessão presidida pelo então presidente da Fepi, Bonifácio Baniwa, foram abertas 57 cartas representativas de 88 organizações indígenas.[12] Houve a indicação de 13 diferentes nomes para assumir a secretaria, oriundos de diferentes regiões do estado do Amazonas. As cartas recebidas possuíam variados conteúdos e formatos: enquanto algumas haviam sido manuscritas, outras foram digitadas e impressas; algumas indicavam um nome ao cargo de secretário e justificavam as suas escolhas através de uma lista de critérios, enquanto outras indicavam mais de uma pessoa; algumas das cartas tinham sido assinadas apenas pelo presidente da associação que representava, enquanto outras possuíam diversas folhas preenchidas com assinaturas de todos os membros da comunidade.

Entre os indígenas indicados, listados na ata da reunião em uma tabela que continha os campos "nome", "organização/região/município" e "número de votos", foi Jecinaldo Cabral, sateré-mawé, então presidente da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) que acumulou o maior número de votos, 26 no total. Em segundo lugar estava o então presidente da Fepi, Bonifácio Baniwa, com 17 votos. Dos 13 indígenas indicados pelas cartas, cinco faziam parte da secretaria na época do trabalho de campo: Amarildo Machado, tukano, assessor do secretário (que também integrou o Depi e a Fepi, como anteriormente mencionado); Bonifácio, baniwa, secretário; José Mario, mura, secretário adjunto; Lindomar (Linda), da etnia marubo, chefe do Departamento Financeiro; e Zuza Cavalcante, mayuruna, técnico de Programas e Projetos no Departamento de Etnodesenvolvimento.

Após funcionar por seis anos, a Seind foi extinta na reforma administrativa realizada pelo governador do Amazonas José Melo (Pros) no ano de 2015,

11 Nota-se que no título do documento consta "dos povos indígenas", e não "para os povos indígenas", tal como ocorre no nome atual.

12 A disparidade no número de cartas e associações ocorre porque algumas organizações são representativas de mais de uma associação, como a Coiab e a já citada Foirn.

juntamente a outras três secretarias: de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), de Ciência e Tecnologia (Secti), e a Secretaria Executiva de Política para as Mulheres (SEPM). Isso não ocorreu sem embates dentro do próprio *movimento indígena*: um grupo contrário ao então secretário havia invadido o prédio meses antes requisitando a mudança do titular do cargo.[13]

Com a notícia de que a Seind poderia ser extinta, diferentes organizações indígenas (favoráveis e contrárias à administração de Bonifácio Baniwa) deram sequência a uma série de protestos realizados tanto nas portas da secretaria quanto na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam). Parte deles reivindicava, além da permanência da secretaria, mais uma vez, a mudança de secretário.

A Fundação Estadual do Índio (FEI) foi então criada pelo governo do estado com o objetivo de suprir a lacuna deixada pela Seind. Bonifácio Baniwa, em um primeiro momento, assumiu como diretor-presidente interino da FEI. Semanas após sua criação, uma reunião foi convocada entre as *lideranças* indígenas de todo o estado com o apoio do governador José Melo (Pros) que "mandou buscar" indígenas de diferentes municípios. Nessa ocasião, como de praxe, foram indicados nomes para presidir a FEI, entre eles, o de Bonifácio Baniwa. Durante a votação, no entanto, Bonifácio foi derrotado por Raimundo Atroari, pertencente a um grupo que fazia oposição ao ex-secretário. A nomeação de Raimundo, no entanto, ocorreu apenas seis meses depois, o que criou inúmeras tensões para Bonifácio (que permaneceu no cargo como diretor-presidente interino) e foi visto como uma grande falta de respeito do governo em relação ao *movimento*.

Brígida Renoldi (2010), em *Persona, agencia y estado: rutinas de instrucción judicial en el processo federal argentino*, através da etnografia de uma instituição judiciária e seu trabalho cotidiano, nota que a distinção entre os poderes do estado (aqui, fazendo referência a diferentes instituições que lidam com delitos federais na Argentina) ocorre "através de fluxos e continuidades que tornam as divisões imperceptíveis (porque talvez não existam todo o tempo e nem em todos os lugares" (Renoldi, 2010, p. 95, tradução minha). Essa dinâmica de produzir instituições dentro do *poder público* com o objetivo de atender

13 A Seind foi invadida três vezes por grupos de indígenas contrários à sua administração durante os seus seis anos de existência. Inclusive, um dos servidores já havia participado de uma dessas invasões antes de ser contratado.

às *demandas* indígenas demonstra que as reflexões aqui expostas, e as questões levantadas pela presença dos indígenas no estado, não têm início e nem se encerram na Seind. Pelo contrário. Evidenciam que, em certos momentos, *movimento* e estado podem confluir (não só institucionalmente, mas no próprio pertencimento dos interlocutores da pesquisa que traçaram suas biografias em ambos os polos); mas, em outros, a separação é necessária e desejável. Deve-se também atentar para o fato de que mesmo que de forma improvisada e instável, a presença de servidores públicos indígenas vem se tornando permanente, ainda que constantemente negociada com os diferentes grupos que ocupam a *liderança* do governo do estado.

Ao mesmo tempo, é possível notar que há, de fato, certa importância e legitimidade conferidas à criação de tais espaços; ocupá-los permite não apenas a reivindicação dos direitos indígenas, mas também possibilita a produção de uma administração pública feita pelos indígenas em diálogo (mais ou menos harmonioso) com suas instituições, e que vá ao encontro dos anseios das diferentes comunidades. Assim, ainda que seja fácil identificar a constante fragilidade institucional de tais espaços indígenas – que nunca estiveram de forma permanente na estrutura do estado e foram sempre ligados a diferentes secretarias – é justamente essa provisoriedade que possibilita a eficácia dessas instituições. Isso porque é apenas através dos cargos comissionados que a articulação entre *movimento* e governo pode se efetivar a partir da contratação das *lideranças* indígenas indicadas. Um concurso público, que significaria um quadro fixo de servidores e estabilidade institucional – em outras palavras, a produção de um tipo de *estado* semelhante a uma "engrenagem", cujo funcionamento independe de seus agentes (Weber, 1982) –, seria desastroso nesse sentido justamente por interromper o fluxo colocado por essas intensas negociações, votações e reuniões.

Dessa forma, seguindo as falas dos interlocutores, surgem duas maneiras de se olhar para a Seind: em uma delas (recorrente entre alguns servidores, mas principalmente nas críticas vindas do *movimento*), os indígenas, através das rotinas administrativas e entraves burocráticos da secretaria, seriam "apreendidos pelo estado" de tal forma que se tornariam funcionários públicos comuns. Na outra, os indígenas estariam produzindo *estado* a partir de suas experiências e de certo imaginário a respeito do que uma repartição indígena dentro do estado deveria ser, lutando com "a caneta e papel" para que isso se efetivasse.

Instituições, *projetos* e *ações*: a prática e a experiência

Apesar de a posição administrativa ocupada inicialmente pelo Depi, mais tarde pela Fepi e depois pela Seind se diferenciar de acordo com as contingências de seus processos de transformação, um fato apontado pelos interlocutores que acompanharam tal processo é recorrente: a falta de orçamento e o impacto disso nas *ações* da secretaria. Nesta segunda seção irei explorar o funcionamento da Seind, buscando mais uma vez pensar a confluência entre a política produzida no interior da secretaria e no interior das associações e organizações indígenas. Através disso, busco refletir sobre o processo de produção da própria Seind enquanto administração pública a partir de suas dinâmicas cotidianas de produzir *ações* de estado.

A procura pela Seind por parte dos indígenas e suas organizações é constante e intensa. No sentido de formalizar todo tipo de comunicação que chega à secretaria, é necessário que se produza um papel que exponha, por escrito, sua finalidade. Esse papel é chamado de *demanda*. Não importa: telefonemas, e-mails, e tudo o que entra pelas portas da Seind (cartas ou pessoas), deve se tornar *demanda* (como eu, que visitei a secretaria para especular a possibilidade de acompanhar suas atividades, e acabei virando uma *demanda* de pesquisa). Elas podem representar indivíduos, comunidades, associações indígenas, ou mesmo instituições do *poder público*, bem como chegar pelos correios no formato de cartas manuscritas, cartas circulares ou ofícios. De modo geral, as *demandas* podem ser classificadas de duas maneiras conforme seus conteúdos: "*demandas* de bens materiais", como barcos, motores, construção de malocas, alimentos, etc., e "*demandas* não materiais", onde se requer a elaboração de *projetos*, agendamento de reuniões, visitas técnicas, entre outros. O funcionamento da secretaria é estreitamente vinculado às *demandas*, principalmente no sentido de elaborar *projetos* – inclusive para conseguir bens materiais.

As formas e conteúdos das *demandas* enviadas para a Seind evidenciam a existência de um imaginário (e também de múltiplas expectativas) que cotidianamente e constantemente coloca o que deveria ser uma "administração pública indígena" tanto para aqueles que buscam a secretaria (através de papéis) quando para ela própria. Tais perspectivas demonstraram ter uma incidência muito concreta nos processos internos à instituição, pois, ao mesmo tempo em que são projetadas expectativas que constroem o que deveria ser uma "administração

pública indígena" para diferentes agentes externos (espera-se que a Seind compre barcos para as comunidades, escreva *projetos*, faça *oficinas*, etc.), obrigam quem está "dentro" a construir uma resposta – uma resposta de secretaria de governo. A simultaneidade de ambos os processos também acaba por delinear os contornos da própria Seind, negociando os limites entre "dentro" e "fora" contextualmente. Assim, ao atender a determinadas *demandas* e não a outras, a Seind vai definindo, progressivamente, o seu tipo e área de atuação.

A forma com que as *demandas* são transformadas em *ações* de estado, tema da presente seção, é de extrema importância para compreender o que, afinal, é feito no interior da Seind. Nesse sentido, olhar para as *demandas* significa não somente olhar para a circulação dos papéis dentro da secretaria, mas, sim, para a maneira com que a materialidade dos papéis possibilita a conexão entre as rotinas administrativas, as pessoas e *políticas* (tanto no sentido de uma mobilização para reivindicar direitos quanto no sentido de política pública, produzida pela secretaria). Os *técnicos* são os responsáveis por dar cabo a tais movimentos, e, assim, trabalham cotidianamente essa forma particular de fazer e de estar no *estado*.

Grande parte das *demandas* que são enviadas à Seind é encaminhada aos departamentos responsáveis pelas *atividades-fim*, ou seja, que têm contato direto com os povos indígenas: o Departamento de Etnodesenvolvimento (Detno) e o Departamento de Promoção dos Povos Indígenas (Depi). No entanto, por diferentes motivos – mas, principalmente, pelas limitações orçamentárias – a maioria das *demandas* não pode ser atendida. Isso faz com que os servidores dos departamentos das *atividades-fim*, os *técnicos*, busquem outras estratégias de gestão no sentido responder às *demandas* e, consequentemente, ao grupo ou instituição que as enviou.

De acordo com a coordenadora de Programas e Projetos do Detno, Rosa dos Anjos, assim que uma nova *demanda* chega, os *técnicos* verificam a possibilidade de inscrevê-la em *editais* abertos por outras instituições públicas (secretarias de estado, ministérios, etc.) ou privadas (bancos, fundações, etc.). Quando isso ocorre e as *demandas* podem, de fato, originar *projetos* que se alinhem aos temas dos *editais*, os *técnicos* ficam "tão empolgados quanto as comunidades", e então dão os *encaminhamentos* para a abertura de um *processo*.[14] Contudo,

14 Nota-se que a primeira *ação* dos *técnicos* é buscar meios de "fora" da secretaria no sentido de viabilizar as *demandas* que chegam a ela.

grande parte das *demandas* não dá origem imediatamente a *projetos*. Elas então são arquivadas e podem ser resgatadas assim que um *edital* que contemple o seu tema for aberto. Os *técnicos* estão constantemente buscando esses *editais* nas mais diversas áreas: cultura, saúde, educação, entre outras, o que ocorre principalmente via internet. Chris Lopes, do Departamento de Promoção dos Povos Indígenas, também mencionou que algumas secretarias de estado ligam para avisar quando *editais* que interessem à Seind irão abrir. Assim, os servidores da Seind aproveitam o fato de estarem em uma secretaria de estado para trabalhar e entrar em contato com as outras secretarias. A proximidade entre esses órgãos da administração pública e seus funcionários pode ser construída em diferentes momentos. Para os servidores da Seind, é essencial ter certa rede de pessoas mapeada dentro das instituições públicas.

A escrita de um *projeto* pode ser realizada pela comunidade ou associação indígena que enviou a *demanda*, pela secretaria, ou por ambas em conjunto. É bastante comum o envio de *projetos* já prontos à Seind. Nesses casos, os servidores apenas corrigem eventuais erros e realizam alguns ajustes para alinhar o *projeto* ao formato do edital (principalmente no sentido do vocabulário utilizado). Em outros casos, a secretaria escreve o *projeto* a partir da *demanda* e consulta a associação indígena apenas para saber se ainda há interesse na sua concretização (uma vez que as *demandas* podem "ficar paradas" por bastante tempo). Os *projetos* também podem ser escritos por algum representante da associação e pelos servidores da secretaria em seu próprio espaço físico. Geralmente o representante indígena vai à secretaria e então ambos delineiam o *projeto* em um dos computadores disponíveis nos departamentos. Após a sua escrita, ele é enviado à instituição que abriu o *edital*. Todos os encargos financeiros de tal processo (como a impressão, o envio pelo correio, xerox de documentos, etc.) são custeados pela Seind. Na grande maioria dos casos é a própria associação ou organização indígena que figura como proponente. Isso ocorre porque os *editais* não permitem o envio do recurso diretamente para a secretaria, devido à sua natureza institucional. Nesse sentido, na maior parte do tempo, as atividades dos *técnicos* da Seind se resumem a elaborar e enviar *projetos*.

Para estar na secretaria é preciso ter o apoio de sua região, grupo ou associação indígena e, ao mesmo tempo, dominar as rotinas administrativas. De nada adianta ser apenas um burocrata e não conseguir articular politicamente o andamento dos papéis e *projetos* com as comunidades e associações indígenas,

da mesma forma que não adianta ser apenas um representante e não saber executar as rotinas administrativas da secretaria. É a combinação dessas qualidades, no ponto de vista dos meus interlocutores, que garante o funcionamento da Seind.[15]

No sentido de ilustrar a centralidade das *demandas* dentro da Seind, irei abordar o processo de negociação de um grande *projeto* cujo conteúdo teve como base as próprias *demandas* de organizações indígenas.

O *projeto* do BNDES

Como brevemente mencionado nas páginas anteriores, o movimento pelo reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, foi marcado por uma grande interação, em nível global, com órgãos internacionais (ONGs, bancos, e agências como a ONU). De acordo com Bruce Albert (2014, p. 131), a retórica do "desenvolvimento sustentável" que invadiu as organizações internacionais nesse período fez com que os indígenas procurassem legitimar suas *demandas* em termos de uma "etnicidade ecológica", que os conferiu poder de negociação e uma audiência política muito mais ampla do que em anos anteriores.[16] O financiamento de *projetos* através de *editais* que têm como finalidade o *etnodesenvolvimento*, ou o *desenvolvimento sustentável* das comunidades indígenas amazônicas, é bastante frequente ainda nos dias atuais. Deve-se lembrar que o termo *etnodesenvolvimento*, amplamente utilizado pela Seind em seus *projetos*, também integra o nome de um de seus departamentos. Como evidencia Rodrigo Grünewald (2003), a problematização de tais categorias é fundamental. De forma semelhante à descrita pelo autor, os servidores da secretaria fazem uso do termo *etnodesenvolvimento* tanto como uma "perspectiva intimamente ligada à administração de políticas públicas nas áreas indígenas" quanto a um processo "que visa a manutenção/transformação de uma sociedade indígena (etnia) ligada a determinada configuração produtiva autônoma" (Grünewald, 2003, p. 52). A Seind,

15 Esse argumento é aprofundado em Lobato (2016).

16 Bruce Albert, de forma bastante pertinente, trata da maneira com que essas transformações colocam novas condições e desafios para a pesquisa etnográfica, principalmente no tocante ao envolvimento e atuação de antropólogos em tais *projetos* de financiamento.

bem como associações e organizações indígenas, frequentemente buscava captar recursos destinados com os propósitos de *etnodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*. No ano de 2012 a Seind esteve frente a uma ocasião excepcional. A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) entrou em contato afirmando que possuía um *recurso* destinado a políticas públicas para os povos indígenas que ainda não havia sido utilizado, havendo a necessidade da escrita de um *projeto*, por parte da Seind, para captá-lo. Tal recurso, proveniente do BNDES, era bastante significativo: cerca de dez vezes o orçamento anual da Seind. Segundo Rosa (a coordenadora de *projetos* do Detno), todos ficaram eufóricos com a possibilidade de escrever um grande *projeto* para atender as *demandas*.[17]

Para compor esse grande *projeto*, os *técnicos* levantaram todas as *demandas* existentes e não atendidas desde a criação da secretaria (ocorrida em 2009). Para saber se elas ainda eram válidas, todas as organizações foram consultadas via telefone ou e-mail. Após essa consulta, as *demandas* que restaram (que ainda eram muitas) deram corpo ao *projeto* "Gestão Ambiental e *Produção Sustentável* das Terras Indígenas do Amazonas", cujo valor total se aproximou a 31 milhões de reais. Em uma conversa sobre o assunto, o chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, relatou que na primeira reunião com o BNDES os *técnicos* da Seind foram perguntados: "Como a Seind, que tem orçamento anual de três milhões, vai gerenciar 31 milhões?" Tal questão levou os *técnicos* do departamento a redimensionar o *projeto* para torná-lo mais administrável segundo os critérios do banco. A primeira medida foi verificar quais associações estavam com a situação legal regularizada – o que contribuiu significativamente para a redução do volume de *demandas* contempladas no *projeto*.

A situação regular das associações é fundamental, uma vez que elas ficam impossibilitadas de receber o *recurso* (mesmo com o *projeto* aprovado) caso isso não ocorra.

A partir da análise das *demandas* que restaram dessa triagem, os *técnicos* notaram que havia, de forma geral, a necessidade de apoio em atividades de

17 A versão do *projeto* a que tive acesso no final do ano de 2012 – na época, a mais recente – ainda estava em fase de negociação com o banco. O chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, apontando para o fato de que seu conteúdo provavelmente passaria por algumas alterações, solicitou que eu não utilizasse no trabalho (e assim, não divulgasse) o texto na íntegra. Por esse motivo, optei por não reproduzir nenhuma parte do *projeto*.

geração de renda em todas as *comunidades*, o que levou à investigação das *potencialidades produtivas* de cada região e como elas poderiam ser exploradas de forma *sustentável*. Por exemplo: se determinada região se destacava na extração da castanha, receberia uma *ação* que promovesse o maior aproveitamento de tal especialidade.[18] Assim, o grande *projeto* enviado ao BNDES se estruturou através de uma série de *projetos* menores, pensados de acordo com as *demandas* recebidas, os recursos naturais disponíveis e a vivência dos *técnicos* em relação a cada região do estado.[19]

A categoria *ações* é utilizada pelos servidores no momento de se referir ao que os *projetos* fazem. A *ação*, nesse sentido, pode ser pensada como tudo que sai da Seind em direção às comunidades e associações indígenas – o que ocorre, como mencionado, através de *projetos* enviados por ela própria a outras instituições, ou por programas de outros órgãos públicos. De acordo com Cristiano, o chefe do Detno, a consulta previamente realizada junto às associações (no sentido de verificar a existência de interesse na *demanda*) criou grande expectativa por parte das comunidades. Preocupados com o fato de terem que excluir muitas delas do grande *projeto*, os *técnicos* optaram por não restringir sua área de abrangência (ou seja, continuar contemplando uma extensa região do estado), no entanto, reduzindo o número de *ações* voltadas para cada associação.[20] Assim, se uma região receberia cinco *ações*, passou a ser beneficiada com apenas três. Entre as *ações* previstas estavam oficinas de artesanato, cursos de capacitação em piscicultura, implantação de *projetos* de agricultura familiar, entre outros.

No sentido de gerenciar o recurso a ser utilizado (que dessa vez seria repassado diretamente à administração da Seind), foi elaborada uma "Proposta de Governança do Projeto" por parte dos *técnicos*. Essa proposta previa a criação de uma coordenação dentro do Departamento de Etnodesenvolvimento que seria

18 Isso foi incorporado ao *projeto* através dos termos *etnodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável* das comunidades.

19 Através do trabalho na secretaria, os *técnicos* conseguiam identificar, mais ou menos de forma direta, qual atividade econômica de cada região ou associação indígena. Por exemplo: os Sateré-Mawé do baixo Amazonas trabalham com o beneficiamento do guaraná.

20 Nota-se que as *ações* são efetivadas via associações, e não comunidades. As comunidades se fazem presentes (e se tornam inteligíveis para linguagem do estado) unicamente através de sua constituição jurídica enquanto associação.

responsável pela execução *técnica*, administrativa e financeira do *projeto*, inclusive ocupando um espaço físico próprio. A criação dessa coordenação, segundo o chefe de departamento, foi uma contrapartida ao recebimento do financiamento do banco, e seria composta por uma equipe multidisciplinar de 12 profissionais. Em função do quadro da Seind contar com apenas 38 servidores, o que tornaria inviável a alocação de 12 deles para fazer parte de tal coordenação, a proposta sugeria a reconfiguração do organograma da instituição através da contratação de novos servidores.

Inicialmente o BNDES havia optado pela possibilidade de utilizar a estrutura de outra secretaria de estado (tanto o espaço físico quanto servidores). No entanto, os *técnicos* argumentaram que a execução do *projeto* não seria totalmente realizada pela Seind, consequentemente diminuindo seu controle sobre as diferentes etapas. O chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento e o secretário Bonifácio compreenderam que seria "politicamente mais interessante" aumentar o quadro de servidores, o que também fortaleceria a secretaria futuramente. Contudo, na época, já se sabia que a viabilidade de tal proposta era muito difícil de ser atingida, uma vez que envolvia negociações em diferentes níveis, tanto com o governo do estado (que era o único que poderia concretizar as contratações abrindo essas 12 vagas na Seind) quanto com o banco, que deveria aprovar a proposta da secretaria.

A negociação com o BNDES evidenciou uma série de tensões relacionadas à frágil posição institucional ocupada pela Seind e as circunstâncias em que estava envolta, desde a limitação dos recursos disponíveis até as desconfianças, por parte de outros órgãos, de suas competências técnico-administrativas.

Trabalhar através dos *editais* e *parcerias* faz parte de uma estratégia que busca identificar e incorporar uma produtividade "externa" aos limites institucionais da Seind, e que está presente tanto no âmbito estatal quanto além dele. A criatividade dos servidores em tal processo acaba – ao menos potencialmente – por reformular a maneira com que a secretaria se estrutura e, assim, repensar os departamentos, as coordenações e a própria atuação dos *técnicos* que, conforme disse Rose Meire, chefe do Depi, "têm que fazer o *projeto* acontecer". O papel desempenhado pelos *técnicos* é pensado a partir da possibilidade de agenciar essa produtividade do estado para os povos indígenas, adequando as políticas já existentes e captando recursos via *editais* – o que suscita diferentes pontos de vista e reflexões.

Durante o trabalho de campo, foi possível identificar pelo menos duas perspectivas a respeito dessas formas de *ação* da secretaria. A primeira delas coloca a Seind enquanto *mediadora* (no sentido nativo da palavra) entre as comunidades e organizações indígenas por um lado, e de outro, diferentes organizações públicas ou privadas. Dessa forma, há o reconhecimento de uma estrutura estatal previamente existente que possui *recursos*, e também da possibilidade de acessá-los mediante *projetos*. Contudo, os contextos particulares que informam as instituições indígenas e não indígenas (e suas respectivas diferenças) mostram que tal aproximação é marcada por dissonâncias e tensões. O próprio secretário narra algumas dificuldades de tal processo fazendo uma diferenciação entre o que seria da "cultura indígena", e de certa "cultura do estado". Em entrevista, ele afirma:

> Nossas organizações não são das cidades. Hoje eu sou da cidade, quando eu não estiver aqui, eu volto pra aldeia, então tem que ter uma lei, legislação, que fala da burocracia diferente daqueles que moram na cidade. Por exemplo, hoje a lista de documentos você tem que declarar a cada 30 dias, uma organização nossa, do interior, às vezes vem duas ou três vezes por ano pra cidade, como é que fica a situação dela? Vai ficar inadimplente perante o estado, por quê? [...] Como eu falei, [...] a cultura do indígena, quando ele dá uma coisa pra outro semelhante, parente, esposa, ele não quer ficar perguntando como que vai utilizar aquilo ali. Se ele tem, ele responde: tem farinha? Ele dá farinha. Não quer saber se aquela farinha vai tomar uma única vez, vai tomar duas vezes, ou se vai contar caroço de farinha. Ele entregou peixe e farinha: pronto! [...] Sendo que para a burocracia do governo é assim, você tem lá R$ 100,00, ele quer que você fale que esse centésimo vai ser pra isso, ¼ vai ser pra isso... Dez pra combustível, quatro pra prego... Para o indígena não existe isso. Então na prática, para a burocracia, para a cultura indígena isso ainda é um entrave – além de não ter leis que amparem o desenvolvimento de atividades no interior. (Entrevista em 02/04/2012).

Visando essa conjuntura própria das associações e organizações indígenas, o Departamento de Etnodesenvolvimento, antes do grande *projeto* do BNDES, investia grande parte dos seus esforços em cursos de capacitação, administração e gerenciamento de associações para os indígenas. Tal questão também mostra, mais uma vez, que a Seind não está apenas produzindo *ações* e *projetos*

compulsoriamente, mas também está se modificando e se pensando através deles enquanto administração pública – inclusive através da reestruturação de seus departamentos e organização interna de seus servidores. A fala do secretário nos leva a um segundo ponto. Ainda que exista o reconhecimento da produção dispersa de políticas voltadas aos indígenas em diferentes órgãos públicos (inclusive com departamentos específicos para isso na estrutura estatal), há também uma visão crítica a respeito delas: a necessidade de "adequação". Assim, se em um primeiro momento, a existência de tais políticas parece ir de encontro à função da Seind enquanto órgão do poder executivo (duplicando sua finalidade), em outros, parece dar sentido à sua própria existência. Neste último caso, vemos por diversas vezes os interlocutores destacarem certa distintividade da Seind em relação aos demais órgãos do governo. Quem melhor que os próprios indígenas para realizar essa adequação? Nesse sentido, não caberia à secretaria executar diretamente as *ações*, mas sim, adequá-las e levá-las às *pontas* – o que pode depender do estabelecimento de alianças institucionais e pessoais dentro e fora do governo.

Ao mesmo tempo, devemos destacar que a centralidade dos *editais* e a incessante escrita de *projetos* constituem uma forma de *ação* idêntica à das associações indígenas. Essa estratégia, no entanto, também suscita críticas por parte de alguns servidores e ex-servidores. Para eles, a secretaria não deveria buscar financiamento para os *projetos* em outros órgãos, mas já possuir tais recursos em sua estrutura e aplicá-los conforme seus critérios. Nesse sentido, caberia à Seind formular e executar as políticas, não apenas *mediar* as relações entre as organizações indígenas e os órgãos públicos.

A produção da *política pública* feita pela Seind através dos *editais* e *projetos*, bem como a própria forma com que surgiu – intrinsecamente vinculada ao *movimento indígena* – leva algumas pessoas (servidores e não servidores) a pensarem a secretaria como um posto avançado do *movimento indígena*. Enquanto tal questão é vista como problemática em certos casos, vinculando a secretaria com a *política* (no sentido negativo da palavra) e enfatizando a necessidade da *técnica*, em outros, a Seind é percebida como uma importante conquista do *movimento*, um avanço dos povos indígenas que passam a ocupar um lugar inédito na estrutura estatal.

Essa permanente especulação de alianças e possibilidades de negociação coloca em movimento (além dos *técnicos* que participam de inúmeras reuniões,

editais e *projetos*), o próprio lugar institucional da secretaria. É na materialidade dos *editais* e dos *projetos* que tais relações, construídas anteriormente, se estabilizam.

Considerações finais

No ano em que passei a frequentar a Seind por ocasião do trabalho de campo, 2012, a secretaria não estava com *projetos* acontecendo nas Terras Indígenas. Os *projetos* que haviam sido enviados anteriormente não tinham sido aprovados, ou então estavam em fase de avaliação ou negociação. Os *técnicos* estavam se dedicando à escrita de outros *projetos* (entre eles, o do BNDES), operacionalização de *projetos* ainda não aprovados ou enviados (para garantir sua efetivação[21]) e à articulação com outras instituições para viabilizar eventos (como a Copa Indígena).[22] No ultimo ano em que estive visitando a instituição, 2015, o *projeto* do BNDES ainda não havia se concretizado. Uma nova versão estava em vias de ser enviada ao banco para, possivelmente, abrir outra fase de negociação.

Em "A unidade do Estado como processo técnico", Ciméa Bevilaqua (2016) afirma que o afastamento de definições homogêneas e objetivas de estado por parte daqueles que buscam abordá-lo etnograficamente frequentemente enfatizam seu(s) processo(s) de diferenciação – ou seja, o entrelaçamento entre disposições formais e as práticas imaginativas de seus agentes. A autora propõe o inverso: refletir sobre os processos de elaboração da unidade estatal, afirmando que "se é possível reconhecer que existe *algo* a ser descrito, esse algo, não sendo uma essência ou um ente 'dotado de vida própria, acima e independentemente de seus operadores humanos' (Herzfeld, 2008, p. 88, tradução da autora), só pode ser uma *prática*, um movimento imanente – e incessante – de unificação" (Bevilaqua, 2016, p. 150, grifo da autora). Olhando para a Comissão de Coordenação de Correição (CCC), órgão da Controladoria Geral da União (CGU) e

21 Como no caso do BNDES, nem todos os *projetos* surgem da abertura de *editais*.

22 Na dissertação que deu origem ao presente artigo (Lobato, 2013), trato também do *projeto* Arco das Letras, que levava pequenas bibliotecas às comunidades rurais do Amazonas. Pude acompanhar uma das reuniões entre a Seind e o Ibama para verificar a possibilidade de utilizar a madeira apreendida pelo órgão na confecção dos móveis das bibliotecas que iriam para as Terras Indígenas.

responsável por apurar as irregularidades cometidas por servidores públicos federais, Bevilaqua busca compreender quais são as práticas que produzem a unidade do estado, estabelecendo o que pode ou não acontecer dentro do funcionalismo público. O trabalho da comissão, nesse sentido, seria um grande esforço de "padronizar a interpretação" das normas legais através da "harmonização e uniformização" de seus entendimentos. Olhando para os encaminhamentos da comissão, a autora percebe que a busca por esses procedimentos de padronização, unificação e harmonização consiste em um permanente processo de refazer a lei, sendo esta "a própria condição de sua aplicabilidade, assim, como a regularidade de sua aplicação" (Bevilaqua, 2016, p. 171). Ou seja, frente à impossibilidade de uma aplicação universal das normativas do funcionalismo público, o trabalho da comissão era de permanentemente refazê-las, produzindo assim o próprio direito disciplinar no qual se basearia: "Como não é possível prever ou conter uma heterogeneidade que se repõe incessantemente, é preciso não conceber os procedimentos de controle simplesmente como instrumentos para um fim. Os resultados são os procedimentos, vistos de outra perspectiva, e é exatamente aí que pode residir sua eficácia [...]" (Bevilaqua, 2016, p. 174).

Apesar de se tratar de contextos radicalmente distintos, a reflexão proposta por Bevilaqua nos fornece outra perspectiva para olhar para a Seind. Pensar a secretaria apenas através do aparente insucesso de seus *projetos* não sustenta a relevância de sua posição institucional e talvez daquilo que ela, de fato, produz. O que movimenta a Seind e, ao mesmo tempo, constrói seu lugar institucional e a sua *política pública* (como abordado anteriormente), não é o resultado dos *projetos*, mas sim, a sua escrita. O modo de fazer – e o processo de constante feitura de *projetos* – é o que produz a secretaria em seu cotidiano, gerando reuniões, *demandas*, articulações e negociações.

Na primeira seção do texto, vimos que o incessante movimento de (re)fazer um espaço no governo do Amazonas dedicado aos indígenas produziu um órgão híbrido, parte *movimento*, parte *governo*, parte *política*, e parte *técnica*. Na segunda seção, busquei mostrar que a atenção às *demandas* produz uma política específica, expressa em uma forma de *ação* bastante semelhante à das associações e organizações indígenas dentro do estado. As rotinas administrativas e procedimentos burocráticos, nesse sentido, fazem parte da produção dessa outra política, uma política indígena, construindo também a especificidade da

Seind enquanto instituição da administração pública. Em outras palavras, é esse modus operandi de escrita de *projetos* que, apesar de ser visto a partir de uma perspectiva crítica tanto por parte dos servidores quanto do *movimento*, dá corpo à produção de uma política particular no interior da secretaria. Esse modus operandi, por sua vez, vem da experiência de sujeitos indígenas particulares em associações e organizações do *movimento*, mas também (e talvez, principalmente) dos modos particulares de essas instituições se relacionarem com órgãos de estado. O imbricamento desses diferentes modos de se fazer política, de pensar a administração pública e de estar no estado, tornam, mais uma vez, os limites da secretaria imprecisos, uma vez que o seu "interior" e "exterior" parecem ser construídos sempre contingentemente aos processos que os cercam. Ao mesmo tempo, atestam a existência de certa potência *técnica* acumulada pelos indígenas em seus diferentes intercâmbios com o estado.

Referências

ALBERT, B. Territorialité, ethnopolitique et développement: à propos du mouvement indien en Amazonie brésilienne. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 23, p. 177-210, 1998.

ALBERT, B. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, C. A. (Org.). *Povos indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 197-207.

ALBERT, B. "Situação etnográfica" e movimentos étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. *Campos*, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 129-144, 2014.

AMAZONAS. Fundação Estadual dos Povos Indígenas. *Manual de integração e regulamentação interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas*. Manaus, 2008.

AMAZONAS. Lei nº 3.403, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre a criação da Secretaria Estadual para os Povos Indígenas – SEIND. *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, Manaus, ano 114, n. 31.623, p. 1-2, 7 jul. 2009.

AMAZONAS. Lei nº 4.213, de 08 de outubro de 2015. Dispõe sobre a modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual, na forma que especifica, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, Manaus, ano 121, n. 33.142, p. 2, 8 out. 2015.

BEVILAQUA, C. A unidade do Estado como processo técnico. In: FONSECA, C. et al. (Org.). *Antropologia da ciência e da tecnologia*: dobras reflexivas. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 149-178.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Edusp, 1972.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRÜNEWALD, R. de A. Etnodesenvolvimento indígena no nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. *Revista Anthropológicas*, Recife, v. 14, n. 1-2, p. 47-71, 2003.

IUBEL, A. *Transformações políticas e indígenas*: movimento e prefeitura no alto rio Negro. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LOBATO, T. K. *Indígenas e não indígenas na administração pública*: uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) do Amazonas. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LOBATO, T. K. Uma administração pública indígena: "Burocratas" e "representantes" na Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (SEIND) do estado do Amazonas. *Tomo*, São Cristóvão, v. 27, p. 81-107, 2016.

RENOLDI, B. Persona, agencia y estado: rutinas de instrucción judicial en el proceso federal argentino. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 32, p. 95-120, 2010.

SCHAVELZON, S. A abertura e o Estado Pluralista como busca de solução constitucional ao problema das duas Bolívias. *Cadernos Prolam/USP*, São Paulo, ano 9, v. 1, p. 80-97, 2010.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA LIMA, A. C. de. *As órbitas do sítio*: subsídios para o estudo da política indigenista no Brasil, 1910-1967. Rio de Janeiro: Contra Capa: Laced-MN-UFRJ, 2009.

SOUZA LIMA, A. C. de. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a organizados?. In: SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento, II. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Laced-MN-UFRJ, 2010. p. 60-80.

SOUZA LIMA, A. C. de; CASTRO, J. P. M. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). *Revista Anthropológicas*, Recife, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

TEIXEIRA, C. C.; SOUZA LIMA, A. C. de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. (Coord.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: antropologia. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 51-95.

WEBER, M. Burocracia. In: WEBER, M. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 229-282.

YNGVESSON, B.; COUTIN, S. Schrödinger's Cat and the ethnography of law. *PoLAR*: Political and Legal Anthropology Review, Berkeley, v. 31, n. 1, p. 61-78, 2008.

Recebido: 12/03/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 3/12/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100004

Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná

Organize words, fabricate subjects: understandings on inclusive education in the state of Paraná

Fagner Carniel*

* Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR, Brasil
fcarniel@uem.br

Resumo

O texto aborda os usos políticos e pedagógicos de uma concepção de inclusão educacional que adquiriu proeminência na gestão pública da educação brasileira durante a primeira década deste novo milênio. Para tanto, lança mão de uma reflexão construída a partir da inserção como técnico do Departamento de Ensino Básico na divisão de sociologia e tomando como eixo de discussão a interlocução com uma profissional que participou ativamente da organização da Secretaria de Estado da Educação do Paraná entre os anos de 2003 e 2011. Desse modo, o objetivo desta análise não se refere às experiências de pessoas em fase de escolarização, mas ao projeto institucional que pretendeu inseri-las em categorias pedagógicas relativamente estáveis e passíveis de inclusão fomentando um processo de organização estatal com base na nomeação e normatização de sujeitos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de apresentar as práticas de gestão e sua justificativa discursiva em relação ao multiculturalismo, destacando as prerrogativas da educação inclusiva para pessoas surdas.

Palavras-chave: inclusão; antropologia da deficiência; gestão educacional; políticas públicas.

Abstract

The text addresses the political and pedagogical uses of a conception of educational inclusion that has gained prominence in the public management of Brazilian education during the first decade of this new millennium. In order to do so, it uses an ethnographic reflection built as a public servant in the Department of Basic Education in the section of sociology and organizing the text around the interaction with a professional who participated actively in the organization of the State Secretariat of Education of Paraná between the years 2003 and 2011. Thus, the objective of this analysis does not refer to the experiences of people in schooling, but to the institutional project that wanted to insert them in relatively stable and inclusionable pedagogical categories producing state organization and departamentalization based on the nomination and normatization of subjects. It is, therefore, an attempt to present state practices as well as their discursive justification related to multiculturalism, giving special emphasis to the prerogatives of inclusive education to deaf people.

Keywords: inclusion; disability studies; educational management; public policies.

Introdução

O ano letivo de 2009 estava apenas se desenhando quando a transferência para o Departamento de Educação Básica então aconteceu. Num piscar de olhos acabei deixando a docência para me acomodar em um escritório no segundo andar do prédio central da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed). A razão não poderia ser outra senão a do momento oportuno. Tudo ocorreu em menos de um mês. Assim que comecei a coletar os primeiros documentos e legislações que orientam a gestão regional da educação especial e da inclusão educacional de pessoas surdas, dando início à investigação que pretendia desenvolver junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (Carniel, 2013), topei com Bernardo num dos corredores da secretaria.[1] Conversamos por cinco minutos. Ele procurava alguém para integrar a equipe de sociologia e disse que gostaria de contar com minha formação acadêmica e profissional. Levei um susto. Na época não tinha a menor pretensão de largar o colégio onde atuara por quase dois anos e ingressar em um cargo burocrático na rede estadual de ensino, mas as condições eram realmente tentadoras – 20 horas semanais e disponibilidade para viajar, o restante do tempo poderia ser despendido na pesquisa. Voltei para casa naquela tarde calculando as vantagens da oferta.

Sabia que o trabalho seria menos desgastante e mais flexível do que aquele que desempenhava em sala de aula; isso sem mencionar o prestígio profissional de se trabalhar em uma Secretaria de Estado. Contudo, as desvantagens também pareciam grandes. Acabara de iniciar meu trabalho de campo e ambicionava desenvolver um estudo no Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional sobre os significados recentes que a perspectiva da inclusão vem imprimindo sobre a compreensão política e pedagógica da surdez e das pessoas surdas. Evidentemente não se tratava do mesmo departamento, tampouco estaria junto

1 Adoto neste texto certos procedimentos para resguardar as identidades públicas de meus interlocutores e minhas interlocutoras. Nesse sentido, além de alterar seus nomes, procurei "fundir" suas declarações em relatos que, nesse momento, provavelmente já são mais meus do que de quem os informou, pois a "infidelidade" da narrativa científica parece residir nesse fato que perpassa as práticas da interpretação: trata-se de um processo de recriação e readequação que, inevitavelmente, exige certa responsabilidade por parte do autor – o pré-projeto que orientou a condução desta investigação, bem como das entrevistas realizadas, foi cadastrado no Sistema Nacional de Informações Sobre Ética em Pesquisas com Seres Humanos (Sisnep) sob o código 0329.0.093.000-11, que corresponde ao Certificado de Apresentação para Apreciação Ética.

às pessoas que pretendia entrevistar, mas a simples ideia de virar um funcionário da Seed parecia comprometer o andamento da investigação; como se a proximidade ou familiaridade produzida pelo exercício daquela função pudesse "contaminar" as informações adquiridas – essa vã esperança de controlar rigidamente os rumos do projeto, bem como garantir objetividade e assegurar certa "neutralidade" aos dados coletados em campo, frequentemente produz sentimentos que "amarram" o trabalho de campo em formas predeterminadas de observação.

O dia da transferência chegou logo e com ele a ansiedade de ter de "começar do zero". Sabia que seria necessário travar novas relações profissionais em um ambiente deveras diverso daquele a que estava habituado; e que precisava aprender em ritmo acelerado suas gramáticas próprias (técnicas, políticas e sociais) para desse modo construir meu próprio espaço de observação e interação. Mas não se pode fazer isso sem levar um leve "choque", sobretudo quando não há outro controle da situação senão aquele destinado aos iniciantes – a despeito de todo o conhecimento prévio que pudesse ter sobre essa organização estatal, a despeito das descrições e teorizações acerca do funcionamento da burocracia pública com que tivesse entrado em contato, comecei o trabalho de campo como um recém-chegado, solitário e desamparado; colocando-me diante da "cultura" estudada não mais como uma abstração acadêmica, palpável, manipulável, mas como algo contraditório, difícil de visualizar e de pouca serventia.[2]

Dessa forma, me lancei nas microrrelações que organizam a educação inclusiva no Paraná, dividindo a atenção entre o ofício de técnico pedagógico de sociologia e a atividade de campo; um aprendizado estruturado pela rotina mais ou menos fixa que defini: às 8h30 me juntava às colegas de equipe para planejar e executar as ações estabelecidas pelo departamento; ao meio-dia o

2 Como já observou Roy Wagner (2010, p. 36-37) ao refletir sobre a atividade etnográfica, "se a cultura fosse uma 'coisa' absoluta, objetiva, 'aprender' uma cultura se daria da mesma forma para todas as pessoas, tanto nativos como forasteiros, tanto adultos como crianças. Mas as pessoas têm todo tipo de predisposições e inclinações, e a noção de cultura como uma entidade objetiva, inflexível, só poderia ser útil como uma espécie de 'muleta' para auxiliar o antropólogo em sua invenção e entendimento. [...] A relação que o antropólogo constrói entre duas culturas – a qual, por sua vez, objetifica essas culturas e em consequência as 'cria' para ele – emerge precisamente desse seu ato de 'invenção', do uso que faz de significados por ele conhecidos ao construir uma representação compreensível de seu objeto de estudo. O resultado é uma analogia, ou um conjunto de analogias, que 'traduz' um grupo de significados básicos em um outro, e pode-se dizer que essas analogias participam ao mesmo tempo de ambos os sistemas de significados, da mesma maneira que seu criador".

trabalho minguava anunciando o horário do almoço, às vezes incluindo algum tipo de observação; por volta das 13h30 ou 14h encerrava minhas obrigações e caminhava até a biblioteca ou a cantina para retomar a pesquisa; deixava para marcar entrevistas ou circular pelos departamentos depois das 15h30, quando minha presença parecia criar menos embaraço ou perturbações para as pessoas; tudo isso costumava durar até as 18h, momento em que a secretaria sempre se esvazia. É evidente que todo tipo de circunstância – reuniões, oficinas, cerimônias, viagens – interrompia esse dia a dia. Mesmo assim, eu me aferrei a ele nos primeiros meses, especialmente para driblar as frustrações de "não estar chegando a lugar algum", nem como pesquisador, tampouco como técnico.

É difícil dizer até que ponto as duas tarefas estiveram separadas; constantemente tive a sensação de estar desempenhando ambas as funções, pois os contatos estabelecidos e as informações conquistadas serviram sempre a esses dois mestres: o que se percebia como "interesse público" e o que era tratado como "interesse privado". Esta certamente é uma fronteira delicada para quem resolve se aventurar por uma Secretaria de Estado. O que você está fazendo? Qual a sua motivação? Quem é você? São apenas algumas das maneiras com que o poder estatal "interpela" seus funcionários e funcionárias, regulando as condutas para acomodá-las numa categoria estável e relativamente homogênea de burocracia. Isso não acontecia somente comigo, qualquer ação nesse prédio estava sujeita à vigilância dos princípios gerais que regem a forma jurídica da administração pública; não responder satisfatoriamente as normas de comportamento que modelam as ideias abstratas de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência evidentemente pode acarretar sérios problemas – e existiam dispositivos morais suficientes para isso.

Por isso, mesmo que a imersão nesse estabelecimento me garantisse uma vantagem comparativa na compreensão de suas rotinas, nunca tive acesso facilitado à vida "íntima" da secretaria.[3] Era necessário explicar detalhadamente os

3 Ao problematizar o Estado, as políticas educacionais e a própria burocracia pública, não procurei realizar um estudo "sobre as políticas", mas "das políticas" e de seus momentos de significação. Para isto, entretanto, foi necessário desconstruir visões "essencialistas" (consideradas a priori) sobre as relações políticas e reconhecer, como adverte Mariza Peirano (1998, p. 22), a "suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica", pois resulta do próprio jogo das alteridades que compõe a pesquisa de campo. Isso me levou a crer que o fato de a política potencialmente estar em "todos" os lugares não significava que efetivamente estivesse; antes, tratou-se de uma possibilidade latente e não patente.

motivos da pesquisa antes de conseguir entrar numa sala, pegar um documento, acompanhar uma reunião ou realizar uma entrevista – a simples permanência no prédio fora do horário de trabalho já causava muito desconforto. Entretanto, a proposta de estudar a marca deixada pelo ideário da inclusão da surdez nas recentes políticas de redemocratização do ensino básico muitas vezes seduzia as pessoas com a promessa (um tanto idílica) de que, talvez, esse trabalho particular pudesse contribuir com a "melhoria da educação" – uma possibilidade tentadora, sobretudo entre aqueles e aquelas que rejeitavam a alcunha de técnicos pedagógicos conferida pela burocracia pública e assumiam sua identificação com o universo escolar.

No começo não foi fácil para meus colegas e minhas colegas compreenderem em que consistia esse trabalho e muito menos levá-lo a sério. Embora a carreira no magistério exija um diploma superior, pressupondo alguma familiaridade com a atividade acadêmica, a tênue influência que os estudos etnográficos exercem sobre a prática e a organização política da educação se refletia no espanto das pessoas com os interesses que eu lhes apresentava. Numa ponta ficava a desconfiança das funcionárias que integravam, na época, a Área da Surdez no Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – como declarou Lívia certa vez: "Observar!? Como assim observar? Não tem nada de mais no que a gente faz. Tudo está registrado. Se quiser saber como elaboramos nossas ações é só perguntar que eu te mostro. Caso contrário vai ficar aquela impressão de que você está nos vigiando." Na outra, a perplexidade dos 52 entrevistados e entrevistadas – a rede inteira de contatos e informantes que fui formando entre maio de 2009 e março de 2011[4] – que invariavelmente vinham com perguntas acerca da delimitação, objetividade e legitimidade da pesquisa: "Mas você não quer estudar a inclusão educacional de pessoas surdas? Então, por que se importa com o que acontece nas outras áreas?"; "Vai estudar as pessoas surdas ou os funcionários da secretaria?"

4 Durante todo o período em que realizei essa pesquisa procurei agendar entrevistas com funcionários e funcionárias de todos os departamentos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O roteiro de perguntas sempre variava de acordo com o conhecimento prévio que eu detinha sobre as pessoas, o cargo exercido por elas e os eventos que ocorriam no período. Contudo, sempre houve um sentido mais ou menos linear que orientou essas conversas: a tentativa de articulação entre a biografia (profissional e, por vezes, pessoal) e as atribuições, percepções e posições assumidas pelos entrevistados e entrevistadas – metodologia parcialmente inspirada nas propostas de Vieira (2013).

De vez em quando surgia algo mais ríspido e direto como: "Bisbilhotar a vida alheia, esse método é novo para mim. Quero só ver como você vai transformar fofocas em provas científicas!"; "Investigar as políticas educacionais de dentro do governo, dá para ser mais parcial do que isso?"; "Já pensou que irá escrever sobre seus próprios companheiros de profissão, ou vai faltar com a ética ou com a verdade."

No meio desse interrogatório, ancorava boa parte das minhas justificativas na possibilidade de compreender a atividade simbólica da secretaria vivenciando sua "intimidade cultural"; ou seja, o modo como cada pessoa significava suas ações diárias e atribuía sentidos práticos ao seu trabalho.[5] Produzindo, a partir daí, um tipo de conhecimento interessado nos efeitos que a inclusão educacional gera em toda uma população "invisível" de "incluídos" e "incluídas" no ensino regular; mas também comprometido com quem gentilmente e voluntariamente abriu o seu cotidiano profissional para que pudesse adentrar na "caixa-preta" da educação especial no Paraná – aquilo que poderia ser denominado como uma "cultura organizacional" que anima e orienta a própria estrutura política, pedagógica e administrativa da Seed.

Portanto, é a essa "cultura" que me dirijo neste texto; ou ainda, às experiências prolongadas – impressões paulatinamente transformadas em "significados culturais", como pontua Roy Wagner (2010) – que tive com o trabalho rotineiro de quem manipula a burocracia para criar sentidos diversos sobre o discurso oficial da inclusão educacional. A intenção nunca foi outra senão a de compreender como se produziu, no Paraná, um espaço legítimo de enunciação da surdez como uma "minoria linguística". Um espaço que parece ter contribuído tanto para a implementação regional de uma categoria normativa de sujeito quanto para a invenção de uma gramática pedagógica particular que possibilitasse o seu agenciamento escolar. Tal movimento foi iniciado ainda na década de 1980, legitimado particularmente pela celebração jurídica de uma

5 Tal noção de "intimidade cultural" permitiu lidar com a multiplicidade de percepções acerca da intimidade social desse espaço burocratizado da educação pública, auxiliando, desse modo, a traduzir as relações de poder sem, entretanto, acioná-las como pontos de partida preconcebidos. Como propõe Michael Herzfeld (2008, p. 31), o conceito de intimidade cultural pode ser tomado como um "antídoto" ao formalismo institucional, pois tem a capacidade de exprimir "a tensão formal ou codificada entre a auto-representação oficial e o que se vai passando na privacidade da introspecção coletiva".

série de declarações, convenções e tratados internacionais que organizaram as lutas e demandas dos diferentes grupos locais que reconstituíram a educação especial ao longo dos anos de 1990, e adquiriu novos contornos administrativos até finalmente se estabelecer, em 2008, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) como umas das principais bandeiras ideológicas das reformas pedagógicas que marcaram a "década da educação" no estado.

Nesse sentido, este texto não tem a pretensão de descrever os arranjos complexos que constituem a secretaria e seus inúmeros mecanismos de regulação da educação pública; muito menos procura recompor seu universo material e simbólico numa espécie de cartografia da educação básica no estado. Trata-se, na verdade, de um esforço pontual, modesto, – uma "cartografia noturna", se preferirem – que objetiva refletir sobre como a educação especial se reposicionou no interior desse setor intermediário da burocracia estatal a partir da emergência do discurso institucional sobre a inclusão das "pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais" no ensino regular. Um discurso que têm ativado, nos anos recentes, variadas maneiras de regulamentação da população surda no estado. Portanto, ao longo deste artigo procurarei de problematizar os paradoxos da representação de pessoas surdas na educação básica através da análise de práticas regionais de gestão pública da inclusão escolar.

A ideia inicial era apresentar uma visão sobre o modo como determinada concepção de inclusão educacional foi concebida e implementada no interior daquela secretaria durante a última década; ou melhor, demonstrar como a sua incorporação (política e administrativa) foi sendo construída pela adesão regional ao discurso da transnacional diversidade e do reconhecimento das diferenças culturais. Um movimento que ocorreu no Paraná entre os anos de 2003 e 2011, ao mesmo tempo em que "recontextualizou"[6] o paradigma estatal da inclusão para acomodá-lo à perspectiva emergente do multiculturalismo na educação. Para isso, entretanto, os documentos não me bastavam; seria

6 Refiro-me a noção de "campo oficial de recontextualização", elaborada por Basil Bernstein (1996), para indicar o esforço institucional em localizar o discurso multicultural da inclusão no interior da educação especial, alterando significativamente o agenciamento das identidades pedagógicas tradicionalmente atendidas por essa modalidade da educação no estado.

preciso dar "vida" a eles, explicitar como foram percebidos e gerenciados no interior da própria instituição.

Com tal preocupação em vista, uso como eixo do artigo uma entrevista com a então secretária da Educação do Estado do Paraná. E não foi nada fácil consegui-la. Tinha enviado inúmeras cartas de apresentação com longas justificativas e mobilizado todos os contatos de que dispunha. Mesmo assim, foram três meses de espera. Aguardei pacientemente até conseguir uma "brecha" em sua agenda. No dia 26 de novembro daquele ano me ligaram; teria 45 minutos. As páginas que seguem são uma tentativa de recuperar essa conversa e problematizá-la a partir das experiências que acumulei durante o trabalho de campo na Seed, ora como funcionário, ora como pesquisador, e que me permitiram acessar uma dimensão significativa do modo pelo qual o tema da inclusão educacional foi agenciado pela burocracia estatal na entrada deste novo milênio.

Uma nova gramática humanitária para a educação?

Esperava uma conversa bastante formal com a ex-professora que, como supunha, se tornara uma gestora política de carreira durante os dois mandatos do PMDB no governo do estado. Porém, logo que entrei em sua sala fui desarmado pela informalidade com que começamos a conversar. Liguei o gravador quando ainda estávamos em pé, ao lado de sua mesa, falando da recente emergência de diversas ações sociais e políticas voltadas para a inclusão educacional e sobre como a secretaria foi sendo reorganizada para se adequar a esse ideário:

> No Paraná, nos últimos anos, temos tentado acompanhar um movimento que é nacional, mundial. Uma visão mais humanitária, mais diversa, sem tantos preconceitos; é realmente uma nova forma de ver as pessoas. Isto está posto na Unesco, na Unicef, nos grandes órgãos internacionais. Estava posto aqui no Brasil também no começo do nosso trabalho.

De saída, sua posição mostrava-se evidente e remetia a várias outras legislações, planos, declarações e tratados que também estavam sobre minha mesa de trabalho. Dispositivos normativos que meus informantes e minhas informantes indicavam como sendo "os principais documentos" que orientavam a

incorporação da noção de inclusão e animavam as políticas educacionais no estado.[7] Configurou-se, assim, uma malha jurídico-política favorável à enunciação da inclusão educacional nos mais variados estados do país.

Em cada um desses textos oficiais vemos a primazia da universalização da escolarização básica, da democratização do acesso, da satisfação das necessidades inerentes à permanência, da promoção da equidade e da qualificação dos sistemas de ensino passava pela possibilidade de lidar com aqueles e aquelas que são considerados como "excluídos" das redes escolares. Sujeitos que figuram como "outros" e "outras" das políticas educacionais e que não se encaixam nos padrões tidos como "normais" de aprendizagem. Segundo ela,

> o Brasil começou a tratar essas minorias como um público que é diverso no país. Nós tínhamos uma ideia no passado que pensava o aluno como se fosse um ser único, todos iguais e sem lidar com as diferenças. Quando você começa a lidar com essas diferenças vai vendo que esses que não são tão iguais, os pobres, os diferentes, eles foram sendo excluídos. E para a gente alcançar a famosa igualdade de condições aqui no nosso estado, nós temos que tratar diferente aquele que é diferente.

Diferença, diversidade, disjunção. A conversa mal começara e já havia revelado algo que eu estava procurando, como hipótese de trabalho: uma indicação do processo monogenético que se funda em planos estatais de longo prazo e implica necessariamente uma noção do "outro".[8] Alguém cuja existência não poderia mais se fixar no território "cômodo" do exótico, do distante, do marginal, mas que precisaria ser reconsiderada no "aqui mesmo" da educação pública. Ao ouvir as declarações da secretária, tentei acompanhar exemplos do que, para mim, expressavam a forma como a secretaria refazia sua unidade e administrava a heterogeneidade de experiências escolares.

---

7 Um discurso que se estabeleceu na administração da educação pública do país por meio da adesão à própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para adquirir novos contornos com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, e com Declaração de Salamanca, em 1994; declarações internacionais que haviam influenciado diretamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e o Plano Nacional de Educação, de 2001.

8 Tal como demonstrado por Fabiola Heredia e Gabriel Casas (2017) ao investigar a constituição legal da figura do "menor" em princípios do século XX na Argentina.

Um desses episódios ocorreu bem no meio do segundo semestre de 2009 e diz respeito às dificuldades práticas que as indeterminações nas vivências e experiências escolares podem acarretar no processo de fabricação dos "sujeitos da exclusão" – interferindo, portanto, diretamente no trabalho burocrático de quem agencia as categorias identitárias e manipula os discursos pedagógicos que deveriam orientar os processos de inclusão no sistema educacional paranaense. Embarquei nessa história na terça-feira de uma das semanas mais chuvosas daquele mês de outubro. Assim que cheguei ao departamento um envelope me aguardava. Dentro, somente o processo enviado pelo Núcleo Regional da Educação de Pato Branco, ao sudoeste do Paraná, e o bilhete deixado por uma de minhas colegas de equipe. O bilhete dizia: "Querem um parecer nosso e pensei que você seria a pessoa mais indicada para fazê-lo. Desculpe!!!"

Quando terminei de ler o documento entendi o significado daquelas "desculpas" tão cheias de exclamações. Tratava-se de uma consulta formal que a técnica pedagógica Sheila, então coordenadora das equipes disciplinares daquele núcleo, pretendia fazer a respeito da possibilidade de matricular Cauã, um aluno kaingang, numa escola da rede regular de ensino. A justificativa para a mudança era a de que o menino perdera a audição depois de contrair rubéola e a escola indígena que costumava frequentar não tinha condições de oferecer intérpretes de língua de sinais. Isso gerava um duplo "problema" administrativo para "nós": por um lado, Cauã teria que ser deslocado da educação indígena à educação regular; por outro, a secretaria, através da educação especial, precisaria oportunizar meios (linguísticos e pedagógicos) para sua inclusão. Além disso, o processo ainda apresentava um caráter de "urgência", pois da sua resolução dependia a permanência da família no Programa Bolsa Família, do governo federal.[9]

Realmente não tinha a menor ideia de como proceder. Comecei a perguntar nas outras equipes e logo me dei conta do que "deveria" ser feito: um breve e objetivo parágrafo informando que o "nosso" departamento não tinha competência para solucionar aquele caso e que o núcleo em questão teria que recorrer

9 O Programa Bolsa Família, criado pela lei nº 10.836, de janeiro de 2004 (Brasil, 2004), tornou-se um dos principais programas que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome implementou para compor o conjunto de estratégias que integram as políticas relacionadas ao Fome Zero.

a outros departamentos, coordenações ou mesmo secretarias. Provavelmente adotaria esse encaminhamento se o conteúdo do documento não despertasse especial interesse à minha pesquisa – ou ainda se o volume de trabalho naqueles dias não me permitisse considerar tal opção. Todavia, como a curiosidade pela resolução do caso "falou mais alto", decidi levá-lo adiante. Rapidamente passei a mão no telefone e pedi auxilio a Lívia, uma conhecida que respondia pela Área da Surdez na Seed. Queria saber como o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional trataria o processo. Após explicar a história, escutei uma resposta contundente: "Não temos o que fazer a não ser tratar de nos desresponsabilizar." Houve um breve silêncio e, então, ela justificou: "Veja bem, se a própria pessoa do núcleo, que conhece a realidade da região, está segura do melhor procedimento e quer apenas um respaldo para matriculá-lo numa escola regular, não seremos nós a interferir nessa decisão."

Tal posição (contraditória e esquiva) não diferiu em nada do que escutara de alguns colegas minutos antes; entretanto, não podia ficar apenas nisso. Retruquei perguntando se não seria possível procurar uma escola especial, quem sabe um colégio para pessoas surdas que também oferecesse o ensino fundamental. Para mim tudo parecia muito "evidente" até esse momento; pelo menos até Lívia começar a me mostrar quão "complicada" a situação realmente poderia se tornar. Calmamente, ela disse: "Sei que você ficou sensibilizado com a história do Cauã. Todos nós ficamos. Mas nossa equipe simplesmente não pode se posicionar." Os argumentos que ela utilizou naquela ocasião foram os seguintes: "Primeiramente, o processo não foi encaminhado para cá, e se não o foi provavelmente é porque essa não é a vontade da família"; "Por outro lado, o menino perdeu a audição, mas não conhece a língua de sinais, nem mesmo a língua portuguesa. Você já imaginou como ele, o intérprete e o professor iriam interagir? Então, com o restante da turma não seria diferente." O que Lívia estava tentando me dizer era que se a Área da Surdez assumisse a responsabilidade e colocássemos Cauã numa escola ou classe especial, ele permaneceria em uma condição de exclusão.

Aproveitei a conversa para perguntar que tipo de procedimento poderia ser adotado. Nesse caso, ela foi enfática: "Como ele não é surdo, não se reconhece assim, acho melhor você tentar ver com o pessoal da educação indígena. Na verdade, são eles que têm de responder por isso." Sem titubear, subi as escadas em direção ao terceiro andar, onde se localizava o Departamento

da Diversidade, e comecei a procurar pela sala da Coordenação de Educação Indígena. Beatriz, uma das técnicas que estava presente, me atendeu com certa indignação: "É curioso essa sua conhecida jogar toda a responsabilidade para nós. A partir do momento em que o menino perdeu a audição, penso que ele passa a ser enquadrado como um aluno com necessidades educacionais especiais." Minha reação de desconforto com a declaração deve ter sido tão evidente que ela não tardou a se explicar: "Veja, a constatação da surdez obriga o Estado a oferecer um atendimento especializado. Claro, sem que para isso tenha que se desligar da escola indígena. Mas foi bom você ter vindo aqui. Eu não estava sabendo da situação."

Na manhã seguinte Beatriz me procurou para dizer que já tinha conversado com Sheila e que elas chegaram a um consenso: "A convenci de que o menino deveria permanecer matriculado na escola indígena. Porém, o DEEIN [Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional] vai ter que oferecer um atendimento especializado em contraturno. Agora, acho que tudo vai se resolver."[10] Na hora não pude esboçar reação alguma, a não ser agradecer sua atenção e reencaminhar o processo para a Área da Surdez; mas sabia que tinha colocado Lívia "numa fria". Antes de ir "acalmá-la", resolvi ligar para Sheila e compreender o que exatamente havia sucedido. Conforme ela narrou pelo telefone: "É uma história bem complicada. O Cauã não consegue acompanhar a escola [indígena] porque não está escutando mais nada. Aí, a família, vendo a situação, está deixando ele na estrada. Isso já tem quase dois meses." Depois de alguns minutos, ela desabafou:

> Tenho um relatório para entregar ao ministério [do Desenvolvimento Social e Combate à Fome] e se enviar do jeito que está a família toda corre o risco de perder o benefício. Por isso pensei em mudar o garoto de escola para tentar justificar as ausências. Só que a Beatriz acha melhor não mudar porque o menino não pode ser desligado da sua comunidade. Disse para encontrar um Centro de

10 Na época, essa exigência técnica por "atendimento especializado em contraturno" estava respaldada particularmente na Resolução CNE/CEB nº 4, de 2009, que instituiu "novas" diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2009). Tratava-se de uma ação que já havia sido proposta pela própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, e retomada por quase todos os documentos oficiais dedicados à educação especial que a sucederam.

> Atendimento [Especializado]. Já tinha falado com o Marcos [representante da educação especial daquele núcleo], mas ele falou que não era possível. Agora não sei mais o que fazer. Tenho até sexta-feira para conseguir uma boa justificativa, mas sabe como funciona a burocracia pública, não é?

Desci as escadas para encontrar Lívia antes que ela fosse informada por outra pessoa sobre o ocorrido. Quando lhe dei a notícia, não posso dizer que ficou satisfeita; porém, como me incumbiu em auxiliá-la, nossa relação pôde ser "reatada". Para ela, como já havia tentado me explicar no dia anterior, acionar o Centro de Atendimento Educacional Especializado daquela região não era uma opção: "Esse é um caso da área da saúde e não exatamente da educação." Portanto, pretendia mobilizar o técnico Marcos para introduzir "aos poucos" Cauã na comunidade escolar surda mais próxima de onde ele residia. O que Lívia estava imaginando era que: "O menino poderia aprender língua de sinais e, quem sabe, se torna um surdo – aí é outra história." Por isso, me incumbiu apenas de procurar alguém de uma das escolas regulares de Pato Branco que pudesse acompanhar Cauã durante as "visitas". No dia seguinte consegui contatar a direção de uma escola e utilizei toda a autoridade que o processo encaminhado pelo Núcleo Regional e um cargo no Departamento de Educação Básica poderiam me conferir. Depois de quase meia hora ao telefone, consegui "solicitar" que alguém o acompanhasse periodicamente. Aliviado, liguei para o ramal da Área da Surdez naquele mesmo instante e contei a novidade. Do outro lado da linha, Lívia agradeceu o empenho e disse que o caso havia sido resolvido. Segundo ela, decidiram que, de 15 em 15 dias, Marcos iria até a escola encontrar Cauã e o levaria para conhecer alguns colégios para pessoas surdas em Pato Branco para ver se (com sorte) ele começaria a aprender alguns sinais.

Pronto! O corpo burocrático da secretaria havia "solucionado" o conflito instaurado pelo "problema da deficiência". Sei que pode parecer uma piada de mau gosto. Entretanto, entendo que demos tudo de nós naqueles dois dias para produzir esse desfecho certamente precário e provisório. Nunca chegamos conhecer Cauã, sequer possuíamos conhecimentos superficiais sobre o grupo kaingang do qual fazia parte; tudo o que tínhamos era um processo, que criou a própria realidade abstrata do conflito e a urgência em enquadrá-lo dentro de uma modalidade "adequada" de ensino. Nesse sentido, não

era como se não estivéssemos diante de uma questão pedagógica, mas a partir da secretaria não tínhamos outros meios senão vivenciá-la com certa "indiferença" administrativa. Afinal, como contou a secretária em sua entrevista,

> sei que o seu interesse é pela educação especial, mas para te falar desse segmento eu preciso falar de outras tantas minorias que também foram ou estão descartadas desse bem cultural que é a educação. Por exemplo, a questão dos indígenas que nós tínhamos uma exclusão muito grande de acesso, permanência e qualidade; dos quilombolas que nem conhecíamos até 2004; os ilhéus são outro caso desses – nós descobrimos várias ilhas que não tinham escolas, as pessoas moravam lá a vida inteira sem ter escola. Eram minorias invisíveis para essa sociedade e que nós acabávamos descobrindo por uma razão ou por outra [...] famílias, vilas, distritos onde as pessoas não tinham escola. Comunidades de agricultores sem terra e alguns movimentos sociais ligados aos sem-terra, assentamentos novos, enfim. Eram comunidades que no processo de constituição do Brasil se tornaram pobres, que moravam em locais distantes, normalmente de famílias não letradas, que não tinham no seu processo civilizatório a educação como um bem porque isso não foi apresentado a elas.

Nesse sentido, a entrevista enveredou pela perspectiva das "minorias" que poderiam encontrar sua "redenção" através das lupas aguçadas do serviço público. Sujeitos ordenados e classificados em categorias educacionais que impedem a completa fragmentação do público escolar ao mesmo tempo em que produzem uma paisagem multicultural para esse sistema local de ensino. Tal maneira de "administrar a diversidade", como já observou Henry Giroux (2003, p. 75-83) ao analisar o contexto norte-americano da década de 1990, tem produzido contemporaneamente "políticas de reconhecimento" de grupos sociais que, explícita ou implicitamente, deixaram de "conectar as diferenças culturais às relações de poder". Desse modo, o autor observa a recente emergência de uma concepção do "multiculturalismo estatal" que, justamente por ser "centralmente representacional e abstratamente teórica", neutraliza os projetos culturais "dentro da lógica da inclusiva, mas homogênea, da assimilação".

Comecei a perceber essa forma estatal de administrar a diversidade e o multiculturalismo para promover o acesso à escolarização pública em diferentes momentos daquela entrevista. A secretária mencionou pessoas hospitalizadas,

em privação de liberdade, jovens "nem-nem" (que nem trabalham nem estudam), pessoas analfabetas idosas – diversos grupos demandando atendimento específico – para relatar: "Com esse quadro trágico, que na realidade é um quadro de acesso, nós fomos criando várias políticas e institucionalizamos algumas coordenações, alguns departamentos específicos para trabalhar esse nosso princípio maior que é o da educação como um direito."

A população surda, meu efetivo foco de interesse durante a investigação que realizei naquele período (Carniel, 2013), ou qualquer outro coletivo atendido pela educação especial, não ganhou destaque no rol de alteridades elencadas pela secretária na ocasião. Entretanto, o que tinha me preocupado no curso da realização da entrevista já não parecia ter tanta importância depois de perceber, inspirado por Heredia e Casas (2017, p. 61-63, tradução minha), como a "conformação de novas categorias sociais resultam em novas administrações estatais com funções diferenciadas [...] para levar adiante a responsabilidade" que institui as próprias categorias. Ao ler e reler seus argumentos, percebi que a Área da Surdez também estava ali; talvez como uma parte "menor" ou como um apêndice do duplo processo de fabricação e exclusão educacional mantido pelos sistemas estatais de representação.

E isso ficou ainda mais evidente para mim quando lhe perguntei pelo modo como a Seed havia se organizado durante os últimos anos para identificar essas histórias e trajetórias invisibilizadas e como fazia para atender as pessoas, demandas e grupos sociais que não estavam incluídos na rede estadual de ensino. Ela retomou alguns exemplos para construir uma imagem sobre sua gestão, valorizando o ingresso de alunos ou alunas deslocados não apenas das instituições de ensino, como também dos próprios valores escolares que o Estado pretendia criar.

> Cada segmento desses tem a sua história. Nós é que aproximamos essas histórias para compor agendas comuns de intervenção. Como te falei nem sabíamos quem eram os quilombolas até que vieram me contar uma história: alguém encontrou um ônibus escolar aqui perto, em Ponta Grossa [PR], onde sentavam ucranianos de um lado e remanescentes de escravos do outro; a pessoa se interessou e descobriu que o ônibus só deixava os ucranianos na escola, os quilombolas iam trabalhar na lavoura. Era uma questão nova para a gente e começamos um processo de descoberta. [...] Bem diferente era a educação indígena. No Brasil

> eles adquirem grande visibilidade lá na década de 1980, com a Constituição. Quando eu cheguei aqui na secretaria, em 2003, já estava tudo pronto. Existiam leis que respaldavam a educação indígena. Esse caso é parecido com o da educação especial. Eu tinha resoluções e até mesmo uma Secretaria de Educação Especial criada no MEC para me orientar. Um caso diferente foi o das pessoas no campo. O que existia era uma política de retirada para as cidades – a política que estava posta há uns 20 anos atrás. Inclusive quando se pensava no atendimento, foram fechando as escolas multisseriadas, que eram aquelas que atendiam mais próximo da comunidade, foram nuclearizando, trazendo essas pessoas para os setores mais próximos do urbano – eu costumo dizer que a escola foi substituída pelo transporte escolar [...]. Essa política foi revertida nos últimos anos pelo governo estadual e pelo governo federal com a criação das escolas no campo. Houve um movimento contrário e não havia resoluções apontando para isso. Nós começamos a criá-lo sem que houvesse nenhuma demanda dos movimentos. Na questão hospitalar é parecido. Tinha uma portaria, de 1960, que dizia que o aluno que estava em programas de saúde teria um atendimento especial e mais nada. Nós criamos instruções internas para dar esse atendimento. Portanto, eu penso que essas demandas apareceram de forma diferenciada. Algumas já prontas e outras que surgiram às vezes do nada.

A segurança demonstrada pela secretária ao transitar pelas trajetórias de lutas e construções de demandas educacionais de fato me surpreendeu. Durante a entrevista cheguei a considerar que a "agenda comum" para os processos inclusão, como ela expressava, poderia ser antes o efeito retórico de seu discurso enquanto gestora pública do que o indicativo de qualquer incompreensão a respeito das relações de poder que permeiam cada um dos coletivos administrados pelos departamentos e coordenações da secretaria. Por isso, lhe pedi mais detalhes sobre a relação que essas "demandas diferenciadas" teriam com a capacidade dos movimentos em impor suas posições políticas e pedagógicas.

> Um dos casos em que eu visualizo claramente essa dificuldade em fazer valer seus direitos é o dos ilhéus. Eles nunca reivindicaram escola. Se eles tivessem a força de um MST, que reivindica tudo e mais um pouco, nós teríamos criado muitas escolas para eles. Só que eles estão do outro lado do continente, mal

> lembramos que estão lá. Foi preciso alguém ir até eles, alguém levantar, alguém falar com o governador, alguém falar com a secretária da Educação, para começar a surgir um movimento aqui, interno, de pessoas que são gestores, que ouviram e se sensibilizaram com a questão. Aí levam uma proposta que acaba tendo respaldo e você começa a sentir uma reivindicação que era do interior deles, mas que eles não viam formas de resolver, de impor políticas. É um processo bonito de descoberta de cidadania.

O exemplo era coerente. Contudo, a fala da secretária parecia atribuir demasiada centralidade ao Estado e ao seu corpo burocrático em absorver, identificar ou mesmo definir aquilo que as comunidades, grupos e movimentos sociais – rigorosamente organizados em suas "devidas" categorias pedagógicas – aspiravam da educação pública. Assim como argumenta Julian Simões (2017, p. 81) ao refletir sobre as categorizações das deficiências intelectuais: "Antes, o que se pode perceber é a enunciação das normas sociais que organizam grupos, que criam fronteiras, e no caso em questão que demarcam pessoas 'normais' e pessoas 'anormais'." Era como se não existisse qualquer outra mediação ao processo mais ou menos eficaz de implementação das políticas inclusivas. Isso começou a me incomodar de tal forma que não pude deixar de questionar a possível (ou provável) interferência de outros atores e atrizes, tais como comunidades acadêmicas, partidos políticos, setores da imprensa. Em sua resposta, ela foi enfática:

> É claro que existem muitos setores da sociedade que demandam políticas nossas. Alguns bem-intencionados, outros nem tanto. Para você ter uma ideia, sempre que estou aqui [na secretaria] recebo pessoas com as mais diversas propostas ou reivindicações – são representantes de movimentos, empresas, sindicatos, profissionais de outras secretarias, estudantes, professores, diretores, famílias, muitas famílias. Todas essas pessoas sabem bem o que querem, mas dificilmente conseguem articular o que querem ao projeto maior que temos para a educação. Isso mesmo, nós temos um projeto, um caminho, não podemos aceitar qualquer coisa. Ontem, pela milésima vez, veio um representante de certa editora discutir o que ele julgava ser uma das necessidades para o ensino público do estado: a educação financeira. Queria porque queria que eu convencesse vocês, do Departamento de Educação Básica, a incluir esse conteúdo, e todos os materiais que

> o subsidiariam, nos currículos da educação básica. Não posso fazer isso. Não posso porque definimos nossas estratégias de modo democrático, em parceria com as escolas, com os professores, com as expectativas da comunidade escolar. E para isso temos os departamentos e as equipes, para filtrar essas expectativas e organizá-las de acordo com os princípios que defendemos. [...] Do meu ponto de vista, as equipes técnicas são a peça mais importante para a organização da educação pública no nosso estado. São vocês que fazem o trabalho de mediar essas demandas, de articulá-las aos nossos objetivos – quando eu digo vocês, estou incluindo o pessoal dos núcleos [Regionais de Educação]. Então, eu penso que são os próprios funcionários que realizam a ponte entre secretaria e universidades, entre secretaria e movimentos sociais. [...] O que eu faço é apenas a gestão disso tudo, priorizando sempre os mais desfavorecidos, aqueles que nunca tiveram uma chance de encontrar na educação um caminho para sua efetiva inclusão na sociedade.

Educação para todos! Um dispositivo político, normativo e organizacional pelo qual essas pessoas e coletivos se reconheceriam e seriam pedagogicamente reconhecidos. Depois de compreender o papel atribuído pela secretária à burocracia educacional, foi exatamente isso o que a sua perspectiva passou a me sugerir: uma "solução" educacional para as pessoas que estavam à margem da rede escolar. No entanto, tal discurso encobria outro problema: quem produz essas representações, quem detém o controle sobre elas? Não foi preciso muito esforço para compreender o papel da secretaria, das chefias e das equipes pedagógicas na identificação, agenciamento e estabilização dessas identidades educacionais. Segundo a própria entrevistada,

> que pena que o Estado não é tão ágil para que esse processo se legitime rapidamente e não se perca. Eu tenho medo que algumas comunidades dessas, que acabaram de descobrir os seus direitos, que eles os percam na continuidade – a gente nunca sabe o que é certo ou incerto em termos dessas políticas públicas voltadas para toda a população. Isso sem falar naqueles grupos que nós nem conseguimos atender; os ciganos, por exemplo. Descobrimos que é uma comunidade nômade que passa pelo Paraná numa certa época do ano, que têm uma língua própria, tanto escrita quanto falada. Eles queriam iniciar um processo de alfabetização porque cerca de 90% deles são analfabetos – visto que eles

> não têm essa capacidade de aprender o português por conta da língua materna deles. Fomos buscar alguns elementos que nos subsidiassem. Uma das técnicas pedagógicas que estava envolvida na discussão foi à universidade para sondar umas possibilidades. Começamos um contato, fizemos alguns seminários, elaboramos um modelo itinerante de escola, parecido com aquele que implementamos para a educação no campo, as escolas itinerantes, mas dada a própria questão cultural deles nós não conseguimos reuni-los. Não demos uma resposta efetiva.

A compreensão da diversidade na unidade, frequentemente atualizada pelo que Peter McLaren (1997) já adjetivou como um processo "neocolonial" das "pedagogias de Estado", torna possível o reconhecimento do outro através da distância que os sujeitos tidos como diferentes mantêm daqueles que determinam e administram as partes que constituem a pluralidade social. Desse modo, seria possível produzir tanto uma posição universal privilegiada para quem reúne as diferenças culturais e sociais dentro de uma única imagem multicultural quanto a essencialização e homogeneização das pessoas desprovidas de poder nessa classificação hierárquica. Nesse contexto discursivo, a diferença surge como uma essência ou uma forma única que tende a apagar os traços de sua formação histórica. Assim, como afirma Homi Bhabha (2013, p. 64), "a universalidade, que paradoxalmente permite a diversidade, é aquela que mascara as normas etnocêntricas".

Sobre o nominável e o abominável na inclusão contemporânea

Integrar, incluir, adicionar, levar "para dentro" quem anteriormente ficava "de fora" da rede escolar. A educação moderna já fez e refez esse caminho incontáveis vezes (Larrosa, 2000). Todavia, algo parece ter sempre escapado aos modelos ordenadores. Os sistemas de ensino brasileiros, ao longo do século XX, conviveram com diferentes lutas e demandas que progressivamente foram sendo institucionalizadas pelo campo comum da educação básica. Nada disso, contudo, serviu para solapar as dificuldades e até a ansiedade dos grupos, famílias e comunidades de alunos e alunas "excluídos" que viam na escola um único e viável caminho para transformação de sua condição social, cultural e

econômica. Pelo contrário, o que se generalizou por todos os lados foi o que Pierre Bourdieu (1993, p. 484) já chamou de um "mal-estar crônico" instituído pela ideologia do "fracasso escolar".

Só que parece existir um elemento adicional na gramática pedagógica contemporânea; uma compreensão que reverberava na fala da secretária e parecia (auto)justificar o seu otimismo com relação à "melhoria" das condições gerais da educação no Paraná: a de que era preciso "tratar diferente aquele que é diferente". Mesmo se ocupando primordialmente de questões relativas ao acesso e permanência de estudantes paranaenses na rede pública de ensino, ela entendia que:

> Trazer para dentro da escola, dar acesso, isso ainda não é o suficiente. O fato é que infelizmente a escola é uma instituição que promove a inclusão ao mesmo tempo em que pratica a exclusão. Isso ocorre porque ali dentro está a sociedade, uma sociedade que é preconceituosa, então ela acaba refletindo tudo isso sobre os alunos.

Desse modo, ela expressava uma posição emergente na gestão pública da educação na primeira década do século XXI – a percepção de que o simples "estar ali" das salas de aula, como proposto por várias concepções "integracionistas" que dominaram o debate educacional nacional nas décadas de 1970 e 1980 (Mendes, 2006), não garantia nenhuma participação efetiva àqueles sujeitos que configuram a categoria social dos "excluídos". Para ela, era preciso encontrar formas pedagógicas de assegurar não apenas a presença, mas também a participação das "minorias" na comunidade escolar, bem como a promoção de sua autonomia e autodeterminação. Assim, seguiu explicando como ajudou a reorganizar a secretaria para atender essa diversidade "desfavorecida", primeiro como superintendente e depois como secretária:

> Nós tínhamos um quadro trágico aqui no estado. Por isso, quando chegamos nós queríamos dar mais, queríamos dar de forma diferente, com um atendimento diferenciado a estes que não tinham atendimento para que eles também pudessem se tornar iguais. O discurso parece meio contraditório, mas foi exatamente essa a proposta que implantamos aqui. Primeiro com a educação especial e na sequência veio a criação do Departamento da Diversidade. A partir daí a questão

> da inclusão ganhou corpo dentro da secretaria e cada departamento foi criando as suas diretrizes de trabalho.

Tal concepção organizacional não era estranha aos textos e documentos oficiais que meus informantes e minhas informantes utilizavam para legitimar suas ações na secretaria – uma forma perversamente ingênua, como sugere Catherine Walsh (2013), de reduzir toda a complexidade de formas de saber e de existir enquanto um movimento linear em direção à democratização dos sistemas escolares.

Evidentemente, histórias como a de Cauã não apareciam todos os dias nos bastidores da administração pública paranaense. Todavia, também não pude considerá-las como meros casos fortuitos ou episódicos, pois a maneira aventureira, para não dizer arriscada, pela qual lidávamos com elas informava justamente a existência de inconstâncias ou instabilidades no agenciamento dos sujeitos e dos objetos pedagógicos que representavam as partes constituintes da "diversidade educacional" no estado. E nada parecia desfigurar mais aquele ambiente profissional, tão seguro de sua autoimagem da reprodução de procedimentos predeterminados, ininterruptos, que se (dis)solvem no encadeamento de práticas racionalizadas de classificação dos saberes e das alteridades que integrariam a rede escolar, quanto a entrada de um corpo "estranho". Algo ainda indeterminado e que, para deixar de sê-lo, exigiria mudanças ou adaptações na prática cotidiana de quem organiza a educação pública.

De fato, tratava-se de uma tarefa extremamente difícil e para a qual nem sempre estivemos preparados ou motivados. Mesmo assim, não podíamos simplesmente ignorá-la, pois os conflitos pedagógicos representavam, em grande medida, o principal motivo pelo qual nós docentes – e não outros funcionários ou funcionárias públicas – estivemos à frente das atribuições técnico-pedagógicas dessa secretaria. Por isso mesmo, costumávamos encarar com certa "aflição" qualquer evento que escapasse à ordem dos elementos que constituíam a unidade do sistema educacional. Como se o nosso olhar estivesse tão habituado a procurar continuidades, a enquadrar os acontecimentos em uma mesma curva evolutiva, que nutríamos singular aborrecimento por tudo o que pudesse sugerir uma diferença radical em relação aos discursos já estabelecidos – particularmente, sobre aqueles discursos que informavam *quem* deveria ser incluído e *onde* ou *como* poderia ocorrer a inclusão. O problema é que, por

mais que procurássemos evitá-las, tais descontinuidades insistiam em aparecer, ora explicitando nossa incapacidade em lidar com essas diferenças, ora exigindo outras tomadas de consciência sobre a complexidade dos processos de exclusão.

Sugerindo, assim, que o trabalho burocrático nos departamentos e coordenações permite compreender a secretaria como uma instituição plural e em constante transformação. Um local atravessado por uma infinidade de relações, lógicas e dinâmicas que acompanham as trajetórias profissionais (e pessoais) de seus atores e atrizes. Isso porque, como espero ter explicitado, convergiam nesse setor estatal formas simbólicas, perspectivas educacionais e modalidades de gestão e gerenciamento que, ao mesmo tempo em que visavam reconstituir as experiências, saberes e subjetividades escolares a partir de modelos pedagógicos passíveis de inclusão, também eram simultaneamente reconstituídas por elas.

Tal observação, entretanto, antes mesmo de indicar uma "falha" ou incapacidade eventual, parecia confirmar a efetividade do argumento. A passagem do abominável para o nominável, do caótico ao ordenado, do excluído ao incluído. Sujeitos que apenas teriam sua diferença reconhecida, respeitada, tolerada, mediante a capacidade de se adequar ou hospedar certos princípios e valores nacionais ou transnacionais da educação. Outros e outras que seriam absorvidos pela linguagem burocratizada da educação e por seus sistemas de classificação; uma pluralidade de vivências unificadas pelo ensino regular, pelos currículos e materiais didáticos que, sob o pressuposto da igualdade, normalizam as diferenças em uma experiência comum de escolarização.

Acompanhei inúmeros eventos como esses naquele ano (Carniel, 2013). Seus relatos estavam espalhados entre as anotações dispersas que distribuí sobre a mesa de trabalho – eram notas sobre disputas em torno da incorporação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nos livros didáticos da educação básica; tensões acerca da implementação da disciplina de ensino religioso nas escolas indígenas; ausência de consensos na elaboração de programas, cursos e eventos de formação docente; indeterminação na divisão das equipes; responsabilização dos departamentos ou coordenações para empreender uma ou outra ação. Em cada um desses casos as noções de diversidade e de multiculturalismo figuraram como termos capazes de administrar os conflitos e recriar uma imagem pedagógica que tudo alcança, captura, define e torna

próprio – uma representação sólida, segura, entusiasmada com a dissolução das indeterminações e ambivalências do sistema educacional.

Só que a articulação entre o trabalho realizado pelo Departamento da Diversidade e aquele desempenhado pelo Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional nunca chegou a se efetivar nos ambientes profissionais que observei. Pelo contrário, cada equipe parecia se concentrar a tal ponto na especificidade de sua área que, na maioria das vezes, desconhecia o que ocorria no restante do estabelecimento.

Além disso, as pessoas com quem convivi naquela época, com poucas exceções, não se utilizavam dessa perspectiva multicultural da inclusão como um princípio único, coerente e estável; e mesmo quando as indagava diretamente suas respostas se alteravam tanto que era impossível atribuir critérios objetivos para estabelecer qualquer definição ou percepção mais geral. Por isso, atravessei a narrativa da secretária para lhe perguntar pela afinidade específica que a educação especial mantinha com a inclusão educacional e se essa incorporação teria modificado a relação desse departamento como os demais. Ela pensou um bocado antes de retroceder no tempo e afirmar que o Departamento de Educação Especial, quando fundado, atendia uma demanda social assistencialista e de apoio a instituições conveniadas, característica presente "até hoje", a ponto de interferir na denominação do órgão: "A princípio eu queria criar só um departamento de inclusão educacional. A resistência em manter a palavra educação especial e inclusão educacional foi do departamento porque eles não aceitavam entrar no conjunto de políticas que lidavam com a inclusão social."

Depois dessa declaração, a imagem harmoniosa de uma concepção política e pedagógica que teria sido ativada por sua gestão a partir da defesa de uma educação inclusiva começou a se desfazer. A conversa guinou, então, para as dificuldades enfrentadas por ela para impor sua proposta e controlar os rumos da educação básica enquanto um projeto coeso e integrado:

> Foi uma luta para entender aquele professor [da educação especial] como um professor que tinha plano de carreira, que tinha que fazer capacitação, que tinha hora-atividade. Nem se pensava em hora-atividade, era outro segmento, era outro sujeito nessa história. Uma luta importante foi a da gratificação especial. Eu tirei essa gratificação. Por quê? Porque aquilo era visto mais ou menos como

> uma insalubridade. É verdade que são condições diferentes, não se pode ter 30 alunos na sala, às vezes têm que ter cinco, com um livro diferenciado, um quadro diferenciado. O trabalho muda, mas ainda são professores como todos os outros. [...] Isso tudo foi muito difícil de ser incorporado pelo departamento. Eu diria que hoje eles conseguem transitar mais facilmente com essa ideia, mas era um departamento que era um feudo à parte. Tudo era dividido assim: a resolução de distribuição de aulas, a gente fazia uma regra geral para o estado e outra para a educação especial. Eles não conseguiam entender a educação especial como parte de um mesmo princípio.

Mudar os departamentos para mudar as culturas escolares. Unificar o trabalho interno da instituição para que sua gestão pudesse exteriorizar um discurso, um único caminho que deveria ser percorrido por toda a rede de ensino. Conforme a secretária, esse foi o objetivo traçado para a educação especial, assim como para todos os atendimentos prestados pela secretaria. Ela pretendia modificar o comportamento daqueles e daquelas que representam a educação básica para modificar as próprias práticas de significação; reconfigurando, desse modo, os sistemas simbólicos da inclusão educacional no estado.

> Tenho aqui vários departamentos e cada departamento é como um filho. Cada filho se mata pelo departamento dele e é difícil o trabalho coletivo. O Departamento de Educação Básica, por exemplo, se fecha na educação básica e no ensino regular. Quando digo: vamos discutir a diversidade. Vocês se fecham em copas. Quando vou para o Departamento da Diversidade não é diferente. Internamente eu percebo essa fragmentação. São rixas pessoais, corporativismos, entra de tudo nessa composição – quantos funcionários lá, quantos computadores para cá. [...] Hoje estávamos discutindo o ensino de nove anos. Chamei a pessoa responsável e chamei também o pessoal da educação indígena. Eles não conversaram. [...] Por um lado é muito bom, porque é importante a luta pelo que cada um acredita. Só que eu sou a secretária de Educação. Como é que eu faço? Como é que eu respondo a isso? Como é que vamos mudar a mentalidade nas escolas se nos mostramos divididos assim? Não dá. Tenho que ter uma resposta coletiva. Então, tento buscar no coletivo, na gestão e procurar trazer sempre o princípio maior. Isso me apaixona. Como é que você pensa o aluno da educação especial dentro do sistema educacional? Necessariamente você tem que sair do

> seu departamento. Tem que pensar isso numa estratosfera. Acontece que o dia a dia nem sempre permite que o funcionário veja isso de uma forma estratosférica. Ele acaba pensando apenas sobre o fazer dele. Portanto, a busca da unidade na diversidade é o grande desafio das nossas políticas educacionais.

De fato, me parecia um retrato impecável das disputas departamentais que presenciei durante minha passagem pela secretaria. Diante dele, a conversa mudou de tom. De entrevistador passei a entrevistado. Ela queria saber qual era minha impressão da secretaria, do Departamento de Educação Básica, das ações empreendidas naquele ano. Nesse ponto, me senti acuado e não consegui fazer nada além de adequar meu discurso para que ele soasse como se eu também fizesse parte do mesmo princípio, da mesma unidade projetada pela secretária e colocada para as pessoas que ela encarregou de administrar os diferentes espaços da educação pública no Paraná – mas não foi exatamente isso que vivenciei durante minha e pesquisa de campo.

As relações inconstantes que se tecem nos espaços íntimos da secretaria parecem ter o potencial de imprimir valores e perspectivas pessoais sobre o tecido material do poder público; isso porque elas fazem parte do dia a dia de funcionários e funcionárias que, antes mesmo de compartilharem conhecimentos e identidades corporativas, estão envolvidos por redes densas e dinâmicas de sociabilidades. Quem você conhece? Que tipo de informações consegue acessar? Quais são os recursos humanos e financeiros que pode ativar? O manejo desse repertório de contatos e possibilidades que cada pessoa acaba construindo concomitantemente com sua trajetória profissional certamente extrapola os sentidos imediatamente técnicos e objetivos do trabalho burocratizado, deixando um lastro de interesses e relações difusas na realização de suas atribuições. Isso ocorria por todos os lados, às vezes como forma de sobrevivência no cargo, em outros casos como tática de "distinção". Pouco importava. O fato era que quanto maior a capacidade de mobilizar sujeitos e conhecimentos no interior do campo educacional do Estado, com mais facilidade se podia jogar o jogo das relações sociais, administrativas e políticas na secretaria – e eram exatamente esses "jogos" que me deixavam entrever os usos "táticos" que se faziam das "estratégias" retóricas da educação.

A adesão a um ideal cultural estático e inquestionável – como nos eram apresentados os ideais de "qualidade" e "equidade" na educação – não apenas

fundamentava as formas legítimas do debate, como também permitia e até encorajava a sua subversão. Isso ocorria porque a exteriorização do "interesse público" em uma gramática pedagógica apropriada proporcionava uma máscara que conferia notável liberdade aos indivíduos que sabiam empregá-la. Atores ou atrizes hábeis utilizavam-se dos códigos e ideologias estatais para obterem os resultados desejados; quem não detinha tal êxito acabava culpando o sistema, o Estado ou as políticas, e assim confirmando seu poder. A diferença nas performances sugere que as pessoas atuavam nessa esfera pública tendo em vista o seu passado, sua trajetória, sua familiaridade com os dispositivos e linguagem estatais; depositando esses "antecedentes" nas disputas políticas e semânticas que envolviam as tomadas de decisões. Só que nada disso seria evidente para quem apenas observa o Estado "de cima". As proximidades, agendas, informantes, afinidades, amizades, inimizades, tudo vazava por entre as brechas do discurso unânime da racionalidade administrativa enquanto eu tentava seguir os passos daqueles e daquelas que, como julgava, poderiam oferecer as "pistas" necessárias para compreensão da prática "oficial" da educação estadual de pessoas surdas.

Relendo a transcrição da conversa com a secretária, talvez pudesse (ou devesse) ter dito que compreendia o cuidado dela em realçar certo compromisso de sua gestão com a identificação de coletivos desfavorecidos e com a criação de modelos de ensino diferenciados para atendê-los – afinal, esse foi o papel que ela tomou para si durante aqueles anos. Porém, independentemente dos significados atribuídos à inclusão dos grupos excluídos do ensino público, o que me parecia estar em jogo não era um simples processo de delegação, denominação e descrição de alteridades educacionais que ocupariam o espaço discursivo da exclusão; antes, tratava-se da regulação e controle sobre os lugares para os quais a educação paranaense poderia olhar, se reconhecer e fixar seu público diverso.

Isso ficou evidente quando folheei os relatos das chefias dos departamentos e coordenações que entrevistei nessa mesma época; todas pareciam unânimes em indicar a reestruturação da educação básica e das escolas regulares, seus profissionais e currículos mínimos, como as principais frentes de trabalho da instituição. Além disso, a própria secretária, em um programa realizado pela TV Educativa poucas semanas antes, havia afirmado que "a maior conquista do governo" fora preparar a rede escolar para cumprir a Proposta de Emenda à

Constituição nº 96, de 2003. Entusiasmada, ela falou às câmeras que o Paraná não precisaria esperar até 2011 para tornar obrigatório o ensino de 4 a 17 anos:

> Ainda em 2010 o sistema estará organizado para receber todos esses alunos. [...] O investimento não foi apenas na infraestrutura. Fora as instalações, transporte escolar, merenda, livros didáticos, também houve um grande investimento na formação de professores, na elaboração de propostas pedagógicas e na gestão escolar. [...] Essa talvez tenha sido uma das maiores medidas educacionais dos últimos cem anos no Brasil.

É evidente que as motivações e objetivos de um discurso eminentemente político possivelmente fossem distintos daqueles que a fizeram participar da minha entrevista; mesmo assim, é interessante notar como o discurso da inclusão educacional oferecido pela secretária somente poderia se consolidar como o resultado, talvez final, de uma reestruturação e qualificação do próprio ensino regular. Esse seria considerado "o alicerce necessário para quase todas as linhas de ação" da Seed, como uma das técnicas pedagógicas que trabalhavam com a educação de jovens e adultos admitiu ao se referir à centralidade das Diretrizes Curriculares da Educação Básica (Paraná, 2008) no estado e dos livros didáticos públicos do Paraná na implementação das políticas federais para a área.

Naquele instante, ficou um pouco mais nítido para mim o lugar simbólico ocupado pelos diversos grupos sociais que configuravam a chamada educação especial e a educação para a diversidade no interior da secretaria. Eram sujeitos preconcebidos pelo trabalho ordenador de áreas entendidas ou planejadas como subcampos de uma espacialidade egocêntrica; especialidades ou especificidades de um discurso autocentrado em uma enorme imagem escolar: a da escola regular.

Desse modo, talvez seja possível dizer que uma parcela significativa daquilo que hoje entendemos por educação inclusiva no Paraná, para não falar em Brasil, ainda diz respeito ao processo de regularizar os sujeitos anteriormente tidos como irregulares, erráticos, desiguais, anormais, marginais; normalizar suas trajetórias estudantis a partir de um modelo comum que balizaria todo o processo de escolarização. Para isso, não importaria à gestão pública quais seriam os atendimentos diferenciados, as diferenças consideradas. O que

efetivamente parecia ordenar e significar o agenciamento estatal era a atividade de reconhecer o destino, o projeto, o princípio que unificaria a multiplicidade, a pluralidade, a diversidade – ou, como já observou Carlos Skliar (2003, p. 71), "a persistente imagem do dentro e do fora que naturaliza o pensar, o olhar, o perceber o mundo, pois o torna idêntico à mesmidade".

Assim, nasciam os grupos "absolutamente excluídos" e abrolhavam as propostas para transformá-los em "absolutamente incluídos", indicado o estabelecimento de uma categoria social binária e destituída de experiências pessoais. Uma categoria aparentemente capaz de apaziguar qualquer conflito, contradição ou indeterminação.[11] E o "sucesso" ou a efetividade dessa operação dependia da manipulação de corpos imaginários, da competência organizacional em impor um plano, um projeto, um futuro para pessoas que desejavam visibilidade. Essa habilidade, esperada dos técnicos e técnicas pedagógicos, não se media exatamente pelo que esses "outros" e "outras" da inclusão eram ou aspiravam a ser – pouco podíamos saber sobre essas pessoas se passávamos os dias encerrados no prédio que abrigava a secretaria –, mas pelo modo como emergiam no espaço público da educação e por aquilo que poderiam representar para quem detinha o poder de nomear ou deixar de nomear.

Outros e outras cuidadosamente pronunciados, quantificados, politicamente corretos, enunciados à distância, capturados pelo olhar estatizado do funcionalismo público até se tornarem (para nós) sujeitos da educação. Portanto, esse o jogo das identidades pedagógicas fabricadas *com* e *através* de um Estado indutor de categorias de sujeito – ou ainda, de "políticas identitárias", como argumenta Tomaz Tadeu Silva (2004) – acabou girando em torno da maior ou menor capacidade de as equipes ajustarem suas alteridades "excluídas" à (nossa) gramática multicultural da inclusão.

11 Mesmo tendo auxiliado a visibilizar grupos sociais e problemas educacionais invisíveis em outros momentos ou contextos da educação paranaense, o que permanecia oculto ou subterrâneo nesse trabalho local de ordenação das alteridades excluídas era o movimento de essencialização da própria exclusão. Normalizada e naturalizada pelo discurso da inclusão educacional, a exclusão parece ter deixado de figurar como uma relação constitutiva do processo educacional para ser identificada como um atributo inerente ao sujeito – a (sua) suposta "privação", atribuída (por nós) através das "faltas", "ausências" ou "deficiências" que representávamos por meio do (seu) corpo e da (sua) subjetividade como as marcas da exclusão educacional.

Incluir quem? Incluir onde?

Passados alguns anos desde daquela conversa e de minha passagem pela secretaria, hoje consigo perceber um pouco melhor como nos bastidores da administração pública paranaense daquele do período realmente havia a vontade de produzir algo significativo em termos educacionais. Uma aposta política e pedagógica que envolveu a tentativa de se aproximar e de dialogar com grupos sociais até então marginalizados ou simplesmente excluídos por outras gestões desse sistema regional de ensino. A efetividade dessas ações, no entanto, como procurei demonstrar ao longo deste ensaio a partir da reconstrução narrativa de uma entrevista com a secretária geral da Seed, esteve sempre limitada pelas próprias perspectivas que as circunscreveram. Desse modo, qualquer desejo de "melhorar" a educação e de torná-la acessível para um contingente cada vez maior de pessoas acabou sendo condicionado aos instrumentos e aos pressupostos oferecidos por uma gramática normativa que esteve "presa" à armadilha desnecessária dos binarismos modernos – regular ou irregular, dentro ou fora, incluído ou excluído, nominável ou inominável.

Por conta disso, talvez, aquela gestão que se manteve no poder entre os anos de 2003 e 2011 no Paraná não tenha conseguido oferecer mais do que espaços reduzidos de atuação, através dos quais certos grupos sociais seriam convencidos (ou submetidos) a se constituir enquanto "sujeitos" da educação, nos dois sentidos da palavra. E para estabilizar essas práticas, certa noção de pessoas "excluídas" figurou como uma categoria suficientemente representativa e com o potencial político de unificar todas as "especialidades" pedagógicas agenciadas pelas equipes da Seed. Por intermédio dela, as atividades fragmentadas dos funcionários e funcionárias que se ocuparam em promover a "inclusão" puderam encontrar alguma coesão na espacialidade dominante das identidades pretendidas pela autoridade estatal. O que não significa, evidentemente, que os processos de exclusão sejam meros efeitos retóricos de discursos estatais. Pelo contrário, as distorções e hierarquias visibilizadas pelo corpo burocrático da secretaria eram reais – tão reais quanto as representações identitárias que foram criadas sobre elas. Só que a paradoxal indistinção com que se afirmou e praticou a inclusão dos indivíduos genéricos da exclusão – primeiro organizados em categorias particulares, depois agenciados em uma retórica comum – exigia uma dissimulação muito grande das possíveis (ou prováveis)

ambivalências, contradições e hibridações implicadas na inclusão educacional. Afinal, a entrada de um sujeito aparentemente "estranho" ao processo de assimilação individual e de reconhecimento coletivo poderia simplesmente subverter a ordem traçada para a educação básica.

Pensando nesses problemas, cheguei à conclusão de que a secretária, meus colegas e minhas colegas de trabalho, eu mesmo enquanto técnico pedagógico, todos fomos perversamente indiferentes à irrupção de qualquer irredutibilidade ou imprevisibilidade que pudesse abalar a "virtuosa" configuração daquele sistema local de ensino. Não afirmo isso apenas porque o cotidiano da secretaria, vigiado, administrado e disciplinado por uma série de técnicas de controle e regulação burocrática, imputava a tarefa de fabricar ou manejar categorias identitárias coerentes com os objetivos traçados pelo poder público. Mas principalmente porque a consequência desse processo de regulamentação foi o desconhecimento ou a invisibilização de novas hierarquias ou subordinações que o Estado poderia impor. Portanto, visibilizar essa forma estatal de organização do poder na educação básica brasileira em um período de reforma educacional, como o que estamos vivenciando em 2017, me pareceu relevante, pois uma das tarefas politicamente mais desafiadoras para a antropologia da educação ainda parece ser a de desarmar as narrativas previamente estabelecidas acerca do outro.

Portanto, talvez não seja precipitado encerrar este texto constatando que a retórica educacional de nossos dias apresenta um discurso enganadoramente harmônico no que se refere às suas ações. Nas duas últimas décadas, as tecnologias de governo que gerenciam as ideias de diferença e multiculturalismo na educação brasileira migraram da integração à inclusão, da educação especial à regular, deixando cada vez mais para trás a imagem das pessoas "anormais", de que falou Michel Foucault (2001), para nomear cada um dos grupos excluídos dos projetos de modernização. Porém, quem são esses outros e outras de que tanto se ocupa a educação? Suas identidades "flutuam" por entre as mesas e escritórios das instituições de ensino até se fixarem num ou noutro documento oficial. Ao menos essa é a sensação que se tem quando pensamos o Estado "de cima": são identidades educacionais construídas como inovações por intermédio da atuação da burocracia pública; funcionários e funcionárias responsáveis pela produção daquilo que no campo dos estudos culturais denomina-se de "políticas de identidade".

O conteúdo desses projetos identitários, todavia, é necessariamente instável, pois o significado dos estereótipos por eles criados não advém unicamente de sua forma, mas, sobretudo, dos usos sociais que deles se desprendem "por baixo". Ocorre que esses olhares "de cima" e "de baixo", o que está "dentro" e o que está "fora" das normas jurídicas que orientam o trabalho nesse ramo da educação especial, são apenas refrações de um mesmo compromisso cultural compartilhado pelos diferentes atores e atrizes que as praticam – para empregar um termo de Karina Kuschnir (2001) – enquanto projetos "conscientemente planejados". Poderíamos deduzir, então, que o que separa a surdez da audição, bem como a deficiência da normalidade, a inclusão da exclusão, não é exatamente o modelo educacional por meio do qual determinada identidade cultural nos é apresentada, mas a utilização efetiva de tal retórica "oficial" na regulação moral de nossas relações cotidianas. O que indica que, embora as ideologias estatais corriqueiramente dividam a realidade social em pares maniqueístas, seduzindo ou coagindo as pessoas a adotarem certas categorias, seu uso é sempre incerto.

Referências

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico*: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BHABHA, H. *O local da cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 2 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiv*a. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

CARNIEL, F. *A invenção (pedagógica) da surdez*: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GIROUX, H. *Atos impuros*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HEREDIA, F.; CASAS, G. Nomogénesis. Violencias institucionales y marcadores de la diferenciación social: análisis del proceso de debate, probación y texto de la Ley 10.903 (Ley Agote). *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 55-74, abr. 2017. Disponível em: <https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/2994>. Acesso em: 5 ago. 2017.

HERZFELD, M. *Intimidade cultural*: poética social no Estado-Nação. Coimbra: Edições 70, 2008.

FOUCAULT, M. *Os anormais*: curso no Collége de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KUSCHNIR, K. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137-164.

LARROSA, J. *Pedagogia profana*: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

MCLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. *Diretrizes curriculares da educação básica*. Curitiba, 2008.

PEIRANO, M. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. In: PEIRANO, M. *Três ensaios breves*. Brasília: UnB, 1997. p. 17-29. (Série Antropologia, 231).

SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença*: e se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.

SIMÕES, J. "A gente que está aqui é diferente": notas etnográficas sobre deficiência intelectual numa APAE do interior de São Paulo-BR. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 75-88, abr. 2017. Disponível em: <https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/2995/2307>. Acesso em: 5 ago. 2017.

VIEIRA, R. Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. *Pro-Posições*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 109-123, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2017.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WALSH, C. *Pedagogías decoloniales*: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013.

Recebido: 10/03/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 3/10/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100005

"O projeto já chegou até nós pronto e não podemos mudar muita coisa!": a metodologia participativa do PAC e a atuação das lideranças comunitárias no projeto de (re)urbanização de uma favela do Rio de Janeiro

"The project has already come to us ready and we can not change much!": the participatory methodology of the PAC and the role of community leaders in the (re) urbanization project of a favela in Rio de Janeiro

Juliana Blasi Cunha*

* Universidade Estadual do Norte Fluminense – Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil
Em pós-doutoramento (bolsista PNPD/Capes)
jblasicunha@gmail.com

Resumo

Ao apresentar uma breve contextualização sobre as políticas habitacionais no país, o artigo, inicialmente, situa historicamente o projeto de (re)urbanização de favelas do PAC. Mais especificamente, através da etnografia, o texto busca descrever a metodologia participativa proposta pelos agentes da "equipe social do PAC" e a forma como tal metodologia é posta em prática, ressaltando os desafios e limitações dessa metodologia. O trabalho busca ainda analisar como moradores e lideranças se utilizam dos "meios oficiais" que lhes foram disponibilizados pelo PAC, mas também alguns mecanismos acionados por eles em suas práticas para expor demandas e assegurar objetivos diante desse processo.

Palavras-chave: políticas habitacionais; favela; gestão participativa; associativismo.

Abstract

In presenting a brief contextualization on housing policies in the country, the article initially situates the PAC (re) urbanization project. More specifically, through ethnography, the text seeks to describe the participatory methodology proposed by the agents of the "PAC social team" and how such methodology is put into practice, highlighting aspects of an elaborated top-down policy. The paper also seeks to analyze how residents and leaders use the "official means" that were made available to them by the PAC, but also some mechanisms that they have implemented in their practices to expose demands and ensure objectives in this process.

Keywords: housing policies; favela; participatory management; associativism.

Introdução

No segundo andar de um dos prédios construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na favela do Cantagalo, Zona Sul do Rio de Janeiro, mora Dona Márcia.[1] Ela é nascida no Pavão-Pavãozinho, favela vizinha, onde morou por 37 anos, até que, em 2011, fora "remanejada" pelo PAC para esse prédio no Cantagalo. Em tal prédio, em um mesmo andar, passaram a viver pessoas dessas duas favelas. As favelas em questão são vizinhas, porém possuem histórias distintas de formação e ocupação, perpassadas por recorrentes disputas e rivalidades entre seus moradores. O fato é que não existe um sentimento de pertença dos moradores ao que o poder público chama de "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", mas sim a uma ou a outra favela, destacando que não se trata de um todo uniforme.

O apartamento de Dona Márcia fica no final do seu corredor e, antes da sua porta, ela instalou uma grade de ferro. Tal grade está sempre fechada, estando ela em casa ou não. Em nossas conversas iniciais, Dona Márcia dizia não ter problemas com a nova vizinhança, mas, após algum tempo de convívio, relatou alguns conflitos cotidianos com os moradores do Cantagalo. Questionada por mim sobre a grade à sua porta, Dona Márcia, por fim, explicou que os moradores do Cantagalo são muito expansivos ("entrões") e que, dessa maneira, ela conseguia evitar "ter muito contato com essa vizinhança daqui [Cantagalo] na minha porta".

Tal fato chama atenção para a forma singular como esses moradores se apropriam do espaço comum do prédio projetado pelo PAC, subvertendo o uso dele esperado. Ao colocar essa grade no corredor antes de sua porta, Dona Márcia atualiza o significado do espaço em questão, ressaltando que as maneiras de utilizar o espaço dos moradores subvertem a lógica do planejamento da arquitetura, tal como nos ensina Certeau (1995). Nas mais diversas situações cotidianas, os moradores dessas duas favelas vizinhas enfatizam que "Cantagalo e Pavão-Pavãozinho não são a mesma favela", marcando, com isso, sua rivalidade e diferenciação identitária. É comum ouvir dos moradores do Cantagalo sobre os moradores do Pavão-Pavãozinho: "Eles ficam para lá e nós para cá. Eu não gosto de lá e não sei

1 Esse e os outros nomes citados ao longo do texto são fictícios, buscando preservar a identidade dos moradores e lideranças dessas favelas.

nem andar lá direito!" A mesma narrativa pode ser frequentemente ouvida dos moradores do Pavão-Pavãozinho sobre a favela vizinha. O Estado e moradores apresentam, portanto, percepções conflitantes em relação à forma como concebem e tratam o espaço em questão. O Estado, nesse caso representado pelo PAC, percebe esse território como um todo integrado, coeso e uniforme: o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Já os moradores concebem a existência de duas favelas vizinhas, porém distintas: o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho.

A grade de Dona Márcia coloca em evidência essas categorias e práticas espaciais locais que não foram contempladas no projeto de (re)urbanização dessas favelas. Ainda que o PAC tenha buscado implementar seu projeto nessas favelas através de uma metodologia participativa, a situação descrita destaca que acabou atuando conforme o modelo tradicional "de cima para baixo": centralizado no Estado e respaldado em justificativas e argumentos técnicos dos interventores.

A situação acima foi por mim observada no ano de 2012 durante o trabalho de campo realizado para pesquisa de doutorado, na qual trabalhei com a implementação do PAC e da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nessas duas favelas vizinhas.[2] Tal trabalho de campo foi realizado de forma sistemática nos anos de 2011, 2012 e parte de 2013, incluindo, além da observação de inúmeras reuniões e atividades da vida associativa, também a observação de suas práticas sociais cotidianas e entrevistas abertas. Com isso, a pesquisa buscou descrever e analisar a forma como os moradores e lideranças percebiam e se colocavam diante do processo de intervenção urbana pelo qual passavam as duas favelas.[3] Tal processo teve início em fins de 2007, envolvendo algumas das políticas públicas de maior visibilidade no âmbito político nacional, tal como o PAC, a UPP e ainda o processo de regularização urbanística e fundiária.

Ao apresentar uma breve contextualização sobre as políticas habitacionais no país, o presente artigo pretende, inicialmente, situar historicamente o projeto de (re)urbanização de favelas do PAC, destacando a mudança dos últimos anos em que a "participação popular" passou a ser condição para a liberação de recursos das obras físicas. Mais especificamente, através da etnografia, o texto

2 Ver Blasi Cunha (2014b).

3 Para uma discussão sobre as condições de realização desse trabalho de campo, ver Blasi Cunha (2014a).

busca descrever e analisar a metodologia participativa proposta pelos agentes da "equipe social do PAC" e a forma como tal metodologia é posta em prática por esses agentes, ressaltando seus desafios e limitações. Por outro lado, o material etnográfico destaca a forma como moradores e lideranças buscam expor suas demandas nos "meios oficiais" que lhes foram disponibilizados pelo PAC, mas também alguns mecanismos alternativos acionados por eles na prática diante desse processo.

Breve contextualização sobre políticas habitacionais no Brasil

Desde o final do século XIX, a questão da habitação popular vem sendo percebida e tratada pelo poder público de formas variadas. Durante toda a Primeira República (1889-1930), período em que ocorreu o primeiro surto de crescimento urbano, surgiram alternativas de moradia destinadas a abrigar a crescente classe trabalhadora, como as várias modalidades de alojamentos coletivos e as vilas operárias, empreendidas por investidores para locação ou por empresas para abrigar seus empregados. Nesse período inicial, a ação do poder público na produção habitacional foi insignificante e, conforme destaca Bonduki (2014), a habitação social no Brasil surge apenas no período Vargas, quando o Estado abandona a postura de deixar a questão da construção, comercialização e locação habitacional ao mercado. Com a Revolução de 1930, o governo passou a intervir tanto no processo de produção como no mercado de locação habitacional. Embora a habitação tenha sido assumida como questão de responsabilidade pública, nesse momento, ainda não existia uma estratégia governamental estruturada para enfrentar o problema de forma abrangente.

A necessidade de mudança era evidente e ela emerge, numa configuração conservadora, no início dos anos 1960, culminando com o regime militar. A Aliança para o Progresso, executada pela agência United States Agency for International Developmen (Usaid – criada pelos Estados Unidos), apoiou projetos habitacionais de grande dimensão quantitativa e baixa qualidade de projeto, prenunciando a política a ser implementada no regime militar. Conforme destaca Valladares (2005), o programa mais significativo financiado pela Usaid foi a remoção de favelas localizadas na valorizada Zona Sul do Rio de Janeiro, desenvolvida pelo governador Carlos Lacerda (1961-1965), com a transferência

de seus moradores para grandes conjuntos habitacionais na extrema periferia da cidade. Tal programa foi um prenúncio da política posteriormente implementada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

Na percepção de Bonduki (2014), a despeito das críticas que possam ser feitas ao BNH e ao sistema financeiro por ele preconizado, é necessário reconhecer sua importância e caráter estratégico na estruturação de uma política habitacional para o país. Essa foi a primeira vez em que o país teve, de fato, uma política nacional de habitação e seus resultados quantitativos foram bastante expressivos. O autor destaca, no entanto, que tal política era baseada em princípios como centralização, sendo notável na concepção do projeto a localização dos conjuntos nas franjas urbanas, o desprezo pela qualidade do projeto e pela participação popular.

A crítica à arquitetura moderna, formulada na Europa e Estados Unidos a partir da década de 1950 (Jacobs, 2007; Turner, 1977), apenas encontrou espaço para se firmar no Brasil em meados dos anos 1970. No Brasil, tal crítica tendeu a focar a produção homogênea do BNH, na qual era mais fácil encontrar exemplos de desastres urbanísticos e arquitetônicos. No processo de transição da ditadura para o regime democrático, surgiu um modelo de gestão em que a participação e o controle social interferiram positivamente na formulação de políticas públicas "inovadoras". Esse período se caracterizou, por um lado, pela extinção do BNH e ausência de uma política federal habitacional, e, por outro, pelo surgimento de programas "alternativos", promovidos, em geral, por administrações estaduais e municipais, que colocaram em prática propostas emanadas da sociedade, questionando o tecnicismo do modelo "de cima para baixo".

Inspirada na crítica marxista à divisão social do trabalho, a produção intelectual dos arquitetos passa a trabalhar os temas da autoconstrução em mutirão na chave das práticas de participação e democratização da habitação e da cidade. Esse ideário acabou por transformar-se em política oficial, ainda na década de 1980. Rizek, Barros e Bergamim (2003) chamam atenção ao fato de que, ao longo dessa transformação, as dimensões relativas à autogestão e às possibilidades de emancipação futura foram suprimidas. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, várias experiências tiveram lugar, retomando ou mesmo ampliando essa pauta na busca da diferenciação entre os programas oficiais e os discursos e práticas emancipatórias empreendidas pelos movimentos por habitação e suas ocupações. Os laboratórios de habitação e uma junção de práticas profissionais

combinadas às práticas militantes de arquitetos e estudantes de arquitetura espalharam-se pelos territórios das periferias das grandes cidades.

Em 1983, governadores eleitos pela oposição, como Franco Montoro, em São Paulo, e Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, iniciaram programas habitacionais "alternativos" ao modelo convencional do BNH. Brizola deu início a um programa de urbanização de favelas, inclusive da Zona Sul, enterrando as antigas práticas de remoção do governo militar. No Rio de Janeiro, além da urbanização de favelas, no período de 1983 a 1993, segundo Leitão et al. (2016), houve um significativo avanço dos movimentos de ocupação de terras urbanas e seu subsequente processo de regularização fundiária.

Em São Paulo, a antiga empresa habitacional do governo do estado foi redefinida e renomeada – passou a se chamar Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) – e foi criado um programa descentralizado, baseado em recursos orçamentários, bem como em parceria com municípios e organizações comunitárias, procurando produzir moradias a baixo custo, em sistema de mutirão gerido pelo próprio poder público. Das experiências municipais, o Programa de Habitação Social do Município de São Paulo, desenvolvido pela Superintendência de Habitação Popular (Habi) no governo de Luiza Erundina (1989-1922), foi considerado um laboratório de experiências participativas para enfrentar a questão de uma maneira inovadora.

Nas palavras de Bonduki (2014, p. 128), a partir da década de 1980, no período de transição para a democracia, o país passou

> por um processo extremamente interessante de construção de uma política pública na área de desenvolvimento urbano e habitacional, uma verdadeira "bottom up public policy", ou seja, a construção de uma política pública "de baixo para cima" [...] A emenda de iniciativa popular da reforma urbana da Constituinte, que se desdobrou no Estatuto da Cidade, e o projeto de lei de iniciativa popular que propôs o Fundo Nacional de Habitação foram frutos da mobilização da sociedade, que teve um papel fundamental para a consolidação de uma política urbana e habitacional baseada na função social da propriedade e no direito à habitação.

Dessa maneira, conforme visto de forma resumida, o modelo "de cima para baixo" de utilização do saber técnico da arquitetura e urbanismo foi historicamente

utilizado em políticas de produção de habitação popular e de urbanização de favelas no país. A partir da década de 1980, surgem algumas experiências "alternativas" de produção habitacional popular, que acabam se tornando políticas públicas. A ideia de que a participação popular é importante e necessária na elaboração e implementação de políticas públicas vai ganhando força até o momento em que se torna um pré-requisito para a aprovação e liberação do orçamento de obras públicas do governo federal.

Esse é o caso do "PAC-Favelas", divulgado como sendo diferente das políticas habitacionais anteriores por sua forte marca de "gestão participativa". O "trabalho social" é nele uma condição necessária e determinante para a realização de obras físicas. O documento que orienta ação do trabalho social do PAC chama-se *COTS – Caderno de orientação técnica social – programas setor público* e é elaborado pela Caixa Econômica Federal, que é o agente operador e tem como atribuição analisar o Projeto de Trabalho Técnico Social, acompanhar, atestar e avaliar sua execução. Em tal documento fica claro o objetivo geral que norteia o trabalho social das obras do PAC:

> O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações educativas planejadas pelo proponente [...] adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, respeitando as diretrizes dos Programas, com o intuito de promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e/ou geração de trabalho e renda, procurando atender às principais demandas sociais existentes. Seu objetivo é a criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, bem como incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade do empreendimento (COTS, 2004, p. 5).

Criar mecanismos para tornar viável a participação dos "beneficiários" nas decisões e implantação do projeto passa a ser uma medida buscada nos programas habitacionais. As obras físicas passam a ter o acompanhamento obrigatório do "trabalho social", no intuito de cumprir com a recomendação de promover a "participação comunitária". Dessa forma, a categoria "gestão participativa" tornou-se uma referência central nas políticas públicas dos últimos anos no país.

A breve contextualização histórica sobre políticas habitacionais, além de situar a atual política do PAC e sua metodologia participativa, permite ainda destacar que o Estado não esteve ausente das favelas ao longo do século XX e neste início de XXI. Não se trata de ausência do Estado, mas sim de uma forma específica de atuação nesses territórios, através da qual ele produziu e consolidou ali as suas margens. Conforme mostrado acima, não é de hoje que o poder público atua nas favelas da cidade, e a forma específica através da qual sempre se relacionou com elas foi, inclusive, uma das principais propiciadoras do surgimento e consolidação destas no tecido urbano da cidade. As favelas serão aqui pensadas como margens, no sentido proposto por Das e Poole (2008) ou Vieira da Cunha e Feltran (2014), que se negam a pensá-las na chave da ausência ou da exclusão, e, muito pelo contrário, buscam abordá-las em suas relações com o centro, destacando seus papéis necessários ao funcionamento da cidade.

Ressaltar essa relação histórica entre poder público e favelas, não significa, no entanto, negar o diferencial da absoluta centralidade que, recentemente, as favelas assumiram nas políticas urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Tal centralidade é interpretada pela bibliografia sobre o tema a partir do contexto de preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, na qual a "retórica da integração" é frequentemente acionada. De acordo, por exemplo, com Cavalcanti (2013, p. 196):

> O PAC-Favelas foi concebido em consonância com as exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano que vêm dando o tom da construção política, discursiva e imaginária de uma cidade apta a sediar megaeventos globais como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, entre outros.

Sobre o PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do governo federal, lançado em 2007, pelo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se estendeu, no período de 2010 a 2014, no governo de Dilma Rousseff. No documento oficial de lançamento do PAC foram anunciados os investimentos em infraestrutura que, aliados a medidas econômicas, visavam a estimular os setores produtivos e levar benefícios sociais para todas as regiões do país. Em tal

documento estava colocado como objetivo "acelerar o crescimento econômico do Brasil para gerar mais emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais".[4] Apresentada como uma das mais amplas políticas de desenvolvimento das últimas décadas, o programa do PAC previa, em sua primeira etapa, investimentos da ordem de R$ 500 bilhões para o período de quatro anos (2007 a 2010), dos quais R$ 106 bilhões seriam destinados para a área de habitação. Os eixos fundamentais do programa, elencados em tal documento, eram: Investimento em Infraestrutura; Estímulo ao Crédito e ao Financiamento; Melhoria do Ambiente de Investimento; Desoneração e Administração Tributária; Medidas Fiscais de Longo Prazo; Consistência Fiscal. A área de investimento em infraestrutura está subdividida em três linhas específicas: Logística (Rodovias, Ferrovias, Portos, Aeroportos e Hidrovias); Energia (Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis); Social e Urbano (Saneamento, Habitação, Transporte Urbano, Luz para Todos e Recursos Hídricos).

Apesar de ser concebida e implementada como uma política pública de desenvolvimento econômico e social no âmbito nacional, o PAC se orienta localmente de acordo com as especificidades das diferentes demandas das regiões nas quais atua, e caracteriza-se, portanto, como uma política pública semifocada. Na cidade do Rio de Janeiro, o setor de "infraestrutura social e urbana" do PAC atuou através de ações concebidas e implementadas especificamente para uma determinada região da cidade, as favelas, e não para a cidade como um todo. A especificidade da atuação dessa política que se volta para a (re)urbanização das favelas da cidade reflete-se na alcunha "PAC-Favelas". A atuação se deu, inicialmente, nas favelas de grande porte, isto é, os aglomerados de favelas, os chamados "complexos", tendo depois se estendido a outras favelas menores. As três maiores obras do PAC-Favelas foram realizadas em três complexos: Alemão, Manguinhos e Rocinha.

No momento do lançamento do projeto, o valor do investimento em favelas no estado do Rio de Janeiro era de R$ 1,3 bilhão, do qual R$ 495 milhões para o Complexo do Alemão, R$ 235 milhões para Manguinhos, R$ 110 milhões para Rocinha e R$ 35,2 milhões para o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". A articulação entre as diferentes esferas administrativas (municipal, estadual

4 Em http://www.dnit.gov.br/menu/pac/pac_inicio (acessado em 15/04/2008).

e federal) no planejamento, execução e, sobretudo, financiamento dessa política é apontada como um dos diferenciais do PAC em relação às intervenções anteriores.

O PAC foi lançado no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" em novembro de 2007, com a presença do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, e do governador Sérgio Cabral. Em seu discurso aos moradores e à imprensa Lula prometeu: "Vamos transformar essa e outras comunidades, como a Rocinha, Manguinhos e o Alemão, em lugares dignos para se morar, que permitam a vocês a conquista da cidadania".[5] Apesar de o PAC ter sido oficialmente lançado no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" em novembro de 2007, sua proposta foi apresentada aos "moradores" apenas em março de 2008, na "Primeira Grande Reunião de Moradores". O projeto apresentado compunha-se basicamente por dois eixos centrais de ação: (1) obras físicas que integram o "programa de reurbanização" da favela; e (2) as "ações sociais" que fazem parte do "trabalho social" do PAC.

Para que as propostas do PAC de "tratamento paisagístico", "ampliação de praças", "construção de playgrounds" e, sobretudo, "alargamento de ruas" se tornassem realidade, aproximadamente 250 famílias seriam desalojadas de suas casas até o término das obras, inicialmente previsto para o final de 2009. A "participação comunitária" viabilizada pelo programa restringia-se, no entanto, às propostas de ação do "trabalho social", não contemplando nenhum tipo de consulta aos moradores em relação à intervenção das obras físicas que ali seriam realizadas. Segundo o trecho do jornal editado e distribuído na favela pelo PAC:

> Este programa de aceleração do crescimento – PAC – veio com um formato novo onde há uma especial atenção com a qualidade dos processos participativos. Foram editadas novas instruções normativas do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica para o PAC em todo o Brasil sobre o assunto, que representam um grande avanço para a governança social sobre a execução de intervenções e obras públicas. Considera-se beneficiário do projeto quem reside na comunidade. Como o projeto é uma herança de uma obra contratada antes do PAC, em 2006, é mais difícil alterar o projeto físico. O projeto social, no entanto, comporta

5 Em http://www.transportes.proderj.rj.gov.br/noticia_29.html (acessado em 21/08/2008).

> alterações, o que está acontecendo continuamente, e para melhor, com a contribuição participativa do Conselho Comunitário do Projeto-CCOMP.

Quando indagado a respeito das inúmeras demolições previstas para todos os "complexos" onde o PAC atuaria, o subsecretário de Urbanismo da Secretaria de Obras, Vicente Loureiro, em 5 de março de 2008, declarou ao *Globo*: "Não se faz um omelete sem quebrar ovos. É preciso abrir avenidas, preservar a faixa marginal de canais e combater a área de risco. Isto provocará a demolição de casas" (Estado..., 2008). Desde então, foram construídos pelo PAC no Cantagalo dois prédios para realocar moradores, tanto do Pavão-Pavãozinho como do Cantagalo, que tiveram que deixar suas casas devido às obras físicas, sobretudo pelo alargamento de ruas. Cada um dos dois prédios já construídos no Cantagalo possui dois blocos de apartamentos, totalizando quatro blocos e 150 apartamentos. Os apartamentos são de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, distribuídos em uma área de 42 m².

Em junho de 2010 foi inaugurado também no Cantagalo um monumental elevador panorâmico ligando o bairro de Ipanema à favela e também um mirante, formando o chamado "Complexo Rubem Braga".[6] O "complexo" foi construído pelo Metrô-Rio em parceria com o PAC, sendo formado por duas torres com elevadores panorâmicos, um mirante, acesso à então recém-inaugurada estação de metrô General Osório e uma passarela que liga essas torres a uma região do Cantagalo conhecida como Quebra-Braço.[7]

Além dos elevadores atualmente serem um dos acessos dos moradores do Cantagalo à favela, o chamado "Mirante da Paz" tornou-se o mais novo ponto turístico de Ipanema com vista para a praia de Ipanema e do Leblon e para a Lagoa Rodrigo de Freitas. No vídeo de apresentação do elevador, elaborado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (gestão de Sérgio Cabral), diz-se que o elevador "é o verdadeiro elo de uma cidade que não está mais partida". Logo na sequência é exibida uma entrevista com Zuenir Ventura, autor do livro *Cidade partida* (Ventura, 1994), na qual o autor ressalta que esse é um gesto simbólico na direção de se "criar pontes e não muros" entre partes da cidade.

---

6 Rubem Braga foi um renomado cronista brasileiro que, após ter vivido em diversas cidades brasileiras, escolheu Ipanema como lugar de residência até o fim de sua vida.

7 A empresa responsável pela sua construção foi a Odebrecht Infraestrutura.

O elevador tem proporções monumentais e, sobretudo à noite, quando suas luzes de neon verde são acesas, inscreve fortemente sua presença no bairro de Ipanema. Cavalcanti (2013) destaca que a forma como o PAC opera a inscrição das favelas na paisagem da cidade é o seu principal diferencial em relação às políticas habitacionais anteriores já implementadas no Rio de Janeiro. A autora analisa alguns desses símbolos do propalado discurso de integração entre favela e asfalto inscritos pelo PAC na paisagem urbana. Além do elevador do Cantagalo, a autora descreve a passarela projetada na Rocinha por Oscar Niemeyer (PAC-Rocinha), o famoso teleférico do Alemão (PAC-Alemão) e a praça que concentra todos os novos equipamentos urbanos em Manguinhos (PAC-Manguinhos). A autora ressalta que aquilo que salta aos olhos nos casos em questão não é a favela em si mesma, mas o modelo e discurso da suposta integração entre favela e asfalto. Em suas palavras, os projetos do PAC "produzem um regime ambíguo de (in)visibilidade desse espaço, na medida em que não é a favela, como tal, que sobressai na paisagem, mas o espetáculo de sua 'integração' à cidade" (Cavalcanti, 2013, p. 206).

Ao longo da atuação do PAC no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", além dos prédios, elevador e "alargamento de vias", houve também investimentos em recapeamento de ruas e na rede de esgotamento sanitário e água. Muitas das metas propostas, no entanto, não foram concluídas ao fim de 2009, tal como previsto no projeto inicial. As obras foram retomadas em fins de 2011, já no governo Dilma Rousseff, quando o chamado "PAC 2", além de dar início ao processo de remanejamento de famílias para o alargamento de ruas no Cantagalo (Rua Custódio Mesquita) e no Pavão-Pavãozinho (Avenida Pavãozinho), anunciou também o início da construção de mais algumas unidades habitacionais, da reforma do chamado "casarão" e a construção de uma quadra poliesportiva no Pavão-Pavãozinho.

A metodologia participativa do PAC

O material etnográfico fruto das reuniões realizadas pela "equipe de trabalho social" do PAC 2 traz importantes contribuições para pensar na proposta de "gestão participativa" do PAC no "complexo" e, de uma perspectiva mais geral, sobre a participação popular em políticas públicas do país. Após as reuniões

de 2008 e 2009 referentes ao PAC 1, estas voltaram a acontecer a partir de novembro de 2011, quando as obras do PAC foram retomadas, sob a alcunha de PAC 2. Tais reuniões pretendem ser uma espécie de "canal de comunicação" entre moradores, lideranças locais e os interventores do PAC com o objetivo de estabelecer o chamado "processo participativo das intervenções do PAC 2 nessa comunidade". As reuniões são convocadas e organizadas pela "equipe de trabalho social" do PAC e são comuns aos moradores do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Ao longo de todo o ano de 2012, acompanhei essas reuniões e pude observar os "canais oficiais" que são disponibilizados pelo PAC aos moradores e lideranças para que possam expor suas demandas e "participar" da implementação dessa política pública. A "equipe de trabalho social" é composta por uma assistente social, um arquiteto e alguns "agentes comunitários". Essa equipe promove reuniões com moradores e lideranças para a discussão de questões e dúvidas sobre o projeto e busca ainda fazer a mediação entre estes e os engenheiros e arquitetos da construtora responsável durante a apresentação das obras.

Nas primeiras reuniões do PAC 2 estavam presentes apenas algumas lideranças locais, "autoridades" e a "equipe de trabalho social". O objetivo anunciado era a apresentação dessas pessoas, do projeto das obras e do "trabalho social" a ser desenvolvido pela equipe ao longo do processo. Para o PAC 2 foi aberto um outro processo de licitação, tendo vencido uma nova construtora. Além disso, a supervisão do trabalho social também não mais seria responsabilidade da construtora contratada. No PAC 2, o trabalho social passou a ser supervisionado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro – Casa Civil do Estado (EGP-Rio). Dessa maneira, os relatórios da "equipe de trabalho social" precisam ser aprovados pelo EGP-Rio antes de ir para Caixa Econômica e ter seu orçamento liberado. O orçamento do PAC 2 era de R$ 43 milhões para 12 meses de obra física e de R$ 1 milhão para os 18 meses de "trabalho social".

Na primeira dessas reuniões, após a apresentação das obras pelos técnicos, logo foi dado, pelo então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, o "tom participativo" que se buscava estabelecer na realização dessas obras. Segundo Luís Fernando de Souza, conhecido como Pezão: "Não há demandas inventadas e tudo que está no projeto foi discutido com a comunidade. A equipe de trabalho social está aqui para ouvir e conversar com vocês e nenhuma ação

será tomada sem o diálogo com as lideranças daqui." Nessas reuniões iniciais, a assistente social da equipe enfatizou em sua fala a importância de "pactuarem" com os moradores uma "visão de futuro comunitário" ou de estabelecerem um "pacto cívico comunitário". Para que esse "pacto" entre eles fosse estabelecido, a assistente social apresentou às lideranças locais os cinco canais de participação disponíveis a elas no projeto: o canteiro social, o CCOMP, as comissões temáticas, o 1º Fórum Popular e as oficinas do imaginário.

O "canteiro social" é a base ou o escritório da equipe de trabalho social nas favelas e local onde os moradores podem ir tirar suas dúvidas e expor demandas relacionadas ao projeto. Apesar de terem buscado um espaço no Pavão-Pavãozinho para alocar a base do "canteiro social", ela acabou sendo estabelecida no Cantagalo, num dos apartamentos construídos no PAC 1 e ainda vazio. O CCOMP é o Conselho Comunitário do Projeto do qual as lideranças participam através de reuniões, assim como das comissões temáticas de seus interesses, sendo elas: 1) Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO); 2) Comissão de Educação Sanitária, Ambiental e Patrimonial e 3) Comissão de Trabalho e Renda. Cada uma dessas comissões teria que realizar 12 reuniões com a participação de seus integrantes para "junto à equipe, pensar em um jeito melhor de fazer as coisas acontecerem". O "Fórum Popular" seria realizado em breve e nele o projeto seria apresentado aos moradores e esses poderiam expor publicamente duas demandas. Já a "oficina do imaginário", segundo descreveu a assistente social, seria uma metodologia na qual, através de desenhos, os moradores e lideranças poderiam expressar o "ideal de comunidade que sonham para o futuro".

Ao mesmo tempo em que nessas primeiras reuniões o objetivo do trabalho social e seu "tom participativo" são expostos pela equipe e autoridades, nelas logo também se evidenciam as insatisfações dos líderes locais presentes, em relação à experiência anterior do PAC 1 e a outras intervenções do Estado, que ali já foram implementadas. Logo nas primeiras reuniões, um dos líderes do Pavão-Pavãozinho, Pedro, perguntou se dessa vez teriam acesso ao "cronograma físico-financeiro da obra", para que pudessem saber quanto estava sendo gasto em cada etapa e avaliar se o dinheiro estava sendo bem empregado. Nessa e em várias outras reuniões Pedro insistiu nesse assunto e ressaltou que a transparência nos gastos era a única maneira de poder ser dito que as lideranças estavam de fato participando do acompanhamento das obras.

Ironicamente, o líder disse que, sem acesso ao cronograma físico-financeiro, a Comissão de Acompanhamento das Obras seria um caô[8] e não CAO, como a Comissão é chamada pelos agentes do PAC. Uma liderança antiga do Pavão-Pavãozinho, Constantino, coloca uma importante questão relativa à participação que é oferecida a lideranças e moradores pelo PAC; em suas palavras: "O projeto já veio pronto para nós e agora a gente integrar essas comissões e participar disso é complicado porque a comunidade vai cair de pau no projeto, mas ele já está pronto! O projeto já chegou até nós pronto e não podemos mudar muita coisa!" Ainda que com muito ceticismo e questionamento, as lideranças do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho se inscreveram para integrar o CCOMP através das comissões temáticas, de acordo com seus interesses e disponibilidade.

O formato proposto inicialmente para o 1º Fórum Popular foi motivo de forte conflito em uma das reuniões que o precederam. Ainda que os embates entre lideranças e os agentes do PAC sejam presentes em praticamente todas as reuniões, esse, em específico, mostra-se importante por revelar a forma como a "participação" das lideranças é pensada pelos agentes do PAC e ainda o modo como elas atuam diante disso. Segundo os agentes da equipe de trabalho social, o fórum teria início com a fala dos presidentes das duas associações de moradores e, logo depois, viria a apresentação do projeto do PAC pelos técnicos e agentes interventores. Primeiro estes falariam sobre o que já foi realizado no PAC 1 e, na sequência, sobre o projeto do PAC 2. Além dos representantes da equipe de trabalho social, arquitetos, engenheiros e diretores da construtora responsáveis fariam suas devidas apresentações. Após a apresentação do projeto, haveria um "coffee break" e, apenas em seguida a essa pausa, o fórum seria retomado para que os moradores pudessem colocar suas questões.

O formato do fórum foi apresentado às lideranças apenas na intenção de que tomassem consciência de como este havia sido planejado pela equipe. O tom da apresentação da equipe era mais informativo do que o de um planejamento coletivo em relação ao formato desse 1º Fórum Popular. Pedro, líder do Pavão-Pavãozinho, no entanto, perguntou, em tom de crítica, o porquê da realização desse "coffee break" antes do tempo destinado às questões dos moradores. Logo, outros líderes começaram também a intervir e a dizer que isso era

8 "Caô" é uma gíria carioca que designa mentira, lorota ou história contada a alguém com o intuito de enganar.

estratégia deles para esvaziar a reunião. Os agentes do PAC tentaram argumentar que o "coffee break" após a apresentação do projeto havia sido planejado apenas para que a reunião se tornasse menos cansativa. Após uma discussão bem tumultuada ficou "pactuado" entre líderes e a equipe que o "coffee break" se daria somente após a fala dos moradores.

Em meio a essa discussão, outra questão surgiu, gerando ainda mais confusão e aumentando o clima combativo da reunião: a forma como se daria a participação dos moradores no 1º Fórum Popular. Os líderes discordaram do fato de que os moradores não teriam direito a fazer uso da palavra. De acordo com a proposta da equipe, nem lideranças e nem moradores teriam espaço para fazer suas perguntas diretamente no microfone. Os agentes da equipe do PAC anunciaram às lideranças que aqueles que tivessem dúvidas sobre o projeto deveriam escrevê-las em um papel que seria distribuído no início do fórum. Tais perguntas passariam por uma seleção feita pela própria equipe para que então fossem lidas no microfone pela cerimonialista a fim de que os técnicos responsáveis as respondessem.

Os agentes do PAC social argumentaram que aquele modelo havia sido pensado apenas para evitar repetições de questões e não ultrapassar o tempo previsto para a realização do fórum. Os líderes logo se manifestaram dizendo que, no mínimo, pelo menos um deles deveria participar, junto à equipe, desse processo de seleção das perguntas dos moradores a serem lidas. Após mais discussão para saber quem seria esse líder, ficou decidido que Pedro, liderança do Pavão-Pavãozinho, desempenharia essa função no dia do 1º Fórum Popular. O tempo e formato de participação das lideranças previsto pela equipe de trabalho social era bastante limitado. Isso não significou, no entanto, o silenciamento desses líderes, durante o fórum. Alguns deles, ainda que sem microfone, elevaram o tom de sua voz, tomaram a palavra e se pronunciaram, expondo dúvidas e críticas sobre a implementação do projeto e, sobretudo em relação à falta de informações sobre a demolição de casas para o alargamento de ruas.

O mesmo tom informativo da reunião de planejamento do 1º Fórum Popular perpassou aquela em que o projeto de alargamento da Avenida Pavãozinho foi finalmente apresentado em detalhes aos moradores. A Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho estava repleta de moradores, como raramente se vê nas habituais reuniões. O arquiteto da equipe de trabalho social apresentou aos moradores, com a ajuda do PowerPoint, o mapa com o trecho da Avenida Pavãozinho que teria as casas demolidas para possibilitar o alargamento dessa via.

A engenheira da construtora responsável pela execução do projeto estava presente na reunião e foi auxiliando o arquiteto da equipe de trabalho social em sua apresentação. O arquiteto parecia buscar fazer uma espécie de tradução do mapa e das orientações técnicas da engenheira para os moradores e lideranças presentes.

Ninguém melhor, no entanto, que os próprios moradores para identificarem no mapa as suas casas e as dos seus colegas ali presentes. Os moradores mais jovens fizeram-no e anunciaram àqueles com a vista mais cansada as casas que sairiam. Em tom de deboche e revolta, o líder Pedro, que também teria sua casa demolida, foi falando para os moradores que não conseguiam localizar suas casas no mapa: "Ali naquele pedaço perto do bondinho pega a casa de vocês quatro aí. Só naquele trechinho ali lambeu a casa de vocês quatro!"

Muitas foram as perguntas dos moradores e pouco satisfatórias eram as explicações da equipe de trabalho social e dos engenheiros responsáveis, por não possuírem um bom conhecimento das marcações espaciais que orientam a percepção dos moradores da área em questão. Os agentes da equipe social tentaram acalmar os moradores e voltar a tratar da questão que envolve o processo de negociação das casas. Tais agentes começaram, então, a explicar as três opções disponíveis no processo de negociação das casas. Além dos prédios que serão construídos, o PAC oferece ainda duas outras opções: a indenização e a compra assistida.

O valor da indenização oferecida era estipulado por um decreto do governo estadual e é geral para a avaliação de casas a serem remanejadas em diferentes regiões do estado. A indenização era calculada de acordo com as benfeitorias e qualidade de cada construção, não sendo levada em consideração a localização dessas casas, e nivelavam, portanto, o preço desses imóveis por baixo. Os imóveis dali já eram caros pela localização das favelas em bairros nobres da cidade. Com a "pacificação" e obras sendo realizadas, os imóveis se tornaram ainda mais caros e, dessa maneira, com os baixos valores de indenização pagos pelo PAC, não era possível comprar imóveis no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Além disso, a opção de compra assistida também não era viável porque quase não havia imóveis disponíveis à venda nessas favelas e os que existiam estavam com preços bem além do que o PAC estava disposto a pagar.

Dessa maneira, das três opções oferecidas pelo PAC aos moradores, apenas uma era realmente viável àqueles que desejavam permanecer morando

no chamado "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo": os apartamentos. Os moradores entenderam rapidamente a situação e, após a apresentação das três opções, um diálogo entre uma moradora e a engenheira responsável pela execução da obra trouxe à tona a situação dramática que envolve todo o processo de remanejamento desses moradores: a engenheira não sabia o total de apartamentos que realmente seria construído. Mais uma vez, Pedro, líder do Pavão-Pavãozinho, chamou atenção dos moradores para essa situação:

> Quando vocês forem negociar a casa de vocês, lembrem-se disso! Não sabemos se tem apartamentos para todos nem quando estarão prontos. Se tiver 100 apartamentos e 150 famílias para sair, a gente não sai! Estamos falando das nossas casas e cada um aqui é que sabe o quanto ralou para construir! São nossas casas! Não são figurinhas que tira daqui e bota lá!

Os agentes da equipe buscaram explicar aos moradores que aqueles que fizessem a opção pelos apartamentos do PAC deveriam começar a buscar uma casa para alugar até que os apartamentos ficassem prontos. Explicaram ainda que, enquanto os prédios não ficassem prontos e os moradores permanecessem nessas casas alugadas, eles receberiam do governo o chamado "aluguel social", no valor de R$ 450,00, para pagarem pela moradia provisória.

Alguns moradores e líderes começaram a reclamar em voz alta do preço do aluguel social e das indenizações pagas pelo PAC alegando que elas não condizem com a realidade dos preços do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Uma agente da equipe procurava explicar o decreto e como é feito o cálculo da indenização, mas os moradores a interromperam. Em tom de indignação, os moradores e lideranças questionaram tudo o que a equipe tentava explicar, alegando que ali é tudo caro e não havia imóveis disponíveis naqueles valores oferecidos, nem para alugar e nem para comprar. Um morador se levantou e disse a seguinte frase: "Aluguel de 400 reais aqui?! Se você encontrar, me avisa logo, tá?! Esse negócio de fazer a rua e só depois os prédios está por fora! Os prédios têm que ser primeiro!" Dito isso, tal morador foi embora da associação, dando início ao que acabou sendo o tumultuado encerramento dessa reunião.

Nas seguintes reuniões do CCOMP, todos esses assuntos críticos relacionados ao chamado "remanejamento" voltaram a aparecer em perguntas de moradores. Algumas reuniões e muitas reclamações depois, no dia 2 de maio de 2012

aconteceu uma reunião para tratar especificamente do valor da indenização e do aluguel social. Os moradores haviam cobrado em reuniões anteriores que essa demanda fosse encaminhada para os responsáveis e essa situação revista. Constantino, líder do Pavão-Pavãozinho, havia sugerido que fosse redigido e encaminhado um ofício para o governo do estado.

Após alguma discussão, ficou resolvido que o ofício seria encaminhado em nome do CCOMP. Feito isso, agentes da equipe de trabalho social e lideranças foram redigindo coletivamente o ofício que buscava uma diferenciação nos valores das indenizações e aluguel social pagos aos moradores dali. No ofício tentaram deixar claro que o valor de mercado dos imóveis do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" era elevado e não poderia ser equiparado com o de favelas distantes da valorizada Zona Sul onde o PAC também atua como, por exemplo, Manguinhos. Na reunião seguinte, os agentes do PAC disseram que o ofício havia sido encaminhado e que ficaram sabendo que os responsáveis estavam buscando soluções para aumentar o valor do aluguel social, mas que o da indenização seria bem difícil.

Em todas essas reuniões, fotografias foram feitas, assinaturas recolhidas e atas elaboradas pelos agentes da equipe de trabalho social. Todo esse material serviu de base para os relatórios que a equipe precisa encaminhar a fim de serem avaliados e, caso aprovados, a verba liberada. A sociologia pragmatista francesa, e em especial o trabalho de Boltanski e Thévenot (1991), oferece uma interessante ferramenta analítica que permite abordar esses processos a partir da percepção dos próprios atores de situação em situação. Os autores destacam que a confrontação com uma situação problemática coloca em evidência os procedimentos de transação através dos quais os atores apaziguam suas diferenças e, mesmo de forma conflitual, produzem modos de "se engajar" numa situação selecionando finalidades e objetivos. Tais autores colocam o foco da análise em situações nas quais acordos são estabelecidos buscando o "bem comum" e o "viver junto".

Nas reuniões seguintes, os moradores continuaram sendo incentivados a receberem a equipe para fazerem o cadastro e depois negociarem suas casas. Diante dessa situação desfavorável e de indefinição, muitos moradores negavam-se a receber os agentes do PAC social para a realização do cadastro. Assim, não era possível saber quantos moradores sairiam de suas casas ao certo e, em momento algum, o número de quantos deles ficaria sem apartamentos

foi apresentado aos moradores. A situação tornou-se uma espécie de "bola de neve", na qual os moradores não aceitavam se cadastrar por conta da indefinição em relação ao número de apartamentos e dos baixos valores de aluguel social e indenização. Sem o cadastro, não era possível saber quantas eram as famílias que sairiam e quantas ficariam sem apartamentos. A situação seguia indefinida.

No mês de agosto de 2012, os moradores receberam a informação da equipe de trabalho social de que haviam conseguido o reajuste do aluguel social de R$ 450,00 para R$ 650,00, mas que, em relação aos valores da indenização, nada pôde ser feito. Na reunião de 22 de novembro de 2012, foi anunciado que o cronograma da obra estava sendo revisto e as obras passariam de 12 para 24 meses, enquanto o "trabalho social" de 18 para 30 meses. Dessa reunião participou um engenheiro da construtora responsável pela fiscalização do projeto que até não era conhecido pelos moradores. Esse engenheiro esclareceu que o PAC 2 estava intervindo na comunidade há um ano e que esse era o prazo inicial para a conclusão das obras. Nesse um ano, no entanto, segundo o engenheiro, apenas 5% do projeto havia sido executado. Dessa maneira, a Caixa Econômica Federal havia cobrado resultados e, diante disso, ficou decidido que a supervisão do trabalho social fosse substituída, passando das mãos do EGP-Rio para as da Secretaria de Estado de Obras (Seobras).[9]

Ao longo da reunião, o engenheiro falou em um tom bastante alterado sobre o problema do atraso das obras e atribuiu claramente a responsabilidade desse atraso ao fato de muitos moradores estarem se negando a sair de suas casas e a negociar, "entravando", assim, a execução do alargamento da Avenida Pavãozinho. Diferente do tom de fala habitual dos outros técnicos da construtora e, sobretudo, dos agentes da equipe do trabalho social, tal engenheiro, ao longo da reunião, disse que "as pessoas não querem sair e estão sacaneando a obra, mas nós vamos construir essas ruas! Os moradores vão ter que sair. Nós estamos aqui para resolver isso!" Dito isso, tal engenheiro encerrou sua fala dizendo que até então eles estavam sendo "bastante tolerantes".

9 De acordo com o site da Seobras: "A Secretaria de Obras tem por finalidade planejar, organizar, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas ao desenvolvimento viário, urbano, edificações e saneamento básico, mecanismos de regulação para a concessão de serviços ou estabelecimento de parcerias público-privadas" (ver: http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=140626, acessado em 30/01/2017).

Considerações finais

Em seu material de divulgação, O PAC foi frequentemente anunciado como um exemplo de política habitacional que, diferentemente das anteriores que por ali passaram, procurava superar a centralização, o autoritarismo e o tecnicismo. O material etnográfico chama atenção, no entanto, para um projeto de intervenção urbana que, ainda que tenha buscado formular e trabalhar com metodologias participativas, acabou não contemplando as percepções e práticas dos moradores na elaboração e implementação do seu projeto. Conforme descrito no início deste artigo, a grade instalada por Dona Márcia na porta do seu apartamento chama atenção para a maneira como os moradores, através de suas práticas cotidianas e formas de apropriação do espaço, buscam contornar ou driblar a imposição de um ordenamento espacial que colocou, no mesmo corredor de um prédio, famílias oriundas de favelas vizinhas, que possuem uma relação marcada historicamente pela hostilidade.

Diversos autores chamaram atenção para o fato dos idealizadores dos projetos não incorporarem no planejamento urbano as dimensões sociais do processo e as categorias e práticas espaciais. Já em 1961, Jacobs (2007) promove uma crítica contundente ao racionalismo dos planejadores urbanos, que, amarrados aos seus arcabouços teóricos, não levam em consideração em seus planos de intervenção a complexidade da realidade urbana. Nessa mesma direção, preocupados com a não incorporação dos usos sociais do espaço e com a democratização do planejamento urbano, destacamos, dentre sociólogos, antropólogos e arquitetos, os trabalhos de Vogel, Mello e Mollica (2017), Leite (2004), Bonduki (1992) e Holston (1993).

Apesar da forte retórica de "gestão participativa", dos conselhos criados e das inúmeras reuniões realizadas pela "equipe de trabalho social" do PAC, o fato é que esse projeto chegou até os moradores pronto para ser executado e já aprovado em esferas heterônomas. Ao mesmo tempo em que as lideranças locais são convidadas a "participar" do processo de intervenção, são também considerados "multiplicadores" do projeto pela "equipe de trabalho social" do PAC. A ideia de que apenas reproduziriam e legitimariam o projeto perpassa de forma bastante clara o título de "multiplicadores" atribuído às lideranças locais. Na prática, portanto, ao longo da implementação desse programa, uma série de demandas, saberes e categorias locais, importantes nas formas

de classificação e apropriação do espaço, não foram incorporadas ao projeto por parte dos técnicos idealizadores das obras. O projeto foi elaborado centrando-se em fundamentos técnicos sobre alargamento de ruas, acessibilidade e adensamento, com nenhuma perspectiva de democratização do saber técnico da arquitetura.

A retórica da "participação" foi frequentemente acionada pelos agentes interventores do PAC e por autoridades responsáveis, ainda que, na prática, não houvesse possibilidade da construção de um projeto conjunto de obra física, que contemplasse demandas dos moradores. Essas reuniões do CCOMP, por vezes, aparentavam um caráter muito mais informativo do que consultivo e participativo de fato. Dentro da grandiosidade de todo esse projeto, o que foi passível de negociação com os moradores e lideranças eram detalhes como, por exemplo, a, frequentemente por eles citada, inclusão de um corrimão em uma das escadarias de acesso ao topo do Pavão-Pavãozinho. Como bem percebeu e advertiu Constantino, líder do Pavão-Pavãozinho, logo na primeira dessas reuniões, "o projeto já veio pronto e agora pouco podemos fazer".

Sem a realização dessas reuniões e comissões, a obra física não poderia ser realizada. Dessa maneira, a participação dessas lideranças comunitárias não era apenas um direito, mas acabou tornando-se também um dever a ser cumprido para que o orçamento das obras fosse autorizado.[10] Lefebvre (1969) chama atenção para o fato de a integração e a participação terem se tornado temas obsedantes, que, na prática, resultariam em uma "integração desintegrante". O autor coloca ainda que a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Lefebvre formula ainda uma questão que ajuda a pensar a proposta de metodologia participativa formulada pelo PAC e sobretudo a reação das lideranças e moradores diante dela: "Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e de participação da cidade, quase inteiramente desaparecidas, e que não podem ser estimuladas nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa, nem por intervenção de especialistas?" (Lefebvre, 1969, p. 95).

10 Alguns interessantes trabalhos problematizam a categoria "participação", como o de Simões (1992), por exemplo, que chama atenção para o discurso ideológico de valorização da "participação" no primeiro governo do PT em Diadema (SP), descrevendo como se deu a construção desse ideário participativo. Já a obrigatoriedade da "participação" dos moradores no plano diretor é abordada por Varella (2011).

Dessa maneira, além desses "canais de participação" oficialmente disponibilizados pelo PAC, quais seriam as estratégias e práticas dos moradores e lideranças para buscar assegurar seus objetivos diante dessa intervenção? A negação em realizar o cadastro e negociar suas casas pode ser pensada como um mecanismo desses moradores para conseguirem pelo menos o reajuste do aluguel social?

Sem negar os mecanismos de reprodução de um modo fragmentado e hierarquizado de integração urbana utilizados pelo PAC, através da descrição etnográfica dessas reuniões, busquei focar a análise também na noção de agência e competência na atuação desses líderes.

A descrição das reuniões do CCOMP buscou destacar a racionalidade da ação dessas lideranças que, conscientes da "participação" que lhes estava sendo proposta, não se ausentaram e entraram em cena, buscando, através de seu engajamento pessoal em cada interação com os membros da equipe do PAC social, levá-los a agir de acordo com suas intenções e objetivos possíveis diante daquele projeto. Críticos e conscientes das limitações de sua "participação" no projeto desde a primeira reunião, tais líderes aceitaram integrar o CCOMP encarando isso como uma das possibilidades existentes dentro de um universo restrito para, através de qualquer possibilidade de margem de manobra, buscar apresentar suas demandas.

Categorias como "gestão participativa", "metodologia participativa" e "participação popular" integram uma gramática política contemporânea, que perpassa os mais diversos movimentos sociais atuais como, por exemplo, o movimento sindical urbano, movimento urbano por moradia, movimento de trabalhadores rurais e movimento indígena.[11] O material etnográfico dessas reuniões do PAC social faz pensar que, se por um lado, a participação dos moradores apenas serve para legitimar decisões já tomadas em outras esferas e para reproduzir uma integração hierarquizada e restrita, por outro, lideranças e moradores lutam buscando outros mecanismos e estratégias para assegurar seus objetivos num contexto que sabem ser de possibilidades limitadas. Através de seu engajamento pessoal, esses líderes se mobilizaram, aproveitando toda e qualquer margem de manobra. Concentrar o foco da análise na atuação dessas lideranças

11 Para mais sobre isso, ver Leite Lopes e Heredia (2014).

em cada situação de negociação não significa negar que as suas conquistas não deixam de ser formas novas dos já antigos mecanismos de "controle negociado", uma vez que seguem assegurando a reprodução do problema favela (Machado da Silva, 2002). A tentativa aqui foi apenas de buscar melhor descrever e analisar em detalhes esse conjunto de ações e as possibilidades de articulação e representação dos moradores e lideranças diante das mesmas.

Tais lideranças e moradores não se colocam o tempo todo contrários à atuação do PAC e do Estado de uma maneira geral. Possuem a competência de saber se aproximar do poder público como "multiplicadores" do projeto para assegurar objetivos específicos, particulares ou não. Sabem, no entanto, também se afastar e posicionar-se contra ele, evidenciando, assim, como as barreiras entre eles são borradas e definem-se contextual ou situacionalmente, como nos ensinou Santos (1981). Mais do que uma ambiguidade na atuação das lideranças do CCOMP, procurei descrever a ambivalência na atuação simultânea dessas lideranças como representantes da comunidade e parceiros do Estado. Ao invés de ressaltar a imprecisão e o que poderia ser tomado como incerto e duvidoso, busquei pensar em como utilizam a seu favor a indeterminação dessa condição, buscando expor demandas e assegurar objetivos em cada interação com os agentes do poder público.

Cefaï, Veiga e Mota (2011), analisando uma série de etnografias da vida associativa, mostram que pesquisas mais recentes recorrem a descrições da ação coletiva que insistem nas múltiplas limitações do campo de ação, na indecisão e na indeterminação das regras do jogo e na ambiguidade das preferências e das motivações. Segundo os autores:

> Elas são arenas de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções a problemas, de negociação de convenções coletivas e de composição de racionalidades múltiplas. Estas "anarquias organizadas" não têm *um* objetivo, *uma* estratégia e *uma* ideologia. Elas são atravessadas por ambiguidades e, às vezes, por contradições. Elas podem perseguir diversas finalidades não compatíveis entre si e ser confrontadas com os dilemas da escolha dos meios em relação aos fins. (Cefaï; Veiga; Mota, 2011, p. 35, grifo dos autores).

O acordo a que se chega entre lideranças e agentes do PAC em uma reunião, em outra ou (frequentemente) na mesma, é facilmente questionado, o mesmo

dando-se entre as próprias lideranças. É importante destacar a não formação de um "nós" dessas lideranças colocando-se o tempo todo como um grupo unívoco contra o Estado. O trabalho buscou mostrar que a atuação delas é orientada por múltiplas lógicas e, nessa dinâmica, o Estado pode ser amigo ou inimigo, com quem se produz alianças ou rupturas, dependendo dos interesses em jogo em cada situação. A ação dessas lideranças é orientada assim por uma heterogeneidade dos regimes de ação.

O Estado, por sua vez, não pode também ser pensado como um todo unívoco. Conforme mostramos, esse é formado por agentes que atuam de diferentes formas com os moradores, sendo o tom e a atuação do último engenheiro acima descrito totalmente diferente dos engenheiros anteriores e da equipe de trabalho social. Para concluir, nesse sentido, destacamos ainda intervenções e posicionamentos divergentes do poder público nessas duas favelas vizinhas. Enquanto a Geo-Rio[12] e a prefeitura delimitavam uma determinada área dessas favelas como "de risco" e marcavam todas as casas que dali deveriam sair, o PAC (governos estadual e federal) construía uma escadaria para dar acessibilidade aos moradores dessa mesma região.

Buscou-se aqui descrever e analisar como essas lideranças com trajetórias, interesses e perspectivas tão distintos atuam, ora competindo, ora cooperando, buscando negociar, produzir acordos e assegurar objetivos nessas arenas públicas. Descrever como se dá a atuação dessas lideranças não significa negar a perversidade da reprodução dos mecanismos de dominação ocultos sob a retórica da "gestão participativa" do PAC. Buscou-se aqui descrever com riqueza de detalhes o processo através do qual essas lideranças tornam públicas nessas arenas as suas demandas, ressaltando a sua competência e a encenação acionada para tal.

12 A Fundação Instituto Geotécnica do Rio de Janeiro (Geo-Rio) é um órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável por elaborar estudos e propor soluções de geotecnia para as encostas e áreas de risco da cidade do Rio de Janeiro. Na perspectiva de justificar o "repertório da remoção", em 2009, a prefeitura encomendou um "novo levantamento das chamadas 'áreas de risco' pela Geo-Rio. [...] O mapeamento realizado indicaria que existiriam 17.244 casas em situação de desmoronamento, número bem superior às quase 13 mil moradias apontadas pela listagem de 2009, e que tenderia a crescer, como afirmou o prefeito à época" (Magalhães, 2013, p. 100).

Referências

BLASI CUNHA, J. Breves reflexões metodológicas sobre trabalho de campo em uma favela carioca. *Terceiro Milênio*: Revista Critica de Sociologia Politica, Campo dos Goytacazes, v. 3, n. 2, p. 112-136, 2014a.

BLASI CUNHA, J. "*Nossa casaca é dupla-face*": dinâmica sócio-espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014b.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

BONDUKI, N. *Habitação e autogestão*: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BONDUKI, N. *Os pioneiros da habitação social*: volume 1. São Paulo: Ed. Unesp: Edições Sesc São Paulo, 2014.

CAVALCANTI, M. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 191-228, 2013.

CEFAÏ, D.; VEIGA, F.; MOTA, F. Introdução. In: CEFAÏ, D. et al. (Org). *Arenas públicas*: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Eduff, 2011. p. 9-63.

CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

COTS: caderno de orientação técnica social: programas setor público. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

ESTADO demolirá 6.408 casas para abras do PAC. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 mar. 2008. C2, p. 15.

HOLSTON, J. *A cidade modernista*: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEITÃO, G. et al. *Barbante, ripas e lutas*: ocupações organizadas de terras urbanas no Rio de Janeiro, 1983-1993. Niterói: Eduff, 2016.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade*: lugares e espaço público na experiência contemporânea. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

LEITE LOPES, J. S.; HEREDIA, B. (Org.). *Movimentos sociais e esfera pública*: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CEBAE, 2014. Disponível em: <http://www.memov.com.br/site/images/acervo/MSEP/Mov_Sociais_e_Esfera_Publica_WEB_3.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

MACHADO DA SILVA, L. A. A continuidade do problema da favela. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Cidade*: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV: CNPq, 2002. p. 220-237.

MAGALHÃES, A. O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 89-118, jul./dez. 2013.

RIZEK, C. S.; BARROS, J.; BERGAMIM, M. de A. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31-46, maio 2003.

SANTOS, C. N. F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

SIMÕES, J. A. *O dilema da participação popular*: a etnografia de um caso. São Paulo: Marco Zero, 1992.

TURNER, J. *Vivienda*: todo el poder para los usuarios. Madrid: H. Blume, 1977.

VALLADARES, L. do P. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VARELLA, A. O dever de cidadania, políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil. In: CEFAÏ, D. et al. (Org). *Arenas públicas*: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Eduff, 2011. p. 321-348.

VENTURA, Z. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIEIRA DA CUNHA, N.; FELTRAN, G. de S. *Sobre periferia*: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina: Fapesp, 2013.

VOGEL, A.; MELLO, M. A.; MOLLICA, O. *Quando a rua vira casa*. Niterói: Eduff, 2017.

Recebido: 31/01/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 1/31/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100006

Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ)

Paradoxes of formalization: the social inclusion of recyclable materials collectors from the case of closing Jardim Gramacho's garbage dump (RJ)

Maria Raquel Passos Lima*

* Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Pesquisadora associada ao núcleo Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA)
mariaraquel.passoslima@gmail.com

Resumo

O artigo discute a emergência dos catadores de materiais recicláveis no âmbito institucional e jurídico, a partir da organização política da categoria e da criação de um marco regulatório inédito para a gestão de resíduos sólidos no país, com a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A partir do trabalho de campo realizado no bairro de Jardim Gramacho, na Baixada Fluminense, o artigo apresenta o caso do fechamento do aterro de resíduos da localidade, descrevendo a organização e as negociações dos catadores, com foco na atividade das lideranças e sua busca pela criação de alternativas de trabalho e renda para os catadores locais. A narrativa aborda o fazer político dos catadores diante do contexto de execução de políticas públicas voltadas para a inclusão social da categoria, apontando divergências, clivagens e embates relativos à heterogeneidade própria dos catadores e as dificuldades em torno do exercício da representação pelas lideranças no universo estudado. Com isso, busca-se evidenciar contradições e paradoxos que emergem da implementação de medidas vigentes nos novos marcos regulatórios de resíduos e os efeitos dissonantes entre a concepção das políticas governamentais e sua execução prática em contextos específicos.

Palavras-chave: catadores; cooperativismo; formalização; resíduos sólidos.

Abstract

The article discusses the emergence of recyclable materials collectors within the institutional and legal domain, based on the political organization of the category and the creation of an unprecedented regulatory framework for the solid waste management in the country, with the sanction of the National Solid Waste Policy. Based on fieldwork carried out in the neighborhood of Jardim Gramacho, in Metropolitan Region of Rio de Janeiro, the article presents the case of the local garbage dump closure and describes the organization and negotiations of collectors, focusing on the leaders activity and their search for the creation of labor and income alternatives for local collectors. The narrative addresses the collectors political action in the context of the execution of public policies focused on the social inclusion of the category, pointing out divergences, cleavages and conflicts related to the collectors heterogeneity and difficulties related to the exercise of representation by the leaders. The aim is to highlight the contradictions and paradoxes that emerge from the implementation of measures induced by the new waste regulatory framework, pointing out the dissonant effects between the government policies conception and their practical execution in specific contexts.

Keywords: collectors; cooperativism; formalization; solid waste.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir, de uma perspectiva antropológica e etnográfica, a inserção da categoria dos catadores de materiais recicláveis no âmbito institucional e jurídico, a partir da criação de um marco regulatório inédito para a gestão de resíduos sólidos no país, com a sanção da lei federal nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Brasil, 2010b). A partir do trabalho de campo realizado no bairro de Jardim Gramacho, na Baixada Fluminense, o artigo apresenta um caso específico, que consiste na descrição do processo que culmina com o encerramento das atividades do aterro de resíduos da localidade, para evidenciar contradições e paradoxos que emergiram da implementação de medidas vigentes nos novos marcos regulatórios.

A análise tomará como base o acompanhamento etnográfico da organização e das negociações dos catadores, com foco na atividade das lideranças e sua busca pela criação de alternativas de trabalho e renda para os trabalhadores, que perderiam o seu meio de vida e de subsistência com a perspectiva de encerramento das operações do aterro. A atividade política destes revela uma problemática da representação. Esse enquadramento permitirá descortinar as complexidades do universo tratado, a heterogeneidade que caracteriza os sujeitos que participavam da catação na localidade, evidenciando elementos que faziam da definição de um objetivo comum um desafio. A narrativa aborda eventos-chave do processo de organização e disputa política, centrando a atenção na complexa configuração dos atores e nas práticas em torno do exercício de representar. Tais eventos serão ilustrativos das divergências, clivagens, embates relativos à própria categoria e da possibilidade de sua representação pelas lideranças no contexto estudado.

Abordar a política dos catadores e a atuação dos mesmos diante do contexto de execução de políticas públicas voltadas para a inclusão socioprodutiva da categoria se mostra uma estratégia analítica para refletir sobre os meandros que separam a concepção das políticas governamentais da sua execução prática, o que pode ajudar a compreensão da produção de efeitos dissonantes entre a efetivação desse processo em relação ao planejado inicialmente. Ao final da narrativa, o trabalho propõe uma reflexão sobre alguns paradoxos decorrentes da implementação dessa política no contexto estudado, apontando as tendências que se delineiam a partir do novo modelo de gestão.

Da informalidade à formalização: a emergência do "catador" como ator político e o novo marco regulatório para a gestão de resíduos

Os discursos e o imaginário em torno do trabalho dos catadores de materiais recicláveis tendem a apontá-lo como uma atividade "precária", exercida por sujeitos e em lugares à margem da sociedade, do Estado, da lei, e, em alguns casos, mesmo da humanidade. Os resíduos, assim como os atores e as atividades a eles relacionados, são retratados nessas narrativas a partir das mesmas chaves simbólicas, o prisma do estigma, da contaminação, sendo associados à existência de graves problemas econômicos, sociais e ambientais.[1]

De modo geral, as pessoas que exercem atividades relacionadas com resíduos, por partilharem desse estigma, são assimiladas a uma fonte de perigo, a certa degradação moral, sendo objeto privilegiado de suspeição.[2] Em vista disso, os catadores, assim como sua atividade e os materiais próprios ao exercício desta, foram removidos para as periferias urbanas e ocultados do campo de visão da população, permanecendo onde as demais pessoas não pudessem vê-los (Fernández Gabard, 2011, p. 20). "Resíduos descartados são removidos da vista, como o são as pessoas que fazem esse ato de desaparecimento possível" (Taussig, 1999, p. 50-51 apud Reno, 2008, p. 9).[3]

Dessa maneira, a catação permaneceu uma prática exercida na invisibilidade, em meio às fronteiras imprecisas do mundo da "informalidade". A atividade de coletar e comercializar objetos descartados, operada pelos catadores, constituiu-se em uma mediação central entre os sistemas de gestão de resíduos e a economia da reciclagem.[4] Através da (re)inserção dos materiais dispensados como "lixo" em circuitos comerciais informais, a indústria da reciclagem cresceu e se consolidou no Brasil. Pesquisadores sobre o tema enfatizaram a catação como um elo de importantes cadeias da produção industrial, concluindo

1 Para uma perspectiva sociológica sobre o estigma, como uma relação entre atributo e estereótipo, ver Goffman (1988).

2 Por exemplo, moradores de rua e catadores de recicláveis são os alvos privilegiados do "olhar maldoso" do policial que busca antecipar eventuais crimes, ao operar sistemas de câmeras de vigilância instalados nas ruas do Rio de Janeiro (Cardoso, 2014).

3 As traduções das citações em língua estrangeira são minhas.

4 Para uma análise etnográfica dessa mediação no contexto analisado, ver Lima, M. (2017).

sobre a situação marginal dessa ocupação, "o precário sustenta a indústria" (Lessa, 2003, p. 17).[5]

Apesar da atividade de coletar recursos disponíveis no ambiente provavelmente ser tão antiga quanto a própria humanidade (Medina, 2007, p. 16), a bibliografia especializada aponta o crescimento da economia informal e da catação de recicláveis como fenômenos diretamente relacionados, consequência do alto índice de desemprego gerado pela crise do trabalho a partir das duas últimas décadas do século XX.[6] A acentuação do fenômeno da pobreza e da exclusão social seria assim efeito do desmantelamento do mundo do trabalho assalariado e da generalização do paradigma neoliberal que caracterizaram esse período.[7]

Se, historicamente, tal atividade foi exercida a partir de um regime da invisibilidade, correspondente ao âmbito da informalidade e da não regulação por parte da malha institucional do Estado, a partir da virada dos anos 2000, tal processo sofre uma inflexão, com a organização da categoria em âmbito nacional e a emergência dos catadores enquanto uma categoria profissional e um ator político na arena pública.[8]

Em 2001, ocorre o primeiro Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, evento no qual é fundado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e lançada a "Carta de Brasília", que expõe a situação dos catadores no país e enumera as principais propostas reivindicadas em prol da categoria. Desde a sua emergência, o movimento conseguiu a inclusão da

5 Abreu (2001) e Bosi (2008) chamaram atenção para a posição de destaque alcançada pelo país na década de 1990 em relação aos altos índices de reciclagem, pontuando, todavia, que esses índices se limitavam aos materiais mais rentáveis financeiramente. Bosi (2008) argumenta que o trabalho dos catadores foi o que possibilitou o surgimento e a expansão da indústria da reciclagem no Brasil.

6 Esse processo é apontado por diversas análises, no contexto brasileiro (Bastos, 2008; Bosi, 2008; Escorel, 2003; Lima, J., 2009; Millar, 2008; Souza, 1995).

7 Castel (2008) diferencia a noção de exclusão da ideia de vulnerabilidade. Enquanto esta seria criada pela crise da sociedade salarial e dos coletivos protetivos vinculados ao trabalho, constitutivos da questão social, a exclusão se associaria a processos oficiais de criação de discriminação, justificados por procedimentos reconhecidos como legítimos.

8 No Brasil, as primeiras experiências de catadores organizados em cooperativas e associações datam do final da década de 1980, como a Coopamare criada em 1989 em São Paulo e a Asmare criada em 1990 em Belo Horizonte (Fernández Gabard, 2011, p. 22). No entanto, é apenas nos anos 2000 que esse processo ganha força e se institucionaliza através da emergência de movimentos sociais e da inserção de seus representantes em instâncias governamentais, acarretando a criação de políticas e legislações específicas voltadas para essas categorias, assim como transformações na estrutura burocrática e institucional do poder executivo.

categoria "catador de materiais recicláveis" na Classificação Brasileira de Ocupações em 2002[9] (CBO 2000) e sua regulamentação enquanto categoria profissional, assim como a inserção da categoria em políticas públicas através de instrumentos jurídicos como leis e decretos, assinados e instituídos em benefício dos catadores, como incentivo ao trabalho associativo e autogestionário das cooperativas.

O MNCR se fundamenta sobre os princípios da autogestão e da organização dos catadores em bases orgânicas regidas pela "democracia direta" e orientadas pela "ação direta popular" em busca de "independência e solidariedade de classe", de forma a manter autonomia em relação aos "partidos políticos, governos e empresários, mas lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados em associações e cooperativas".[10] O fortalecimento de movimentos sociais organizados em empreendimentos associativos de gestão coletiva parece ter se beneficiado também da conjuntura política mais ampla no caso brasileiro, na qual a passagem do fim do século XX para o início do século XXI coincide com a transição de um contexto político caracterizado por políticas neoliberais para um contexto marcado por uma gestão governamental que tinha dentre seus objetivos a construção de políticas sociais e o incentivo à participação popular através de movimentos sociais.

O governo do Partido dos Trabalhadores, iniciado em 2003, atuou de forma próxima ao movimento dos catadores através da figura pessoal do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. Ao longo das suas duas gestões liderando o poder executivo, Lula participou anualmente de encontros com o movimento dos catadores e de pessoas em situação de rua. Em 2010, último ano de seu mandato, ele cumpre o compromisso do "almoço de Natal" com as duas categorias e leva a sua sucessora, a então recém-eleita presidente Dilma Rousseff, que se compromete a continuar a tradição do encontro anual, assim como o apoio às categorias em sua gestão.

Esse também foi o ano de aprovação da lei federal nº 12.305/2010 (Brasil, 2010b), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e o decreto nº 7.404/2010 (Brasil, 2010a) que a regulamenta, constituindo o principal marco regulatório da gestão de resíduos no país. Ela estabelece as

9 Sobre a emergência do MNCR, ver Andrade (2004).

10 Sobre a declaração de princípios e objetivos do MNCR, ver: http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos (acessado em 10/03/2017).

cooperativas e associações de catadores como figuras jurídicas capazes de integrar a gestão de resíduos, atuando institucionalmente na coleta seletiva da administração pública. Além de prever a participação nas políticas públicas do setor, a lei também incentiva o convênio com organizações coletivas de catadores por parte do setor privado (item IV do art. 8º), para o qual elas atuariam como prestadores do serviço de coleta.

Estudos de diversas áreas do conhecimento sobre o trabalho dos catadores no contexto brasileiro da primeira década do século XXI apontam o associativismo cooperativista como a tendência das políticas públicas voltadas para populações de baixa renda. Esse "efeito associativo", como observou Rabossi (2011, p. 97), é uma tendência que não se restringe ao Brasil, tampouco se limita à atividade de catadores, sendo encontrada em diversos países e sob distintos regimes de governo.

O estabelecimento do marco regulatório representado pela PNRS visava à criação de um conjunto de normas e parâmetros legais inéditos que alterasse a paisagem da gestão de resíduos no país, incidindo sobre o modelo informal até então existente, estruturado pela atividade dos catadores no espaço das ruas ou dos aterros e "lixões". Esse processo, entendido como a formalização do trabalho dessa categoria, é concebido não apenas como estratégia para criação de alternativas de trabalho, mas também como meio de inclusão social e promoção de cidadania.

A formalização dos catadores sob a forma de cooperativas e associações passa a ser um dos requisitos para que as organizações da categoria pudessem entrar nos programas de apoio oferecidos por ONGs nacionais e internacionais, assim como nas políticas governamentais. O princípio moral da inclusão social dos catadores, que legitima essa formalização, representaria a conversão da população de catadores de uma situação de marginalização e vulnerabilidade[11] para a de inclusão social e cidadania através do trabalho em empreendimentos coletivos autogestionários. Essa passagem do trabalho individual e informal para o coletivo e autogestionário, através de empreendimentos associativos, se

11 Como ressaltou Millar (2012, p. 165), "o lixão se tornou um signo de exclusão social e miséria por excelência. Catadores se tornam vítimas, os pobres abandonados e deixados de lado na economia capitalista global." Da mesma forma, seu trabalho é visto como "nada além de uma estratégia de sobrevivência".

configura então "como a chave da dinâmica social associada ao mundo da catação" (Carenzo; Míguez, 2010, p. 236).

Se o trabalho do catador individual, que atuava nas ruas e lixões, despertava um imaginário profundamente negativo, conformado pelas ideias de exclusão, marginalidade e ausência de escolhas, o trabalho dos catadores organizados coletivamente em instituições como cooperativas e associações situa simbolicamente a atividade no polo oposto de uma série de dicotomias, em cuja extremidade deixamos de encontrar a carência, a necessidade e a precariedade, para encontrar a cooperação, a solidariedade e a igualdade.

A ideia de que os integrantes de empreendimentos coletivos se relacionam a partir de laços marcados pela cooperação, pela solidariedade, pela igualdade e pelo interesse no bem comum, são características, como ressaltaram Carenzo e Míguez (2010, p. 259) que aparecem de certa forma como naturalizadas nessa *forma* organizativa. Isso impõe aos catadores não apenas o alcance do êxito econômico em seus empreendimentos, o que por si só já se apresenta como um enorme desafio, como a obrigação de fazê-lo respeitando a "natureza" igualitária e solidária que caracterizaria os laços entre seus integrantes e com a comunidade.

Esses enfoques se mostram problemáticos porque desconsideram a complexidade e riqueza das dinâmicas organizativas dos setores populares ao minimizarem ou mesmo ignorarem as tensões próprias à criação de tais dinâmicas, cujas formas são tomadas como dadas. As moralidades próprias das leis e os sentidos normativos impostos pelo enquadramento legal sobre essas organizações devem então ser postos em perspectiva, tendo em vista que os processos de formalização de práticas informais, em que categorias profissionais passam a ser reconhecidas, e cujas práticas passam a ser regulamentadas pelo Estado, são atravessados por contradições (Rabossi, 2011).

A partir desse enfoque, este artigo busca debater algumas contradições e paradoxos que emergiram a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho. O estudo etnográfico foi realizado durante 14 meses, entre abril de 2011 e junho de 2012. O período de campo foi marcado pelas transformações que o novo enquadramento normativo representado pela PNRS acarretaria para esse cenário. Enfocarei a concepção vigente na lei a respeito da atividade dos catadores em distintos espaços como os aterros/lixões e as associações e cooperativas. Esse enquadramento normativo e abstrato que embasa a PNRS será analisado à luz das relações e nexos que esses espaços mantinham no contexto estudado, a partir da perspectiva

dos catadores e da descrição etnográfica da atividade política por eles desenvolvida em torno do encerramento do aterro e da criação de alternativas de trabalho e renda para os trabalhadores que perderiam o seu meio de vida e de subsistência.

O aterro de Jardim Gramacho e as organizações de catadores na economia local da reciclagem

Jardim Gramacho é um bairro do município de Duque de Caxias (RJ), que ganhou notoriedade pelo fato de abrigar, durante mais de três décadas, um dos maiores aterros de resíduos da América Latina. O aterro foi concebido e implementado como solução definitiva para a questão da gestão de resíduos durante o período da ditadura militar no país, quando a localidade foi definida pelos militares como "área de segurança nacional". O projeto grandioso para criação de um aterro sanitário metropolitano no bairro começa a ser executado em 1977, mas logo se descaracteriza com a crise que se seguiu ao "milagre econômico" (Nascimento, 2002). Como resultado, o empreendimento entra em operação já fora das normas e dos parâmetros previstos pelo projeto inicial, tornando-se, como se popularizou posteriormente, um "lixão".

O local funcionou na condição de "lixão" por mais de duas décadas, o que atraiu um grande contingente de pessoas interessadas em coletar os materiais que eram ali descartados. Elas começaram a ocupar a área do entorno do aterro com a construção de casebres para moradia, formando assim a população de catadores do bairro. O aumento progressivo do volume de resíduos despejados e do número de catadores em atividade ao longo de duas décadas trouxe importantes consequências urbanísticas, sociais e ambientais para a localidade (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2005; Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2011).

Em meados da década de 1990, em decorrência da visibilidade alcançada pelas questões ambientais com o evento da Eco-92, sediado na capital, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)[12] e a prefeitura do Rio de

12 Desde o projeto original, foi atribuída à Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro a tarefa de gerenciar o empreendimento, embora devesse atuar em acordo com os demais municípios implicados no consórcio.

Janeiro, junto às demais administrações municipais responsáveis, foram pressionadas a lidar com as irregularidades e problemas relacionados à gestão de resíduos (Bastos, 2008, p. 16-17). Por meio de um processo de licitação pública, optou-se por promover a remediação do local, e em 1996 o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) entra finalmente em operação com critérios compatíveis aos de um aterro controlado.[13]

Em 2011, o aterro recebia aproximadamente 9000 toneladas de resíduos por dia, sendo 80% provenientes da cidade do Rio de Janeiro.[14] Mesmo tendo passado por obras de recuperação da área e de adequação, o AMJG demonstrava sinais de esgotamento. O último contrato de concessão assinado entre a empresa detentora dos direitos pela sua operação e a Comlurb previa o encerramento das atividades do empreendimento como obrigação a ser cumprida. O ano em que eu iniciava minha pesquisa etnográfica era também o ano no qual estava previsto o fechamento do aterro depois de 34 anos de existência.

Em Jardim Gramacho, o processo de organização política da categoria com a formação de lideranças começa ainda na década de 1990, como parte da iniciativa de recuperação e regularização do aterro de resíduos do bairro. Dentre as medidas implementadas, a empresa vencedora da licitação contratou assistentes sociais para incentivar e orientar os trabalhadores a respeito da formação cooperativista. E um centro de triagem foi construído na entrada do aterro dando origem à primeira cooperativa de catadores de Jardim Gramacho.[15] Esse trabalho inicial foi sendo ampliado e articulado a outras iniciativas nos anos 2000, quando, diante da expectativa do fechamento do aterro, membros que faziam parte da cooperativa fundam a primeira associação de catadores de Jardim Gramacho, de modo a intensificar as instâncias de representação da categoria na localidade.

Desde a sua fundação até 2010, outras três cooperativas de catadores foram formadas, compondo em Jardim Gramacho uma configuração em que o trabalho organizado foi ganhando relevo. Durante o período de campo, já diante da data estabelecida para o encerramento das atividades dos catadores no aterro

13 A diferença entre aterro sanitário e aterro controlado é que, neste último, a presença de catadores é permitida (Bastos, 2007, p. 2).

14 O restante do volume de resíduos é composto por 13% de Duque de Caxias, 4% de São João do Meriti, 2% de Mesquita, 1% de Nilópolis e 1% de Queimados (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2011, p. 15).

15 Em sua tese de doutorado, Bastos (2008) descreve o processo de criação dessa cooperativa.

e em meio ao processo de disputa e negociação política em torno de compensações e garantias de alternativas de trabalho e renda para os catadores, uma segunda associação da categoria é criada, com o objetivo de representar os ex-catadores e os catadores que não eram filiados às organizações de catadores existentes na localidade (Xerez, 2013).

Através de seus dispositivos legais, a PNRS visava à promoção da *inclusão social* da categoria através da indução do processo de *formalização* do trabalho do catador.[16] Como pressuposto da ideia de "formalização", e em contraposição a ela, encontrava-se um modelo que precisava ser extinto, representado pelo "lixão", visto como espaço de trabalho precário e informal. O exercício da atividade no âmbito da informalidade configura uma situação de vulnerabilidade atribuída à desproteção legal e aos riscos de saúde relacionados ao trato com os restos. Essa ideia também se relaciona à ausência de cidadania, atribuída à situação de marginalização social e invisibilidade diante do Estado. O processo de formalização via organizações coletivas na forma de autogestão seria a forma prevista pela lei para a garantia de um trabalho seguro e digno à categoria, ao retirar os catadores da situação de vulnerabilidade, risco e precariedade à qual estariam submetidos fora das organizações.

Nesse prisma, o desenvolvimento de experiências associativas aparece por princípio associado a um conjunto de valores morais como equidade, igualdade, reciprocidade e solidariedade,[17] valores que, de acordo com Carenzo e Míguez (2010, p. 243), "se supõe constituírem a amálgama 'natural' da qual se fundam os laços sociais que vinculam os participantes de um empreendimento coletivo". Uma das consequências dessa naturalização é tornar a não adesão a esse modelo

16 A PNRS prevê o gerenciamento de resíduos sólidos como conjunto de ações exercidas "de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei" (Brasil, 2010b, art. 3º, inciso X). Os planos de resíduos são instrumentos da Política. A lei prevê como meta dos planos de resíduos "a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis" (Brasil, 2010b, art. 15, inciso V).

17 O debate sobre o associativismo remonta amiúde à tradição de pensamento do socialismo como projeto histórico, com os pensadores do socialismo utópico figurando entre as referências teóricas do movimento da economia solidária brasileira (Motta, 2004). Os teóricos que retomam essa tradição de pensamento político na contemporaneidade (Chanial; Laville, 2009; Laville, 2010), afirmam o associativismo como projeto, constituído pelos cidadãos livres e iguais, de refundação dos laços sociais em novas bases, em cujo centro reside o princípio da solidariedade, referida como bem comum.

um comportamento desviante, pois aos olhos dos observadores privilegiados (e externos) desses processos, o que se coloca em questão é a vontade de transformação (pessoal e social) que se atribui a esses sujeitos, já que se postula que "a construção de laços associativos entre pessoas com graves carências de todo tipo resulta, de forma intrínseca, em um valor positivo" (Carenzo; Míguez, 2010, p. 258).

O trabalho etnográfico realizado em Jardim Gramacho permite apontar ainda outros elementos e problemáticas que essa concepção normativa vigente nos marcos regulatórios a respeito das organizações de catadores acarreta para os processos de implementação das políticas na realidade prática que envolve os catadores e o trabalho com recicláveis. Tais problemáticas se tornam mais visíveis a partir da apresentação dos nexos estabelecidos entre o aterro e as organizações de catadores dentro da configuração da economia dos recicláveis da localidade.

Ao contrário do imaginário em torno dos lixões, que imputa a esses espaços sentidos negativos relacionados à miséria, à exclusão social e à marginalidade, o aterro de Jardim Gramacho se apresentava para os catadores como um local caracterizado menos pela escassez e mais pela fartura. Como argumento em outro trabalho (Lima, M., 2017), os sentidos conferidos pelos catadores ao aterro através de suas práticas se relacionavam tanto com a possibilidade de obtenção de recursos e bens econômicos como com a constituição de vínculos pessoais e relações sociais significativas. Dessa perspectiva, a catação muitas vezes não era motivada somente pela necessidade, mas pela abertura de oportunidades. Como uma grande fonte de matéria-prima e recursos econômicos em potencial, o aterro funcionava como o epicentro de uma vigorosa economia em torno dos objetos recicláveis, que a partir da mediação dos catadores poderiam seguir através de diferentes circuitos comerciais compostos por um conjunto de estabelecimentos.

O aterro em operação alimentava inúmeros estabelecimentos atrelados a essa dinâmica comercial, como bares, barracas, depósitos de reciclagem diversos, localizados ao longo das avenidas que constituíam o caminho até a destinação final dos resíduos. As organizações de catadores do bairro também faziam parte desse conjunto de instituições impulsionadas pelo funcionamento do aterro. Veículos variados, com carregamentos de objetos diversos, atravessavam o local, entrando e deixando o empreendimento. Esses fluxos de saída compunham diversas ramificações que correspondiam à existência de múltiplos circuitos comerciais centrados nos objetos descartados.

Para a compreensão desses circuitos, a análise das formas de organização do trabalho e das condições particulares do arranjo de cada estabelecimento é estratégica. Conforme a categorização de Millar (2007) é possível apontar ao menos três cenários relativos à economia dos recicláveis no Rio de Janeiro metropolitano – aterro, depósito e cooperativa. Cada um desses estabelecimentos apresentava diferenças no ambiente de trabalho e no processo laboral. Enquanto no aterro os catadores mantinham a independência em relação à decisão de com quais depósitos comercializar e autonomia em relação às escolhas do ritmo, calendário e horários de trabalho, nos depósitos os catadores eram contratados para triar e empacotar os materiais, em condições de trabalho que se assemelhavam a um emprego formal, que compreendia pagamento e horários de trabalho fixos, com intervalos determinados para refeições, a produção determinada pelo gerente e a possibilidade de demissão.[18] Já na cooperativa, os gestores eram eleitos, porém havia uma significativa assimetria entre os que ocupavam cargos administrativos e os que atuavam na linha de produção composta pela esteira mecânica existente, criando a não identificação dos primeiros como catadores e, entre os segundos, o sentimento de não partilharem da propriedade da organização. De maneira esquemática, diferentes categorias de catador correspondiam a três formas distintas de organização do trabalho nesse cenário, o que trazia implicações não apenas em termos de renda, mas no grau de autonomia que possuíam em sua situação laboral.

A partir disso, argumento que esse enfoque etnográfico do trabalho e de seus arranjos institucionais pode ser pensado não apenas como uma chave para a compreensão dos circuitos que caracterizam as economias da reciclagem na localidade, mas também da diversidade de pertencimentos, posicionamentos e perspectivas dos atores desse universo em uma análise da atividade política dos catadores diante das disputas e negociações que transformariam a configuração da economia local. Nesse contexto, ser um catador da "Rampa"[19] ou

18 A composição dos depósitos existentes na localidade era bastante variada, indo de estabelecimentos bem organizados e regularizados até espaços informais, à céu aberto e em condições insalubres. Estimava-se existirem cerca de 80 depósitos na época da pesquisa. Parte desse total não fornecia aos trabalhadores carteira assinada ou benefícios trabalhistas.

19 Designação nativa para o local onde os resíduos eram despejados e no qual a catação era exercida no aterro. Com o volume de materiais acumulados assumindo a forma de um morro, a Rampa também fazia referência, de modo genérico, ao empreendimento do aterro como um todo.

da "frente de serviço" [20] ou um catador cooperativado ou associado a alguma das organizações locais se mostrava uma interseção central para o tipo de reivindicação política e de posicionamento diante dos recursos em disputa pela população de catadores do bairro em meio à questão do encerramento do aterro.

A partir desta apresentação, a análise se concentra na descrição etnográfica do processo de negociação dos representantes da categoria em prol de um plano de transição com garantias aos trabalhadores, que revela uma problemática da representação.[21] Com o foco na atividade política dos catadores, a narrativa aborda eventos-chave do processo de organização e disputa política, centrando a atenção na complexa configuração dos atores e nas práticas em torno do exercício de representar, por parte das lideranças.

Em junho de 2012, o aterro de Jardim Gramacho seria desativado com pagamento de indenização aos trabalhadores do local e a posterior construção de um polo de reciclagem para as cooperativas da região. Esse período foi marcado por transformações profundas induzidas pela operacionalização de determinados objetivos e metas da PNRS, alterando o modo como a atividade dos catadores era exercida, em particular, e promovendo uma reconfiguração mais ampla da gestão de resíduos na região metropolitana do Rio de Janeiro, de modo geral.

As negociações em torno do fechamento do aterro: as lideranças e a problemática da representação

Durante a pesquisa de campo, frequentei a primeira associação de catadores da localidade e acompanhei a organização dos catadores em vista da questão do encerramento do aterro. Nesse período, participei de dezenas de reuniões com representantes diversos do poder público e de outras instituições. Nelas,

20 "Frente de serviço" designava os catadores que atuavam no aterro, e que não tinham filiação com as organizações de catadores. A categoria foi introduzida junto com o cadastramento dos trabalhadores pela atuação da assistente social e designava de forma mais técnica, formal e não estigmatizada os catadores da Rampa.

21 O conceito de representação fundamenta a história das ciências sociais desde tradições clássicas até discussões contemporâneas. Para uma revisão do conceito, ver Farr (1994). Barreira (2009) ressalta o caráter dinâmico das representações. Em minha tese de doutorado (Lima, M., 2015), da qual este texto é um fragmento, optei por explorar a ideia de representação não como objeto ou produto acabado, mas como exercício, que implicava uma atuação.

a presença de secretários municipais e estaduais ligados à pasta do meio ambiente, representantes de organizações não governamentais e entidades e fundações relacionadas a instituições financeiras e outras empresas, além da presença de pesquisadores, e, por vezes, da imprensa, nacional e internacional, era uma constante. Essas reuniões eram os eventos nos quais os planos e as ações a serem executadas eram negociados e articulados, formando um campo de forças entre atores heterogêneos, que nem sempre possuíam perspectivas, interesses e objetivos consonantes.

Fundada em 2004, a associação era uma entidade representativa da categoria à qual catadores e cooperativas eram associados. Ela contava em seu quadro com cerca de 1300 membros, porém apenas 150 desse total poderiam ser considerados como membros "ativos", o que implicava a participação nas atividades relacionadas à economia dos recicláveis, mas também naquelas relacionadas à gestão do empreendimento, incluindo reuniões com fins políticos e eventos comunitários ou externos com fins sociais e culturais. Os associados ativos escolhiam os cargos dos conselhos diretor e administrativo por eleição direta. No terreno da associação também funcionava uma cooperativa, logo, ao mencionar a associação faço também referência às atividades econômicas compreendidas pela cooperativa ali existente.

No universo de Jardim Gramacho, enquanto a população de catadores do aterro correspondia a aproximadamente 1300 pessoas, as organizações de catadores do bairro contavam com algumas dezenas de associados. Nas cooperativas e associações, alguns catadores atuavam em cargos administrativos, se ocupavam de funções distintas daquelas compreendidas apenas pelas práticas relativas aos circuitos comercias, das quais os catadores obtinham sua renda. Nessas organizações, a atividade dos catadores ganhava uma dimensão política e uma face institucional e burocrática, alguns membros tornavam-se representantes, passando a frequentar reuniões.

O cotidiano do presidente da associação, que chamo aqui de Chico,[22] era repleto de viagens, palestras em escolas, seminários sobre sustentabilidade, encontros de catadores, reuniões com autoridades, declarações para a imprensa, enfim, compromissos que obrigavam a sua circulação e presença em

22 Os nomes de todos os catadores mencionados neste artigo são fictícios.

lugares diversos.[23] Seu caso ajuda a realçar determinadas características que marcam a figura da liderança como a mediação, aspecto central daqueles que atuam politicamente e exercem o papel de representantes. A circulação entre mundos, a tradução entre eles, a capacidade de articulação, de constituição de contatos e relações são algumas delas.

Chico tornara-se assim o que Goffman (1988, p. 35) chamou de "profissionalização dos representantes de uma categoria estigmatizada", que teriam todo seu tempo tomado pela própria atividade de representação e a movimentação constante nela implicada. A posição de "profissional" parece deflagrar um paradoxo. Por ser representante, a rotina e o cotidiano de trabalho deste que se profissionaliza vai promovendo um afastamento da própria categoria representada, que tende a ter cada vez menos elementos para identificação e reconhecimento do líder como um "igual".

Ao pensarmos no caso aqui tratado, não fica difícil compreender que a rotina de Chico, acima descrita, e a rotina de um catador da Rampa ou mesmo da associação que não exercesse nenhum cargo administrativo, eram radicalmente distintas. Essa discrepância já estabelece certa assimetria entre representantes e representados. Não obstante, os representantes devem atuar não somente por si próprios, mas por toda a categoria, que no caso de Jardim Gramacho estava longe de ser homogênea.

Assim, dentre os catadores do aterro, que atuavam na frente de serviço, sem filiação a qualquer organização coletiva, ocorria uma flagrante desconfiança suscitada pelo modelo associativista/cooperativista. Aliada a essa desconfiança, também era perceptível uma resistência aos mecanismos disciplinadores, que também poderia ser traduzida em termos de valorização da autonomia individual. Nesse sentido, a recusa à formalização e à adesão a organizações revelava não apenas uma não identificação ou falta de empatia com lideranças específicas, mas uma negação mesmo do caráter representativo, que apontava certa resistência à oficialidade do Estado, à imposição de seu modelo, de seus dispositivos de controle, que operavam no sentido de transformar e extinguir o universo alavancado pela Rampa. Muitos catadores pareciam (re)afirmar a

23 Em uma análise etnográfica sobre o universo das lideranças em Porto Príncipe, Neiburg, Nicaise e Braum (2011) indicam as dimensões que organizam o universo das lideranças, identificando o espaço da liderança em constante movimento.

adesão e o pertencimento a esse universo ao se posicionarem contrários às medidas implementadas em cumprimento da lei e da PNRS, como o fechamento do aterro e a implantação do modelo cooperativista.

Se muitos na Rampa não queriam sequer ser representados, o que também correspondia a passarem a existir para o Estado,[24] no contexto de disputa diante do desmantelamento daquele mundo, que se anunciava cada vez mais próximo, não havia para os catadores caminho alternativo à negociação com o Estado para a reivindicação de direitos e a obtenção de possíveis ganhos (ou compensação pelas perdas).

Uma das maiores dificuldades que se apresentava, para além das desconfianças e das distâncias estabelecidas pelos distintos pertencimentos, cargos e posições de poder, era a superação dos ruídos de comunicação e a gestão de informações fidedignas entre os catadores. Se a falta de informações e a dificuldade de convergência já se faziam sentir no âmbito da associação, quando passamos a considerar a totalidade dos catadores que compunham a atividade no aterro, esses problemas se potencializavam e se complexificavam significativamente.

No contexto da Rampa era muito difícil fazer com que os catadores se inteirassem das etapas em andamento e das negociações em jogo. Nesse sentido, a Rampa funcionava como uma "caixa de dissonância", metáfora adequada para expressar o ambiente do aterro, no qual ruídos, na forma de boatos, fofocas e rumores,[25] eram disseminados e amplificados, tornando a tarefa de informar e de representar, por parte de qualquer catador, um desafio altamente complexo.

A seguir, a narrativa se dedicará à descrição etnográfica de um evento definitivo no processo de organização dos catadores, a primeira assembleia geral na qual toda a população de catadores do aterro, incluindo os filiados às

24 Através de medidas como cadastramentos, registros, identificação, dentre outros procedimentos. Muitos catadores na Rampa expressavam o desejo de permanecer invisíveis naquele espaço, onde tinham a oportunidade de fazer renda e reconstruir suas trajetórias independentemente de seus históricos de vida ou antecedentes. Muitos expressavam isso com a frase "meu passado condena".

25 Trajano Filho (2002) propõe uma conceituação etnográfica dos rumores, indicando sua transmissão aberta, dramática e dialógica, sua circulação por meio de interações face a face, em que a cada diálogo dramatizado, novos sentidos são negociados, diferentes conteúdos são agregados à trama, interpretações prévias são descartadas e novos fatos acrescentados, desdobrando-se em vários rumores.

cooperativas, à associação e os não filiados a nenhum empreendimento, se reuniriam para discutir as estratégias e chegar a uma posição em relação àquilo que seria a reivindicação dos catadores, ao negociarem um plano de transição. No final de setembro de 2011, centenas de pessoas chegavam à cooperativa instalada na entrada do aterro para o início da assembleia. Esse evento será ilustrativo das divergências, clivagens, embates relativos à própria categoria e da possibilidade de sua representação pelas lideranças no contexto estudado.

Primeira assembleia geral

Uma massa de gente se concentrou nas instalações da cooperativa do aterro, criando um falatório geral composto por inúmeros pequenos grupos de conversas que ali se formaram. Até que a assembleia começasse, muitos rumores e discussões ocorriam. Representantes dos catadores que desejavam discursar subiam no palanque formado pela esteira da cooperativa. Sem qualquer equipamento de som ou microfone que amplificasse a voz, os catadores tentavam fazer suas vozes serem ouvidas pelos demais, muitas vezes em vão.

Uma catadora de vestido verde sobe no palanque. Um representante no palanque se aproxima dela e pede calma. Outra representante pede para que ela fale devagar. Alguns catadores ao redor começam a comentar que não vai dar para ouvir nada. Os representantes em cima do palanque começam a pedir silêncio. O barulho do ambiente vai se intensificando. A jovem resolve recomeçar seu discurso.

> Catadora de vestido verde: "Eu não tô aqui pra representar ninguém. Se é o bolo, eu quero a minha parte do bolo. Se vocês querem a parte do bolo de vocês, eu não quero saber de cooperativa, eu quero a parte do meu dinheiro. [A massa demonstra adesão à sua perspectiva] Se existe algum dinheiro... Quem quer cooperativa aí? Quem quer trabalhar em cooperativa?"
>
> [Vários catadores fazem sinal negativo com os braços levantados e gritam "nããão"]
>
> Catador de camiseta vermelha: "Eu vou lançar um papo claro aqui pra maioria dos catadores. Eu nunca me apresentei aqui pra ninguém. Sabe por quê? Porque eu sou fundador dessa cooperativa aí, tá entendendo? Eu tenho prova.

> Agora veja bem, eu deixei a cooperativa montada. Até hoje não houve interesse de ninguém pra que a gente pudesse prosperar na cooperativa. Então, eu junto com os meus amigos, principalmente os cadastrados no colete verde, não queremos cooperativa porque não vai pra frente. Então, nós estamos aqui pra saber se existe uma indenização real. Se não tiver, que fale claro pra gente. É isso aí e acabou."
> [Sua fala tem o apoio dos catadores que aplaudem e gritam "é isso aê"]

Um dos representantes que estava no palanque, Vitor, presidente de uma das cooperativas, tenta falar. Ao começar a explicar que o dinheiro do fundo dos catadores não existia ainda, começa um alvoroço. Um dos catadores se destaca em meio à massa e começa a gritar revoltado, com o dedo apontado para o representante que discursava no palanque, dizendo "existe sim, existe sim, porra! O dinheiro existe". Ouve-se um catador interrogar "existe ou não existe esse dinheiro, caralho?". Catadores no palanque levantam e abaixam os braços esticados pedindo silêncio e calma. Todos começam a falar ao mesmo tempo.

> Vitor: "Se é pra ter indenização ou não, vamo lutar. Agora, o dinheiro não tá comigo, meu irmão. Não tem dinheiro nenhum. Agora, vamo lutar, a gente tá aqui pra se juntar e lutar pelos nossos direitos. Eu não tô aqui pra ser julgado por ninguém. Quer brigar? Vamo pra porta da prefeitura, vamo lá pro governo do estado, vamo pra outro lugar qualquer. Mas aqui não, aqui é pra lutar pelos nossos direitos."

O falatório é geral, ninguém consegue falar, nem se fazer ouvir. Um catador grita "eu quero meu dinheiro". César, vice-presidente de uma das cooperativas, pega um megafone, antes testado sem sucesso, que dessa vez parece surtir efeito e começa um discurso.

> César: "Alô rapaziada! Eu sei que tá todo mundo exaltado, sei que todo mundo quer passar a sua visão. E essa reunião aqui não é pra fazer nada, é pra ouvir a visão de vocês. O que é daqui só vai sair se vocês demandar. Ninguém vai ultrapassar a vontade de vocês não. É a vontade do co-le-ti-vo. Nós tem que brigar pelos benefícios que nós tem direito. Nós tem di-rei-to. Só que nós tem que discutir o que que nós quer. Não é brigando contra a cooperativa ou contra fulano ou sicrano. Daqui vai sair gente pra garantir as etapas pra chegar lá."

Homem de camiseta laranja: "Eu tô falando como morador e catador. Palavra do presidente da câmara dos vereadores de Duque de Caxias: 50% pra ser investido no bairro. E 50% pra ser investido nas cooperativas."
[Muitos gritam ao mesmo tempo]
Zico: "Calma, calma. O que os invejosos querem é isso. A gente desunido. Se for assim, com todo o respeito, eu vou embora. Vocês tão fazendo o que a concorrência quer, é a desunião. Pra não ter acordo."
[Um catador sobe no palanque e começa a falar]
Catador: "Nós não quer cooperativa, nós quer nosso dinheiro, meu irmão. Dez mil, 15 mil, nós queremos nosso dinheiro. Nós não quer cooperativa não."
[A representante de uma cooperativa sobe no palanque e consegue falar, depois de insistir.]
Lisandra: "Eu sou catadora igual a vocês todos. Eu conheço todo mundo. Nós da cooperativa não queremos dinheiro pra cooperativa também não, gente! A gente quer é fazer uma união pra que nós, como catador, vamos pro ministério público, pra defensoria pública. Se existe dinheiro, a gente também quer dinheiro. Agora, se vocês não deixam a gente, como liderança passar informação! Porque quem vai pra reunião no Inea, na SEA, na prefeitura, somos nós. Ninguém quer o catador aqui na cooperativa, gente. A gente quer o direito de vocês e o nosso. O Chico não é o único representante. Agora, vocês têm que entender uma coisa: ele deu vi-si-bi-li-da-de pro catador. Não adianta. Se com o Chico tá difícil, sem ele vai ficar pior, sabe por quê? Porque ele hoje é a porta da imprensa, de botar a gente em qualquer lugar. O catador tem que entender isso. Se o catador não quer ele como representante – deixa eu falar, gente! – cada um tem a sua escolha. Mas ele abre a porta – a p-o-r-t-a – da prefeitura, a porta do governo. Vocês tão entendendo? A gente tem que aproveitar o momento. E o momento é o Chico."
[Um catador ao meu lado diz: "Isso!"]

Catadores próximos fazem perguntas. Ela pede calma, tenta explicar, mas não consegue ser ouvida. Ela se exalta de modo a fazer sobressair sua voz e retoma o discurso.

Lisandra: "A gente quer que saia do meio de vocês uma comissão pra ir brigar junto com a gente. Porque se vocês acham que a gente briga só por quem tá na cooperativa, quando a gente sai, a gente fala dos 1300 que tem naquela porra daquele aterro

> lá. A gente não fala de 100, nem de 200. Eu sou catadora 16 anos dentro do aterro. Eu trabalho aqui dentro com dignidade, com respeito por vocês [bate no peito]. Pelo trabalho nosso que existe aqui dentro, nem 15% eu tiro, porque eu sou catadora. Agora o que a gente quer é que saia uma comissão daqui, do meio do catador que tá na frente de serviço pra ir lá pra fora brigar com a gente. A gente não quer catador em nenhum caralho de cooperativa. A gente quer o direito do catador, que é meu, que é seu, que é dele, que é de todo mundo, porra! Agora, vocês quer ficar brigando!"

Muitos catadores se aproximam dela para fazer perguntas, e ela segue esclarecendo dúvidas e explicando o processo para um grupo menor. Uma parte dos catadores começa a caminhar na direção da entrada do aterro se dispersando. Muitos pequenos grupos de conversas se formam. Um barulho ensurdecedor toma conta do ambiente. César sobe no palanque e começa a gritar:

> César: "Vinte e cinco! Vinte e cinco companheiros tirados por vocês. [Pega o megafone e continua] Vinte e cinco catadores comprometidos a dar sequência às discussões. Não é brincadeira. Não é oba-oba. Então, por favor, gostaria que os 25 interessados a participar dessa comissão de lideranças dê seu nome aqui à Lisandra. Vinte e cinco, faz uma fila aqui de 25 lideranças." Catador de camisa amarela sobe no palanque e explica aos outros: "São vocês que vão escolher. São vocês."

As pessoas começam a citar nomes. Àqueles que colocam o nome na lista, Lisandra avisa que na terça-feira seguinte, às 10h, deveriam comparecer na associação para uma reunião.

A experiência da assembleia geral foi surpreendente para todos os presentes, lideranças e catadores. Inicialmente, a surpresa advinha da percepção gradativa de todas as dificuldades que a envolviam e que fizeram com que o evento se delineasse como uma experiência do caos. O barulho, a impossibilidade de se fazer ouvir, a ausência de instrumentos para amplificar a voz e para ordenar as falas individuais em sequência, os conflitos, desconfianças e desencontros de informações, tudo parecia caminhar para que a assembleia chegasse a seu fim sem qualquer avanço ou resultado prático. O que acarretaria consequências catastróficas para a legitimidade das lideranças e para o processo de negociação de garantias em vista do fechamento do aterro.

O episódio mostra com especial nitidez o complexo exercício da representatividade e as formas decisivas nas quais as performances das lideranças colocavam a situação à prova, deixando o seu desenrolar em suspenso e os possíveis desfechos em aberto. Em suas atuações, diversas estratégias foram testadas e uma série de outros atores foram mobilizados na tentativa de contornar o caos. Nesse sentido, a *lista* ganha destaque como um dispositivo crucial para que o evento tivesse alcançado êxito, conferindo materialidade e durabilidade àquilo que a assembleia produziu.

Os nomes inscritos na lista compuseram um conselho de lideranças, formado a partir das 25 pessoas que indicaram seus nomes e dentre as quais constavam catadores não filiados às organizações da localidade, que se dispuseram a participar da atividade de representação junto com as lideranças já existentes. Essa ação e seus desdobramentos foram fundamentais para que as negociações tivessem andamento e os catadores tivessem condições de seguir na disputa, travando os embates que ainda se dariam nessa arena.

O conselho de lideranças

O conselho de lideranças formado a partir da assembleia geral passou a se reunir semanalmente na associação, dando início a um novo ciclo de negociações. Novos integrantes foram sendo agregados ao conselho e um número cada vez maior de catadores comparecia aos encontros onde eram esclarecidos os passos dados nas negociações e decididas as próximas etapas e atividades nas quais as lideranças se engajariam. Tarefas eram divididas e a cada reunião um boletim sobre o desenvolvimento das metas e o cumprimento dos encaminhamentos era avaliado e debatido. Representantes de outras esferas também participavam, como o poder público municipal e estadual, pesquisadores e acadêmicos, membros de entidades como fundações e ONGs.

Os recursos constituem um aspecto fundamental da luta política na qual as lideranças se engajam, já que é através da mediação dos representantes, e das negociações em curso entre atores diversos, que os potenciais beneficiados têm a possibilidade de conseguir acessá-los. No caso analisado, a perspectiva de encerramento do aterro era a principal questão a mobilizar as energias dos catadores e seus representantes em Jardim Gramacho. O principal recurso

em negociação nesse contexto referia-se à constituição de fundos de caráter compensatório, o Fundo Municipal de Participação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (FPC), e o Fundo de Revalorização do Bairro de Jardim Gramacho (FVB). A constituição do fundo dos catadores foi decorrência da concessão onerosa dos serviços de aproveitamento do biogás do aterro, outorgada pelo município do Rio de Janeiro, repassados na forma do termo de concessão à empresa Novo Gramacho Energia Ambiental S.A. pela Comlurb, através de um convênio entre esta e a prefeitura de Duque de Caxias. A justificativa para o FPC foram os 30 anos de prestação de serviços não remunerados de catação no aterro, e a consequente ampliação do tempo de vida útil desse espaço em função da retirada de 9000 toneladas diárias de materiais pelos catadores.

Inicialmente, os recursos do fundo deveriam ser aplicados prioritariamente na geração de alternativas de trabalho e renda, através do fomento ao cooperativismo. Conforme indicava a PNRS, as cooperativas seriam a forma institucional através da qual os catadores poderiam seguir trabalhando naquela atividade. Os objetivos do FPC eram: 1) garantir a "segurança alimentar" e a "inclusão social" dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do aterro de Jardim Gramacho; 2) o treinamento dos catadores, visando a promover e efetivar sua capacitação continuada na perspectiva do cooperativismo popular e da economia solidária; e 3) o fomento à infraestrutura e fortalecimento das cooperativas e associações locais (financiamento de equipamentos e maquinário destinados ao transporte, triagem e reciclagem do material recolhido).

A destinação dos recursos do fundo para esse objetivo, como vimos, era tema que desagradava uma grande parcela dos catadores, não afeitos ao modelo cooperativista e que não desejavam a própria inserção nas organizações locais. Dessa forma, a mobilização dos catadores se orientou na direção da construção de uma proposta alternativa, que ampliasse a gama de possibilidades previstas para a aplicação do fundo, de forma que este atendesse também àqueles que não pretendiam continuar a trabalhar com os resíduos e com o ramo da reciclagem.

Um dos principais desafios do conselho de lideranças girava em torno das informações desencontradas ou da falta de informação entre os catadores do aterro, o que deveria ser contornado com a agregação do máximo possível de pessoas ao processo. Portanto, o conselho tentava que cada vez mais catadores

se mobilizassem para pressionar pela criação e execução dos trâmites relativos ao pagamento dos fundos prometidos e pela realização das ações anunciadas. Com apoio da Fundação Banco do Brasil, em parceria com a associação de catadores, os representantes do conselho passaram a integrar um projeto de mobilização para enfrentar o encerramento do aterro e cada liderança que se engajasse nas reuniões e ações propostas receberia uma ajuda de custo de R$ 100,00 por dia, como forma de compensar o tempo de atuação no conselho, um tempo não investido nas atividades comerciais, responsáveis por gerar a renda dos catadores. O grupo se reunia semanalmente e organizou uma agenda de trabalho, com propostas de ações para o processo de fechamento.

Em uma das reuniões do conselho, Chico apresentou uma agenda de compromissos marcados para os próximos dias, incluindo uma viagem à Brasília, na qual ele seria acompanhado por um dos representantes da frente de serviço, a ser escolhido ao final daquela reunião. Nesse dia, após a reunião acompanhei Kiko, uma das lideranças do conselho, em uma volta pelo bairro até o aterro. Ele conversava, de forma interessada e ativa, com inúmeros catadores da Rampa e tentava cumprir com a responsabilidade assumida pelo conselho, de informar sobre o andamento do processo e as ações dos catadores organizados. Kiko avisava sobre o fechamento do aterro, que muitos viam como "lenda", chamava para as reuniões, falava sobre a viagem à Brasília, dizendo que o conselho estava unido para fazer o dinheiro sair. Procurava fazer a sua parte e executar seu papel de liderança, o que requeria um grande esforço diante da descrença quase geral.

Ciro, catador que entrou no conselho e teve uma participação bastante ativa, em uma das reuniões, relatou as dificuldades que o grupo encontrava ao tentar transmitir as informações das reuniões para os catadores que trabalhavam na Rampa. Ele dizia:

> A gente fala e ninguém quer escutar, falam que a gente quer o dinheiro deles. [...] Eu chego lá contando as novidades da reunião e eles dizem "vocês tão perdendo seu tempo". Não chega um e diz assim "legal, estamos contando com vocês, me deixa informado de tudo o que acontece!" Ih... Desses cem reais aí, precisa ver o drama! Eles dizem "tá aí, já tá se vendendo"...!

As negociações prosseguiram e as investidas na direção da sensibilização do governo federal foram positivas. A Organização da Sociedade Civil para o

Interesse Público Pangea, que possuía convênios com o governo federal, se juntou ao processo e um de seus representantes passou a acompanhar a mobilização dos catadores, fornecendo suporte institucional. O mês de março de 2012 foi decisivo, ocorrendo a visita de representantes do governo federal a Jardim Gramacho, a convite das lideranças. A visita tinha como objetivo ouvir as demandas da categoria e ver a situação dos catadores e do bairro, definindo o tipo de ação que poderia partir da esfera federal.

A equipe do governo federal conversou com os membros do conselho na associação e em seguida visitou o aterro, onde os catadores puderam se manifestar, auxiliados por um carro de som. Os representantes do governo federal deram uma volta no bairro e se encaminharam ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Por fim, a equipe se reuniu na Secretaria Estadual do Ambiente, no Rio de Janeiro, onde o presidente da associação apresentou um documento contendo um conjunto de ações em benefício dos catadores. Os representantes que participaram do evento, em especial aqueles ligados ao âmbito federal, se comprometeram a fornecer o apoio necessário para o cumprimento das reivindicações apresentadas pelas lideranças.

Essa visita, interpretada pelos envolvidos como um marco para a localidade, com forte carga simbólica, foi imprescindível para a articulação entre os governos do estado e dos municípios de Caxias e do Rio. Há muito os catadores vinham tentando mediar, sem grandes resultados, essa relação. Segundo os catadores, haveria entre essas instâncias rivalidade e desconfiança mútuas, fazendo com que tudo terminasse sempre em um "jogo de empurra". Essa articulação impulsionou o aval do então prefeito do Rio de Janeiro, e viabilizou as assinaturas da então presidente da Comlurb e do prefeito de Caxias autorizando a criação do fundo. Este, que anteriormente apenas existia sob a forma de uma minuta, tramitava pela burocracia da prefeitura de Duque de Caxias há pelo menos um ano sem ser efetivado. Assim, faltaria apenas que a empresa Novo Gramacho assinasse o contrato de criação do fundo, oficializando a Caixa Econômica Federal (CEF) como secretaria executiva, que se tornava a entidade responsável pelo pagamento.

A articulação política dos catadores, através da atuação do conselho de lideranças e com o apoio de representantes de outras entidades, conseguiu que os recursos do FPC fossem antecipados e operacionalizados pela CEF, que quitaria as cotas e forneceria o pagamento dos auxílios através do sistema

Cartão Cidadão. Esse procedimento foi identificado em outras análises, relativas ao programa Bolsa Família, e parece reforçar a hipótese da criação de um padrão institucional para a gestão entre as esferas municipal e federal (Helal; Neves, 2010).

No final de março de 2012, uma segunda assembleia geral foi organizada. Nela, os catadores discutiram e votaram a respeito de duas propostas. A primeira delas era a de que o dinheiro do fundo fosse pago de uma única vez, ao invés da ideia inicial relativa a 12 meses. A segunda proposta era a de que o fundo fosse pago para todos os catadores em no máximo 45 dias. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade na plenária da assembleia. As propostas votadas ainda teriam que ser levadas e aprovadas pelo comitê gestor do fundo, pela Caixa Econômica Federal, e pela empresa que geria o aterro, a Novo Gramacho, que negociaria com a CEF a criação do fundo.

Após muitas reviravoltas relacionadas às mudanças de datas para o fechamento do aterro, e informações desencontradas sobre o processo na imprensa, no dia 16 de abril, Chico e os representantes dos catadores se reuniram com o então secretário-geral da Presidência da República, e o prefeito do Rio de Janeiro, que anunciou o adiamento do fechamento do aterro até que os trâmites necessários para a efetivação do fundo fossem concretizados e convertidos em dinheiro para os catadores. No dia seguinte, o conselho gestor do fundo seria oficializado na Secretaria Estadual do Ambiente, sacramentando os benefícios pelos quais os catadores lutavam há tanto tempo.

Nessa reunião, ficou acertado um prazo para a entrega da lista com os nomes de todos os catadores que teriam direito ao pagamento. Na resolução final, foi acordado o valor de R$ 23,8 milhões para serem divididos entre os catadores cadastrados. Depois de dois adiamentos, a data estabelecida para o fechamento definitivo do aterro, desta vez com o consentimento dos catadores, foi 12 dias antes da realização do evento ambiental internacional Rio+20. A prefeitura decidiu antecipar o valor correspondente ao fundo, que deveria ser pago posteriormente pela Novo Gramacho, com o recebimento em cota única dos recursos pelos catadores.

No dia 1º de junho, os catadores se dirigiam ao Ciep do bairro com a promessa de receberem um cartão da CEF que daria acesso à conta bancária na qual o dinheiro do fundo dos catadores seria depositado. Cada um dos aproximadamente 1700 catadores beneficiados na lista, de acordo com os critérios

definidos, receberia cerca de R$ 14.000,00. Uma fila cuja real extensão era difícil de verificar havia se formado ao redor da grade que cercava a instituição. Em frente à entrada, um aglomerado de pessoas se espremia, na expectativa de adentrar o espaço e esperar sua vez de obter o tão esperado cartão que daria acesso ao dinheiro reivindicado.

Conclusão

O aterro de Jardim Gramacho era uma peça estratégica da gestão de resíduos da região metropolitana e o encerramento das atividades ali vigentes até então só poderia ser efetivado na medida em que fosse viabilizado um local alternativo para o vazadouro, o que aconteceu com a construção da Central de Tratamento de Resíduos (CTR), em Seropédica.[26] Anunciado como alternativa "moderna", que oferecia soluções "verdes" para a destinação dos resíduos, o empreendimento se caracterizava por altos investimentos em maquinário e tecnologia, e pela operacionalização de produção energética.

A criação de CTRs, usinas de biogás e outros empreendimentos baseados em tecnologias de reaproveitamento energético instaurava um novo modelo, que reconfigurou a gestão de resíduos na região metropolitana do Rio de Janeiro. No ano de 2011, o governo estadual lançou o Pacto pelo Saneamento e o programa Lixão Zero que ambicionava erradicar todos os lixões do estado até 2014, aliado aos objetivos de dobrar os serviços de coleta seletiva e de tratamento de esgoto, além da construção de diversas CTRs (Rio de Janeiro, 2011). A conjuntura histórica na qual essas metas foram traçadas antecedia e tinha em seu horizonte a realização de eventos internacionais de grande porte no município do Rio de Janeiro, como a Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações da Fifa em 2013, a Copa do Mundo Fifa em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Na página oficial da prefeitura *Rio Cidade Olímpica*, a CTR de Seropédica, que "substituiu o antigo lixão de Gramacho", foi apontada como "o que há de mais moderno em termos de armazenamento de lixo, protegendo o meio

26 A CTR é operada pela empresa Ciclus, criada em 2010 para realizar a gestão integrada de resíduos sólidos no Rio de Janeiro, Seropédica e outros municípios.

ambiente e respeitando o ecossistema".[27] Da perspectiva do poder público, o estigma do lixão que corrompia e ameaçava a representação da cidade olímpica com a imagem do "atraso" se transformava em evidência de civilidade, com a sua substituição por um "moderno" sistema de tratamento de resíduos, isento de catadores, e uma futura usina de biogás. Na página da Cidade Olímpica, a galeria de imagens da CTR vinha acompanhada da legenda: "Lixo responsável: novo CTR de Seropédica acaba com cenários apocalípticos do lixão de Gramacho."

No final de 2013, foi inaugurado o Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho, considerado o primeiro polo de reciclagem do país. No projeto, estava prevista a construção de seis galpões, duas unidades de processamento de resíduos e um centro administrativo para cursos de qualificação para os catadores, além de creche e elaboração de planos de gestão e de qualificação profissional (Rio de Janeiro, 2012). Os recursos para implantação do polo provieram de um convênio, firmado em 2012, entre Secretaria Estadual do Ambiente (SEA), a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) da Petrobras e a organização civil Pangea. A partir de um termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado em 2011 entre a Reduc, a SEA e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) ficou determinado que a petrolífera investisse R$ 3,5 milhões na instalação do polo de reciclagem (Rio de Janeiro, 2012). Os compromissos estabelecidos no TAC condicionavam a renovação da licença de operação da Reduc pelos órgãos ambientais estaduais e precisavam ser revistos a cada cinco anos. Como parte do TAC, ainda foi firmado um segundo convênio no qual a Reduc se comprometia a doar seus resíduos recicláveis para o polo de reciclagem (Rio de Janeiro, 2012). A inauguração correspondia à primeira fase do polo, que contava com a estrutura de dois galpões para operar o recebimento, triagem, enfardamento e estocagem de resíduos para venda, com estimativa de empregar 110 catadores.

A descrição e análise do caso do aterro de Jardim Gramacho permite levantar questões a respeito do marco regulatório representado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. A sanção da lei nº 12.305/2010 (Brasil, 2010b) constituiu um novo enquadramento para a gestão de resíduos, a partir de conceitos, objetivos e instrumentos específicos, baseados nas premissas do "desenvolvimento

27 Em: http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/ctr-seropedica/ (acessado em 23/04/2016).

sustentável" e da "inclusão social". Dentre as metas previstas, destacava-se a extinção, nos anos consecutivos à implementação da lei, de todos os lixões e aterros irregulares presentes no país. A PNRS formalizava a categoria dos catadores de materiais recicláveis e criava o dispositivo jurídico para que associações e cooperativas de catadores pudessem participar da gestão de resíduos, operando o serviço de coleta seletiva. Ao mesmo tempo, abria a possibilidade para que a incineração de resíduos se enquadrasse no modelo de destinação final ambientalmente adequada por ela previsto.

A história do fechamento do aterro de Jardim Gramacho corresponde ao processo de reconfiguração da gestão de resíduos sólidos na região metropolitana do Rio de Janeiro. A expectativa dos megaeventos trouxe implicações para a forma como essa reconfiguração se deu nesse contexto. Ela privilegiou a operacionalização das medidas mais imediatas e visíveis, como o fechamento de lixões e criação de aterros, em detrimento da construção das etapas intermediárias previstas na concepção das políticas, necessárias para a consolidação de um sistema de gestão de resíduos mais eficiente a longo prazo em termos sociais e ambientais. A estratégia traçada pelas políticas públicas nesse caso seguiu na direção da construção de grandes empreendimentos em cuja base se encontravam tecnologias de reaproveitamento energético. O caminho da modernização tecnológica adotado pelas políticas de gestão de resíduos foi traduzido através do modelo das CTRs, em cujas modernas instalações não era permitida a presença de catadores.

Por outro lado, a organização dos catadores fez com que estes alcançassem êxito em suas reivindicações. Estas se materializaram na forma de indenizações individuais pelo trabalho de prolongamento do tempo de vida útil do aterro com a triagem e retirada dos materiais, e também com a construção do polo de reciclagem para que os catadores organizados tivessem condições de continuar exercendo a atividade, conquistas que não foram alcançadas no desfecho de outros casos de fechamentos de lixões no estado. No entanto, a construção do polo apenas 17 meses após o encerramento das operações do aterro contribuiu para que o objetivo de garantir trabalho e renda para os catadores que pretendiam seguir na atividade fosse prejudicado, atendendo apenas em torno de 30 catadores (Bastos; Magalhães, 2016, p. 383).

O caso de Jardim Gramacho foi apontado diversas vezes, nas narrativas dos gestores, da imprensa e mesmo das lideranças, como um modelo que

estava sendo forjado para o resto do Brasil. A tendência de reconfiguração da gestão de resíduos pela via da modernização tecnológica parece pôr em risco e ocorrer em detrimento da coleta seletiva solidária e da reciclagem popular. Mesmo com a criação do polo de reciclagem em Jardim Gramacho, as políticas de coleta seletiva no município não foram realizadas, assim como na capital, cuja porcentagem do serviço de coleta seletiva é irrisória,[28] em torno de 2% em 2017,[29] além de não ser feita majoritariamente por organizações de catadores.

A estruturação do sistema de coleta seletiva se apresenta como uma etapa fundamental para a manutenção das cooperativas de catadores, que, com o fim dos vazadouros, deixam de ter canais fixos para o recebimento de matéria-prima, passando a depender de iniciativas isoladas, como doações de resíduos de empresas que investem em políticas de responsabilidade social e ambiental. Os dispositivos jurídicos existentes, como o decreto federal nº 5.940/2006 (Brasil, 2006), que institui a coleta seletiva nos órgãos da administração pública federal e obriga a destinação dos materiais recicláveis para cooperativas e associações de catadores, não são cumpridos, e os representantes de catadores reivindicam a criação de outros mecanismos legais para a viabilização socioprodutiva das organizações da categoria, como a obrigatoriedade de pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas cooperativas, para que a renda obtida não dependa exclusivamente do volume dos materiais doados.[30]

O caso de Jardim Gramacho expõe paradoxos e põe em relevo pontos que merecem consideração. A formalização da atividade, com o encerramento do aterro e a criação do polo de reciclagem com as cooperativas, teve como resultado a diminuição considerável da renda obtida pelos catadores, que passou

28 No *Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos – PMGIRS da cidade do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 2012-2016), consta a informação de que a coleta seletiva realizada em 41 dos 160 bairros do município recuperava cerca de 20 t/dia de recicláveis, o equivalente a 4 g por pessoa por dia. O sistema de coleta seletiva da capital recuperou, ao longo de todo o ano de 2011, 7797 t, o que corresponde a um volume menor do que era despejado em apenas um dia no aterro de Jardim Gramacho, 9000 t/dia.

29 De acordo com a reportagem de Alvim (2017) e o artigo de Minc (2017).

30 Sendo que, na maioria dos casos, os catadores ainda arcam com os custos do transporte para receberem os materiais doados, cujo volume precisa ser significativo para compensar os gastos.

a não alcançar um salário mínimo (Bastos; Magalhães, 2016, p. 387).[31] Diante desse padrão, a criação de redes de comercialização formada por cooperativas tem sido uma alternativa concebida para a valorização da atividade da categoria e para tornar os empreendimentos dos catadores economicamente viáveis no mercado da reciclagem.[32]

Em relação à localidade de Jardim Gramacho, os efeitos do encerramento do aterro e a tentativa de regulamentar a gestão de resíduos levaram a uma situação mais complexa, com a proliferação de vazadouros clandestinos e lixões ilegais, e o envolvimento de facções ligadas ao comércio ilegal de entorpecentes na atividade,[33] o que aprofundou as dificuldades de controle e fiscalização da gestão e da economia em torno dos resíduos na área pelo Estado. A população do bairro, que atuava como catadora e dependia da operação do aterro para a obtenção de renda, em sua maioria, não foi absorvida pelas cooperativas do polo, enfrentando situação de desemprego ou acentuada dificuldade econômica diante do desafio de reinserção no mercado de trabalho (Bastos, 2015), tornando-se mais vulnerável. As medidas de recuperação da área do entorno do aterro, que previam construção de casas e instalação de serviços públicos de saneamento, água, segurança e outros no bairro, não foram efetivadas, situação que se torna mais aguda no contexto de crise econômica deflagrada no estado após o ciclo de megaeventos.

Para corresponder à inclusão social da categoria, a formalização da atividade dos catadores deve ser pensada de modo mais amplo, articulada a uma política que garanta canais estáveis de fornecimento e acesso aos materiais recicláveis para as cooperativas, já que a simples concessão de estrutura física e maquinário, embora seja um passo fundamental, não necessariamente corresponde à viabilidade econômica do empreendimento e à obtenção de uma renda mínima aos seus membros. Se o modelo da gestão de resíduos focado na construção de aterros modernos se constituir como padrão a ser replicado

31 A renda obtida pelos catadores era bastante variável e dependia de diversos fatores. Em 2011, os catadores ganhavam em média de R$ 400,00 a R$ 800,00 por semana, sendo que a renda mensal de alguns poderia chegar a R$ 5.000,00.

32 Durante o evento Rio+20, foi firmado um convênio para a criação do projeto Catadores e Catadoras em Redes Solidárias (CRS), em uma parceria da Pangea, FGV Projetos e MNCR/RJ. Mais informações disponíveis em Projeto... (2013).

33 Ver Inea... (2014); Os lixões... (2016).

no resto do país, em detrimento da priorização dos sistemas de coleta seletiva solidária e da reciclagem popular, o "custo social" da incineração (Gutberlet, 2011) incidirá diretamente sobre os catadores. A inclusão social da categoria prevista pela lei, e concebida não apenas em termos de geração de renda, mas de ampliação da cidadania desses trabalhadores, poderá ficar comprometida, diante da entrada de grupos empresariais internacionais no novo nicho de mercado relacionado aos resíduos, que articulam o setor ambiental e o energético através da construção e instalação de grandes empreendimentos tecnológicos.

Referências

ABREU, M. de F. *Do lixo à cidadania*: estratégias para a ação. Brasília: Caixa Econômica: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2001.

ALVIM, M. No Rio, apenas 1,9% do lixo é reciclado. *O Globo*, 13 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/no-rio-apenas-19-do-lixo-reciclado-21202718>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ANDRADE, M. G. O movimento nacional de organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: um movimento em movimento. *Sémata*, Santiago de Compostela, v. 16, p. 101-113, 2004.

BARREIRA, I. Representações sobre a política entre lideranças populares: limites e potencialidades de uma ferramenta conceitual. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 767-796, 2009.

BASTOS, V. Na rota do lixo: da casa ao catador o primeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12.; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE, 4., 2007, Foz do Iguaçu. *Anais...*, Foz do Iguaçu: CFESS, 2007.

BASTOS, V. *Catador profissão*: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, V. O fim do lixão de Gramacho: além do risco ambiental. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 33, p. 265-288, 2015.

BASTOS, V.; MAGALHÃES, A. Lixão de Gramacho: impactos do encerramento para os catadores. *Temporalis*, Brasília, ano 16, n. 31, p. 379-398, jan./jun. 2016.

BOSI, A. de P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006*. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010*. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CARDOSO, B. *Todos os olhos*: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Faperj, 2014.

CARENZO, S.; MÍGUEZ, P. De la atomización al associativismo: reflexiones en torno a los sentidos de la autogestión en experiencias associativas desarrolladas por cartoneros. *Maguaré*, Bogotá, n. 24, p. 233-263, 2010.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2008. p. 17-50.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J.-L. Associativismo. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 21-25.

ESCOREL, S. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua*: nômades, excluídos, viradores. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 139-171.

FARR, R. O conceito de representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-59.

FERNÁNDEZ GABARD, L. Hacia una articulación global de recicladores. In: SCHAMBER, P.; SUÁREZ, F. (Comp.). *Recicloscopio III*: miradas sobre recuperadores urbanos, formas organizativas y circuitos de valorización de residuos en América Latina. Buenos Aires: CICCUS: UNLa: Universidad Naiconal de Sarmiento, 2011. p. 15-40.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GUTBERLET, J. O custo social da incineração de resíduos sólidos: recuperação de energia em detrimento da sustentabilidade. *Revista Geográfica de América Central*, Heredia, v. 2, n. esp. EGAL, p. 1-16, 2011.

HELAL, D.; NEVES, J. A. Burocracia e inserção social: uma proposta para entender a gestão das organizações públicas no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 312-340, set./dez. 2010.

INEA fecha lixão clandestino na Baixada Fluminense. *Agência Brasil*, 20 jun. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/inea-fecha-lixao-clandestino-na-baixada-fluminense>. Acesso em: 10 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Diagnóstico Social de Jardim Gramacho*. Rio de Janeiro, 2005.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. *Estratégia de desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental para o entorno do aterro metropolitano de Jardim Gramacho*: diagnóstico socioeconômico de Jardim Gramacho. Rio de Janeiro, 2011.

LAVILLE, J.-L. *Politique de l'association.* Paris: Seuil, 2010.

LESSA, C. Prefácio: os ovos da serpente. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua*: nômades, excluídos, viradores. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 11-18.

LIMA, J. C. Paradoxos do trabalho associado. *Tempo Social*: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 1; p. 113-132, jun. 2009.

LIMA, M. R. P. *O avesso do lixo*: materialidade, valor e visibilidade. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, M. R. P. Plasticidades recriadas: conhecimento sensível, valor e indeterminação na atividade dos catadores de recicláveis. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 209-238, abr. 2017.

OS LIXÕES do tráfico. *O Globo*, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/os-lixoes-do-trafico-1-17059711>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MEDINA, M. *The world's scavengers*: salvaging for sustainable consumption and production. Plymouth: AltaMira Press, 2007.

MILLAR, K. *The informal economy*: condition and critique of advanced capitalism. Durban: CCS, 2007. (CCS Seminar Series).

MILLAR, K. Making trash into treasure: struggles for autonomy on a Brazilian garbage dump. *Anthropology of Work Review*, v. 29, n. 2, p. 25-34, 2008.

MILLAR, K. Trash ties: urban politics, global economic crisis and Rio de Janeiros's garbage dump. In: ALEXANDER, C.; RENO, J. (Ed.). *Economies of recycling*: the global transformations of materials, values and social relations. London: Zed Books, 2012. p. 164-184.

MINC, C. Lixo sem destino. *O Globo*, 8 ago. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/lixo-sem-destino-21679482>. Acesso em: 8 ago. 2017.

MOTTA, E. A "outra economia": um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NEIBURG, F.; NICAISE, N.; BRAUM, P. *Lideranças em Bel Air*. Rio de Janeiro: NuCEC: Viva Rio, 2011.

NASCIMENTO, V. B. *Análise da remediação ambiental do aterro metropolitano de Gramacho – Rio de Janeiro*. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)–Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

PROJETO catadores e catadoras em redes solidárias. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego: Senaes: Governo do Estado/RJ: Secretaria Estadual do Ambiente/RJ: Pangea: FGV Projetos, 2013. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/publicacao_crs_volume1_site.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RABOSSI, F. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 83-107, 2011.

RENO, J. *Out of place*: possibility and pollution at a transnational landfill. 2008. A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Anthropology)–The University of Michigan, Ann Arbor, 2008.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente; Instituto Estadual do Ambiente. *Rio de Janeiro*: Lixão Zero. Rio de Janeiro, 2011. Material de divulgação.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente. *Secretaria do Ambiente obtém R$ 3,5 milhões da Petrobras para a construção de Polo Reciclagem de Gramacho*. 17 ago. 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1050523>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RIO DE JANEIRO (Cidade). *Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos – PMGIRS da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2012-2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3035089/DLFE-247507.pdf/Plano_Gestao_Integrada_Residuos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SOUZA, F. V. F. *Sobrevivendo das sobras*: as novas formas de miséria urbana. 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

TRAJANO FILHO, W. A nação na web: rumores de identidade na Guiné-Bissau. In: PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito*: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 85-112.

XEREZ, A. *Mãe Rampa*: os impactos do encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho nos catadores de materiais recicláveis. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Recebido: 12/03/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 3/12/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100007

As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai

The weapons of the weak: identity strategies, tactics and impact on the dynamics of health access in the Brazil/Paraguay border

Valdir Aragão Nascimento*

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande, MS, Brasil
Doutorando em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste (bolsista Capes)
33valdir@gmail.com

Sônia Maria Oliveira de Andrade**

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande, MS, Brasil
soniaufms@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva expor e discutir algumas táticas e estratégias adotadas por paraguaios indocumentados para ter acesso à saúde por meio do SUS no Brasil. A pesquisa de campo realizou-se especificamente entre a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero e a cidade brasileira de Ponta Porã. Outro objetivo é discutir as relações socioculturais de caráter identitário que essas táticas e estratégias engendram e oportunizam na faixa de fronteira em questão. No tocante às táticas e estratégias, elencamos as concepções teóricas de Michel de Certeau a respeito dessas categorias. Fredrik Barth e seus conceitos atinentes aos grupos étnicos dão a tônica de nossa análise acerca das diversas, e por vezes divergentes, identidades étnicas oriundas das inter-relações estabelecidas na dinâmica que propicia a existência de táticas e estratégias – no tocante ao acesso à saúde – na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Palavras-chave: estratégias e táticas; identidades étnicas; fronteira Brasil/Paraguai; dinâmicas de saúde na fronteira

Abstract

This article aims to expose and discuss some of the tactics and strategies adopted by undocumented Paraguayans to access health through SUS in Brazil. Field research was carried out specifically between the Paraguayan city of Pedro Juan Caballero and the Brazilian city of Ponta Porã. Another objective is to discuss the sociocultural relations of identity that these tactics and strategies engender and opportunize in the border area in question. With regard to tactics and strategies, we list Michel de Certeau's theoretical conceptions of these categories. Fredrik Barth and his concepts concerning ethnic groups emphasize our analysis of the diverse and sometimes divergent ethnic identities arising from the interrelationships established in the dynamics that give rise to tactics and strategies in terms of access to health, On the border of Brazil and Paraguay.

Keywords: strategies and tactics; ethnic identities; Brazil/Paraguay border; dynamics of health at the border

Introdução

A fronteira guarda em si intrincados desdobramentos e ocorrência de fenômenos socioculturais, o que deve ser considerado quando da elaboração de projetos e políticas públicas que tenham o espaço de fronteira como objeto. Para além de questões meramente geográficas, esses espaços se caracterizam pelas diversas e multifacetadas relações e inter-relações que sua condição de fronteira enseja. Aqui, questões como educação, soberania, identidade e saúde assumem contornos sui generis, dada a natureza de sua existência.

O acesso à saúde nas fronteiras do Brasil com os países que com ele se limitam geograficamente tem se constituído um sério problema às autoridades brasileiras. Pensados para atender aos seus nacionais, os recursos alocados não dão conta de atender a contento àqueles estrangeiros que porventura busquem atendimento no país. Contudo, em que pesem as limitações de todos os tipos, o atendimento é realizado, principalmente quando emergenciais, dado que a omissão de socorro é tipificada no artigo 145 do Código Penal como crime, pelo qual o profissional que nele incorrer deve ser responsabilizado, sendo possíveis ainda as penas de prisão e multa (Brasil, 1940).

Aos estrangeiros residentes no Brasil, o acesso é garantido pela lei nº 6.815/1980, conhecida também como Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980). Esse dispositivo legal regulamenta a situação jurídica de indivíduos de outras nacionalidades em solo brasileiro, segundo seu artigo 95: "O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis."

Para aqueles indocumentados, o acesso é oportunizado por meio de algumas condições, tais como o agravamento dos casos de saúde até um nível crítico, o que obriga os profissionais a atenderem o paciente; a obtenção de documentos através de meios não legítimos; e/ou das redes de solidariedade estabelecidas entre brasileiros e paraguaios no contexto de fronteira. Uma tática eficiente para se ter acesso aos serviços é o aluguel de endereços, que consiste na obtenção de boletos de água e luz, sem fotos, para comprovar residência junto aos postos de atendimento (Giovanella et al., 2007).

Esses expedientes, bem como o atendimento em si aos estrangeiros, reverberam no seio da sociedade local, despertando sentimentos às vezes negativos – ou fortalecendo os já existentes – por parte dos brasileiros em relação aos

paraguaios e vice-versa. A situação é paradoxal, posto que se de um lado existem brasileiros que emprestam ou alugam endereços a paraguaios, de outro existem aqueles que condenam não só a prática em si, mas a própria utilização dos serviços pelos paraguaios (Preuss, 2011).

Nas cidades fronteiriças de Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (MS) essa problemática do acesso à saúde é também uma constante, levando brasileiros e paraguaios em situação de vulnerabilidade a elaborar estratégias para poder contornar e, assim, suprimir os obstáculos que se lhes apresentam no tocante ao acesso aos serviços de saúde na faixa de fronteira em questão.

Nessa querela em que o acesso à saúde é o mote, vêm à baila questões de todo tipo, inclusive identitárias. Podem ser reforçadas as acusações mútuas entre os indivíduos dos dois países; exacerbam-se os sinais diacríticos e os signos identitários e as identidades se tornam fluídas e situacionais, adequando-se à realidade das interações tanto institucionais quanto pessoais.

As questões a respeito das estratégias e táticas adotadas no processo de obtenção de serviços de saúde na fronteira Brasil/Paraguai, especificamente nas cidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, são emblemáticas no que tange às manifestações identitárias que têm lugar naquela região. As cidades mencionadas têm uma particularidade em relação à sua condição de fronteira: são consideradas cidades-gêmeas, caracterizadas pela maior proximidade de seus limites e pelas diversas e diversificadas relações socioculturais que tal proximidade enseja.

Desvelar a dinâmica que permeia esses expedientes é fundamental para se entender não só como realmente funciona o acesso à saúde naquela fronteira em particular, mas como se percebem e se representam tanto brasileiros quanto paraguaios nessa interação.

"Isso aí vai virar livro?" Breves considerações sobre o trabalho de campo e suas dinâmicas

O trabalho de campo que deu origem a este artigo foi realizado na fronteira do Brasil com o Paraguai, nas cidades fronteiriças de Pedro Juan Caballero (Departamento de Amambay – Paraguai) e Ponta Porã (cidade pertencente ao

estado de Mato Grosso do Sul). O contato com os moradores das duas cidades, bem como a realização de entrevistas e demais procedimentos metodológicos, ocorreram ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

A inserção no campo se deu pela via de relações sociais estabelecidas com informantes-chave em trabalhos anteriores. Esses interlocutores, além de contar suas experiências, apresentaram-nos pessoas que gostariam de participar da pesquisa, umas com o intuito de apenas colaborar com os pesquisadores, outras querendo relatar também suas vivências em relação ao tema das estratégias de acesso aos serviços de saúde naquela região de fronteira.

Houve também aqueles que por curiosidade se aproximavam e, em meio a uma conversa e outra que escutavam com mal disfarçado desinteresse, perguntavam "Isso aí vai virar livro? Porque se for eu também tenho coisa pra contar." As entrevistas se deram nas residências de alguns moradores, em bares e lanchonetes sugeridos como local do encontro pelos interlocutores; nos intervalos durante o horário de trabalho de alguns deles, depois do expediente e mesmo no decurso das atividades – como foi o caso dos vendedores ambulantes, dos comerciantes, dentre outras pessoas cujas atividades laborais não impossibilitavam a realização da entrevista ou mesmo de uma conversa informal.

As informações obtidas em relação às estratégias e táticas de acesso à saúde na fronteira em questão foram difíceis de coletar. O tema em si é bastante delicado e gerou certo receio nos interlocutores, principalmente aqueles que detinham – e detêm – dados relevantes para facilitar a melhor compreensão da dinâmica das categorias em análise. Algumas entrevistas foram marcadas, mas logo depois canceladas com desculpas que depois se soube serem justificadas pela desconfiança, por mais que houvesse reiteradas e detalhadas explicações a respeito da natureza do trabalho e do total anonimato dos depoimentos recolhidos.

A desconfiança é predominante na fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, como o é também em Ciudad del Leste e Foz do Iguaçu. Esses espaços conurbados carregam o estigma da ilegalidade e da violência, categorias cujas origens, trajetórias e representações têm mais de exagero midiático e fantasia histórica do que realidade efetiva.

Estratégicas, táticas e identidades: conceitos e paradigmas

Michel de Certeau (1994), em seu livro *A invenção do cotidiano*, problematiza as concepções de estratégia e tática, notadamente aquelas acionadas pelos atores sociais quando da produção simbólica dos espaços sociais urbanos. As estratégias são entendidas pelo autor como cálculos operacionais, ou, ainda, mecanismos ideológicos de manipulação, que os sujeitos de poder e saber (Estado, empresa, exército, etc.) utilizam para produzir, e reproduzir, os espaços particulares de exercício de poder. Aqui, as estratégias – por meio das práticas cotidianas – acabam por reforçar os instrumentos coercitivos e reguladores do poder (Albuquerque, 2015).

No tocante às táticas, Certeau (1994) as compreende como se estas fizessem parte do cabedal de astúcias dos indivíduos, categorizando-as, então, como "a arte dos fracos" – possível de transfigurar a seu favor e de modo silente os sistemas disciplinares. Assim, na concepção do autor, as práticas cotidianas (estratégicas e táticas) configuram-se como locais e espaços de competição, embates e cisões que robustecem e corrompem as costumeiras configurações do poder e do saber.

As táticas, na concepção de Certeau (1994), podem ser entendidas como ações pensadas como substitutas provisórias de estratégias estatais e legalmente reconhecidas, mas ausentes em determinados momentos e circunstâncias. Exemplo dessa assertiva é a situação em que o estrangeiro indocumentado espera sua condição de saúde se agravar para buscar atendimento no país vizinho – o que configura uma tática, sabendo de antemão que tal país não pode lhe negar auxílio por conta do ordenamento jurídico vigente ali, isto é, as estratégias elaboradas pelo Estado para organizar o atendimento. A tática é, desse modo, como observa Certeau (1994, p. 100), "um movimento dentro do campo de visão do inimigo".

Para Scott (1985), em outra perspectiva teórica, tais táticas e astúcias dos fracos podem ser interpretadas como esquemas sub-reptícios de resistência, empregados pelas esferas economicamente subalternizadas como recursos para diminuir a exploração perpetrada pelos detentores do poder. Assim, essa insubordinação disfarçada, ou as armas dos fracos, emprega instrumentos diversos em sua ação, tais como: dissimulação, deserção, cumprimento falso,

roubo, furto, ignorância fingida, calúnia, sabotagem, subserviência dissimulada, dentre tantos outros (Scott, 1985, p. 16).[1]

Tanto Certeau (1994) quanto Scott (1985) concordam com o fato de que os expedientes utilizados por aqueles alijados do acesso aos mais diversos tipos de bens e serviços, tantos os materiais quanto os imateriais, são instrumentos, armas, que facultam o acesso a esses bens e serviços subvertendo a ordem estabelecida pelos donos do poder, seja ele econômico, político, social ou cultural.

As estratégias elaboradas pelos Estados para organizar o acesso à saúde de seus nacionais são acessadas por estrangeiros por meio do emprego das táticas que, na conceituação de Certeau (1994), operacionalizam o acesso usando como instrumento as lacunas deixadas na armadura conceitual em que foram construídas as estratégias. Desse modo, as táticas adentram o universo das estratégias e com elas se confundem, impossibilitando sua imediata identificação, objetivos e mecanismos de acesso aos bens e serviços negados pelas estratégias legalmente instituídas.

É no interior da dinâmica das táticas de acesso à saúde na fronteira que as manifestações identitárias têm lugar. As identidades étnicas são evocadas para indicar os grupos étnicos aos quais se deve franquear o acesso aos serviços de saúde no Brasil, inclusão esta feita por vias tanto legais (estratégias) quanto ilegais (táticas).

A propósito da menção aos grupos étnicos, e aos desdobramentos identitários que deles emergem, estes têm suas conceituações fortemente aceitas nos trabalhos do antropólogo norueguês Fredrik Barth, notadamente naquele intitulado *Grupos étnicos e suas fronteiras*, originalmente publicado em 1969. No texto em tela, o autor discute questões sobre concepções identitárias, etnicidade e a criação de fronteiras étnicas.

Um grupo étnico é, grosso modo, composto por um conjunto de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas por membros de outros grupos, tomando por base as similitudes socioculturais e/ou biológicas aparentes, sejam elas factuais ou pressupostas. Desse modo, o grupo tem sua organização voltada para a interação e categorização de si mesmo e dos

1 "I have in mind the ordinary weapons of relatively powerless groups: foot dragging, dissimulation, desertion, false compliance, pilfering, feigned ignorance, slander, arson, sabotage, and so on" (Scott, 1985, p. 16).

outros, isto é, constrói fronteiras culturais que lhe permitem a clara definição entre o "eu" e o "outro" no interior da dinâmica relacional à qual está exposto (Barth, 2000).

Na concepção do autor, a etnicidade – definida como condição ou consciência de pertença a um dado grupo étnico – relaciona-se intrinsecamente aos aspectos organizacionais dos grupos étnicos, compreendidos por Barth (2000) como padrões de atribuição de sentido e reconhecimento entre os diversos atores de um dado agrupamento social.

A etnicidade, ou o sentimento de pertença, é, então, expressão das premissas identitárias, agregadoras ou contrastivas, adotadas pelos grupos étnicos no processo de interação sociocultural a que estes são levados, consciente ou inconscientemente, a participar de diversas formas.

O acesso ao SUS na fronteira Brasil/Paraguai: Pedro Juan Caballero e Ponta Porã em perspectiva

Nas cidades fronteiriças de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã podem se verificar desacordos entre brasileiros e paraguaios, especificamente em questões referentes à identidade étnica e à identidade nacional (Nascimento, 2012; Sprandel, 2006). Todavia, essas categorias contribuem com o distanciamento entre os dois povos em outras regiões do Paraguai, tais como "[...] nas cidades de Santa Rita, Santa Rosa, San Alberto, Mbaracayu (Departamento Alto Paraná) e Salto del Guayra (Canindeyu) [...]" (Sprandel, 2006, p. 142).

Essas dissenções são expressas de várias maneiras no cotidiano das fronteiras entre Brasil e Paraguai; a mais perceptível se dá por meio das denominações identitárias de caráter étnico e nacional, tais como fronteiriço, brasiguaio, brasileiro, paraguaio, estrangeiro, paraguaio legítimo e puro, dentre outras (Nascimento, 2014; Sprandel 2006).

No campo da saúde, tais desacordos também estão presentes. Gera desconforto nos brasileiros a procura, por parte dos paraguaios, dos serviços de saúde no Brasil, dado acreditarem, erroneamente, que essa busca onera irremediavelmente o sistema de saúde na fronteira (Albuquerque, 2012; Tamaki et al., 2008).

Em que pese a importância do aporte econômico alocado na região para o atendimento dos usuários, a ausência de recursos não é o único problema na

dinâmica do acesso à saúde na fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. Em verdade, faltam políticas de integração eficazes para resolver os entraves relacionados ao acesso aos serviços, é necessário um esforço cooperativo entre as nações envolvidas no sentido de elaborar estratégias e políticas públicas para pensar soluções viáveis no que diz respeito à problemática em questão.

Um dos programas instituído para tentar solucionar os problemas atinentes à saúde na fronteira é o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras, conhecido também como SIS Fronteiras. Lançado oficialmente em setembro de 2005, na cidade de Uruguaiana (RS), esse programa objetiva colaborar com a organização e a consolidação dos sistemas locais de saúde nos municípios fronteiriços brasileiros, bem como viabilizar a associação de ações e serviços de saúde na região de fronteira (Brasil, 2005).

Para sua implantação foram previstas três fases de desenvolvimento, que também correspondem ao repasse de recursos financeiros aos municípios que aderirem ao projeto. A ideia central do SIS Fronteiras é promover a integração de ações e serviços de saúde na região de fronteira, contribuindo para a organização e o fortalecimento dos sistemas locais de saúde nos municípios fronteiriços (Brasil, 2005).

O projeto pretende, desde que foi instituído, estimular o planejamento e a implantação de ações e acordos entre os países que compartilham fronteiras, por meio de um diagnóstico da situação de saúde dessas regiões. Para isso, ressalta a necessidade de mensurar alguns aspectos, entre eles: a) aspectos socioeconômicos; b) aspectos geográficos; c) aspectos epidemiológicos, sanitários, ambientais; e d) aspectos assistenciais. Esse projeto abrange inicialmente 121 municípios da faixa de fronteira brasileira (Brasil, 2005).

Para Nogueira e Giménez (2010, p. 5), tomando como ponto de partida de suas análises "a ótica governamental", com a efetiva instalação desses projetos, outras forças políticas poderiam ser incorporadas e instadas a envolver-se com o compromisso de continuidade dessa integração. O projeto objetiva também estabelecer articulações com instituições de ensino e pesquisa, buscando auxiliar, no início das atividades do projeto, a produção efetiva do diagnóstico local.

O problema na formulação do SIS Fronteiras, sem nenhum demérito no tocante à relevância do diagnóstico sugerido pelo programa, repousa em aspectos contraproducentes do ponto de vista das suas diretrizes, como analisam Nogueira e Giménez (2010, p. 5):

> No plano ético-político, a ideia do SIS Fronteiras inscreve-se não em um esforço de articulação dos sistemas de saúde entre os países, mas tende a manter uma posição hegemônica, fortalecendo ações unilaterais e dificultando a harmonização das ações e serviços de saúde. Em termos de implementação, o fato de ser um programa pouco discutido com os gestores nacionais e não nacionais contribuiu para as dificuldades de sua apreensão, favorecendo o destaque e a anuência ao programa tendo em conta apenas a possibilidade de ampliação de recursos para o município.

Nas áreas de fronteira, as dificuldades em manter o sistema "SUS um direito de todos!" são maiores, pois não há regulamentação para organizar, orientar, definir e otimizar o uso dos recursos e serviços de saúde pública e, assim, promover o acesso com equidade à população (Viegas; Penna, 2013). A questão da falta de aporte de recursos econômicos é um dos principais obstáculos ao atendimento de estrangeiros, como também de brasileiros, que acorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, como já verificaram Preuss (2007, 2011) e Agustini (2008).

Para além dos discursos políticos não se verificam, em se tratando da faixa de fronteira aqui estudada, políticas públicas efetivas de integração de ações de saúde. O papel do Estado brasileiro é obscurecido no que diz respeito à efetividade de suas políticas públicas voltadas às fronteiras atinentes à saúde. Tal fato se deve, em parte, segundo Nogueira e Giménez (2010), às atitudes de gestores que compreendem ser o direito de acesso aos serviços prerrogativa de brasileiros e, por conta disso, dificultam por meio de instrumentos burocráticos o atendimento aos estrangeiros, levando-os à elaboração dos estratagemas aqui aludidos.

Em que pesem os esforços envidados na tentativa de contribuir com a melhoria do atendimento à população fronteiriça, principalmente com a descentralização do sistema de saúde brasileiro ainda em curso, percebe-se a presença incômoda e constante de obstáculos à implantação de uma rede de serviços eficiente e igualitária. Os contratempos para um planejamento de ações mais eficazes não foram alcançados ainda, bem como a construção de mecanismos para captar e alocar devidamente os financiamentos (Nogueira; Fagundes, 2014).

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero: contexto geográfico, histórico e sociocultural

A faixa de fronteira do Brasil tem proporções significativas: 15.719 quilômetros, que equivalem a 27% do território nacional. Possui extensão de 150 quilômetros de envergadura equidistante ao traçado limítrofe terrestre do país. Nessa área estão contidos 588 municípios, em 11 estados que fazem fronteira com dez países da América do Sul, em que vivem aproximadamente dez milhões de pessoas (Gadelha; Costa, 2007).

A cidade de Pedro Juan Caballero localiza-se a nordeste da República do Paraguai. Seu contingente populacional é de aproximadamente 88.029 habitantes, de acordo com os dados da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC). A região que circunscreve a cidade tem predominância do clima tropical com temperatura variando entre 22 °C e 23 °C (Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2002).

Pedro Juan Caballero se destaca pela atividade turística na região, principalmente o turismo de compras em que predomina o comércio de produtos importados. Esses produtos chegam ao Brasil vindos de várias partes do mundo, mas em sua maioria da China (Pinheiro-Machado, 2009). O comércio na região teve início no "[...] final do século XIX quando a cidade passa a ser utilizada como um lugar de descanso para as caravanas que transportavam erva-mate até Concepción. A partir da década de 60 o comércio se fortalece, consolidando o turismo de compras" (Martins; Banducci Júnior, 2009, p. 3).

Ponta Porã compreende uma superfície total de 5.328,621 km², sendo a superfície urbana de 13,715 km², possuindo 79.173 habitantes – em que 89% residem na zona urbana e 11%, na zona rural. Situa-se na região sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, tendo seus limites com os municípios de Dourados, Bela Vista, Antônio João, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Dourados, Lagoa Carapã, Aral Moreira, com o estado do Paraná e a República do Paraguai (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011). A exemplo de Pedro Juan Caballero, o clima predominante em Ponta Porã é o tropical, ou tropical de altitude, como ensinam os geógrafos. A temperatura média varia de 20,6 °C a 22 °C. No decorrer do ano, o mês mais quente é o de fevereiro, com temperatura média de 23,6 °C, e o mês com temperaturas mais baixas é o de julho, com média de 16,4 °C.

No município de Ponta Porã, a economia tem suas atividades direcionadas à agricultura e à pecuária. No entanto, há que se levar em consideração a relevância da lavoura na região – especificamente trigo, soja e milho. Essa importância é mensurada de acordo com a posição obtida pela cidade de Ponta Porã (406º maior potencial de consumo) em relação às cidades brasileiras com maior índice de consumo (IPC Marketing, 2010).

No que diz respeito à oferta de serviços de saúde na faixa de fronteira em análise, Ponta Porã conta com três hospitais, dos quais dois são públicos e um, explorado pela iniciativa privada. Somam-se a essas instituições 13 outras repartições, distribuídas entre unidades básicas e postos de saúde (Brasil, 2016). No caso de Pedro Juan Caballero, a cidade dispõe um hospital regional, e um posto de saúde e dez unidades de atendimento à saúde da família (Paraguay, 2016).

A propósito das peculiaridades que envolvem a região em estudo, Pedro Juan Caballero e Ponta Porã se destacam ainda, como já mencionado, por serem categorizadas como cidades-gêmeas. Para a conceituação dessa categoria, o Ministério da Integração Nacional, por meio da portaria nº 125 de 21 de março de 2014, estabelece nos seus artigos 1º e 2º que cidades-gêmeas são aquelas em que o contingente populacional não ultrapasse dois mil habitantes e em que os municípios são cindidos pela linha de fronteira, seca ou fluvial, contendo ou não infraestrutura, que "[...] apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho [...]" (Brasil, 2014). Outra preocupação presente na conceituação diz respeito às manifestações dos problemas peculiares à fronteira, "[...] que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania" (Brasil, 2014).

A fronteira, nos seus diversos aspectos, tem despertado o interesse da academia e de seus representantes. Estes têm envidado esforços de caráter científico na tentativa de compressão dos inúmeros e complexos fenômenos que têm tido lugar nesses espaços, independentemente das denominações acadêmicas e divisões disciplinares tão comuns às universidades e seus departamentos. Desse modo, tem-se que as contribuições acadêmicas que têm a fronteira como foco têm sido tributárias das áreas das ciências biológicas, das ciências humanas, das ciências sociais e sociais aplicadas, das ciências exatas, das ciências da saúde e, não raro, de uma perspectiva inter ou multidisciplinar (Nascimento, 2012).

Os antropólogos tendem, no que diz respeito à fronteira como objeto de estudo, a abordar os aspectos que privilegiam as questões culturais e seus desdobramentos simbólicos, a exemplo do trabalho de Leach (1996) acerca das fronteiras da Birmânia; dos trabalhos de Grimson (2003) sobre a fronteira Brasil-Argentina; Alvarez Júnior (1995) e as pesquisas que desenvolve na fronteira México-Estados Unidos; Banducci Júnior (2011) e Nascimento (2012) e suas investigações sobre a fronteira Brasil/Paraguai, notadamente Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, dentre tantos outros. A preocupação centra-se nas diversas e divergentes formas que os indivíduos têm de vivenciar a cultura e suas determinantes no processo do devir histórico.

A realidade sociocultural da fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é extremamente complexa, dada a coexistência nesse espaço limítrofe, nem sempre harmoniosa, de pessoas, etnias, idiomas, ideias e ideologias, o que acaba por gerar culturas de fronteira, que por sua vez se transformam em fronteiras da cultura (Alvarez, 2010). No entanto, não são fronteiras culturais que se repelem, enquistadas em si mesmas; são fronteiras que estruturalmente se complementam e se hibridizam no interior e nas bordas dos limites territoriais legalmente constituídos (García Canclini, 1997).

No tocante à área da saúde, esta tem sido alvo de interesse no que diz respeito aos serviços e ações desenvolvidos nos municípios partícipes do Mercado Comum do Sul, Mercosul, posto que, afora as intenções econômicas do bloco, constata-se um relevante recrudescimento do contingente de indivíduos de nacionalidade estrangeira que buscam utilizar os serviços e ações de saúde oferecidos no Brasil (Nogueira et al., 2015).

Contudo, os cidadãos estrangeiros – ainda que residentes no país – não são detentores de direitos nacionais no que se refere à cidadania e ao acesso aos serviços prestados na área de saúde no território brasileiro, o que traz certo incômodo aos responsáveis pelos sistemas regionais. Esses administradores veem-se pressionados a prestar atendimento, quando possível, à população alóctone, embora não tenham em sua estrutura de ação capacidades técnicas e receita pecuniária para tanto.

A demanda estrangeira pelos serviços ofertados pela área da saúde nas fronteiras brasileiras não é tão expressiva como querem fazer crer alguns gestores e autoridades alocados nas fronteiras. Tamaki et al. (2008) observam que apesar dos discursos desses atores sociais enfatizarem que do orçamento da saúde

alocado para atender a região 40% são gastos com atendimento aos estrangeiros, as informações não se verificam, visto que os dados colhidos para a confecção de um diagnóstico de saúde nos municípios de fronteira de Mato Grosso do Sul apontam a inexpressividade dessa demanda.

Todavia, apesar da demanda não ser tão expressiva, a ponto de onerar de maneira irremediável os custos relacionados à saúde no município, é inegável que ela existe e, portanto, deve ser levada em consideração quando da alocação de recursos ou da elaboração de políticas públicas que tenham como objeto o acesso à saúde aos estrangeiros em regiões fronteiriças.

Em face dessa situação, identificam-se obstáculos no sentido de fornecer o acesso digno à saúde prescrito pela Constituição Federal de 1988, ou seja, acesso de maneira universal e integral. O Mercosul tem, na medida de suas possibilidades e sempre procurando respeitar as soberanias nacionais, instituído ações de notável iniciativa no tocante ao campo da saúde. Sob sua égide e influência têm-se elaborado diversas intervenções, notadamente aquelas voltadas ao combate e à prevenção de doenças infectocontagiosas e de vigilância sanitária. Dessa maneira, no que diz respeito à prestação de serviços em saúde, nota-se que os contratos que se sucedem entre os governos concorrem no sentido de que o estrangeiro possa ter livre acesso ao atendimento público em quaisquer das nações constituintes da coalizão denominada Mercosul (Nogueira et al., 2015).

Existem razões que podem contribuir e influenciar na busca pelos serviços de saúde no Brasil. Apesar de a experiência na área de saúde por meio do SUS não ser uma das melhores, ainda é uma boa opção àqueles que não têm muitas alternativas. Um desses fatores é a razoável facilidade no acesso, que atrai os segmentos populacionais das nações economicamente mais vulneráveis. Assim, diante da precariedade de condições socioeconômicas e infraestruturais em que se encontram, recorrem ao Brasil, através do SUS, em busca de atendimento. Tal fato acaba por se refletir de maneira contundente no processo organizacional e estruturante do sistema de saúde dos municípios fronteiriços e, por conseguinte, na vida sociocultural e econômica de suas populações.

Contudo, apesar da questão da escassez de recursos ser um dos motivos mais alegados pelos entrevistados, existem outras razões presentes na dinâmica da migração de paraguaios para o Brasil, especialmente em busca de serviços de saúde, dentre elas a contiguidade geográfica (isso porque os distritos

paraguaios encontram-se distantes dos centros de saúde); a relativa facilidade de acesso aos meios de transporte; a confiança depositada nos serviços de atendimento à saúde do país; a gratuidade do Sistema Único de Saúde e a garantia da continuidade do atendimento em casos complexos; e o atendimento compulsório em casos de urgência. Questões que denotam a fragilidade do Paraguai em atender seus cidadãos, haja vista a falta de infraestrutura e ausência de políticas públicas pensadas para dirimir os inúmeros problemas de acesso à saúde naquele país (Azevedo, 2015).

Nas localidades que abrangem a fronteira, os serviços ofertados relacionados à saúde adquirem uma relevância e uma dimensão ímpares na vida diária dos indivíduos que moram e circulam nesses espaços, notadamente no que tange à possibilidade de facultar ou restringir o acesso desses sujeitos, colaborando ou não no sentido de garantir direitos à saúde.

Segundo Giovanella et al. (2007), baseando-se em dados coletados junto aos secretários municipais de Saúde nas fronteiras do Brasil, existe uma disparidade, por parte dos estrangeiros, no que tange à busca de serviços de saúde ofertados pelo SUS na fronteira. Conforme as informações repassadas por esses secretários, existe uma procura de atendimento no SUS em 75% dos municípios, sendo que tal procura se intensifica de maneira considerável em 36% das regiões.

De acordo com os autores citados acima, as demandas com maior incidência tendem a ocorrer em regiões cujos limites alcançam o Paraguai. Para 70% dos secretários municipais, tais demandas de estrangeiros atingem nove dos 12 serviços listados na pergunta a eles submetida sobre o "tipo de atendimento buscado freqüente e muito freqüentemente por estrangeiros no SUS do município por país de fronteira, segundo os secretários de saúde. Municípios brasileiros de fronteira com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, 2005" (Giovanella et al., 2007, p. 258-259).

No tocante à acessibilidade, Travassos e Martins (2004) indicam duas dimensões: a sócio-organizacional (em que estão presentes a oferta de serviços e suas principais características); e a geográfica (que se relacionam com a noção de espaço, em que existe a possibilidade de se medir as variáveis atinentes a distâncias, sejam elas lineares, de tempo e locomoção, custo de viagem, entre outras).

De acordo com Pereira (2000), o acesso à saúde traz em sua dinâmica características multifacetadas, dentre elas as de caráter econômico, social e cultural

que, em face das complexidades inerentes a essas categorias, extrapolam as esferas da assistência à saúde. No que diz respeito ao uso dos serviços de saúde, é inegável reconhecer a influência determinante de condições socioeconômicas e culturais, que se interpenetram aos aspectos intersetoriais arraigados à estrutura política de cada país, bem como aos espaços de poder que as caracterizam. Contudo, a concretização de um projeto em que a equidade é o mote não pode deixar de levar em consideração de que a ênfase no que diz respeito à acessibilidade dos serviços de saúde constitui-se um elemento de suma importância (Nogueira; Silva, 2007).

Não são somente os estrangeiros que sofrem com o serviço ofertado pelo Sistema Único de Saúde no Brasil. Imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai – os denominados brasiguaios – enfrentam problemas de aceitação, além dos relacionados à prestação de serviços de saúde, quando acorrem aos postos de saúde localizados no Brasil. Albuquerque (2012, p. 25) traz um exemplo da ocorrência desse tipo de situação na fronteira Brasil/Paraguai:

> O passo inicial para ser atendido no sistema público de saúde no Brasil é marcar uma primeira consulta em uma UBS. Uma das unidades básicas mais procuradas pelos imigrantes brasileiros e seus descendentes que vivem no Paraguai é a do Jardim América, cerca de 1 km da Ponte da Amizade, limite internacional entre o Brasil e o Paraguai. Pela manhã, percebemos que a maioria dos carros estacionados em frente a esse posto de saúde tem placas paraguaias. A população próxima a esse estabelecimento de saúde, muitas vezes, reclama que o posto está sempre lotado por causa dos brasiguaios. Embora não seja a UBS mais próxima da Ponte da Amizade, é onde existem mais especialidades médicas e também odontologia.

No tocante ao acesso aos serviços de saúde pelos brasiguaios, a situação é um pouco mais complicada. Para ser atendido pelo SUS no Brasil é necessário estar cadastrado no Sistema de Informações em Saúde (SIS) por meio do Cartão Nacional de Saúde, o Cartão SUS – instituído pela portaria nº 1.560, de 29 de agosto de 2002 (Brasil, 2002). Esse instrumento – criado pelo governo federal – objetiva vincular os seus usuários às ações e serviços de saúde realizados pelo SUS, bem como identificar as pessoas que foram atendidas e a região do país em que se deu o atendimento.

Todavia, o Cartão SUS tem sua validade restrita ao Brasil, sendo seu uso circunscrito aos municípios em que o titular do cartão comprove residência. Portanto, o direito de posse e utilização do Cartão SUS é prerrogativa de brasileiros e estrangeiros que comprovem residir no país, conforme consta da redação do artigo 4º da lei supracitada.[2] Contudo, o artigo 5º do mesmo documento assevera que a falta do cartão não gera impedimento ao atendimento de brasileiros e estrangeiros não residentes no país. Caso se comprove o não atendimento por conta da ausência do Cartão SUS, os envolvidos incorrerão no crime de omissão de socorro.[3]

No Brasil, alguns dispositivos elaborados para organizar e melhor atender aos brasileiros – no que respeita ao acesso à saúde – têm servido como entraves ao atendimento de estrangeiros. Dentre essas restrições, a criação do Cartão SUS, condição exigida ao público para viabilizar o atendimento, é uma das mais intransponíveis barreiras impostas aos estrangeiros. Outro empecilho ao atendimento de estrangeiros no país consiste no fato de que boa parte dos gestores acredita que atendimento pelo sistema público é prerrogativa dos brasileiros. Assim, acabam recrudescendo as medidas de controle e/ou mesmo negando o acesso, o que os leva a apelar a táticas – instruídos por outros que já passaram pela mesma situação (Silva, 2006).

As opiniões sobre o direito ao acesso à saúde no Brasil por parte dos estrangeiros não são unânimes. Para alguns brasileiros, entrevistados por Preuss (2011, p. 15), sobre o atendimento: "'Somente em casos de emergência eles têm direito senão não pode atender.'; 'Se vem mal, se passa mal é atendido (emergência/urgência).'" Os depoimentos enfatizam o caráter urgente do atendimento, notadamente as situações em que a presteza no socorro determina se o paciente vive ou morre. "'O direito à saúde é uma questão de cada país; quem não é daqui (Brasil), não tem direito, mas numa situação de emergência, daí tem.'" No entanto, as opiniões se dividem quando os casos

2 "Todos os brasileiros, natos ou naturalizados, bem como os estrangeiros com residência permanente no país, têm direito ao CARTÃO SUS, independentemente de sua idade" (Brasil, 2002, art. 4º).

3 "A ausência do CARTÃO SUS não poderá impedir o atendimento à pessoa brasileira ou estrangeira, com qualquer tipo de visto de entrada no país, em qualquer unidade de saúde integrante do Sistema Único de Saúde, sob pena do cometimento de crime de omissão de socorro" (Brasil, 2002, art. 5º).

não são urgentes, ou seja, não envolvem a possibilidade de morte iminente caso não haja atendimento: "'O que não é emergência não é atendido pelo SUS, só particular.'; 'O direito é igual ao nosso; o exercício é igual, são pessoas como qualquer outra; gratuito.'; 'Por direito deveriam primeiro procurar no país deles.'"

Na concepção dos interlocutores de Preuss (2011) a respeito do direito ao acesso à saúde por parte dos estrangeiros, pode-se ver a característica dicotômica de opiniões sobre o tema. Alguns entrevistados assumem o direito à saúde para além dos casos emergenciais; outros o identificam atrelados às questões referentes à nacionalidade:

> "Direito à saúde é pra todos. Direito humano é um só."; "Todo o ser humano tem direito a atendimento; o que não é certo é tirar atendimento dos brasileiros que ficam na fila do atendimento e outros tiram a vaga. São atendidos."; "Creio que seja bem atendido, é garantido, atendem igual, são todos humanos."; "Se a saúde é um direito de todos deve ser garantida a todos, não importa quem." (Preuss, 2011, p. 15).

A fronteira não se limita aos marcos nacionais erigidos para separar faixas de territórios legalmente divididos. Como observa Goettert (2013), uma fronteira de maior expansão, mais perceptível aos sentidos, pode obscurecer fronteiras de menor proporção, menos visíveis, menos tangíveis (subjacentes, veladas). Desse modo, por trás da falácia dos povos "irmãos", da propalada irmandade sem conflitos entre brasileiros e paraguaios, encontram-se as fronteiras "menores" mencionadas por Goettert.

No caso do acesso à saúde, bem como em outros casos, essas pequenas fronteiras se expressam nas representações verbalizadas cotidianamente, tanto por brasileiros quanto por paraguaios. O incômodo demonstrado pelos informantes de Albuquerque (2012) e Preuss (2011) denota o quão intrincadas são as relações que têm o acesso à saúde como mote.

A propósito da menção às representações oriundas da população fronteiriça, notadamente aquela parcela que faz uso efetivo dos serviços de saúde ofertados pelo SUS no Brasil, há uma predominância nas pesquisas realizadas até então – com raras exceções – de se privilegiar os depoimentos e as representações advindas daqueles que, de uma maneira ou de outra, têm vínculos com o

Estado nas suas mais diversas formas, como pode ser observado nos trabalhos de Peiter (2005), Giovanella et al. (2007) e Tamaki et al. (2008).

Por que a preferência por esses atores sociais? A resposta talvez possa ser encontrada na pouca importância atribuída à opinião das pessoas oriundas de estratos culturais em que se crê haver menos esclarecimento no tocante a certos temas. Ou, ainda, tal preocupação não entra na agenda de alguns pesquisadores, talvez por conta do condicionamento ideológico recebido durante o processo de formação profissional – ao qual todos estamos expostos em menor ou maior grau –, ou por não se constituir como objetivo de investigações solicitadas por órgãos governamentais ou não governamentais.

O acesso à saúde e sua dinâmica na fronteira: estratégias, táticas e repercussões identitárias em Pedro Juan Caballero e Ponta Porã

A respeito das dificuldades de acesso, principalmente por conta da documentação exigida para ser atendido, as estratégias são as mais mirabolantes, e por vezes arriscadas. Uma tática muito utilizada consiste em tomar de empréstimo documentos que comprovem residência em território brasileiro. Esses documentos são aqueles que não possuem fotografias acompanhando os antropônimos, tais como extratos de tarifas de energia elétrica, de conta d'água e o certificado de contribuição de pessoa física (Nogueira; Simionatto; Silva, 2003).

No parágrafo acima se vê o grau de heterogeneidade que envolve as inter-relações entre brasileiros e paraguaios na fronteira. Enquanto alguns brasileiros não veem com bons olhos o acesso dos paraguaios ao sistema de saúde do Brasil, outros lhes emprestam, ou alugam, documentos para que possam viabilizar o acesso. Uma outra característica do acesso à saúde na região de fronteira diz respeito às redes de solidariedade existentes nesses contextos (Preuss, 2011).

No caso específico da fronteira situada entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, para aqueles que não conseguem comprovar residência no Brasil a solução é acionar as redes de solidariedade às quais estão vinculados: parentes; amigos; namorados e namoradas. Assim, conseguem comprovar residência no Brasil e serem atendidos, bastando apresentar uma declaração assinada por

morador brasileiro atestando que o indivíduo portador da declaração reside com o declarante.[4] Essa tática, apesar das possíveis sanções legais caso se comprove fraude, não apresenta problemas quanto à sua utilização, já que o estado de Mato Grosso do Sul não dispõe de efetivo para fiscalizar as declarações apresentadas como comprovação de domicílio.

Em visitas realizadas à cidade de Ponta Porã em dezembro de 2016 e janeiro de 2017, em entrevistas realizadas com os moradores, tanto de Ponta Porã quanto de Pedro Juan Caballero, foi possível perceber, no discurso dos interlocutores, a presença dessas relações no cotidiano de acesso à saúde naquela fronteira específica. Quando um paraguaio é inquirido a respeito de como se consegue acesso aos serviços do SUS no Brasil sem possuir o respectivo cartão, as respostas são reveladoras:

> É fácil. Por exemplo, se você tem um conhecido aqui no Brasil, em Ponta Porã, você explica a situação pra ele, diz que é caso de doença, ninguém nega, sabe. Vocês [brasileiros] são muito companheiros nessa parte. Eu mesmo já usei endereço de vários conhecidos aqui, nunca tive problema, ninguém nunca falou nada. (Entrevistado nº 1, paraguaio, vendedor ambulante em Pedro Juan Caballero, entrevista realizada em Ponta Porã).

Do ponto de vista dos brasileiros, pelo menos aqueles com os quais se estabeleceu contato, essa realidade do emprego das táticas de acesso é bastante aceitável, mas com condições, como observou um interlocutor:

---

4 Desde 2011 está em vigor no Brasil a lei nº 4.082/2011, que trata da inexigibilidade de comprovante de residência. Conforme a nova regra, uma declaração de próprio punho, isto é, redigida pelo próprio interessado em seu favor ou em favor de outrem, suprirá a exigência de comprovante de residência. No artigo 3º, a nova lei ainda deixa bem claro que recusar a declaração escrita pelo próprio cidadão como comprovante de endereço pode causar advertência e até multa de 150 UFERMS, que pode ser dobrada em caso de reincidência (cf. Brasil, 2011). A lei em questão enfatiza a necessidade de inclusão na declaração manuscrita do conhecimento do autor de que a falsidade da informação incorre no crime de falsidade ideológica, tipificado no Código Penal brasileiro, cuja redação informa: "**Falsidade ideológica Art. 299.** Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular" (cf. Greco, 2016, p. 1524, grifo do autor).

> Rapaz, é tudo ser humano igual a gente, e quando o problema é de saúde, não tem nem o que dizer, né? Tem que ajudar mesmo, se for doença, né? Mas só acho certo ajudar se for pai de família, trabalhador, gente honesta. Agora se for por motivo de bandidagem, briga, essas coisas, num tem que atender coisa nenhuma, eles que procurem o país deles. Agora se é pai de família, tá doente, ou alguém da família dele, aí sim. (Entrevistado nº 2, brasileiro, porteiro, entrevista realizada em Ponta Porã).

Aqui, a condição imposta é "ser pai de família, trabalhador, gente honesta", do contrário, o atendimento não poderia ser realizado. Isso pode ser percebido no depoimento do entrevistado nº 2, quando estabelece no seu sistema de valores quem deve e quem não deve ser atendido. Aqui, está presente certa empatia de classe, isto é, os brasileiros aceitam que seja atendido, independentemente da nacionalidade, o indivíduo que com eles se assemelha em condições socioeconômicas e morais. As categorias elencadas para viabilizar o acesso são "pai de família, trabalhador, gente honesta", o que na interpretação dos interlocutores equivale a dizer que são pessoas "iguais a nós".

O mesmo não corre com aqueles que não são "como nós", ou seja, aqueles reputados como bandidos e arruaceiros. Assim, na opinião do entrevistado nº 2, estes não devem ser atendidos pelo sistema de saúde brasileiro, ainda que estejam à beira da morte, haja vista que sua situação não foi imposta por problemas de saúde oriundos da própria condição humana, mas por decisões e escolhas feitas conscientemente.

> Eu não acho certo isso. O cara apronta e depois que se ferra quer que a gente atende ele; e o pior que a lei obriga, né? Eu acho que se o cara que vem de fora e se mete em confusão aqui [Brasil] não tem de ser atendido e pronto. Agora você vê, e se quando o médico tiver atendendo um bandido e um trabalhador precisar ser atendido também? E daí? Por isso que eu não concordo. (Entrevistado nº 2, brasileiro, porteiro, entrevista realizada em Ponta Porã).

Comungam da mesma opinião alguns paraguaios, moradores de Pedro Juan Caballero. "Se não for por motivo de doença, não devia atender, não. Sabe por quê? Porque não é justo com quem é direito, honesto, trabalhador", afirma um interlocutor quando perguntado sobre sua opinião a respeito do atendimento aos paraguaios "bandidos" pelo sistema de saúde brasileiro.

Chama atenção no depoimento de alguns interlocutores a questão da identidade contrastiva teorizada por Fredrik Barth (2000). O contraste identitário é expresso pela relação trabalhador/pai de família e bandido/arruaceiro, em que se tem esta última figura como contraponto da primeira. Aqui, a identidade do brasileiro morador da fronteira, aquele que é pai de família e trabalhador, é contrastada com a representação que se tem do paraguaio que é bandido e arruaceiro, e que, portanto, não merece atendimento nem em situação de risco de morte. O que equivale a dizer que "não sendo igual a nós, não merece o mesmo tratamento", o que não se aplica ao paraguaio que é considerado como trabalhador e pai de família, já que este, seguindo os preceitos morais estabelecidos pelos brasileiros na faixa de fronteira, é "igual a nós", isto é, partilha a mesma condição socioeconômica e é regido pelo mesmo código moral em que trabalho e família são as bases estruturais.

O mesmo pode se dizer a respeito da identidade autoatribuída pelo entrevistado nº 3, (paraguaio, vendedor ambulante), "direito, honesto e trabalhador", qualidades ausentes naqueles paraguaios considerados criminosos. Nos termos da teoria da identidade contrastiva de Barth (2000), equivale a dizer do outro, ainda que da mesma nacionalidade, que este não pertence à mesma esfera identitária, situando-se, assim, fora do círculo simbólico e classificatório em que se localizam, e são localizados, indivíduos com a mesma pertença identitária autoatribuída e socialmente reconhecida – e por isso membros de um mesmo grupo étnico, não em função do seu local de nascimento, mas em função dos valores socioculturais e morais que comungam entre si.

Nesse sentido, é pertinente a análise de Barth (2000, p. 32) a respeito da importância dos valores socioculturais elencados para representar as identidades: "Uma vez que pertencer a uma categoria étnica implica ser um tipo de pessoa e ter determinada identidade básica, isto também implica reivindicar ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade."

Tal identidade étnica torna-se mais tangível quando verbalizados os discursos de caráter identitário, elaborados tendo por base a alteridade e expressos pela via dos contrastes. Desse modo, as identidades étnicas, tanto brasileiras quanto paraguaias, só se movimentam orientadas por uma singularidade, que se estrutura em agrupamentos dicotômicos do tipo *Nós/Eles* (Nascimento, 2012).

As categorias trabalhador e pai de família são acionadas para compor uma identidade étnica que vai além da fronteira Brasil/Paraguai e além da noção de nacionalidade. Tanto brasileiros quanto paraguaios se reconhecem pertencentes ao grupo – independentemente da sua nacionalidade – dos trabalhadores e pais de família e, a esse grupo, é franqueado a acesso aos serviços de saúde por meio do SUS no Brasil, seja esse acesso possibilitado por meio das estratégias ou das táticas.

Nesse sentido, Barth (2000) analisa as categorias étnicas como possíveis reservatórios organizacionais, passíveis de hospedar conteúdos diversos e em diferentes quantidades e aspectos oriundos dos mais diversificados sistemas socioculturais. Podem, tais categorias étnicas, "ter grande importância, mas não necessariamente; podem colorir toda a vida social, mas também ser relevantes apenas em determinados setores de atividade" (Nascimento, 2012, p. 47). Desse modo, "as características a serem efetivamente levadas em conta não correspondem ao somatório das diferenças 'objetivas'; são apenas aquelas que os próprios atores consideram significativas" (Barth, 2000, p. 33).

No tocante ainda à fala do entrevistado nº 3, outras pessoas de nacionalidade paraguaia não chancelam sua opinião. "Eu acho que vocês [Brasil] têm que atender todo mundo, sim. O país de vocês é rico, o nosso é pobre. E muito da nossa pobreza é culpa dos brasileiros." O contexto em que deu essa declaração foi bastante peculiar na trajetória do trabalho de campo realizado na fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. A opinião acima foi emitida de forma intempestiva e espontânea, logo após a resposta do entrevistado nº 3, por uma vendedora ambulante de chipa[5] que presenciava nossa conversa.

A opinião da vendedora ambulante é partilhada por outros paraguaios quando o tema é o acesso à saúde na fronteira. Muitos deles acreditam que o Brasil tem um débito para com eles, notadamente por conta da participação do país na Guerra da Tríplice Aliança e dos espólios de guerra auferidos quando do pagamento das indenizações.

5 A chipa, alimento tradicional da culinária paraguaia, assemelha-se ao pão de queijo mineiro, todavia com aparência e sabor peculiares. Enquanto o pão de queijo é confeccionado em forma de bolinha, a chipa é modelada em forma de ferradura. Seus ingredientes, geralmente, são: polvilho doce, azeite de oliva ou óleo vegetal, ovos, sal, queijo ralado, margarina e leite (cf. Miró Ibars, 2004).

A imagem que o paraguaio tem do Brasil é, geralmente, a de uma nação imperialista, dominante e prepotente. Circula entre os paraguaios a noção de que o Brasil se apossou ilegalmente de território a eles pertencente por ocasião do término da guerra de 1870. A esse fato outros se somam, tais como as questões atinentes à ocupação de terras paraguaias por brasileiros,[6] o que é visto por eles como formas de usurpação, tanto de direitos quanto de dignidade (Albuquerque, 2009).

Quando indagados a respeito da legalidade do atendimento aos estrangeiros, especialmente os que se utilizam da tática de apresentar endereço de outrem como se deles fosse para serem atendidos pelo SUS no Brasil, os discursos dos brasileiros denotam uma solidariedade que extrapola as fronteiras físicas

> Pode até ser ilegal, sabe. Mas não por isso que não vai atender, né? Vai deixar a pessoa morrer ou sofrer à toa, sem precisão, num vai, né? Imagina se fosse um parente da gente, Deus me livre! E o Brasil é todo errado mesmo, então um erro a mais um a menos, num faz diferença. Nós [os brasileiros] não somos exemplo pra ninguém, começa lá de cima a cachorrada, a roubalheira. Eu mesmo já emprestei meu endereço pra um amigo meu que mora em Pedro Juan. (Entrevistado nº 2, brasileiro, porteiro, entrevista realizada em Ponta Porã).

Contudo, as opiniões não são unânimes, existindo aqueles que são contrários ao atendimento de estrangeiros pelo Sistema Único de Saúde brasileiro.

> O problema é maior do que a gente pensa. A saúde no Brasil não dá conta de atender bem nem aos brasileiros, quanto mais aos estrangeiros, sejam eles paraguaios, bolivianos, venezuelanos ou de qualquer outra nacionalidade. Vivemos um caos na saúde pública no Brasil, basta ligar a TV ou abrir um jornal impresso ou eletrônico que você pode ver isso. Então como é que nós [Brasil] podemos nos responsabilizar pela saúde dos outros, não tem condições. (Entrevistado nº 4, brasileiro, jornalista, entrevista realizada em Ponta Porã).

A pluralidade de opiniões a respeito do tema é enorme, dividindo os pontaporanenses e os pedrojuaninos em lados antagônicos. No entanto, tal antagonismo

6 Essa migração se intensificou a partir da década de 1950, quando os brasileiros compraram extensas áreas de terra fértil no leste paraguaio para a exploração cafeeira. Sobre o tema, ver Fabrini (2012).

é compreensível diante da multifacetada e complexa realidade sociocultural da fronteira Brasil/Paraguai, especificamente no caso de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, cidades conurbadas e intrinsecamente interdependentes, onde as relações são nuançadas por fatores de toda sorte e matizes, e em que a dinâmica dos fenômenos que ali ocorrem nem sempre é facilmente perceptível.

Todavia, tais características são comuns em espaços de fronteira, dado sua natureza porosa e intercambiante, mas não isenta de obstáculos, de amálgamas e cisões, de associações e divergências, e de controle e sujeição. Representam, desse modo, espacialidades de exercício de poder, de diversos conflitos e de diversificadas maneiras de expressão de integração cultural (Albuquerque, 2010).

Parte das táticas de acesso aos serviços do SUS na fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, no tocante aos paraguaios indocumentados, expressada também pelas redes de solidariedade existentes entre brasileiros e paraguaios, é a que conta com a colaboração de funcionários dos hospitais locais, tais como enfermeiros, motoristas, médicos, vigilantes, zeladores e demais atendentes. Aqui, os laços de companheirismo, amizade e reciprocidade[7] se refletem nas táticas empregadas para acessar os serviços de saúde na região.

Nesse sentido, é comum um desses funcionários interceder por um amigo ou parente de nacionalidade paraguaia: um cunhado ou cunhada que reside em localidade afastada da fronteira, uma prima ou primo paraguaio da esposa, dentre outras relações de parentesco. "Eu cansei de intermediar atendimento aqui para pessoas que vêm do Paraguai" (Entrevistado nº 5, brasileiro, servidor público, entrevista realizada em Ponta Porã).

Indagados de como seria o procedimento, a tática de ação que possibilita o atendimento, alguns interlocutores responderam que

> é simples, sabe? A gente fala com o médico que tá atendendo naquele dia, mas tem que ser um cara da nossa confiança, um médico que a gente tenha feito amizade, né? Senão não dá certo, não dá pra pedir isso pra qualquer um. Daí ele atende a pessoa, passa os remédios, pede exames; faz o que dá pra fazer, senão for

7 Reciprocidade, tema caro à antropologia desde a publicação do *Ensaio sobre a dádiva* de autoria do antropólogo francês Marcel Mauss (2003), pode ser simplificada pelas expressões populares em que as locuções substantivas toma lá dá cá, uma mão lava a outra e troca de favores traduzem as relações sociais nas quais o princípio da reciprocidade é o mote.

> coisa muito séria. Aqui todo mundo se ajuda nisso. (Entrevistado nº 5, brasileiro, servidor público, entrevista realizada na cidade de Ponta Porã].

Essas redes parecem extrapolar as concepções de cidadania e nacionalidade intrinsecamente associadas às características atinentes à fronteira física, comunicada nos modos e nos expedientes utilizados por alguns moradores das localidades fronteiriças para facultar a inserção no sistema de saúde. Isso tende a demonstrar uma espécie de desenvolvimento teórico-conceitual do direito de cidadania, denotando a construção de um conceito peculiar da faixa de fronteira, compreendendo-a mais como uma área de passagem do que um espaço de limite territorial (Preuss, 2011).

Ainda no tocante às redes de solidariedade que têm lugar na faixa de fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, especificamente no que respeita à busca de atendimento de saúde no Brasil, por meio do SUS, é relevante aduzir que não são somente aqueles socioeconomicamente fragilizados que acorrem às táticas para conseguir acesso aos serviços. Segundo alguns interlocutores, paraguaios de melhor condição econômica também procuram usufruir da gratuidade do sistema de saúde brasileiro.

No entanto, para esses, as táticas que favorecem o acesso – quando não estão inseridos nas redes de solidariedade – não são as mesmas adotadas pelas classes menos favorecidas; por vezes, eles têm de oferecer alguma compensação monetária aos funcionários para obter atendimento. Como têm condições financeiras, geralmente pagam ao funcionário que faculta o atendimento metade do valor de uma consulta particular cobrada no Brasil ou em clínicas de saúde de Pedro Juan Caballero.

Todavia, por conta da reciprocidade existente no sistema de táticas empregado pelos funcionários dos estabelecimentos de saúde pública de Ponta Porã, às vezes se providencia um ou outro atendimento a pessoas que flagrantemente, segundo os interlocutores, poderiam pagar por atendimento em hospitais ou clínicas particulares.

> Eu não acho certo! Porque eu acho que o SUS é para quem não tem condições de pagar mesmo, não para quem tem dinheiro, seja ele brasileiro ou paraguaio. Mas eu faço quando é pra pagar um favor para alguém aqui. Mas é que aqui funciona o esquema de uma mão lava a outra, entende? Então, às vezes um médico ou

> enfermeiro, a quem a gente deve um favor do mesmo tipo, pede pra gente fazer o mesmo esquema que faz com os estrangeiros sem documento brasileiro. Então, mesmo a gente vendo que a pessoa tem condições, a gente dá um jeito, não por ela [a pessoa], mas pra pagar o favor recebido em outra ocasião. Você entendeu? É assim que funciona. (Entrevistado nº 6, brasileiro, servidor público, entrevista realizada em Ponta Porã).

Outra maneira que possibilita o atendimento aos estrangeiros no Brasil, como já mencionado, é deixar que o quadro de saúde do enfermo se agrave até à iminência do risco de morte, dado que omissão de socorro constitui crime[8] no ordenamento jurídico brasileiro. A partir daí, o atendimento pode ser solicitado diretamente no hospital. Em havendo recusa por parte dos profissionais, estes incidiriam em falta ética gravíssima, penalizada com a cassação do registro médico (Nogueira; Simionatto; Silva, 2003).

O problema aqui é o desconhecimento por parte do enfermo a respeito da gravidade de sua doença. Assim, a tática de deixar agravar o quadro de saúde não é muito corrente na fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, especificamente quando não se conhece o diagnóstico ou este é ainda incerto.

> É perigoso, né? Eu mesmo conheço gente que perdeu parente esperando ele ficar um pouquinho pior pra trazer aqui pro médico. Pensou que era uma gastrite, uma úlcera, mas era câncer. Daí, quando trouxeram ele, já muito ruim, era tarde, já tinha espalhado tudo. Então, é muito arriscado, sabe? Mas se for caso conhecido, que a pessoa já trata há algum tempo, daí dá. Ou quando a mulher tá grávida, né? E quer ter o filho aqui no Brasil, pra aproveitar as coisas daqui [o acesso aos serviços], aí dá certo, o risco é pouco. (Entrevistado nº 7, paraguaio, *casillero* em Pedro Juan Caballero, entrevista realizada em Ponta Porã).

8 "**Omissão de Socorro Art. 135.** Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública: Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa. **Parágrafo único** – A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte" (cf. Greco, 2016, p. 581, grifo do autor).

A propósito do parágrafo acima, cabe menção à tática adotada pelas parturientes paraguaias quando querem que seus filhos tenham cidadania brasileira, podendo, assim, desfrutar dos direitos inerentes a essa condição.

> A gestante do Paraguai, o que ela faz, isso se aprende, eles aprendem entre eles. Ela vai a nossa unidade hospitalar e o hospital fala para ela, olha você é do Paraguai, a senhora pode ir para casa e ter seu filho no Paraguai. Então o que elas aprenderam. Que se tiver em um período mais próximo do trabalho de parto ninguém vai mandá-las embora, é emergência, então elas ficam, aguentam o quanto podem [...] a dor do trabalho de parto e chegam ao hospital numa situação que não dar mais para excluí-las, tem que atender [...]. O parto é de graça, o filho é brasileiro, tem toda a assistência, elas podem pedir naturalização, ou visto de permanência, então isso onera para nós. Muitas não têm pré-natal, às vezes tem doenças bem complicadas, sempre acabam alterando o sossego [...] (Brasil, 2007 apud Albuquerque, 2012, p. 198).

Algumas pesquisas trazem à baila problemas relacionados às táticas de inserção no sistema de saúde do Brasil, adotadas pelos não nacionais do país. Ocorrências que envolvem litígios judiciais que têm como protagonistas os bebês que quando nascem são registrados não nos nomes dos pais biológicos, mas nos nomes daquelas pessoas que emprestaram o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) a um indivíduo de origem estrangeira para fins comprobatórios de residência no território nacional (Nogueira; Silva, 2009). No entanto, isso só ocorre com aquela parcela menos informada a respeito do funcionamento do ordenamento jurídico brasileiro no que diz respeito aos direitos dos estrangeiros[9] quando em território nacional.

Diante do exposto, fica claro o intrincado universo sociocultural que a fronteira delineia, deixando a descoberto as inúmeras dificuldades existentes no que diz respeito à apreensão e interpretação dos fenômenos ensejados pela dinâmica peculiar desses espaços.

9 Lei nº 6.815/1980: "O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis" (Brasil, 1980, art. 95). Esta lei também é conhecida no Brasil como Estatuto do Estrangeiro.

Conclusão

O acesso aos serviços de saúde por parte dos estrangeiros, especificamente os paraguaios, constitui um problema grave às autoridades brasileiras, notadamente aquelas responsáveis pelo aporte de recursos destinados aos municípios fronteiriços – já que sabidamente os atendimentos realizados aos estrangeiros indocumentados e aos brasileiros residentes no Paraguai não entram no cômputo geral quando da alocação de recursos financeiros.

Entretanto o problema de acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai não é somente do Estado brasileiro, mas também dos estrangeiros que nela circulam, dado sua necessidade premente de inclusão em um sistema excludente. Diante dessa necessidade de inclusão nascem as táticas, oportunizadas pelas falhas das estratégias erigidas pelo Estado e operacionalizadas pelas redes de solidariedade – estas tributárias de tantas outras redes, engendradas e lapidadas no devir da vida cotidiana do morador da fronteira.

Assim, os atendimentos que têm as táticas como meio de operacionalização são realizados, à revelia do controle do Estado brasileiro. Para viabilizar o acesso à saúde no Brasil, os paraguaios indocumentados lançam mão dos expedientes aqui aduzidos, arriscando, em alguns casos, a própria vida, dado que a espera pode – como explicitado – concorrer com o agravamento da doença para além das possibilidades de cura.

As táticas de acesso acionadas pelos estrangeiros demonstram a fragilidade dos mecanismos de controle do Estado brasileiro, deixando a descoberto sua incompetência no tocante à solução dos problemas enfrentados nas fronteiras do país, especificamente os que têm a saúde como foco. Nesse sentido, enquanto o Estado brasileiro procura dificultar o acesso aos serviços de saúde por parte dos estrangeiros, impossibilitando-lhes a inclusão adotando estratégias excludentes, estes se valem dos arranjos mais inusitados para serem atendidos, contando com a conivência e/ou cumplicidade dos brasileiros moradores na região de fronteira.

Tal conivência e cumplicidade podem ser explicadas por meio da análise minuciosa das inúmeras inter-relações socioculturais que a condição de fronteira oportuniza. Para além dos marcos regulatórios e dos mapas que delimitam os territórios, impera a realidade cotidiana dos fronteiriços, matizada não somente pelas relações comerciais, tanto legais quanto ilegais, do ponto de

vista do ordenamento jurídico dos Estados, mas também pela empatia, pela camaradagem, pela amizade e por tantas outras relações socioafetivas que, independentes da nacionalidade, plasmam o tecido sociocultural em que viceja o gênero humano.

Salta aos olhos a inexistência, ou existência fantasiosa, de efetivas políticas públicas de inclusão elaboradas para solucionar os problemas relacionados ao acesso à saúde aos estrangeiros nas fronteiras do Brasil. São muitas as pesquisas realizadas sobre o tema, apontando os principais gargalos e as soluções possíveis. Mas o Estado brasileiro finge não conhecê-las, ou quando as conhece alega impossibilidade financeira para viabilizar a resolução dos entraves e, com isso, franquear o acesso.

Referências

AGUSTINI, J. *A descentralização da política nacional de saúde e sua institucionalidade nos sistemas municipais na linha da fronteira Mercosul*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALBUQUERQUE, J. C. L. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ALBUQUERQUE, J. C. L. Conflito e integração nas fronteiras dos "brasiguaios". *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590, set./dez. 2010.

ALBUQUERQUE, J. C. L. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). *Geopolítica(s)*, Madrid, v. 3, n. 2, p. 185-205, 2012.

ALBUQUERQUE, J. C. L. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. *Tomo*, São Cristóvão, n. 26, p. 98-122, jan./jun. 2015.

ALVAREZ, G. O. Identidades migrantes, fronteira e cidadania. In: SOARES, M.; MATTOS, I. M.; MARTINS, D. C. (Org.). *Região e poder, representações em fluxo*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010. p. 65-88.

ALVAREZ JÚNIOR, R. R. The mexican-US border: the making of an anthropology of borderlands. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 24, p. 447-470, 1995.

AZEVEDO, S. T. de. As percepções sobre a saúde na fronteira Brasil e Paraguai: os transfronteriços e o atendimento pelo SUS. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente. *Anais...*, Presidente Prudente: Anpege, 2015. p. 5546-5556. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/18/518.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2017.

BANDUCCI JÚNIOR, A. Turismo e fronteira: integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai. *Pasos*, El Sauzal, v. 9, n. 3, p. 7-18, 2011.

BARTH, F. *O guru, o iniciador e as outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 31 dez. 1940, n. 302, Seção 1, p. 23911.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 21 ago. 1980. Seção 1, p. 16533.

BRASIL. Portaria nº 1.560, de 29 de agosto de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 30 ago. 2002, n. 168, Seção 1, p. 84-85.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras*: SIS Fronteiras e a integração em busca da equidade. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.082 de 06 de setembro de 2011. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 8 set. 2011, n. 8027, p. 1.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 125, de 21 de março de 2014. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 24 mar. 2014, n. 56, Seção 1, p. 45. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25369237_PORTARIA_N_125_DE_21_DE_MARCO_D>. Acesso em: 5 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – Ponta Porã (MS)*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=50&VMun=&VComp=201406>. Acesso em: 5 ago. 2017.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. *Resultados finales del Censo 2002*. Asunción, 2002. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/>. Acesso em: 5 ago. 2017.

FABRINI, J. E. *Conflitos de terra na fronteira Brasil-Paraguai e luta dos brasiguaios*. Uberlândia: ENGA-UFU, 2012.

GADELHA, C. A. G.; COSTA, L. Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 2, p. 214-226, 2007.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

GIOVANELLA, L. et al. Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 251-266, 2007.

GOETTERT, J. D. Fronteiras na fronteira: falas atravessadas entre Brasil e Paraguai. *Revista Geonorte*, Manaus, v. 7, n. 1, p. 748-766, 2013.

GRECO, R. *Código penal comentado*. Niterói: Ímpetos, 2016.

GRIMSON, A. *La nación en sus límites*: contrabandistas y exilados em la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa, 2003.

IPC MARKETING. *IPC Target 2010*. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.ipcmarketing.com.br/downpress/Ranking_IPC_2010_2009_500Maiores.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*: Ponta Porã/MS. 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500660&search=mato-grosso-do-sul|ponta-pora>. Acesso em: 5 ago. 2017.

LEACH, E. R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.

MARTINS, P. C. S.; BANDUCCI JÚNIOR, A. *Turismo de compras no território fronteiriço de Pedro Juan Caballero/PY*: breves considerações. 2009. Disponível em: <http://paraguay.sociales.uba.ar/files/2011/08/P_martins_banducci_2009.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2017.

MAUSS, M. O Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-294.

MIRÓ IBARS, M. *Karú reko*: antropología culinaria paraguaya. Asunción: Servilibro, 2004.

NASCIMENTO, V. A. *"Yo soy paraguayo, chamigo"*: breve estudo sobre a identidade no Paraguai. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

NASCIMENTO, V. A. Fronteiriço, brasileiro, paraguaio ou brasiguaio? Denominações identitárias na fronteira Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR). *Ilha*: Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 105-137, jan./jul. 2014.

NOGUEIRA, V. M. R.; FAGUNDES, H. S. A implementação do SIS Fronteiras – Perspectivas para a ampliação do direito à saúde na fronteira arco sul. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 245-260, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634903/2801>. Acesso em: 5 ago. 2017.

NOGUEIRA, V. M. R.; GIMÉNEZ, R. P. *A política nacional de saúde para as regiões fronteiriças – inovações e limites*. 2010. Trabalho apresentado. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12381075-Palavras-chave-sis-fronteiras-pactos-pela-saude-fronteiras-sistemas-municipais-de-saude.html>. Acesso em: 5 ago. 2017.

NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, M. G. da. *Brasiguaios*: a cidadania fluída na tríplice fronteira. 2007. Trabalho apresentado. III: Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/8fb4146dae9fce4fd92bVera_Geusina.pdf> Acesso em: 5 ago. 2017.

NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, M. G. da. Direito, fronteiras e desigualdade em saúde. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 83-98, dez. 2009.

NOGUEIRA, V. M. R.; SIMIONATTO, I.; SILVA, M. G. Fronteira Mercosul processo de inclusão e exclusão no Sistema Único de Saúde brasileiro. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 6, n. 1, p. 1-24, jul./dez. 2003.

NOGUEIRA, V. M. R. et al. Políticas de saúde nos países do Mercosul: um retorno à universalidade?. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 19, n. 1, p. 145-156, jan./jun. 2015.

PARAGUAY. Ministerio de la Salud Pública y Bienestar Social. *Lista de establecimientos sanitarios*. 2016. Disponível em: <https://www.datos.gov.py/dataset/lista-de-establecimientos>. Acesso em: 5 ago. 2017.

PEITER, P. C. *A geografia da saúde na faixa de fronteira continental do Brasil na passagem do milênio*. 2005. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, M. G. *Epidemiologia*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

PINHEIRO-MACHADO, R. *Made in China*: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PREUSS, L. T. *O direito à saúde na fronteira*: duas versões sobre o mesmo tema. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PREUSS, L. T. *O direito à saúde na fronteira*: duas versões sobre o mesmo tema. 2011. Trabalho apresentado. Diprosul, Pelotas, 2011.

SCOTT, J. C. *Weapons of the weak*: everyday forms of peasant resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA, M. G. da. *O local e o global na atenção às necessidades de saúde dos brasiguaios*: análise da intervenção profissional do assistente social em Foz do Iguaçu. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 137-156, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a11v2057.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2017.

TAMAKI, E. M. et al. O projeto SIS-Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul. In: SOUZA, M. L. et al. (Org.). *A saúde e a inclusão social nas fronteiras*. Florianópolis: Boiteux, 2008. p. 177-208.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 144-145, 2004.

VIEGAS, S. M. da F.; PENNA, C. M. de M. O SUS é universal, mas vivemos de cotas. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 181-190, 2013.

Recebido: 07/02/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 2/7/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100008

Garantia de direitos e burocracias estatais: mediadores universitários, protagonistas quilombolas e a tradição em disputa

Access to rights and the state bureaucracy: academic mediators, quilombola protagonism and tradition in dispute

Luiza Aragon Ovalle*

* Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, Brasil
Doutoranda em Antropologia (bolsista CNPq)
luizaaragon@gmail.com

Yolanda Gaffrée Ribeiro**

** Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
gr.yolanda@gmail.com

Resumo

Discutimos o lugar de mediadores na captação e no direcionamento de recursos para comunidades remanescentes de quilombos em duas chamadas públicas, veiculadas pela Delegação da União Europeia no Brasil e pelo Estado brasileiro, onde nossa participação como antropólogas foi requisitada pelas lideranças comunitárias do Quilombo Sacopã, território localizado na cidade do Rio de Janeiro. Tanto a referida agência de fomento internacional quanto a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) buscavam propostas voltadas à defesa dos direitos humanos no Brasil. Refletimos sobre a captação de recursos através de projetos, na interface entre o acesso a direitos e a moldagem da tradição através das relações políticas com Estados nacionais e suas burocracias, que informam as relações institucionais com esses grupos. A conformação de tradições através dos vínculos sociais que as possibilitam também constituem uma competição com o Estado pela sua definição para além dos moldes generalizados e padronizados assim impostos.

Palavras-chave: burocracia; quilombos; tecnologias sociais; Estado.

Abstract

We discuss the place of mediators in acquiring and directing resources to *comunidades remanescentes de quilombos* in the case of two public calls, one by the European Union and the other by the Brazilian state, in which our participation was required by leaderships of Quilombo Sacopã, territory located in Rio de Janeiro city. Both the referred international funding agency and the Special Office for the Promotion of Racial Equality (Seppir) were aiming at propositions for the defense of human rights in Brazil. We discuss the way to give direction to these resources through projects, talking about the access to rights and the shaping of tradition through political relations with national states and its bureaucracies, which inform institutional relations with these groups. Shaping traditions through social bonds which make them possible also constitute a competition with the state for the definition beyond general standards, imposed by these processes.

Keywords: bureaucracy; quilombos; social technologies; state.

Introdução

Este artigo tem como objetivo levantar questões sobre a redação de um projeto em conjunto com as lideranças da comunidade quilombola Sacopã, para viabilizar o envio de uma proposta à Delegação da União Europeia no Brasil, na ocasião da chamada pública divulgada em abril de 2015. Localizado no valorizado bairro da Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, o quilombo foi nosso parceiro privilegiado na elaboração desse projeto.

A chegada da família Pinto à região remonta à década de 1920, período em que seu patriarca, Manoel Pinto, trabalhou nas obras de abertura da Ladeira Sacopã. A permanência da família nesse espaço acompanha várias transformações urbanísticas pelas quais passa a cidade do Rio de Janeiro e que promovem, por sua vez, mudanças significativas quanto ao perfil das moradias e da população do bairro, cada vez mais composta de residências luxuosas e "vizinhos poderosos".

Os esforços de permanência no local se dão, assim, em primeiro momento, por meio do processo de usucapião, iniciado em 1975. Desde então, a família recorre e responde a diversos processos judiciais que têm como cerne a disputa em torno de direitos territoriais e seus usos, mantendo as incertezas vividas quanto às possibilidades de garantia do território.

Ainda na década de 1980, Luiz Sacopã e sua irmã, Tia Neném, dão início a uma importante atividade no local: a roda de samba com feijoada que reúne artistas do mundo do samba como Beth Carvalho e Jorge Aragão, além de políticos, militantes dos movimentos negros, admiradores desse estilo musical, entre outros. Esse espaço de confraternização se torna, assim, um mecanismo de integração da família com a vizinhança, bem como com diversos circuitos políticos e institucionais da cidade, os quais viabilizam mecanismos de integração em torno de uma causa central: a permanência da família em suas terras. Por outro lado, a pressão de alguns moradores vizinhos, por meio de sucessivas liminares na justiça, com o objetivo de pôr fim ao samba com feijoada, assim como às atividades comerciais que contribuem para o sustento da família, como a oficina mecânica e a venda de quentinhas, se faz presente e frequentemente eficaz.

Após a morte de Tia Neném, que tinha um grande papel na família e na vida política do lugar, seu irmão, Luiz Sacopã, tomou a frente e imprimiu seu

próprio estilo de administração de conflitos. Hoje, é o presidente da Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e suas narrativas revelam as tensões particulares do seu cotidiano. Quase todos os dias precisa se deslocar até o Ministério Público, ou até o Incra, ou à Fundação Palmares, buscando alianças para mover os processos sobre o próprio território e articulando financiamento para encontros de quilombolas. Aproveitar as oportunidades de tornar visíveis as suas causas, estar sempre atento e disposto a articular densas narrativas sobre cada quilombo que representa são requisitos necessários para se fazer conhecer e reconhecer enquanto sujeito de direito.

A interlocução com a família Sacopã teve início há mais de uma década, através de pesquisadores do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep/UFF) e do Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (Nupij/UFF). Ambos os núcleos da Universidade Federal Fluminense desenvolvem pesquisas e atuam na construção de direitos de cidadania entre seus interlocutores, por exemplo, o Quilombo da Marambaia,[1] a comunidade tradicional do Morro das Andorinhas e dos pescadores artesanais de Itaipu,[2] através da produção de peças técnicas que contribuam a favor dessas populações em processos judiciais (como no caso do processo de titulação do território do Sacopã), envolvidas na produção de *tecnologias sociais*, termo que será um dos eixos discutidos no presente artigo.

Buscamos compreender, mais do que o lugar de antropólogos como especialistas, sua atuação enquanto *mediadores* em processos de reconhecimento da diferença no espaço público (Ribeiro, 2017). Nesse sentido, consideramos a noção de mediação social menos em sua acepção genérica e chamamos a atenção para as especificidades na atuação desses agentes (Neves, 2008). Assim, propomos reflexões, ao mesmo tempo em que influenciamos as condições de competição estabelecidas por esses aparatos burocráticos, a saber, os editais que convidam ao envio de projetos de curto e médio prazo.

1 A interlocução com os quilombolas do Sacopã, assim, remete ao contato anterior de pesquisa e construção de peças jurídicas com os quilombolas da Marambaia que apresentaram os pesquisadores da UFF, notadamente do Departamento de Antropologia, ligados ao Nufep, e também da Faculdade de Direito, com o Nupij. A Ilha da Marambaia é localizada no município de Mangaratiba, no estado do Rio de Janeiro.

2 Localizado na região oceânica da cidade de Niterói, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Quilombos no Brasil

As mobilizações em torno de direitos, ao longo da década de 1990, orientadas para a aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988,[3] que garante direitos territoriais às denominadas comunidades remanescentes de quilombos, permitirá um lento e conflituoso processo de ressignificação desta categoria. Nesse contexto, leva à produção de instrumentos legislativos nas esferas estaduais e em âmbito federal para a regulamentação dos territórios quilombolas. São criados, assim, diversos instrumentos jurídicos e administrativos para orientar os procedimentos de delimitação, demarcação e regularização fundiária dessas comunidades, os quais precisam acompanhar diferentes temporalidades de cada etapa burocrática, compondo os processos de reconhecimento em curso.

A reinterpretação do conceito de quilombo e a inclusão do termo como atributiva de direitos estão articuladas, ainda, à participação de movimentos de luta pela terra, assim como à atuação de especialistas, especialmente antropólogos. A atuação de diversos intelectuais no âmbito dos movimentos negros permite a construção de repertórios associados à afirmação de uma negritude no espaço público, assim como de valorização de uma identidade afro-brasileira e à reparação histórica.

Esse processo inclui, ainda, a participação de funcionários de agências governamentais, responsáveis pelos processos de regularização fundiária, pesquisadores que aparecem na condição de especialistas, assim como os novos sujeitos de direitos, inseridos nos tempos da política, da justiça e da administração pública. Dentro desse quadro, são mobilizados recursos e dispositivos de caráter tanto institucional quanto simbólico na articulação de redes, onde são sustentadas alianças políticas e institucionais diversas. Elas permitem dar certa visibilidade às demandas dos grupos, ainda que nem sempre a titulação definitiva de seus territórios, pleito principal em boa parte dos casos, esteja efetivada.

3 O texto do artigo constitucional diz que: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (Brasil, 1988, art. 68, p. 46).

Ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, são criados diversos organismos de representação em nível nacional e estadual, tal como a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CNACNRQ), em 1996, e a Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj), em 2003, por exemplo. Essa construção de redes de mobilização política variadas contempla a diversidade de situações que aparecem sob a designação mais ampla de comunidades remanescentes de quilombos, no Brasil.

Como chama atenção O'Dwyer (2007, 2010), a atuação de antropólogos em meio a esses processos se dá principalmente através da elaboração de laudos antropológicos (relatórios de pesquisa). Remonta, por sua vez, à participação desses profissionais que, desde a criação em 1996 do Grupo de Trabalho Terras de Quilombos, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), mantêm diálogos com diversas instâncias governamentais, no âmbito do Congresso Nacional e casas legislativas, assim como com o Ministério Público Federal, entre outros.

Até 2003, a Fundação Cultural Palmares (FCP), na esfera federal, era a principal responsável pela titulação das terras quilombolas, incluindo a identificação e delimitação dos territórios. A elaboração do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, do governo federal (Brasil, 2003) prevê diversas regulamentações e procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos de que trata o artigo 68 do ADCT. Nesse sentido, é atribuída ao Incra a responsabilidade de titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas ou que incidam em áreas de particulares, de acordo com o referido decreto. Aos estados e municípios, por sua vez, cabe a emissão dos títulos às comunidades quilombolas localizadas em terras de domínio estadual e municipal, respectivamente.

A emergência de uma gramática multicultural contemporânea (Taylor, 2009) de alcance global adquire diferentes contornos de acordo com as tradições políticas e gramáticas jurídicas locais. No caso do Brasil, as demandas por direitos de cidadania se associam à construção de identidades diferenciadas (Mota, 2014), em um processo de construção legal de identidades (Lobão, 2010) vinculado à elaboração de instrumentos normativos e diretrizes internacionais, as quais são lidas e apropriadas pelos atores no espaço público de modo diverso. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da

qual o Brasil é signatário,[4] está inserida no debate que contribuiu para a elaboração do decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o processo de identificação e regulamentação dos territórios quilombolas e que incorpora em seu texto, por exemplo, o critério de autoatribuição[5] identitária para o reconhecimento oficial de tais grupos.

Entre as etapas administrativas no âmbito da identificação, delimitação e titulação dos territórios quilombolas, por meio do decreto nº 4.887/2003, está o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Nesse processo de reconhecimento oficial, a produção de peças técnicas ou relatórios, também chamadas laudos histórico-antropológicos, é uma etapa necessária e cronologicamente posterior à autoatribuição, cuja importância não substitui a interação com equipes multidisciplinares envolvidas nos procedimentos jurídicos e burocráticos da titulação territorial, as quais contemplam especialistas entre os quais, além de antropólogos, figuram geógrafos, cartógrafos, agrônomos, historiadores, etc. (Leitão, 2006).

Dessa forma, as demandas por direitos vinculadas à construção de identidades coletivas, no caso, a de remanescentes de quilombos, se associam às possibilidades de consolidação de direitos constitucionais, e abrem espaço para a formulação de políticas públicas direcionadas, estabelecendo tanto redes de cooperação como formas de competição por recursos escassos. Nesse sentido, o projeto enviado para atender à chamada da Delegação da União Europeia no Brasil teve como objetivo angariar recursos que contribuíssem para o quilombo em atividades que sustentem diferenças, reconhecidas como diacríticos identitários no espaço público, bem como para a produção de conhecimento acadêmico acerca desses processos. No presente caso, nos comprometemos com a produção de peças jurídicas, arrecadação de recursos e implementação de projetos para (re)produção da diferença e garantia de direitos.

Essas diferenças não existem enquanto categoria frigorificada (O'Dwyer, 2007), mas são encarnadas nas pessoas e nos dispositivos (Thévenot, 1997)

4 A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais, foi adotada em Genebra no ano de 1989 e ratificada, no Brasil, em 2002.

5 É interessante notar que tanto no texto da Convenção 169 da OIT como no do decreto nº 4.887/2003, o critério de autoatribuição pode ser associado à influência de uma "perspectiva" antropológica adotada, em que o conceito de etnicidade como construção de fronteiras identitárias estabelecidas pelos próprios grupos é relevante.

através de seus posicionamentos no mundo. O eixo argumentativo, assim, põe sob descrição as formas como a tradição se apresenta na trajetória dos quilombolas e demais atores envolvidos nessa rede. Propomos refletir sobre como a antropologia disputa seu próprio lugar na produção de um conhecimento implicado na iniciativa de produção de tecnologias sociais, no diálogo com setores da administração pública e com outros campos de conhecimento, tais como o direito, a geografia e a biologia.

Uma narrativa cronológica: trajetórias em perspectiva na construção de acordos contextuais

Sete dias antes do prazo final para o envio do projeto à Delegação da União Europeia no Brasil, Fabio Mota, nosso orientador, recebeu uma ligação da liderança do Quilombo Sacopã. Um de seus muitos contatos, que não conhecemos, lhe falou sobre como o edital então aberto era adequado para o quilombo e como havia uma grande possibilidade de ganhar. Quando a família tentou escrever o projeto sozinha, uma antropóloga que frequenta o lugar há muitos anos, amiga da família, avisou que a burocracia dessa agência europeia supranacional era extensa e complicada demais para que o envio fosse feito sem ajuda. De início, tentaram sustentar sua autonomia sem nossa mediação e, já sem muita esperança, acreditaram que não faria mal nos incluir.

Não vimos o convite como um caso perdido, até porque nos foi apresentado naquele momento como uma boa oportunidade, e embora a urgência nos desse a impressão de que muitas etapas burocráticas poderiam inviabilizar o seu envio, reunimos todos os nossos recursos e paramos todas as outras atividades para investir nessa abertura de diálogo e mediação. Foram dez pessoas, entre pós-graduandos e estagiários do Nufep/UFF, que tocaram o projeto. Acostumados à burocracia necessária para atender a chamadas do CNPq e da Faperj, agências de fomento estatais, de caráter acadêmico familiar para nós, nos empenhamos em formular um projeto com qualidades acadêmicas que dessem respaldo às atividades culturais, políticas e econômicas do quilombo. Dessa forma, tanto os quilombolas quanto os pesquisadores seriam contemplados pelos recursos do edital, financiando tanto nossas pesquisas quanto a vida no quilombo.

Nossa primeira surpresa, ao ler o edital, foi o fato de os quilombolas acreditarem que poderiam enviá-lo sozinhos. A burocracia, logo à primeira vista, nos pareceu muito maior do que a da Faperj, conhecida na academia por ser a agência de fomento mais burocratizada e cartorial dentre aquelas que investem no estado do Rio de Janeiro. As exigências de sua prestação de contas, seus orçamentos e etapas de envio on-line pressupõem a inscrição do pesquisador-coordenador num sistema de identificação próprio, cuja tecnologia não permite a alimentação de informações através de outras plataformas onde os professores universitários e pós-graduandos já investem um tempo considerável na sua apresentação profissional. Em seu significado ambivalente, além de demonstrar status e a abertura para novos laços profissionais, é um mecanismo de vigilância entre colegas os quais, a partir disso, medem os recursos que o grupo como um todo é capaz de mobilizar para a universidade, seus projetos e seus respectivos alunos.

Assim, a Delegação da União Europeia no Brasil utilizava sua própria plataforma de identificação, a qual, à semelhança da Faperj, exigia que todos os dados fossem compilados novamente. Essa primeira plataforma, chamada Pador, era separada de outra plataforma onde o projeto referente a esse edital específico deveria ser anexado, a Prospect. Nossas duas fontes fundamentais de estresse foram os arquivos que, em conjunto, eram o edital e as tabelas a serem alimentadas na plataforma Pador. Acostumados à burocracia acadêmica, nos surpreendemos com a diferença entre a organização requisitada no edital (e seus extensos documentos explicativos auxiliares) e aquela que nos era exigida na Pador. As categorias de classificação para a instituição que atendia à chamada, propondo o projeto, nos causaram um estranhamento inicial quando as vimos no edital, e um novo estranhamento quando fizemos um perfil de teste para ter acesso às tabelas que precisaríamos preencher na Pador.

Em primeiro lugar, as instruções e esclarecimentos na plataforma estão todos em inglês, embora os arquivos possam ser mandados em português. Mesmo em se tratando de um quilombo urbano, onde os moradores possuem uma inserção no mercado de trabalho que muitas vezes exige o domínio da língua inglesa para subir na carreira, são poucos os moradores que têm contato com uma língua estrangeira. Com isso, o objetivo inclusivo do edital, de promover o protagonismo de proponentes da sociedade civil, fica comprometido.

A plataforma de identificação possui, ao todo, dez páginas repletas de requerimentos de dados, documentos e anexos, separadas por temas que ajudavam a classificar o proponente, o projeto e as instituições de apoio. Para abrir a página com as tabelas seguintes, era necessário preencher todos os campos na página anterior. Algumas vezes, era necessário anexar documentos de teste para passar à página seguinte, o que nos revelava, por vezes, trabalhos extensos, como é o caso da tabela de prestação de contas da instituição como um todo nos últimos três anos. O processo completo de inscrição é bloqueado e cancelado quando o proponente passa mais de 90 minutos efetuando o preenchimento, no entanto, não sabemos de antemão quais são as exigências de cada página, muitas vezes extensas. Sem a experiência burocrática que nos levou a gerar um perfil de teste e fazer um levantamento extenso que organizasse as exigências da plataforma de identificação, seria impossível completar o registro do perfil, seja da universidade, seja da associação quilombola que desejávamos, desde o começo, inscrever como proponente.

Outro obstáculo é de cunho classificatório, que ao caracterizar o proponente como público, privado ou associativo dificulta a identificação da Associação Cultural Quilombo Sacopã (ACQS) como uma comunidade tradicional na plataforma de identificação, em contraste com o edital, o qual elencava, entre os possíveis públicos-alvo, as comunidades quilombolas e indígenas, curiosamente numa categoria separada das populações afrodescendentes.[6]

Seguindo o edital

Os processos que Taylor (2009) define como de doutrinas constitucionais de revisão jurídica estão no cerne da confecção de uma gramática multicultural contemporânea. Princípios tais como o de direitos humanos ou de dignidade da pessoa humana orientam a formulação de diretrizes internacionais, através de órgãos tais como a ONU, a Unesco, a OIT, e orientam a formulação de pactos "regionais" que não se configuram sem tensão. Não à toa, a presente chamada

6 É interessante pensar nas consequências disso, uma vez que as ONGs (que normalmente são as entidades proponentes) são formadas, muitas vezes, por membros dos movimentos negros urbanos, pessoas diferentes daquelas que habitam, por exemplo, quilombos rurais.

da Delegação da União Europeia no Brasil se enquadra em uma proposta mais ampla de "defesa dos direitos humanos no mundo". Tais concepções, por sua vez, são reinterpretadas de acordo com cada contexto, apropriadas e redefinidas nos textos constitucionais nacionais, adquirindo contornos variados de acordo com gramáticas políticas e jurídicas locais, relacionadas aos sentidos de justiça em jogo.

No caso brasileiro, quanto à emergência de gramáticas morais, as noções de direitos humanos e respeito às diferenças culturais adquirem um peso importante, exigindo a constituição de formas organizativas muitas vezes estranhas aos modos de vida locais, como, por exemplo, a obrigação de que os grupos constituam uma associação para demandar direitos e recursos, tendo em vista os contornos de um associativismo compulsório e não voluntário (Lobão, 2010). Nesse sentido, consideramos relevante para o artigo a perspectiva da chamada sociologia pragmática francesa, enquanto instrumento metodológico e analítico pertinente. Essa abordagem considera o caráter múltiplo de ação humana para estabelecer relações com o mundo, segundo a qual os indivíduos acionam distintos regimes de justificação (Boltanski; Thévenot, 1991) e de ação (Thévenot, 2006). Assim, para além das diferenças de papel, posição ou lugar social assumido, o que define o comportamento dos indivíduos é uma multiplicidade de possibilidades acionadas pelos os atores nos percursos de suas ações a partir de sua capacidade crítica. Essa diversidade traz, assim, um pluralismo radical com relação ao comportamento humano, onde diferentes lugares, atores e referências são admitidos em uma mesma situação.[7]

Como chama atenção Thévenot (1997), a noção de dignidade assume um lugar central na formulação das diretrizes europeias contemporâneas, que inclui uma gramática de ordem cívica em seu repertório político e moral, para além de normas de caráter exclusivamente econômico, tal como observado com a emergência do mercado comum europeu. Tais projetos abrangentes visam à consolidação dos direitos humanos enquanto um valor universal, bem

7 Entre os principais expoentes da chamada virada pragmática estão Boltanski e Thévenot (1991). Outros autores podem ser pensados como filiados a essa corrente, como Breviglieri e Stavo-Debauge (1999), os quais integravam o Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM). Na América Latina, diversos pesquisadores se valeram dessa linha em seus estudos: Mota (2014), Freire, J. (2016), Vandenbergue (2006), Nardacchione (2014), Simões (2015).

como a difusão da ideia segundo a qual o modelo democrático é o mais justo para se viver[8] (Taylor, 2009).

Esses processos constitucionais de revisão jurídica aportam, por sua vez, níveis de tensão variados e trazem consigo uma dimensão normalizadora e de formalização das categorias que apresenta a relação entre os diferentes atores, sejam eles grupos locais, ONGs, a universidade, os movimentos sociais, entre outros, como permeada pela linguagem das normas, onde se insere a linguagem dos projetos. Assim, destacamos a discussão de Thévenot (1997, p. 215, tradução nossa): "As diretrizes europeias favoreceram grandemente esse deslocamento das resoluções do Estado em favor de procedimentos de regulação, os quais participam de um canal de conformação dita voluntária e que obriga a uma formalização de informação ao longo desse canal certificante."

No caso do referido edital, a publicação se deu no formato de um convite a propostas localizado, ou seja, cujas ações devem ser realizadas exclusivamente no Brasil,[9] sendo a Delegação da União Europeia no Brasil o órgão contratante. Segundo o documento Orientações aos Requerentes, essa chamada visa a "reforçar a cooperação UE-Brasil em direitos humanos" e "vem de encontro à implementação das diretrizes da UE em matéria de direitos humanos, em âmbito local". O Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH) é apresentado como o principal dispositivo dentro de um "quadro Estratégico e Plano de Ação da UE para a Democracia e os Direitos Humanos no mundo". Os objetivos (1) gerais e (2) específicos são: (1) "ajudar a sociedade civil a converter-se em uma força efetiva de reforma política e de defesa dos direitos humanos", ao "contribuir para o fortalecimento do papel e da capacidade de diálogo da sociedade civil e dos/as defensores/as de direitos humanos para a promoção dos direitos humanos e a democratização" e (2) para que desempenhem mais eficazmente seu papel enquanto atores relevantes, responsáveis e independentes.

8 É relevante, nesse sentido, que uma das áreas prioritárias definidas pelo edital seja o acompanhamento eleitoral.

9 Segundo o mesmo documento, "os requerentes não brasileiros devem estabelecer parceria com um parceiro local, ou seja, pelo menos um dos co-requerentes deverá ser uma entidade brasileira".

Nossa proposta se encaixa, assim, em uma das prioridades da chamada:

> Apoiar a defesa e proteção dos direitos políticos e civis de Povos Indígenas e/ou de Comunidades Tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, marisqueiros, seringueiros, castanheiros, catadores de coco – dentre outros), ou da População Afrodescendente mediante a renovação e o fortalecimento do papel, dos meios de ação e das capacidades de diálogo político das organizações da sociedade civil e dos/as defensores/as de direitos humanos.[10]

A definição dessas áreas prioritárias, por sua vez, leva em consideração as questões que, no Brasil, são vistas pelo edital como relevantes e que, por isso, exigem o fortalecimento e a defesa dos direitos humanos no país.

É interessante notar que a chamada feita pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão do Estado brasileiro, pode ser associada ao fortalecimento das demandas por direitos que, no Brasil, têm nos órgãos estatais interlocutores privilegiados. Como vimos, no caso das comunidades remanescentes de quilombos, institutos como o Incra e a Fundação Cultural Palmares têm papel fundamental no processo de regularização fundiária desses territórios, embora com pesos diferenciados inclusive do ponto de vista formal e administrativo.[11] No caso do edital da Delegação da União Europeia no Brasil, os mediadores privilegiados são aqueles definidos como organizações não governamentais, entre as quais é elencada a universidade.

A necessidade de efetuar um cadastro na plataforma Pador implica o uso de sua base de dados, a qual abarca uma infinidade de contextos e situações, assim como o espaço onde são cadastrados os diversos editais financiados com os recursos da União Europeia. Nesse caso, ao contrário do edital em questão,

---

10 As duas outras "prioridades" do edital consistem em "2) Apoiar a defesa e proteção dos direitos políticos e civis da população LGBTI, mediante a renovação e o fortalecimento do papel, dos meios de ação e das capacidades de diálogo político das organizações da sociedade civil e dos/as defensores/as de direitos humanos" e "3) Apoiar a defesa e proteção dos direitos políticos e civis de populações carcerárias e/ou ex-carcerárias, mediante a renovação e o fortalecimento do papel, dos meios de ação e das capacidades de diálogo político das organizações da sociedade civil e dos/as defensores/as de direitos humanos".

11 Segundo o decreto nº 4.887/2003: "O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos" (Brasil, 2003, art. 3, alínea 1).

a plataforma Pador contempla situações muito díspares, em diferentes partes do mundo, através do mesmo canal de informação, constituindo uma linguagem relativamente hostil para nós e principalmente para os quilombolas interessados no processo. Muitas dessas normas de informação estão inscritas nas classificações e convenções internacionais acionadas na plataforma.

Essa dinâmica de formalização da informação e de suas implicações políticas, por sua vez, deve ser entendida com relação a outros formatos de informação e aos engajamentos pragmáticos que eles suportam (Thévenot, 1997). A constituição de tecnologia social no diálogo com as lideranças do Sacopã para enviar uma proposta de projeto é, nesse sentido, um processo onde nos inserimos tanto na temporalidade do quilombo quanto na temporalidade das rotinas burocráticas preparadas para receber projetos. Como aponta Thévenot, para formular um projeto é preciso estar equipado para isso, se investir de um projeto, dispor da familiaridade com os instrumentos adequados pra se lançar no projeto. Nesse sentido, é necessário ter uma familiaridade com os equipamentos disponíveis para transitar nesses meios.

Depois da tentativa de envio do projeto para a Seppir em 2013 (Aragon Ovalle, 2014), fomos chamados a preparar projetos com o Sacopã em três outras ocasiões, nos anos de 2014 e 2015. As ONGs costumam assumir um protagonismo no sentido de que estão "preparadas" cotidianamente para a formulação de editais, projetos, etc. A manutenção de sua estrutura física, da disponibilidade de seus funcionários e a própria existência de atividades a serem desempenhadas dependem da legitimidade do Estado para manejar recursos públicos (Ceffaï et al., 2011; Lobão, 2010). Essa dependência permite o engajamento na sustentação das rotinas das ONGs, que frequentemente se distancia da defesa de interesses dos quilombos e outros públicos-alvo.

Os processos de uniformização de uma categoria social como quilombola, população afro-brasileira, entre outras, evidenciam a constituição de porta-vozes qualificados e representantes legítimos de certos grupos. Ultrapassam, assim, a lógica homogeneizante da plataforma Pador, mas, ao mesmo tempo, direcionam sua proposta para organizações previamente equipadas para atender às exigências do processo de inscrição, seleção da documentação, redação do projeto, etc.

O mesmo não acontece em todos os editais formulados pela Delegação da União Europeia no Brasil, o que faz sentido quando pensamos em nossa

dificuldade de lidar com uma burocracia tão diferente daquela que nos é exigida em agências de fomento estritamente acadêmicas, a saber, a Capes, a Faperj e o CNPq. Assim, tradicionalmente, o "tempo" de produção do *conhecimento* no âmbito da universidade se define por ser mais demorado, extremamente analítico e pouco prático, enquanto as agências não governamentais e os órgãos do Estado dão respostas e produzem *informações*, formatadas como diagnósticos imediatos e que, ao mesmo tempo, podem ser vistos como mais superficiais e dificilmente voltados para pensar as suas próprias condições de produção (Miranda; Pita, 2011).

Ao contrário das ONGs, os grupos que poderiam se apresentar ao mesmo tempo como proponentes e público-alvo das propostas, como as comunidades remanescentes de quilombos, adquirem uma familiaridade com as rotinas burocráticas que a elaboração de projetos demanda por meio de uma outra temporalidade, não através de uma rotina profissional. Nesse caso, a solicitação de nosso auxílio seria de suma importância.

A própria discussão em torno da escolha do proponente e do coproponente perpassou meandros burocráticos específicos. Desde o princípio, nossa ideia era que a Associação Cultural Quilombo Sacopã[12] figurasse como a proponente e o Nufep/UFF como coproponente. Enquanto a ACQS precisou comprovar a posse de um número no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ), segundo as regras do edital, um núcleo de pesquisa não poderia apresentar a proposta, mas apenas a universidade, identificada por meio de um cadastro único. Isso gerou pressa de nossa parte em busca do cadastro da UFF na plataforma Pador, uma vez que o contato do Sacopã foi feito sete dias antes do fechamento do edital.

Mesmo entrando em contato com outros pesquisadores que já tinham acessado a plataforma com o cadastro geral da UFF, não obtivemos a informação. Isso nos obrigou a preencher um cadastro off-line, o qual, mesmo diante de PDFs que tinham um preenchimento controlado, ou seja, limitado de acordo com as expectativas de preenchimento, se transformou numa condição estrutural da plataforma que nos permitiu contornar a burocracia. Essa alternativa

12 A associação foi formada como parte da institucionalização do grupo no contexto do processo de reconhecimento, demarcação e titulação. Tal como consta no decreto nº 4.887/2003 e se manifesta na atuação dos diversos mediadores, a titulação definitiva do território quilombola se dará em nome de uma associação legalmente constituída.

foi, posteriormente, aceita pela Delegação da União Europeia no Brasil, o que nos mostra a distância entre a plataforma Pador, contratada como plataforma de identificação e divulgação de possíveis entidades proponentes na União Europeia, e o recorte da chamada pública realizada no Brasil. São, portanto, duas formas de socialização necessárias para nos familiarizar e transitar burocraticamente, habilidade que deveria também ser desenvolvida pelos quilombolas, caso quisessem fazer o envio completamente autônomo.

Devemos pontuar, ainda, que a noção de tecnologias sociais, justamente por seu caráter inovador e dinâmico, não foi vista como adequada para a proposta enviada. No parecer da Delegação da União Europeia, que nega o encaminhamento da nossa proposta para a segunda fase da seleção, tivemos uma pontuação máxima ou perto disso no critério "relevância da ação", porém, uma pontuação inferior que nos eliminou da competição no critério "viabilidade da ação".

Dentre os itens sobre a "relevância da ação" destacamos: a "pertinência da proposta em relação aos objetivos e prioridades do convite à apresentação de propostas" (4/5); a "pertinência em relação às necessidades e limitações específicas do(s) país(es) ou da(s) região(ões)-alvo e/ou dos setores relevantes (designadamente, sinergias com outras iniciativas da UE)" e ausência de duplicação (5/5); "a proposta contém elementos de valor acrescentado, tais como, aspectos ambientais, promoção da igualdade de gênero e de oportunidades, necessidades das pessoas com deficiência, direitos das minorias e das populações indígenas, ou inovação e melhores práticas?" (5/5).

Enquanto isso, no critério "viabilidade da ação", recebemos uma pontuação bastante inferior: "a ação foi concebida de forma a assegurar a sua coerência global? Em particular, reflete uma análise dos problemas em causa e tem em conta os fatores externos e os intervenientes relevantes?" (3/5) e "a ação é viável e coerente em relação aos objetivos e resultados esperados?" (3/5). Ainda, o motivo da presente recusa foi dado da seguinte forma: "[o projeto] recebeu uma pontuação inferior à dos candidatos selecionados para a etapa seguinte do concurso".

Assim como colocam Pita e Miranda (2015) quanto a demandas ligadas a direitos humanos na Argentina, vinculadas às instituições supranacionais e demandas de visibilidade internacional, também constatamos uma dificuldade por parte destas instituições de valorizar a produção do conhecimento a partir da produção de dados, o que implica uma hierarquia entre informação e

conhecimento. O último, necessariamente, é criativo no seu processo de implementação e a expectativa é, justamente, que se aprenda algo com o decorrer da trajetória do projeto, necessariamente afetando seu andamento, seus objetivos, e seu resultado final (Lobão, 2010, Pareschi, 2002). É nesse sentido que essas agências falham em identificar a viabilidade de propostas inovadoras como as tecnologias sociais, ao mesmo tempo em que afirmam buscar e legitimar justamente esse caráter das propostas.

A produção dessas tecnologias, tendo em vista as possibilidades de elaboração de dispositivos simbólicos e institucionais, assim como instrumentos jurídicos, legislativos e administrativos, está articulada a soluções criativas em meio a processos e situações específicas e contextuais. Incluem atividades de assessoria jurídica, aliadas ao conhecimento sobre a produção histórica e social do direito, bem como a participação de pescadores, quilombolas, juristas, antropólogos e políticos, considerando a proposta de um diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes locais, garantindo certa legitimidade política, jurídica e simbólica aos direitos dos grupos minoritários, as quais discutiremos na próxima seção.

Das tecnologias sociais: um caso de apropriação das burocracias voltadas para ONGs

Com base nos trabalhos vinculados ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) e aos núcleos de pesquisa mencionados, em particular os de Lobão (2010), Mota (2014), Miranda e Pita (2011) e Pita e Miranda (2015), procuramos pensar, ao longo deste artigo, o termo tecnologia social enquanto mecanismo para além da mediação com a burocracia estatal, constituindo a mediação de uma apresentação institucional, de acordo com a linguagem jurídica, que possa ser entendida como construção de direitos nas arenas públicas, sem deixar de notar a heterogeneidade de concepções que podem ser associadas ao termo. Chamamos atenção, ainda, para a possibilidade de construção de uma ética dialógica (Cardoso de Oliveira, R., 2000) entre os conhecimentos elaborados pelos grupos estudados e os compromissos assumidos pelo antropólogo, no âmbito de sua comunidade científica, tendo em vista as possibilidades de construção de direitos nas arenas públicas.

As tecnologias sociais podem ser pensadas, assim, tanto no âmbito da formulação de políticas de intervenção como na confecção de procedimentos administrativos e jurídicos orientados para o reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, no Brasil (Ribeiro, 2017). Contrapomos, aqui, programas de intervenção e projetos de transferência de tecnologia que buscam orientar uma mudança de comportamento na definição dos potenciais beneficiários dessas políticas, a partir de planos e concepções preconcebidos a serem aplicados. Nesse sentido, como chamam atenção Vogel e Mello (1989, p. 15):

> Talvez seja este um dos mais graves problemas enfrentados pelos programas de intervenção. Ao não tratarem como sujeitos políticos aqueles cuja ação é capaz de influir sobre a sua trajetória, são levados a contabilizar uma série de efeitos não-desejados que, com frequência, superam em muito aqueles alinhados com os objetivos pretendidos.

Assim, mais do que uma preocupação com os efeitos não desejados das políticas de intervenção e dos projetos de transferência de tecnologia, embora esse aspecto seja relevante inclusive para considerar o "sucesso" dos mecanismos de intervenção elaborados, buscamos pensar, nesse sentido, as possibilidades de construção de uma comunidade de argumentação e de uma ética dialógica que tome como relevante os conhecimentos, saberes e interesses dos beneficiários das políticas como legítimos para o próprio desenvolvimento dos processos em curso, considerando a competência das pessoas envolvidas em avaliar e canalizar recursos e dispositivos institucionais e simbólicos para garantir o acesso a bens, serviços, recursos e direitos.

Nesse sentido, as questões levantadas aqui são relativas às possibilidades de construção de uma comunidade de argumentação associada aos processos de construção legal de identidades (Lobão, 2010), enquanto espaços de mediação que contribuem para a construção de tecnologias sociais. Para esse autor:

> A materialização de tais Tecnologias Sociais pode ser alcançada com os aportes teóricos de uma corrente que defende que é apenas através da ressignificação compartilhada do objeto da disputa que se alcança a possibilidade de construção de novos instrumentos legais, jurídicos e administrativos que respondam de forma mais adequada aos significados construídos em comum. (Lobão, 2010, p. 15).

Uma atividade antropológica que nos ajuda a pensar na tecnologia social como uma construção legal de identidades é a confecção do laudo antropológico, quando pensamos nele como um mecanismo que subsidia as demandas de direitos dos grupos, através da produção de um conhecimento que chama atenção para os vínculos de pertencimento social e com o território que habitam. O processo de construção desse conhecimento evidencia a própria relação, sempre conflituosa, entre o tipo de saber produzido pela antropologia e aquele que se destina à elaboração de peças técnicas e à sua leitura por agentes estatais a partir dos paradigmas do direito.[13] Todavia, a construção de uma tecnologia social não acontece apenas no âmbito internacional ou estatal, mas também dentro de um processo dialógico entre os antropólogos, seus interlocutores e outros agentes que podem estar vinculados ao Estado ou não, seguindo as mais diversas motivações que partem desses dois campos.

Nesse sentido, não é um discurso construído apenas de cima para baixo, ou seja, não é uma expressão de representações que partem daqueles que possuem autoridade etnográfica, silenciando vozes dissonantes. Para usar uma expressão de Johannes Fabian (1990), não é *written at* os nativos, ou seja, não é um discurso direcionado e imposto a eles, mas *written about*, ou seja, é um escrito sobre eles. Todo discurso pode ser usado, por um lado, como instrumento de dominação e disciplinarização, ou, por outro, como construção dialógica que, ao invés de silenciar, possibilita a tensão entre presença e representação.

Um texto antropológico nunca poderá, no sentido literal, dar voz ao outro. Isso não é possível pelo mesmo motivo que possibilitava aos colares do *kula* de Malinowski (1976) agregar o valor continuamente acumulado da tradição. Se trata do fato de que ela é passada de mão em mão, e, como os colares, tem seu valor e significado construído através das pessoas que os carregam. Ao dar mais uma volta pelo arquipélago, os colares não são os mesmos, assim como a voz dos quilombolas já não é apenas a sua voz. É preciso, portanto, entender de onde falamos, enquanto acadêmicos que fazem parte de uma universidade pública, dentro de um país onde as desigualdades sociais, econômicas e de status têm consequências para a autoridade das vozes dessas *populações vulneráveis*, como são caracterizadas inclusive no edital discutido as populações tradicionais,

13 Essa discussão pode ser encontrada em Kant de Lima e Batista (2014), bem como em O'Dwyer (2010).

sejam elas pescadores ou quilombolas. Nesse sentido, o presente texto fala de um determinado lugar, em uma determinada época, eticamente consciente de alguns dos usos políticos previsíveis deste discurso (Derrida, 1994), já que o controle pleno das consequências do nosso trabalho é algo impossível.

Essa vulnerabilidade dos quilombolas não é entendida, porém, exclusivamente a partir da noção de tutela dessas populações (Lobão, 2010; Mota, 2014). O diálogo para escrever o projeto e pensar sobre a melhor forma de colocá-lo em prática conta com um esforço para reduzir os efeitos do silenciamento (Barth, 2005), pela ausência de socialização com a burocracia e suas representações legítimas diante do Estado brasileiro (Miranda; Pita, 2011). O trabalho que desenvolvemos, nesse sentido, foi motivado por uma aspiração à simetria, muito embora tenhamos interesses algumas vezes diferentes daqueles dos quilombolas.

Nossas reflexões são fruto do investimento em formação de pesquisadores realizado pelos referidos núcleos de pesquisa da UFF e também parcialmente consequência do retorno aos quilombolas do Sacopã que uma das autoras do presente artigo realizou em 2013.[14] Durante a fase final de redação de sua dissertação (Aragon Ovalle, 2013), a Seppir havia aberto uma chamada cujo público-alvo eram as comunidades remanescentes de quilombos. Naquele momento nós, pesquisadores do Nufep/UFF, observamos uma série de obstáculos ao protagonismo dessas populações vulneráveis, caso elas mesmas redigissem e enviassem uma proposta, contraditoriamente ao objetivo do próprio edital.

Foram acionados, nessa ocasião, os discursos ouvidos durante os trabalhos de campo: no interior do estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a maioria dos quilombos, não há recursos para comunicação entre eles, muito menos para o transporte. As estradas são precárias, os serviços de telefonia fixa não chegam às casas, assim como os serviços de internet e telefones móveis. O projeto se tratava, então, de um calendário de visitas aos quilombos, que guiaria a distribuição de um orçamento que contemplava quilombolas e pesquisadores da UFF.

14 Esse foi um ponto significativo das mediações realizadas através da UFF, as quais incluem, por exemplo, a elaboração do laudo antropológico incorporado posteriormente ao processo de titulação das terras ainda em curso, bem como a aprovação da lei municipal que transforma o Quilombo Sacopã em Área de Especial Interesse Cultural da cidade do Rio de Janeiro, em 2012.

Em poucas palavras, a execução do projeto era uma via de mão dupla: proporcionava aos nossos interlocutores recursos para exercer o dinamismo que vinha se mostrando importante para o associativismo quilombola (Aragon Ovalle, 2013) e nos colocava numa posição privilegiada para exercer a "participação observante" (Wacquant, 2002), uma vez que estaríamos entranhados em todas as etapas do processo.

Essa reunião, no entanto, não aconteceu imediatamente: conversamos em outubro de 2012 e fomos convidadas a escrever o projeto em janeiro de 2013. Nesse meio tempo, outro edital estava em andamento, fruto da parceria entre essa ONG e alguns quilombos do sul do estado do Rio de Janeiro. A ONG em questão já havia participado de alguns projetos, sempre pegando como contrapartida cerca de metade dos recursos destinados à sua execução. O que já se mostrava um valor alto demais para os serviços prestados se tornou uma situação insustentável quando, no projeto executado no final do ano de 2012, seu desfecho mostrou que 90% dos recursos não chegaram até os quilombolas.

Essa procura, assim, foi uma iniciativa tomada após os moradores sentirem o insulto moral (Cardoso de Oliveira, L. R., 2002) exercido pela ONG, que demonstrou sua completa falta de comprometimento com as motivações que levavam a classe política de quilombolas do estado do Rio de Janeiro a se envolver num projeto, ao mesmo tempo em que demonstra um investimento de interlocução do grupo com a universidade.

Assim, nesse processo, os pesquisadores são, além de mediadores, coautores e coprotagonistas da construção de estratégias. Contribuímos na constituição de sentidos de justiça, ao romper com a lógica de um planejamento preconcebido e de uma execução sem desvios, que não leva em conta as aspirações, interesses e capacidade crítica dos potenciais beneficiários dessas políticas. Vemos o projeto, portanto, como um encontro, muitas vezes forçado, entre universos simbólicos estruturados em diferentes momentos e locais, e que possuem, justamente por isso, um referencial inalienavelmente dinâmico e local (Lobão, 2010; Pareschi, 2002, 2004).

Diante disso, pensamos que construir os sentidos de justiça sobre a condução da burocracia através de nossas ações e decisões é um processo eminentemente político, onde há a possibilidade de considerar a trajetória dos envolvidos como fonte de direitos para o presente. É possível considerar, assim, o papel social do antropólogo (O'Dwyer, 2002, 2010), notadamente em meio

aos processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, mas também com relação a outros contextos de reivindicações de direitos e processos de reconhecimento, como no caso das chamadas populações tradicionais, o que inclui pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, grupos indígenas, entre outros, que compõem, por sua vez, uma variedade de situações em termos de formas de acesso ao território e de apropriação dos recursos naturais, bem como em relação aos processos e políticas de intervenção que perpassam a vida de tais grupos. Como chama atenção O'Dwyer (2010, p. 9):

> Embora a tradição indigenista e a preocupação dos antropólogos com os direitos dos povos ameríndios tenha marcado significativamente o desenvolvimento da antropologia no Brasil desde os seus primórdios, a Constituição de 1988 ampliou o campo de trabalho fora da academia através da demanda por laudos e estudos ou relatórios antropológicos diversos, com implicações diretas na definição ou na observação dos direitos das minorias. Isso foi especialmente verdade no que concerne à demarcação e ao reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas.

Esses contextos permitem considerar o próprio trabalho do antropólogo como tradutor de conhecimentos e experiências locais, tendo em vista a produção de etnografias a serem apresentadas no interior de uma comunidade científica que constrói regras e, mesmo, constrangimentos e formas argumentativas particulares (Kant de lima, 2011). Permite, assim, tornar compreensíveis categorias nativas e saberes locais articuladas aos conceitos e teorias formuladas pelas diferentes linhagens da antropologia, na construção de fatos etnográficos (Peirano, 1992). Consideramos, ainda, a ideia de tradução no sentido que lhe empresta Latour (1998), a partir da noção de translação, como a possibilidade de deslocamento entre saberes e na conexão de interesses (Freire, L., 2006; Latour, 1998). Busca-se, assim, articular gramáticas e campos de conhecimento distintos que levem em consideração a construção de um diálogo entre saberes para a produção de tecnologias sociais.

Com isso, pensamos o termo tecnologias sociais a partir de *acordos possíveis* diante das contingências do prazo do edital, dando crédito ao empenho de construir, através da capacidade crítica de todos os envolvidos, um diálogo justo, porque reconhece assimetrias na socialização com a linguagem legítima

e autorizada pelo Estado e procura conciliar a urgência de entender urgências diante do tempo disponível entre cuidar da família, da saúde, das nossas respectivas pesquisas para construir objetivos e atendê-los.

Não é possível excluir da definição de tecnologias sociais, ainda, a ética dos pesquisadores envolvidos, nem dos quilombolas a serem também contemplados pela proposta do edital, não no sentido de um diálogo puritano, mas no que tange ao nosso entendimento de uma simetria: após mais de dez anos de convivência, pressupomos que ambos os lados conhecem o suficiente sobre o jogo de forças em questão para aceitar participar dele como um todo. Confiamos em nossa capacidade de tecer *acordos contextuais* e para nos comprometer com o empenho de cumprir nossa parte.

No caso do projeto enviado em 2015 à Delegação da União Europeia no Brasil, o diálogo e o acompanhamento do processo pelos quilombolas, enquanto seus negociadores ativos e seus coautores, envolveu um aprendizado sobre a burocracia bem presente em suas vidas, uma vez que a lógica que sustenta financeiramente as ONGs é a mesma que precisa ser operada por eles para adquirir recursos e status autonomamente. Uma observação interessante é que, uma semana antes do congresso onde apresentamos inicialmente este texto, recebemos a ligação de uma moradora do Sacopã, então envolvida com a burocracia e as representações institucionais do quilombo para concorrer a uma premiação estadual pelo fortalecimento da cultura afro-fluminense, buscando algum auxílio com os documentos a serem levantados e os formulários a serem preenchidos. Qual a alternativa de ajuda, além de outros quilombolas com as mesmas dificuldades, para decifrar a tempo essa linguagem? As ONGs, cujos interesses são impostos tendo como prioridade os gastos e interesses delas próprias, em detrimento dos interesses quilombolas muito além dos problemas possíveis nas relações que estabelecem com a UFF. Esse não é um caso isolado, como demonstram Lobão (2010) e Pareschi (2002, 2004).

Nos perguntamos, diante dessas questões, quem pode ser o proponente, quem é o público-alvo, e quais as categorias para classificá-los. Seriam, como o edital descreve, organizações de jovens e mulheres, ou organizações que representem as populações indígenas de uma maneira geral? A formulação das categorias tem relação com uma dificuldade de classificação ou com uma separação entre grupos historicamente subalternizados (Neves, 2008) e aqueles que podem representar a si mesmos?

A possibilidade de articular saberes distintos na construção de uma democracia técnica (Callon; Pierre; Yannick, 2001), incluindo nos processos de decisão e na construção de tecnologias sociais o conhecimento produzido por especialistas e por aqueles cujas reivindicações de direitos orientam suas ações nas arenas públicas, por sua vez, não está dissociada das controvérsias e assimetrias nas formas de apresentação e construção do conhecimento.

Considerações finais

Neste artigo, etnografamos acordos possíveis e contextuais realizados por nós, pesquisadores do Nufep/UFF com os quilombolas do Sacopã, ao longo dos diálogos travados para a confecção de um projeto a ser enviado na ocasião de um edital da Delegação da União Europeia no Brasil. Investimos no desenvolvimento teórico-analítico do termo tecnologia social, no sentido de contemplar a construção de direitos de cidadania das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Refletimos sobre os diversos atores envolvidos e, notadamente, sobre o lugar da antropologia nas relações estabelecidas entre esses sujeitos de direitos e instâncias estatais e supranacionais.

Procuramos problematizar a familiaridade com vários frutos de socialização que são dados como universais e, nesse sentido, justos. É o caso do domínio do inglês, da familiaridade com a temporalidade de uma rotina burocrática, bem como das formas de apresentação institucionais e burocráticas. Discutimos, nesse sentido, o acesso à burocracia a partir de desigualdades sociais que não são contempladas na formulação do edital, gerando como consequência a transformação de quilombolas que seriam potenciais proponentes em público-alvo.

Isso inclui o estabelecimento de hierarquias e concorrências entre saberes locais e campos de conhecimento disciplinares, mas também com relação às posições institucionais diferenciadas que ocupam as pessoas envolvidas nos processos, tanto os técnicos de agências governamentais como pesquisadores, biólogos, antropólogos, operadores do direito, assim como aqueles que se investem em torno de uma identidade quilombola nas arenas públicas.

Nesse sentido, a chamada pública da Delegação da União Europeia no Brasil é formatada a partir de apresentações institucionais particulares, e delimita

a autoria de projetos e a problemática a ser abordada na garantia de direitos dos públicos-alvo. Buscamos, nesse sentido, refletir sobre quais papéis são atribuídos aos grupos que são alvo do direcionamento desses recursos, por um lado, e quais papéis são atribuídos às pessoas que devem mobilizar e direcionar esses recursos e, em última instância, viabilizar essa garantia de direitos.

Referências

ARAGON OVALLE, L. *Entre a casa e a política*: uma etnografia das controvérsias na ladeira Sacopã. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ARAGON OVALLE, L. Entre uma antropologia dos engajamentos e uma antropologia engajada: o lugar das tecnologias sociais nas demandas por direitos do Quilombo Sacopã. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. *Anais...*, Brasília: Kiron, 2014.

BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*, Niterói, n. 19, p. 15-30, 2. sem. 2005. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification*: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. In: BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. p. 40-47. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

BRASIL. *Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98186/decreto-4887-03>. Acesso em: 19 set. 2015.

BREVIGLIERI, M; STAVO-DEBAUGE, J. Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. *Antropolítica*, Niterói, n. 7, p. 7-22, 1999.

CALLON, M.; PIERRE, L.; YANNICK, B. *Agir dans un monde incertain*. Paris: Seuil, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Direito legal e insulto moral*: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. (Coleção Antropologia da Política).

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 213-230, 2000.

CEFAÏ, D. et al. (Org.). *Arenas públicas*: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Eduff, 2011.

DERRIDA, J. *Força de lei*. Porto: Campo das Letras, 1994.

FABIAN, J. Presence and representation: the other and anthropological writing. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 16, n. 4, p. 753-772, 1990.

FREIRE, J. *Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

FREIRE, L. de L. Seguindo Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 46-65, jan./jun. 2006.

KANT DE LIMA, R. *Antropologia da academia*: quando os índios somos nós. 3. ed. Niterói: Editora da UFF, 2011.

KANT DE LIMA, R.; BATISTA, B. G. L. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 1/2014, p. 9-37, 2014.

LATOUR, B. *A ciência em ação*: como seguir cientistas e engenheiros. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

LEITÃO, L. R. S. *Abrindo a "caixa preta" do território*: um estudo sociológico sobre a produção de relatórios técnicos de identificação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LOBÃO, R. *Cosmologias políticas do neocolonialismo*: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril, 1976. (Coleção Os Pensadores).

MIRANDA, A. P. M. de, PITA, M. Rotinas burocráticas e linguagens do estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 59-81, out. 2011.

MOTA, F. R. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?*: demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Niterói: Consequência, 2014.

NARDACCHIONE, G. A. En búsqueda de un interlocutor político: entre negociaciones y pruebas de justicia. El conflicto sindical-docente en Argentina (1987-88). *Antropolítica*, Niterói, n. 37, p. 339-370, 2. sem. 2014.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. *Tomo*, São Cristóvão, n. 11, p. 43-58, jul./dez. 2007.

O'DWYER, E. C. *O papel social do antropólogo*: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PARESCHI, A. C. C. *Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos*: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

PARESCHI, A. C. C. Projetismo e desenvolvimento sustentável: o caso dos pequenos projetos. *Hiléia*: Revista de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus, ano 2, n. 2, p. 145-197, 2004.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. (Série Antropologia, 130).

PITA, M. V.; MIRANDA, A. P. M. de. Alcance y limitaciones de las consultorías en materia de seguridad pública y derechos humanos. Es posible resistir a las generalizaciones y a los productos estandarizados? – Relato de una experiência. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 128-154, jan./mar. 2015.

RIBEIRO, Y. G. *Agentes políticos, especialistas e territórios de direitos*: os "remanescentes de quilombo" no Brasil e os "descendentes de imigrantes" na França. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SIMÕES, S. S. A oficina do bem comum: usos e significados da categoria "comunidade" nas arenas públicas cariocas. In: KANT DE LIMA, R.; MELLO, M. A da S.; FREIRE, L. de L. (Org.). *Pensando o Rio*: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar. Niterói: Intertexto, 2015. p. 133-170.

TAYLOR, C. *Multiculturalisme, différence et démocratie*. Paris: Flammarion, 2009.

THÉVENOT, L. Un gouvernement par les normes. Pratiques et politiques des formats d'information. In: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (Dir.). *Cognition et information en société*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997. p. 205-242.

THÉVENOT, L. *L'action au pluriel*: sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte, 2006.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, 2006.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. da S. O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade. *Fórum de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1/2, p. 3-25, 1989.

WACQUANT, L. *Corpo e alma*: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Recebido: 31/01/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 1/31/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100009

Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo

Between threat and protection: categories, practices and effects of an inclusion policy in Crackland, São Paulo

Marina Mattar Soukef Nasser*

* Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil
Doutoranda em Ciências Sociais
marina.mattar.n@gmail.com

Resumo

O presente artigo parte de pesquisa etnográfica realizada na região conhecida como Cracolândia no centro de São Paulo. Seu objetivo é discutir uma operação para inclusão de beneficiários no De Braços Abertos a partir da experiência de uma jovem excluída do programa. Procuro tratar dos modos de funcionamento, práticas e categorias acionadas pelos agentes nessa intervenção, problematizando a noção de vulnerabilidade, bem como seus efeitos na trajetória dessa personagem. Partindo de seu percurso e reflexões, argumento que o Estado produz "labirintos" ao induzir e condicionar o movimento de diversos sujeitos na cidade.

Palavras-chave: Cracolândia; gestão do espaço urbano; inclusão; vulnerabilidade.

Abstract

This article is based on ethnographic research carried out in the region known as Cracolândia in the center of São Paulo, considered the most famous territoriality of crack use in the country. Its purpose is to discuss an operation to include beneficiaries in a municipal project from the experience of a young woman excluded from the program. I try to deal with the modes of operation, practices and categories triggered by the agents in this intervention, problematizing the notion of vulnerability, as well as their effects on the trajectory of this character. Grounding on her urban path and reflections, my argument is that the State creats "mazes" by inducting and conditioning people's movements in the city.

Keywords: Crackland; management of urban space; inclusion; vulnerability.

Era raro um carro passar ou estar estacionado naquela rua. O que se via ali, a pouco menos de um quarteirão da Estação Júlio Prestes, um dos prédios históricos mais importantes de São Paulo localizado no bairro da Luz, eram centenas de pessoas, concentradas em uma esquina. Trata-se do *fluxo*, como dizem ali, ou da Cracolândia, como dizem fora dali.

É difícil descrever esse espaço tamanha a quantidade de situações e práticas que acontecem ao mesmo tempo, não sendo possível reduzi-lo ao consumo e venda de crack. Enquanto muitas pessoas permanecem em constante movimento à procura de negociações como em uma "feira do rolo",[1] outras estão em rodas, sentadas ou em pé, por vezes fumando crack, por outras apenas conversando; uns vendem coisas diversas, entre pedras de crack, itens artesanais, roupas, materiais encontrados no lixo, fitas de videocassete, em pedaços de pano estendidos no chão ou em mesas improvisadas; alguns dançam ao som de rádios de pilha, outros gingam capoeira, uns ficam mais isolados. Algumas carroças permanecem estacionadas com cachorros deitados em cima delas. Ao redor desse grupo, diversos agentes estatais, vestindo jalecos e coletes de diversas cores, com pranchetas nas mãos, tentam conversar com quem permanecia no *fluxo*, mas muitas vezes só ficavam ali à espera, em alguma sombra.

A alguns metros de distância, havia um grande terreno cimentado ocupado por estruturas de tendas e do outro lado da rua, um hospital. No primeiro, pessoas assistiam a televisão, faziam oficinas, conversavam, dormiam, mas, sobretudo, eram atendidas por agentes de coletes verdes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMADS). Tratava-se da tenda de atendimento do De Braços Abertos, programa municipal de inclusão social de usuários de crack em situação de rua, criado durante a gestão de Fernando Haddad (PT/2013-2016) em 2014 e extinto na administração de João Doria em 2017.[2] No segundo, em

1 As "feiras do rolo" acontecem em vias públicas em diversos espaços de São Paulo, se deslocando territorialmente segundo a repressão estatal. São locais de comercialização de itens muito variados, em sua grande maioria de origem ilícita por furtos ou roubos. Dessa forma, as pessoas permanecem andando e oferecendo a quem está ali seus itens, conversando rapidamente em pequenas rodas com os interessados.

2 O atual prefeito de São Paulo, João Doria, anunciou em maio de 2017 o fim do programa da gestão municipal anterior e o início do Redenção, projeto delineado por sua administração. Apesar de diversas ações de propaganda, entre as quais retirar a placa do De Braços Abertos da tenda municipal, nem para os trabalhadores desse projeto está certo como o programa será encerrado de modo que para os beneficiários, os hotéis, trabalho e renda ainda continuam.

determinados horários, havia filas para tomar banho e usar outros serviços de higiene. Na outra esquina, no canto de um quarteirão todo demolido, outras tendas. Do mesmo programa estatal que o hospital, possuíam banheiros para uso e eram repletas de mesas e cadeiras de plásticos nas quais agentes, com seus coletes brancos e azuis, conversavam com possíveis beneficiários do programa. Tratava-se de dois equipamentos do Recomeço, programa estadual inaugurado em 2013, que oferece tratamento a dependentes químicos, sobretudo usuários de crack, a partir de internações em comunidades terapêuticas. Em determinados dias da semana, grupos religiosos, de diversas vertentes e tamanhos, também transitam pelo *fluxo* oferecendo comida, tratamento religioso, empregos, serviços de barbearia, entre outros.

De forma bastante resumida, esse é o retrato da Cracolândia de São Paulo que encontrei enquanto fiz minha pesquisa de mestrado, durante os anos de 2014 até o final de 2015. O espaço que se desenhava ali era bastante distante da imagem transmitida pelos meios de comunicação. Toda aquela representação se fazia presente, mas como fragmento de uma cena muito mais ampla. Nem todos os usuários estavam sujos, magros e esfarrapados; dentro do *fluxo*, havia outras atividades acontecendo além do uso e venda de crack; no entorno, existiam outros atores que não os consumidores de crack; entre as ruínas e demolições, erguiam-se espaços públicos de atendimento; e eram muitos os trabalhadores dos programas públicos destinados a esse grupo.

Considerada a mais famosa territorialidade de uso de crack no país (Rui, 2012, p. 187), a Cracolândia é alvo de intervenções estatais desde seu surgimento nos anos 1990. Em 2012, o conflito erguido em torno da Operação Sufoco, quando policiais militares perseguiram usuários a fim de dispersar seu agrupamento, reuniu diferentes atores e grupos sociais de modo a provocar uma mudança nas formas de gestão desse espaço (Magalhães, 2016; Rui, 2013) pelo menos até o fim da administração de Fernando Haddad em 2016.

Ainda que com diversas particularidades, as intervenções até a Operação Sufoco seguiram um mesmo modelo: para dispersar a concentração de usuários, utilizaram repressão, perseguição e detenções e, nos dias seguintes, para assegurar que não houvesse reagrupamento, as forças policiais ocuparam esses pontos. O resultado: a migração da Cracolândia para ruas adjacentes onde não houvesse a repressão policial até que uma nova investida a retirasse dali. No intervalo dessas operações planejadas e de larga escala, o cotidiano nessa

territorialidade era marcado por abordagens policiais constantes e rondas de dispersão (Frúgoli; Spaggiari, 2010; Rui, 2012; Silva, S., 2000). Essas operações também se caracterizaram por se articular com intervenções urbanas, que sob o discurso de "revitalização do bairro" buscavam alterar os sentidos e formas de apropriação do espaço urbano, realizando desapropriações e demolições de estabelecimentos como cortiços, pensões e hotéis.

Ao redor da Operação Sufoco, se construiu um intenso debate sobre os possíveis caminhos para lidar com a questão do uso e da venda da droga, da vida nas ruas, da saúde coletiva, da moradia, entre outros temas que incidem na vida da chamada "população de rua" e dos usuários de crack na região. Como apontam Rui (2013) e Magalhães (2016), os conflitos erguidos em torno dessa operação foram responsáveis por reconfigurar o campo político da Cracolândia, criando as condições de possibilidade para a emergência de outras formas de gestão desse espaço e dessa população, que se manifestaram na expansão dos serviços, organizações e programas assistenciais e de saúde de 2013 até pelo menos o fim de 2016.[3]

Foi nesse contexto que o programa estatal Recomeço (2013) e o municipal De Braços Abertos (2014) surgiram. Com vertentes e escopos distintos, ambos se instalaram no território da Cracolândia com tendas de atendimento e dezenas de trabalhadores, oferecendo diferentes tipos de serviços e assistência à população desse espaço.

Este artigo[4] tem como como objetivo discutir uma operação para a inclusão de beneficiários no De Braços Abertos, realizada pela Prefeitura de São Paulo em abril de 2015, a partir da experiência de uma jovem excluída do programa municipal. Procuro tratar dos modos de funcionamento, práticas e categorias acionadas pelos agentes nessa intervenção ao selecionar as pessoas a serem incluídas no projeto, problematizando a noção de vulnerabilidade, bem como seus efeitos na trajetória dessa personagem, que, ao ser excluída do programa, passa a circular por diversos espaços urbanos sem conseguir se estabelecer e

3 Esse padrão parece ter voltado com as operações promovidas pela gestão municipal de João Doria, que assumiu o cargo em janeiro de 2017. Além de recuperar projetos de revitalização da região, junto do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, coordenaram intervenção policial militar para dispersar o *fluxo*.

4 Extensivamente baseado na minha dissertação de mestrado, intitulada *No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia* (Nasser, 2016).

reflete sobre sua experiência a partir da imagem do labirinto. A partir de referências da antropologia do Estado (Das, 2007; Das; Poole, 2008; Poole, 2004; Telles, 2012), analiso os achados de pesquisa a partir do conceito de ilegibilidade do Estado, enfatizando os modos pelos quais a personagem constrói suas experiências nas diversas instituições pelas quais passa. Também discuto o poder discricionário de determinados operadores estatais que dispõem da autoridade, ainda que momentânea, de decidir os modos de aplicar as normas e regulamentos no momento de selecionar aqueles que entram ou não no programa.

Partindo do percurso e das reflexões dessa personagem, argumento que o Estado produz espaços, territorialidades e corpos ao induzir e condicionar o movimento de diversos sujeitos na cidade, permitindo ou não sua permanência em locais específicos. É nesse ponto que as políticas de inclusão se entrelaçam com formas de gestão dos espaços e populações urbanas.

Entre a ameaça e a proteção

Lançado em janeiro de 2014, o programa De Braços Abertos foi uma iniciativa sem precedentes na história das políticas para a Cracolândia e sua população. Ao invés de uma intervenção exclusivamente policial e focada na repressão ao consumo e venda da substância, as autoridades municipais basearam-se em preceitos da redução de danos ao oferecer moradia, trabalho, assistência social e de saúde a essas pessoas como forma de resposta ao problema urbano da Cracolândia e ao da população usuária de crack. O projeto envolveu as secretarias municipais de Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), Segurança Urbana (SMSU) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). O programa não possui um orçamento específico, sendo que cada secretaria é responsável por coordenar e financiar suas respectivas atividades.

O programa teve início com a inscrição de cerca de 400 pessoas que moravam em barracos construídos nas ruas adjacentes à Cracolândia em janeiro de 2014. Esse grupo foi despejado pelas autoridades municipais e inscrito no projeto, recebendo uma bolsa de um salário mínimo e meio, incluindo os gastos com habitação em um hotel da região e alimentação no restaurante popular Bom Prato – repassados diretamente às organizações de administração do

programa.[5] Aqueles que aderiram ao De Braços Abertos também têm de trabalhar, diariamente e por quatro horas, em um serviço de varrição e limpeza – que é remunerado em R$ 15,00 por dia de trabalho – e podem participar de cursos de capacitação no período da tarde.

Outra consequência bastante importante do De Braços Abertos foi a instalação de um grande aparato estatal, composto por dezenas de agentes atuando diariamente para administrar o programa e atender seus beneficiários. Por mais que já houvesse a presença de equipes da Saúde e da Assistência Social na região, o programa fez com que aumentasse o número de operadores e mudou as relações entre essas instituições, os usuários e atores locais.

No dia 29 de abril de 2015, a Prefeitura de São Paulo conduziu uma operação que retirou barracos instalados no *fluxo*, deslocou o *fluxo* para uma rua adjacente, incluiu 150 pessoas no programa De Braços Abertos e encaminhou outras para diversos serviços municipais. Funcionários da limpeza urbana jogavam em um caminhão as lonas, madeirites, colchões e cobertores sob a proteção da Guarda Civil Metropolitana, desmontando as barracas do *fluxo*. Logo atrás desse grupo, vinha outro com mangueiras nas mãos, que jogavam fortes duchas de água com desinfetante no chão e nas calçadas recém-desocupadas. Pessoas circulavam a todo momento, em passo rápido, levando seu pertences daquela esquina antes que fossem jogados no caminhão da limpeza. Alguns contavam com o auxílio de carrinhos de supermercado e carroças, outros se equilibravam para conseguir colocar tudo nos braços.

Do outro lado da calçada, agentes da assistência social do programa passavam apressados com pranchetas repletas de listas pela rua. Eram nesses papéis que constavam os nomes de quem deveria entrar no De Braços Abertos e, por exclusão, de quem estava fora. "Tô na lista?", "tô dentro?", "meu nome tá aí?", eles eram interpelados a todo momento. Alguns rostos desesperados indicavam aqueles que haviam perdido o barraco e não sabiam onde iriam dormir naquela noite, porque também não configuravam como os novos beneficiários do programa. Os benefícios do De Braços Abertos eram realidades que permaneciam

5 A administração cotidiana do De Braços Abertos é terceirizada para organizações da sociedade civil, de modo que os agentes tratados neste artigo não são funcionários públicos, mas sim contratados por ONGs.

restritas a alguns: ali na Cracolândia tinha muito mais gente do que as 150 novas vagas abertas pela prefeitura.

Foi nesse contexto que encontrei Raísa. Com seus pertences na mão, ela parecia desconcertada, pois não constava na lista dos novos beneficiários do programa municipal. Algo que não conseguia compreender, pois havia se inscrito como lhe informaram. Um de seus amigos de rua, que dormia ao lado de seu colchão, tinha entrado nessa nova leva. "Como escolheram ele e não eu?", questionou, "só porque ele fez cara de dó e chorou que elas botaram ele. Mas eu não vou me humilhar!", repetia.

Raísa decide tentar conversar com outros agentes da Assistência Social para entender melhor a situação com a esperança de revertê-la, e eu a acompanho. Mas não sabemos ao certo para onde ir ou com quem falar. Naquele dia, nada estava seguindo os procedimentos cotidianos: os orientadores[6] estavam muito ocupados para qualquer conversa, havia um mar de pessoas entre agentes do Estado, políticos, jornalistas, curiosos, usuários, moradores em situação de rua, em um trânsito frenético.

Encontramos uma das chefes da Assistência Social, que interrompeu Raísa assim que ela começou a explicar sua situação, perguntando se seu nome estava na lista. Ao ouvir que não, a assistente social saiu andando e, rapidamente, lhe perguntei como seria possível para ela entrar no programa. Com a lista na mão e de forma apressada, ela diz que se Raísa não consta entre os novos beneficiários é porque não se inscreveu na tenda ou não era da Cracolândia. Raísa ficou indignada e a ironizou: "Não, não sou daqui não. Só tô na rua há 16 anos" e eu acrescento que ela se inscreveu e mora na rua, mais especificamente na região da Cracolândia há meses. "É um programa para usuários de crack", responde a chefe, e sai andando. "E agora, eu tenho que usar crack pra poder entrar em um programa?", reclamou Raísa, "não basta ter conseguido parar de usar sozinha?"

Alguns agentes da Assistência Social que eu conhecia por conta da pesquisa tentaram ajudar, pensando em formas possíveis de encaixá-la no programa. Um deles perguntou à Raísa se ela possuía filhos ou estava grávida, pois assim

6 "Orientadores" se refere a um cargo crucial ao funcionamento do De Braços Abertos e outros programas assistenciais. São os agentes responsáveis por abordar as pessoas, conhecer suas características e registrá-las e, a partir disso, realizar encaminhamentos. Para uma descrição mais completa, ver Nasser (2016).

conseguiriam uma vaga. Ela, novamente, riu de forma irônica e falava "agora eu tenho que ter filho 'nessa situação'[7] pra conseguir as coisas" e seguia me falando sobre o absurdo de tudo aquilo. Mais do que indignação, ela experimentava a sensação de injustiça de não ter seus direitos garantidos, enquanto que outras pessoas, em uma "situação" muito semelhante à sua, tinham.

Olhamos para a rua mais à frente e percebemos que o rapa já havia concluído seu trabalho na antiga territorialidade do *fluxo* e agora avançava para os colchões, cobertores e roupas estendidos ao longo da parede vizinha à tenda do De Braços Abertos. É lá onde estavam os pertences de Raísa e corremos para ela não perder nada.

Levamos suas coisas para outra esquina e nos sentamos, quando uma mulher portando um crachá da Prefeitura de São Paulo se aproxima. "Ah não, lá vem ela...", me diz Raísa, "não vou pra albergue de jeito nenhum." A agente é uma assistente social que não atua direta e cotidianamente na Cracolândia, mas que, nesse dia, estava lá por conta da operação com a tarefa de encaminhar aqueles que não entraram no programa para outras instituições. Ela e Raísa, entretanto, já se conheciam e até se chamavam pelo nome.

A assistente logo lhe avisou de uma vaga permanente que tinha disponível em um albergue. De pronto, Raísa recusou. "Ah é? E pra onde você vai então?", perguntou. Raísa lhe contou de seus planos de voltar para uma ocupação em que já havia morado. Ela passou a desmontar esse projeto:

> Você não tem documentos, não tem trabalho, não tem dinheiro. Como você vai comer? Como você vai viver na ocupação? Ok, você não precisa pagar pra dormir, né? Mas vai comer como? Quem vai te dar comida. Vai pro albergue, ó, é vaga fixa que te consegui. Lá você vai ter comida, atividades, tem até plano de

7 Em pesquisa de doutorado sobre territorialidades de consumo de crack, Taniele Rui (2012, p. 251) observa o uso da expressão "nessa situação" por muitos usuários quando não querem encontrar com seus familiares, conhecidos ou redutores de danos por estarem em condições que não consideram adequadas. Há, segundo a autora, no emprego dessa expressão, uma forma de referência muito negativa e um pressuposto de que é evidente o que significa estar "nessa situação" (Rui, 2012, p. 262). Explorando diversos casos e relatos etnográficos, Rui aponta que o termo se refere a determinadas marcas corporais, como sujeira, dentes e dedos marcados, lábios machucados, voz rouca e perda de peso, relacionadas tanto a morar nas ruas quanto ao consumo de crack, que são muito difíceis de esconder (Rui, 2012, p. 272).

> alfabetização – você não quer isso? –, vão te inscrever para ter o benefício. No Prates, também te arranjam emprego depois de você tirar os documentos.

Enquanto Raísa sacudia a cabeça rejeitando a proposta, mas, agora, com certa confusão, ela continuava: "Se você não quiser a vaga, vou passar logo pra outro, porque eu tô segurando essa pra você, hein!" e pegava o telefone para comunicar alguém na outra linha dessa decisão.

"É permanente mesmo essa vaga?", questionou Raísa. "Sim", disse a assistente. "Olha, agora vamos lá pro carro que vai te levar. Faltam mais oito pessoas pra lotar a van", comunica ao telefone.

Raísa não conseguia entender os critérios e procedimentos empregados pelos agentes estatais na seleção dos beneficiários do De Braços Abertos. Como alguns de seus companheiros de rua haviam entrado e ela não? Sua condição de morar nas ruas há 16 anos não bastava para ter direito ao programa municipal? Precisaria agora estar grávida ou ser mãe? Precisaria voltar a usar crack? Em tom irônico e furioso, Raísa parecia reconhecer que, na perspectiva do De Braços Abertos, sua situação real de vítima não era suficiente: ela precisaria estar em uma condição ainda pior. Então, ela afirmava que "não iria contar sua triste história" a fim de causar algum tipo de compaixão na equipe de assistência social para conseguir a vaga.

No desconcerto de Raísa, há, por um lado, o reconhecimento de um Estado que se faz ilegível (Das, 2007; Das; Poole, 2008; Poole, 2004; Telles, 2012), e, por outro, uma recusa entrelaçada a um saber experimental (Cefaï, 2010, p. 72). Ela não compreende as regras envolvidas na escolha dos novos membros do programa municipal, mas sabe que teria mais chances de conseguir a vaga se construísse uma narrativa sobre sua trajetória de forma específica, apelando para seu sofrimento a fim de provocar pena nos agentes estatais. Também sabe que não quer voltar ao albergue, mas, naquela situação, não vê outra alternativa.

Na interpretação de alguns autores (Das, 2007; Das; Poole, 2008; Poole, 2004), não se trata de uma ilegibilidade em decorrência da falta de compreensão de regras, instituições e regulamentos por pobres ou iletrados, mas de uma forma constitutiva do poder do Estado, mais especificamente na execução de normas e leis. Seguindo os apontamentos de Poole (2004, p. 36) e Das (2007, p. 175), podemos dizer que o campo de indeterminação se dá nas

brechas entre as regras, critérios, medidas e sua execução. Isto é, na interpretação e aplicação desse corpo escrito de regulamentações e leis, o que coloca em evidência o poder do Estado acionado pelos seus agentes nas práticas cotidianas.

As dúvidas de Raísa ecoam as de Irene, uma moradora relatada por Silva, E. (2011) que teve sua casa removida enquanto bairros vizinhos, em condições muito semelhantes, passaram pelo processo de regularização. "Por que que a gente vai sair, se nós somos moradores iguais a todo mundo?" (Silva, E., 2011, p. 100), questionava ela. Os critérios que fazem com que pessoas tão semelhantes recebam tratamentos distintos pelo Estado são ininteligíveis para ambas.

O Estado é vivido por Raísa e Irene de forma semelhante: o Estado que esperam que irá promover sua proteção e direitos é o mesmo que cria a desordem em suas vidas. Ainda assim, é para essa entidade que ambas as personagens recorrem quando tudo parece desmoronar. Irene liga para a Polícia Militar no momento de sua remoção na esperança de alguma reversão do processo (Silva, E., 2011, p. 101) e Raísa, com todos seus pertences na mão, segue em busca de algum agente que possa lhe dar sua vaga. Constroem, assim, uma experiência incerta e ambígua, na qual o Estado aparece como aquilo que tanto é temido quanto é desejado, para usar uma formulação de Nelson (cf. Das; Poole, 2008, p. 39).

Como sugere Telles (2012, p. 48), o que se coloca como questão é o próprio exercício da soberania do Estado por operadores cuja autoridade se constrói de modo prático e operacional. A autora se refere a uma soberania vinculada ao ato propriamente dito de determinados agentes, que, por conta de certas prerrogativas, são responsáveis pela aplicação direta das leis e regras do Estado. Não se trata, portanto, de compreender os dispositivos formais a partir de seu caráter normativo, mas sim como espaço no qual se realizam jogos de poder (Telles, 2012, p. 36), imersos em disputas e negociações ao redor daquilo que é tolerado ou não em cada situação. É um campo de poder, imerso em "nebulosidade", que se constrói em torno das regras e critérios do Estado. Um intervalo de tempo que, para Poole (2004, p. 36), pode ser interpretado como um espaço no qual o Estado é *experimentado* com ambuiguidade "entre a ameaça e a garantia".

É esse momento que vemos decorrer quando Raísa busca saber se seu nome consta ou não na lista, fugindo dos agentes da limpeza urbana que apreendem

os pertences de quem mora nas ruas e esperando sua inclusão no rol dos novos beneficiários do De Braços Abertos.

Mas essa não é a primeira experiência de Estado de Raísa. E seu desespero em conseguir uma vaga no programa municipal diz respeito, em parte, a esse conhecimento prático relacionado a vivências do passado. Ela sabe que suas possibilidades se esgotam na Cracolândia no momento em que for excluída do De Braços Abertos. Como evidenciado em seu diálogo com a assistente social, Raísa não quer a alternativa do albergue oferecida pela prefeitura. Por todos os anos em que passou sem moradia, ela construiu um saber de que dormir nessas instituições pode ser muito pior do que na rua. No entanto, em um dia repleto de tensão, no qual a repressão policial poderia estourar a qualquer momento e o rapa não cessava de passar, Raísa também sabia que ficar na rua poderia ser muito arriscado. Essa não era uma opção viável e, por isso, ela refletia sobre voltar a uma ocupação que conhecia. Mas o destino lá tampouco era certo. Assim, só depois de garantir com a assistente social que sua vaga no albergue seria permanente, ela decide ir.[8]

A opção de voltar a dormir em um albergue não agradava Raísa por várias razões: alta incidência de doenças, como tuberculose; os horários estritos de entrada e saída; a burocracia diária e as muitas regras institucionais; as condições precárias das instalações, entre outras.[9] Ela apenas mudou de ideia e aceitou a proposta depois da garantia assegurada pela orientadora. Quando chegou ao albergue, Raísa logo descobriu que a promessa não fora cumprida: estava no albergue como "pernoite".

A vaga não ser permanente implica um deslocamento urbano diário de Raísa que lhe tomava (quase) todo o tempo livre e rendia muita tensão. A cada dois dias, para poder passar a noite nesse albergue, localizado nas proximidades da estação de metrô Armênia, ela teria de ir à Cracolândia, na tenda do De Braços Abertos, pegar um encaminhamento com uma agente da Assistência Social para o Centro de Convivência do Complexo Prates, onde conseguiria almoçar e, com os assistentes sociais de lá, pegar um novo encaminhamento

8 Esse saber experimental também foi tratado por De Lucca (2007, p. 219) em sua dissertação de mestrado sobre a população em situação de rua em São Paulo.

9 A recusa do albergue é bastante comum entre as pessoas em situação de rua. As razões apontadas por Raísa ecoam a de muitos usuários desses serviços. Ver, por exemplo, Lopes (2015).

de vaga de pernoite para o albergue. Deveria, então, ir para o albergue, onde ficava em uma fila desde as 15h para conseguir entrar às 18h, jantar e dormir. Às 8h, já tinha que pegar suas coisas para ir embora. Antes disso, tomava banho e comia o café da manhã. Raísa já conhecia todas essas dificuldades e, por isso, se arrependia de ter confiado na assistente social.

Ela demonstrava ter um grande conhecimento acerca dos funcionamentos das instituições estatais, sabendo quais as melhores opções de serviços e também que os agentes podiam enganá-la, oferecendo uma vaga permanente e lhe provendo outra coisa. O Estado sentido entre a ameaça e a garantia faz parte de seu repertório construído em todos esses anos nos quais transitou por serviços diversos do aparato estatal. É essa experiência que ela recupera em um contexto de crise, onde não há (quase) nenhum espaço para escolha.

No labirinto: faces da ilegibilidade do Estado

A fila de entrada no albergue se assemelha ao dia da operação na Cracolândia, por se tratar também de um momento no qual os agentes do estado decidem quem está incluído ou não no programa. Assim como Raísa não conseguiu entender os motivos pelos quais foi excluída do De Braços Abertos, durante essa espera no albergue, ninguém sabia se seria aceito para dormir na instituição, seja por algum problema no sistema informatizado, seja pela falta de algum documento, seja pelo número de vagas (ver De Lucca, 2007). É a mesma incerteza relacionada a uma percepção de ilegibilidade do Estado: não se sabe se é o computador que poderá te barrar, o educador que pode avaliar seu comportamento como inadequado, algum funcionário que pode não aceitar seu documento. A cada tentativa de entrada no albergue, são horas de espera (De Lucca, 2007). A lentidão do sistema de inclusão e cadastro da instituição contrasta com o tempo de urgência dos que querem dormir no local. Não ser aceito na instituição significa ter de passar a noite nas ruas, em uma situação na qual a pessoa explicitamente não deseja fazê-lo, pois não há mais tempo hábil para procurar outro local (De Lucca, 2007). Tal qual Raísa, que decide aceitar o encaminhamento para o albergue por não ter mais segurança de dormir nas ruas, muitos dos que esperam na fila junto dela também estão lá por alguma

necessidade imediata – seja para se abrigar de uma noite fria, cuidar de uma doença, fugir de alguma desavença, entre outros (De Lucca, 2007).[10]

Mas ela ficou pouco menos de um mês nessa situação. Depois de se envolver em uma trama de afetos e brigas com outras moradoras do albergue que também eram conviventes no Prates, ela foi expulsa de ambas as instituições por suas companheiras.

Enquanto conversávamos, Raísa desabafou: "É como se estivesse em um *labirinto* e não conseguisse sair." Descrever seu trajeto por meio da metáfora do labirinto sugere que Raísa não conseguia entender a sequência de deslocamentos territoriais pelos quais passou em pouco menos de um mês. Ao refletir sobre seu percurso, ela diz não saber nem onde ou como resolver sua situação a fim de se estabelecer em algum local com segurança e um pouco mais de estabilidade. Como não conseguia entrar em algum programa ou instituição estatal que lhe desse garantia, mesmo morando nas ruas desde criança e não tendo casa nem trabalho? E continuava não compreendendo a razão pela qual foi encaminhada para um albergue como pernoite, nem por que deveria ter um grande deslocamento diário para garantir sua estadia, tampouco como pôde ser expulsa da instituição sem ter feito nada.

Quando perguntei sobre o caso de Raísa para uma pessoa responsável por coordenar o trabalho dos orientadores, ela me explicou que esses agentes seguem um fluxograma previamente definido ao realizar seus encaminhamentos. Por não se enquadrar nos critérios de vulnerabilidade do De Braços Abertos – como será discutido posteriormente –, mas estar morando nas ruas, Raísa foi categorizada como "em situação de rua", sendo encaminhada para a rede de serviços destinada a esse público em uma região próxima à da Cracolândia. Conhecendo a trajetória de Raísa, de viver nas ruas desde criança, não ter escolaridade e não fazer uso de drogas ou álcool, a orientadora procurou encaixá-la nos programas e instituições disponíveis que acreditava atender suas necessidades. Segundo essa perspectiva, não há nada de labiríntico no encaminhamento da orientadora; pelo contrário, há uma racionalidade em entender a particularidade dos casos e seus principais problemas, a fim de definir um projeto de assistência. Por essa razão, a agente estatal inscreveu Raísa

10 Além das descrições de Raísa, me baseio aqui na etnografia realizada por De Lucca (2007) em um albergue no centro de São Paulo.

em um centro assistencial com programas educacionais para pessoas semianalfabetas e auxílio para inscrição em programas de transferência de renda, assim como não se preocupou em afastá-la da Cracolândia, uma vez que não possuía problemas com consumo de drogas.

O fluxograma de governo perde, no entanto, seu sentido ordenado e coerente quando posto em prática.[11] As etapas encadeadas e bem delimitadas visando a resolução dos problemas de Raísa acabam se tornando um labirinto confuso do qual ela não vê saída alguma. Supostamente criado para lhe ajudar a superar certas dificuldades, como a falta de moradia e qualificação profissional, o percurso induzido pelo encaminhamento somente cria outras dificuldades, que, na perspectiva de Raísa, parecem ser ainda mais complicadas.

O fluxograma se transforma em uma experiência de labirinto não por uma suposta falta de esforço de Raísa em cumprir com o que foi sugerido pela orientadora; ela não consegue resolver seu problema de analfabetismo, tampouco possuir uma moradia estável, pelas regras e protocolos existentes em todos esses programas e instituições, de modo que todo o seu dia é despendido em um entra e sai de espaços, relativamente distantes territorialmente entre si, nos quais tem de garantir sua alimentação, estadia e higiene. Por ter de passar sempre pelos filtros das instituições, sua rotina é marcada por passagens muito incertas. Em cada fila de entrada, em cada conversa com orientador, em cada encaminhamento, em cada operação, em cada enquadro policial, em cada visita do rapa, há sempre a ameaça de ser excluída do programa ou instituição. Ao acionar a representação de labirinto, ela procura dar inteligibilidade a essa experiência incerta.

A exclusão sempre iminente dos programas estatais cria situações nas quais Raísa tem de recolher tudo o que possui e partir para outro espaço onde estará

11 A metáfora do labirinto também foi utilizada por uma agente estatal, entrevistada por Pereira (2013, p. 57), enquanto refletia sobre o fato de que grande parte das pessoas atendidas por ela em um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) não seguia o percurso previsto, permanecendo num emaranhado de serviços, ferindo um dos principais pilares do projeto da instituição de proporcionar autonomia a essas pessoas. Uma das trabalhadoras entrevistadas por mim também expressou essa insatisfação e dúvida ao refletir sobre os encaminhamentos realizados em seu trabalho. Ela se esforçava, mas sabia que era muito raro que uma pessoa atendida conseguisse sair da situação de rua. Ainda que a agente entrevistada por Pereira (2013) tenha usado o mesmo termo que Raísa, são perspectivas distintas, de modo que a atribuição de sentido não é a mesma.

mais segura. Por mais que não seja a intenção da orientadora nem dos coordenadores da Assistência Social, o efeito dessa política na vida de Raísa é o de induzir sua circulação territorial pela cidade, o que possui diversas implicações em suas relações sociais. Sua circulação é incessante, como na imagem do labirinto, mas guiada por uma racionalidade de ir para pontos onde há recursos, acesso a serviços e possibilidades, como por exemplo a de se mudar para a Cracolândia.[12]

Foi assim que, depois de expulsa do albergue, Raísa passou a morar em um barraco num posto de gasolina próximo ao Complexo Boracea[13] junto de Renato, um antigo conhecido da época em que viveu nas ruas do bairro de Santa Cecília nos arredores de um atendimento municipal. Ele lhe ofereceu sua proteção como "companheiro" e ela aceitou; poucos dias depois, já o chamava de "meu marido".

Três semanas depois, Renato conseguiu com um educador do centro assistencial uma vaga para eles e mais um casal em uma ocupação na zona norte de São Paulo. A ocupação se localizava no terreno de uma antiga escola, desativada por conta de o solo do local ser contaminado. Moravam todos, e mais alguns vindos das ruas, em uma sala isolada no fundo de um corredor escuro daquele prédio que parecia mais uma ruína.

Mas sua permanência ali também durou muito pouco. Sua relação com Renato e outros moradores começou a se complicar até que um dia, depois de apanhar do companheiro, decidiu deixar a ocupação, me pedindo ajuda para conseguir um novo lugar. Levei-a para uma nova ocupação, localizada no bairro de Pinheiros, organizada por um movimento social de esquerda, bastante diferente da anterior.

Inicialmente, Raísa foi muito bem recebida pelos outros moradores, que simpatizaram com sua história e lhe ofereceram apoio para se reerguer. O objetivo era que, agora com moradia, ela pudesse se preocupar em conseguir um

12 Em minha dissertação (Nasser, 2016), desenvolvi o argumento de que a Cracolândia se estabelece enquanto "campo de gravitação", atraindo pessoas como Raísa além de diversos grupos, atores, e projetos. Processo esse relacionado ao estabelecimento de programas estatais, que introduziram recursos e novos atores no território, e que teve como pressuposto o fim das políticas de dispersão do *fluxo*. O que, no entanto, deve sofrer alterações significativas com as políticas da nova gestão da Prefeitura de São Paulo de João Doria (2017–2020).

13 Um dos principais projetos da gestão municipal de Marta Suplicy (2001-2004), a Oficina Boracea ocupa um galpão de cerca de 17 mil metros quadrados com diversos serviços para a população de rua na região da Barra Funda.

trabalho e ir construindo sua vida aos poucos sem depender tanto de outras pessoas e do aparato assistencial. Mas semanas se passaram e Raísa nem mesmo havia arrumado seu quarto, deixando-o sem divisórias nem luz. Essa situação desencadeou uma série de problemas na ocupação, pois os moradores e militantes do movimento alegavam que mesmo com muito apoio ela "não queria saber de nada", nem de trabalhar, nem de ajudar nas tarefas coletivas.

O impasse que o caso de Raísa suscita sugere que os moradores dessa ocupação transitam em um mundo social pautado pelos tempos, ritmos, modos e também códigos, referências e projetos do campo do trabalho e da família. Assim, há expectativas de que Raísa irá retomar os estudos, conseguir um emprego, arrumar sua casa, se organizando de acordo com um tempo marcado pela rotina do serviço e obrigações domésticas e também com um plano, que não chega a ser de ascensão social, mas de progresso e estabilidade. Daí as falas tantas vezes repetidas de que ela deveria "seguir em frente".

Esses embates apontam que Raísa se insere em um mundo com outra lógica societária que não a das relações estabelecidas e fixas. Em sua perspectiva, não fazia sentido despender tempo, energia e dinheiro na organização de seu quarto, se, a qualquer momento, poderia ter de deixar o local. Todos os seus pertences ficavam colocados dentro de sua mala e ao redor deixava apenas seu cobertor e travesseiro, itens fáceis de dobrar e colocar debaixo dos braços. Raísa sempre estava pronta para partir rapidamente. O seu mundo, até então, era marcado pela provisoriedade das filas de entrada, das operações, dos encaminhamentos, das relações, que induziam seu deslocamento territorial constante. Uma vida labiríntica constituída em fugas e passagens, na qual ela não via saída, mas apenas resoluções situacionais. Dentro de seu horizonte não estava, até então, a possibilidade de se fixar e se estabelecer em um espaço, muito menos de fazer parte de um projeto político coletivo; pelo contrário, ela se norteava por contornar problemas pontuais e postergar suas mudanças.

Campo de indeterminação: entre a inclusão e a exclusão

Selecionar os "mais vulneráveis". Essa foi a explicação que os agentes estatais receberam de seus superiores sobre como seria a escolha dos novos beneficiários do De Braços Abertos durante a operação de abril de 2015. Cerca de duas

semanas antes da investida, os orientadores, sejam eles dos hotéis ou da tenda, receberam a incumbência de inscrever pessoas que desejavam entrar no programa. Sua prioridade era conversar com aqueles que dormiam nos barracos instalados no *fluxo*, mas também recebiam interessados na tenda. A inscrição consistia na realização de uma entrevista, na qual seguiam um roteiro com perguntas definidas a fim de determinar a "situação"[14] da pessoa, como me explicaram algumas vezes. Isso significava aferir se a pessoa estava em situação de rua e, se sim, há quanto tempo; se estava fazendo uso de crack, álcool ou outras drogas e, se sim, qual quantidade diária e por quanto tempo; se era portador de alguma doença ou condição especial; há quanto tempo estava na Cracolândia; entre outros.

Segundo alguns agentes, muitos dos entrevistados, no entanto, mentiam ou não respondiam as perguntas de forma adequada, tentando diminuir o número de pedras que fumavam ou diminuir o tempo que moravam nas ruas, por terem vergonha de sua "situação"[15] ou por acreditarem que essa "situação" lhes seria prejudicial para a seleção do De Braços Abertos. Dessa forma, os orientadores recebiam instruções de escrever um relato detalhado sobre a entrevista, contendo a descrição corporal da pessoa e suas impressões acerca desta,[16] além de responder todas as questões da ficha com as informações fornecidas pelo entrevistado.

Esses documentos foram encaminhados para um conselho, composto por membros de hierarquia mais alta das equipes de assistência social e saúde, que realizaram a triagem, isto é, selecionaram segundo o critério da vulnerabilidade aqueles que entrariam ou não no De Braços Abertos.[17]

Ou seja, a escolha propriamente dita não é de responsabilidade dos orientadores. Mas a forma pela qual conduzem a entrevista de inscrição e registram as informações transmitidas pelo entrevistado é fundamental para o processo decisório. Como me explicou uma agente, eles não fazem a seleção, mas são o primeiro "filtro" por serem incumbidos de repassar os dados.

---

14 Ver nota 7.

15 Ver nota 7.

16 Aqui é interessante notar que enquanto os usuários, como observou Rui (2012), procuram esconder sua "situação", os agentes estatais procuram revelá-la por meio de perguntas e observações detalhadas, criando instrumentos e meios de evidenciar a condição do entrevistado.

17 Depois dessa operação, no entanto, foi criada uma nova instância, de caráter permanente, para realizar essa seleção, mas o princípio, segundo fui informada, continua o mesmo.

Nesse processo de inclusão de alguns e exclusão de outros no De Braços Abertos, a coordenação do programa decide os critérios de seleção – no caso, a "vulnerabilidade" –; a chefia da ponta realiza a "triagem" segundo essa categoria e os orientadores, que são os agentes da ponta, fazem a primeira seleção. É aí que reside o poder discricionário "da ponta",[18] tanto de seus agentes quanto da chefia: ambos definem as características de "vulnerabilidade" e quem é o "vulnerável".[19]

Não se trata de afirmar que esses operadores possuem espaço para interpretar as regras e critérios definidos pela política do programa ao implementá-la, mas sim de compreender que eles também fazem parte dessa produção (Fassin, 2015, p. 5). Essa é uma distinção importante feita por Didier Fassin (2015, p. 7) ao discutir o estatuto desses agentes a partir de uma série de pesquisas sobre serviços estatais. Esse episódio evidencia aquilo que o autor (Fassin, 2012) denomina de "escolhas trágicas" que devem ser tomadas por agentes de instituições estatais toda vez que precisam alocar recursos e decidir quem está incluso ou não no programa.

É a partir dessa ideia que procuro compreender o papel desenvolvido pelos agentes da ponta na seleção dos beneficiários do De Braços Abertos. Mesmo com escopo de atuação delimitado, são eles que identificam as características de "vulnerabilidade" e definem os "vulneráveis".

Quem eram os mais "vulneráveis" em um contexto como o da Cracolândia, em que grande parte das pessoas está em situação de rua, é egressa do sistema penal, possui apenas empregos precários e faz uso constante do crack e outras drogas?[20] Como fazer essa seleção?

---

18 Trabalhadores "da ponta" é a forma pela qual esses próprios agentes se denominam por realizarem o contato direto com a população atendida.

19 Michel Agier (2010) faz uma discussão bastante interessante sobre a aplicação da categoria de "vulnerabilidade" em contextos de ajuda humanitária, como campos de refugiados. O autor aborda como na prática cotidiana dos programas de assistência, a figura da vítima universal, basilar da ajuda humanitária, se desfaz e os indivíduos têm seus direitos assegurados segundo sua classificação em determinadas categorias (Agier, 2010, p. 39), com graus diferentes de "vulnerabilidade".

20 Esse perfil foi observado em diversas pesquisas de cunho qualitativo (Adorno et al., 2013; Gomes; Adorno, 2011; Rui, 2012) e mais recentemente, em pesquisa conduzida pela Open Society com beneficiários do De Braços Abertos. Nesta última, constatou-se, por exemplo, que 66% dos entrevistados já foram pelo menos uma vez presos. Para saber mais, ver Maisonnave e Sant'anna (2016).

Foi Raísa, no dia da operação, quem me deu as primeiras pistas a seguir. Conforme já descrito, quando descobriu que não estava na lista dos novos beneficiários, ela reivindicou que seus 16 anos vivendo nas ruas já deveriam bastar para obter a vaga e ironizou o orientador, que tentava ajudá-la ao perguntar se estava grávida ou tinha filhos, pois assim conseguiria incluí-la na lista. De outra maneira, Raísa me comunicava o mesmo que um beneficiário do programa já havia me dito, apontando para um homem todo sujo, com roupas rasgadas, deitado no chão: "Eles querem os mais fodidos entre nós."

Conforme operadores me explicaram depois, o De Braços Abertos construiu seu foco em pessoas em situação de rua que fazem uso de crack, de modo que, para entrar no programa, essa articulação de fatores era necessária. Assim, nesse caso, vulnerável significava, sobretudo, pessoas que faziam uso abusivo do crack, fumando dezenas de pedras por dia, sobretudo se conjugado a uma situação de rua prolongada. Também pessoas ditas em situação de risco, como mulheres grávidas ou com filhos menores de idade, portadores de alguma doença ou condição especial, entre outras categorias.

Apesar de estar há muitos anos morando nas ruas, Raísa não usava crack, me explicaram alguns operadores quando lhes perguntei sobre o caso. Mas como identificar se a pessoa entrevistada faz uso de crack, e ainda, como especificar seu consumo em quantidade de pedras de crack por dia se, na visão dos agentes, as pessoas omitiam informações e mentiam durante as entrevistas?

Sobre a importância de fazer observações para além das perguntas predeterminadas, um agente me contou: "Tem vezes que as pessoas dizem que fumam, no máximo, uma pedra por dia, mas a gente percebe que é bem mais que isso. Mas não podemos falar pra eles que isso não ajuda a entrar no programa, então caprichei no relato." Ele se refere a um saber discutido por Daniel Cefaï (2010, p. 96) como sendo fundamentado na experiência e "ancorado nos corpos, que captam indícios e que os organizam, progressivamente, em configurações de sentido" (Cefaï, 2010, p. 72). A partir de uma abordagem fenomenológica, o autor procura compreender o conhecimento envolvido no trabalho cotidiano de agentes de saúde que atendem a população em situação de rua em Paris. Depois de acompanhar uma equipe, Cefaï (2010) conclui que seu aprendizado profissional diz muito mais respeito à percepção e aos sentidos relacionados à prática do que às instruções transmitidas. Sobre os diagnósticos, ele afirma:

> A maioria dos elementos levados em conta não são claramente explicitáveis e não aparecem nos formulários da enfermeira ou da assistente social [...] a maneira de falar, o ritmo e o timbre da voz são indícios sensíveis do estado de uma pessoa. (Cefaï, 2010, p. 97).

É a partir dessa avaliação, embasada em um conhecimento construído na prática, que a chefe da Assistência Social afirma que Raísa não faz parte do público-alvo do De Braços Abertos. A partir de uma rápida análise de sua corporalidade e comportamento, a técnica sustentou que ela era mais uma das pessoas que estavam aproveitando a operação para conseguir uma vaga no programa municipal.

Nesse contexto de entrevistas rápidas, em uma operação marcada pela urgência, reconhecer o consumidor abusivo de crack implica, portanto, visualizar as marcas corporais desse tipo de uso. Apesar de não abordar a perspectiva de agentes estatais, o tema da corporalidade dos "noias", expressão pejorativa que designa usuários de crack, foi trabalhada por Rui (2012). Recupero seus argumentos por considerar que a avaliação dos agentes estatais sobre os usuários mais "vulneráveis" se pauta pelos mesmos aspectos trabalhados pela autora.

A tarefa de descrever empiricamente essa corporalidade, segundo Rui (2012), foi um de seus principais desafios com a pesquisa. Por um lado, isso significa decifrar o que faz alguns serem considerados "noias" e outros não, e por outro, abordar características visíveis (Rui, 2012, p. 284). A sujeira (Rui, 2012, p. 263-264) é o primeiro desses elementos e condiz tanto com a experiência de viver nas ruas quanto com a de consumir o crack (Rui, 2012, p. 269), sendo representada pelos cabelos sebosos, roupas encardidas, pele suja e com crostas, além do cheiro forte. Mas, aponta a autora, existem especificidades relacionadas ao uso constante do crack (Rui, 2012, p. 269), das quais destaca as quatro mais importantes: dentes e dedos com manchas amarelas; lábios machucados e rachados; perda de peso; e voz rouca (Rui, 2012, p. 270). São marcas consequentes dos efeitos concretos da substância com o consumo repetido, que se cravam nos corpos de alguns usuários de modo a denotar uma forma de uso abusiva (Rui, 2012, p. 272). É a presença e conjunção dessas marcas corporais que faz o usuário se aproximar ou se afastar da condição de "noia", afirma ela, e, podemos acrescentar, ser entendido como "vulnerável". Ou seja, esses traços são importantes por indicar, visualmente, tipos de consumo e de

usuários de crack, permitindo distinguir uns de outros, uma classificação que envolve valorações morais e simbólicas.

A autora desenvolveu sua pesquisa antes da Operação Sufoco de 2012, em um momento político bastante distinto do tratado neste artigo. Assim, ela observa outro modelo de intervenção estatal, no qual ser "noia" significa mais chances de sofrer a violência do Estado. Mesmo considerando que as forças repressoras continuam a agir na Cracolândia, é notável que nesse novo contexto, no qual o De Braços Abertos se constrói, esse mesmo "corpo abjeto" ganha um novo estatuto: por ser considerado mais "vulnerável", possibilita o acesso a certos direitos, serviços e programas. São esses corpos que, a partir de um conhecimento prático, os operadores da ponta procuram selecionar, estatuto no qual Raísa não se enquadrou.

No entanto, se os agentes desenvolvem um saber experimental relacionado tanto a formas de agir em determinadas situações quanto ao reconhecimento das pessoas que devem ou não atender, podemos pensar na perspectiva de seu público-alvo: também os moradores em situação de rua e os usuários de crack constroem um conhecimento sobre como operam esses agentes, o que os toca, o que provoca empatia. É nesse sentido que podemos entender a recusa de Raísa a contar a sua história de modo a "se humilhar", em suas próprias palavras, como fez seu companheiro de rua. Assim, quando ironizou os orientadores, questionando-os, Raísa sabia que eram grandes as chances dessa forma de pedir não funcionar.

Segundo Rui, a característica do "abjeto" está diretamente imbricada a formas de classificação por utilizar categorias para definir o corpo de uns, distinguindo-os de outros. Baseando-se na teoria de Alba Zaluar sobre a exclusão, Rui explica que toda classificação produz exclusão e isso é uma questão de ordem teórica, sendo necessário analisar como se manifesta na prática política.

Essa ideia é bastante importante para analisar a operação de abril de 2015, pois explicita que a classificação das pessoas da Cracolândia em graus de vulnerabilidade implicou a inclusão de alguns no programa e na exclusão de outros como Raísa, considerados não vulneráveis o bastante. Ou seja, as categorias e os indicativos utilizados para selecionar e organizar as pessoas que vivem na Cracolândia são políticas, por criarem grupos e sujeitos, clivagens e desigualdades, que provocam efeitos concretos nas trajetórias individuais e relações sociais.

Dispersão e concentração na malha urbana

Cracolândia, albergue municipal, centro de convivência, complexo assistencial, ocupações. Desse percurso urbano tão disparatado, é possível extrair algum sentido analítico? A experiência labiríntica de Raísa pode ser compreendida dentro de uma racionalidade de governo dos espaços e populações urbanas por meio da gestão de circulação.[21]

Longe de constituir uma trajetória excepcional, a vida de Raísa apresenta paralelos com a de grande parte dos frequentadores da Cracolândia (cf. Gomes; Adorno, 2011; Rui, 2012). São histórias de vida marcadas por fluxos entre as periferias, instituições de controle, assistência e saúde, missões religiosas, ocupações e o mundo da rua. É nesse sentido que Taniele Rui (2012, p. 218) define a Cracolândia como "um ponto centrífugo de fluxos de populações e desejos" e da "mais radical das pobrezas urbanas" (Rui, 2012, p. 224). No entanto, não se trata apenas de concluir que os personagens dessa territorialidade são provenientes de bairros periféricos e passaram por instituições governamentais. Além de espaço de consumo de crack e de trocas e rede de sociabilidades desenvolvidas em torno dessa substância, a Cracolândia atrai personagens urbanos, como Raísa, por ser também um local possível de fixação e de acesso a serviços de cuidado e assistência – ainda que momentaneamente.

Como mencionado anteriormente, a operação de abril de 2015 teve como objetivo principal desmontar dezenas de barracas, despejando pessoas em situação de rua que, como Raísa, estabeleceram suas malocas na região da Cracolândia. A ação foi uma resposta da Prefeitura de São Paulo às críticas recorrentes ao programa municipal veiculadas amplamente na imprensa que noticiavam o aumento do número de pessoas no *fluxo*, de barracas e do tráfico

21 Essa é uma questão que está no cerne dos debates contemporâneos sobre novas formas de controle e gestão dos espaços urbanos, sendo tratada no projeto temático *A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea* (Telles et al., 2013), coordenado pela professora Vera Telles, e do qual a pesquisa em que se baseia este artigo faz parte. Como aponta o projeto, citando Landauer (2009), essa nova forma de governo não parece mais ser regida "pelos imperativos de fechamentos, proteção e controles em torno de supostos espaços criminogênicos e lugares de concentração das 'classes perigosas' (ou sob suspeição), mas sim de gestão das mobilidades e seus fluxos, das circulações e deslocamentos nos espaços urbanos" (Telles et al., 2013, p. 8). Para saber mais sobre essa literatura, consultar o projeto temático.

de drogas.[22] Enquanto as autoridades municipais se defendiam afirmando que o crescimento estava "diretamente ligado à continuada oferta de drogas na região" e, portanto, constituía, um problema da alçada do governo do estado,[23] a administração estadual declarou ter na Cracolândia "o maior efetivo por metro quadrado do estado".[24] Na narrativa das autoridades municipais, a constatação de que há mais barracos e pessoas no *fluxo* se transforma em uma denúncia do aumento de tráfico.

As descrições da imprensa e as respostas das autoridades carregam um caráter sensacionalista – e, possivelmente, muitas motivações escusas. Apesar disso, tratam de um fenômeno que de fato ocorreu na Cracolândia e foi possível de ser observado durante a pesquisa: desde o estabelecimento do De Braços Abertos, em janeiro de 2014, o *fluxo* aumentou, assim como o número de barracas, que pareciam não ser mais usadas apenas para moradia, mas também para o comércio informal.[25] Esse cenário foi atribuído pelas autoridades municipais ao mau policiamento e por grande parte da mídia ao fracasso do programa municipal, como se as pessoas que estivessem montando os barracos nesse momento fossem as mesmas inclusas no projeto no início de 2014.

Em oposição a essas perspectivas, argumento que tanto o desenvolvimento de redes de comércio informal quanto a chegada de novas pessoas nessa territorialidade são dinâmicas decorrentes das políticas de gestão dos espaços urbanos em São Paulo que opera articulando ações de *dispersão* e *concentração*. Na medida em que o Estado deixa de oferecer atendimento em um determinado ponto e impede por meio da força as pessoas de permanecerem ali, elas passam

22 Ver Cracolândia... (2014). Ver, por exemplo, Reinaldo Azevedo... (2014), Grupo... (2014), Macedo (2014), Haddad... (2014), Bergamim Jr., Brant e Bergamo (2014). Um contraponto a grande parte das reportagens é o texto de Manso (2014).

23 Ver Bergamim Jr. (2014). Nessa linha de acusações, o prefeito Fernando Haddad escreveu, em sua conta oficial no Twitter: "Crack: cobram da União a fiscalização de 17 mil km de fronteiras contra a droga, mas as polícias locais não controlam um quarteirão da LUZ". Ver Em rede... (2014).

24 Magalhães (2016) reconstrói esses episódios, tratando, inclusive, dos pactos estabelecidos entre os governos municipal e estadual a fim de supostamente combater o tráfico na Cracolândia.

25 Conversando com pessoas que acompanham a dinâmica local, o jornalista Bruno Paes Manso afirmou, em novembro de 2014, que todas haviam chegado à mesma conclusão de que "a venda da droga nunca esteve tão organizada" (Manso, 2014). Em campo, não foram poucas as vezes que ouvi relatos semelhantes de trabalhadores e ativistas, que entendiam o surgimento dos barracos como uma forma de esconder atividades ilícitas das câmeras da Guarda Civil Metropolitana.

a se fixar em outras localidades, nas quais esses serviços estão presentes e não há rondas policiais constantes. É isso o que vemos ocorrer no presente momento de redação deste texto com a atual gestão de João Doria na Cracolândia. Isso não significa que todos sigam necessariamente um circuito preestabelecido, mas suas trajetórias são fortemente condicionadas por essa dinâmica, uma vez que a busca por recursos e segurança é o que enseja a transição de um local para outro. Trata-se de um modo de gestão da população em que o Estado define e limita onde as pessoas podem ou não permanecer de acordo com a conjuntura e interesses situacionais, impondo a elas uma condição de circulação contínua.

Partindo da trajetória e reflexões de Raísa, podemos afirmar, portanto, que há um entrelaçamento entre as práticas cotidianas de funcionamento do Estado e as formas contemporâneas de gestão dos espaços urbanos. Ao aplicar critérios classificatórios em determinadas territorialidades, incluindo alguns e expulsando outros, permitindo ou impedindo a permanência das pessoas nesses espaços, o Estado produz "labirintos" dentro da cidade.

Referências

ADORNO, R. et al. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde e Transformação Social*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4-13, 2013.

AGIER, M. Humanity as an identity and its political effects (a note on camps and humanitarian government). *Humanity*: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development, Humanitarianism, and Development, Philadelphia, v. 1, n. 1, p. 29-45, Fall 2010.

BERGAMIM JR., G. Haddad diz que faltam policiais na Cracolândia; PM nega redução. *Folha de S. Paulo*, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1550822-haddad-diz-que-faltam-policiais-na-cracolandia-pm-nega-reducao.shtml>. Acesso em: 3 nov. 2017.

BERGAMIM JR., G.; BRANT, I.; BERGAMO, M. Com faxinas e guardas, barracos viram favela móvel na Cracolândia. *TV Folha*, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1560165-com-faxinas-e-guardas-barracos-viram-favela-movel-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 3 nov. 2017.

CEFAÏ, D. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Lua Nova*: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 79, p. 71-110, 2010.

CRACOLÂNDIA volta a ocupar rua no centro de São Paulo. *G1 São Paulo*, 19 nov. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/cracolandia-volta-ocupar-rua-no-centro-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 3 nov. 2017.

DAS, V. *Life and words*: violence and the descente into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

DE LUCCA, D. *A rua em movimento*: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

EM REDE social, Haddad critica policiamento na Cracolândia. *Folha de S. Paulo*, 21 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1551252-em-rede-social-fernando-haddad-critica-policiamento-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 7 nov. 2017.

FASSIN, D. *Humanitarian reason*: a moral history of the present. Berkeley: University of California Press, 2012.

FASSIN, D. (Ed.). *At the heart of the State*: the moral world of institutions. London: Pluto Press, 2015.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da Cracolândia aos nóias: percursos etnográticos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 4, n. 6, 2010.

GOMES, B.; ADORNO, R. Tornar-se "nóia": trajetória e sofrimento social nos "usos de crack" no centro de São Paulo. *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 569-586, 2011.

GRUPO resiste em sair da Cracolândia, diz Haddad. *R7*, 24 nov. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/grupo-resiste-em-sair-da-cracolandia-diz-haddad-24112014>. Acesso em: 3 nov. 2017.

HADDAD insiste exageradamente no erro; entenda. *Jovem Pan*, 25 nov. 2014. Disponível em: <http://jovempan.uol.com.br/opiniao-jovem-pan/haddad-insiste-exageradamente-no-erro-entenda.html>. Acesso em: 3 nov. 2017.

LANDAUER, P. *L'architecte, la ville et la sécurité*. Paris: PUF, 2009.

LOPES, D. "Por que as pessoas em situação de rua em SP não querem ir para os abrigos mesmo durante o inverno?. *Vice*, 13 jul. 2015. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/jpebyk/por-que-as-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sp-nao-querem-ir-para-os-abrigos>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MACEDO, L. Grupo usa "violência" para montar barracas, diz Haddad. *G1 São Paulo*, 24 nov. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/grupo-usa-violencia-para-montar-barracas-na-cracolandia-diz-haddad.html>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MAGALHÃES, T. R. P. *Campos de disputa e gestão do espaço urbano*: o caso da "cracolândia" paulistana. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MAISONNAVE, F.; SANT'ANNA, E. Cracolândia vira alvo de disputas políticas, econômicas e sociais. *Folha de S. Paulo*, 16 ago. 2016. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/descaminhos-da-cracolandia/introducao/cracolandia-vira-alvo-de-disputas-politicas-economicas-e-sociais.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MANSO, B. P. O fracasso da política de Guerra às drogas em poucos quarteirões da Cracolândia. *Estadão*, 25 nov. 2014. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/sp-no-diva/o-fracasso-da-politica-de-guerra-as-drogas-em-poucos-quarteiroes-da-cracolandia/>. Acesso em: 3 nov. 2017.

NASSER, M. M. S. *No labirinto*: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PEREIRA, L. F. *No labirinto da gestão*: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da assistência social. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

POOLE, D. Between threat and guarantee: justice and community in the margins of the Peruvian state. In: DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: SAR Press, 2004. p. 37-65.

REINALDO AZEVEDO fala sobre a Cracolândia na gestão Fernando Haddad. *UOL Mais*, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/85r7d735pwrw/reinaldo-azevedo-fala-sobre-a-cracolandia-na-gestao-fernando-haddad-04020D9A3166E0915326?types=A&>. Acesso em: 22 nov. 2014.

RUI, T. *Corpos abjetos*: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RUI, T. Depois da "Operação Sufoco": sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na "cracolândia" paulistana. *Contemporânea*: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 287-310, jul./dez. 2013.

SILVA, E. A. da. *Governar o ingovernável*: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, S. L. da. *Mulheres da Luz*: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)–Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TELLES, V. da S. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. da S. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 27-55.

TELLES, V. da S. et al. *A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea*: a experiência paulista. São Paulo, 2013. (Projeto Temático – Fapesp).

Recebido: 31/01/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 1/31/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100010

Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular

Ethnography of a public policy: social control through community mobilization

Claudia Fonseca*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
claudialwfonseca@gmail.com

Lucia Mury Scalco**

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Em pós-doutoramento (bolsista CNPq)
luciamscalco@gmail.com

Helisa Canfield de Castro***

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Doutoranda em Antropologia Social
helisa_nut@hotmail.com

Resumo

Nessa análise, partimos de um estudo, realizado entre 2014 e 2015, de "núcleos de Fome Zero" na cidade de Porto Alegre para entender os efeitos naquele contexto de um programa de entrega de alimentos a pessoas em risco de insegurança alimentar. Na primeira parte deste artigo, traçamos um perfil dos beneficiados em dois desses núcleos para ressaltar a extrema heterogeneidade da população beneficiada. Num segundo momento, estendemos nosso olhar para a dimensão organizacional do programa ao explorar a maneira com que pessoas – tanto gestores quanto lideranças comunitárias – reagem à situação problemática do momento: a irregularidade na entrega de alimentos. No início dessa investigação, usamos técnicas clássicas da pesquisa etnográfica nas próprias comunidades. Porém, a irregularidade do programa nos levou a incorporar a análise de documentos administrativos, entrevistas com gestores nos setores municipais e estaduais relevantes, e a observação do espaço político coletivo onde os representantes de núcleos debatiam suas dúvidas quinzenalmente: o Fórum Fome Zero. Sugerimos que enquanto métodos quantitativos fornecem detalhes importantes do programa (quantidade e periodicidade de entregas de alimentos), a abordagem qualitativa que privilegia as dinâmicas microterritoriais e que dá visibilidade às lideranças populares demostra outras formas de produtividade do programa ligadas a experiências de mobilização popular e controle social.

Palavras-chave: políticas públicas; distribuição de alimentos; mobilização popular; controle social.

Abstract

In this analysis, we examine the contextualized repercussions of a food distribution program among people considered to be suffering from food and nutrition insecurity in Brazil. We concentrate our efforts on neighborhood centers in the city of Porto Alegre that benefitted from the national social policy, Fome Zero, between 2014 and 2015. In the first part of this article, we sketch a profile of the participants in each of two neighborhoods in order to demonstrate the extreme heterogeneity of the program's beneficiaries. In a second moment, we extend our gaze to the program's organizational dimensions in order to explore the way in which people – administrators as well as community leaders – react to the problematic situation, evident at the time, of scarce and irregular food delivery. At the beginning of our investigation, we used classical ethnographic techniques in the local communities. However, the program's irregularity led us to include the analysis of administrative documents, interviews with administrators in the relevant sectors of municipal and state government, and observation in the collective political space where the community leaders brought their concerns on a biweekly basis: the Forum Fome Zero. We suggest that whereas quantitative methods may aptly describe the quantity and periodicity of food shipments, qualitative methods focused on microterritories and community leaders bring to light other forms of the program's productivity in the arenas of political mobilization and social control.

Keywords: public policy; food distribution; community organization; social control.

Introdução

Este artigo surge de uma proposta de pesquisa que visava analisar os efeitos de um programa social voltado para a distribuição de alimentos entre pessoas consideradas em situação de insegurança alimentar no âmbito do Programa Fome Zero (PFZ) no Brasil.[1] Nosso alvo empírico era a rede ligada à "Compra com Doação Simultânea" (CDS)[2] do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na cidade de Porto Alegre – uma rede organizada em "núcleos", incluindo associações de moradores, clubes de mães, terreiros de religião e cozinhas, espalhados pelos bairros de baixa renda.[3] Para não perder de vista a diversidade dos núcleos, nossa equipe de pesquisa projetou dois estudos de caso incluindo, por um lado, uma associação de bairro que distribui alimentos para uma centena das famílias mais pobres do local e, por outro, uma cozinha comunitária anexa a uma cooperativa de recicladores que, durante a semana, fornece refeições para 120 indivíduos associados.

Nosso objetivo original era entender como a entrega de alimentos pelo programa CDS se inseria ou modificava hábitos e significados ligados às refeições familiares, aliviando ou não o grau de insegurança alimentar. Estávamos inspiradas em experiências anteriores de pesquisa, vividas no apogeu do programa

1 Este trabalho teve o apoio financeiro e científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio do Edital CNPq nº 24/2013, processo 456860/2013-4. A pesquisa ocorreu entre janeiro de 2014 a julho de 2015 e nossa reflexão foi elaborada, ao longo desse período, em interlocução com os gestores da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi).

2 Conforme a *Cartilha de compra da agricultura familiar com doação simultânea*, trata-se da "modalidade do PAA na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção para o Governo, via Conab, e entrega o alimento diretamente em rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) ou em rede socioassistencial (asilos, APAES e Abrigos), governamentais ou não, responsáveis pelo atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional" (Companhia Nacional de Abastecimento, [s.d.], p. 2; ver também Brasil, 2012).

3 Conforme Araujo e Silva et al. (2013), entre as diferentes unidades recebedoras de alimentos por "Compra com Doação Simultânea" articuladas pela Conab, Brasil, cerca de 27% são associações comunitárias ou beneficentes. Apenas a categoria de escolas – pré-escola e creche (não contempladas em nossa pesquisa) – constitui uma categoria mais importante (40%). As outras categorias incluem hospitais, instituições religiosas, asilos, etc.

CDS em 2012,[4] quando os quase 20 mil porto-alegrenses alcançados pelo programa recebiam a entrega regular de alimentos variados.[5] Entretanto, em 2014 e início de 2015 (época de nossa pesquisa), o programa passava por um momento de reformulação e a entrega de alimentos foi escassa, quando não totalmente suspensa. Assim, fomos obrigadas a reformular as perguntas de pesquisa, procurando entender como os atores ligados ao programa CDS se ajustavam à situação problemática de 2014: quais seus entendimentos sobre as causas? Quais os efeitos em termos de estratégias familiares e ação coletiva para compensar ou corrigir os problemas?

Não deixamos de retratar pessoas e famílias em risco de insegurança alimentar – assunto tratado na primeira parte deste artigo onde contrastamos a relativa estabilidade econômica dos cooperados na cozinha comunitária com a situação extremamente precária de famílias beneficiadas pela entrega de alimentos na associação de bairro. Mas logo passamos a focar o funcionamento da própria política pública, explorando a maneira com que pessoas – tanto gestores quanto lideranças comunitárias – explicam as irregularidades no programa CDS ao longo do ano 2014. Olhamos tanto para complicações administrativas quanto para problemas logísticos, sublinhando estratégias acionadas pelos beneficiados para enfrentar as dificuldades. Essa abertura de perspectiva nos leva a refletir sobre a própria materialidade dos alimentos como agente mobilizador de sentimentos cidadãos.

Essa pesquisa se inscreve numa linha de reflexão que explora o uso de métodos etnográficos para analisar o impacto de programas sociais sobre a qualidade de vida de pessoas em situações concretas (Shore, 2010). Parte de uma noção de tecnologias de governo que acentua as engrenagens cotidianas do poder – o trabalho miúdo e normalmente invisibilizado – que subjaz aos programas de intervenção destinados a "guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular os sujeitos, populações e problemáticas" (Fonseca et al., 2016, p. 10).

4 Duas das três autoras deste artigo já estavam no circuito de distribuição de alimentos nessa época. Helisa Canfield de Castro, enquanto nutricionista, tinha atuado na Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Cosans) da Prefeitura de Porto Alegre entre 2011 e 2012. Lucia Mury Scalco, enquanto pesquisadora e consultora em associações de bairro de Porto Alegre, participava na distribuição de "ranchos" (cestas básicas) oriundos do programa.

5 Números fornecidos pela Conab/RS em 14 de julho de 2015 na planilha intitulada: "PAA Porto Alegre e Metropolitana".

A partir desse enfoque, emerge a extrema importância dos elementos da *infraestrutura* – as "redes construídas para facilitar o fluxo de bens, pessoas e ideias", movidas por mecanismos materiais que "moldam a natureza da rede, a velocidade e direção de seu movimento, suas temporalidades, e sua vulnerabilidade ao fracasso" (Larkin 2013, p. 328, tradução nossa). Coerente com nossa orientação analítica, focamos essa infraestrutura (técnicas administrativas, engenharias, materialidades e mediações diversas), não como sistema estabilizado, dado de antemão, e, sim, uma juntada de práticas, inseparáveis do contexto em que operam, que participa da constituição de sujeitos e processos de subjetivação (Fassin, 2009; Star, 1999).

Em anos recentes, foi realizada uma série de investigações etnográficas sobre políticas públicas no Brasil. Estudos do Programa Bolsa Família (Brites; Schabbach, 2014; Pires; Rego, 2013) têm demonstrado não só o impacto do programa social na vida material das famílias beneficiadas, mas também nas relações domésticas (em particular, o empoderamento das mulheres e crianças) e nas atitudes cidadãs (Eger; Damo, 2014; Marins, 2014; Sorj; Gomes, 2011). No que diz respeito especificamente ao Programa Fome Zero, existe um conjunto impressionante de pesquisas patrocinadas e divulgadas pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Silva; Del Grossi; França, 2010; Vaitsman; Sousa, 2007). Há estudos instigantes sobre os aspectos simbólicos da fome crônica e os significados atribuídos ao sistema de comida em determinados lugares (Freitas; Pena, 2007). Porém, boa parte da literatura versa sobre a produção agrícola em regiões rurais, especialmente no Norte e Nordeste brasileiro. Curiosamente, os textos programáticos ou de cunho quantitativo, frequentemente escritos nos primeiros anos do programa (FAO; IDB; WB, 2002; Yazbek, 2004), continuam a ser as referências mais citadas em boa parte da literatura analítica. Com notáveis exceções (Ahlert, 2008a; Castro; Maciel, 2015), existem poucas pesquisas qualitativas sobre o funcionamento do Programa Fome Zero nas várias associações urbanas que recebem e distribuem a comida.

Justamente por causa de nossa curiosidade quanto ao papel dessas associações, tomamos particular inspiração no trabalho de Amâncio, Serafim e Dowbor (2011) que, num estudo envolvendo setores de saúde e de assistência social em São Paulo, explora formas de ação coletiva que contribuem para a qualidade de serviços públicos. Embora não usem métodos etnográficos, favorecem

uma abordagem que põe em relevo dinâmicas do "microterritório". As autoras sugerem que, desde os anos 1990, os debates sobre participação social têm abandonado o interesse por dinâmicas microterritoriais, favorecendo, ao invés, estudos centrados em espaços institucionalizados no nível municipal e estadual. Estes, falando em termos de "controle social", versam sobre a importância de conselhos e outros órgãos operacionalizados pela articulação de diversos atores da sociedade civil junto com agentes do Estado. Porém, eclipsam do debate a ação política de associações de bairro e outras instâncias menos institucionalizadas da atuação popular.

Propondo uma perspectiva analítica que inclui esses espaços da atuação popular, as autoras se pautam numa definição ampla de "controle social" enquanto

> a incidência de cidadãos sobre processos decisórios, seja mediante o fornecimento de informação, de determinação de prioridades, de implantação, seja mediante formas de avaliação e supervisão. (Gurza Lavalle; Isunza Vera, 2010, p. 31 apud Amâncio; Serafim; Dowbor, 2011, p. 287).

Apesar de essa acepção de "controle social" ser pouco conhecida na literatura antropológica, resolvemos acioná-la aqui como ponto de convergência entre nossa preocupação com a participação de cidadãos comuns nas tecnologias de governo (ver Fonseca, et al., 2016) e a linguagem usada por boa parte de nossos interlocutores no campo intersetorial das políticas públicas. Essa noção nos ajuda a tensionar a recente tendência por parte de planejadores de reduzir a "inclusão" à sua dimensão produtiva, medida em termos de estatísticas econômicas (Yazbek, 2012). A ênfase na "incidência de cidadãos sobre os processos decisórios" traz a discussão de volta para uma dimensão moral, perpassada por emoções, valores e normas, levando inelutavelmente a posicionamentos de consequência política (Fassin, 2012).

O cenário de nossa pesquisa

O ano de 2014 foi problemático para o programa CDS em Porto Alegre, mas também foi um momento propício para o estudo dos variados mecanismos de

controle social. Sugerimos neste artigo que a abordagem qualitativa de pesquisa – incluindo métodos etnográficos – é particularmente útil para o estudo das formas menos padronizadas, mas não necessariamente menos eficazes, de controle social. Se, no início dessa investigação, usamos as técnicas clássicas da pesquisa etnográfica (observação participante, entrevistas abertas, histórias de vida) nas próprias comunidades, a questão da irregularidade do programa nos obrigou a levar nosso olhar para documentos burocráticos, o discurso de gestores em setores municipais e estaduais relevantes, e o espaço político coletivo onde os representantes de núcleos debatiam suas dúvidas quinzenalmente durante toda a época de nossa pesquisa: o Fórum Fome Zero.[6]

Esse fórum deve ser entendido no contexto de Porto Alegre, cidade em que os líderes comunitários se orgulham de ser pioneiros da participação popular. Já marcada pelo Orçamento Participativo iniciado nos anos 1990 durante a gestão municipal do Partido dos Trabalhadores, a municipalidade abraçara rapidamente a proposta dos *núcleos* Fome Zero lançada pelo governo federal a partir de 2003 e reafirmada no Projeto Brasil sem Miséria, de 2011 (Ahlert, 2008a). De 32 em 2007, o número desses núcleos cresceu, através de diferentes administrações partidárias, para 52 em 2014, cumprindo a função de mediar o repasse de alimentos oriundos de programas sociais, empresas comerciais ou outras fontes filantrópicas para indivíduos e famílias consideradas em situação de insegurança alimentar.

Já nos primeiros anos do Programa Fome Zero, surgiu o espaço conhecido como "Fórum Fome Zero" – considerado "único no país" (Relatório..., 2006) – que, num prédio da prefeitura situado ao lado do mercado central, continua hoje a agregar coordenadoras[7] de núcleos em reuniões quinzenais para discutir estratégias de realização dos objetivos do programa (Relatório..., 2006). Além de amparar pessoas "em risco nutricional ou risco social", o fórum tem como meta a luta pelo efetivo cumprimento dos direitos de cidadania das famílias que fazem parte dos diferentes núcleos. Através de várias medidas

6 Em todos esses espaços, apresentamos os objetivos de nosso estudo, recebendo dos participantes seu consentimento oral para inclusão na pesquisa. Tivemos o cuidado de manter o anonimato de nossos interlocutores, omitindo ou mudando seus nomes.

7 Existem alguns homens coordenadores, mas, já que a maioria esmagadora de coordenadoras do fórum são mulheres, usamos o substantivo plural no feminino.

de combate à pobreza, incluindo programas de geração de renda, habitação, saúde e educação, ele alcança a partir de 2009 mais de 16 mil famílias (Fórum Fome Zero, 2009).

Ao longo de 2014 e início de 2015, ao seguir as lideranças comunitárias que clamavam pela retomada do programa CDS, chegamos na importância central desse fórum que, correndo paralelo aos diversos conselhos setoriais e mesmo ao comitê gestor previstos na estrutura formal do programa, parece ser o palco principal de reivindicações populares. Enquanto métodos quantitativos fornecem detalhes pontuais do programa (quantidade e periodicidade de entregas de alimentos), a abordagem qualitativa que privilegia as dinâmicas microterritoriais e que dá visibilidade às lideranças populares demostra outras formas de produtividade do programa – ligadas em particular a experiências de mobilização popular e controle social.

Renda fixa e aspirações à ascensão socioeconômica na cozinha comunitária da Unidade de Triagem e Compostagem

Diversas pesquisas apontam para a possibilidade de os efeitos de uma política social variarem conforme as especificidades da população beneficiada – daí, a necessidade de estudos que levam em consideração as particularidades do contexto local (Amâncio; Serafim; Dowbor, 2011; Pires; Rego, 2013). Morton (2013), na sua análise do Programa Bolsa Família no sertão da Bahia, emprega técnicas etnográficas para colocar em perspectiva a heterogeneidade da população beneficiada. Chega à conclusão de que o "empoderamento" das mulheres que recebem o benefício, efeito constatado em diversos estudos (Eger; Damo, 2014; Pires, 2013; Pires; Jardim, 2014), ocorre principalmente naquelas famílias onde existe uma renda garantida mínima – muitas vezes, fruto do trabalho masculino. Essa relativa estabilidade econômica – o que o autor chama de "acesso à permanência" – seria o que permite às mulheres investirem o dinheiro do Bolsa não em necessidades imediatas e, sim, em bens duradouros identificados como sendo "da mulher". Esse impacto diferencial da política social conforme o nível de estabilidade econômica, abrindo ou não a possibilidade de usar o benefício para planejar bens inseridos em circuitos "de longo prazo", se mostra pertinente para entender as diferenças entre os dois núcleos do programa CDS que estudamos em Porto Alegre.

No primeiro núcleo, lidamos com uma cozinha comunitária anexa a uma cooperativa de recicladores de lixo onde, não obstante um padrão de vida extremamente modesto, as pessoas têm uma renda estável garantida.[8] Lembramos da diversidade do próprio universo de cozinhas comunitárias. Em 2004, o governo federal promoveu por edital público a instalação de cozinhas comunitárias nas periferias das grandes capitais nacionais sob a bandeira da Estratégia Fome Zero. A prefeitura de Porto Alegre, na ocasião, concorreu ao edital e foi contemplada com 24 equipamentos a serem distribuídos pela gestão municipal (Ahlert, 2008b). Na época de nossa pesquisa, vários desses equipamentos estavam parados ou funcionando numa escala reduzida. A maioria das cozinhas comunitárias ainda operantes era gerenciada por instituições religiosas onde havia uma clara diferenciação entre administradores e beneficiados da proposta. A cozinha comunitária anexa à Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) era uma das únicas unidades criadas e administradas pelos próprios beneficiados.

Localizada na Lomba do Pinheiro, 15 km a leste do centro de Porto Alegre, com local e maquinário concedidos pela prefeitura, a UTC é operada por uma centena de moradores do bairro que trabalham desde 2001 para triar os materiais reaproveitáveis (lixo seco) trazidos pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (Castro, 2015). Todo mês, a prefeitura repassa uma quantia fixa para a UTC (R$ 18.000,00 em 2014) – quantia que, junto com os ingressos proporcionados pela venda dos materiais recicláveis, permite pagar, além dos custos de manutenção, cerca de um salário mínimo mensal (R$ 750,00) a cada associado. A maioria de associados completa esse ingresso monetário com bicos (no fim de semana) e auxílios sociais.

A equipe de direção, eleita de dois em dois anos, gerencia tanto o galpão de trabalho quanto a cozinha. De segunda a sábado, a maioria dos associados chega às 6h da manhã para tomar café na cozinha da UTC; todos almoçam e quase todos comem lanche na cozinha comunitária antes de ir para casa às 16h. Em princípio a cozinha deve ser abastecida com alimentos doados do CDS, através da prefeitura (Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – Cosans) ou da Companhia Nacional de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Conab/RS).

8 Essa pesquisa desembocou na dissertação de mestrado de Helisa Canfield de Castro (2015), realizada no PPG de Antropologia Social, UFRGS, sob a orientação da Professora Maria Eunice Maciel.

Na cozinha comunitária da UTC, os alimentos entregues pelo CDS se destinam principalmente ao consumo no refeitório pelos associados, todos adultos. Enquanto o soldo mensal que os associados ganham é geralmente socializado em família, a comida é um benefício reservado ao indivíduo que trabalha no galpão. Embora sem carteira assinada ou direitos celetistas, os associados têm renda fixa, comida garantida e alguns estão projetando trajetórias de ascensão social. Se, à primeira vista, essa população parece menos necessitada do que as de outros núcleos do Programa Fome Zero em Porto Alegre, deve-se lembrar que ela inclui muitas pessoas que, antes da cozinha comunitária, levavam marmita de casa, com conteúdo e qualidade variáveis, para comer no lugar de triagem – isto é, no meio do lixo. Hoje, além de ter higienizado e regularizado as refeições dos recicladores, a cozinha comunitária atende a um número não desprezível de associados solteiros ou de idade avançada – alguns dos quais não teriam nem disposição nem equipamento para preparar refeições nas suas casas (Castro, 2015).

Conforme a presidente eleita da UTC nos relatou, houve uma época em que as entregas de alimentos pelo programa CDS garantiam um cardápio farto e variado aos participantes da cozinha comunitária. Quando, em 2014, as entregas escassearam, foi possível, entre doações de outras fontes e compras com dinheiro da venda dos produtos residuais reciclados, garantir uma provisão mais ou menos regular de arroz e feijão. Porém, a cozinha não oferecia mais nada além desses produtos básicos. Para completar as refeições, cada cooperado passou então a trazer uma pequena porção de alimentos (carne, tomate, polenta) a ser preparada por uma funcionária na cozinha designada especificamente para a preparação dessas "misturas". Em geral, os ingredientes da mistura eram comprados nos pequenos estabelecimentos do bairro que aceitavam pagamento a prazo, ou que, mediante convênio com a UTC, deduziam a soma devida diretamente do dinheiro pago pela unidade no final do mês.

Reconhece-se que as "misturas" não foram previstas no projeto original das cozinhas. Pelo contrário, a orientação era desencorajar a presença de alimentos cuja origem não podia ser verificada e higienicamente garantida. Tampouco há equipamento para facilitar o processo. As cozinheiras tiveram que deixar de lado os grandes caldeirões industriais e procurar pequenas panelas do tamanho de uma porção de comida. Mas a instituição da "mistura" foi uma maneira para a cozinha comunitária continuar a desempenhar um lugar central na saúde alimentar do grupo. E ainda agradou ao gosto dos que queriam algo mais

"forte" (com mais sal e mais fritura) do que o cardápio das refeições massificadas vigiadas por nutricionistas (Castro, 2015).

Em suma, ao longo de 2014, os associados da UTC se queixaram da mesma forma que os demais núcleos da irregularidade da entrega de alimentos via o programa CDS. Entretanto, graças a uma renda garantida e certas estratégias coletivas, ainda conseguiram manter o que a maioria considerava um nível satisfatório de segurança (qualidade e variedade) alimentar. A situação do segundo núcleo que pesquisamos era outra.

As intempéries da vida cotidiana na Associação Comunitária do Morro da Cruz

A Associação Comunitária do Morro da Cruz, alvo de nosso segundo estudo de caso, é sediada numa estrutura de tijolos sem reboco (reformada e ampliada diversas vezes pelos próprios moradores), construída num terreno doado pela prefeitura no alto de um morro a cerca de 8 km do centro da cidade. O bairro reúne, além de loteamentos populares antigos e áreas de ocupação mais recentes, alguns prédios de apartamentos construídos ao longo de diferentes políticas públicas de habitação para a população de baixa renda. A atual diretoria, constituída por pessoas com longa experiência na entrega de alimentos, foi eleita em 2008 e reeleita a cada dois anos desde então. Desenvolve projetos na área da cultura, geração de renda e solidariedade comunitária. Além de um modesto salão de festas (cujo aluguel fornece a principal fonte de renda da associação), há uma pequena sala com máquinas de costura e retalhos de tecido para proporcionar atividades de artesanato. Outra saleta serve como despejo para computadores velhos, doados por empresas, prontos para serem reformados ou fornecer partes avulsas para máquinas estragadas. Mas é nos fundos do prédio que fica o ponto de atração mais regular: trata-se de uma grande cozinha, montada com aparelhos doados, onde meia dúzia de mulheres se revezam para preparar os episódicos almoços e chás, geralmente pagos com a contribuição dos próprios participantes.[9]

9 Apesar de repetidas tentativas, ainda não foi possível incluir esse espaço no programa municipal de cozinhas comunitárias, pois a diretoria da associação não consegue adequar as condições do prédio às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Entre suas muitas atividades, a associação é responsável pela distribuição dos alimentos CDS para as famílias mais pobres do bairro. A lista de beneficiados varia em função das frequentes mudanças – ou de moradia ou de situação financeira – dos cadastrados. Uma consulta à lista mostra que 95% dos beneficiados com alimentos são mulheres, a grande maioria com crianças pequenas ao seu encargo. Dos 500 membros familiares alcançados pelo programa, mais da metade tem menos de 14 anos e menos de 1% tem acima de 65 anos. Em outras palavras, os alimentos distribuídos pela associação, geralmente preparados e consumidos nas unidades domiciliares, beneficiam principalmente crianças e suas cuidadoras.

No Morro da Cruz, concentramos nossas visitas domiciliares no local considerado mais precário do bairro: um "beco" na encosta íngreme do morro onde existe uma ocupação com três dúzias de moradias sem serviço regularizado de luz, de água ou de coleta de lixo. Aqui, a grande maioria de homens adultos – geralmente analfabetos ou de baixa escolaridade – trabalha em atividades manuais mal remuneradas e de grande instabilidade. As mulheres encontram "bicos" como faxineiras, mas também procuram trabalho com horas flexíveis (vendendo roupas, produtos Avon, ou mesmo "juntando latinhas") que lhes permite garantir simultaneamente as responsabilidades domésticas. A renda mais estável, oriunda de auxílios sociais tais como Bolsa Família, Brasil Carinhoso, Ação Rua e "pensões" de BPC,[10] é gasta antes de tudo na compra de comida. Como diz uma mãe de família: "Comemos o Bolsa Família" (ver também Morton, 2013; Pires; Jardim, 2014). Em vez de frequentar os grandes supermercados onde encontrariam produtos mais baratos, as pessoas fazem compras nos minimercados locais ou então com "os nordestinos" (uma rede do comércio informal que aceita vender "fiado" e faz entregas a domicílio).

10 O Benefício de Prestação Continuada é uma medida federal que "garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade" que não possui meios de se sustentar ou de ser sustentada pela família (Brasil, 2015). O Brasil Carinhoso, iniciado pelo governo federal em 2012, garante a cada um dos membros da família que tem ao menos uma criança entre 0 e 6 anos, "recursos suficientes para viver com mais de R$ 70 reais" (Discurso..., 2012). Ação Rua é um programa municipal de transferência condicional de renda, em suplemento ao Bolsa Família, que paga às famílias de crianças em idade escolar tendo passado por situação de rua, mediante a frequência comprovada à escola (Porto Alegre, [s.d.]).

A descrição sumária de três famílias alcançadas pelas atividades da associação de bairro do Morro da Cruz serve para evocar a maneira com que a insegurança alimentar faz parte de uma situação globalmente precária onde o benefício proporcionado pelos programas sociais serve antes de tudo para suprir necessidades imediatas.

Caso 1: Dona Luzia, 63 anos, mora desde a infância no mesmo barraco de madeira na descida do morro. Com sua pensão de viúva (um salário mínimo) e o Bolsa Família que recebe para quatro de seus seis netos, sustenta uma família de oito. Sua filha de 25 anos de idade não recebe nenhum auxílio para ajudar nas despesas dos dois filhos em idade pré-escolar. A jovem mãe demorou para fazer os documentos exigidos para pleitear o Bolsa Família e, depois de quase um ano, ainda espera pela "resposta de Brasília". Diz que, sem ter onde deixar as crianças, é difícil arranjar um emprego.

Ao longo de 2014, a renda da família – em vez de crescer, como todos esperavam – diminuiu. Um dos netos de Dona Luzia voltou para a casa da mãe (causando uma redução no valor do Bolsa Família que Dona Luzia recebe) e veio juntar-se à unidade doméstica um irmão cinquentão desempregado, recém-separado. Coroando uma situação já precária, durante um temporal no fim do ano, caiu uma árvore que derrubou um muro da casa. Com água e eletricidade enjambradas via "gatos", Dona Luzia estava tendo que achar uma maneira para consertar canos arrebentados, telhado furado e fiação elétrica quase pegando fogo. É só graças às doações de vizinhos solidários – que ajudavam com roupa, material de construção, serviços de pedreiro e comida (para completar refeições cada vez mais escassas) – que Dona Luzia conseguia manter a família intacta.

Caso 2: Cézar, 44 anos, morador do local há mais de 20 anos, vive com sua mulher e seis dos oito filhos. Sem emprego formal e autodidata, ele vive de biscates, consertando computadores e fazendo pequenos serviços de informática para os vizinhos. Sua caçula, hoje com dois anos de idade, nasceu com grave debilidade neurológica, requerendo alimentação especial além de cuidados constantes. Devido à necessidade de acompanhar a filha nos frequentes internamentos hospitalares, nem Cézar, nem sua mulher mantêm um emprego regular. Só recentemente a família conseguiu o Benefício de Prestação Continuada para a menina, mas esse auxílio provocou a redução nos outros auxílios que a família recebe (Bolsa Família e Brasil Carinhoso).

O drama nessa família é garantir energia elétrica para o funcionamento do aparelho de respiração artificial que mantém a caçula com vida. Cézar já pediu repetidamente uma ligação na companhia elétrica para substituir o "gato" com o qual vivem há duas décadas, mas a companhia nega porque a família vive numa "área verde". Outra preocupação perene é encontrar dinheiro para a compra do botijão de gás, sem o qual não sai refeição. Mesmo conseguindo o "rancho" básico (doado ou comprado), Cézar e sua mulher são frequentemente obrigados a cozinhar com uma "espiriteira" de álcool ou um fogo de chão alimentado com lenha encontrada no mato. Vivem com medo de a casa pegar fogo, tal como aconteceu no terreno da vizinha, Rosana.

Caso 3: Rosana, 43 anos, morava no início de 2014 com seus oito filhos e seu companheiro (pai dos últimos dois filhos), Manuel. Há cinco anos, depois de ser removida de uma vila de ocupação, a família chegou ao beco onde morava o pai de Manuel. Quando conhecemos o casal, Manuel não conseguia trabalho regular por causa de óbvios problemas de saúde (ostentava uma bolsa coletora de urina atada no cinto). A mãe e um dos filhos já tinham passado por tratamento de tuberculose. A principal fonte de renda da família era da venda de produtos recicláveis catados por Manuel no lixo, além do dinheiro dos programas Bolsa Família, Brasil Carinhoso e Ação Rua. As crianças em idade escolar costumavam almoçar no colégio e recebiam lanche no Serviço de Apoio Socioeducativo (Sase) que frequentavam no turno inverso ao da escola.

Em junho daquele ano, um incêndio provocado pela instalação elétrica enjambrada queimou a casa e tudo o que estava dentro. Graças à solidariedade dos vizinhos e aos materiais doados pela prefeitura para refazer a casa, Rosana podia relatar, já em outubro, que via de regra a família comia quatro refeições por dia (incluindo café da tarde). Entretanto, a última vez que encontramos Rosana (em junho de 2015), o delicado equilíbrio de sua rotina doméstica tinha ruído. Depois de muita briga, seu companheiro (e a contribuição dele à renda familiar) sumira. Um dos filhos tinha desistido das atividades extraturno, perdendo direito ao dinheiro do Ação Rua. A família estava com dívida de dois meses no comércio onde comprava alimentos e a generosidade dos vizinhos (em cujas casas as crianças pediam comida) estava se esgotando. Rosana nos confiou que estava se tratando com remédios psiquiátricos para conter seus impulsos violentos diante das crianças que "miavam de fome".

Em suma, entre os recipientes do Programa CDS nesse bairro, encontramos pessoas que, mesmo recebendo auxílios sociais, vivem num precário equilíbrio econômico. Qualquer perturbação da rotina (doença, morte, tempestade, incêndio, separação conjugal, etc.) pode submeter a família ao risco de grave insegurança alimentar.[11] Algumas dessas pessoas lembram com entusiasmo dos "ranchos" que recebiam via a associação de bairro quando as entregas do programa CDS eram regulares. Tinham então a possibilidade não só de contar com produtos básicos de alimentação cotidiana (arroz, feijão, açúcar), mas também de variar o cardápio com frutos e legumes que não constam do cardápio normal. Contudo, no ano da pesquisa, à medida que a entrega de alimentos escasseava, a insegurança alimentar voltou a ser uma ameaça real.

O foco nas articulações administrativas e logísticas do programa

A justaposição das descrições de pessoas nesses dois núcleos sublinha a importância da regularidade e previsibilidade dos ingressos (financeiros e alimentares) para produzir um efeito duradouro no bem-estar da população. Um desafio que se apresentava aos pesquisadores era de entender as ramificações da irregularidade do próprio programa social, CDS, em 2014. Para tanto, passamos a examinar os processos administrativos desse programa, esboçando nossos primeiros passos numa "etnografia da infraestrutura" (Star, 1999).

"Alterações na periodicidade" do programa: complicações administrativas

A execução de um programa como o "Compra com Doação Simultânea" do PAA envolve a articulação de acordos entre o governo federal e instâncias de governos estaduais e municipais, de termos de adesão com os fornecedores de alimentos (produtores da agricultura familiar e cooperativas agrícolas) e de parcerias com agências mediadoras beneficiadas (organizações filantrópicas,

11 Uma pesquisa realizada em 2014 entre 555 famílias porto-alegrenses em situação de vulnerabilidade social mostrou que, apesar de uma renda familiar média bastante elevada (um pouco mais de R$ 1.000,00), quatro em dez das pessoas entrevistadas sofrem de insegurança alimentar do tipo grave (Comim, 2014).

associações de bairro, etc.). Não há de estranhar que, nesse emaranhado de operações, encontrem-se articulações burocráticas e logísticas que trazem complicações ao bom andamento do sistema.

Incitadas pelos financiadores dessa pesquisa (representados por técnicos do MDS), procuramos entender exatamente quais articulações do sistema CDS estavam apresentando problemas. Nossa primeira ideia era procurar nos vários conselhos e mesmo no Fórum Fome Zero por esclarecimentos. Frustradas pela natureza incompleta e fragmentada das informações fornecidas, iniciamos contato com gestores nas instâncias municipal e estadual relevantes. Lá, apesar de ninguém mencionar os cortes orçamentários no programa CDS que viríamos a descobrir mais tarde,[12] encontramos colaboradores que falaram com surpreendente candor de outros desafios que enfrentavam.

A partir de planilhas disponibilizadas pela Conab/RS, pudemos ter uma ideia da periodicidade da entrega de alimentos CDS por esse órgão estadual durante o ano de 2014. Trazemos aqui o exemplo da cozinha comunitária da UTC:

- Janeiro a junho: nenhuma entrega
- Julho, dia 3: abóbora e mandioca; dia 17: laranjas, batatas, mandioca, arroz
- Agosto, dia 11: abóbora, batatas, mandioca e leite de vaca
- Setembro, dia 4: arroz, mandioca, laranja, batatas
- Outubro: nenhuma entrega
- Novembro: nenhuma entrega
- Dezembro, dia 8: laranja, arroz e leite de vaca

As planilhas mostraram que, tal como nos outros núcleos, não houve na UTC nenhum alimento distribuído pela Conab/RS em oito dos 12 meses de 2014. O leite (de vaca, em oposição a "bebida láctea") foi entregue apenas duas vezes (em agosto e dezembro); arroz veio em junho, setembro e dezembro, mas – a julgar pelo valor de entrega (R$ 572,00 a cada vez) – não em quantia suficiente para se estender de uma entrega a outra.

É importante frisar que a Conab/RS não é a única fonte de alimentos dos núcleos. A "Compra com Doação Simultânea" do PAA funciona também via

12 Ver Grisa e Porto (2015) sobre o dramático corte de verbas federais para o PAA entre 2012 (apogeu do programa) e 2013.

prefeitura municipal, através da Coordenaria Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (Cosans), que estabelece termos de adesão com produtores de agricultura familiar do próprio município. Em 2012, no auge do sistema, os núcleos beneficiados podiam receber simultaneamente alimentos do órgão estadual e do órgão municipal. Contudo, em julho de 2015, em entrevista com gestores do município, recebemos a informação de que havia cerca de dois anos que o município não entregava alimentos aos núcleos por causa de complicações administrativas.[13]

Através de visitas e e-mails trocados com os responsáveis administrativos, a natureza dessas "complicações administrativas" se tornou mais clara. Em troca de correspondência conosco no início de julho 2015, a responsável pela Conab/RS descreve uma série de problemas que tinham impedido a entrega regular de alimentos no ano anterior. Em primeiro lugar, conta que houve demora na assinatura dos "termos de adesão" com os produtores rurais. Esses termos só podem ser assinados depois do cumprimento de uma série de etapas administrativas. Por exemplo, o acordo entre o órgão federal (MDS) e os governos estaduais deve ser renegociado a cada cinco anos. Só então os municípios podem estabelecer termos de adesão com os agricultores. Por causa da exigência que haja prestação de contas de todos os termos assinados durante determinado exercício antes de começar um novo ciclo de contratos, é previsível certa espera entre um exercício e outro. Recomenda-se que o agricultor só plante a cultura contratada depois de assinar o termo de adesão. Assim, à demora administrativa soma-se a demora provocada pelo próprio calendário agrícola, tornando a entrega regular de alimentos uma tarefa particularmente desafiante.

Em segundo lugar, o e-mail da Conab apontou "problemas na fiscalização do programa de leite" que teriam provocado a suspensão da entrega "até a solução dos problemas". De fato, está se referindo a supostos casos de corrupção que ocorreram em outros estados. Procurando prevenir problemas futuros, o MDS, junto com outros órgãos federais, publicou no fim de outubro de 2013, a resolução nº 62 (Brasil, 2013), estabelecendo novas orientações administrativas quanto à destinação dos alimentos adquiridos com recursos do PAA. Nesse

13 Conforme relatos dos representantes no Fórum Fome Zero, outro programa PAA do município, que lidava especificamente com a entrega de alimentos para escolas e creches, funcionava com relativa regularidade.

clima de moralização, houve pequenos ajustes que acabaram provocando efeitos imprevistos.

Por exemplo, em Porto Alegre, para evitar a possibilidade de uma mesma pessoa receber alimentos em dois ou mais núcleos, passou-se em 2014 a exigir dos beneficiados com alimentos um novo documento – o Número de Identificação Social (NIS).[14] Essa exigência aparentemente simples provocou tensões entre coordenadoras locais tentando cobrar o documento protocolar e beneficiárias que se viram ameaçadas de ser cortadas da lista.[15] Cabe lembrar que, em muitas famílias, a geração adulta inclui apenas pessoas de baixa escolaridade, trabalhadores do setor informal da economia, para as quais a confecção de documentos tais como carteira de identidade, CPF, título eleitoral e carteira de trabalho não é nada evidente. Enquanto alguns indivíduos mantêm seus documentos pessoais (e os de seus familiares) cuidadosamente guardados em sacos plásticos enfiados no fundo de uma gaveta, outros já perderam esses documentos ou nunca os possuíram (Fonseca; Scalco, 2015). Diante dessa situação, o que, aos olhos dos administradores, parece ser uma "mera" exigência técnica pode representar um obstáculo quase insuperável para os beneficiados em potencial.

Lidar com a burocracia tampouco é simples para as coordenadoras de núcleo que, geralmente, não possuem mais que ensino fundamental. Nenhum dos núcleos pesquisados usa computador para ajudar na organização administrativa das atividades. Tudo é registrado a caneta, muitas vezes em folhas soltas rasgadas de cadernos escolares e guardadas em pastas de cartolina. Na associação de bairro que pesquisamos, encontra-se nessas pastas uma quantidade impressionante de listas de pessoas que receberam alimentos – mas cada lista é organizada com informações diferentes e, frequentemente, sem data. Na cozinha comunitária, encontram-se pastas com cópias do recebimento de entrega de uma série de produtos fornecidos por entidades públicas e privadas.

14 O NIS, instituído em 2001 pelo decreto nº 3.877 (Brasil, 2001) no âmbito do Cadastro Único, e reafirmado em 2007 pelo decreto nº 6.135 (Brasil, 2007), foi projetado para facilitar a administração de programas sociais. Entretanto, nos casos observados por nós em Porto Alegre, o NIS só passou a ser um elemento conhecido e contestado da vida dos mais pobres a partir de 2014, com o reforço das exigências do programa CDS.

15 Durante a observação de uma manhã de distribuição de alimentos na associação do Morro da Cruz, vimos a coordenadora se justificar reiteradamente que ela "arriscava ir presa" se aceitasse entregar alimentos sem que a beneficiada fornecesse um NIS.

A utilidade desses documentos sem ordem de classificação está longe de ser clara. Parecem ficar à espera da chegada eventual de pessoas como a "mulher da caneta" (certa funcionária da prefeitura).

Os efeitos imprevistos da resolução nº 62 (Brasil, 2013) assumem forma concreta na correspondência da gestora da Conab quando ela menciona, como terceiro motivo para "alterações na periodicidade" do programa, a falta de registro de certos núcleos no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Entre outras orientações, a resolução reforçou a exigência de que, para beneficiar da entrega de alimentos CDS, a entidade – isto é, todo núcleo – devia ser inscrita no CMAS. Em Porto Alegre, seguindo resolução municipal nº 176/2013 (Porto Alegre, 2013), essa inscrição exigiria uma dúzia de documentos, incluindo, além de plano de ação da entidade (com objetivos, finalidades, etc.), cópias autenticadas do estatuto social (atos constitutivos) devidamente registradas em cartório de registros especiais, CNPJ e atas de eleição e posse da atual diretoria. Seguidas à risca, essas exigências provocariam o término da participação no CDS de boa parte dos 52 núcleos existentes em Porto Alegre, a maioria dos quais distribuem alimentos há mais de dez anos. (É significativo que a presidente da associação de bairro que pesquisamos, *apesar de ser conselheira do CMAS*, nunca conseguiu reunir a documentação necessária para registrar sua própria associação.)

Em suma, a particular conjuntura administrativa de 2014 parece ter criado obstáculos não só para os beneficiários e as associações que recebem alimentos. Também trouxe complicações para os gestores municipais e estaduais. É irônico que as novas medidas administrativas promulgadas em resposta a adversidades circunstanciais, em vez de sanar a situação, podem ter agravado problemas já presentes no sistema.

Desafios logísticos: a produtividade das queixas

Enquanto os gestores que encontramos eram, na sua maioria, profissionais qualificados com longa história na participação e militância em conselhos setoriais ligados ao combate à insegurança alimentar e nutricional, os líderes comunitários com os quais convivemos, mais "generalistas", investiam suas energias em outra arena de participação: o Fórum Fome Zero. Ao participar das reuniões desse fórum, descobrimos que boa parte das queixas sobre o programa

CDS era concentrada num tipo de problema pouco comentado nas repartições públicas: o dos desafios logísticos da entrega de alimentos.

Conforme as coordenadoras dos núcleos, muitos dos alimentos vêm de longe – de cooperativas agrícolas em Santana de Livramento, por exemplo, que ficam a mais de 500 km de Porto Alegre. São transportados em caminhões contratados, em geral, pelas cooperativas, sem refrigeração ou outro tipo de acondicionamento adequado. Os motoristas chegam a Porto Alegre com uma lista de endereços, mas se perdem facilmente e, depois de uma noite inteira na estrada, podem demorar mais um dia para encontrar todos os lugares de destino. Até lá, os produtos perecíveis, tais como leite, laranjas e uvas podem ter sofrido considerável dano. Alguns motoristas se negam a entrar em certos bairros, alegando que, lá, já foram pegos em tiroteio. Em todo caso, geralmente não aceitam fazer o trabalho de descarregamento, esperando ser recebidos por voluntários responsabilizados por essa tarefa. As coordenadoras de núcleo que devem receber a mercadoria se queixam que são avisadas só na véspera da entrega. As associações menores são frequentemente obrigadas a buscar o produto em algum ponto centralizado da cidade. E, para essas pessoas (cujas famílias raramente possuem carro), não é evidente onde encontrar um voluntário para carregar e transportar 300 kg de arroz (por exemplo) até o centro comunitário.

Mesmo quando os caminhoneiros vêm diretamente para o centro comunitário indicado, pode haver problemas. As coordenadoras, sem saber exatamente a que horas vai chegar a entrega, devem encontrar alguém para ficar no local de plantão – das 6h da manhã até de noite. Os alimentos chegam muitas vezes sem serem empacotados – as uvas, por exemplo, sendo despejadas diretamente no chão. A associação não tem lugar seguro para estocar os produtos; tampouco possui sacolas em que os beneficiados possam carregar os alimentos para casa. Ainda há a questão de como avisar os participantes do programa que os alimentos estão disponíveis. A única maneira para alertá-los é colocar um aviso escrito na porta da associação e esperar que todo mundo veja.

Durante as duas a três horas do fórum, cada coordenadora tem lugar para colocar suas queixas, mas também aproveita a oportunidade para dar publicidade às soluções criativas que seu núcleo inventa para minimizar os estragos da logística falha, da quantia incerta e da qualidade problemática dos

alimentos. É subentendido que os beneficiados se ofendem quando sentem que, por serem pobres, estão recebendo migalhas (quantidades irrisórias) ou mercadorias inferiores, e as coordenadoras se orgulham das soluções que improvisam para solucionar situações problemáticas. Uma das lideranças se lembra da vez que "tinha apenas dois quilos de arroz por família; mal valia a pena as pessoas virem buscar". Teve que selecionar as famílias mais necessitadas, deixando outras fora, para compor um rancho que "valia a pena". Em outro local, um núcleo com mais de cem pessoas inscritas, chegaram apenas dez melancias. A coordenadora conta como fatiaram as frutas na hora e fizeram merenda para quem estava presente na associação. Quanto a produtos avariados, ouvimos várias vezes histórias como estas: "As uvas eram imprestáveis. Que fizemos com elas? Jarras e jarras de geleia!"; "O leite chegou completamente azedo. Não pensamos duas vezes. Fizemos ambrosia para o dia seguinte."

No Fórum Fome Zero, porém, os esforços para encontrar políticas de ação vão bem além das táticas improvisadas de cada núcleo. A maioria das lideranças comunitárias tem longa experiência em diferentes redes associativas – de assistência social, de saúde, de habitação – e traz ideias pertinentes durante as reuniões quinzenais. Participantes esclarecem detalhes sobre a colaboração com diferentes elos da rede de abastecimento (o Banco de Alimentos da Fiergs, doações de empresas particulares, etc.), sugerindo pistas diversificadas para suprir as lacunas deixadas pela irregularidade dos programas rotineiros. A diretoria do fórum, que deve possuir certa competência para a articulação dos diferentes recursos públicos, filantrópicos e empresariais, também representa o grupo nos diversos conselhos setoriais do governo (de segurança alimentar, de assistência social, etc.), socializando informações úteis. E é no fórum que se organizam as ações coletivas, quando, por exemplo, as coordenadoras decidem em massa visitar a Conab para apresentar suas demandas.

Até 2014, a exigência de que cada núcleo fosse inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social foi contornada por uma estratégia coletiva forjada pelo grupo. Os sete ou oito núcleos com registro adequado serviam, cada um, de "guarda-chuva" para até meia dúzia de núcleos sem documentos. Em 2014, nas planilhas Conab registrando entrega de alimentos, os 52 núcleos eram condensados em oito grupos. No grupo da Associação do Morro, havia nove núcleos somando mais de 700 famílias. Já que as planilhas registravam a entrega de alimentos apenas à "cabeça" de cada um dos oito grupos, sem descrever como

os produtos foram repartidos entre os demais núcleos, não era possível saber precisamente quem recebeu o quê. Contudo, se, por um lado, o sistema "guarda-chuva" dificulta a conferência da distribuição exata de alimentos, por outro, através do Fórum de Fome Zero, opera uma forma de controle social popular que garante a vigilância meticulosa do sistema.

Observa-se nas reuniões como as coordenadoras comparam notas. Os casos de corrupção envolvendo o programa em outros estados chegam ao conhecimento dos beneficiários, atiçando dúvidas. Acusa-se o "governo"[16] de indiferença ou corrupção. Mas também se acusam indivíduos do próprio grupo. Fofocas surgidas nos bastidores sobre uma ou outra coordenadora local querendo "se aproveitar" do programa se tornam públicas, abrindo a possiblidade de investigações administrativas e eventualmente expulsão do sistema. Não só se controla a quantia de produtos entregue a cada núcleo, também se questionam detalhes tais como o itinerário dos caminhoneiros que faz com que os alimentos cheguem mais cedo, e portanto, mais frescos, em certos bairros. Insinua-se que os produtos estão chegando em Porto Alegre em quantidade e regularidade normais, mas "alguém" os está comercializando ou, de outra maneira, usando-os em benefício próprio. O tom do debate pode ser agressivo e as confrontações, prefaciadas de frases como "vou ser franca", criam tensões acirradas. Mais de uma vez, a presidente eleita do fórum, sentindo-se alvo de críticas, ameaçou se demitir. Ao que tudo indica, a frustração diante da entrega problemática de alimentos provindos do CDS redunda em suspeitas e acusações em todos os níveis.

Considerando o tom acalorado do debate, não é surpreendente que os gestores municipais e estaduais participem apenas episodicamente nas reuniões do fórum. Como uma das gestoras me explicou: "Cansei de ser alvo de acusações." (Existe uma certa simetria entre a reticência dos gestores em relação ao fórum e o comportamento reticente dos líderes comunitários nos conselhos oficiais. Nas raras ocasiões em que assistimos a uma reunião do comitê gestor onde uma representante do fórum participava junto com funcionários do estado e

16 Em debates do Fórum Fome Zero, assim como em conversas junto às pessoas beneficiadas nos bairros, explicitar exatamente qual órgão governamental é responsável pelas entregas alimentares parece ser de pouca ou nenhuma relevância. Na fala dessas pessoas, o termo "governo" pode estar designando organizações filantrópicas ou setores públicos (da administração municipal, estadual ou federal).

outras autoridades, a representante se mantinha curiosamente calada.) Por outro lado, entre as lideranças comunitárias, o espaço do fórum continua a agir como um polo de atração, lotando a sala com representantes de praticamente 100% dos núcleos em cada reunião.

Em suma, arguimos que o fórum demonstra uma dinâmica que privilegia a participação dos líderes comunitários na fiscalização da política pública envolvendo a distribuição de alimentos. A observação de debates nesse espaço nos convenceu de que, aos olhos dessas lideranças, a lisura do processo não é garantida tanto por mecanismos burocráticos (NIS, o registro no CMAS) quanto pela vigilância constante exercida por esse grupo. É essa participação, em complemento aos controles administrativos formais, que cria confiança e confere legitimidade à política pública envolvendo a distribuição de alimentos. As queixas perenes que registramos podem ser vistas como evidência justamente da produtividade do programa – mesmo (ou, talvez, particularmente) em um momento de adversidade. É em instâncias tais como o Fórum Fome Zero que essas queixas vêm à tona, proferidas por pessoas trabalhando juntas para a realização de uma política social democrática e apostando que a participação delas pode fazer uma diferença.

A mobilização popular

Cabe perguntar se o entusiasmo dos líderes comunitários pelo Fórum Fome Zero reflete o espírito de mobilização entre seus vizinhos nos bairros. No decorrer de nossa pesquisa, muitos participantes do fórum se queixaram de que a situação incerta daquela conjuntura, com entrega apenas episódica de alimentos, tinha provocado uma desmobilização das associações.[17] Diziam que "antes", as associações viviam lotadas de voluntários. No auge do Programa Fome Zero, Scalco (2012) tinha testemunhado cenas que apoiavam essa alegação. A cada nova entrega de alimentos, além dos diferentes beneficiados que compareciam para receber cestas, juntavam-se ao redor da associação dezenas de vizinhos para ajudar na distribuição dos alimentos. Havia homens atarefados no

17 Ao que tudo indica, as entregas de alimentos não eram sempre copiosas ou regulares no passado (Ahlert, 2008a, 2008b), mas podemos pressupor que o horizonte político, dando esperança de atender às demandas, era mais otimista.

descarregamento do produto, mulheres ajoelhadas no chão para confeccionar pacotes iguais, e crianças correndo de porta em porta para avisar que as cestas estavam prontas para distribuição. Até completar a tarefa (o que durava em geral mais do que 24 horas), tinha uma equipe de mulheres que permanecia no local "para proteger os mantimentos" contra roubo ou extravio. As voluntárias se revezavam em pequenos grupos de quatro ou cinco, dormindo no chão, cozinhando e jantando juntas.

A energia gerada nessas ocasiões facilitava a organização de grupos de trabalho, projetos de geração de renda e passeatas para exigir melhores serviços (de saúde, de transporte, de pavimentação) para a vizinhança. Em alguns núcleos, a participação nos eventos da associação era obrigatória para quem queria receber alimentos. Como explica certo coordenador, essa exigência fazia parte de uma "educação política", "no sentido de ensinar, de mostrar o valor que esse cidadão tem". Ainda em 2015, participamos de uma passeata em que centenas de pessoas, oriundas de quase todos os núcleos do município, marcharam para apresentar demandas e escutar esclarecimentos das autoridades estatais sobre o (des)andamento do Programa Fome Zero. Contudo, entre as lideranças do fórum, existe certo consenso: a partir de 2014, ante a irregularidade da entrega de alimentos do CDS, teria ocorrido um esvaziamento das reuniões das associações, um enfraquecimento das demandas coletivas e uma diminuição da "conscientização política" dos moradores.

Conforme certos analistas, esse esvaziamento, assim como o corte drástico do orçamento do Programa Fome Zero no ano prévio à nossa pesquisa, seria resultado de uma reorientação da política federal já em andamento há tempo (Burlandy, 2007; Tomazini; Leite, 2016). Há mais de uma década, o contexto político nacional teria atribuído à entrega de alimentos um papel subalterno em relação ao conjunto de programas elaborados para combater a pobreza no país. Sugere-se que esse tipo de programa, centrado no fornecimento de produtos comestíveis, perdeu espaço para o Bolsa Família e outras formas de transferência de renda. A reorientação não foi só por causa da previsível complexidade logística da distribuição de alimentos. Foi resultado também de uma disputa entre distintas filosofias de intervenção: uma voltada para a importância do capital humano e a capacitação individual, outra com ênfase na mobilização política e participação popular. Esses analistas expressam uma inquietação de que, ao dar preferência a programas envolvendo a transferência

de renda, o governo federal teria preterido políticas privilegiando a mobilização social (Burlandy, 2007; Tomazini; Leite, 2016).

Amâncio, Serafim e Dowbor (2011) também refletem sobre as diferenças entre um programa de transferência de renda – o programa de renda mínima em São Paulo – e um programa estreitamente associado a organizações de bairro – o Programa Saúde da Família (PSF). Suas observações sugerem que enquanto a renda mínima envolve iniciativas individuais, mediadas por profissionais do trabalho social ou do judiciário, o PSF suscita o envolvimento de ativistas "generalistas" acionando repertórios "contenciosos", tais como, além de reuniões na comunidade, marchas e outras manifestações públicas (Amâncio; Serafim; Dowbor, 2011, p. 308). Insistindo na associação entre o PSF e ações comunitárias, as autoras arriscam a hipótese de que

> só fazem sentido ações de mobilização comunitária quando aqueles que a realizam são capazes de identificar interlocutores tangíveis e claros nas instâncias de poder público que são, por sua vez, obrigadas a oferecer respostas às demandas apresentadas. (Amâncio; Serafim; Dowbor, 2011, p. 307).

Nesse sentido, é significativo o comentário de uma das nossas interlocutoras (recipiente de alimentos) sobre suas intermináveis dificuldades em receber o Bolsa Família. Apesar de proferir críticas também ao programa CDS (se queixando da irregularidade de entrega de alimentos), ela desabafa: "Pelo menos, quando não vêm os alimentos, eu tenho onde me queixar." Evidentemente, ela vê no seu núcleo local, a associação comunitária, uma possibilidade de interlocução que não encontra nos serviços da burocracia estatal (Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social)[18] pelos quais passa para conseguir o Bolsa.

18 O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) oferece apoio e orientação especializados a pessoas que já têm suas situações de risco comprovadas, ou seja, que são vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais.

Considerações finais

Não é o nosso intuito endossar uma polêmica que pressupõe o caráter mutuamente excludente das diferentes políticas públicas. Os programas de intervenção que visam aliviar a pobreza via distribuição de alimentos têm sido alvo de críticas há décadas (Garcia; Moore, 2012) e, especialmente no Brasil pós-impeachment, não é difícil encontrar documentos na mídia que falam no "fracasso" do Programa Fome Zero. Certamente, a irregularidade inscrita em programas de distribuição de comida faz pouco para garantir uma melhoria duradoura em termos das condições materiais de vida. Mas há de lembrar que a política atualmente em alta (endossada pelo Banco Mundial) – a da transferência condicionada de renda – também é considerada por muitos como solução ad hoc, "maternalista", de institucionalidade fraca e pouco eficaz no combate à pobreza crônica (Lavinas, 2013; Llobet; Milanich, 2014). Entre cientistas sociais contemporâneos, existe um consenso (que nós não disputaríamos) de que, sem uma política governamental sólida e contínua de proteção universal, implicando mudanças estruturais, os programas sociais de intervenção pontual surtirão relativamente pouco efeito (Freitas; Pena, 2007; Lavinas, 2013).

Contudo, no quadro dessa pesquisa, fomos convocadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a responder perguntas precisas, colocadas pela realidade com a qual éramos confrontadas. Não cabia a nós fazer um julgamento global, endossando ou descartando determinado programa de intervenção. Nosso objetivo foi aproveitar a abordagem etnográfica para entender os efeitos sutis, muitas vezes imprevistos, de determinado programa envolvendo a entrega de alimentos a famílias e indivíduos em risco de insegurança alimentar. Em resposta às demandas de nosso patrocinador, frisamos que o estudo qualitativo dificilmente chega às conclusões aparentemente contundentes das abordagens teóricas ou, mesmo, quantitativas. Contudo, pode fornecer insights indispensáveis para a realização exitosa de certos objetivos da intervenção social.

Nesse intuito, procuramos, em primeiro lugar, colocar em relevo as diferenças entre entidades enquadradas por um mesmo programa social de intervenção. Ao sublinhar a heterogeneidade de contextos em que certa política se implanta, nossa análise deixa claro que não bastam princípios retóricos, cartilhas ou orientações abstratas ditadas "de cima" para garantir que uma política alcance seus objetivos. A infraestrutura que faz a mediação entre o plano

idealizado e seus efeitos práticos depende em grande medida da articulação de atores e recursos locais. Esses elementos devem vistos e escutados, abrindo a possibilidade para constantes reajustes no programa original.

Em segundo lugar, ressaltamos a dimensão temporal envolvida na garantia da segurança alimentar, associando rupturas e acidentes imprevistos na biografia das pessoas atendidas a mudanças e irregularidades da política pública proposta para combater a insegurança. Muitos dos estudos quantitativos de políticas públicas se limitam a fazer um levantamento do momento, não levando em consideração nem a frequente mudança de rumo nas políticas sociais, nem as repetidas rupturas nas trajetórias de vida dos beneficiados. Ao evocar as *diferentes* temporalidades em jogo, o estudo qualitativo lembra aos analistas e gestores que o problema de "efeitos duradouros" de qualquer política social depende tanto dos percalços da administração institucional como das "atitudes culturais" dos beneficiados.

Nosso estudo ressaltou, em terceiro lugar, certos elementos específicos a um programa de entrega de alimentos – elementos raramente mencionadas nos debates políticos, ou, mesmo, acadêmicos. Atentando às queixas das coordenadoras dos núcleos vicinais, fomos levadas a apreciar a importância dos pormenores infraestruturais do programa – não só as complicações burocráticas (que desafiavam a paciência tanto de administradores quanto de lideranças e beneficiados) como também os problemas logísticos envolvidos na produção, transporte, armazenagem, distribuição e consumo de determinados produtos comestíveis. Aqui a materialidade da comida (empacotável, perecível, com determinado volume e forma manuseável) se revela como "ator" que exige uma articulação local para que sua integração no programa social seja eficaz. E, justamente, por ser um produto palpável, facilmente inteligível, a comida abre vias para a possibilidade dos diversos agentes envolvidos exercerem controle sobre sua distribuição. Com esse controle social *popular*, acena-se para uma alternativa à interminável escalação de medidas burocráticas de avaliação e controle – medidas que, em certos casos, parecem pouco eficientes senão contraproducentes.

Antes de tudo, a vantagem da abordagem qualitativa é a possibilidade de, indo além da medição de corpos e a contagem de produtos, ressaltar a produtividade de determinada política social em termos dos processos de subjetivação. Para melhor entender essa produtividade, evocamos aqui um recente artigo em que o autor sul-africano James Ferguson (2013) comenta políticas de inclusão

no contexto da África do Sul. Diante dos estragos do atual sistema neoliberal – a exclusão de boa parte da população do mercado formal de trabalho e a extrema desigualdade econômica –, o autor questiona a filosofia estatal vigente que coloca o valor da autonomia do sujeito no âmago da dignidade cidadã. Afirma que estudos etnográficos da vida política local na África do Sul demonstram como, em muitos casos, para alimentar sentimentos de pertencimento coletivo, modelos liberais de mobilização parecem menos eficazes do que as formas de organização que se apoiam na interdependência entre vizinhos, familiares e outras pessoas conhecidas. Conforme esse autor, o "liberalismo emancipatório" elabora críticas persistentes a essas formas locais de organização, as rotulando de retrógradas ou paternalistas, responsáveis pela perpetuação da desigualdade social. Ferguson (2013, p. 232, tradução nossa), por outro lado, sugere que o que as pessoas pobres mais temem é a desigualdade *a*ssocial:

> Parece que, para muitos sul-africanos (assim como para muitas outras pessoas do mundo contemporâneo), não é a dependência e, sim, a ausência dela que é assustadora – a ruptura dos laços e a queda no vazio social.

A partir dessas considerações, o autor explica por que endossa certas políticas sociais (mesmo as que reforçam a dependência de determinados membros da família – mães, anciões...) e não outras.

Não pretendemos retomar aqui a longa história de disputa entre diferentes modelos de inclusão/exclusão (ver Lavinas, 2013). Basta dizer que, no Brasil também, há analistas que se inquietam com a possibilidade de políticas sociais contribuírem para uma espécie de desigualdade *a*ssocial, onde imperariam retóricas legalistas de cidadania em detrimento a uma linguagem inteligível de cuidado, conexão moral e obrigação responsável (Oliveira, 2010; Peirano, 2006). No âmbito do Fórum Fome Zero, há uma "produtividade" das queixas no sentido em que estas refletem e produzem uma comunidade de conexão interpessoal. É nas relações entre pessoas situadas próximas na hierarquia social (indivíduos que se veem ora como beneficiados, ora como lideranças comunitárias) que encontramos fofocas e acusações mútuas, mas é também nessas relações que as pessoas conseguem botar um "rosto" no processo cidadão. As queixas e as várias estratégias acionadas para enfrentar os desafios do programa falam de estilos *diversos* de mobilização política. A partir do estudo

qualitativo, sobressai, antes de tudo, a convicção de que avaliar qualquer programa social em termos exclusivamente de quantidade ou periodicidade seria ignorar a dimensão moral – de cuidado e conexão – que acompanha a consecução do programa nos microterritórios.

Referências

AHLERT, M. *Mulheres de Monte Verde*: etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular com o Programa Fome Zero. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008a.

AHLERT, M. Política "da ajuda": notas antropológicas sobre cestas básicas. In: LIMA, R. K. de (Org.). *Antropologia e direitos humanos 5*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Booklink, 2008b. p. 318-349.

AMÂNCIO, J. M.; SERAFIM, L.; DOWBOR, M. Microterritorialidade e controle societal. *Lua Nova*, São Paulo, n. 84, p. 287-314, 2011.

ARAUJO E SILVA, G. C. de et al. *O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento de efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada*: uma análise da modalidade Compra com Doação Simultânea operacionalizada pela Conab em 2013. 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_15_16_06_44_dhaa_e_san_artigo_sober_2014_arquivo_2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001*. Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007*. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar*: renda para quem produz comida na mesa de quem precisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação. *Resolução nº 62, de 24 de outubro de 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_11_04_08_45_13_resolucao_gg_paa_62_-_25out2013.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Benefícios assistenciais*. Brasília, 22 jun. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRITES, J.; SCHABBACH, L. (Org.). *Políticas para família, gênero e geração*. Porto Alegre: UFRGS/Cegov, 2014.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007.

CASTRO, H. C. de. *A comida na (da) margem*: experiências compartilhadas em uma Cozinha Comunitária. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CASTRO, H. C. de; MACIEL, M. E. Reflexões sobre o método etnográfico para apreensão das políticas sociais no campo da alimentação e nutrição: notas de pesquisa em uma cozinha comunitária. *Demetra*: Alimentação, Nutrição e Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 523-537, 2015.

COMIM, F. Sem miséria, mas com fome. *IHU*, 15 maio 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/531332-sem-miseria-mas-com-fome>. Acesso em: 17 jul. 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Cartilha de compra da agricultura familiar com doação simultânea – CPR-Doação*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/63dc985117c4d154786f6900d96af65c..pdf>. Acesso em: 1 jun. 2012.

DISCURSO da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Tereza Campello – no evento de lançamento da Ação Brasil Carinhoso, em maio de 2012, no Palácio do Planalto. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/acesso_informacao/institucional/gabinete-da-ministra/discursos/20120513_Discurso%20da%20Ministra%20%20Brasil%20Carinhoso%201.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

EGER, T. J.; DAMO, A. S. Money and morality in the Bolsa Família. *Vibrant*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 250-284, 2014.

FAO; IDB; WB. *Brasil*: Projeto Fome Zero. Relatório conjunto FAO/IDB/WB/Grupo de Trabalho da Equipe de Transição. Brasília, dez. 2002.

FASSIN, D. Another politics of life is possible. *Theory, Culture and Society*, London, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.

FASSIN, D. Introduction: toward a critical moral anthropology. In: FASSIN, D. (Ed.). *A companion to moral anthropology*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 1-18.

FERGUSON, J. Declarations of dependence: labour, personhood, and welfare in southern Africa. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 19, n. 2, p. 223-242, 2013.

FONSECA, C. et al. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 9-34, jul./dez. 2016.

FONSECA, C.; SCALCO, L. A biografia dos documentos. In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Org.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: CEGOV, 2015. p. 20-37.

FÓRUM FOME ZERO. *Estatuto social*. Porto Alegre, 2009.

FREITAS, M. do C. S. de; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 69-81, 2007.

GARCIA, M.; MOORE, C. M. T. *The cash dividend*: the rise of cash transfer programs in SubSaharan Africa. Washington, D.C.: World Bank, 2012.

GRISA, C.; PORTO, S. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

LARKIN, B. The politics and poetics of infrastructure. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 42, p. 327-343, 2013.

LAVINAS, L. *Latin America*: anti-poverty schemes instead of social protection. Berlin: desiguALdades.net – International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013. (Working Paper Series 51).

LLOBET, V.; MILANICH, N. La maternidad y las mujeres de sectores populares en las Transferencias Condicionadas de Ingresos. Un aporte al debate sobre el cuidado y las relaciones de género. *Zona Franca*: Revista del Centro de Estudios Interdisciplinarios sobre Mujeres, Rosario, v. 22, n. 23, p. 58-69, 2014.

MARINS, M. T. A. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 544-562, 2014.

MORTON, G. D. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 38, p. 43-67, 2013.

OLIVEIRA, L. R. C. de. A dimensão simbólica dos direitos e a análise dos conflitos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 451-473, 2010.

PEIRANO, M. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PIRES, F. F. Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 38, p. 123-135, 2013.

PIRES, F. F.; JARDIM, G. A. da S. Geração Bolsa Família: escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 99-112, 2014.

PIRES, F. F.; REGO, W. D. L. 10 anos de programa Bolsa Família: apresentação do dossiê. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 38, p. 13-19, 2013.

PORTO ALEGRE. Conselho Municipal de Assistência Social. *Resolução nº 176 de 29/04/2013 que altera as resoluções 089/2004, 148/2004, 174/2004, 024/2005, 033/2005, 154/2010 e 159/2010*. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/res.176.13.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. *Ação Rua estabelece vínculos*. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=70>. Acesso em: 19 ago. 2016.

RELATÓRIO do Segundo Seminário do Programa Fome Zero de Porto Alegre. Porto Alegre, 2006. Manuscrito.

SCALCO, L. M. *Máquinas, conexões e saberes*: as práticas de "inclusão digital" em famílias de grupos populares. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SHORE, C. La antropologia y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la "formulación" de las políticas. *Antípoda*: Revista de Antropología y Arqueología, Bogotá, n. 10, p. 21-49, 2010.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de (Org.). *Fome Zero*: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

SORJ, B.; GOMES, C. O gênero da "nova cidadania": o Programa Mulheres da Paz. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011.

STAR, S. L. Ethnography of infrastructure. *American Behavioral Scientist*, Thousand Oaks, v. 43, n. 3, p. 377-391, 1999.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. da S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 13-30, 2016.

VAITSMAN, J.; SOUSA, R. P. de. *Avaliação de políticas e programas do MDS*: resultados: volume I: segurança alimentar e nutricional. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

YAZBEK, M. C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.

Recebido: 12/03/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 3/12/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100011

Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG

Social inclusion policies and relations with difference: considerations about potentialities, transformations and limits in the UFG access and permanence practices

Alexandre Ferraz Herbetta*

* Universidade Federal de Goiás – Goiânia, GO, Brasil
alexandre_herbetta@yahoo.com.br

Resumo

O texto descreve e analisa algumas políticas de inclusão e permanência, efetivadas na UFG – Universidade Federal de Goiás, para coletivos culturalmente diferenciados. A partir da comparação entre duas delas, o programa UFGInclui e a criação do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI), busca-se refletir sobre ambiguidades, potencialidades e transformações observadas na universidade. Aventa-se a hipótese de que a agência de pessoas e coletivos é fundamental no processo de democratização universitária. E, fundamentalmente, que a universidade necessita de transformações estruturais para a concreta efetivação da inclusão e permanência.

Palavras-chave: inclusão; democratização; política; transformação.

Abstract

This article tries to describe and analyze some inclusion policies established at UFG – Federal University of Goiás. Based on the comparison between two of them, the UFGInclui program and the creation of the NTFSI – Takinahakỹ Indigenous Formation Center, aim to reflect on the university ambiguities, potentialities and transformations. It is hypothesized that the agency of people and collectives is fundamental in the process. And, fundamentally, that the university needs structural transformations for the concrete realization of the inclusion and permanence policies.

Keywords: inclusion; democratization; politics; transformation.

Kbure akwẽ mnõ tâkãhã tkai wasissum snã krda mmrõ mnõwa psêdi kbure mã ("É importante conviver com a diversidade cultural, no mesmo espaço, na terra").

Damsõkekwa Xerente (2016)

Em 2013 Ercivaldo Damsõkekwa Xerente, egresso do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI), da Universidade Federal de Goiás (UFG), resolveu seguir seus estudos em nível de pós-graduação. Ele havia finalizado a graduação, quando se focou na área da cultura, uma das matrizes curriculares do curso em referência. As outras matrizes são da área da linguagem e da natureza. Desejava cursar o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), no nível de mestrado, na turma de 2014.

Damsõkekwa, cujo nome significa "o que abre trilhas", se preparou para o processo de seleção como todos os outros candidatos não indígenas, se deslocando para Goiânia no período do processo. Antes disso, redigiu um projeto intitulado *Organização social e processos próprios de aprendizagem do povo akwẽ*. Nele, buscava investigar a presença de práticas pedagógicas tradicionais na Escola Indígena Wakõmẽkwa, onde leciona, em sua aldeia xerente. E, além disso, buscava estabelecer uma relação interessante entre a organização social de seu povo e a noção de modos próprios de aprendizagem, presente no artigo 210 da Constituição Federal de 1988, o qual garante às escolas indígenas certa autonomia.

Apesar de ter o projeto, que foi avaliado por três professores da linha "Etnopolítica e processos de exclusão social", no PPGAS, aprovado com destaque, demonstrando ótima capacidade de problematização da realidade, boa perspectiva antropológica e, além disso, propondo uma pesquisa bastante pertinente e atual ao campo de estudos da educação escolar indígena, não passou na prova escrita teórica. Esta cobrava um domínio de literatura antropológica, a partir da leitura de alguns textos indicados previamente e, também, a escrita dissertativa, típica da academia.

Conforme Ramos (2013), que passou a dirigir atenção metodológica e teórica aos modos próprios de comunicação de populações indígenas, devemos nos atentar a eles quando nos referimos à presença indígena na universidade. Para a autora, por exemplo, enquanto a academia tem aversão à repetição, os modos indígenas valorizam

> o uso da repetição e a extrema paciência para ouvir. Fosse na intimidade das aldeias, na impessoalidade de fóruns políticos ou na formalidade de encontros acadêmicos, percebi nesses traços a feição que distingue o modo indígena de se comunicar e que passei a admirar, embora sem a competência e a perseverança necessárias para emular de forma sustentada. Foi preciso me debruçar sobre questões de epistemologias transculturais e sobre políticas da diferença para que essas impressões se transformassem em objeto de reflexão antropológica. (Ramos, 2013, p. 6).

Na mesma direção, Gasché (2008) nota que mesmo os profissionais que trabalham junto à questão indígena, por exemplo, não se dão conta das particularidades inerentes a outras epistemologias. Para o autor, "há que se reconhecer que os educadores interculturais ignoram essas propriedades sociopolíticas e culturais dos povos com os quais trabalham" (Gasché, 2008, p. 384, tradução minha). Para ele tal postura é muito grave, pois representa obstáculo à possibilidade de exercício de uma democracia ativa por parte dos indígenas (Gasché, 2008).

Consequentemente, ignorar modos próprios indígenas de expressão e organização do mundo reproduz processos históricos de exclusão. Nessa direção, para Echeita Sarrionandía e Sandoval Mena (2002, p. 32, tradução minha), "o fenômeno da exclusão social é mais amplo e não implica somente pobreza econômica, mas também todo tipo de problemas de acesso à habitação, à saúde, à educação e ao emprego".

Ercivaldo não foi igualmente aprovado na prova de inglês. Note-se que ele foi alfabetizado na língua materna e tem na língua xerente seu principal idioma de comunicação, especialmente entre seu povo. Ele foi alfabetizado em português apenas aos 19 anos, situação bastante comum para boa parte da população indígena brasileira. O português já é, portanto, seu segundo idioma, sendo obviamente importante em muitos contextos de comunicação fora da terra indígena akwẽ, como na cidade de Tocantínia, próxima de sua comunidade e na universidade.

A obrigatoriedade de uma língua de origem indo-europeia indica uma política linguística universitária que, dentre outras coisas, exclui contingentes populacionais específicos, apontando para uma política que desvaloriza a diferença, impondo obstáculos a determinados contingentes populacionais, mas não a outros.

A reprovação de Damsõkekwa fez com que o colegiado do PPGAS, no ano de 2014, tratasse da questão. Havia um certo consenso sobre o fato de que um

excelente candidato, do ponto de vista de sua capacidade para produzir antropologia assim como da possibilidade do programa em se abrir à populações anteriormente excluídas da universidade – como outros programas de antropologia social estavam começando a fazer pelo país –, não havia sido aprovado por conta de mecanismos ambíguos no processo de seleção, que acabava por seguir excluindo determinadas populações.

Em 2014, ainda, a partir das discussões mencionadas, o PPGAS buscou elaborar um edital com cotas, a fim de corrigir as imperfeições observadas no ano anterior. A UFG, através de sua procuradoria, não permitiu, entretanto, que o edital fosse lançado. O argumento era o de que o edital contemplando ações afirmativas não poderia ser lançado apenas em um programa da instituição, o que deveria gerar questionamentos para todos os outros programas de pós-graduação, ameaçando-os.

A solução era buscar tornar as ações afirmativas regulamentadas e institucionalizadas na UFG, ou seja, válidas para todos os programas de pós-graduação. A tarefa não parecia fácil, afinal, a princípio, imaginava-se que tal política fosse entendida e aceita de maneira distinta, de acordo com as áreas do conhecimento. Assim, se ela tem grande aceitação em um campo como o da antropologia social, poderia não ter em outros. Com o intenso e efetivo apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), de professores e professoras da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e também de outras faculdades, buscou-se então, criar uma resolução que contemplasse todos os programas. Além disso, precisava-se criar um consenso de modo que a resolução fosse aprovada.

Por meio de um diálogo intenso entre os programas, mediado pela PRPG, ficou acordado que cada um teria autonomia para elaborar seu processo de seleção, o que acabava por garantir e (re)afirmar o discurso do mérito e da excelência acadêmica – acessado por alguns que se colocavam contra a política. Conforme o artigo 3º da resolução, por exemplo,

> o processo seletivo dos Programas de Pós-Graduação será regido por edital específico, segundo os termos da Resolução Geral dos Cursos de Pós-Graduação da UFG, sendo garantida à coordenadoria, por meio do edital, a liberdade de definir critérios específicos para o ingresso dos discentes, considerando as especificidades das áreas do conhecimento e as diretrizes do órgão federal de avaliação e acompanhamento. (Universidade Federal de Goiás, 2015, p. 3).

Ao mesmo tempo, garantia-se que, pelo menos, 20% das vagas de todos os processos seletivos da pós-graduação na UFG fossem destinados às cotas para populações de pretos, pardos e indígenas. A minuta da resolução foi debatida na Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) em novembro de 2014. O Conselho Universitário (Consuni) rapidamente aprovou a resolução para a referida política de cotas na pós-graduação no dia 24 de abril de 2015.

Os debates, a elaboração da resolução e a aprovação tiveram, ao longo do processo, base em alguns elementos interessantes para se entender o que se passa na UFG, mas também nas outras universidades brasileiras.

A noção de autonomia universitária foi acessada a fim de evidenciar a possibilidade de a UFG aprovar uma resolução até certo ponto inédita no país. As metas da erradicação da pobreza e da desigualdade e o princípio de democratização da educação foram também centrais, reafirmando a assunção de que a educação superior tem um grande potencial de mexer em estruturas sociais enraizadas. Além disso, o fato histórico de que no Brasil apenas a elite econômica acessa, ao menos até há pouco tempo, de maneira hegemônica, as universidades públicas, as quais de maneira geral possuem maior qualidade do que as particulares, foi um dos argumentos centrais.

A universidade desse ponto de vista atuava – atua muitas vezes – como um espaço de reprodução das relações de poder. Isso a despeito de muitas experiências de formação de um pensamento crítico, contribuindo para o entendimento da América Latina e do mundo.

Por fim, a resolução ressaltava uma interpretação da legislação brasileira, identificando uma lacuna nela. Se há cotas na graduação e em concursos públicos, deve haver cotas na pós-graduação.

A turma de 2017 do PPGAS possui dois mestrandos indígenas – um Apinajé e uma Krahô – e uma quilombola. O processo de seleção foi modificado de modo que o texto dissertativo da prova teórica foi substituído por um interpretativo. No caso dos candidatos indígenas, considerou-se que o português já é uma segunda língua, dispensando a obrigatoriedade de uma prova de seleção em inglês. E o projeto solicitado passou a valorizar também aspectos da trajetória do candidato.

Entende-se, no PPGAS, que há agora um processo de seleção mais adequado. As transformações em referência buscam estabelecer relações mais próximas entre o ensino superior e a realidade brasileira, afastando-se de concepções

universitárias, baseadas sobretudo em categorias eurocentradas, as quais atuaram para que "a universidade tenha sido crucial no eventual deslocamento de formas de conhecimento existentes classificadas como tradicionais e entendidas como contrárias à modernidade" (Tlostanova; Mignolo, 2012, p. 234, tradução minha).

A enorme maioria dos outros programas de pós-graduação da universidade, entretanto, não possui pós-graduandos indígenas e/ou quilombolas, apontando para elementos contraditórios do processo brevemente descrito. Afinal, se os critérios e mecanismos de seleção, dentre outras coisas, não são modificados estruturalmente, pode-se questionar até que ponto a resolução é efetiva.

Nessa direção, segundo Santos (1989, p. 11), muitas vezes

> a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade, às pressões externas, enfim, à aversão à mudança.

A universidade, de maneira geral, apresenta grandes obstáculos a mudanças estruturais. Possui, portanto, modelo e dinâmica conservadores. Para Kerr (1982, p. 152, tradução minha), no mesmo sentido, "das 85 instituições atuais que já existiam em 1520, com funções similares às que desempenham hoje, 70 são universidades".

Sendo assim, a questão-chave a ser tratada diz respeito à necessidade de transformação em estruturas de funcionamento da universidade para que as políticas de inclusão e permanência elaboradas para a democratização universitária saiam do plano retórico e se tornem concretas. Ao mesmo tempo, deve-se refletir de que forma as políticas de inclusão que vêm sendo implementadas se relacionam com a noção de diferença.

Nessa perspectiva, este texto busca tratar de duas experiências particulares e interessantes de política de acesso e permanência na UFG – o Programa UFGInclui e o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena. O desenvolvimento do estudo tem como base a análise de alguns documentos institucionais, algumas entrevistas semiestruturadas, a observação participante de alguns eventos e a descrição do funcionamento das duas políticas.

Ambas as experiências apontam para transformações importantes no ensino superior, problematizando aspectos fundamentais da inclusão, permanência e democratização da universidade brasileira. Ambas apontam também para impactos, transformações, ambiguidades e limites específicos ao processo. A comparação entre as duas busca ressaltar a necessidade de transformações estruturais na dinâmica universitária, para uma real inclusão da diferença.

Note-se que a UFG já possuía algumas outras experiências que tratam da questão e, portanto, de maneira ainda fragmentada, gerava reflexões interessantes sobre as possibilidades, princípios, modos, procedimentos e impactos das políticas de inclusão. Alguns cursos foram sendo criados na década de 2000, como a graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária em 2006, na cidade de Goiás, e a graduação em Licenciatura em Educação do Campo em 2007.[1]

O Programa UFGInclui

O Programa UFGInclui, implantado efetivamente no concurso vestibular de 2009/1, está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). Foi criado pela resolução Consuni nº 29/2008 e seu funcionamento foi alterado ou complementado com as resoluções 20/2010, 18/2011 e 31/2012 (Universidade Federal de Goiás, 2012), indicando período importante de efetivação de políticas de inclusão na UFG e, mesmo, no país. Segundo a resolução,

> o desafio da inclusão social é um dos temas centrais da reforma universitária e uma questão importante que a envolve é a necessidade de uma clara política de apoio ao estudante com vistas não somente ao seu acesso ao ensino superior, mas à sua permanência plena nos cursos de graduação das universidades públicas brasileiras até a conclusão dos mesmos. (Universidade Federal de Goiás, 2008, p. 5).

1 Além de algumas outras ações, como a de permanência dos estudantes de baixa renda na UFG; o Programa de Bolsas Alimentação; o Programa de Bolsas de Monitoria; o Programa Institucional de Iniciação Científica; o Programa de Bolsas de Licenciatura; o Programa de Bolsas de Extensão e Cultura; o Programa de Bolsa Permanência; o Programa de Bolsas de Estágio; Creche; a Moradia Estudantil; o Serviço Odontológico; o Restaurante Universitário; o Programa de Concessão de Passagens para Alunos da Graduação.

O argumento central para a aprovação do programa se refere às "profundas desigualdades sociais quanto ao acesso e usufruto dos bens materiais e culturais que são produzidos socialmente" (Universidade Federal de Goiás, 2008, p. 5). Segundo Resende, Queiroz e Faria (2012, p. 122),

> o Programa considerava ainda que a "exclusão social" ou a "desigualdade" seriam tanto mais graves em Goiás porque apenas 14,71% dos 775.000 jovens com idades entre 18 e 24 anos teriam acesso ao ensino superior. E mais: que, na Região Centro-Oeste, 72,6% dos jovens realizavam o ensino médio em escola pública e constituíam um contingente predominantemente situado nas classes C, D e E; que as informações fornecidas pelo Centro de Seleção acerca dos inscritos e classificados nos processos seletivos no período de 2004 a 2008 apontavam para "uma predominância dos estudantes negros (pretos e pardos) como oriundos das classes de menores rendimentos"; que os negros (pretos e pardos) têm mais dificuldade para se classificarem nos cursos da UFG.

Para isso o programa abrange uma série de ações para a preparação, acesso e permanência de estudantes indígenas, negros e da escola pública na universidade. Tais ações contemplam desde a criação de curso preparatório, a isenção de taxas e a reformulação de provas do processo seletivo, a ampliação dos serviços de assistência estudantil, a divulgação das ações de inclusão social na instituição e nas comunidades, com oficinas que esclarecem como ingressar na UFG, por exemplo, e o acompanhamento da trajetória acadêmica dos ingressantes.

No início, o programa estabelecia uma reserva de 10% das vagas de cada curso para estudantes de escola pública e estudantes negros de escola pública. Além disso, havia (há ainda) a criação de uma vaga adicional em cada curso para indígenas e quilombolas, e quinze vagas reservadas no curso de Libras para estudantes surdos. Desde o concurso vestibular de 2013, passa-se a abranger especificamente apenas quilombolas e indígenas de escolas públicas, além de estudantes surdos no curso de Libras. Outros candidatos que optam pelas cotas são incluídos na Lei de Reserva de Vagas.

Se o número de ingressantes não era alto no início, em 2016 recebeu o maior grupo de estudantes, 84 indígenas e quilombolas. Um elemento importante para o crescimento é a divulgação dos estudantes veteranos, outro elemento é o aperfeiçoamento do programa. Com isso, a UFG atualmente conta com cerca

de 60 estudantes indígenas de diversas populações e cerca de 100 quilombolas de distintos povos. Todos têm direito à estrutura proporcionada pelo programa, assim como, desde 2010, recebem a Bolsa Permanência, política vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Ministério da Educação (MEC). Além disso, o programa atualmente busca criar mecanismos para garantir um "acolhimento imediato", garantindo moradia, alimentação e bolsa até quando o MEC disponibilizar a primeira bolsa.

O programa realiza reuniões anuais de avaliação dos resultados a fim de aperfeiçoar seus mecanismos e procedimentos. O *Relatório final do Seminário de Avaliação UFGInclui 2015*, referente ao ano em questão, por exemplo, teve como base

> o seminário de avaliação UFGInclui 2015, realizado em 10 de dezembro de 2015, pela Pró-Reitoria de Graduação, com apoio do Coletivo União os Estudantes Indígenas e Quilombolas da UFG, [e] objetivou a análise do Programa UFGInclui a partir dos seguintes aspectos: apresentação crítica das ações desenvolvidas pela UFG diretamente relacionadas ao acesso e permanência dos acadêmicos indígenas e quilombolas; avaliação qualitativa por parte dos estudantes integrantes do Programa UFGInclui em relação ao seu acesso e permanência na UFG; integração solidária entre estudantes indígenas, quilombolas, surdos, professores, pesquisadores e demais interessados na promoção e aprimoramento do Programa UFGInclui (Relatório..., 2015, p. 2).

O relatório apresenta aspectos importantes do acesso e permanência dos acadêmicos indígenas e quilombolas, identificando obstáculos, os quais têm a ver em grande parte dos casos às demandas socioeconômicas, como acesso à casa do estudante, renda para os primeiros meses em Goiânia, dentre outros. Mesmo com a estrutura garantida pelo programa, há vários entraves para a permanência dos ingressantes, indicando a complexidade da situação na universidade e das políticas de inclusão e diferença.

A moradia estudantil, por exemplo, representa um problema sério a ser tratado, seja pelo fato de não contemplar todos os ingressantes, seja pelos conflitos internos decorrentes das relações entre coletivos culturalmente distintos. Além disso, não se consideram ainda particularidades bem como características das populações em referência, como a necessidade de moradia para casais

com filhos e, também, para quilombolas da Grande Goiânia. Isso, pois a política habitacional não se destina a tais categorias.

Nessa direção, no final de 2016, o programa conquistou duas moradias estudantis. Uma se localiza no Campus 1 – Colemar Natal e Silva e outra no Campus 2 – Samambaia, aumentando o número das vagas ofertadas e garantindo a manutenção de relações entre os participantes, o que, parece, vai melhorar a situação, possibilitando uma convivência próxima entre as populações indígenas e quilombolas, de modo a que possam viver na cidade, de certa forma menos distantes das demandas e relações de suas populações.

Há problemas igualmente em relação ao preconceito, discriminação e racismo identificáveis nas relações entre essas populações e outros membros da comunidade universitária. Em encontro realizado com parte do coletivo UFGInclui, na aula da disciplina Antropologia e Educação, oferecida no PPGAS no ano de 2015, alguns desses obstáculos foram relatados. Eles se referiam sobretudo a episódios de preconceito e discriminação que acontecem tanto entre discentes como com relação à docentes, nestes casos especificamente, a partir da reafirmação de relações de poder entre docente e discente. Há casos, inclusive, que apontam para o fato de que a partir das relações de preconceito e racismo, estudantes do programa passam a ter problemas de fluxo na trajetória acadêmica, ficando estagnados em algum período do curso. Nessa direção, uma das reivindicações dos participantes é a qualificação de docentes, técnico-administrativos e funcionários terceirizados da UFG de modo que se mitiguem os conflitos decorrentes da falta de conhecimento das pessoas em como se lidar com a diferença.

O problema de fluxo, bastante sério, pois tem como consequência, muitas vezes, a evasão, tem a ver também, conforme relatado, com a rigidez dos currículos, baseados em dinâmicas disciplinares, conteudistas e repletas de requisitos e amarras. Assim, por exemplo, a reprovação em uma disciplina particular pode acarretar igualmente na estagnação do acadêmico em algum momento do curso.

Conforme Lima, Bianchi e Herbetta (2014, p. 2),

> ao longo deste processo o percentual de alunos que evadem é bastante significativo, pondo em questão a condição inclusiva que nomina o próprio programa que articula tais iniciativas. Os registros acerca dos caminhos pelos quais se constrói essa evasão foram mapeados pela UFG e podem ser percebidos por meio do gráfico abaixo, presente no referido estudo confeccionado pela Prograd.

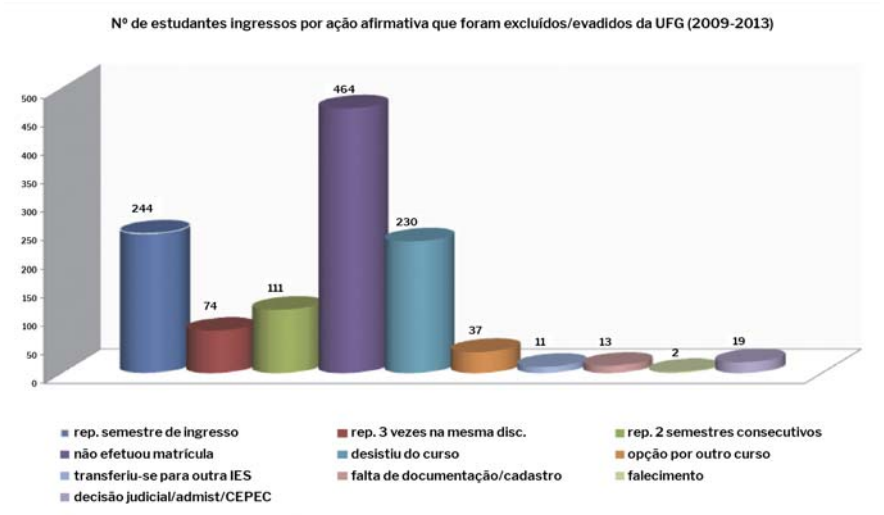


Gráfico 1. Evasão UFGInclui. Prograd.

Para os mesmos autores há uma grande variedade de elementos que atuam para a evasão dos alunos (Lima; Bianchi; Herbetta, 2014, p. 2). Tais elementos em alguns casos não possuem relação concreta com a universidade, como problemas de saúde e falecimento, mas na maioria dos casos têm relação direta com a estrutura e dinâmica universitária, o que implica inevitáveis questionamentos acerca da real condição inclusiva da UFG.

Ademais e na mesma direção, segundo Resende, Queiroz e Faria (2012), há mecanismos implícitos que fazem com que a exclusão se reproduza no interior do programa, de sorte que os cursos mais concorridos como medicina, engenharia e direito, por exemplo, sejam acessados por alunos com perfil que aponta para condições de renda superior, no espectro do perfil de estudante do programa. Segundo as autoras, pode-se observar um processo no qual em muitos casos "entre os 'excluídos', a exclusão se reproduz e a inclusão se efetiva de maneira desigual. Assim, os mecanismos de exclusão se repõem dentro das propostas das ações afirmativas que sugerem incluir todos" (Resende; Queiroz; Faria, 2012, p. 133).

O Programa UFGInclui vem passando por uma série de reformulações. Tais transformações buscam superar entraves para a permanência dos acadêmicos e acadêmicas na universidade, como a formação de um coletivo entre alunos negros e indígenas, denominado Coletivo União dos Estudantes Indígenas e

Quilombolas da UFG – que funciona a partir de encontros presenciais, rodas de conversa e redes sociais, e fortalece sobremaneira o protagonismo dos estudantes no processo e na instituição –, além da destinação de um espaço físico, com estrutura adequada, no prédio do Centro de Convivência da UFG.

Tais conquistas são fundamentais para o desenvolvimento do programa e buscam superar os obstáculos identificados no processo de inclusão e permanência da instituição.

O Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena

O NTFSI existe há dez anos e conta com cerca de 250 professores e professoras indígenas dos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. A maioria deles atua como docente na escola de suas comunidades. O núcleo está lotado na Faculdade de Letras (FL), por conta da formação de professores que o fundaram, assim como de aspectos burocráticos da UFG. Por conta disso, o núcleo não pode constituir um departamento independente, como parece ser o mais adequado. Note-se que o número de alunos corresponde a cerca de 30% dos alunos de toda a FL.

O Gráfico 2 apresenta o crescimento do número de alunos ao longo dos anos.

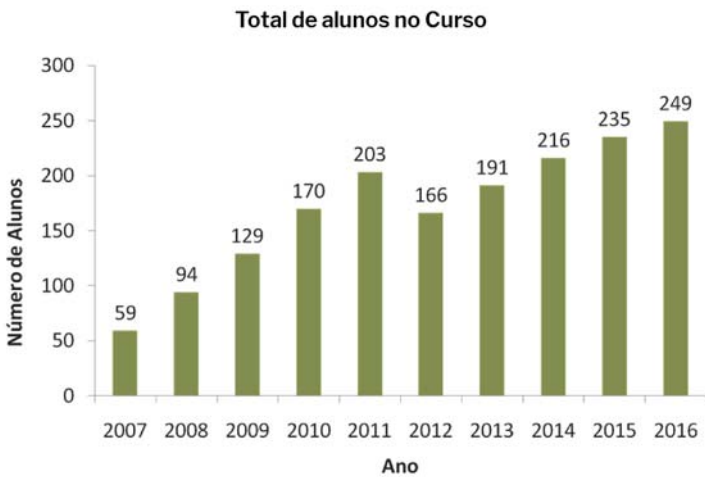


Gráfico 2. Total de alunos NTFSI (Bianchi, 2015).

Note-se que é preponderante o ingresso de discentes do sexo masculino, apontando para interessante aspecto do campo da educação escolar indígena e, nesse caso, especificamente, do NTFSI. Vale apontar igualmente que os jovens são maioria no curso. Os dois marcadores – sexo e idade – ainda não contam com dados sistematizados, entretanto, visualmente são características marcantes e não variam substancialmente entre os povos que constituem o espaço.

O número de ingressantes (Gráfico 3) variou ao longo da década, se estabilizando entre 2013 e 2015 com a oferta de 60 vagas anuais. Tais vagas são oferecidas em concurso vestibular específico anual, o qual é realizado no final de cada ano em alguns polos distintos, como Imperatriz (MA), Palmas (TO) e São Félix (MT), de acordo com a demanda indígena. O vestibular é organizado pelo Centro de Seleção, mas é distinto do oferecido pela UFG para os outros cursos. Ele normalmente possui uma redação com tema ligado à questão indígena brasileira, uma entrevista e a análise de títulos, valorizando a experiência docente do candidato.

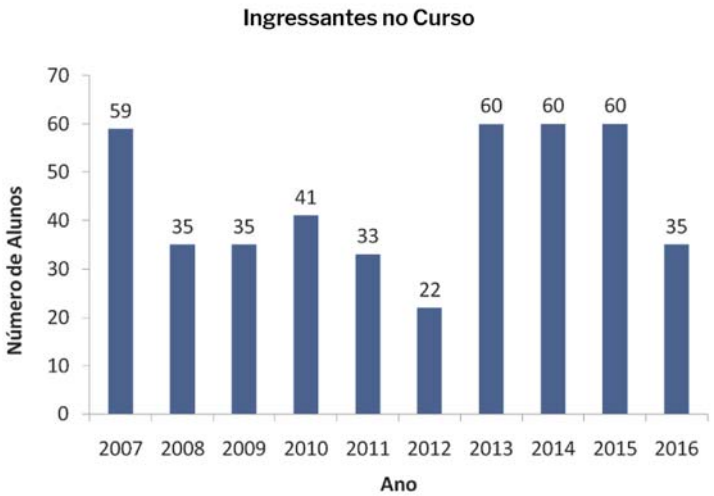


Gráfico 3. Ingressantes NTFSI (Bianchi, 2015).

O mesmo gráfico aponta também para uma pequena queda na oferta de vagas nos últimos dois anos. A queda no número de ingressantes enfraquece a política de inclusão da instituição e tem duas causas principais. Em primeiro lugar se refere ao não crescimento da estrutura do núcleo – número de professores efetivos, salas de

aula, equipamentos e técnicos. Há 12 professores doutores com dedicação exclusiva, ligados diretamente ao núcleo, que possui um edifício constituído por salas de aula, de professores, secretaria e espaços de reunião. Nesse sentido, a estrutura se tornou pequena para o tamanho do curso. Em segundo lugar, tem a ver com a crise de recursos para a educação que assolou o país desde 2016, cortando receitas previstas.

O núcleo é constituído por curso de graduação e de pós-graduação no nível de especialização. O objetivo da especialização é o de produzir, junto com cada população indígena envolvida no projeto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola indígena. Essa proposta busca colaborar com uma transformação radical da escola indígena, a qual agora tem a possibilidade de existir com base em modos próprios de ensino e aprendizagem, assim como em conceitos atuais em relação ao campo em questão, como o da interculturalidade crítica (Walsh, 2013, p. 23-67), o da transdisciplinaridade e o da contextualização.

Note-se que a interculturalidade é tratada igualmente a partir da noção de relação de poder implícita nas relações interculturais, mesmo na universidade e, inclusive, no interior do NTFSI. Dessa forma, concorda-se com Gasché (2008, p. 373, tradução minha) quando ele afirma que "não podemos pensar a interculturalidade sem a relação dominação/submissão. Falar de interculturalidade como uma relação horizontal não é nada mais do que um eufemismo para disfarçar relações verticais". Da mesma forma, o NTFSI busca problematizar o senso muitas vezes existente em instituições de ensino sobre a existência de uma interculturalidade sem conflitos. Para o mesmo Gasché (2008, p. 376, tradução minha), esse senso equivocado seria "a utopia que sustenta o discurso educativo intercultural majoritário [*mainstream*] no mundo de hoje".

Atualmente, há cerca de 150 professores indígenas formados no nível da graduação – conforme a Tabela 1 – e 100 no nível da especialização.

Tabela 1. Egressos NTFSI (Bianchi, 2015).

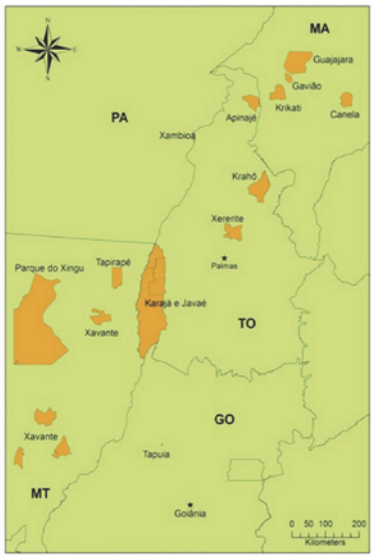
Egressos da Educação Intercultural				
TURMA	CIÊNCIAS DA CULTURA	CIÊNCIAS DA LINGUAGEM	CIÊNCIAS DA NATUREZA	**TOTAL**
2007	17	20	13	50
2008	14	12	5	31
2009	11	4	15	30
2010	4	13	4	21
2011	6	8	8	22
TOTAL	**52**	**57**	**45**	**154**

O espaço vem se constituindo como referência entre professores e professoras indígenas, assim como para intelectuais indígenas e não indígenas. Isso, a partir da consolidação de princípios e práticas inovadoras no campo da educação intercultural, o que faz igualmente com que, ao longo do tempo, o número de povos indígenas participantes do projeto, aumente – conforme mostrado a seguir (Quadro 1).

O NTFSI conta hoje com a participação de cerca de 21 distintas populações indígenas, entre elas, os Krahô, Apinajé, Javaé, Karajá, Kayapó, Guarani, Xambioá, Canela, Gavião, Guajajara, Juruna, Krikati, Mehinaku, Tapirapé, Xerente, Kamaiurá, Timbira, Waurá, Xavante, Xacriabá e Tapuia.

Povos Indígenas na Educação Intercultural

Ano	Etnias
2007	7
2008	9
2009	9
2010	11
2011	12
2012	12
2013	16
2014	17
2015	19
2016	21



Quadro 1. Populações indígenas NTFSI (Bianchi, 2015).

A dinâmica de estudos é baseada na pedagogia da alternância. Duas etapas de estudo são realizadas em Goiânia, no Campus Samambaia. Elas se realizam nos períodos de janeiro-fevereiro e julho-agosto. Cada uma tem por volta de 35 dias.

Nesses momentos, os acadêmicos indígenas se acomodam especialmente nos bairros Itatiaia e Alice Barbosa, próximos do campus, e transformam de maneira interessante as relações e paisagens da região, ocupando praças, bares, restaurantes e espaços convencionalmente não indígenas, o que é bastante marcante para a população não indígena desses lugares. Se o aspecto positivo é o estabelecimento de outras relações interétnicas, já que os acadêmicos indígenas são igualmente estudantes da UFG, status valorizado na região, o aspecto negativo é que se criam práticas de exploração efetivadas em aluguéis e outros serviços caros oferecidos aos indígenas.

Outras duas etapas são realizadas em terra indígena, de modo que professores efetivos e colaboradores do NTFSI se dividem entre as diversas populações e realizam atividades em cada uma das aldeias participantes. Nessas ocasiões é bastante importante o envolvimento da comunidade que participa de uma série de ações. Tal proposta tem como objetivo estabelecer relações próximas com a comunidade, de modo que as respectivas populações indígenas são sempre chamadas a participar das pesquisas, avaliações, seminários e, inclusive, das bancas de defesa. Essa proposta do NTFSI é bastante valorizada por todos os participantes e gera vínculos importantes entre professores indígenas e não indígenas e entre universidade e comunidade. É comum ouvir de anciãos e anciãs elogios referentes ao fato de que há um envolvimento concreto entre os diversos agentes mencionados.

O núcleo buscou se formar e tenta se desenvolver sempre em relação às epistemologias indígenas. Dessa forma, tem sua dinâmica voltada para o diálogo intercultural, o qual referencia o PPP do mesmo, a matriz curricular e as práticas pedagógicas elaboradas. Cada professor indígena cursa uma matriz básica de dois anos e uma matriz específica de mais três, quando opta por se aprofundar nas áreas da linguagem, natureza ou cultura.

Ao final do curso defende o trabalho extraescolar em sua comunidade, baseado na sistematização de um saber intra e intercultural, e apresenta um relatório de estágio, acerca de sua prática na escola indígena. Nesse sentido, a instituição universitária passa a aceitar uma defesa acadêmica realizada em outros espaços, os quais eram anteriormente invisibilizados nos procedimentos acadêmicos.

As defesas nas comunidades são organizadas coletivamente a partir das particularidades de cada população. Elas podem durar muitas horas e contar

com cantoria, choro ritual, pintura corporal e outros elementos comuns aos ritos de cada povo. Ademais se deve notar que a banca é composta por professores não indígenas e por anciãos e anciãs indígenas e o procedimento pode ser todo realizado na língua materna, alterando bastante os ritos acadêmicos.

Além da interculturalidade, as noções de contextualização e de transdisciplinaridade são centrais para a operacionalização do curso. A interculturalidade é baseada em primeiro lugar na assunção de que a relação interétnica entre indígenas e não indígenas é conflituosa, como já mencionado. Em segundo, no esforço de se estabelecer um diálogo simétrico entre índios e não índios, do qual deve emergir aspectos centrais da epistemologia indígena. A contextualização tem como base a noção de que a situação em tela deve ter relação direta com a questão indígena contemporânea e a educação escolar indígena deve estar plenamente conectada às demandas das respectivas comunidades.

A transdisciplinaridade busca ser praticada a partir da ideia de que o currículo é formado por temas contextuais – e não disciplinas –, quais sejam, temas que pertencem ao universo cultural indígena, que não recorta o saber, mas o vive de forma associada e conectada. Essa dinâmica forma um currículo pautado nos temas da sustentabilidade e diversidade, oposto, portanto, às ideias de fragmentação dos saberes e universalização do conhecimento, implícitas na noção de disciplina.

Conforme Pimentel da Silva e Borges (2013, p. 63-92), os temas contextuais rompem com a tendência disciplinar de lidar com os conhecimentos. Desse modo, segundo a autora, os saberes indígenas entram na escola não pelos cânones hegemônicos da cientificidade tradicional, mas pela liberdade de se produzir outras contextualidades epistêmicas. Segundo o PPP do curso,

> pretende-se com essa proposta curricular propiciar ao professor indígena uma formação que lhe dê condições para promover qualquer tipo de ensino, seja ele monolíngue, bilíngue, ou de qualquer outro tipo, independente da área que ele escolha para se especializar. Isso possibilitará ao professor não ser apenas um especialista, mas um profissional capaz de assessorar sua comunidade, como também lidar com os conhecimentos específicos de forma plural. O importante é que o professor tenha condições de colocar, efetivamente, a escola a serviço de

> sua comunidade, contribuindo com o desenvolvimento dos projetos de melhoria de vida. (Universidade Federal de Goiás, 2006, p. 32).

As atividades já mencionadas, assim como outros assuntos, tais como a logística de chegada de indígenas para a etapa em Goiânia e vice-versa, assim como questões pessoais, são tratadas no âmbito do que se chama comitê. Este é composto pelo grupo de professores e professoras indígenas pertencentes a um povo e por um ou dois professores não indígenas. O comitê reúne-se regularmente nas etapas a fim de tratar dos temas supracitados. E mantém contato ao longo do ano, entre as etapas, organizando eventos e outras atividades.

O comitê é constituído igualmente a partir da participação dos sábios da comunidade. São eles que legitimam ações e políticas estabelecidas nos grupos, assim como determinam demandas e atividades importantes para o desenvolvimento das atividades do NTFSI. Acabam também por criar uma rede entre gerações de uma mesma população e mesmo entre os distintos povos, já que por vezes professores de um comitê participam nas atividades de outros.

No âmbito do comitê observa-se claramente a interaprendizagem, cada população e sujeito contribuindo com o conhecimento do outro e se apropriando de novos saberes. Nessa direção, para Gasché (2008, p 392, tradução minha), "interaprendizagem é a palavra-chave que evoca o processo fundador de todo projeto de educação intercultural. Esse processo fundador expressa também uma relação de reciprocidade entre indígenas e não indígenas com benefício mútuo para expansão da capacidade de ação politica transcendente".

A dinâmica do comitê tem como objetivo produzir pesquisa/conhecimento de maneira coletiva acerca de temas relevantes para as comunidades, rompendo com pressupostos individualistas na produção e transmissão do conhecimento. O número de comitês vem crescendo ao longo dos anos, conforme se mostra a seguir (Gráfico 4). Isso de acordo com a entrada de novas populações indígenas, o que, se por um lado é muito positivo, permitindo o acesso de outras populações à universidade, as quais enriquecem sobremaneira as aulas e produções do núcleo, por outro lado representam os limites estruturais da instituição, os quais fazem, por exemplo, com que a oferta de vagas no vestibular venha diminuindo.

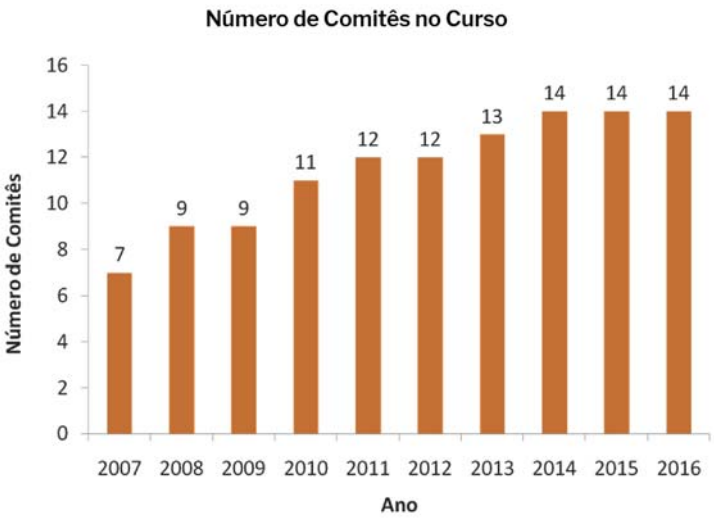


Gráfico 4. Comitês NTFSI (Bianchi, 2015).

Nesse cenário, no que se refere à evasão, o curso de Licenciatura Intercultural apresenta resultados inversos aos do UFGInclui e aos de muitos outros cursos da universidade, nos quais esse tema é um grande problema. O índice de evasão do NTFSI é baixíssimo. Isso acontece pelo fato de que ali se promovem efetivamente transformações estruturais na dinâmica universitária, problematizando e rompendo com pressupostos e mecanismos convencionais da academia, como a dinâmica disciplinar dos currículos, a rigidez dos calendários, as políticas monolíngues que supervalorizam o português e, muitas vezes, o inglês e o francês, em detrimento de idiomas indígenas. E fortalecem-se também relações fundamentais para um efetivo processo de ensino e aprendizagem, como entre docentes e discentes, entre universidade e comunidade, assim como entre docentes indígenas e suas populações.

Além disso, a partir do NTFSI cria-se uma série de políticas editorias, as quais já são responsáveis pela produção de material didático e paradidático de autoria indígena, assim como livros e artigos acadêmicos de autoria indígena e não indígena, os quais refletem sobre a realidade da educação escolar, da educação intercultural, assim como sobre a questão indígena brasileira. O núcleo é, inclusive, um dos responsáveis pelo lançamento da revista *Articulando e*

Construindo Saberes, que prima por uma política editorial inovadora, que contempla o conhecimento produzido em um diálogo intercultural e aceita os saberes produzidos nos diversos idiomas indígenas. Note-se então que há uma produção de literatura acadêmica em língua materna, rompendo com cânones da produção acadêmica tradicional.

A própria presença física do NTFSI, cujo prédio se diferencia dos outros da instituição por possuir especialmente uma oca central, espaço circular usado para reuniões, lançamentos de livros e periódicos, aulas e confraternizações, chama a atenção de outras pessoas da comunidade universitária. Muitas delas não possuíam nenhum conhecimento da questão indígena do país. Não são raros os casos de pessoas entrarem no núcleo e começarem um processo de conhecimento do tema em tela, alterando suas concepções sobre a situação indígena no país. Muitos estudantes de outros departamentos se aproximam igualmente produzindo seus TCCs, dissertações e teses, como a dissertação "*Temos que ajuntar o conhecimento*": *professores indígenas e interculturalidade* (Pereira, 2015), por exemplo, a qual busca analisar a formação dos acadêmicos indígenas a partir do conceito de interculturalidade.

Considerações finais: políticas de transformação e diferença a partir das possibilidades e limites das ações de inclusão e permanência da UFG

O texto buscou apresentar algumas políticas da UFG que se referem à inclusão e permanência de coletivos culturalmente diferenciados, como a instauração das cotas na pós-graduação, a criação de alguns programas, como o UFGInclui, e a criação de cursos diferenciados como o de Licenciatura em Educação do Campo e, especialmente, o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena. A partir do contexto particular da referida instituição, pode-se pensar, de maneira mais geral, na implementação de tais políticas no sistema de educação superior brasileiro e na noção de democratização da universidade. Deve-se notar igualmente a relação intrínseca entre políticas públicas e práticas acadêmicas.

Como se observa, o período que se inicia em meados dos anos 2000 é bastante importante do ponto de vista da implementação concreta de tais políticas

e práticas, as quais apresentam melhora substancial no acesso e na permanência (um pouco menos) de coletivos culturalmente diferenciados e, simultaneamente, expõem contradições e tensões implícitas à estrutura universitária, as quais promovem obstáculos reais para a efetivação das ações. Para Santos (1989, p. 32), por exemplo, "nos últimos vinte anos a universidade tem-se vindo a confrontar com a progressiva erosão das dicotomias que sustentam a sua estabilidade e a sua especificidade institucionais: alta cultura/cultura popular; educação/trabalho; teoria/prática".

Note-se que essa situação se diferencia da realidade do sistema universitário em outras partes do mundo, já que "o plano Bolonha na Europa e o Encontro de Davos, no que se referem ao futuro da universidade, estão transformando a noção de aprendizagem em um instrumento para a eficiência e o desenvolvimento econômico, posicionando o 'conhecer para gerir' como central na universidade corporativa" (Tlostanova; Mignolo, 2012, p. 356, tradução minha).

Pode-se perceber igualmente que a universidade não é algo homogêneo, sendo constituída por diversas tendências e pessoas, as quais buscam, muitas vezes, solucionar seus dilemas e problemas. Assim, é a partir das situações particulares que se apresentam e da agência de pessoas e coletivos que obstáculos são solucionados e a instituição vai se transformando, como a instauração de cotas na pós-graduação, por exemplo.

Da comparação entre o Programa UFGInclui e o NTFSI pode-se aventar uma série de implicações, transformações e limites na estrutura universitária em tela. Pode-se afirmar, especialmente, a necessidade de transformações estruturais na universidade.

Ambas as experiências têm início em meados da década de 2000, indicando período importante para a efetivação de políticas que visam a democratização da universidade, como mencionado. Conforme observado, há várias outras experiências no período na UFG que se referem a práticas inclusivas, assim como acontece em outras universidades públicas brasileiras.

Todas elas buscam colaborar para que coletivos culturalmente diferenciados, como quilombolas e indígenas, assim como populações racializadas e marginalizadas, antes excluídas do espaço universitário, possam aceder e permanecer no ensino superior, constituindo suas trajetórias acadêmicas. O objetivo delas é o de transformar estruturas arcaicas de poder, nas quais as populações com caráter eurocentrado assumem as posições de maior poder

na sociedade. Ao mesmo tempo, têm como eixo proporcionar a essas outras populações acesso a um capital cultural e social valorizado, o conhecimento acadêmico. Para Castro-Gómez (2005, p. 119, tradução minha), por exemplo, "a instituição universitária funcionava na Colônia como um rígido mecanismo de legitimação da brancura como capital cultural herdado".

Busca-se sobretudo transformar o espaço universitário. Para Santos (1989, p. 45),

> a universidade foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido pôr a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses.

No contexto aqui apresentado, o Programa UFGInclui busca se transformar a partir das demandas apresentadas pelos ingressantes no programa. Tais demandas têm relação sobretudo (mas não só) a aspectos socioeconômicos, fundamentais para a permanência das diversas populações na cidade de estudo e para garantir condições de sobrevivência digna a elas. Nesse sentido, percebe-se claramente que o programa vem ao longo do tempo tendo importantes conquistas, como a casa estudantil, políticas de acolhimento imediato, espaços físicos na universidade entre outros.

Simultaneamente, percebe-se que se apresentam regularmente alguns obstáculos mais difíceis de superação, como: 1) a falta de conhecimento de grande parte da população não indígena e não quilombola dos contextos particulares em questão, o que gera, em muitos momentos, casos de discriminação e racismo; 2) a, às vezes, difícil relação entre discentes e docentes, o que em alguns casos pode gerar um entrave na trajetória acadêmica do discente; 3) a própria rigidez da estrutura universitária, que tem dificuldades e mesmo impossibilidade de entendimento de outras epistemologias, o que faz com que o aluno culturalmente diferenciado deva obrigatoriamente se adaptar a práticas burocráticas, avaliativas, pedagógicas e culturais distintas da sua.

Nessa direção vale destacar, por exemplo, que o regime disciplinar e conteudista característico da academia, assim como as noções e individualização, presente muitas vezes no sistema de avaliação e excelência, presente no

discurso de produção do conhecimento acadêmico, se afasta dos regimes de conhecimento ameríndios (e quilombolas), prejudicando a trajetória acadêmica dos estudantes. Segundo Krenak (2015, p. 147), "a solidariedade indígena está fundada em princípios que não são os princípios do confronto; não são os princípios da perspectiva da revolução burguesa, da revolução moderna".

Pode-se dizer, portanto, que se o Programa UFGInclui é bastante importante no que se refere a inclusão e permanência, cumprindo papel relevante para o acesso de populações antes excluídas do espaço universitário, e simultaneamente apresenta limites quase intransponíveis, que se referem sobretudo a uma concepção antiga e estática de universidade e a uma perspectiva que ignora efetivamente a diferença. Nessa direção, para Tlostanova e Mignolo (2012 p. 245, tradução minha), "a lógica da epistemologia ocidental e imperial consiste na efetivação de um metadiscurso que se autovalida desqualificando a diferença".

Sendo assim, as transformações observadas no Programa UFGInclui são mais pontuais e a inclusão traz um caráter de integração. Tal situação ambígua se apresenta em outros espaços acadêmicos. Carvalho (2005-2006, p. 88-103) já havia notado o número incrivelmente baixo de docentes negros em instituições universitárias, mesmo após anos de discussão e política de cotas. Munduruku observou algo similar em relação a muitos cursos destinados às populações indígenas. Segundo ele,

> basta lembrar, para isso, que o domínio da escrita do pariwat é justificado pela necessidade de ler a realidade brasileira que, a priori, não faz parte do imaginário indígena. De modo que, a meu ver, foi-se criando uma necessidade nos jovens nativos de apreender conceitos e teorias que não cabem no pensar holístico e circular de seus povos. Esta agressão ao sistema mental indígena, fruto de uma história da qual não somos culpados, mas sobre qual temos responsabilidade, acaba se perpetuando nas novas políticas inclusivistas levados [sic] a efeito por governos nas três esferas. Conclusão: nossos jovens se vêm [sic] obrigados a aceitar como inevitável à [sic] necessidade de ler e escrever códigos das [sic] quais prefeririam não aprender e não lhes é dado o direito de recusar sob a acusação de preguiça ou descaso para com a "boa vontade" dos governos e governantes. (Munduruku, [s.d.]).

Conforme a afirmação acima, o processo de acesso, permanência e formação superior indígena, assim como ações no âmbito da educação escolar, pode, a

despeito de uma retórica interessante, cair no erro de impor os códigos e modelos de uma epistemologia eurocentrada, reproduzindo a mesma dinâmica de dominação presente nas políticas integracionistas, que imputavam às populações indígenas outros saberes em detrimento dos modos próprios de se conceber o mundo.

O NTFSI por sua vez constitui uma experiência distinta dentro da instituição. Como se pôde observar, busca promover transformações estruturais na universidade. Em primeiro lugar, não trabalha a partir da dinâmica disciplinar, convencional no meio acadêmico ocidental. O núcleo possui uma matriz curricular baseada na dinâmica do que se chama "tema contextual", a qual, dentre outras coisas, rompe com a hierarquização e fragmentação dos saberes, constituindo uma proposta de transdisciplinaridade. Assim, a matemática não é mais importante do que a música, por exemplo. E a formação acadêmica é baseada em temas que têm relação mais próxima com as demandas indígenas do país, assim como com a formação de professores indígenas para as escolas das comunidades.

Para Lewis Gordon (2011), o regime disciplinar aponta para um modo de produção e organização do conhecimento vinculado aos saberes ocidentais e à noção de modernidade, reforçando categorias como hierarquia e descontextualizando a realidade. Nesse sentido, para o autor a disciplina reduz os saberes ao ocidental e fortalece a noção de poder, baseada no que chama de fetichização do método, quando este é mais importante do que o resultado.

A dinâmica do NTFSI busca também romper com a excessiva individualização do processo de produção e transmissão do conhecimento. Como se viu, a noção de comitê é base para o funcionamento do curso. Ela indica uma tendência à prática coletiva que se dá desde a orientação dos trabalhos até o desenvolvimento das pesquisas e logística das etapas. Além disso, há claramente uma política linguística bastante inovadora. E uma política editorial que problematiza e rompe com a dinâmica da produção acadêmica ocidental.

A percepção de acadêmicos indígenas do NTFSI, assim como de intelectuais indígenas e não indígenas que conhecem a dinâmica do núcleo, é bastante positiva e chama a atenção. Da mesma maneira, o índice de evasão é mínimo. Nessa perspectiva, para Santos (1989, p. 65), "é necessário repensar inovadora e radicalmente a idéia de universidade para que esta se possa transformar numa universidade de idéias".

Como mencionado, é fundamental a agência de pessoas e coletivos para a transformação da universidade e o aperfeiçoamento das políticas de inclusão e diferença. É a partir de ações e demandas específicas que se podem desencadear modificações importantes, as quais problematizam e rompem com elementos fundantes de uma universidade elitista e excludente.

Damsõkekwa, por exemplo, mencionado no início do texto, insistiu de maneira perseverante em seu desejo de cursar a pós-graduação e, em 2014, foi aprovado na seleção do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ligado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, lotado na PRPG.

Em dezembro de 2016, Ercivaldo defendeu sua dissertação, intitulada *Processos de educação akwẽ e os direitos indígenas a uma educação diferenciada: práticas educativas tradicionais e suas relações com a prática escolar*, pela qual foi aprovado com louvor. Tornou-se assim o primeiro Xerente a obter o título de mestre, assumindo status diferenciado em sua comunidade e região.

Conforme Damsõkekwa Xerente (2016, p. 3), o estudo teve

> o objetivo de compreender as relações entre o seu modelo próprio de educação, baseado na oralidade, e os modelos e práticas educativas escolarizadas, baseadas na escrita. Para tanto, faço uma descrição do sistema e dos processos tradicionais de formação e socialização dos jovens *Akwẽ* e do *Warã*, instituição educativa, conduzida pelos velhos que são responsáveis por essa formação. Também observei as práticas cotidianas da aldeia *Kakumhu*/Riozinho e da escola *Wakõmẽkwa*, locais escolhidos para realização da pesquisa etnográfica.

A população xerente possui agora mais uma base de conhecimentos sistematizado para pensar seus processos de ensino e aprendizagem e o papel da escola na comunidade. Intelectuais indígenas e não indígenas possuem mais subsídios para pensar o campo de estudos em tela. E a universidade tem a potencialidade de se transformar a partir das novas ideias e práticas propostas. Há outros egressos do NTFSI em programas de pós-graduação pelo país, em linguística, antropologia, letras e estudos ambientais, distribuídos em distintas universidades, como a UFG, Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Há egressos do UFGInclui entrando igualmente na pós-graduação.

Se o cenário apresentado aponta ambiguidades e limites, os quais evidenciam a complexidade da situação, a atuação dos agentes e coletivos, e a criação e reelaboração de políticas e práticas para a inclusão e permanência, indicam que a universidade vem tentando ser um espaço mais democrático. Ao mesmo tempo, fica evidente que para que tais políticas não tenham um caráter integracionista, buscando apenas apagar a diferença, como historicamente foi (e ainda é na maioria dos casos) a relação entre o Estado e tais contingentes populacionais, é necessário a transformação de estruturas acadêmicas, para se efetivar concretamente a inclusão das diferenças.

Conclui-se, portanto, que a questão universitária é relacionada à noção de poder e a forma como este é exercido na sociedade. Nesse contexto, uma universidade mais democrática é uma possibilidade real no mundo contemporâneo apenas se houver vontade política dos agentes envolvidos – políticos, gestores, docentes e discentes. Isso, a despeito dos entraves estruturais e históricos, e do caráter ainda elitista da instituição.

Para Gasché (2008, p. 381, tradução minha), "controlar o uso egoísta do poder consiste, então, em contrariar a dominação e incorporar a justiça, o direito, o respeito, a igualdade e sobretudo o uso democrático do poder frente a todas as formas de abuso do poder egoísta". Para o autor o poder egoísta é próprio da sociedade colonial e ocidental, e configura "a dominação de quem é privilegiado sobre quem não é" (Gasché, 2008, p. 378, tradução minha).

Apenas uma universidade que inclui concreta e efetivamente a diferença, desde um ponto de vista político e epistemológico, qual seja o de transformar suas dinâmicas estruturais levando em consideração também os modos próprios de se pensar o mundo de outros contingentes populacionais, culturalmente diferenciados, pode contribuir para uma sociedade mais tolerante, equilibrada e para um uso mais consciente do poder.

Referências

BIANCHI, C. *Apresentação do NTFSI*. 2015. Seminário do Núcleo Takinahakỹ, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, agosto de 2015.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./fev. 2005-2006.

CASTRO-GÓMEZ, S. *La hybris del punto cero*: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

ECHEITA SARRIONANDÍA, G.; SANDOVAL MENA, M. Educación inclusiva o educación sin exclusiones. Revista de Educación, Madrid, n. 327, p. 31-48, 2002.

GASCHÉ, J. La motivación política de la educación inetrcultural indígena y sus exigencias pedagógicas hasta dónde abarca la interculturalidad. In: BERTELY, M.; GASCHÉ, J.; PODESTÁ, R. *Educando en la diversidad cultural*: investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües. Ecuador: Abya-Yala, 2008. p. 367-397.

GORDON, L. Shifting the geography of reason in an age of disciplinary decadence. *Transmodernity*: Journal of Peripherical Cultural Production of the Luso-Hispanico World, Merced, v. 1, n. 2, p. 95-103, 2011.

KERR, C. *The uses of the university*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

KRENAK, A. Encontros Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. (Coleção Encontros, v. 50).

LIMA, G.; BIANCHI, C. A.; HERBETTA, A. *Comparação preliminar entre o Programa UFGInclui e o NTFSI*. Monografia apresentada ao Curso de Formação de Docentes da UFG. Requisito obrigatório ao Estágio Docência. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014.

MUNDURUKU, D. *A escrita e a autoria fortalecendo a identidade*. [s.d.]. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-indigena/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade>. Acesso em: 30 dez. 2009.

PEREIRA, D. R. *Temos que ajuntar o conhecimento*: professores indígenas e interculturalidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2015.

PIMENTEL DA SILVA, M. do S.; BORGES, M. V. (Org.). *Educação intercultural*: experiências e desafios políticos pedagógicos. Goiânia: Prolind: Secad-Mec: Funape, 2013.

RAMOS, A. *Mentes indígenas e ecúmeno antropológico*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. (Série Antropologia, 439).

RELATÓRIO final do seminário de avaliação UFGInclui 2015. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/up/90/o/relato%CC%81rio_ufgInclui_2015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RESENDE, A. C. A.; QUEIROZ, E. M. O.; FARIA, G. G. G. A dialética inclusão/exclusão na experiência do Programa UFGInclui. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 233, p. 120-134, jan./abr. 2012.

SANTOS, B. de S. Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 27/28, p. 11-62, jun. 1989.

TLOSTANOVA, M. V.; MIGNOLO, W. D. *Learning to unlearn*: decolonial reflections from Eurasia and the Americas. Columbus: The Ohio State University Press, 2012. (Transoceanic Studies).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Graduação. Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena. *Projeto político-pedagógico educação intercultural*. Goiânia, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Resolução Consuni nº 29/2008*. Cria o Programa "UFGInclui" na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. Goiânia, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Resolução Consuni nº 31/2012*. Altera a Resolução CONSUNI Nº 29/2008, modificada pelas Resoluções 20/2010 e 18/2011, que dispõem sobre o Programa UFGInclui na UFG. Goiânia, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Resolução Consuni nº 07/2015*. Dispõe sobre a política de ações afirmativas para pretos, pardos e indígenas na Pós-Graduação stricto sensu na UFG. Goiânia, 2015.

WALSH, C. *Pedagogías decoloniales*: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir. Quito: Abya-Yala, 2013. (Serie Pensamiento Decolonial).

XERENTE, E. D. C. *Processos de educação akwẽ e os direitos indígenas a uma educação diferenciada*: práticas educativas tradicionais e suas relações com a prática escolar. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos)–Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

Recebido: 12/03/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 3/12/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100012

A emergência e evanescência da nova classe média brasileira

The emergence and evanescence of Brazil's new middle class

Moisés Kopper*

* Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung – Köln, Deutschland
Em pós-doutoramento (bolsista Capes/Humboldt)
moiseskopper@gmail.com

Arlei Sander Damo**

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
arleidamo@uol.com.br

Resumo

Entre 2001 e 2013, o Brasil cresceu e redistribuiu renda. Fruto da estabilidade inflacionária, do aumento do salário mínimo, da expansão do crédito e das políticas sociais, esse período foi marcado pela mobilidade ascendente de milhões de brasileiros. Economistas, jornalistas, políticos e marqueteiros viram na ascensão econômica dessa população a emergência de uma "nova classe média", definida na releitura de estatísticas nacionais e tornada alvo de intervenções governamentais e de mercado. A partir de uma etnografia documental e de entrevistas com experts, este artigo propõe uma arqueologia dessa categoria, problematizando os caminhos taxonômicos de sua emergência e evanescência. Argumentamos que a "nova classe média" deve ser pensada como uma assemblage científica, política e econômica, agenciada, respectivamente, através de alinhamentos estatísticos, governamentais e mercadológicos. Essas escalas difusas de conhecimento e poder cristalizaram frentes discursivas que tornaram a mobilidade econômica inteligível, em um país tradicionalmente conhecido pela estagnação e desigualdade.

Palavras-chave: mobilidade; nova classe média; assemblage; alinhamento.

Abstract

Between 2001 and 2013, Brazil's economy grew with income redistribution. A result of inflationary stability, minimum wage increase, credit expansion and the widening of social policies, this period was characterized by the upward mobility of dozens of millions of Brazilians. Economists, journalists, politicians and marketers heralded the end of endemic poverty and the incorporation of this population into a newly defined "middle class". Drawing from a documental ethnography, and from interviews with experts, this article pursuits the archeology of this category, problematizing the taxonomic ways of its emergence and evanescence. We argue that the "new middle class" must be understood as a scientific, political, and economic assemblage – one that is performed through statistic, governmental, and marketing alignments. Such diffuse scales of knowledge and power crystallized discursive fronts that rendered economic mobility legible in a country traditionally known for its stagnation and inequality.

Keywords: mobility; new middle class; assemblage; alignment.

A nova classe média nos descaracterizou [...]
Nós não éramos assim.
Nós nunca fomos assim.
[...] acabou [...] o que tínhamos de mais nosso, que era a pirâmide social.
Uma coisa antiga, sólida, estruturada...

Luís Fernando Verissimo, *Buuu* (2011)

Introdução: uma categoria que desestabilizou[1]

Em 2012, o indicador clássico de mensuração da desigualdade de renda, o Coeficiente de Gini,[2] caiu para seu menor patamar desde 1960 (Paes de Barros; Foguel; Ulyssea, 2007). Após mais de uma década de políticas econômicas e sociais – como a estabilidade inflacionária, o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito e os programas de transferência de renda –, o Brasil parecia ter finalmente encetado a marcha em direção ao crescimento, ao desenvolvimento e à modernização. Pessoas até então à margem de políticas públicas tiveram uma oportunidade de reimaginar seus futuros como beneficiários de intervenções econômicas e sociais.

Por décadas, a pirâmide social foi a representação hegemônica das segmentações de classe e das altas desigualdades de renda do Brasil. Por volta de 2012, o Coeficiente de Gini e outros indicativos estatísticos apontavam para o declínio da desigualdade, com a migração ascendente da base da pirâmide, que assim parecia não fazer mais sentido. Ou melhor, ela havia entrado em ebulição.

Mudanças na composição da sociedade brasileira desestabilizaram crenças arraigadas sobre a desigualdade, a pobreza e a mobilidade. Novos espaços políticos, econômicos e subjetivos de intervenção sobre as populações que se articularam no lastro dessas transformações foram abertos. Intelectuais com destacada inserção pública passaram a competir pelo enquadramento dessa

1 Este artigo é resultado de pesquisa de doutorado e alguns dos argumentos aqui apresentados são inspirados e/ou desenvolvidos mais pormenorizadamente na tese *Arquiteturas da esperança: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo* (Kopper, 2016).

2 O Coeficiente de Gini foi criado em 1912 pelo estatístico italiano Corrado Gini para medir o grau de desigualdade social. Nele, os países são distribuídos ao longo de uma escala que varia de zero (onde todos detêm a mesma renda per capita) a um (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela da população, detém toda a renda e os demais nada têm).

população emergente. Era possível falar no surgimento de uma "nova classe média"? Que população heterogênea era essa?

Disputas fervorosas em torno do legado político, econômico e subjetivo dessa mobilidade foram travadas, dali por diante, entre economistas, sociólogos, políticos, jornalistas e marqueteiros para reposicionar o país e as teorizações a respeito de sua estratificação. Desconsertados pela mobilidade de milhões de brasileiros, esses setores da intelligentsia nacional suscitaram uma gramática moral predicada nas fronteiras entre cidadania e consumo para tornar inteligíveis as transformações econômicas e pensar o "novo" Brasil e seus dilemas.

Através de uma incursão etnográfica pela vida pública de alguns personagens da mobilidade, este artigo mapeia as tensões taxonômicas por trás desse debate, e os caminhos pelos quais projetos políticos, científicos e econômicos foram colocados em prática para reafirmar o lugar do país no radar global do desenvolvimento social e econômico, para reforçar tecnologias de governo dos pobres, e para ratificar práticas científicas de mensuração dos números públicos (Neiburg, 2007). Nas próximas páginas, analisamos os desdobramentos da mobilidade econômica no Brasil recente – período que situamos entre 2001 e 2013, apontado pelas estatísticas como sendo o de maior crescimento econômico com redistribuição de renda nas últimas décadas.

Instrumentada em palavras, imagens e práticas, a mobilidade foi agenciada,[3] concretamente, por meio de assemblages (Collier; Ong, 2005). Referimo-nos a composições – por definição móveis, fugazes e efêmeras – em que se alinharam discursos científicos, políticos, econômicos, morais e subjetivos, para performar uma "nova classe média". Procuramos mapear, portanto, de um ponto de vista antropológico, a arqueologia taxonômica dessa categoria que promoveu convergências e fricções (Tsing, 2005) em diferentes escalas do espectro político e intelectual, problematizando os caminhos de sua emergência e evanescência. Nessa abordagem, mostraremos como a linguagem da "nova classe média" articulou, simultaneamente, diferentes acepções da mobilidade econômica, refletindo-se ainda como um índice de desigualdade social e de distribuição de renda.

3 Baseamo-nos, aqui, no conceito de agenciamento (Callon, 2013, p. 328) e sua capacidade de "souligner la diversité des configurations [...] en même temps que leur unité". Ao assinalar a variedade de configurações possíveis, apontamos também para os efeitos concretos produzidos por um desses alinhamentos – a tese da "nova classe média" – que, ao se tornar hegemônico da interpretação da mobilidade na década de 2000, silenciou outras categorias.

Aqui, estamos particularmente interessados nos procedimentos de experimentação empregados na constituição dessa assemblage para o desenho de políticas públicas e aberturas de mercado. Muniesa e Callon (2007, p. 163) argumentaram que "to experiment is to attempt to solve a problem by organizing trials that lead to outcomes that are assessed and taken as starting points for further actions". Experimentos performam, por conseguinte, os objetos econômicos que pretendem descrever; seu valor está nos efeitos que são capazes de provocar. Como tecnologias que conduzem à ação, experimentos carregam, por definição, uma concertação temporal da realidade em que expectativas ficcionais (Beckert, 2013) conjecturam uma teleologia do presente, informando o trabalho das peças que compõem a assemblage da mobilidade.

Para destrinchar essa assemblage da mobilidade econômica da década de 2000, faremos uso metodológico do que chamamos aqui de alinhamentos: formações experimentais e fugazes que revelam polarizações e "frentes discursivas"[4] específicas no interior dessa composição. Como noções estenográficas, os alinhamentos prestam-se a identificar delineamentos ideológicos particulares que se materializam na formação de alianças políticas, científicas e econômicas, e se realizam em espaços privilegiados para a concretização dos embates taxonômicos.

O artigo mostra, na primeira parte, como alinhamentos estatísticos produziram um entendimento econômico da "nova classe média" que se cristalizou em determinados centros universitários, criou raízes no governo federal, e penetrou no principal instituto nacional de pesquisa aplicada às políticas públicas, o Ipea. Tratamos do trabalho seminal do economista Marcelo Neri – que, em 2008, cunhou a expressão "nova classe média" (Neri, 2008) –, situando-o em relação às constelações mais amplas de poder e saber que permearam a emergência dessa categoria. Neri é parte de uma autoproclamada constelação de economistas "sociais" que, crescentemente, passou a ocupar posições estratégicas na elaboração, avaliação e prognóstico de políticas públicas de caráter social. Mostramos ainda como essa linguagem tecnocrática penetrou certas esferas de planejamento do governo federal, adquirindo tração na formulação

4 Essa noção inspira-se na ideia foucaultiana de "formas discursivas" (Foucault, 1995), enfatizando a dimensão performática de certas modalidades de discurso que operam como feixes de força e agem como um dispositivo visando antecipar outras ações. Essas frentes criam um cenário do possível, do legítimo e até mesmo do desejável.

de um novo modelo de estratificação da sociedade brasileira, e influenciou a proposição e execução de políticas públicas. Na segunda metade exploramos os efeitos produzidos por essa assemblage taxonômica da mobilidade. Analisamos como outro alinhamento, em grande medida induzido pelo primeiro, embora de natureza essencialmente difusa, concentrou as diversas escalas de contestação da tese da "nova classe média", sendo enunciada por filósofos, sociólogos, e, em menor medida, economistas. Identificamos também os desdobramos de outro alinhamento, em torno do qual gravitaram marqueteiros e publicitários empenhados em converter a "tese da nova classe média" em artefato de um mercado específico: aquele da "base da pirâmide". Exploramos as apropriações criativas dessa linguagem na criação de agências de pesquisa de mercado e, sobretudo, de profissionais especializados no prognóstico e comportamento dessa suposta nova classe de sujeitos. Na conclusão, argumentamos que, apesar da efemeridade da "nova classe média" como linguagem política e moral de um "Novo Brasil", a mobilidade econômica por ela descrita trouxe efeitos de longo prazo que merecem ser estudados, e que deixam em aberto o futuro dessa população e o da estratificação brasileira.

A emergência e hegemonia da "nova classe média"

Os antecedentes do debate

Por longas décadas, a desigualdade social brasileira, de amplas proporções, afirmada na metáfora da pirâmide por intelectuais, literários e compositores, ocupou cientistas sociais de todos os credos e tornou-se uma espécie de ícone internacionalmente conhecido da identidade nacional (Oliven, 1989, 2002; Ortiz, 1985; Souza, 2000). Dizia-se que a sociedade brasileira, apesar de riquezas naturais e econômicas abundantes, tinha sérios problemas na distribuição desses bens. Na busca por uma explicação para as origens da má distribuição da riqueza, culpavam-se ora as origens luso-imperiais (Freyre, 2006; Holanda, 2006), ora o conservadorismo das elites nacionais (Faoro, 2008; Prado Jr., 1999, 2012a, 2012b; Silveira; Abreu; Losso, 2010), ora a fraqueza e inanição institucional (Carraro; Fonseca, 2003; Furtado, 2007). Um país rico em recursos, porém com muitas pessoas pobres, foi o jargão que se cristalizou dessas interpretações.

Nos anos 1970, o economista Delfim Netto, ministro da Fazenda em vários governos militares, transformou a desigualdade social numa filosofia de governo, sugerindo que era preciso "fazer o bolo crescer para depois dividi-lo". Waldir Quadros (1991) cristalizou a expansão econômica dessa década na formação de uma "nova classe média" urbana – composta de funcionários públicos, gerentes, profissionais liberais assalariados, professores, empregados do comércio e de escritório beneficiados pela industrialização primária, de capital e de bens de consumo duráveis (Quadros, 1985, 1991). Alinhando o desenvolvimentismo ao capitalismo mundial, a pirâmide social brasileira figurava como a representação gráfica mais contundente e bem-acabada do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Ela permitia demonstrar como a pobreza estava situada em sua ampla base, convertendo-se progressivamente em riqueza à medida que se atingia o seu topo – porém, com um número cada vez menor de partícipes desse "bolo".

Em 1988 a redemocratização trouxe a promulgação de uma nova constituição. Ela consagrou o ideário da universalização das políticas sociais no país, em um cenário pouco favorável à sua concretização, a chamada "década perdida": instabilidade econômica; crise nas finanças públicas nacionais; Consenso de Washington; dependência financeira com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; expansão do neoliberalismo em nível global. Nesse contexto, cientistas políticos sugeriram que a intervenção sobre certos setores da economia de um Estado clientelista, paternalista e com precária infraestrutura produzira um sistema público de seguridade social com direitos universais, mas acesso excludente, limitado a trabalhadores formais, o que desfavorecia os pobres, limitava sua mobilidade, e ampliava ainda mais a desigualdade de renda (Franzoni; Sánchez-Ancochea, 2013).

Em 2000, após uma década de discussões públicas, políticas e legais que converteram a pobreza em problema de governo (Sprandel, 2004) o economista Ricardo Paes de Barros – tido como um dos maiores planejadores de políticas públicas no Brasil –, coordenou um estudo presidido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) em que criticou o caráter persistente e naturalizado da desigualdade brasileira (Paes de Barros; Henriques; Mendonça, 2000). O pressuposto desse estudo era que a origem da pobreza brasileira não estava na escassez de recursos, absoluta ou relativa, mas na distribuição desigual da renda estável. A redução nos níveis de pobreza dependia mais de diminuições

na taxa de desigualdade que de incrementos no crescimento econômico, mensurado pela evolução do PIB. Após os fracassos das políticas de combate à pobreza dos anos 1990, os autores sugeriram que "a sociedade brasileira ousaria, com responsabilidade, ao definir a busca de maior equidade social como elemento central de uma estratégia de combate à pobreza" (Paes de Barros; Henriques; Mendonça, 2000, p. 139).

Imagens como a da pirâmide e a do bolo, um dia já empregadas como poderosas metáforas para representar a sociedade e que circularam como verdades livremente aceitas sobre a sua estratificação, passaram a ser criticamente invocadas a partir da década de 2000 para falar da emergência de um "Novo Brasil". Como representações holográficas da estratificação, elas recriaram as mudanças na distribuição de renda em esquemas visuais que, ademais, aventaram prognósticos de crescimento da classe média que passaram a ser retratados na figura do losango social (Figura 1).

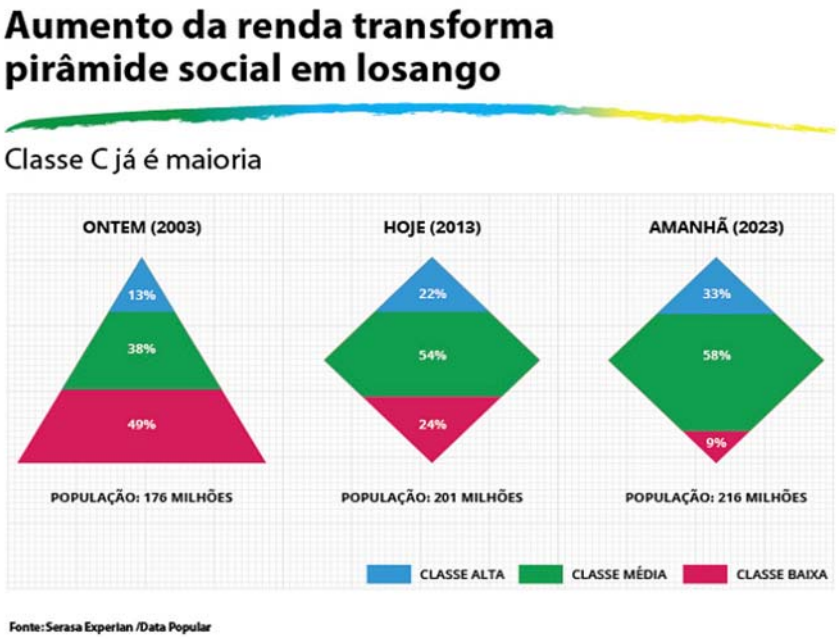


Figura 1. A pirâmide e o losango.

Em 2010, o comunicado do então presidente do Ipea, Marcio Pochmann, mensurou os avanços alcançados pelo país no enfrentamento à pobreza e desigualdade desde 2001. Refletindo as conclusões de um estudo de amplo impacto organizado por Paes de Barros, Foguel e Ulyssea (2007) sobre uma incipiente redução das desigualdades com redistribuição de renda, ele enfatizou que, na década de 2000, a "melhoria social" resultara da estabilidade monetária, da expansão econômica com aumento do emprego formal e, sobretudo, da ampliação de políticas públicas. Estas incluíam a elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular através do mercado interno, e a reformulação e expansão dos programas de transferências condicionadas de renda.

Uma dessas políticas, o salário mínimo, foi criado por Getúlio Vargas nos anos 1930 e constitui, atualmente, a remuneração básica de 46,7 milhões de brasileiros. Seu reajuste anual, promovido pelo governo em relação à taxa de inflação, objetiva manter ou expandir a capacidade de compra da população assalariada. Com a estabilidade econômica e o controle da inflação propiciados pelo Plano Real de 1994, os ganhos no poder aquisitivo do salário mínimo se expandiram rapidamente: entre 1994 e 1999, o ganho acumulado foi de 28,3%; durante os anos 2000, a valorização foi de 76% – a maior desde a redemocratização. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre 2000 e 2011 o Brasil passou da 14ª para a 4ª posição no ranking dos países que mais valorizaram o salário mínimo: o valor passou de R$ 151,00 (US$ 62,90) para R$ 545,00 (US$ 227,00). A política de valorização do salário mínimo afetou sobretudo a população economicamente ativa brasileira – o que, aliado ao bônus demográfico, foi responsável pela queda na taxa de desemprego observada ao longo da década, que fechou 2002 em 12,6% e 2014 em 4,8%.

O aumento real do salário mínimo e a consequente queda do desemprego formal coincidiram com políticas de expansão do crédito. Como notou Müller (2013, p. 2), a disseminação de serviços bancários e de instrumentos de crédito a taxas de juros menores – subsidiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e com maior facilidade de acesso aos pobres já estava prevista no Plano Plurianual de 2004-2007 como forma de "alavancar o desenvolvimento econômico". Somado a isso, o governo federal apostou no desenvolvimento do mercado de consumo interno como estratégia de superação da crise de 2008, encabeçando subsídios fiscais a setores da

indústria – como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que afetou eletrodomésticos da linha branca e veículos automotores.

Finalmente, as políticas de redistribuição foram impactadas pelos programas de transferência condicionada de renda, iniciados em nível municipal em 1995 com o Programa Bolsa Escola. Baseado na iniciativa mexicana Oportunidades, em 2003, o governo Lula promoveu sua unificação com a criação do Programa Bolsa Família. Visando à "inclusão social" e à reparação histórica da pobreza estrutural – que passava a ser entendida em sua pluralidade de causas, efeitos e modos de intervenção (Silva e Silva, 2007) – o programa beneficiava 14 milhões de famílias em 2015 com um investimento anual de 0,5% do PIB. Os efeitos da transferência de dinheiro – condicionada à vacinação e à matrícula escolar das crianças – deslocaram as imagens arraigadas sobre a pobreza que projetavam os beneficiários como maus administrares do dinheiro, ociosos e oportunistas. Como mostraram etnografias recentes sobre o tema, o Bolsa Família inauguraria a ideia de que as políticas sociais brasileiras devem empoderar seus beneficiários, garantindo-lhes, por meio da transferência direta de ativos preferencialmente às mulheres, a autonomia para perseguirem seus próprios projetos de vida (Eger; Damo, 2014).

Como as conclusões do Ipea apontaram, o Brasil da década de 2000 finalmente deixava os piores postos nos rankings de estatísticas sociais globais (Medeiros, 2003; Osorio et al., 2011; Pochmann, 2008; Rocha, 2000; Soares, 2008). Com a queda nos indicadores de desigualdade, a população já podia desfrutar dos benefícios de uma incipiente redistribuição, acompanhada de um crescimento econômico acumulado de 40% entre 2004 e 2013, e de 58% de aumento da renda média das famílias no mesmo período, apesar da recessão internacional. A pirâmide cedia lugar, doravante, à imagem do "losango" ou "diamante" social: a renda já não se concentrava exclusivamente no topo da estratificação, tendo se deslocado para suas camadas intermediárias – e era desejável, segundo uma miríade de agências internacionais, que assim o fosse. Perdíamos, pois, a possibilidade de descrever nossa sociedade por meio de uma de suas figuras mais persuasivas, a da pirâmide social – nas palavras de Verissimo (2011): "Essa coisa antiga, sólida, estruturada..."

A "classe média" dos economistas e a performance dos números públicos

Em 2008, Marcelo Neri lançou em livro uma pesquisa de grande vulto à frente do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), chamado *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres* (Neri, 2008). A "classe média", segundo o economista, passou a englobar famílias com renda domiciliar entre R$ 1.126,00 e R$ 4.854,00 (valores de 2009[5]) – cerca de US$ 470,00 e US$ 2.022,00 –, o que perfazia mais de 50% da população e a tornava uma espécie de retrato da sociedade brasileira.

Para forjar a "tese da nova classe média" (Salata, 2013, 2014) Marcelo Neri apropriou-se de debates internacionais – realizados no Banco Mundial, por exemplo (Ravallion, 2009) – que discutiam a pertinência de novas mensurações estatísticas para a estratificação em países em desenvolvimento.[6] Essa seria uma tendência já observada em outros países da América Latina, onde a mobilidade econômica tornara-se a pauta política, intelectual e midiática do dia (Ferreira et al., 2013). No Brasil, os antecedentes desse debate remontam ao trabalho seminal de Carlos Langoni (1973), ao uso pioneiro das estatísticas (Kopper, 2015, 2016, cap. 1) e das controvérsias associadas ao uso desse instrumento como ferramenta de governo.

Recorrendo a sentenças e situações ordinárias, o economista discutiu novos paradigmas de mensuração econômica e social da queda da desigualdade brasileira. Ao longo do livro, ele insistiu em um argumento de longo alcance que encontraria ressonância no interior da maquinaria estatal: o da existência de dois Brasis retratados por meio de uma tensão entre abordagens macro e microeconômicas. Como afirmaria em outra ocasião, "tem um Brasil das contas nacionais, que governa a maioria das análises econômicas, e há um Brasil que visita as casas das pessoas, que é o das pesquisas domiciliares. Um está descolado do outro" (Renda..., 2014). Neri sugeriu haver um descompasso

5 Neste artigo, adotamos cotações de dólar de 2009 para preservar a paridade do poder de compra em real da época.

6 Ravallion (2009), por exemplo, argumenta que crescimento econômico tende a produzir classes médias em expansão. Para ele, as classes médias em países em desenvolvimento (os Brics: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) devem ter como limite inferior US$ 2,00 e superior US$ 13,00 (linha de pobreza americana). Nesse critério, 1,2 bilhão de pessoas juntaram-se de 1990 a 2005 às novas classes médias nesses países.

entre o resultado de indicadores convencionais de avanço da economia – como a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – e a progressiva diminuição da desigualdade de renda brasileira, mensurada por meio do poder de compra das famílias captado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):[7] entre 2003 e 2009, o PIB crescera a uma "modesta" taxa média anual de 2,88%, enquanto a renda da PNAD crescera a taxas entre 4,7% e 7% – quase o dobro, portanto.

Ao confrontar indicadores como PIB e PNAD, Neri sugeriu um novo modelo de mensuração do crescimento brasileiro que não se amparava no produto interno como indicador de bem-estar da nação, mas no poder de compra (a renda) de seus cidadãos. Neri abria as portas para uma imaginação econômica baseada menos na produtividade nacional e mais nos efeitos redistributivos de políticas públicas. Como veremos, essa abordagem dos números encaixar-se-ia em uma perspectiva desenvolvimentista de Estado em construção e demarcaria uma nova etapa nas relações entre economistas e planejamento de políticas sociais.

Na busca por um entendimento mais alargado das estatísticas – e de respostas para questões como "e aí, melhorou ou piorou a vida dos brasileiros?" (Neri, 2011, p. 6) –, Neri fez uso do conceito de "classes econômicas",[8] valendo-se da segmentação em cinco estratos proposta pelo "Critério de Classificação Econômica Brasil" (CCEB). Conhecido como Critério Brasil, este índice é uma estimativa padronizada da capacidade de consumo dos domicílios brasileiros e foi desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) com

7 A PNAD traz informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população (sexo, idade, educação, trabalho e rendimento) e características dos domicílios, além de informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade e é considerada o instrumento brasileiro mais completo de produção de dados – uma espécie de retrato da sociedade nacional, a partir da qual "debatemos nossas conquistas e percalços" (Neri, 2008, p. 6). Realizado desde 1967, o *survey* integra o Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios, do IBGE, e foi inicialmente concebido com o objetivo de suprir a falta de informações básicas sobre a população durante o período intercensitário, concentrando-se em temas insuficientemente investigados ou não contemplados nos Censos Demográficos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991, p. 7).

8 O termo é proposital para diferenciar seu uso do de sociólogos. Ainda no primeiro capítulo lemos: "Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas, etc.), mas de estratos econômicos. Leia-se, dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana [sic]" (Neri, 2011, p. 17).

base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).[9] A metodologia está atrelada à posse de determinados bens[10] que, compondo uma hierarquia de pontos, informam as fronteiras de classe econômica.

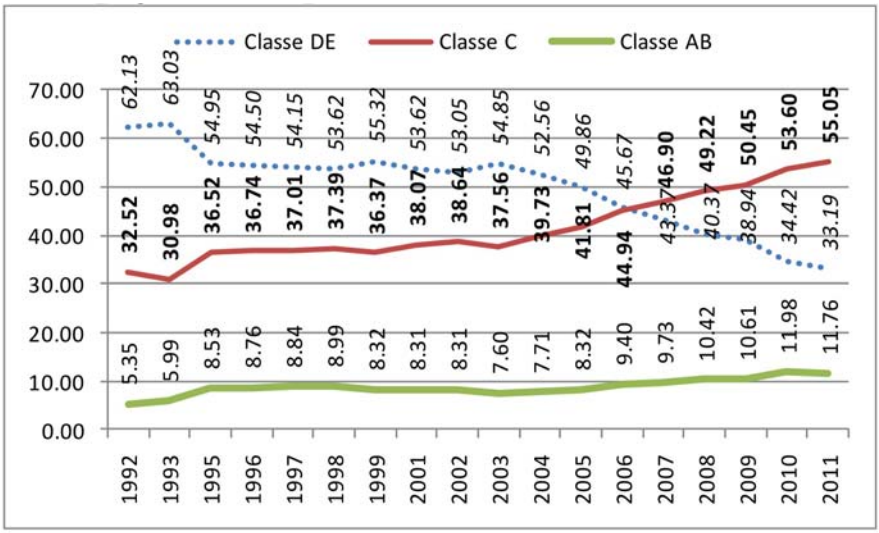
Neri apropriou-se do Critério Brasil não para definir as fronteiras de classe, mas para avaliar o potencial de consumo das famílias divididas em classes de renda através de outra noção estatística: a mediana – uma linha imaginária que divide a população em duas metades iguais. O procedimento do economista consistiu em calcular a faixa de renda que caracteriza o intervalo composto pelos 40% da população acima da mediana e abaixo dos 10% mais ricos em 2004, inflacionando-a para preços de 2008. Neri dispôs as classes econômicas nesse recorte arbitrário inicial que pressupõe uma classe intermediária composta de 40% da população em 2004, equacionando-as segundo cálculos de renda domiciliar per capita advinda sobretudo do trabalho. Com isso, ele mostrou os movimentos para cima e para baixo desses segmentos no tempo. Na Tabela 1 e na Figura 2 a seguir vemos como a classe C manteve-se relativamente estável entre 1995 e 2003 – em torno de 32% da população –, passando a crescer no ano seguinte e atingindo 50,5% da população em 2009 (35% de aumento). Em números absolutos, entre 2003 e 2009, as classes E e D tiveram uma diminuição de mais de 20 milhões de pessoas, contrabalançadas pela passagem de mais de 29 milhões para a classe C e 6,5 milhões para as classes A e B (cf. Neri, 2008, p. 12).

9 A Pesquisa de Orçamentos Familiares é executada pelo IBGE e busca obter informações gerais sobre domicílios, famílias e pessoas, hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias pesquisadas, tendo como unidade de coleta os domicílios. Atualiza a cesta básica de consumo e obtém novas estruturas de ponderação para os índices de preços que compõem o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE e de outras instituições.

10 Se por um lado especialistas concordam em que a presença de bens duráveis atrelada ao grau de escolaridade do chefe de família é uma medida menos flutuante que a renda corrente, por outro o Critério Brasil sofre várias críticas quanto à escolha do tipo de bens que entram na classificação. Em janeiro de 2015, por exemplo, numa tentativa de manter o modelo alinhado com a dinâmica da economia brasileira, novos itens passaram a compor a pontuação, tais como o acesso a certos serviços públicos (água encanada e rua pavimentada), microcomputador, lava-louças, micro-ondas, motocicleta e secadora de roupas, ao passo que outras variáveis, como televisão em cores, rádio e videocassete, foram excluídas por serem consideradas defasadas na demarcação da classe. Outros itens, como o número de banheiros, de automóveis e de empregadas domésticas, permaneceram constantes. Com isso, as mudanças históricas na composição da metodologia terminam por inviabilizar comparações longitudinais, quebrando a série histórica de dados. Sem uma metodologia constante, não seria possível avaliar aumentos ou diminuições nas classes brasileiras.

Tabela 1. Definição das classes econômicas (adaptado de Neri, 2008).

Renda domiciliar total de todas as fontes		
	Inferior (em R$)	Limite superior (em R$)
Classe E	0	705
Classe D	705	1126
Classe C	1126	4854
Classe B	4854	6329
Classe A	6329	–



Fonte: CPS/ FGV a partir dos microdados da PNAD e da PME/IBGE

Figura 2. Evolução da participação de grupos de classes econômicas.

Ao situar a faixa C entre os "remediados" e a "elite", Neri (2011, p. 14-15) a definiu como um espelho persuasivo da sociedade brasileira como um todo. Jogando com metáforas, tropos do senso comum e comparações com países de distribuições de renda distintas, ele sugeriu que uma análise apropriada das atitudes e

valores da "classe C" conduziria a um retrato fidedigno do que o país se tornara nos anos recentes.

> Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia.[11] Investigamos as migrações entre estes diferentes Brasis. A classe C aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. A classe C é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira. (Neri, 2008, p. 29).

A fim de decompor as expectativas e "faces" da nova classe média, Neri se apoiou na combinação de diferentes *surveys* que ressaltam a importância do trabalho como fator decisivo de ascensão social. "A carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público é seu platônico objeto de desejo" (Neri, 2011, p. 19). Ao criar dois índices – um de potencial de consumo (incluindo bens duráveis, serviços públicos e moradia) e o outro de produção (incluindo potencial de geração de renda familiar e investimentos em capital físico, social e humano) – Neri sugeriu que o aumento da renda do trabalho foi o que mais impulsionou o crescimento da nova classe média. "Nos termos da fábula de La Fontaine", continuou, "o brasileiro está virando menos cigarra e mais formiga" (Neri, 2011, p. 34).

A partir de indicadores como o trabalho, o potencial de consumo e de produção, Neri (2011, p. 18) deslocou a discussão do registro estatístico para o valorativo, embutindo em sua nova classe média "um sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida". Uma vez definidas as faixas arbitrárias de renda, sua especificidade consistiu em perguntar-se sobre questões não econômicas e respondê-las por meio de quantificações e decomposições analíticas. "Em nossa visão, baseada em renda sobre nova classe média, aninhamos expectativas subjetivas das pessoas e seus respectivos estoques de ativos físicos, humanos e sociais" (Neri, 2011, p. 19). Nesse processo, Neri procedeu ainda a uma segunda passagem, da classe C à "nova classe média: "classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B, por

11 A noção de "Belíndia" foi popularizada pelo economista Edmar Bacha (1974). Ele argumentava que o regime militar havia criado um país dividido entre os que moravam em condições socioeconômicas similares à Bélgica e aqueles com padrão de vida da Índia.

exemplo. Nova Classe Média difere em espírito da expressão *nouveau riche*, que acima de tudo discrimina a origem das pessoas" (Neri, 2011, p. 18). Sua abordagem articulou, então, o instrumental microestatístico das bases de dados a uma imagem sui generis do brasileiro médio em vias de ascensão: "Aonde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está. Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã" (Neri, 2011, p. 18). Nesse movimento conceitual das classes econômicas para as classes sociais, Neri destrinchou as tendências de renda, escolaridade, religião, sexo, etnia, geração, gênero e região que caracterizavam esse novo estrato intermediário (para uma discussão mais detalhada, ver Kopper, 2016).

Os cruzamentos analíticos foram fundamentais, como veremos, para a abertura de novos mercados populares destinados à "base da pirâmide" ao longo dos anos 2000. Eles informariam o design de pesquisas de mercado voltadas a descobrir as necessidades e valores desse novo segmento de pessoas, e sua focalização em subpopulações tidas como representativas da sociedade brasileira como um todo e da "nova classe média" em particular: os negros, as mulheres e os jovens. Alguns desses desdobramentos serão analisados na sequência do artigo.

Da ciência ao governo

A possibilidade de proclamar o Brasil um país de "classe média" chamou a atenção do governo federal. Este reuniu, ainda em 2011, uma comissão, composta de intelectuais e políticos, para discutir o assunto. Sob os auspícios da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR),[12] foi formulado um novo critério oficial de estratificação da sociedade brasileira no ano seguinte (Tabela 2). Nesse esforço – que buscava mapear e sistematizar

12 Com status de ministério, a secretaria foi criada em 2008, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi inicialmente coordenada por Mangabeira Unger – filósofo da Universidade de Harvard filiado ao partido do então vice-presidente, José de Alencar (PRB). Tendo como missão desenvolver políticas públicas de longo prazo voltadas à prosperidade econômica e social do Brasil, a secretaria se inseria na complexa história do repertório de planos de desenvolvimento que caracterizaram o Estado brasileiro desde a década de 1930 e que tiveram novo enfoque com a criação do Ministério do Planejamento, em 1962, e do Ipea, em 1964.

conceitos de classe média com vistas à sua aplicação à realidade brasileira – a abordagem de Marcelo Neri foi combinada a um modelo matemático de estimação da vulnerabilidade. A iniciativa desembocou no projeto "Vozes da Classe Média", que perdurou até 2015, procurando decifrar as expectativas e desejos dessa população para aperfeiçoar a formulação de políticas econômicas do Estado. A proposta combinava um governo de proteção social com expansão de mercado, e cristalizava o que Neri (2011, p. 240) havia chamado de "o caminho do meio": "O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados."

Tabela 2. Novo critério de estratificação social da SAE-PR (esquematização: autores)

	Faixas de renda per capita familiar (em 2012)	**Renda familiar média (para família de 4 membros)**	**Vulnerabilidade (probabilidade de voltar à pobreza)**	**% da população**
Extremamente pobre	Até R$ 81,00 (US$ 34,00)	Até R$ 324,00 (meio SM)	N.A.	5%
Pobre	R$ 82,00 – 161,00 (US$ 67,00)	R$ 324,00 – 644,00 (1 SM)	N.A.	10%
Vulnerável	R$ 162,00 – 291,00 (US$ 121,25)	R$ 644,00 – 1.164,00 (1,8 SM)	N.A.	19%
(Nova) classe média	R$ 292,00 – 441,00 (US$ 184,00)	R$ 1.164,00 – 1.764,00 (2,8 SM)	Até um ano	17%
(Nova) classe média média	R$ 442,00 – 641,00 (US$ 267)	R$ 1.764,00 – 2.564,00 (4,1 SM)	De um a cinco anos	17%
(Nova) classe média alta	R$ 642,00 – 1.019,00 (US$ 425)	R$ 2.564,00 – 4.076,00 (6,5 SM)	Mais de cinco anos	15%
Baixa classe alta	R$ 1.020,00 – 2.480,00 (US$ 1.033)	R$ 4.076,00 – 9.920,00 (16 SM)	N.A.	13%
Alta classe alta	Acima de R$ 2.480,00	Acima de R$ 9.920,00	N.A.	4%

Marcelo Neri foi uma figura-chave para os desígnios do governo federal, num momento em que suas ideias sobre o desenvolvimento de uma nova classe média – para ele resultado da expansão do mercado de consumo interno e do

aumento no número de empregos formais – adquiriram uma base de justificação estatística. Até então, suas filiações institucionais e intelectuais (lembremos que Neri era graduado pela PUC-RJ e afiliado à FGV) o situavam à direita do espectro político (Loureiro; Lima, 1994), razão pela qual nunca foi considerado pelo governo petista para integrar seu quadro de gestores. No entanto, desde 2004, à medida que seu foco de pesquisa se voltava para políticas públicas, Neri passou a desenvolver estudos estatísticos de desigualdade que foram bem vistos pelo governo petista.

Em outubro de 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou-se otimista quanto aos efeitos da crise estadunidense no Brasil,[13] que naquele momento atingia o seu ápice e arrastava consigo quase todos os países europeus. Bem ao seu estilo, Lula sugeriu que o "tsunami", se chegasse ao Brasil, teria o efeito de uma "marolinha".[14] A fim de minorar seus impactos, o governo concentrou-se no estímulo ao mercado interno: reduções sucessivas de impostos na indústria automobilística e de eletrodomésticos tornaram-se realidade cotidiana, elevando os índices de otimismo da população. Nesse cenário, o livro de Neri garantiu a legitimidade científica de uma conquista simbólica a ser preservada – a "saída" da pobreza de um contingente expressivo de brasileiros – e de uma estratégia de recuperação: a ênfase na criação e estímulo de mercados de baixa renda. Sua autoridade advinha não apenas da trajetória por ambientes acadêmicos internacionais, mas sobretudo da proeza de seus argumentos, corroborados por números, em forma de gráficos e tabelas, reproduzidos pela imprensa internacional à medida que a "marolinha" provava-se verdadeira.[15]

---

13 A crise estadunidense eclodiu com o pedido de falência do quarto maior banco de investimentos americano, Lehman Brothers, e está baseada na falência do modelo de hipotecas *subprime*, cujos prenúncios se fizeram sentir já em 2006, após rápida valorização do mercado imobiliário. Esses empréstimos eram concedidos a pessoas de baixa renda, com histórico de inadimplência, sem comprovação de rendimentos. Considerados de alto risco, implicaram a elevação da taxa de juros e o não recebimento desses títulos de dívidas pelos compradores, o que gerou uma crise de liquidez.

14 É preciso enfatizar, aqui, a coincidência temporal entre o modelo adotado pelo governo brasileiro para enfrentar a crise internacional e a discussão de Neri sobre a "nova classe média". Ao escolher incentivar o consumo interno de massa, o governo rejeitava uma perspectiva macroeconômica e liberal da contenção de gastos públicos.

15 Um ano após o anúncio da crise americana, o jornal francês *Le Monde* publicou matéria sugerindo que Lula esteve correto em seu diagnóstico.

A tese da "nova classe média" conduziu Marcelo Neri a uma rápida ascensão (e queda) política. Na transição do governo Lula para o governo Dilma Rousseff, a partir de 2011, o economista passou a participar de avaliações de programas sociais e de reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Em 2012, assumiu a presidência do Ipea e, em março de 2013, com a saída de Moreira Franco para a Secretaria de Aviação Civil (SAC), tornou-se ministro interino da SAE, sendo oficializado no ano seguinte no mesmo cargo, onde deu continuidade à agenda de pesquisas sobre classe média e introduziu novas metodologias, como o índice de satisfação com a vida, mensurado pelo Gallup World Poll.[16] Nesse mesmo período, Neri foi escolhido como um dos cem brasileiros mais influentes, segundo pesquisa anual realizada pela revista *Época*. Fabio Giambiagi (2010), economista integrante do BNDES e do Ipea, escreveu:

> Marcelo dedica-se ao sacerdócio de "ler" os números. Por isso, ganhou o direito de frequentar diferentes "igrejas" e ter todo tipo de interlocutores. É uma das poucas pessoas capazes de ser chamadas um dia para discutir com o ex-presidente FHC e no dia seguinte tratar do mesmo assunto com o presidente Lula.

A "nova classe média" ganha o mundo

Tomando como ponto de partida o trabalho seminal de Neri, as principais páginas de jornais do país e do mundo passaram a escrever a crônica da "nova classe média". Em novembro de 2009, a revista *The Economist* publicou uma reportagem de capa intitulada "Brazil takes off", à luz da imagem do Cristo Redentor decolando.[17] Imagens que antes clamavam pelo combate à pobreza eram agora substituídas por comportadas famílias sorridentes posando em ambientes domésticos povoados por objetos de consumo; outras procuravam

16 Criado em 2005, ele se baseia em mais de 100 variáveis qualitativas com impacto direto sobre a opinião e a qualidade de vida das pessoas, em mais de 160 países. O indicador tem sido cada vez mais usado por economistas "sociais" em todo o mundo, assim como por pesquisas do Banco Mundial e das Nações Unidas que lidam com desenvolvimento, pobreza e inclusão laboral e social.

17 Quatro anos depois, a mesma revista lançou a imagem da estátua em queda livre, sob o título "Has Brazil blown it?". As notícias operam, portanto, como termômetros sociais que atestam a circulação internacional da tese da "nova classe média".

acentuar os contrastes e ambivalências que ainda existiam, à frente de suas (muitas vezes) precárias habitações em zonas periféricas de grandes cidades. Embora não fosse unanimidade, a tese da "nova classe média" expandiu-se no circuito midiático, político e científico.

A partir de uma catalogação dos dez principais jornais brasileiros foi possível documentar a rápida trajetória e evolução da tese da "nova classe média". Foram levantadas 2159 matérias relacionadas ao termo, entre janeiro de 2001 e abril e 2014. Na Figura 3 vemos sua distribuição relativa aos anos. É possível constatar seu aparecimento como "frente discursiva" em 2008 – ano do lançamento da pesquisa de Neri –, seu auge em 2012, e sua progressiva diminuição a partir de então.

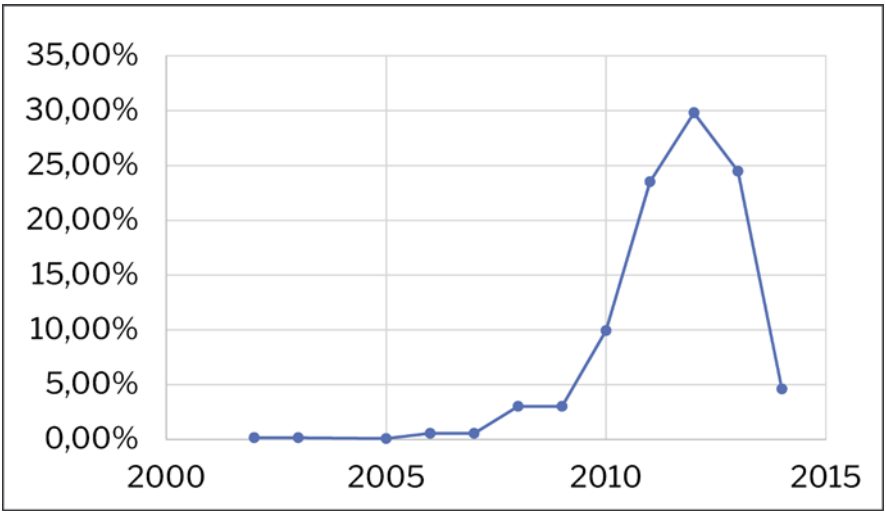


Figura 3. Distribuição de matérias de jornal sobre a "nova classe média".

Em seu conjunto, consideramos essas reportagens evidências empíricas – ou, nos termos de Boltanski e Thévenot (2006), "provas sociais" – da formatação de um debate taxonômico sobre a mobilidade na década de 2000. Elas são vetores que ativamente emolduraram os termos da discussão, forjando um espaço social através do qual equilíbrios de poder foram seguidamente

negociados. Editoriais como o do *The Economist* (Brazil..., 2009), ao produzirem leituras hegemônicas sobre a realidade, ao lançarem os termos do debate, ao desenharem diretrizes de política econômica e ao vaticinarem quedas, ajudaram a constituir a temporalidade dessa taxonomia. Assim, essa ciclicidade é também a ciclicidade das vidas públicas dos principais personagens que compõem a tese da "nova classe média": por meio de jornais e entradas televisivas, foram veiculadas as evoluções de seus projetos político-intelectuais, suas alianças difusas e atravessamentos entre Estado, mercado e ciência e, mais importante, as escaladas e derrocadas profissionais que fizeram de sua própria mobilidade subjetiva uma metáfora para a mobilidade da "nova classe média" como projeto para o Brasil.

Como uma fábula que visou narrar uma história de desenvolvimento e sucesso, a "nova classe média" foi performada e agenciada enquanto categoria, modelando uma certa percepção acerca dos rumos do país durante a década de 2000. Assim, a retirada de Neri das posições políticas que tornaram seu argumento visível ocorreu em consonância com a evanescência desse alinhamento. Meses após as eleições presidenciais de 2014 – e de assumir o planejamento da campanha de Dilma Rousseff à reeleição[18] – Neri pediu exoneração do cargo de ministro da SAE.[19] Essa sequência de eventos coincidiu, igualmente, com a consolidação da crise econômica – marcada pela queda vertiginosa do PIB, aumento da inflação e do desemprego –, o que deslocou a fundamentação estatística da tese do economista. Ao mesmo tempo, na circulação de posições políticas associadas à leitura dos números públicos brasileiros, o Ipea, então vinculado à SAE, conheceria seu novo presidente: o sociólogo Jessé Souza, um dos críticos mais ácidos do conceito de "nova classe média".

18 Conforme matéria do jornal *Valor Econômico* de 20 de maio de 2015 (cf. Renda..., 2014).

19 Em entrevista concedida à revista *InfoMoney* em dezembro de 2015, Neri confessou: "No ano passado houve uma campanha muito dura, com muito calor e pouca luz. Não saí do governo exatamente por causa disso, mas confesso que a campanha não me deixou muita vontade de ficar. No final de novembro, coloquei meu desejo de sair" (Mortari, 2015, p. 21).

A evanescência da "nova classe média": os caminhos da contestação

O mal-estar entre os sociólogos

Com o congelamento e posterior queda dos índices econômicos e de bem-estar que fundamentavam a tese da "nova classe média", Neri sairia de cena e daria lugar ao principal porta-voz de uma crítica sociológica na interpretação dos dilemas contemporâneos do Brasil. Jessé Souza[20] foi o primeiro sociólogo a assumir a presidência do Ipea.[21] Nos livros em que buscou contestar a tese da "nova classe média" (Souza, 2009, 2010), Jessé Souza criticou as teorias que associam o "atraso" brasileiro às origens históricas coloniais.[22] Resultado de pesquisas quali-quantitativas conduzidas em diferentes partes do país, sua obra é dedicada a desenvolver o argumento de que o Brasil teria assistido à emergência de uma "nova classe trabalhadora", visto que faltaria a essa população o principal atributo que caracterizaria a classe média como tal: o acesso privilegiado ao capital cultural que legitima sua participação no mercado e no Estado. Suas análises foram inspiradas em uma linhagem "weberiana" de classe (Weber, 1999), pontuada por marcadores de status, prestígio e distinção, e têm ainda a influência de Bourdieu (1984a, 1984b, 1987, 2001, 2005a, 2005b, 2006), para quem a luta de

20 Com graduação em direito e doutorado em sociologia, Souza foi professor da UnB entre 1992 e 2003, da UFJF entre 2005 e 2014, e atualmente está vinculado à UFF, tendo circulado por instituições como o Iuperj e a USP.

21 Como vemos, o Ipea foi um importante espaço de consagração e teste das ideias sobre mobilidade econômica, constituindo-se como arena privilegiada por onde circularam adeptos e críticos da tese da "nova classe média". Fundado em 1964, o instituto insere-se numa estrutura governamental voltada para o planejamento brasileiro (Barbosa, 2012). Vinculado desde 1967 ao Ministério do Planejamento, consagrou o modelo desenvolvimentista brasileiro baseado no padrão fordista-keynesiano, com o Estado exercendo papel ativo no sistema público de planejamento, ao mesmo tempo em que criava sua própria estrutura e burocracia (Barbosa, 2012). Desde seu nascimento, o Ipea esteve vinculado às preocupações internacionais de planejamento estratégico e *policymaking*, razão pela qual se conservou como instituição internacionalizada, contando com a colaboração de pesquisadores estrangeiros (D'Araujo; Farias; Hippolito, 2005).

22 Sua indisposição recai sobre a literatura histórico-sociológica brasileira que dá grande ênfase à problemática do "atraso" desenvolvimentista, tomando como parâmetros de comparação os paradigmas estruturais, econômicos e sociais que se desenvolveram nos grandes centros (Botelho; Schwarcz, 2009; Ricupero, 2008; Roiz, 2010).

classes é, essencialmente, uma luta de classificações taxonômicas e uma luta pelo monopólio da definição legítima do mundo social.

A nomeação de Souza para o Ipea não deixa de ser surpreendente, pois ele havia representado até então uma das principais vozes dissonantes da tese da "nova classe média". Uma mudança de perspectiva tão radical seria esperada no caso de uma mudança no governo, mas Souza foi alçado ao posto por Dilma Rousseff, logo no início do seu segundo mandato. Embora se tivesse convertido num dos críticos mais efusivos do golpe parlamentar que depôs Dilma Rousseff em 2016, a ascensão de Souza parecia enunciar o descarte de uma das políticas econômicas mais bem-sucedidas do segundo governo Lula, calcada no incentivo ao consumo das classes baixas, que tornou o "tsunami" de 2008 uma "marolinha". Para o sociólogo, o desafio estava em superar o modelo de desenvolvimento baseado na popularização do consumo de baixa renda para investir na expansão da estrutura de produtividade e de oferta.

Em entrevistas concedidas logo após sua nomeação, sob o título de "O Brasil não conhece o Brasil, só faz de conta", o sociólogo apresentou uma nova agenda de pesquisas intitulada *Radiografia do Brasil moderno: onde estamos e para onde podemos ir*, que buscaria "descobrir como capacitar essa classe de trabalhadores que cresceu muito nos últimos anos, para que ela seja capaz de assimilar novas tecnologias e aumentar sua produtividade" (Paula, 2016). Ao sugerir, na mesma entrevista, que 70% da população era pobre, Souza foi questionado sobre a mudança de nomenclatura no interior do governo, que até então sustentava ter o Brasil mais da metade da população na classe média. "O termo não é o principal; é inegável que houve ascensão" – retrucou o sociólogo; e "este grupo é o foco central da capacitação".

Souza mobilizou sua crítica ainda em redes acadêmicas e científicas, como o seminário temático As Classes Sociais no Brasil Cntemporâneo, nas reuniões anuais da Anpocs. "Aqui eu não quero apenas 'dizer' a crítica", ele começou. "Eu quero *enfrentar* o desafio de 'comprová-la' com o meio típico do debate científico por excelência que é a competição entre argumentos". E arrematou, triunfalmente: "Entre nós confunde-se o tempo todo o poder interpretativo dos conceitos com as posições políticas pessoais dos autores que as enunciam com resultados previsivelmente lamentáveis." Souza esbravejou uma crítica aos intelectuais que, tendo uma ideia, "pretendem realizá-la e torná-la prática no Estado" e sugeriu que, ao contrário, "o debate de ideias científicas é a primeira trincheira da luta política e da luta de classes" (Souza, 2013, p. 8).

Outros sociólogos também criticaram o uso pouco criterioso do conceito de classe (Xavier Sobrinho, 2011), bem como sua apropriação por políticos, economistas, marqueteiros e jornalistas para celebrar a inclusão social, o acesso à cidadania e a abertura de mercados de consumo para os chamados "ex-pobres". Podemos dividir essas abordagens em dois grupos distintos. De um lado, os adeptos do weberianismo problematizaram a formação de estratos intermediários a partir de níveis de ocupação e não exclusivamente através da renda ou posse de bens. Scalon e Salata (2012, p. 391), por exemplo, basearam-se nos trabalhos de John Goldthorpe (2000) e Erik Olin Wright (1986) e tomaram a estrutura de oportunidades e características de classe dos indivíduos para demarcar sua posição na sociedade – o que os conduziria ao compartilhamento de condições de classe semelhantes. Pra eles, portanto, o uso do termo "nova classe média" ter-se-ia mostrado fora de contexto, tanto em relação à relativa constância entre os intervalos estamentais da sociedade quanto em relação à estrutura de ocupações: "Ao invés de falarmos de uma nova classe média poderíamos ponderar, talvez, sobre uma parcela da classe trabalhadora que, em relação a certas características, quase exclusivamente os rendimentos, estaria se aproximando dos setores mais baixos das classes médias" (Scalon; Salata, 2012, p. 403).

Outro estudo, publicado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), sugeriu que os processos de formação de classes médias, enquanto tendência mundial, precisavam ser entendidos na conjunção de processos individuais e estruturais. A mobilidade (entre e dentro de estratos sociais) teria ocorrido em uma estrutura que estava ela mesma em mutação (Souza; Lamounier, 2010). Para os autores, a sustentabilidade dessa "nova classe média" dependia de fatores econômicos (ritmo e composição do crescimento e processos estruturais dele decorrentes), "weberianos" (educação, empreendedorismo, atitudes em relação ao trabalho, etc.) e, finalmente, de recursos políticos (capacidade de articular seus interesses, de pressionar o sistema político e, no limite, de "projetar uma visão da sociedade consentânea com seus objetivos e valores") (Souza; Lamounier, 2010, p. 4). Nesse quadro, argumentou o estudo, a tese da "nova classe média" encontraria dificuldades para se consolidar. De um lado, os processos de ascensão econômica não haviam inibido significativamente os índices de desigualdade, nem tinham sido realizadas reformas estruturais essenciais como a trabalhista e a tributária – o que explicaria, ainda, forte presença de setores informais na economia. De outro, a mobilidade ter-se-ia

constituído, essencialmente, sobre a ampliação do consumo, e não de novos padrões de organização cultural.

Reviravoltas no interior do PT

A tese da "nova classe média" que, como temos argumentado, surfou a onda da prosperidade enunciada pela mídia, nacional e internacional, e agências governamentais, também enfrentou resistências diversas, até mesmo de segmentos ideologicamente antagônicos. Não deixa de ser surpreendente que as críticas efetivadas por estudos encomendados pela CNI encontrassem eco em intelectuais de formação marxista, militantes "históricos" do Partido dos Trabalhadores.

Esse era o caso do economista Marcio Pochmann, que publicou dois livros (Pochmann, 2012, 2014) dedicados à contestação do argumento de Neri. A partir de uma análise da estrutura de ocupações da população, ele sugeriu que o crescimento econômico com redução da desigualdade não teria implicado uma mudança de classe. Nas suas palavras:

> O grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos de classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Trata-se de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo que ganha. (Pochmann, 2012, p. 10).

O economista pós-graduado pela Unicamp, e com extensa produção bibliográfica sobre políticas sociais e do trabalho,[23] foi nomeado em 2007 para a presidência do Ipea, após circular por outros cargos políticos como a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, no governo petista da prefeita Marta Suplicy (2001–2005), em São Paulo. Em 2012, Pochmann, após anunciar sua candidatura à prefeitura de Campinas, foi substituído por

23 Além de seus livros críticos, publicados anos após a tese de Neri, Pochmann publicou, como presidente do Ipea, inúmeras notas e estudos em que reconhece o padrão de mudanças da década de 2000, mas rejeita uma discussão sobre "classe média". Ver, por exemplo, *Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano* (Pochmann, 2008).

Marcelo Neri na presidência do Ipea – que em pouco tempo acumularia o cargo com o de ministro interino da SAE. A troca institucional ocorreu num momento em que a tese da "nova classe média" atingiu seu pico na esfera pública – incentivada pelo crescimento do PIB e pela subida do Brasil ao posto de sexta maior economia mundial em 2011.

Marcio Pochmann, contudo, não foi o único a tomar parte nessa frente. Intelectuais com destacada atuação pública, entre os quais a filósofa Marilena Chauí, também o fizeram e adquiriram notoriedade por suas críticas estridentes à tese da "nova classe média". Um desses eventos paradigmáticos ocorreu durante uma cerimônia de lançamento do livro *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, de autoria de Emir Sader, em São Paulo, em maio de 2013. Além de chefes de Estado e autoridades políticas, estiveram presentes intelectuais cuja trajetória era atravessada por filiações ou predileções pelo partido. Partindo de explicações históricas sobre as conquistas sociais e jurídicas das classes trabalhadoras europeias, Chauí argumentou:

> Não é pela escolaridade, pela renda, pela profissão, pelos gostos de consumo, que eu determino uma classe social. Isso não define uma classe social no modo de produção capitalista. O que a define é a maneira pela qual ela se insere nos meios sociais privados da força produtiva. Portanto, critério ABCDE, EFJH, o alfabeto inteiro, não quer dizer coisa nenhuma. [...] A perspectiva de que dispor de um conjunto de bens de consumo em massa, e dispor de um conjunto de direitos sociais significa mudar de classe, não. Significa que a classe conquistou os seus direitos, o seu lugar.[24]

Após uma breve explicação das razões teóricas de sua discordância em relação à tese de uma "nova classe média", Chauí esbravejou:

> E por que eu defendo esse ponto de vista? Não é só por razões teóricas e políticas. É porque eu odeio a classe média. A classe média é um atraso de vida. A classe média é a estupidez. É o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista. É uma coisa fora do comum a classe média [...].

24 Texto transcrito de fala disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg (acessado em 30/01/2017).

> A classe média é uma abominação política porque ela é fascista. Ela é uma abominação ética porque ela é violenta. E ela é uma abominação cognitiva porque ela é ignorante.[25]

Em tom de deboche, o ex-presidente Lula, que assistia à fala da filósofa, exclamou: "Agora, depois de tantos anos de luta, que eu cheguei a ser considerado de classe média, essa mulher avacalha com a classe média! Não é possível! [risos]."[26] O provocativo desabafo da intelectual gerou uma repercussão interminável na mídia e produziu um extenso conjunto de publicações e reações enfurecidas em diferentes veículos de comunicação pela internet. O que essas críticas evidenciaram é que os discursos sobre o recente processo de mobilidade social nunca foram, estritamente, apenas argumentos, mas produziram e refletiram engajamentos morais de um tipo particular, causando tanto mais estranheza ou repulsa quanto mais evidentemente tivessem sido enunciados por intelectuais, a quem sempre competiu renovar a crença numa separação radical entre o universo das ideias e os contextos sociais da sua produção.

Em geral, para esse grupo, poderíamos dizer que a produção da crítica se baseou em definições marxistas de mobilidade social, que não poderiam ser mais que conjunturais, já que nesse modelo é a sociedade que está em movimento, o que não mudaria a distância relativa das ocupações dos sujeitos em questão. No máximo, portanto, seria possível especular sobre coisas como capital cultural e social na definição dessas posições, em todo caso pouco dinâmicas no tempo e no espaço.

O mercado da "nova classe média"

A habilidade de Neri em "ler os números" não repercutiu apenas entre *policy-makers* e intelectuais com atuação pública destacada. Apesar das contestações – incluindo-se a crítica especializada, de viés weberiano e marxista, mas também a crítica difusa, mais bem retratada na satírica crônica de Luís Fernando

25 Texto transcrito de fala disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg (acessado em 30/01/2017).

26 Texto transcrito de fala disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg (acessado em 30/01/2017).

Verissimo que abre este artigo –, a tese da "nova classe média" floresceu e gerou frutos. Nesta seção, exploramos outro alinhamento produtivo dessa assemblage da mobilidade: a reinvenção do marketing voltado ao mercado consumidor de baixa renda (Kopper, 2015). Institutos de pesquisa de mercado e experts especializados nesse público consumidor foram gestados e celebraram contratos milionários de consultoria com empresas interessadas em comercializar para o novo público-alvo. Ao mesmo tempo, um boom de notícias e números sobre consumo alastrou-se pela mídia: rendas familiares generosas, acesso a crédito e a bens duráveis, potencial de consumo anual de mais de R$ 1 trilhão (US$ 461 bilhões).

"Estudo o tema da evolução de renda há 11 anos e, desde o início, considerei Neri uma referência", disse em 2012 Renato Meirelles, diretor do instituto de pesquisas de mercado Data Popular, referindo-se ao economista e, seguindo o publicitário, principal responsável por dar à "nova classe média" "um rosto humano que as estatísticas escondiam".[27] O instituto surgiu em 2001 como ramificação da Popular Comunicação, uma agência de comunicação e marketing que já encabeçava um esforço de voltar suas estratégias de mercado para as "classes populares".[28] Meirelles ascendeu rapidamente às posições de comando da empresa até tornar-se reconhecido publicamente como sócio-diretor do instituto (para uma discussão detalhada, ver capítulo 2 de Kopper, 2016).

Ao longo desse processo, a agência utilizou uma profusão de termos para referir-se aos alvos da mobilidade econômica: "ex-pobres", "classes populares", "base da pirâmide", "classe C" e, finalmente, "nova classe média". A transição refletia as influências intelectuais de Meirelles e de seu time interdisciplinar de experts, composto de sociólogos, antropólogos, economistas, demógrafos.

27 Em entrevista concedida à revista *Época* por ocasião da seleção das cem pessoas mais influentes do ano (Meirelles, 2012).

28 O Data Popular foi o primeiro instituto de pesquisas de mercado focado especificamente na "base da pirâmide" brasileira e constituiu, por essa razão, um foco privilegiado da pesquisa etnográfica que originou este artigo. A partir dele, foram fundados outros dois institutos com expertise nesse segmento: A Ponte Estratégia e Plano CDE. Além do acompanhamento de palestras e atividades promovidas pela instituição, foram conduzidas entrevistas com seu presidente-fundador, os coordenadores do setor de pesquisas quantitativas e qualitativas, e ex-funcionários. Esta incluiu a realização de entrevistas em profundidade com profissionais na sede do instituto, com ex-funcionários do instituto, e a análise documental e midiática de materiais, notícias e relatórios produzidos pelo instituto.

A profusão terminológica expôs, igualmente, os caminhos taxonômicos dessa assemblage, e os modos pelos quais as ideias circulavam e passavam de um registro ao outro: da ciência ao governo, do governo ao mercado e, novamente, de volta à ciência. Ao aterrissar, finalmente, na tese da "nova classe média", a agência de publicidade admitia que havia algo novo em termos de classe – passando a oferecer serviços especializados em perscrutar o seu gosto – sem descartar os achados advindos da antropologia urbana, que focavam nos modos de vida dessa população e apontavam para os limites de teorizações sociológicas baseadas na distinção e na perspectiva da *trickle down* (Bourdieu, 1984a).

A criação de um instituto de pesquisas com as peculiaridades do Data Popular respondia, por conseguinte, às demandas de mercado, ávido por ampliar seu conhecimento a respeito do gosto do público não elitizado. "Existia um grande preconceito no mercado em ter uma agência de propaganda pra classe C e D", confessou Meirelles em entrevista concedida aos autores em 2014. "A propaganda aprendeu a fórceps [sobre] essa classe média. Eles têm uma dificuldade de entender que o Leão de Cannes, que é o maior prêmio da propaganda mundial, não vale nada para quem mata um leão por dia para sobreviver". Sua crítica – uma versão nacional do argumento de Prahalad (2005) sobre a riqueza na "base da pirâmide"[29] –, era de que "a propaganda cresce com a teoria do aspiracional, de que todos querem ser melhores, e esculhamba as pessoas pra que elas se sintam mal e achem que a compra do produto é a única forma delas se sentirem bem". Para a "nova classe média", entretanto, "isso não funciona. Ela tá com a autoestima elevada, quer ser reconhecida, e ela acha o rico o babaca, o maior perdulário."

Em pouco tempo, por meio de generosas matérias midiáticas e contratos de alta monta com clientes interessados em suas pesquisas e metodologias,[30] seu nome transformou-se numa espécie de selo certificador dos saberes

29 O argumento de Prahalad (2005) sugeria que era possível erradicar a pobreza através da invenção de novos modelos massificados de mercado. Observando a sociedade como uma pirâmide, ele argumentou, sua base figura como o grupo mais pobre, mas também como o mais volumoso, constituindo um potencial de 4 bilhões de consumidores.

30 Em 2015, os clientes incluíam, por exemplo, bancos (como Itaú, IBI, Bradesco, Citibank, Lemon Bank, Unibanco, Mastercard), a Bovespa, Casas Bahia, Magazine Luiza, Walmart, Marabraz, Coca-Cola, editoras (Abril, Alto Astral), Grupo Algar, Grupo Pão-de-Açúcar, Grupo Positivo, Grupo Sílvio Santos, ministérios governamentais (do Trabalho, do Turismo), partidos políticos (PCdoB), e por aí afora.

produzidos sobre a "nova classe média". A partir de 2013, ele passaria menos tempo na agência, concentrando-se na concessão de entrevistas e palestras decorrentes da visibilidade adquirida. No processo, a conversão da agência de marketing em um instituto de pesquisas lhe permitiu ancorar os resultados produzidos em uma linguagem científica, manipulada por uma equipe técnica e multidisciplinar capaz de engendrar um "produto diferenciado". Em nossa conversa, em 2014, Meirelles explicou:

> A equipe do Data Popular aqui é muito multidisciplinar. Então eu sou publicitário de formação; a Marlise, que é meu braço direito aqui, tem mestrado em Ciências Sociais na USP; Adriane, que é gerente de pesquisa qualitativa, tem doutorado no Museu Nacional [...] Eu tenho o Márcio que é economista, mais estatístico, então a gente consegue ter um time com uma visão de mundo muito plural, e produzir relatórios que efetivamente passam por todos esses crivos.

A capacidade persuasiva de Meirelles residia no uso de "casos" e números para contar a história dos consumidores de classe média – de tal modo que a criação do personagem publicitário foi coetânea à criação de personagens-consumidores que, ao descobrirem o mercado como espaço de satisfação de seus desejos, narravam crônicas de mobilidade econômica, superação da pobreza e redefinição de suas identidades. As falas do publicitário estavam povoadas por tais encontros fortuitos, e seguiam o roteiro de uma descoberta antropológica do Outro. Tivemos a oportunidade de registrar uma de suas performances em 2014, ocorrida na PUCRS, diante de uma audiência de estudantes de jornalismo.[31] O relato abaixo, extraído deste mesmo evento, dá uma ideia de suas estratégias de persuasão:

> Eu conheço a Candeia, já fui na casa da Candeia, nunca tive um caso com a Candeia, juro pra vocês. Mas a Candeia já viajou de avião a essa altura do campeonato mais de seis vezes. Candeia tem cinco cartões de crédito. A Candeia tá fazendo

31 Em geral, as palestras de Meirelles eram destinadas a empresas privadas interessadas em treinamento de pessoal, mas naquela noite o evento fora promovido por uma deputada federal esquerdista com grande circulação entre jovens intelectualizados do Rio Grande do Sul, interessados em "atualizar" seus conhecimentos sobre a "realidade brasileira", nas palavras da política.

> terapia porque tá de saco cheio do marido. E se eu falasse pra vocês, alguém que tem cartão de crédito, viaja de avião, faz terapia, pode ser assinante do seu jornal, pode comprar o seu produto? Claro que pode! E quantas vezes se faz comunicação pensando na Candeia? E só de Candeias [empregadas domésticas] eu tenho sete milhões no Brasil! Agora, a Candeia tem alguma cara de quem quer ficar parecida com a patroa? Nenhuma! A patroa é perdulária, joga dinheiro fora. Não entende por que na hora do almoço só come um franguinho com salada podendo comer um prato cheio. A classe C definitivamente não aspira mais ser como a classe A. Só que a classe C movimenta por ano 1,17 trilhão de reais! É tanto dinheiro que se a classe média fosse um país, ela seria o 12º maior país do mundo em população, o 18º maior país do mundo em consumo, ela estaria no G20 do consumo mundial. Então nós não tamos mais falando de um nicho de mercado, ou de um nicho de cidadãos, ou de um nicho de consumidores. Nós estamos falando do verdadeiro mercado brasileiro.

Como vemos, a invenção desses consumidores ativistas – quer dizer, ávidos por serem capturados pelas histórias do publicitário e pelas campanhas de marketing – esteve ajustada ao uso de poderosos métodos qualitativos de pesquisa que implicaram sua participação ativa no design de novos produtos que satisfizessem suas "necessidades". E, óbvio, na invenção de personagens como Candeia, capazes de personificar não apenas um novo consumidor – consumidora, nesse caso – mas também um cidadão, com aspirações próprias. Assim, consultores e tecnologias metodológicas compuseram redes sociotécnicas capazes, simultaneamente, de engajar-se com e falar em nome de consumidores da "nova classe média".

Ao reapropriar falas e opiniões da "nova classe média" em discursos controlados, Meirelles edificou-se a si próprio como personagem central de um processo de experimentação criativa com a diferença e com o imaginário de seus interlocutores de pesquisa. Buscando canais de comunicação com públicos geralmente elitizados, suas falas invertiam posições sociais e deslocavam valores e práticas culturais de contexto, gerando risadas no público.

Nessas palestras, a expertise do publicitário como consultor era construída ao longo de diferentes etapas. Primeiro, era preciso estabelecer a "classe C" como um universo específico, distante do entendimento de seus pares; essa dissidência era formatada como uma diferença de percepções de classe e performada

com recurso a vídeos produzidos pelo instituto onde eram confrontadas opiniões de patroas e empregadas quanto à rotina de trabalho destas últimas. Para explicar essas diferenças, eram invocados os analistas do Data Popular – figuras necessárias nessa cadeia explicativa da alteridade – para argumentar que "consumir significa esquecer do passado de pobreza". A experiência de compra era vista então como um momento de empoderamento e inclusão social.

Em seguida, Meirelles apresentava-se como personagem-aprendiz em interações com pessoas da "classe C", através de casos paradigmáticos extraídos de pesquisas qualitativas realizadas pelo instituto. Usando vinhetas desses encontros, o publicitário transportava sua audiência para complexos habitacionais na periferia de São Paulo, onde convivera com uma família por uma semana e só fora assimilado após aceitar dois pratos de comida à mesa. Noutro caso, morando no morro Dona Marta, Rio de Janeiro, Meirelles contava como fora instruído por uma mulher negra sobre a lógica de suas decisões na compra de uma lavadora de roupas:

> – Finalmente eu comprei a primeira máquina de lavar roupas da minha família.
> – Como é que a senhora pagou?
> – Como pobre paga, eu fiz um carnê.
> – Por acaso você fez as contas pra saber quanto de juros você tá pagando?
> – Claro que fiz, eu não sou burra.
> Pah, pah, idiota, né, de novo [risos da plateia].
> – E por que a senhora não guardou o dinheiro pra pagar à vista e fazer uma economia?
> Ela olhou pra minha cara e falou:
> – Renato, com essa carinha de rico, você nunca lavou roupa no tanque na sua vida, né? Porque senão você iria entender por que eu não passo todo o dia estragando o esmalte lavando roupa quando eu posso ter a minha máquina de lavar. Eu quero ter a minha máquina de lavar agora!
> E não nos cabe com a lógica da elite, da planilha do Excel, da racionalidade da classe A e B, decidir o que é melhor pra Dona Maria, se é estragar o esmalte ou se é pagar parcelado.

Esbofeteado pelas "verdades" apreendidas "em campo", Meirelles exagerava no uso de expressões e interjeições para desenhar uma caricatura desse consumidor

e radicalizar sua predisposição em aprender com o Outro. Colocando-se momentaneamente na posição de escuta, do subalterno – uma estratégia amplamente utilizada pela antropologia –, do observador das diferenças culturais, o publicitário operava deslocamentos de contexto e se valia de figuras de linguagem para cristalizar a distância e o seu deslocamento engajado para entendê-la. Ao retornar, em seguida, para narrar essa experiência, o personagem de Meirelles em suas histórias tornava-se a caricatura de seu próprio interlocutor.

Essas vinhetas eram, contudo, mais que artifícios de legitimidade para afirmar a autoridade de Meirelles como expert na "nova classe média". Em sua viagem cultural, uma importante revelação era feita: o sujeito encontrado e imaginado por Meirelles descobria-se como consumidor dotado de desejos e, mais importante, de um conhecimento de si e dos meios para satisfazê-lo. A ideia permitia ao publicitário falar das populações-alvo no interior da "nova classe média": os negros, os jovens, as mulheres. Longe de serem simples categorias econômicas, elas refletiam estratos economicamente governáveis e tornados evidentes por meio das pesquisas de mercado (Rose, 2007). A exposição dessas populações como categorias de consumidores implicava ainda a garantia de que dispunham da liberdade de escolha no espaço do mercado – uma liberdade que podia ser escrutinada, explorada e refinada pelo marketing. Era nessa economia política e científica que a pesquisa de mercado tornava visíveis os cidadãos-consumidores da "nova classe média".

Considerações finais: o(s) destinos(s) da "nova classe média"

Ao longo de praticamente uma década – entre 2001 e 2012 – economistas, sociólogos, planejadores públicos, antropólogos, políticos e jornalistas estiveram empenhados em registrar os efeitos redistributivos do aumento real do salário mínimo, da estabilidade econômica, de políticas sociais, do bônus demográfico, sobre as vidas de brasileiros, e o fizeram apostando na emergência de um novo estrato social: uma "nova classe média". Ao apontar para os alinhamentos produzidos em diferentes esferas, mostramos como essa concertação coproduziu-se como uma linguagem moral sob a qual foram contadas histórias de esforço pessoal, superação da pobreza, de reconstrução nacional e desenvolvimento econômico.

Neste artigo, portanto, procuramos deslindar a história social de um conceito em torno do qual se formou uma assemblage de múltiplas escalas que definiu a mobilidade econômica da década de 2000. Nesse esforço de arqueologia categorial, identificamos e exploramos os alinhamentos políticos, econômicos e científicos que performaram a aparição meteórica e posterior evanescência da "nova classe média" como categoria de enunciação da mobilidade. Costurados a partir de personagens e arenas cruciais ao exercício desse embate, os alinhamentos performaram diversas realidades e agenciaram discussões no espectro da economia, da política, da sociologia e do marketing.

Ao enfatizarmos as trajetórias dos personagens dessa mobilidade, que tornaram as teorias vetores de conhecimento e poder, procuramos compreender a materialidade e porosidade dessa assemblage (Rabinow, 2005), e os caminhos que levaram a alinhamentos sociotécnicos que deram sustentação à tese da existência de uma "nova classe média". Acompanhando alguns de seus desdobramentos para a formatação de políticas públicas e aberturas de mercado, evidenciamos a circulação dessas ideias e personagens, bem como seus atravessamentos entre ciência e política. Convertida em linguagem de governo por meio de políticos e jornalistas, a gramática da "nova classe média" buscou reconfigurar os alvos de intervenção do Estado brasileiro em nome de um "novo social" (Rose, 2007). Trazendo para o diálogo a crítica sociológica, apontamos para as moralidades, contradições e limites entre Estado e mercado, produção e consumo, que subjazem a esse dispositivo de classificação que buscou recolocar o país na rota de uma geopolítica internacional.

Sob muitos aspectos, a pedra de toque do debate que se estabeleceu em torno da emergência dessa "nova classe média" esteve ancorada sobre a possibilidade de verificar-se sua existência empírica. Poderiam as transformações apontadas pelas estatísticas sociais ser interpretadas no registro da formação de uma "classe média"? Ou, ao contrário, faltariam evidências sociológicas que sustentassem essa posição? Para além dos jogos políticos de justificação e falseamento que pontuaram essa tensão, procuramos assinalar aqui os múltiplos efeitos taxonômicos desse novo sistema de classificação. Como demonstramos por meio da circulação da categoria em circuitos estatísticos e econômicos, sua penetração no governo federal, as formas de sua contestação e sua apropriação pelo marketing, o que estava em jogo eram lutas simbólicas que

se materializaram, antes de tudo, em disputas sobre o monopólio legítimo de imprimir um sistema de legibilidade hegemônico da realidade brasileira.

De um ponto de vista antropológico, pois, conceitos são reais na medida em que constituem categorias de apreensão da realidade que são agenciadas para performar aquilo que pretendem tornar inteligível (Boltanski, 1987; Muniesa; Callon, 2007). Vista desse ângulo, a mobilidade econômica se mostrou em múltiplas faces. Da estatística microeconométrica à crítica sociológica – não importa qual o sistema de mensuração – as iniciativas de governo e de mercado aqui captadas sob o signo da "nova classe média" produziram uma nova categoria de pessoas que deslocou os eixos da discussão sobre a sociedade brasileira. Esses debates estruturaram novos campos de ação política e econômica, suspendendo concepções arraigadas e autoevidentes de percepção de classe, em um país ainda altamente marcado por desigualdades de renda e de acesso a políticas públicas.

Com a abertura de novos postos de trabalho, o aumento da renda nominal do salário mínimo, a expansão do acesso ao crédito, a extensão do escopo de políticas sociais, um novo contingente de brasileiros tomou forma, reestruturando expectativas em torno da produção e do consumo, dos papéis do Estado e do mercado, e deixando em aberto seus próprios futuros e a sustentabilidade de seus projetos. Embora com consequências para toda a sociedade – e muitas destas de caráter moral, já que dizem respeito a percepções e práticas de classe até então inacessíveis às demais – certos setores foram nitidamente mais impactados que outros. Do ponto de vista demográfico, mulheres, negros e jovens foram apontados como os protagonistas dessa "nova classe média". Setorialmente, ainda, o país produziu políticas que afetaram diretamente outros segmentos da população, como o Programa Bolsa Família, o Programa Minha Casa Minha Vida, as políticas de expansão de universidades federais e de financiamento estudantil que permitiram maior acesso de jovens de periferia às universidades públicas e privadas, e por aí afora.

Em seu conjunto, essas iniciativas, inicialmente coligidas sob a alcunha da "nova classe média", não desapareceram com a efemeridade de um conceito. Ao contrário: elas abriram espaços imaginativos e campos de cálculo subjetivo em torno de questões e conjuntos de tomadas de decisões sui generis. A ampliação do crédito e da renda, por exemplo, levará, em longo prazo, à autonomia financeira ou conduzirá ao endividamento? O aumento dos anos de estudo graças à

expansão do ensino universitário conduzirá a empregos e estilos de vida tipicamente tidos como de classe média, ou produzirá um contingente de trabalhadores desempregados com diploma?

Embora sem respostas para essas questões, este artigo enveredou por uma arqueologia da "nova classe média" e apontou pistas acerca dos desdobramentos da mobilidade econômica da década de 2000. Mostrou, ainda, como essa assemblage se articulou em torno de alinhamentos ou frentes discursivas delineados por economistas, sociólogos, filósofos e outros intelectuais na sua problematização. Em seu conjunto, essas polêmicas revelaram uma novidade desconcertante: como foi possível lidar com a mobilidade ascendente num país cuja intelectualidade foi historicamente mobilizada, salvo exceções, para pensar a estagnação ou a mobilidade descendente? Por essa razão, o período que correspondeu à "vida ativa" do conceito de "nova classe média" constituiu um singular momento da história do Brasil. Sem desacreditar das estatísticas recentes, que sugerem o esgotamento das razões que levaram a mobilidade ascendente, o período aqui analisado produziu uma extraordinária quantidade de textos e argumentos que extrapolaram a discussão sobre a conjuntura econômica. No fundo, sempre estiveram em jogo questões de economia moral, de como seria pensado um país se este viesse a confirmar uma breve tendência – quiçá um lampejo no fim do túnel – de vir a ser diferente do que sempre foi: uma pirâmide.

Referências

BACHA, E. O rei da Belíndia, o economista visitante e o produto interno bruto. *Opinião*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1974, p. 14-15.

BARBOSA, W. *IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)*: planejamento e reprodução do capital (1964 a 2004). 2012. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

BECKERT, J. *Imagined futures*: fictional expectations and capitalist dynamics. Harvard: Harvard University Press, 2013.

BOLTANSKI, L. *The making of a class*: cadres in French society. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *On justification*: economies of worth. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, P. *Distinction*: a social critique of the judgment of taste. Cambridge: Harvard University Press, 1984a.

BOURDIEU, P. Social space and the genesis of groups. *Theory and Society*, Dordrecht, v. 14, n. 1, p. 723–744, 1984b.

BOURDIEU, P. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*, Berkeley, v. 32, n. 1, p. 1-18, 1987.

BOURDIEU, P. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005a. p. 3-26.

BOURDIEU, P. Principles of an economic anthropology. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005b. p. 75-89.

BOURDIEU, P. *Argelia 60*: estructuras económicas y estructuras temporales. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

BRAZIL takes off. *The Economist*, 12 nov. 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/14845197>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CALLON, M. Qu'est-ce qu'un agencement marchand?. In: CALLON, M. et al. *Sociologie des agencements marchands*. Paris: Presses de Mines, 2013. p. 325-440.

CARRARO, A.; FONSECA, P. *O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930-1945)*. 2003. Trabalho apresentado. V Congresso Brasileiro de História Econômica/6ª Conferência Internacional de História de Empresas, Caxambu, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_andre_carraro_pedro_cezar_dutra_fonseca_o-desenvolvimento-economico-no-primeiro-governo-de-vargas-1930_1945.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

COLLIER, S.; ONG, A. Global assemblages, anthropological problems. In: ONG, A.; COLLIER, S. (Ed.). *Global assemblages*: technology, politics, and ethics as anthropological problems. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 3-21.

D'ARAUJO, M. C.; FARIAS, I. C.; HIPPOLITO, L. (Org.). *IPEA – 40 anos*: apontando caminhos: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

EGER, T.; DAMO, A. S. Money and morality in the Bolsa Família. *Vibrant*: Virtual Brazilian Anthropology, Brasília, v. 11, n. 1, p. 250-284, Jan./June 2014.

FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, F. et al. *Economic mobility and the rise of the Latin American middle class*. Washington D.C.: The World Bank, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRANZONI, J.; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D. *Good jobs and social services*: how Costa Rica achieved the elusive double incorporation. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2013.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, F. Marcelo Neri: o acadêmico do combate à pobreza. *Época*, São Paulo, n. esp., p. 96, 13 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/clippings/mc2684.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GOLDTHORPE, J. H. Social class and the differentiation of employment contracts. In: GOLDTHORPE, J. H. *On sociology*: numbers, narratives, and the integration of research and theory. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 206-229.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Para compreender a PNAD*: um texto simplificado. Rio de Janeiro, 1991.

KOPPER, M. Designing Brazil's new middle class: economic science and welfare policies in the making of a social category. *Urbanities*, v. 5, n. 2, p. 20-31, 2015.

KOPPER, M. *Arquiteturas da esperança*: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LANGONI, C. G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LOUREIRO, M. R.; LIMA, G. T. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 31-50, 1994.

MEDEIROS, M. *As teorias da estratificação da sociedade e o estudo dos ricos*. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para Discussão n. 998).

MEIRELLES, R. Marcelo Neri. *Época*, Rio de Janeiro, n. 761, 17 dez. 2012.

MORTARI, M. O avanço de uma década em xeque. *InfoMoney*, São Paulo, p. 18-21, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://www.compaso.com.br/clipping/rc112.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MÜLLER, L. H. A. *Políticas de inclusão e de educação financeira*. 2013. Trabalho apresentado. 37º Encontro Anual da Anpocs, 2013, Águas de Lindóia. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st09/8441-financas-significados-e-valores-analise-de-categorias-e-nocoes-que-orientam-as-politicas-de-educacao-financeira/file>. Acesso em: 30 jan. 2017.

MUNIESA, F.; CALLON, M. Economic experiments and the construction of markets. In: MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (Ed.). *Do economists make markets?*: on the performativity of economics. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 163-189.

NEIBURG, F. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 119-151, 2007.

NERI, M. *A nova classe média*: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008.

NERI, M. *A nova classe média*: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEN, R. G. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. São Paulo: Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 2002. p. 15-44.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OSORIO, R. G. et al. *Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009*. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para Discussão n. 1647).

PAES DE BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil*: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007. 2 v.

PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável*: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n. 800).

PAULA, N. de. 'O Brasil não conhece o Brasil, só faz de conta', diz presidente do Ipea. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/o-brasil-nao-conhece-brasil-so-faz-de-conta-diz-presidente-do-ipea-15983568>. Acesso em: 28 abr. 2016.

POCHMANN, M. *Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano*. Brasília: IPEA, 2008. (Comunicado da Presidência n. 7).

POCHMANN, M. *Nova classe média?*: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média*: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO JR., C. *História e desenvolvimento*: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

PRAHALAD, C. K. *The fortune at the bottom of the pyramid*: eradicating poverty through profits. New Jersey: Prentice Hall, 2005.

QUADROS, W. J. *A nova classe média brasileira*: 1950-80. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

QUADROS, W. J. O "Milagre Brasileiro" e a expansão da nova classe média. 1991. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

RABINOW, P. Midst anthropoology's problems. In: ONG, A.; COLLIER, S. (Ed.). *Global assemblages*: technology, politics, and ethics as anthropological problems. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 40-54.

RAVALLION, M. *The Developing World's bulging (but vulnerable) middle class*. Washington D.C.: The World Bank, 2009. (Policy Research Working Paper 4816).

RENDA dos mais pobres teve maior avanço com Dilma do que sob Lula, diz Neri. *IHU*, 20 maio 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/531483-renda-dos-mais-pobres-teve-maior-avanco-com-dilma-do-que-sob-lula-diz-neri>. Acesso em: 24 jan. 2016.

RICUPERO, B. (Org.). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, S. *Pobreza e desigualdade no Brasil*: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n. 721).

ROIZ, D. S. Uma história do pensamento político e social brasileiro: entre o "estado patrimonialista" e a "ação das massas". *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 299-302, 2010.

ROSE, N. La muerte de lo social? Re-configuración del territorio de gobierno. *Revista Argentina de Sociología*, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 111-150, 2007.

SALATA, A. *Notas sobre a tese da nova classe média brasileira.* Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013.

SALATA, A. *Quem é classe média no Brasil?*: um estudo sobre identidades de classe. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012.

SILVA E SILVA, M. O. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

SILVEIRA, H.; ABREU, L.; LOSSO, T. *Estado e desenvolvimento*: política e relações internacionais no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

SOARES, S. *O ritmo de queda na desigualdade no brasil é adequado?*: evidências do contexto histórico internacional. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para Discussão n. 1339).

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. *A classe média brasileira*: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade da cultura brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-100, 2000.

SOUZA, J. *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros*: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, J. *O economicismo e a invisibilidade das classes*. 2013. Trabalho apresentado. 37º Encontro Anual da Anpocs, 2013, Águas de Lindóia. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st33/8631-as-classes-populares-para-alem-do-economicismo/file>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SPRANDEL, M. A. *A pobreza no paraíso tropical*: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

TSING, A. L. *Friction*: an ethnography of global connection. Princeton: Princeton University Press, 2005.

VERISSIMO, L. F. Buuu. *Estadão*, São Paulo, 29 abr. 2011. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,buuu-imp-,711779>. Acesso em: 30 jan. 2017.

WEBER, M. Estamentos e classes. In: WEBER, M. *Economia e sociedade*: vol. 1. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. p. 199-206.

WRIGHT, E. O. What is middle about the middle class?. In: ROEMER, J. (Ed.). *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 3-25.

XAVIER SOBRINHO, G. "Classe C" e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 67-80, 2011.

Recebido: 31/01/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 1/31/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100013

Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho

Affirmative action in higher education and indigenous peoples in Brazil: a trajectory

Antonio Carlos de Souza Lima*

* Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
acslima@mn.ufrj.br

Resumo

Este texto apresenta um relato, à guisa de depoimento, da trajetória de um projeto de intervenção desenvolvido por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento/Departamento de Antropologia/Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro no fomento a ações afirmativas para o acesso, permanência e sucesso educacional de estudantes indígenas no ensino superior. A equipe do Laced/MN-UFRJ que desenvolveu tais atividades pensou-as à luz da antropologia e de estar institucionalmente baseada numa instituição de ensino superior voltada para a pesquisa e a pós-graduação. O período abarcado é, grosso modo, aquele da primeira década do século XXI. O texto busca recuperar e documentar as condições de possibilidade que facultaram tal intervenção, financiada com recursos da Fundação Ford, e em relação direta com as lutas por ações afirmativas no ensino superior movidas pelo(s) movimento(s) negro(s), caracterizando-a como marcada pela percepção das demandas essenciais para os povos indígenas por terra e sustentabilidade. Narram-se as formas como a equipe do Laced procedeu à indução da demanda de recursos por universidades disponíveis a desenvolverem ações afirmativas para indígenas, a disseminação do debate em torno dessas ações, as articulações para que fossem desenvolvidas políticas governamentais que as fomentassem a mais longo prazo, os conhecimentos e documentos gerados nesse processo.

Palavras-chave: povos indígenas; ações afirmativas; ensino superior; Fundação Ford.

Abstract

This paper presents an account, or testimony, of the trajectory of a project developed by a team of researchers associated with the Research Laboratory on Ethnicity, Culture and Development/Department of Anthropology/National Museum-Federal University of Rio de Janeiro that promoted affirmative action policies for access, retention and educational success of indigenous students in higher education in the first decade of the twenty-first century. The Laced/MN-UFRJ team conceived these efforts in dialogue with anthropology, based on a perception that it was carrying out this project in an institution of higher education focused on research and graduate studies. The paper seeks to recover and document the conditions that made this intervention possible. Funded by the Ford Foundation and building on the struggles of black movement organizations for affirmative action in higher education, these actions were based on the perception that demands for land and sustainability are essential for Indigenous Peoples. The paper describes how the Laced team helped universities to develop affirmative action policies for indigenous peoples, how these actions were disseminated and debated, how government policies were developed to sustain affirmative action in the long term, as well as what knowledge and documents were generated by this process.

Keywords: indigenous peoples; affirmative action; higher education; Ford Foundation.

A possibilidade de integrar este volume com uma reflexão sobre minha experiência com a concepção e a implantação de programas para ações afirmativas visando à presença de indígenas no ensino superior, e de fazê-lo numa chave autoetnográfica, colocou-me diversos desafios.[1]

O primeiro desses desafios (aliás, *desafios* foi uma palavra recorrente em tudo que produzimos a respeito) refere-se ao fato de que, desde 2003, acompanhei e intervi na discussão e proposição de medidas para o acesso, a permanência e uma bem-sucedida finalização de estudantes indígenas em universidades, o que se deu em função de ter desenvolvido e coordenado o Projeto Trilhas de Conhecimentos: o Ensino Superior de Indígenas no Brasil (PTC), desenvolvido em duas etapas (2004–2007; 2007–2009). Além do PTC, desenvolvi outros dois projetos voltados para o mesmo campo temático, intitulados Educação Diferenciada, Gestão Territorial e Intervenções Desenvolvimentistas. Pesquisa, Sistematização de Conhecimentos, Produção de Material Didático (2009–2011) e Educação Superior de Indígenas no Brasil: Avaliação, Debate, e Qualificação (2011–2015).[2]

Nosso enfoque da questão do ensino superior para indígenas e os projetos de pesquisa e intervenção a ela relacionados estão documentados em material já publicado (Souza Lima, 2007, 2008, 2016; Souza Lima; Barroso, 2013a; Souza Lima; Barroso-Hoffmann, 2007; Souza Lima; Paladino, 2012a, 2012b; Vianna et al., 2014, dentre outros) ou em vídeos (Educação..., 2015; Trilhas..., 2007). Minha experiência relativamente recente de escrita de um memorial para a promoção à classe E (professor titular) da carreira docente das instituições federais de ensino superior me fez ter de lidar de algum modo com uma chave descritiva semelhante, assim como com a sensação de que estou repetindo o já escrito em outros textos, de estar me autoplagiando ou, na melhor das hipóteses, me "parafraseando".

O uso da primeira pessoa do singular, ainda que meramente sociológico, assim como uma espécie de sobrevalorização da subjetividade do pesquisador e de suas emoções diante do universo pesquisado, mais comuns em

1 Agradeço a Ruben Oliven pelo honroso convite para participar deste 50º número de *Horizontes Antropológicos*, esperando que, com este trabalho, eu esteja modestamente à sua altura. Agradeço a Maria Macedo Barroso pela providencial interlocução – também aqui – ao longo da elaboração do texto. Agradeço, também, à Roberta Ceva pelo trabalho de revisão e de normalização do texto entregue por mim.

2 Para o site remanescente dessa experiência, ver http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/ (acessado em 07/09/2017).

antropologia após a voga pós-moderna, me geram certo desconforto. Nada contra. Quem interage comigo cotidianamente sabe que estou longe de ser "desafetado", ou de crer na possibilidade de um "objetivismo absoluto", até muito pelo contrário. Mas a vivência de muitos anos de psicanálise me faz crer que apenas uma dimensão muito pequena e estilisticamente muito controlada, e por vezes pouco elucidativa, dos princípios analíticos e pessoais, dos sentimentos que guiam o investigador e lhe conferem uma percepção mais ou menos profunda do que faz, é textualmente materializada e "revelada" nessas investidas de "exposição/exibição (controlada) de si".

Por outro lado, considero de extrema importância precisar certas condições sociais de produção que se espraiam a partir de um "eu" pesquisador, já que elas são imprescindíveis para o entendimento de cada análise apresentada, um movimento que não deve tomar o lugar da análise em si mesma. No caso específico de minha experiência com a questão abordada neste texto, seria de todo infundado atribuir às equipes que liderei ao longo desse período um papel solitário na luta por políticas governamentais e institucionais voltadas para o fomento da presença indígena no ensino superior. De meu ponto de vista, atuamos como parte de um conjunto mais amplo de atores (indígenas e não indígenas, docentes universitários e gestores governamentais, e de uma organização filantrópica específica, a Fundação Ford – doravante FF). Contudo, procuramos conscientemente propiciar movimentos e iniciativas, interpretações e propostas de ação, além de pôr em comunicação duas direções até então pouco conectadas: a que preconizava a criação de licenciaturas interculturais indígenas visando à formação de professores e a que propunha um conjunto de intervenções que facilitasse a presença de indígenas em cursos universitários regulares e/ou a criação de novos cursos.[3]

Esse papel de propiciadores foi uma escolha pensada, dada a singularidade da posição do Museu Nacional, instituição que por definição estatutária não pode ter cursos de graduação, o que me colocava até certo ponto "fora" do problema sobre o qual procuraria intervir. No campo da antropologia, o museu é conhecido por abrigar o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), criado em 1968, o que implica a necessidade da pesquisa em qualquer

3 Agradeço a Maria Macedo Barroso por ter me chamado a atenção e lembrado da novidade de nossa atuação nessa junção do que pareciam ser caminhos que seguiriam sem intersecções. Veja-se, para tanto, Barroso (2013).

intervenção. Some-se a isso o fato de estar sediado numa universidade especialmente refratária, naquele momento, à abertura de cotas no acesso ao ensino superior ou outras ações afirmativas. Assim, reivindicar o papel de "paladino(s) de uma causa" (com o qual não simpatizo em absoluto, ainda que jamais tenha sido um problema para mim participar de causas) soava inadequado, senão fraudulento. Exercer de modo consistente esse papel implicaria mergulhar a fundo na discussão da ampla área da educação e dialogar com a extensa produção da sociologia da educação.

Hoje, há muito produzido sobre ações afirmativas, embora ainda haja muito a ser dito. Como relatarei abaixo, não chegamos a esse problema social pela via da investigação científica, nem tampouco, como se deu com muita frequência no caso das cotas raciais, pelo debate essencialmente político de uma demanda do movimento social. Na vida prática, eu estava engajado em linhas de pesquisa já delimitadas, com alunos e projetos a ela vinculados. Por outro lado, acreditava, e ainda acredito, que é preciso que os próprios indígenas se engajem na busca por mudanças nas universidades que já procuravam acessar em meados/finais dos anos 1990, assim como é fundamental que os docentes e os quadros técnicos dessas universidades adquiram conhecimentos sobre os povos indígenas, ultrapassando os arraigados preconceitos tão fortemente encravados no arquivo colonial de imagens que ainda hoje pauta o senso comum sobre os indígenas no país. Somente dessa maneira, pensávamos, seria possível imaginar formas de tornar os cursos universitários regulares mais úteis aos alunos indígenas, ou criar cursos novos a eles direcionados. Para tanto, era sobretudo importante que os governos federais se apercebessem dessas dimensões e passassem a investir em ações afirmativas de diversas ordens. Sem essas condições, nos parecia que o tipo de investimento que fizemos de nada serviria e que todos os recursos e trabalho empenhados seriam inúteis.

Por todas essas perspectivas e razões, mantivemos a preocupação de documentar permanentemente toda a nossa atuação e produzir conhecimentos sobre um debate social em configuração. Os conhecimentos assim acumulados merecem ser revisitados nesse momento da história brasileira em que inúmeras políticas sociais estão senão em desconstrução, profundamente ameaçadas, como estão os próprios rumos da universidade pública e gratuita brasileira, responsável pela reprodução, com recursos arrecadados pela administração federal, das elites nacionais durante a maior parte da história do Brasil republicano.

Retraço a seguir aspectos dessa trajetória. Procederei aqui a uma espécie de leitura interessada de certas dimensões e sinalizarei quando for o caso de haver outros trabalhos publicados sobre os pontos abordados.[4]

Não tenho a intenção de cobrir com igual atenção todo o período de 2002, quando nos envolvemos mais diretamente com o início do delineamento do que viria a ser o Trilhas de Conhecimentos, até agosto de 2015, quando, já na presidência da Associação Brasileira de Antropologia, concluí minha participação no grupo de trabalho, criado pela portaria nº 52, de 24 de janeiro de 2014 (Brasil, 2014a, p. 10) "[...] com a finalidade de realizar estudos sobre a criação de instituição de educação superior intercultural indígena que promova, por meio do ensino, pesquisa e extensão, atividades voltadas para a valorização dos patrimônios epistemológicos, culturais e linguísticos dos povos indígenas, considerando-se suas demandas e necessidades", ao colaborar para a finalização de um documento que propôs formas de estabelecimento de ações em rede entre universidades federais e institutos federais de tecnologia para a criação, com recursos federais, de núcleos articulados em rede responsáveis por promover a transformação das instituições federais de ensino superior e tecnológico para que facilitassem e apoiassem a presença de alunos indígenas, assim como de uma proposta de uma universidade intercultural indígena. De agosto de 2015 para cá, todos sabemos o que tem se passado.

Tampouco pretendo produzir uma análise que sintetize as diversas ações federais no mesmo período. Em alguns trabalhos procurei enfocar esse panorama e disponibilizar resultados de seminários de avaliação e debate.[5] Muito aconteceu, e muito mais poderia (e deveria) ter acontecido, pois alguns dos problemas básicos – sobretudo o enfrentamento da diferença dos custos para alunos indígenas (assim como para quilombolas e outros povos tradicionais com direitos sobre áreas de terras) que se deslocam de suas aldeias para as cidades

4 Em Souza Lima (2013), Souza Lima e Barroso (2013b) e Barroso (2013) encontram-se textos mais densos sobre essas questões, em especial no período 2004–2008. Os outros textos de Souza Lima e Barroso (2013a) cobrem outros aspectos desse campo de intervenções não menos importantes.

5 Para trabalhos nessa direção, ver Souza Lima (2016). Para um vídeo gerado sobre a temática, ver *Educação superior de indígenas no Brasil* (2015), também acessível via o site do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade Cultura e Desenvolvimento (Laced), setor de Etnologia e Etnografia, Departamento de Antropologia/Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro, do qual sou integrante e um dos coordenadores, pelo link http://laced.etc.br/site/galeria/videos/ (acessado em 07/09/2017).

para estudar, em face daqueles que já estão nas cidades – só foram parcialmente enfrentados com a chamada "Bolsa Permanência".[6]

Afinal, durante todo esse período em que trabalhamos, enfatizamos que as cotas, ou seja, dispositivos de acesso às universidades, ainda que extremamente importantes, não resolviam toda a questão, sobretudo para os povos indígenas: a pauta da luta pela diversidade não era nem é a mesma da luta por inclusão; a presença indígena nas universidades coloca problemas epistemológicos e conceituais de outra natureza que aqueles pautados pela inclusão, e é exatamente aí que está posto o desafio a indígenas e não indígenas. Assim, os caminhos para a equidade como meta são bastante distintos.[7]

Se a Bolsa Permanência é um exemplo de uma reivindicação fundamental de estudantes em situação menos favorecida, a inexistência de bolsas diferenciadas para a pós-graduação é exemplo do que não foi feito: quando o Professor André Luiz de Figueiredo Lázaro saiu do cargo de secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, no Ministério da Educação (MEC), ao final do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2010, deixara negociado com o então presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), Professor Jorge Guimarães, a implantação de um programa de bolsas específicas no nível de mestrado e de doutorado para ações afirmativas para indígenas e negros, tendo assegurado inclusive o repasse de recursos, o que foi simplesmente desconsiderado pela agência após a sua saída.[8]

---

6 O Programa Bolsa Permanência foi criado pela portaria nº 389, de 9 de maio de 2013 (Brasil, 2013a). O programa "[...] é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício". Ver http://permanencia.mec.gov.br/ (acessado em 07/09/2017).

7 Ver Souza Lima (2007, 2012) e Baniwa (2013).

8 André Luiz de Figueiredo Lázaro é graduado em Letras, mestre e doutor em Comunicação e professor adjunto da Escola de Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da qual foi diretor. Foi sub-reitor de Extensão durante a gestão como reitora da UERJ de Nilcéa Freire – que foi, em seguida, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de 2004 a 2010 e representante da Fundação Ford no Brasil de 2011 a 2015 – período no qual teve início a implantação da política de cotas na instituição. De 2004 a 2006, foi secretário executivo adjunto do MEC e, de 2006 a 2010, secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Hoje está vinculado à UERJ e à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), onde desenvolve desde 2013 o projeto Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil II, financiado pela FF.

Focarei minha atenção sobretudo nos anos preparatórios e iniciais do Trilhas de Conhecimentos, sem ter a pretensão de fazer um relato exaustivo (e extenuante) de atividades. Se sobre parte do que está aqui já pude escrever, há uma parte ponderável na qual não cheguei a tocar. E há muito mais que poderia ser dito, mas para que não o seja em tom de "relatório de atividades" é preciso mais tempo, mais trabalho e mais páginas. Assim, alternarei as primeiras pessoas do singular e do plural não pelo uso do chamado "plural de modéstia": ao traçar essa trajetória, não imagino que ela tenha sido possível sem o enredamento de um amplo conjunto de pessoas e instituições, e sem perceber que atuamos dentro de um cenário muito mais amplo de agentes e agências em interlocução, que teve seu centro de fato na forma como os povos indígenas se apropriaram das políticas governamentais a eles dirigidas no pós-Constituinte, em especial as de educação. Tampouco é possível entender todo esse cenário sem se ter em mente a luta pelas ações afirmativas nas universidades federais e estaduais, bem como a considerável expansão – após um período de estase e "morte lenta" – do sistema universitário federal e do sistema de institutos federais de tecnologia.

Creio que, no momento em que vivemos, no qual vemos muitas das ações surgidas nessa primeira década e meia dos anos 2000, ainda que bastante imperfeitas e com muito a se corrigir, avaliar e repropor, ameaçadas em sua implementação pela simples inexistência de recursos financeiros para tanto, é importante registrar o que se obteve, de modo a desenhar oportunamente outros futuros possíveis.

Das terras indígenas ao primeiro desenho do Trilhas de Conhecimentos

De 1985 a 1993, João Pacheco de Oliveira coordenou no Museu Nacional o Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil: Invasões, Uso do Solo e Recursos Naturais (Peti), financiado pela Fundação Ford, cuja relação com a renovação e a estruturação da moderna área das ciências sociais no Brasil é bastante conhecida.[9] O Peti teve uma importante produção, que serviu tanto aos deba-

9 Para alguns aspectos desse processo, ver Miceli (1993) e Brooke (2002).

tes entretecidos na Assembleia Nacional Constituinte quanto para a posterior reestruturação dos processos de reconhecimento de direitos territoriais indígenas. Esse projeto, do qual fui subcoordenador, e durante o qual realizei a pesquisa que resultou em minha tese de doutorado, defendida em 1992, e fiz concurso para professor assistente de Etnologia em 1988, passando a integrar o Departamento de Antropologia como docente no final de 1989, ensejou outros desdobramentos sob orientação de João Pacheco de Oliveira e uma sólida linha de investigação sobre processos de territorialização e outras questões.[10] O projeto foi concluído, em larga medida, por uma reorientação de linhas de financiamento da própria FF, sem que parte de sua produção mais substantiva fosse publicada sob a forma de livro. No ano de 1998, decidimos (João Pacheco de Oliveira e eu) solicitar uma pequena quantia para dar suporte à publicação de alguns livros. Encontramos no escritório da fundação no Rio de Janeiro José Gabriel Lopez, assessor de programa (PO – *Program Officer* para usar a "categoria nativa") da área de Desenvolvimento Sustentável da fundação, recém-chegado ao Brasil, que nos contrapropôs realizar um *survey* sobre o cenário de políticas indigenistas e indígenas, realizar um seminário de avaliação de resultados e elaborar um relatório que fornecesse elementos para recomendações de financiamento, além de recursos para publicações.

Não sem certa hesitação, acabamos por aceitar.[11] João Pacheco, Marcelo Piedrafita Iglesias e Bruno Pacheco de Oliveira realizaram um amplo esforço de pesquisa, documentação (inclusive em vídeo) e articulação com as organizações

10 Ver Pacheco de Oliveira (1987, 1998, 1999, 2004).

11 Naquele momento, havia sido convidado a aplicar e tivera meu nome apresentado e aprovado para ser o primeiro "bolseiro luso-afro-brasileiro" do Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Lisboa, e com esses recursos acompanhar a equipe de Cristiana Bastos à Índia, mais especificamente ao estado de Goa, o que aconteceria de inícios de novembro de 1998 até meados de janeiro de 1999. Minha intenção era iniciar uma pesquisa sobre a formação de administradores coloniais no que atualmente é o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, hoje integrado à Universidade de Lisboa (ISCSP). Essa era também a possibilidade de um período pós-doutoral no ICS, uma notável instituição que vivia então o seu auge. Anos depois, passei o material que havia coligido sobre o ISCSP para Carla Suzana Além Abrantes, que foi minha orientanda no mestrado e no doutorado (período no qual teve uma bolsa sanduíche da Capes junto ao ICS sob a orientação de Cristiana Bastos, coorientadora da tese), e desenvolveu interesses próprios e uma extensa pesquisa, hoje atuando como docente na Unilab, em Redenção, no Ceará. O tema da formação de elites indígenas já estava aí desenhado.

indígenas.[12] Meu trabalho focou as políticas indigenistas que se desdobraram como políticas indigenistas diferenciadas no período pós-Constituinte para a saúde, a educação e a sustentabilidade, além da própria política fundiária na sua interface mais organizacional. Estávamos no final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, iniciava-se o segundo, e efetivamente começavam a ser implantadas as novas políticas indigenistas. Implantava-se o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), sob o qual as grandes demarcações de terras indígenas na região amazônica foram implementadas. O PPTAL era um subcomponente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), grande intervenção na área (socio)ambiental brasileira a partir de fundos do Grupos dos 7, da gerência do Banco Mundial e da ação de vigilância pedagógico-disciplinar sobre a administração pública da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento, especialmente (mas não só) alemã, através da Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GTZ, hoje Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GIZ, ou Sociedade para Cooperação Internacional. Se as organizações indígenas, sobretudo na Amazônia, estavam em plena efervescência, a *cooperação* parecia ser onipresente e pretender "terraformar" a administração pública. A tutela parecia estar desbotando, ultrapassada pelos novos tempos.[13]

Tomando como base o levantamento que fizemos tanto para as políticas indígenas quanto para as indigenistas, organizamos o seminário Bases para uma Nova Política Indigenista, realizado nos dias 28 a 30 de junho de 1999, no auditório da Biblioteca do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Com mais de 150 participantes – um número elevado, considerando-se o caráter relativamente periférico do Rio de Janeiro em relação às rotas dos problemas indígenas no Brasil – ao longo de seus dias, contamos com figuras de grande relevo para a questão

12 O material gravado então – e ampliado em momentos posteriores – encontra-se digitalizado. Naquele período, ele serviu à edição de dois vídeos sobre a temática indígena, um produzido diretamente por projetos do Laced, cujo tema central é o "movimento indígena organizado" daquele período, intitulado *Pisa ligeiro* (2004), o outro produzido por mim para a Associação Brasileira de Antropologia, na gestão de Ruben Oliven, intitulado *Muita terra para pouco índio?* (2002), e abordando a situação fundiária dos povos indígenas naquele momento e os preconceitos existentes, dentre eles aqueles sobre os índios do Nordeste, ambos dirigidos por Bruno Pacheco de Oliveira.

13 Ver Souza Lima et al. (2004), Pacheco de Oliveira (2008) e Valente (2010), dentre outros.

na época, dentre outros, como a então senadora Marina Silva; Marcio Santilli, do Instituto Socioambiental, que fora presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), por alguns meses, nos anos de 1995–1996; Gilberto Azanha (do Centro de Trabalho Indigenista – CTI); Ubiratan Pedrosa Moreira (da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, o responsável pela implantação do subsistema de saúde indígena); Artur Nobre Mendes, responsável na Funai pelo PPTAL e depois seu presidente; Ruth Cardoso, na época, à frente do Programa Comunidade Solidária e Daniel Gross, do Banco Mundial. Estavam presentes também importantes lideranças indígenas como Gersem Luciano Baniwa, Siã Kaxinawá, Ailton Krenak, Megaron Kayapó, Wilson Pataxó, Francisca (Chikinha) Novantino Pareci e muitos outros, num formato de seminário que rompia com o usual na área da política indigenista e mesmo em seminários acadêmicos até aquele momento, nos quais os índios tinham suas mesas, os antropólogos as suas, os gestores públicos idem, etc. No nosso caso, cada mesa tinha componentes – indígenas ou não indígenas, acadêmicos, lideranças, gestores, etc. – adequados ao debate dos temas com os quais a havíamos organizado. Tal concepção nos pareceu ser uma forma de trabalharmos dentro da "lógica da participação", que se disseminava, tendo sido claramente reivindicada pelos indígenas desde o processo constituinte, aliada à nossa vontade de estabelecer de fato um diálogo e uma posição simétrica. A partir da pesquisa realizada, eu me ocupei de apresentar os argumentos iniciais para a discussão sobre problemas de formação de pessoal, indígena e não indígena, para as políticas indigenistas, o que redundaria em texto posteriormente publicado numa das três coletâneas resultantes do seminário.[14]

A esse projeto seguiram-se outros dois, nos quais, apesar de meu interesse em estudar cooperação técnica internacional e seu papel pedagógico na implantação de tecnologias de governança de cunho neoliberal, em sua peculiar fusão com os marcos de uma democracia participativa – o que acabou atraindo alunos, ensejando cursos na pós-graduação, e até alguma escrita – na formação de "novas elites", acabei por me ver a braços com outra direção muito mais prática de trabalhos, na qual se a pesquisa não estava ausente, estava

14 Para o meu texto, ver Souza Lima (2002). O seminário resultou num relatório em forma de texto e outro em forma de vídeo. Para o relatório, ver *Seminário Bases para uma Nova Política Indigenista* (1999); para o relatório em vídeo, ver *Bases para uma nova Política Indigenista* (2000). Três anos após, em 2002, Maria Macedo Barroso e eu publicamos três coletâneas geradas a partir das falas dos autores. Para as coletâneas, ver Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002a, 2002b, 2002c).

subsumida a outras atividades, o que marcaria meu trabalho em anos posteriores. Assim, e em função do tipo do segundo financiamento que nos seria feito pela FF, organizamos, em janeiro de 2001, o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced), um laboratório (o primeiro dos núcleos do PPGAS e um dos primeiros laboratórios formalizados como tais do próprio Museu Nacional, para quem esse termo tinha um outro sentido) que visava aglutinar e acolher uma ampla e frouxa rede de pesquisadores com variados níveis de formação, inserção institucional, e em temáticas igualmente amplas, mas que tinham em comum a preocupação de publicizar os resultados de pesquisas, em coligir material e organizá-lo analiticamente.

Nos projetos seguintes, minha parte (já distinta da de João Pacheco de Oliveira) esteve focada na criação e implementação de cursos de especialização para a formação de gestores em etnodesenvolvimento, realizados fora do Museu Nacional, um na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e outro na Universidade Federal de Roraima (UFRR), entre os anos de 2002 e 2003. Nessa experiência, o Laced/Museu Nacional já atuava como mediador de alguns recursos da Fundação Ford para essas universidades. No que diz respeito ao curso da Ufam ainda foi possível contar com recursos da Capes, sob o argumento da necessidade desse tipo de formação, em especial na região da Amazônia.[15]

Os cursos em si foram estruturados não apenas a partir do que julgávamos que deveriam conter, mas também das lógicas e possibilidades concretas das universidades em que se realizaram e que deles se reapropriaram de diferentes formas. Creio que serviram ainda de inspiração a outros processos formativos no nível de especialização, e mesmo de graduação, para a área de sustentabilidade, um tema que mais tarde exploraríamos. Nesses dois cursos, contou-se com o estímulo à presença de indígenas já graduados, quando possível através de bolsas, mas estávamos longe da ideia de cotas ou algo que se assemelhasse à discussão já em curso, puxada na esfera pública por setores do movimento negro e por uma ampla maioria de profissionais envolvidos com a área de educação, além de alguns antropólogos.

15 No site do Laced (http://www.laced.etc.br), há o estatuto do laboratório, aprovado pela Egrégia Congregação do Museu Nacional em janeiro de 2001. Sobre os cursos de especialização, ver http://laced.etc.br/site/atividades/cursos/curso-gestao-em-etno/, para o da Ufam; e http://laced.etc.br/site/atividades/cursos/curso-gestao-em-etnodes/, para o da UFRR (acessados em 07/09/2017).

O perfil inicial desses cursos emergiu, pois, exatamente das discussões surgidas na pesquisa e no seminário Bases para uma Nova Política Indigenista e diante do amplo processo de transformação da vida social de muitos povos indígenas, que se aceleraria nos anos vindouros em face do reconhecimento (quando foi o caso) de seus territórios dentro de limites "fechados". Em larga medida, o que víamos – e os indígenas explicitamente reivindicavam – era a necessidade de formação de pessoal capacitado para lidar com as políticas que se desdobraram a partir dos direitos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988, e que implicaram uma reestruturação não muito fluida da ação federal junto aos povos indígenas.

Afinal, as organizações indígenas viam-se a braços com a gestão de distritos sanitários indígenas e tantas outras funções para as quais não estavam preparadas.[16] Ademais, diante das inúmeras iniciativas de "capacitação" (sobretudo gerencial, mas não só) promovidas por agências da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento, assim como por redes de ONGs, entendiam que necessitavam de uma compreensão mais profunda sobre certas questões. Nesse momento, já se evidenciava também que esses inúmeros cursos não lhes conferiam títulos, o que em muitas regiões do país era importante, pois lhes facultaria o acesso profissional a instâncias da administração pública, primordialmente no nível municipal, mas também estadual e federal. Falava-se explicitamente em entrar para as universidades com o objetivo de obter conhecimentos de modo a prescindir da mediação de não indígenas. E, na verdade, constatamos que, àquela época, em muitos pontos do Brasil, havia indígenas que se graduaram com grandes dificuldades, mantendo-se por vezes com uma ajuda irregular mas fundamental da Funai, muitas vezes em universidades particulares. Outros tiveram êxito em acessar universidades públicas, mas nem sempre conseguiram nelas permanecer. Desde aquele momento registramos que o problema do acesso, ainda que não fosse menor, constituía apenas uma dimensão do que ainda precisaria ser enfrentado.

16 Algumas dessas organizações foram responsabilizadas por infrações fiscais e trabalhistas que acabaram por gerar uma responsabilização totalmente extemporânea diante de suas reais capacidades de operação, bem como das lógicas culturais dos povos que nelas se reuniam, e caíram assim num círculo vicioso que, em alguns casos, só agora parece encontrar horizontes de solução. Já estavam aí as raízes de um amplo processo de judicialização dos movimentos sociais que, como temos assistido, não cessa de crescer.

Em 2001–2002 estavam dadas as condições de surgimento do Projeto Trilhas de conhecimentos. Se a demanda por acesso a cursos regulares se desenhava em função da presença cada dia mais intensa das políticas governamentais na vida indígena, inclusive pela reivindicação de *participação* política e execução em algumas delas, um outro lado da busca por formação superior (que tampouco deixa de ser um modo de inserção em políticas governamentais) se dava pela demanda de formação de professores, um item da política específica de "educação escolar indígena, intercultural, bilíngue e diferenciada".[17] O Plano Nacional de Educação 2001–2010, aprovado pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, trata em seu capítulo 9 da educação indígena, estabelecendo em suas metas 15, 16, 17, 19 e 20 a formação de professores indígenas (Grupioni, 2003, p. 16-18).[18] Os índices relativos à formação de professores de modo mais geral eram desastrosos, e o referido Plano colocava como meta fundamental a reversão desses indicadores. Ou seja, a formação de professores indígenas fazia parte de metas políticas mais globais, que se estenderiam do ano de 2001 em diante, e que estão presentes na formulação do PNE vigente para o período de 2014–2024.[19]

Em 1998–1999, uma comissão interinstitucional e paritária desenhou e redigiu o projeto do que veio a ser o curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), hoje Faculdade Intercultural Indígena. O curso teve seu início efetivo em 2001, após um ano de negociações políticas e financeiras. Para lá afluíram professores indígenas das mais variadas partes do Brasil, em busca de um curso marcado pela estrutura modular e pela formação em serviço.[20] Em 2006 a primeira turma concluiu o ciclo da formação, e nela formaram-se 186 indígenas. A faculdade ministra

17 Há muita coisa escrita sobre a educação escolar indígena no Brasil, cuja constituição como articulação social, formulação de políticas e implementação remonta ao início dos anos 1990 e tem importância fundamental para se entender, inclusive no plano político, a ação governamental nos cenários indígenas no país. Ver, dentre muitos outros, Franchetto (2002), Matos (2002, 2013) e Guimarães (2013). Para a conexão entre a demanda por acesso a cursos universais e a por formação de professores, ver Barroso (2013). Para uma visão didática e introdutória da política de educação escolar indígena, ver Paladino e Almeida (2012).

18 Ver também, dentre outros, Silva, R. (2002).

19 O PNE 2014–2024 foi aprovado pela lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014b).

20 Para um breve histórico institucional desse pioneiro e importantíssimo esforço, ver Universidade do Estado de Mato Grosso (2016).

atualmente o curso de Licenciatura Intercultural, uma Licenciatura em Pedagogia e, de 2002 a 2004, já ofereceu uma pós-graduação lato sensu em educação escolar indígena.

Em 2001, ainda, por resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal de Roraima, criou-se o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, hoje um instituto que abarca três cursos, a Licenciatura Intercultural, criada em 2001, o Bacharelado em Gestão Territorial Indígena (criado em 2009) e o Bacharelado em Gestão de Saúde Coletiva Indígena (2012).[21] A licenciatura começaria a funcionar efetivamente apenas em 2003.

Tanto o curso da Unemat quanto aquele da UFRR tiveram de enfrentar enormes dificuldades e contaram com um substancial apoio da Funai, o que não significa que tenham contado com um aporte significativo de verbas, que nunca existiram para essa área, como de resto para muitas questões referentes aos povos indígenas no Brasil. No entanto, a experiência de gestão com que a Funai lidava e os desafios em face dos quais teve de encontrar saídas na intrincada máquina pública brasileira conferiram-lhe uma capacidade operacional que outras agências da administração pública não detinham. Ademais, naquele momento, a Funai já financiava de modo esparso e com recursos muito variados, por meio dos fundos destinados à assistência aos indígenas, alunos indígenas em cursos de ensino superior numa demanda crescente a partir dos meados de 1990, tendo chegado a manter 34 casas de estudantes.[22]

Porém, como fruto da reestruturação que paulatinamente se implantaria com os decretos presidenciais nº 23, 24, 25 e 26, de 4 de fevereiro de 1991, de Fernando Collor de Mello, as tarefas relativas respectivamente à saúde, ao meio ambiente em terras indígenas, ao desenvolvimento rural e à educação, exercidas com enorme precariedade – salvo exceções pontuais – pela Funai, foram atribuídas aos Ministérios da Saúde (MS), do Meio Ambiente (MMA), ao Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária (hoje Ministério do Desenvolvimento

21 Para o site institucional do Instituto Insikiran, ver http://ufrr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=18&Itemid=102 (acessado em 07/09/2017).

22 Para a ação da Funai no tocante ao fundamental suporte à presença indígena no ensino superior, ver Cunha (2007), Fialho, Menezes e Ramos (2013) e Almeida, N. (2014).

Agrário – MDA) e da Educação.[23] Na prática, isso significou que o orçamento da Funai para questões de educação fosse aos poucos podado, e que tampouco o MEC assumisse imediatamente o fomento ao ensino superior de indígenas, em especial no referente ao suporte ao acesso diferenciado e à permanência nas universidades.[24]

Cabe aqui fazer menção a uma dimensão que sempre foi crucial na gestão pública das questões indígenas e uma clara manifestação de como supostas ideologias multiculturalistas (pluriétnicas, etc.) esbarram numa dimensão que tenho destacado, desde minha pesquisa para o doutorado (Souza Lima, 1995): seguindo Max Weber, a do papel da administração no exercício cotidiano das formas de dominação.[25] É importante, portanto, ter em conta que os anos aqui em análise são caudatários dos efeitos da aplicação (ou de suas tentativas) da Constituição de 1988 que, se trouxeram mudanças no sentido de uma "democracia participativa" (no caso indígena muito reivindicada), também implicaram a implantação de certa *accountability* à brasileira, que só prosseguiria no sentido de uma responsabilização lida de forma crescente como culpabilização, de uma hipernormatização que só abriria mais e mais caminhos a práticas passíveis de serem lidas como corrupção, logo a produzir os mais variados atos ilícitos na vida pública. Agregue-se a isso que, nos anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso, tentara-se levar a cabo uma *reforma do Estado*, que acabaria perigosamente pela metade, com efeitos bastante perversos para as "novas políticas indigenistas".[26]

Os anos de 2001 e 2002 também foram importantes na medida em que ações em múltiplos planos durante a década de 1990 convergiram para medidas e debates que seguiram em pauta na primeira década do novo milênio. Assim, e para citar apenas algumas ações, em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização

23 Ver Souza Lima (2010).

24 Para as ações do MEC nos primeiros anos de sua atuação, ver Bondim (2013), Matos (2013) e Guimarães (2013).

25 Ver Weber (1983, p. 175).

26 Ver Oliven, Ridenti e Brandão (2008) para análises sobre alguns dos mais importantes efeitos sociais da Constituição de 1988, em particular os textos de Vianna e Sadek. Sobre aspectos dessa responsabilização à brasileira, a referência fundamental é, sem dúvida, o extenso trabalho de Roberto Kant de Lima (cf. Kant de Lima, 2013, dentre outros).

da População Negra, como parte do Programa Nacional de Direitos Humanos. A deputada Nilce Lobão (PFL/MA) elaborou o projeto de lei nº 73/1999, que ficou conhecido como "Lei de Cotas", ao qual foram apensados diversos outros projetos de lei correlatos. Em 2000, o senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou o projeto de lei nº 3.198, que propôs instituir o Estatuto da Igualdade Racial. Na preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, que aprovou a "Carta do Rio" – Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância, que estabelecia a necessidade de políticas de ação afirmativa em diversos níveis (Almeida, N., 2013, p. 163-165). Fernando Henrique Cardoso mencionou publicamente, no final do ano de 2002, a permanência do racismo no Brasil. Por fim, e para mencionar apenas alguns elementos, as leis estaduais nº 3.524/2000 e nº 3.708/2001 (posteriormente revogadas e substituídas pela lei nº 4.151/2003) estabeleceram pioneiramente para as universidades do estado do Rio de Janeiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj e Universidade do Norte Fluminense – Uenf) a política de cotas.[27]

Assim, criou-se em 2002 o Programa Diversidade na Universidade, voltado para o financiamento de cursos pré-vestibulares para negros, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sediado no Ministério da Educação.[28] Os recursos do programa seriam posteriormente reorientados à criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), pelo decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, que teria à sua frente o economista português naturalizado brasileiro Ricardo Henriques.[29] Henriques,

27 Para o documento final da Conferência de Durban, ver Informe... (2001). Para declarações de Fernando Henrique Cardoso, ver Ainda... (2002). Para o estabelecimento de cotas nas universidades do Rio de Janeiro, ver Peria (2004) e Brandão (2007).

28 Sobre a criação do Programa Diversidade na Universidade, ver Brasil (2002). Ainda sobre o Programa Diversidade na Universidade, ver Almeida, N. (2008; 2013) e Braga e Silveira (2007), dentre outros.

29 No canal do Instituto Unibanco no YouTube, apresenta-se uma entrevista com esse ator (https://www.youtube.com/watch?v=Vm94g6uGeMM – acessado em 07/09/2017), cuja trajetória é em si matéria para reflexão sociológica sobre múltiplas questões no terreno movediço entre academia, gestão pública e agora "filantropia privada brasileira". A entrevista é introduzida por um texto elucidativo sobre sua trajetória.

hoje superintendente executivo do Instituto Unibanco, e ainda professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, à época era também pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), tendo publicado um trabalho que foi essencial para o debate público daquele momento, intitulado "Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90" (Henriques, 2001). A Secad, que em 2011 ganharia o "i" de inclusão, passando a se chamar Secadi, estava encarregada da ação transversal no MEC, no tocante a toda pauta da inclusão e da diversidade, lidando com questões tão diferentes quanto complexas, como alfabetização, educação de jovens e adultos, educação escolar indígena, educação do campo, educação para diversidade étnico racial, educação para comunidades remanescentes de quilombos, educação para crianças em situação de discriminação e vulnerabilidade social, às quais ainda seria acrescida a temática de gênero e sexualidade.

A partir de 2001, com o caso das universidades estaduais do Paraná (a partir de 2005, também com a participação da Universidade Federal do Paraná – UFPR), e em 2003, com o da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), começaram a ser realizados vestibulares para indígenas seja para cotas ou reservas de vagas, de acordo com o estabelecido em leis estaduais e que se tornariam processos seletivos diferenciados.[30] Dessa maneira, a Funai foi o suporte fundamental não apenas dos cursos de licenciatura intercultural, mas também de muitos dos "vestibulares diferenciados", para tanto, tendo estabelecido acordos de cooperação com diversas universidades, assim como para o fomento da permanência de indígenas aprovados. Muitos outros convênios foram firmados e vigem ainda hoje.[31]

30 Para a ação da Funai no tocante à educação superior de indígenas, ver Cunha (2007), Fialho, Menezes e Ramos (2013) e Almeida, N. (2014). Para o vestibular indígena do Paraná, ver Paulino (2008, 2013, 2016), Amaral (2010) e Amaral, Fraga e Rodrigues (2016). Para a entrada da UFPR nas questões de ações afirmativas, numa preciosa reflexão a partir da antropologia, ver Bevilaqua (2005). Para o cotidiano da presença indígena no ensino no Paraná, ver Goulart (2014). Para a implantação de ações afirmativas na Uems, ver Cordeiro (2007, 2013). Para o site do vestibular da Uems, ver http://www.vestibular.uem.br/indigena/ (acessado em 07/09/2017); e para notícias recentes, ver Vestibular... (2017).

31 Ver Almeida, N. (2014, p. 165-184, 185 ss) para um quadro detalhado desse suporte.

De meu ponto de vista, esse panorama geral não pode ser entendido sem a consideração das estratégias de financiamento da Fundação Ford no Brasil, seja no suporte à pesquisa em universidades ou organizações não governamentais, seja a organizações mais voltadas para a intervenção. No volume comemorativo dos 40 anos da FF no Brasil, organizado por Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (2002), encontramos farta informação, e há muitos estudos sobre a ação da FF (assim como de outras fundações filantrópicas, como a Fundação Rockefeller, dentre muitas outras) para períodos anteriores.[32] Se *parcerias* – para usar um termo que recobre relações muito complexas e sem equações simplistas – da FF com núcleos universitários, associações científicas e grandes fundações e organizações não governamentais são relativamente bem conhecidas, há muito mais para ser pensado, a ser dito e conhecido a partir dos anos 1990 e, em especial, quando se trata de um conhecimento que deve ser construído a partir de uma miríade dispersa de organizações e grupos de pesquisa.[33] Maria Malta Campos (2002, p. 117) destaca a mudança que Nigel Brooke imprimiu ao longo dos anos 1990, com uma virada da área da educação superior para a da "reforma educacional", sendo que uma de suas direções, dando prosseguimento

32 Nigel Pelham de Leighton Brooke é inglês, graduado em Psicologia Experimental (1969 – University of Reading), Mestre em Psicologia Ocupacional (1973 – University of London) e doutor em Estudos do Desenvolvimento (1979 – Institute of Development Studies). Atuou como assessor de Programas de Educação no escritório da Fundação Ford no Brasil de 1994 a 1996 e também se tornou representante da fundação no período entre 1996 e 2003. É pesquisador associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja importância em matéria de ação afirmativa merece ser cuidadosamente analisada. Ver http://lattes.cnpq.br/4918354189061801 e http://www.fae.ufmg.br/pagina.php?page=game (acessado em 07/09/2017).

33 Sobre a atuação da FF no Brasil, ver, dentre outros, Miceli (1993, 1995), Canêdo (2009, 2014), Canedo e Garcia Jr. (2011), Faria e Costa (2006) e Rocha (2016/2017). Para a ação da FF e de outras fundações no campo da educação superior na África, ver Jaumont (2014). Para os temas que se entrecruzam no tocante às ações afirmativas para os povos indígenas foram de grande importância os trabalhos do próprio Nigel Brooke, à frente do Programa de Educação e depois também do escritório no Brasil, de Anthony Anderson (1990–1996) e, depois de José Gabriel Lopez (1997–2003) e Aurélio Vianna (2004–) à frente do Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento, hoje redefinido; Edward Telles (1997–2000) e Denise Dora (2000–2011), no Programa de Direitos Humanos; de Ondina Fachel Leal (2000–2006), no Programa de Sexualidade e Saúde Reprodutiva. Ao longo de mais de 30 anos de contato com a fundação, vi grandes transformações tanto no nível nacional quanto internacional, com mudanças gerenciais, de dinâmica de funcionamento operacional e construção de quadros analíticos bastante distintos. Assim, num dado momento, a temática educacional, por exemplo, integrou áreas que nos pareceriam muito distintas.

a tendências anteriores, mas com mais ênfase, foi a do "combate às desigualdades raciais na educação".

No ano de 2001, a FF criou uma fundação independente para gerir um amplo programa com duração prevista para uma década e abrangência mundial, voltado para dar suporte aos estudos pós-graduados de "líderes da mudança social das populações mais vulneráveis do mundo", denominado International Fellowship Program (IFP), com doação inicial de US$ 280 milhões. Sua direção foi entregue a Joan Dassin, anteriormente representante da Fundação Ford no Brasil, de 1989 a 1992. Em 2013, foram 4300 bolsistas que se pós-graduaram e desenvolveram estudos pós-doutorais.[34] O IFP foi implementado no Brasil a partir da Fundação Carlos Chagas como Programa Internacional de Bolsas e coordenado por Fulvia (de Barros Mott) Rosemberg.[35]

A primeira constatação, logo no início do IFP em nível global, foi a de que muitas categorias populacionais "menos favorecidas", "sub-representadas" ou "vulneráveis", que não acessavam a pós-graduação em diferentes países, não chegavam a ela porque não chegavam sequer à graduação. Isso acabou por suscitar a criação de uma "iniciativa", a Pathways to Higher Education Initiative (PHEI), em 2001, com uma dotação de US$ 50 milhões, para que essas categorias acessassem e permanecessem na graduação. A PHEI foi inicialmente dirigida por Janice Petrovich, até sua saída da Fundação Ford, em maio de 2008. A PHEI voltou sua atenção para o que seus formuladores percebiam como o nível a ser transformado para que houvesse a efetiva entrada na graduação das populações "sub-representadas" nas quais se queria focar. Ao contrário do IFP, porém, os recursos da PHEI não podiam ser utilizados para pagar bolsas de manutenção aos estudantes indígenas, o que foi sempre seu maior limite e inadequação, ao menos à situação brasileira, traindo o que o seu viés constituinte supunha como uma autonomia universitária baseada em recursos financeiros próprios, muito diferente da realidade com que lidamos.

34 Para a página atual do IFP, ver https://www.fordfoundation.org/work/learning/international-fellowships-program/ (acessado em 07/09/2017).

35 Fulvia Rosemberg lamentavelmente faleceu em 2014, uma das perdas muito sentidas que tivemos ao longo dos anos de investimento na formação superior de indígenas. Sobre Fulvia, ver Campos et al. (2014). Para uma de suas análises sobre o programa no Brasil, ver Rosemberg (2013). Para a relação entre o Programa Bolsa/FCC e o PTC, ver Rosemberg e Andrade (2013).

Em outubro de 2002, José Gabriel Lopez, o PO de Meio Ambiente e Desenvolvimento (e não de educação), propôs a João Pacheco de Oliveira e a mim que elaborássemos um ensaio propositivo (*concept paper*) para um programa voltado para o fomento à educação superior, a ser submetido na FF à "iniciativa" Pathways, abarcando não apenas indígenas, mas também seringueiros e ribeirinhos. Ele o redefiniu em alguns pontos e o apresentou com sucesso à direção da Fundação Ford em Nova Iorque, em novembro de 2002. O valor aprovado pela PHEI para um período inicial de três anos foi o de US$ 1,2 milhão, destinados ao escritório da Ford no Brasil para que desenvolvesse o referido projeto.

Aurélio Vianna Jr. (2015, p. vii) apresenta uma síntese retrospectiva sobre as razões desse desenho, do ponto de vista do seu papel como PO, sendo que posteriormente (em 2004) assumiria a área de meio ambiente e desenvolvimento do escritório da Ford no Brasil e também a responsabilidade sobre o que, para a FF, sempre fora o "Pathways indígena" do Brasil:

> Em 2001, o escritório do Brasil começou a discutir a iniciativa global *Pathways*, e Brooke foi responsável por uma doação ao Laboratório Políticas da Cor [sic], da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de apoio ao acesso à educação superior para afro-brasileiros.
>
> A seguir, verificou-se a possibilidade de apoiar a formulação de um programa de educação superior para a formação de "populações tradicionais". O sucesso do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o Curso de Especialização Gestão em Etnodesenvolvimento, organizado em 2002, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e apoiado pela Fundação Ford, qualificava-o para coordenar a iniciativa e serviu como parâmetro para o diálogo sobre uma nova proposta na área de educação a ser apoiada pela Fundação Ford.
>
> Ao escolher o LACED como donatário, a Fundação garantia que esse programa de educação estaria vinculado, ao mesmo tempo, ao debate mais amplo sobre povos indígenas e políticas públicas e, por outro, às organizações indígenas que participavam dos movimentos indígenas. Ou seja, o que parece ter sido decisivo na escolha não foi o acúmulo do LACED no campo da educação superior – onde existiam outras instituições acadêmicas com bem mais acúmulo e legitimidade, mas sua experiência e reconhecimento como um centro de excelência em

relação à questão indígena e políticas públicas, particularmente as relativas a territorialidades.[36]

No início de 2003 sabíamos pouco (ou nada) dos contornos e orientações da PHEI. Só conseguiríamos recompor os impasses e as decisões acontecidas em esferas que nos eram alheias e que levaram a uma série de mudanças, ao longo dos anos de trabalho. O fato é que, logo no início de 2003, o foco do projeto foi redefinido de "populações tradicionais" (como era a intenção de José Gabriel Lopez, em 2002) para apenas "povos indígenas".

O primeiro desenho de um projeto efetivo de trabalho foi pensado à luz de dados da realidade indígena e educacional brasileira, com destaque para o caráter minoritário e reduzido em termos numéricos da população indígena no Brasil, para sua grande diversidade sociocultural e linguística e para o fato de que os povos indígenas têm direitos sobre uma porção significativa do território brasileiro, em particular na região amazônica. Havia ainda um dado que tornava a situação indígena em tudo distinta de outras na América Latina, onde já estavam sendo implementados programas a partir de recursos e princípios da PHEI: apesar da demanda existente, pouca ou nenhuma preocupação traduzida em pautas de reivindicação e ação por parte do "movimento indígena organizado" pelo acesso ao ensino superior, com relativa exceção feita às organizações de professores indígenas e à demanda ainda muito abstrata pela criação de licenciaturas interculturais. O projeto assim desenhado não

36 Sobre o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, vinculado ao Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, de extrema importância no tocante às ações afirmativas para negros e levado a cabo de 2001 a 2011, no currículo Lattes de Pablo Antonio Amadeo Gentili, seu coordenador, encontramos uma breve descrição que dá a noção do seu ponto de partida: "A primeira iniciativa do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira foi o Concurso Nacional Cor no Ensino Superior, desenvolvido em parceria com a Fundação Ford. O concurso destinou-se à seleção e financiamento de propostas e projetos orientados a promover ações, programas e iniciativas que visem ampliar as condições de acesso e/ou permanência de membros dos grupos historicamente excluídos das instituições de ensino superior brasileiro, especialmente os afro-brasileiros carentes. Entende-se por ampliar as condições de 'acesso': projetos que visem aumentar a probabilidade de ingresso no ensino superior. E, por 'permanência': projetos que promovam o aumento da probabilidade de completar o curso universitário, tais como aqueles que estimulam o envolvimento." O projeto desenvolveu uma intensa atividade tanto através das universidades que financiou quanto por meio do fomento do debate público e da produção de conhecimento científico em torno do tema das ações afirmativas para negros, essencialmente. Ver CV: http://lattes.cnpq.br/7571532793457829 (acessado em 07/09/2017).

pretendia atingir meramente indivíduos, ainda que também considerasse os indígenas residentes em centros urbanos, mas pensava nesse e em todos os casos numa necessária conexão com as variadas formas de ação coletiva dos povos indígenas.

No tocante ao sistema universitário, destacávamos o fato de que, no Brasil, as universidades federais públicas ocupavam o epicentro do sistema em matéria de inovação e qualidade. Se essas universidades eram/são dotadas de uma autonomia (apenas) relativa, o governo federal mantém diante das mesmas um papel de singular importância na promoção de temáticas, ações, em suma, de fomento e balizamento. Assim, parecia-nos que, independentemente da implantação de núcleos e da criação de mecanismos de acesso com recursos como os da Fundação Ford, poderiam cair num mar de problemas e nunca conseguir o efeito demonstrativo e de transformação que os propositores da PHEI – de início bastante focados em sistemas muito distintos do brasileiro – almejavam alcançar. Anos depois tanto a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, quanto a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a "Lei de Cotas", como ficou conhecida, viriam a demonstrar que nossa percepção estava correta, e que sem algum aporte do governo federal, independentemente de iniciativas importantes de universidade estaduais e da criação de núcleos universitários voltados para as ações afirmativas, como propugnava a PHEI, não haveria o efeito multiplicador que se esperava atingir, visando mudar um sistema a partir de alterações em instituições específicas.

De acordo com essa perspectiva, o primeiro desenho do projeto estava pensado para articular universidades e organizações indígenas em contextos regionais específicos, de modo a que, juntas, demandassem políticas governamentais no nível federal e estadual que viabilizassem o suporte material necessário ao ensino superior de indígenas com todas as implicações que antevíamos. Para isso desenhamos como ponto de partida um ciclo intenso de seminários de articulação política visando promover o estabelecimento de um movimento em rede. A ele sucederia a criação de cinco núcleos universitários com cursos preparatórios ao acesso à universidade. Tínhamos em mente que a Unemat e a UFRR deveriam ser contempladas, até porque em ambos os casos a articulação política entre universidades e organizações indígenas já estava em

curso. Esse desenho já estava fechado e com orçamento estabelecido quando, em junho de 2003, José Gabriel Lopez deixou a FF, uma vez findo o seu contrato. Após sua saída, e com a explicitação de aspectos da PHEI que desconhecíamos, tivemos de reelaborar integralmente o projeto, o que se deu sob a responsabilidade de Ondina Fachel Leal, do Programa de Sexualidade e Saúde Reprodutiva e, em última instância, de Ana Toni, que sucedeu Nigel Brooke no cargo de representante da FF no Brasil, em 2003.[37]

Vimos, assim, um projeto voltado para a formação de novas lideranças, com o objetivo maior de contribuir para a ação coletiva dos povos indígenas, ser limitado à tarefa de "propiciar a mudança das instituições universitárias" a fim de promover transformações sociais mais amplas via capacitação de indivíduos, o que, no que concerne à formação de indígenas poderia se tornar mais um problema do que uma proposta de solução. Ao longo do segundo semestre de 2003, João Pacheco de Oliveira desligou-se do projeto, por essas e outras razões, tendo sido Maria Macedo Barroso e eu a levarmos adiante tanto o processo de negociação e enquadramento do projeto quanto o início da realização de sua primeira etapa.[38]

---

37 Segundo Vianna Jr. (2015, p. vi): "O programa *Pathways* apoiou uma notável diversidade de ações em onze países, sendo que, entre eles, apenas no Brasil considerou-se apoiar projetos que delimitassem seus 'beneficiários' de diferentes maneiras. Assim, a Fundação apoiou projetos em dois grandes campos: 'afro-brasileiros' ('estudantes negros e pardos') e 'indígenas', e, em um único caso, estudantes classificados como 'povos tradicionais'. E, à exceção da primeira doação feita em 2001, todas as outras tiveram como responsáveis oficiais de programas da Fundação Ford que não eram da área de Educação, mas de Direitos Humanos, Saúde Reprodutiva e Sexualidade, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento. Gabriel Lopez, oficial do Programa de Desenvolvimento Sustentável, foi responsável pela primeira doação ao *Pathways* 'indígena'. Ondina Leal, de Sexualidade e Saúde Reprodutiva, deu seguimento à mesma doação; Denise Dora, de Direitos Humanos, foi a responsável pelas doações relativas a afrodescendentes; e, enfim, eu mesmo fui responsável pela segunda etapa do *Pathways* indígena e pela primeira doação a povos tradicionais, o já referido PAPIT [Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais, da Universidade Federal do Pará – ACSl]." Cabe, no entanto, a menção de que Janice Petrovich, a responsável pela implantação de Pathways, era, no plano da ação internacional da Ford, diretora de Educação, Conhecimento e Religião, dirigindo ações nos campos da educação (básica e superior), da sexualidade e saúde reprodutiva, e de religião, sociedade e cultura. O funcionamento e a política externa, bem como a política interna a cada escritório da Fundação Ford seriam matéria para uma pesquisa em si. Mais adiante, neste texto, mencionarei a relação com a Universidade Federal do Pará.

38 Maria Macedo Barroso afastou-se já no final de 2006, no meio da primeira etapa do PTC, para realizar a pesquisa de sua tese de doutorado na Noruega, contemplada pela Capes com o prêmio

Ao mesmo tempo em que desenhávamos e redesenhávamos o projeto, estávamos em articulação com outros setores envolvidos na discussão sobre as possibilidades de ampliação do acesso de indígenas ao ensino superior. A discussão estava em larga medida restrita à criação de cursos de licenciatura intercultural para a formação em serviço de professores indígenas. Foi, portanto, a partir da entrada do governo Lula, ainda com Cristóvão Buarque à frente do Ministério da Educação (01/2003–01/2004), que se compôs um grupo de trabalho na Secretaria de Educação Superior (Sesu), na tentativa de estruturar mais amplamente as ações do governo para a educação escolar indígena, por meio da formação de professores indígenas. O grupo, do qual participei, contou com ampla participação de organizações indígenas, de ONGs, da Funai e de universidades, mas não gerou qualquer produto e foi apenas com a entrada de Tarso Genro na gestão da pasta da Educação (01/2004–07/2005) que de fato houve um encaminhamento mais orgânico e preciso quanto às questões relativas à educação escolar indígena em geral.

Se me estendi nas condições prévias, no preparo e na redefinição do projeto foi porque já ali nos víamos diante de uma das dimensões do nosso trabalho nos anos seguintes, que não deixou de ser uma fonte de estímulo à reflexão também sobre essa forma de cooperação técnica internacional que é a filantropia. Refiro-me ao funcionamento internacional de uma instituição filantrópica como a Fundação Ford, dimensão menos visível e menos demandante, quando estávamos num patamar de doações de menor monta e sem um conjunto de obrigações relativas à inserção em uma iniciativa de cunho internacional. Ainda em 2003, percebemos que, no âmbito da FF, o exemplo do "Pathways mexicano" - que enfocava indígenas e havia sido iniciado em março

de melhor tese do ano de antropologia em 2008 e posteriormente publicada (Barroso-Hoffmann, 2009). Trata-se de um primoroso estudo sobre cooperação internacional e ideologias filantrópicas, formação de Estado e antropologia, ativismo internacional e povos indígenas a partir da Noruega. É importante registar que esse país é uma das grandes fontes de recursos, por intermédio da Rain Forest Foundation, para projetos voltados para a educação de indígenas, desenvolvidos por organizações indigenistas e indígenas, muitas das quais hoje reunidas na chamada Rede de Cooperação (Amazônica [ex-Alternativa]). Aos sami, população nativa do norte da Escandinávia, e participantes da movimentação internacional para reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na Organização das Nações Unidas, desde os anos 1970/80, havia sido entregue o direcionamento das ações de cooperação técnica internacional norueguesas no tocante a povos indígenas mundo afora. Ver http://rca.org.br/ e http://www.institutoiepe.org.br/rede-de-cooperacao-alternativa-rca-brasil/ (acessados em 07/09/2017).

de 2001, tendo sido pensado para um contexto indígena em tudo distinto do brasileiro – pesava como uma espécie de modelo a ser seguido, contrariamente ao desenho de atividades que propúnhamos. Chegaram mesmo a pensar em colocar a gestão do projeto na Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) – que não tinha nem estrutura para administrá-lo nem tampouco evidenciava, naquele momento, qualquer interesse ou posicionamento positivo quanto a ações afirmativas. Só com o passar do tempo e em função de uma iniciativa conduzida por Maria Helena Gonzalez Plitt, coordenadora do Projeto Rüpu – Programa de Apoyo Académico para Estudiantes Mapuche, consegui estabelecer contato com alguns dos coordenadores desses outros programas na América Latina e entender as profundas diferenças de perspectivas e implicações diferenciais de ações só formalmente semelhantes.[39]

O Projeto Trilhas de Conhecimentos – desafios, ações, obstáculos, desdobramentos

Em fevereiro de 2004 o PTC finalmente inaugurou suas atividades, tendo como objetivos principais de sua primeira etapa (2004–2007): 1) fomentar iniciativas de ação afirmativa, de caráter demonstrativo e modelar, desenvolvidas por universidades, destinadas a dar suporte ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas no Brasil, através da formação de indígenas em nível universitário;

39 Refiro-me à minha participação no Primero Encuentro Internacional de Estudiantes Pathways, na Universidad de la Frontera, em Temuco, no Chile, de 02 a 05/11/2005, quando os coordenadores de programas Pathways da América Latina e estudantes indígenas se reuniram e puderam trocar experiências. Soube então de um encontro anterior (e único) realizado em 2003 no México, entre todos os programas estabelecidos pela PHEI em diversos países. A PHEI, ao contrário de outras iniciativas globais da Ford desenvolvidas naquele período, não contava com uma "política de comunicação" adequada, nem fomentava a troca de experiências entre projetos apoiados de modo sistemático. Tampouco foi desenvolvido um trabalho de sistematização dos resultados dos projetos desenvolvidos no plano mundial. Sobre o "Pathways mexicano", ver Castillo Salazar (2012). Com uma perspectiva bem menos ambiciosa, logramos reunir, em agosto de 2007, junto com o Programa Rede de Saberes - um dos núcleos implantados (ver adiante) a partir de nossa ação - os coordenadores de alguns desses programas desenvolvidos com povos indígenas na América Latina num seminário realizado em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Sobre o Projeto Rüpu, ver González Plitt e González Gómez (2012), e a página ainda existente em https://www2.ufro.cl/rupu/ (acessado em 07/09/2017).

2) fomentar a capacitação de profissionais universitários para lidar com estudantes indígenas no nível universitário, que se propusessem a intervir em suas instituições, para transformá-las, no sentido da democratização do acesso e da permanência em seus cursos de indivíduos integrantes de povos indígenas, fazendo-o em diálogo com suas coletividades e variadas formas de articulação; 3) acompanhar e influenciar as políticas governamentais do ensino superior, nos planos federal e estadual, principalmente, de modo a que as experiências universitárias desenvolvidas nos quadros do projeto adquirissem sustentabilidade e replicabilidade.

Para tanto coube ao Laced a quantia de US$ 346 mil por um período de três anos durante os quais deveríamos estruturar uma equipe e desenvolver um conjunto de ações.[40] Nossa primeira tarefa foi indiscutivelmente gerencial, e esta não foi uma dimensão menor de todo o trabalho desenvolvido. Com isso refiro-me a toda uma atividade que implicaria permanentes negociações para ser viabilizada, uma demonstração da extrema precariedade e da falta de

40 A equipe foi inicialmente composta por Maria Macedo Barroso, hoje professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ; Sidnei Clemente Peres, ex-integrante do Peti, mestre pelo PPGAS/Museu Nacional e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), hoje professor titular de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), que se desligaria já no início de 2005; Hellen Cristina de Souza, pedagoga, e mestre em Educação à época, professora da Unemat do campus de Tangará da Serra, que realizara até então o trabalho mais completo sobre a temática do ensino superior de indígenas no Brasil (Souza, 2003) para o Instituto Internacional para a Educação Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (Iesalc), da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura, que deixaria o PTC ainda no segundo semestre de 2004; os estagiários de graduação (naquele momento) Priscilla Xavier, Vinicius Mesquita Rosenthal (que continuaram na vida acadêmica com outros temas e em outras instituições), Filipe Simões Corrêa Alves e Rodrigo Cipoli Cajueiro (que deixariam a área). A eles somava-se a atuação providencial na solução de diversas questões, das mais variadas atividades do projeto, do secretário Francisco Chagas Sousa, bacharel em Ciências Sociais pela UFF e hoje professor no Ciep Alceu Amoroso Lima, no qual já exerceu o cargo de diretor, em Duque de Caxias (RJ), cuja atuação logística foi sempre essencial para o funcionamento do projeto; e após uma primeira tentativa baldada, algumas atividades gerenciais foram assumidas também por Afonso Santoro, funcionário de carreira da UFRJ, administrador de projetos do PPGAS/Museu Nacional. A variação das equipes, com o trabalho sendo muitas vezes uma solução de compromisso entre investigações de mestrado e doutorado, foi talvez um dos itens mais difíceis de se lidar, sendo um limitador ponderável de esforços de pesquisa e de intervenção sediados em universidades federais. Na segunda etapa do PTC, João Paulo Macedo e Castro, hoje professor de Antropologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Marcos Moreira Paulino e, nos seus desdobramentos, Bruno Pacheco de Oliveira e Luis Felipe Carvalho foram fundamentais nos trabalhos que desenvolvemos.

recursos institucionais com que alguns esforços de pesquisa e intervenção a partir da universidade são muitas vezes desenvolvidos. Tratava-se de transformar a sala do Peti em uma sala de trabalho para a equipe do PTC, reequipando-a, e tendo até mesmo que pagar uma linha telefônica com internet, pois o Museu Nacional, e através dele a UFRJ, não nos disponibilizou esses recursos.

Ao mesmo tempo, por uma exigência do escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro, compusemos um comitê assessor que deveria dirimir qualquer dúvida que surgisse na relação entre o Laced e as universidades a serem financiadas, de modo a criar – essa era a intenção precípua – um "espaço de segurança" para a fundação, na hipótese de qualquer contestação legal no processo de seleção daqueles que seriam financiados.[41] Conseguimos, no entanto, ampliar e transformar a função de mediação de possíveis conflitos desse comitê para a de aconselhamento e debate das propostas e ações do projeto. Por uma questão de objetividade textual, seguirei menos uma descrição cronológica e, daqui por diante, procurarei descrever os pontos fundamentais de nosso trabalho e ponderar alguns problemas principais que enfrentamos, o que

41 O comitê assessor foi composto por Fulvia (de Barros Mott) Rosemberg, mencionada acima, em função do necessário diálogo entre o PTC e o Programa Bolsa/FCC-FF; Maria Conceição Pinto de Góes, historiadora e ex-pró-reitora de Graduação da UFRJ, representando a reitoria de nossa universidade; Beatriz Maria Alasia de Heredia, antropóloga e professora do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, que desenvolvera uma consultoria para o escritório da FF no Rio de Janeiro, tendo sido essencial para o adequado entendimento das questões envolvidas num projeto de ação afirmativa para povos indígenas, no hiato entre a saída de José Gabriel Lopez e a entrada de Aurélio Vianna Jr.; Carlos (Everaldo Alvares) Coimbra Jr., antropólogo biológico e pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com extenso trabalho com os povos indígenas no Brasil; Nietta Lindberg Monte, antropóloga da Comissão Pró-Índio do Acre, especializada em educação escolar indígena e que já fizera uma avaliação do curso da Unemat; Gersem (José dos Santos) Luciano Baniwa, importante liderança indígena da região do Alto Rio Negro, na época mestrando em Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e bolsista do Programa Bolsa/FCC-FF, ex-gerente indígena da carteira de projetos intitulada Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/povos-ind%C3%ADgenas – acessado em 07/09/2017); Etelvina Santana da Silva-Maninha Xukuru Kariri, destacada liderança indígena da Região Nordeste (estado de Alagoas), primeira mulher a integrar a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santos (Apoinme), estudante de Filosofia naquele momento. As reuniões do comitê contaram sempre com a participação de Ondina Fachel Leal (2004) e Aurélio Vianna Jr. (de 2005 em diante), como POs da FF responsáveis pelo acompanhamento do projeto. Maninha Xukuru, cuja contribuição para o PTC foi inestimável, faleceu em Palmeiras dos Índios (AL), em 2006, em função da dificuldade em obter socorro para uma crise de asma. Para suas biografias, ver http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=883 e http://laced.etc.br/site/acervo/videobiografias-indigenas/maninha-xucuru-kariri/ (acessados em 07/09/2017).

foi possível aprender ao longo da experiência e reelaborar no processo de realização do PTC.

Os três grandes objetivos do projeto desdobraram-se em cinco blocos de ações desmembrados a partir da ação central à primeira etapa do PTC, isto é, a coordenação de um processo de indução da demanda por financiamento para a criação de núcleos destinados ao suporte à presença indígena em cursos de ensino superior, por parte de docentes universitários de algum modo articulados aos povos indígenas. Uma vez formuladas dentro dos marcos definidos no texto original do Trilhas e formalmente enviadas à equipe do Laced, essas propostas foram submetidas para nossa avaliação em conjunto com o comitê assessor e, quando aprovadas, foram financiadas.[42]

Ainda em 2003, fizemos os primeiros contatos com o Núcleo Insikiran (ainda em estruturação) da Universidade Federal de Roraima, antes mesmo de finalizada a reelaboração do projeto, e, uma vez que havia sido cortado o financiamento para a realização de grandes seminários de articulação e debate, fizemos uma solicitação de recursos a um edital do Fundo de Inclusão Social/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando à realização de um seminário nacional sobre o ensino superior de indígenas.[43] Tivemos uma resposta positiva nos primeiros meses de 2004 e aí experimentamos o quanto a gestão de recursos pode ser exaustiva. Formalmente tratava-se de um projeto de cooperação técnica internacional, o que significava que deveria passar por todos os trâmites da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que, no Ministério das Relações Exteriores, é responsável por esses assuntos, o que incluiria todo um trâmite por dentro da UFRJ e pela Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) que nos criaria muitos problemas.[44]

---

42 Os textos dos projetos das duas etapas do Trilhas de Conhecimentos enviados à PHEI/FF por intermédio do escritório do Rio de Janeiro e o roteiro para a apresentação de propostas encontram-se disponíveis em Souza Lima e Barroso (2017).

43 Fomos alertados pela Professora Yonne Leite, que fora informada por uma sobrinha funcionária do BID sobre esse edital, que sabia que preparávamos o projeto. Os recursos do Fundo de Inclusão Social do BID para essa finalidade eram provenientes da Noruega que, como mencionei, era um dos principais financiadores de trabalhos de ONGs com povos indígenas no Brasil. É ainda importante ter em mente que também foram recursos do Fundo de Inclusão Social que serviram para a estruturação da Secadi, anteriormente mencionada, e que as técnicas da representação do BID para as duas ações eram as mesmas.

44 Para o site oficial da ABC, ver http://www.abc.gov.br/ (acessado em 07/09/2017).

Após idas e vindas durante mais de um mês, acertamos com as técnicas do BID responsáveis pelo projeto que elas próprias executariam os recursos, o que terminou por ser providencial por três razões: pelo fato de serem reduzidos, porque desejávamos reunir em Brasília uma quantidade expressiva de atores sociais e também porque – e assim aprenderíamos ainda outra lição, a dos limites de certos técnicos de fundações universitárias – as passagens agendadas pelo setor responsável da FUJB através da agência de viagem com a qual operavam estavam todas com custos "cheios". Após todas as diversas mudanças no plano de gestão que tivemos de realizar, e termos conseguido, por fim, sensibilizar o escritório da FF para a disponibilização de uma pequena parte dos recursos do PTC para essa atividade, o seminário aconteceu em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto de 2004, com o título Desafios para a Educação Superior dos Povos Indígenas no Brasil. Tratou-se da primeira reunião ampla com essa finalidade precípua, contando com a participação de organizações e intelectuais indígenas, setores governamentais, organizações não governamentais, organismos de fomento e docentes universitários, originando um relatório, depois transformado em publicação. Os debates então acontecidos e documentados não só delinearam um momento histórico específico como colocaram questões ainda hoje pertinentes, como as dos meios materiais insuficientes para a manutenção de indígenas em universidades públicas, assim como aquelas relativas às diferenças entre ações afirmativas para indígenas e para negros, dentre muitas outras.

Além da presença de Ricardo Henriques, secretário da recém-criada Secad, também conseguimos contar com a participação na mesa de abertura do então secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, o Professor Nelson Maculan, ex-reitor da UFRJ, fato raro em todos os anos em que trabalhamos diretamente com essa questão.[45] A Sesu sempre esteve ausente ou, no mínimo, pouco presente, mesmo quando estava designada em portarias e outros documentos como coparticipante ou corresponsável por ações para o ensino superior de indígenas. Para tanto, foram sem dúvida determinantes o nosso pertencimento ao Museu Nacional e o fato de que a equipe de Maculan era integrada por Renata Gerard Bondim, linguista com informação sobre

45 Para a programação do seminário, ver Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2007).

as questões relativas às línguas indígenas no Brasil, professora aposentada da UFRJ, da qual foi superintende de Pesquisa e Pós-Graduação, na época consultora para questões relativas à língua portuguesa da Comissão de Língua Portuguesa do MEC, e que depois assumiria atividades relativas à educação superior de indígenas na Sesu.

A realização do seminário estimulou a Sesu e a Secad a tomarem posição, finalmente, no tocante à educação superior de indígenas. Assim, Renata Bondim apresentou no seminário (Bondim, 2007) o desenho da proposta que geraria, um ano mais tarde, o primeiro edital de convocação do Programa de Apoio à Educação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) em 2005.[46] Integrei o comitê técnico multidisciplinar, como representante da ABA, desde a sua primeira edição, em 2005, até a última, em 2014. Em 2006, de 30/11 a 02/12, realizamos, em parceria com a Secad, a Sesu, a ABA (eu era nesse momento coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, na gestão de Luis Roberto Cardoso de Oliveira) e a UnB, o Seminário Nacional de Avaliação do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas.[47]

A implementação do Prolind constitui em si matéria para um trabalho de fôlego, o que não pretendo fazer aqui. Cabe, no entanto, dizer que, apesar dos diversos percalços nesse processo, a começar pelos fundos relativamente escassos para a dimensão da tarefa, devido à sua implantação por intermédio de editais, e a difícil mecânica de repasses entre MEC e universidades estaduais, dentre muitos outros, o Prolind chegou a financiar 27 universidades estaduais e federais, bem como institutos federais de tecnologia e, segundo dados apresentados pela Assessoria de Comunicação do MEC, são hoje 17 os cursos de licenciatura intercultural vigentes (Brasil, 2017).

---

46 Ver Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2007), mencionado anteriormente. Sobre a atuação da Sesu, através de seu Departamento de Política da Educação Superior (Depes), ver Bondim (2006, 2007, 2013). Para o Prolind, ver Barnes (2010) e http://portal.mec.gov.br/prolind e https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/prolind-2/ (acessados em 07/09/2017). Há muito mais material disponível on-line, apesar de não sistematizado. O site de alunos da Universidade de São Paulo (USP) https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/ (acessado em 07/09/2017) é a melhor sistematização de dados básicos até o momento. Para o edital de convocação nº 5, de 29 de junho de 2005, ver Brasil (2005); para o edital de convocação nº 3, de 24 de junho de 2008, ver Brasil (2008); para o edital de convocação nº 8, de 27 de abril de 2009, ver Brasil (2009), para o edital de convocação nº 2 de 27/08/2013, ver Brasil (2013b).

47 Para a programação do seminário, ver http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PROLIND/seminario_avaliacao_programacao.pdf (acessado em 07/09/2017).

Em paralelo à preparação da equipe, desenvolvemos as negociações com a Fundação Universitária José Bonifácio, pessoa jurídica de direito privado que tem como objetivo dar suporte aos projetos de pesquisa, ensino e extensão da UFRJ, atuando formalmente como o agente fiscal responsável por administrar a doação da FF. A fundação receberia os recursos que seriam oportunamente destinados aos núcleos de outras universidades que desenvolveriam o trabalho junto aos indígenas.[48] O escritório da FF insistiu que os pagamentos de pesquisadores deveriam ser feitos sob a modalidade de bolsas, de modo a evitar sua sangria com o pagamento de impostos, o que implicou o estabelecimento de um programa de bolsas até então inexistente pela FUJB, o que não foi exatamente nem simples, nem rápido.

Ademais, receber recursos e repassar a outras fundações não era, nem é, uma atividade usual às fundações universitárias, sendo que à FUJB, com a mediação da nossa equipe, caberia fazer a supervisão contábil de toda atividade que viesse a ser desenvolvida pelos núcleos a serem criados. Isso se tornou ainda mais complicado na medida em que os recursos recebidos pelo Laced, destinados à sua equipe e à distribuição entre os núcleos, eram liberados em dólar e transferidos ao câmbio do momento da liberação (necessariamente parcelada pelos acertos com a FF) para uma conta bancária do Banco do Brasil, cujo titular era a FUJB. Na prática, isso significava que, a depender do câmbio, teríamos mais ou menos dinheiro em reais. Se, na maior parte dos projetos que coordenei ou cocoordenei com recursos da FF, o real estava relativamente depreciado em relação ao dólar, e a aplicação dos recursos em fundos financeiros por longo tempo permitia fazer render o dinheiro - e assim realizar mais atividades - durante o PTC deu-se o inverso: o cálculo do total do projeto, com as quantias que seriam alocadas aos núcleos, foi feito em cima de uma taxa de câmbio de cerca de US$ 1,00/R$ 3,20. O primeiro desembolso da parte específica do Laced em 12/03/2004 deu-se a uma taxa de câmbio de US$ 1,00/R$ 2,89; o desembolso seguinte, em 16/03/2005, deu-se a uma taxa de US$ 1,00/R$ 2,72 e, em 2005, a taxa chegou a US$ 1,00/ R$ 2,18. Em 2006 a taxa foi para US$ 1,00/ R$ 2,15 e, no ano de 2007, chegou a US$ 1,00/R$ 1,77. E seria a partir de 2005 que os repasses a outras universidades seriam feitos.

48 Para a página web da FUJB, ver http://www.fujb.ufrj.br/sobre-a-fujb/ (acessado em 07/09/2017).

Nem nós, nem a FUJB estávamos preparados para atuar como uma (micro) carteira de fomento. Tanto mais que o escritório da FF foi incisivo no sentido de que a porcentagem relativa à taxa de administração a ser destinada à FUJB incidisse apenas sobre os US$ 356 mil relativos à parte do Laced, e não como usualmente o seria, incidindo sobre todo o dinheiro da doação (os US$ 1,2 milhão). A FUJB, no entanto, deveria supervisionar a contabilidade das universidades que recebessem as doações feitas pelo projeto. Não foi, portanto, surpreendente que em 2007 tivéssemos de fazer uma espécie de "auditoria interna" para reaver parte dos recursos referentes a cobranças de taxas indevidas, uma quantia que teria impossibilitado os demais trabalhos da equipe do Laced. Tampouco foi surpreendente que durante parte ponderável da primeira doação não contássemos com a "boa vontade" do pessoal da FUJB que lidava diretamente com a doação, o que nunca antes se dera. Essa foi sem dúvida uma parte pouco "glamorosa", "heroica" ou produtiva em termos das finalidades últimas do PTC e que exigiu um grande esforço. No entanto, a gestão do projeto em termos financeiros foi em si mesma estratégica. Para tanto, contei com o fato de já ter tido experiência com a gestão de recursos de grandes equipes anteriormente, com o apoio operacional de Afonso Santoro, com o diálogo com Aurélio Vianna Jr. que, a partir de sua entrada em 2005, facilitaria consideravelmente essa atividade. Pensando retrospectivamente, creio que esse e outros momentos difíceis foram superados, meu temperamento obstinado à parte, em função do meu interesse intelectual pela administração pública e pela cooperação técnica internacional, além da disposição presente no fazer etnográfico de pensar a partir de múltiplas situações, inclusive adversas (aliada a uma experiência pessoal e profissional marcada pelo necessário enfrentamento de dificuldades de diversas ordens), somados à disposição em facilitar as condições de trabalho dos núcleos junto aos indígenas de modo a que se beneficiassem ao máximo do projeto. Como tínhamos claro que tais quantias, por mais vultosas que fossem à época, jamais supririam as políticas governamentais que precisavam ser estabelecidas, era fundamental que elas servissem a ações que inspirassem outras iniciativas de universidades que não estávamos fomentando e que – éramos conscientes disso – seguiam um curso paralelo ao do PTC, mas que poderiam confluir, a partir dos interesses de indígenas e docentes universitários (dentre os quais se achavam muitos antropólogos), para políticas que generalizassem essas modalidades de ação afirmativa.

Desde o início de 2004 até o final de 2005, também foram realizados inúmeros contatos com universidades e organizações indígenas, incentivando-as à apresentação de propostas, o que envolveu viajar quase que o tempo todo e, ao mesmo tempo, manter a atividade docente. A partir desse trabalho de indução à demanda, foram aprovadas até o final do período as propostas para a criação de dois núcleos envolvendo três universidades. Essas experiências-modelo ocorreram em uma universidade federal, a Universidade Federal de Roraima, por meio de seu Núcleo (hoje Instituto), Insikiran de Formação Superior Indígena, com o projeto denominado Programa E'ma Piá, e em outro núcleo, o Programa Rede de Saberes, que articulou duas outras universidades, sendo uma estadual, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (ambas públicas e não pagas) e uma universidade privada confessional, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).[49]

A escolha das propostas deveu-se não apenas à qualidade das mesmas, mas também ao fato de que fosse em Roraima, fosse no Mato Grosso do Sul, havia um significativo número de estudantes indígenas matriculados nas universidades (na UFRR e na Uems, esta última uma das pioneiras na definição de cotas na graduação, no enfrentamento de problemas nos vestibulares e outras questões) e relativo acúmulo de conhecimento no trato de dimensões políticas da situação indígena (no caso da UCDB, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – Neppi – liderado por Antonio Jacó Brand).[50]

---

49 Sobre o Programa E'ma Piá, ver Fernandes, Carvalho e Repetto (2017). Para o Programa Rede de Saberes, ver Aguilera Urquiza et al. (2017); Vianna et al. (2014) e Aguilera Urquiza e Nascimento (2013). O Programa Rede de Saberes também passou, em sua segunda fase, de 2007 em diante, a incorporar ações na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Devo registrar que a Fundação Ford, a partir de 2005, faria outros investimentos em organizações indígenas situadas no estado de Roraima que, por se situar na Amazônia, estava em sua área de atuação possível. Para a página do Programa Rede de Saberes (bastante desatualizada), ver http://neppi.org/rededesaberes/ (acessado em 07/09/2017).

50 Antonio Jacó Brand, 13/09/1949–04/07/2012, foi historiador e professor da Universidade Católica Dom Bosco, o que é dizer muito pouco de sua enorme atividade em prol dos povos indígenas. Foi secretário nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de 1983 até o início dos anos 1990, tendo atuado intensamente durante o período da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 em favor da definição constitucional dos direitos indígenas. Sua ação indigenista precede a criação do Cimi, em 1972, tendo sido responsável pela instalação do mesmo no Mato Grosso do Sul. Sua conexão com os Guarani do Mato Grosso do Sul era intensa. Sua tese de doutorado, focada no que denominou *confinamento* desse povo e nas consequências desse processo

Duas outras propostas (uma delas submetida duas vezes) de universidades e uma pré-proposta de outra universidade, todas federais, não foram plenamente desenvolvidas por desistência das mesmas em face das exigências apresentadas às suas primeiras formulações. Uma vez definidos os núcleos, passamos a realizar o acompanhamento de suas ações, avaliando-os de modo participativo e integrado, na tarefa de criar e manter programas destinados a estudantes indígenas portadores do título de conclusão do ensino médio, visando sua preparação para o exame vestibular e seu acompanhamento tutorial na universidade.

Além de ações voltadas para a licenciatura intercultural, o Programa E'ma Piá também desenvolveu outras, que visavam propiciar a presença indígena nos cursos regulares da universidade, criando-se uma estrutura de suporte até então inexistente e abrindo-se uma vaga para estudantes indígenas em todos os cursos da UFRR. Atualmente há um processo seletivo indígena específico regulado pela comissão de vestibular da universidade.[51] O programa existiu apenas até o final da primeira etapa do Trilhas pois, por divergências institucionais internas ao Insikiran, não houve interesse em levar o trabalho adiante.

No caso do Programa Rede de Saberes, deu-se o exato oposto. À experiência do Neppi/UCDB na questão indígena, aliaram-se o comprometimento e o afinco de Beatriz Landa na Uems, além do forte engajamento dos estudantes indígenas, o que resultou numa dinâmica que faria expandir em muito as suas atividades. Por não contarem com um curso de licenciatura intercultural nessa primeira etapa, as ações do projeto atingiram estudantes de uma ampla gama de cursos nas duas universidades, lançando as bases para uma segunda

de expropriação fundiária, foi fundamental em muitos processos de recuperação de terras, o que sempre lhe valeu uma forte pressão política dos ruralistas do Mato Grosso do Sul. Portador de fina percepção política, grande capacidade diplomática e larga experiência, já era um interlocutor fundamental de nossas ações no Laced, antes mesmo de pensarmos na possibilidade de instalação de um núcleo interinstitucional no Mato Grosso do Sul. Sua posição no cenário indigenista era única e sua perda, irreparável. Para mais dados sobre sua trajetória, ver Junges (2012) e Silva, M. (2012), e para um vídeo em homenagem póstuma, ver https://www.youtube.com/watch?v=6ERoektax8E (acessado em 07/09/2017).

51 Para o manual para candidatos indígenas ao processo seletivo específico, ver http://ufrr.br/cpv/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=892:manual-do-candidato-psei-2018&id=93:vestibular-indigena-2018&Itemid=301 (acessado em 07/09/2017).

etapa que abarcaria mais duas universidades.[52] A ação dos estudantes indígenas na Uems, iniciada antes da instalação do projeto, através da reivindicação ao governo estadual de um suporte por meio de bolsas, foi essencial para o sucesso das ações do Rede de Saberes. Vimos formar-se um conjunto geracionalmente diferenciado de atores indígenas, jovens que viram na universidade um caminho viável para a assunção, inclusive de papéis políticos de grande importância em nível local e nacional.[53] Alguns deles participariam da articulação dos Encontros Nacionais de Estudantes Indígenas (Eneis), cuja primeira edição ocorreu na Universidade Federal de São Carlos, em 2013, eventos nos quais as ações afirmativas para indígenas são debatidas, assim como aspectos mais gerais das questões indígenas.[54] Para muitos dos estudantes formados no Programa Rede de Saberes, as tecnologias digitais de comunicação e as redes sociais – de resto como num espectro social mais amplo que o dos povos indígenas, por si só extremamente diverso – foram instrumentos de articulação e de posicionamento político, de interação, de estabelecimento de novas relações e de sociabilidade muito importantes.[55]

Diversas foram as atividades desenvolvidas pelo Programa Rede de Saberes que, após essa etapa inicial, receberia mais dois financiamentos da Fundação Ford/PHEI. Mas, sem sombra de dúvidas, foram fundamentais a articulação institucional, local, regional e nacional, bem como a abertura de espaços para

52 Ver Aguilera Urquiza et al. (2017), Vianna e al. (2014) e Aguilera Urquiza e Nascimento (2013). Para um vídeo sobre o Programa Rede de Saberes, consultar https://www.youtube.com/watch?v=dw0L0qmCgJM. Para diversos depoimentos de estudantes indígenas que passaram pelo programa, ver os vídeos no canal do Neppi no YouTube: https://www.youtube.com/channel/UCtWtmP5aHSK-OUUloL7oKwg (acessados em 07/09/2017).

53 Ver Amado (2016). Simone Eloy Amado é uma liderança importante no contexto do Mato Grosso do Sul e foi organizadora do II Enei, realizado em Campo Grande, nas dependências da UCDB, de 4 a 7 de agosto de 2014. Sobre o II Enei, ver https://enei2014.wordpress.com/2014/04/27/ii-enei-ii-encontro-nacional-de-estudantes-indigenas/ e https://www.youtube.com/watch?v=BBVVq5ouVdo. Para um vídeo com Simone sobre seu trabalho mais recente com mulheres indígenas, ver https://www.youtube.com/watch?v=_N7Tti-VHzc (acessados em 07/09/2017).

54 Para uma sessão do I Enei na qual se discutiram especificamente as ações afirmativas, ver https://www.youtube.com/watch?v=3c-rRObRWPo (acessado em 07/09/2017).

55 Ver Oliveira (2015). Em projeto posterior ao Trilhas, desenvolvido com a intenção de fornecer material ao trabalho de pesquisadores e atores políticos indígenas, investimos em realizar uma oficina sobre tecnologias digitais e em publicar um texto de referência para esse tipo de atividade de comunicação. Ver Oliveira (2014).

que os estudantes indígenas em formação pudessem exercitar as atividades universitárias, especialmente por meio da iniciação à pesquisa e de tutorias e cursos específicos.[56] Muitos dos estudantes indígenas que saíram das graduações das universidades filiadas ao programa engrossariam as fileiras dos cursos de pós-graduação, independentemente de outras inserções profissionais. Creio que seria valiosa uma recuperação histórica mais densa dos efeitos sociais desse trabalho, em particular abordando o destino dos egressos, mais de uma década após o seu início.

Era ainda nossa tarefa dialogar com a avaliação independente - tanto de nosso trabalho quanto da ação dos núcleos - contratada pela Fundação Ford às Professoras Vanilda Paiva e Azuete Fogaça e realizada ao longo de 2007–2008. A avaliação brasileira correria paralela a uma avaliação para os programas Pathways da América Latina, elaborada pelos pesquisadores Sylvie Didou Aupetit e Eduardo Remedi Allione, ambos do Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional (Cinvestav), no México.[57]

---

56 O depoimento de Luiz Henrique Eloy, que foi representante de alunos indígenas no Programa Rede de Saberes, é eloquente e sintetiza o trabalho do programa de modo muito feliz. Está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Hp_NxluVuo4. Para uma narrativa autobiográfica do hoje advogado da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib), doutorando em Antropologia do PPGAS/Museu Nacional, com expressão nacional no Brasil, ver https://www.youtube.com/watch?v=lnRmej4mZUk (acessados em 07/09/2017).

57 Para os currículos Lattes de Vanilda Paiva e Azuete Fogaça, ambos desatualizados (o que significa que estão em alguma medida desvinculadas de programas de pós-graduação), ver http://lattes.cnpq.br/2175362065247859 e http://lattes.cnpq.br/9027607698896030. Para Sylvie Didou Aupetit, ver http://www.die.cinvestav.mx/Personal-Academico/Dra-Sylvie-Didou-Aupetit e para Eduardo Remedi Allione, ver http://www.die.cinvestav.mx/Personal-Academico/Dr-Eduardo-Remedi-Allione (acessados em 07/09/2017). Estes dois últimos pesquisadores publicaram um livro a partir do material da avaliação (Didou Aupetit; Remedi Allione, 2010). Ainda que aquela não fosse sua área original de pesquisa, Sylvie Didou Aupeti aproveitou-se da avaliação que realizou para constituir uma linha de pesquisas e se articular a redes latino-americanas de profissionais da educação superior engajados em ações afirmativas na educação superior para povos indígenas (ver Didou Aupetit, 2014). Em Didou Aupetit e Gérard (2009), coletânea sobre a "fuga de cérebros na América Latina", encontramos diversos autores que nos ajudam a situar a rede de conexões dessa pesquisadora, dentre eles o pesquisador argentino Jorge Balán (ver https://sipa.columbia.edu/faculty-research/faculty-directory/jorge-balan-0 – acessado em 07/09/2017), que fora *senior program officer* em Educação Superior da FF, assim como Ana Garcia de Fanelli, pesquisadora argentina da mesma área, contratada para fazer a avaliação do "Pathways chileno". O pesquisador brasileiro presente na mesma coletânea é Simon Schwartzman.

No trabalho com os núcleos, devíamos coordenar esforços de ação em rede com outras universidades, no sentido de acumular e potencializar a capacidade operacional e investigativa que pudesse contribuir para a mudança das instituições de ensino superior, de modo a torná-las plurais e democráticas e, simultaneamente, mais qualificadas e melhores, assim como sua prática mais bem conhecida. Essa função de mediação entre a FF e as universidades só fazia sentido, no nosso entender, se nos deslocássemos das mesmas, passando às universidades os conhecimentos necessários para a interlocução com a real financiadora. Dada a larga experiência como *grantee* (financiado) da FF, sempre insistimos que esse "dinheiro-semente" (*seed money*) acabava e era insuficiente, por mais que fosse vultoso para os padrões brasileiros e para aqueles da própria financiadora, diante da tarefa de um programa continuado de ações afirmativas. A alternativa sempre foi, de nosso ponto de vista, a busca por políticas federais de fomento e ações de incentivo às ações afirmativas. Antonio Brand e os demais colegas do Rede de Saberes, juntamente com os acadêmicos indígenas, foram extremamente atentos e perseverantes nessas reivindicações.

Foram feitas, ainda, outras duas subdoações. Com elas, nossa intenção era – já que a queda do câmbio fizera com que os recursos a serem doados encurtassem e que julgássemos mais pertinente ter menos universidades engajadas, porém mais bem financiadas – envolver duas outras universidades federais localizadas em regiões nas quais não tínhamos ações, de modo a atingir centros onde a presença indígena era significativa, promovendo seminários em parceria. Juntávamos a necessidade de fomentar a discussão sobre ações afirmativas para os povos indígenas com a busca por formação em áreas disciplinares que, em muitas regiões do Brasil, eram muito refratárias à presença de estudantes indígenas – o direito e a medicina – mas especialmente interessante para eles, com o acúmulo de experiências e reflexões de certas universidades.

Assim, fizemos uma subdoação ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA), para a promoção de um seminário sobre Formação Jurídica e Povos Indígenas: Desafios para uma Educação Superior no Brasil, tendo à frente da iniciativa a Professora Jane Felipe Beltrão.[58] O seminário contou, também, com o apoio da ABA e do Ministério

58 Eu já trabalhara com Jane Felipe Beltrão durante o período em que fui vice-presidente da ABA e ela, integrante de seu Conselho Fiscal. Desde então mantivemos contato e buscamos

Público Federal.[59] Em 2004, o PPGD ganhou um edital para a criação de cursos de direitos humanos, lançado pela Fundação Carlos Chagas, com recursos da Fundação Ford. O referido programa abria cotas para alunos indígenas e negros e investia num diálogo denso com a antropologia, no qual Jane Beltrão teve um papel central, o que lhes permitiu uma área de concentração sólida em direitos humanos e um trabalho pioneiro em ações afirmativas na pós-graduação.[60] O seminário ocorreu nos dias 21–23/03/2007, tendo agregado integrantes de diversas organizações indígenas, estudantes indígenas que já frequentavam cursos de direito, docentes de universidades (dentre elas, as envolvidas nos núcleos financiados), procuradores da República e representantes de agências de Estado e de organizações não governamentais conectadas às questões indígenas, dentre outros.[61] Em termos imediatos, o seminário desdobrou-se em um curso de formação de alunos indígenas em direitos indígenas, no âmbito do Programa Rede de Saberes, fruto da reivindicação desses estudantes indígenas do Mato Grosso do Sul, que se repetiria mais tarde contando com a participação decisiva da assessoria jurídica do Cimi. No âmbito da própria UFPA, o seminário também deu ensejo a uma interlocução com a Fundação Ford que desaguou no já citado (nota 37) Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (Papit), que encabeçou o debate para a extensão das ações afirmativas a indígenas e "povos tradicionais" na UFPA. A doação ao Papit/UFPA foi feita ainda com recursos da PHEI em 2008, diretamente pelo escritório do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Aurélio Vianna Jr. A partir do Papit, na época, sob direção de Jane Beltrão, deu-se ensejo

trabalhar em conjunto em diferentes ocasiões, como nesse seminário. Em 2015–2016, quando fomos presidente e vice-presidente da ABA, tínhamos já uma considerável estrada de amizade e colaboração. Essa breve nota é um pálido reflexo de uma relação especialmente afetiva, rica e construtiva, nos planos intelectual e pessoal.

59 Transcorria a gestão de Luis Roberto Cardoso de Oliveira à frente da ABA, e eu era o coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, além de representar a instituição no comitê técnico do Prolind, junto ao MEC. Luis Roberto esteve presente tanto nesse seminário quanto naquele sobre formação em saúde, do qual tratarei a seguir.

60 Para o PPGD e a área de direitos humanos, ver http://www.ppgd.propesp.ufpa.br/index.php/br/ e http://www.ppgd.propesp.ufpa.br/index.php/br/impacto/interacoes-com-organizacoes-nao-academicas (acessados em 07/09/2017).

61 Para o seminário, ver http://www.ufpa.br/juridico/ (acessado em 07/09/2017). Ver também Beltrão (2017). O seminário foi todo filmado e foram feitas e distribuídas cópias das gravações por sessões.

à criação, no campus da UFPA em Altamira, do curso de graduação em Etnodesenvolvimento, experiência pioneira de significativa importância, destinada a indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Hoje o Bacharelado em Etnodesenvolvimento e a Licenciatura em Educação do Campo integram a Faculdade de Etnodiversidade.[62]

O curso de Bacharelado em Etnodesenvolvimento vem tendo uma ponderável repercussão na Amazônia, constituindo um dos suportes à transposição de algumas propostas de ações afirmativas para coletividades que, até então, não reivindicavam uma educação superior específica e que, por direito, são detentoras do acesso às terras que tradicionalmente ocupam, como no caso de quilombolas e outros povos tradicionais. Ademais, em recente avaliação do MEC, o referido curso logrou nota 4. De certo modo, essa foi também uma das formas a partir das quais pudemos ver recuperado um diálogo com outras atividades anteriormente realizadas, como os cursos de especialização em gestão para o etnodesenvolvimento da Ufam anteriormente mencionados, bem como a destinação inicial pensada por José Gabriel Lopez para o Trilhas, que também deveria ter se aberto para os integrantes de comunidades extrativistas amazônicas.[63]

O segundo seminário intitulou-se Formação Universitária Indígena em Saúde: Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil e foi realizado em Porto Seguro, de 16–19/05/2007, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Museu de Arqueologia e Etnologia), donatária de subdoação, com a UFPA, e a Fiocruz-Amazônia, contando com o apoio da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). A área de saúde coletiva da UFBA, hoje um instituto, já contava com o grau 7, máximo, nas avaliações da Capes, e mantém atualmente o que na época era um projeto e uma das razões da nossa busca por parceria e interlocução – eles haviam concebido a ideia de uma graduação em Saúde Coletiva, que seria lançada em 2009, o que nos parecia uma excelente entrada para os

62 Ver http://altamira.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=19 (acessado em 07/09/2017).

63 O curso e as variadas implicações nele contidas estão refletidos no volume organizado por Assis da Costa Oliveira e Jane Felipe Beltrão (2015), intitulado *Etnodesenvolvimento e universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais*. Para a relação entre quilombos e o que se convencionou chamar de "novas etnias", ver Almeida, A. (2002).

indígenas que queriam trabalhar na gestão de distritos sanitários e não necessariamente como enfermeiros ou médicos.

O seminário foi concebido e coordenado por Carlos (Alberto) Caroso (Soares), (Maria) Luiza Garnelo (Pereira), Jane Beltrão e por mim.[64] Na época, o grupo de docentes de saúde coletiva da UFBA idealizara e vinha propondo à discussão, num modelo bastante distinto dos cursos até então existentes, uma graduação em sanitarismo, que pensamos ser uma base útil para as discussões de modelos diferenciados de cursos para indígenas na área de saúde. Em meio a essa ideia estava Naomar Almeida Filho, docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e reitor da UFBA, um dos responsáveis pela concepção de um projeto alternativo para as universidades federais, denominado "Universidade Nova", forma pensada para flexibilizar as rígidas estruturas curriculares e a excessiva disciplinarização diante das demandas crescentes de áreas de interface.[65] Discutia-se ainda, naquela ocasião, a implantação de um campus da UFBA em Porto Seguro, que ensejaria a criação, anos mais tarde, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), da qual Almeida Filho se tornou o primeiro reitor, e Carlos Caroso o decano *pro tempore* do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais. O sul da Bahia é uma região importante para os povos indígenas desse estado e do Nordeste, assim como de Minas Gerais e do

64 Carlos Alberto Caroso Soares já era nosso interlocutor desde a realização da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) de Salvador, em 1996, e acolheu prontamente a nossa ideia. Ele próprio, na época diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, visualizava a região de Porto Seguro como um sítio estratégico para o desenvolvimento de ações afirmativas no tocante aos povos indígenas pela UFBA. Lembremos que estávamos em meio à efervescência da luta por cotas nas universidades, que a Universidade do Estado da Bahia tinha sido uma das pioneiras na região e que, em 2009, implantaria um curso de licenciatura intercultural contemplado em um edital do Prolind. No ano seguinte, 2008, seria realizada em Porto Seguro a XXVI RBA. Maria Luiza Garnelo Pereira, na época, ainda docente da Universidade Federal do Amazonas e já Pesquisadora do Instituto Leônidas e Maria Deane/Fiocruz-Amazônia havia sido representante da ABA na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi)/Conselho Nacional de Saúde-Ministério da Saúde. Participara como docente do curso de Especialização em Gestão para o Etnodesenvolvimento em 2002–2003, durante a gestão de Gustavo Lins Ribeiro à frente da ABA, tendo sido uma das minhas principais colaboradoras no tocante à Comissão de Assuntos Indígenas que também coordenei de 2002 a 2004, período em que organizou em Manaus o seminário sobre mulheres indígenas e saúde, uma das primeiras iniciativas sobre essa temática no Brasil. Em 2007, foi diretora regional da ABA para a região Nordeste. Esteve também presente no seminário Carla Costa Teixeira (UnB), então secretária da ABA, que coordenou um dos grupos de trabalho do mesmo.

65 Ver Almeida Filho (2007).

Espírito Santo.[66] O campus do sul da Bahia da UFBA e depois a UFSB, quando criada, se tornaram importantes pontos de formação indígena no cenário do Nordeste, no meio de uma das regiões de maior violência na vida dos povos indígenas no Brasil.

Era, ainda, parte de nossa tarefa dar suporte aos núcleos também na disseminação de conhecimentos básicos à formação política dos indígenas no tocante aos seus direitos e às políticas governamentais a eles destinadas, contribuindo para que se articulassem a organizações indígenas, dentre outras coisas, no fomento, acompanhamento e debate das políticas governamentais que os afetam. Tratava-se de se articular à demanda dessas organizações por profissionais indígenas capacitados no nível do terceiro grau, mas numa perspectiva que vinha sendo recoberta pela ideia de interculturalidade, de modo a influenciar as políticas públicas, construindo as bases sociais da sustentabilidade dessas iniciativas, bem como seus conteúdos propriamente indígenas.[67]

Diante disso, desenvolvemos algumas atividades, tanto no PTC em suas duas etapas quanto em projetos posteriores. Assim, ao longo de 2005 e até o final de 2006, contratamos a elaboração de quatro livros paradidáticos destinados especialmente à formação superior de indígenas. Não havia e ainda há muito pouco material que seja útil a certos objetivos de formação intelectual e política de indígenas. Quando existentes, são em geral escritos por não índios. Visando sua máxima distribuição, planejamos uma série de livros a ser divulgada on-line sob a forma de e-books e negociamos sua publicação em tiragens de cinco mil exemplares de cada volume, destinados à distribuição nacional para escolas indígenas, alunos indígenas de cursos universitários de todas as carreiras, organizações indígenas, agências da administração pública envolvidas com as questões indígenas, ONGs indigenistas, bibliotecas públicas, etc.,

66 Para o relatório do seminário, que também foi gravado em vídeo, ver Caroso e Losada (2017).

67 Já se verteu muita tinta sobre a ideia de interculturalidade e não pretendo aqui dar conta dessa discussão que, no caso brasileiro, muitas vezes me soou insubstancial. Uma coletânea organizada por mim, Gustavo Lins Ribeiro e Luis Felipe Carvalho com textos sobre a chamada educação intercultural no nível universitário em países da América Latina – sobre a qual há muita coisa escrita – está em vias de publicação pela editora Contra Capa Livraria. Para uma bem-sucedida adaptação de programas universais para as especificidades da situação indígena, no caso do Programa de Educação Tutorial/Conexões de Saberes, ver Freitas (2015).

com a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI/Secad), que tinha respectivamente à sua frente Kleber Gesteira Matos e André Luiz de Figueiredo Lázaro.[68] A série por nós coordenada dentro da "Coleção Educação Para Todos", da Secad/MEC, em conjunto com a Unesco, foi intitulada "Vias dos Saberes". À Secad/MEC e à Unesco coube o pagamento da impressão, a nós, a remuneração dos autores, o projeto gráfico adaptado à coleção e a editoração. Tal gênero de textos tem sido usualmente escrito por não indígenas. Nessa série, tendo sido definida desde a concepção do projeto, julgamos que seria importante buscar sempre que possível autores indígenas, de forma a mostrar a viabilidade de uma imagem positiva de uma "intelectualidade indígena" com a qual dialogar.

O primeiro livro da série é uma introdução geral aos aspectos da vida dos povos indígenas no Brasil contemporâneo, escrita por uma de suas principais lideranças de projeção nacional, o já citado Gersem Luciano Baniwa (Luciano-Baniwa, 2006), integrante do nosso comitê assessor e, na ocasião, já mestre em Antropologia e ex-bolsista do IFP. O segundo livro da série (Pacheco de Oliveira; Rocha Freire, 2006), escrito pelos antropólogos João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ) e Carlos Augusto da Rocha Freire (Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio – MI/Funai), é um trabalho sem similar até hoje em nossa produção acadêmica, apresentando de modo crítico e didático a

68 Segundo o texto informado em seu CV Lattes, Kleber Gesteira e Matos é "Mestre em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC/UNB) e licenciado em Física pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em 2014, trabalhou no Ministério da Educação, inicialmente, como Assessor do Gabinete da SECADI e a seguir como Diretor de Políticas de Educação e Direitos Humanos. Entre 2011 e 2012, integrou a Equipe Educativa do Espaço UFMG do Conhecimento, do Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Entre 2008 e 2010, integrou a equipe de execução de Políticas de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. De 2003 a 2008, foi responsável pela execução das Políticas de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD/MEC, coordenando os seguintes programas: formação de professores; produção de materiais didáticos específicos; apoio à gestão das escolas indígenas; construção de escolas em terras indígenas, dentre outros. Responsável pela articulação do MEC com os Sistemas de Ensino de 24 estados e 198 municípios. Atuou como docente em projetos de formação de professores indígenas entre 1990 e 2003, orientando a produção de materiais didáticos, a construção de currículos e a realização de pesquisas com o objetivo de produzir materiais didáticos específicos e em línguas indígenas. Trabalha atualmente na Assessoria da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais." A última atualização do CV foi em 04/08/2016 (http://lattes.cnpq.br/6005573667379491 – acessado em 07/09/2016).

presença indígena na história do Brasil, como base para revisão do sistema de preconceitos vigente até o presente, ao inserir a presença indígena ao longo de toda a história brasileira. No terceiro livro (Araújo et al., 2006), sobre direitos indígenas, somou-se à coordenadora não indígena, Ana Valéria Araújo – coordenadora executiva da ONG Fundo Brasil de Direitos Humanos, advogada especializada no direito indigenista brasileiro, por longos anos advogando em casos concretos e trabalhando no acompanhamento da formação de estudantes indígenas em direito – à presença de quatro advogados indígenas: dentre eles, Paulo Celso de Oliveira Pankararu, mestre em Direito, ex-bolsista do IFP e assessor do Centro Amazônico de Formação Indígena da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Cafi/Coiab), Joênia Batista de Carvalho Wapichana, advogada da organização indígena Conselho Indígena de Roraima e que, naquele ano iniciaria a preparação para o mestrado em Direito com uma bolsa do IFP, Lucia Fernanda Belfort Kaingáng (também mestre em Direito), diretora-executiva do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, Vilmar Moura Guarany (mestrando com bolsa do IFP), advogado da Fundação Nacional do Índio, agência indigenista governamental, e o renomado pesquisador e ativista dos direitos indígenas no plano internacional, o indígena norte-americano S. James Anaya, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Arizona.[69] Cada um deles desenvolveu temas de seu interesse

69 O texto do CV Lattes de Gersem José dos Santos Luciano, cuja última atualização data de 2014, diz o seguinte: "Gersem é índio Baniwa e atualmente Professor Adjunto da Faculdade de Educação e Diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995), mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006–2011). Recebeu Prêmio Capes de Tese 2012. Como liderança indígena militante, foi dirigente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Diretor-Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP). No campo profissional, foi professor indígena entre 1986 e 1988 na aldeia Carara-Poço, Secretário Municipal de Educação do município de São Gabriel da Cachoeira – AM, no período de 1997 a 1999, Gerente do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas no Ministério do Meio Ambiente, no período de 2000 a 2004, Perito Local da Embaixada da Alemanha entre 2005 e 2006, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, no período de 2006 a 2008, e Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, no período de 2008 a 2012. Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos, Desenvolvimento Institucional, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas." Para uma narrativa autobiográfica de Gersem, ver Luciano-Baniwa (2013, p. 19-29). Para uma dentre outras entrevistas, ver Bergamaschi (2012). Para algum material em vídeo, ver, no âmbito

e grande importância para os direitos dos povos indígenas. O quarto dos livros da série (Maia, 2006) é um manual de linguística igualmente sem equivalente na produção intelectual brasileira, destinado ao estudo de línguas indígenas e do bilinguismo, escrito, por sugestão da Professora Bruna Franchetto, pelo linguista e hoje professor titular da UFRJ, Marcus Antonio Resende Maia, pesquisador nas áreas de psicolinguística, teoria e análise linguística e línguas indígenas brasileiras.

Já fora da segunda etapa do Trilhas de Conhecimentos e sob o guarda-chuva de outro projeto, conseguiríamos (re)organizar em parceria com a Secad/MEC, ainda que em um quadro de forças bastante distinto em relação ao anterior, dois outros volumes da mesma série.[70] O primeiro deles (Garnelo; Pontes, 2012) intitula-se *Saúde indígena: uma introdução ao tema*, concebido e organizado por Luiza Garnelo e Ana Lucia Pontes (da Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fiocruz), também nesse caso contando com a participação de autores indígenas, fruto do extenso trabalho de formação de agentes indígenas de saúde desenvolvido pelas organizadoras. O sexto e último volume da série (Sousa; Almeida, 2013) denomina-se *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil*, organizado por Cassio Noronha Inglez de Sousa e Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, em conjunto com Maira Smith, os três ex-técnicos dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) do Ministério do Meio Ambiente, e com Guilherme Martins de Macedo, à época perito técnico da Agência de

da XXVIII RBA, em 2012, https://www.youtube.com/watch?v=Rcd4U4eozbw, e nos quadros da XXIX RBA em 2014, ver https://www.youtube.com/watch?v=FFndFI45gNo. Em http://www.ppgasmn-ufrj.com/joatildeo-pacheco-de-oliveira.html e em http://jpoantropologia.com.br/pt/ encontram-se páginas de João Pacheco de Oliveira e no Museu do Índio, ver http://www.museudoindio.gov.br/. Sobre o FBDH, ver http://www.fundodireitoshumanos.org.br/ (acessados em 07/09/2017). Sobre o Cafi/Coiab, ver Flores (2009). James Anaya foi posteriormente, sucedendo a Rodolfo Stavenhagen, relator das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas, de 2008 a 2014. Esteve e ainda está ligado ao Native Nations Institute da University of University of Arizona (http://igp.arizona.edu/people/james-anaya-jd; http://igp.arizona.edu/) e é *Dean* e Charles Inglis Thomson Professor da University of Colorado – Boulder (http://lawweb.colorado.edu/profiles/profile.jsp?id=729). Para sua página pessoal (relativamente desatualizada), ver http://jamesanaya.org/site/ (acessados em 07/09/2017).

70 Para algumas observações sobre as transformações nas ações governamentais para os povos indígenas e como eles as enfrentaram ao longo desse período, ver Souza Lima (2011) e Ricardo e Ricardo (2011, 2017). Sobre as políticas de educação indígena em particular, ver Paladino e Almeida (2012), Grupioni (2011, 2017) e Souza Lima (2016, 2017).

Cooperação Técnica Alemã (GIZ) para o Tratado de Cooperação Amazônica no tocante aos assuntos indígenas.[71]

Desde o início do PTC e até recentemente, desenvolvemos um conjunto de ações que podem ser classificadas como *advocacy* (no sentido que lhe é dado pela cooperação técnica e pela filantropia, isto é, de suporte público e ou recomendação de uma causa ou política) e disseminação de informações, e isso em diversas frentes e por diversas formas, procurando apresentar elementos para se pensar os problemas da formação de indígenas no ensino superior de diversos ângulos – sobretudo aquele da permanência e da inserção profissional futura dos estudantes. Fui a um sem-número de reuniões, seminários, eventos, nos quais estive presente debatendo ações afirmativas para os povos indígenas. No sentido de ter melhores e mais sensíveis instrumentos para esse tipo de atividades, contratamos a elaboração do vídeo (já mencionado) *Trilhas de conhecimentos*, com base na experiência dos estudantes indígenas do Mato Grosso do Sul e realizado com a participação dos estudantes. Seu material bruto lhes foi enviado para a confecção de filmes futuros.[72] Com esse mesmo objetivo de divulgação e fomento ao debate, desenvolvemos a partir de 2004 o site do projeto e estabelecemos e alimentamos uma lista de discussão eletrônica no Yahoo!, intitulada Educação Superior de Indígenas, que vem sendo bastante utilizada. Em projetos subsequentes, criamos uma página no Facebook, deno-

71 Sobre a ação da GIZ no tocante às terras e povos indígenas da Amazônia Legal, ver Lima (2003) e Valente (2007, 2010). Sobre essa importante carteira de projetos que foi o PDPI, ver http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/povos-ind%C3%ADgenas (acessado em 07/09/2017), assim como Sousa (2007) e Almeida, F. (2010). Cassio Inglez de Sousa, graduado em administração de empresas e mestre em Antropologia pela USP, sob orientação de Aracy Lopes da Silva, já atuara como docente no curso de especialização em gestão em etnodesenvolvimento realizado com a Ufam e hoje é consultor independente. Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, historiador, ex-estagiário do Peti, mestre pelo CPDA (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro /UFRRJ), tendo elaborado sua dissertação de mestrado entre os Ticuna, é hoje coordenador executivo da ONG Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) (http://www.ispn.org.br/ – acessado em 07/09/2017). Maira Smith é bióloga, mestre em Biologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB e integra a Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) da Fundação Nacional do Índio. Com Cassio, Fabio, Sondra Wentzel (GIZ) e Maria Helena Ortolan (Ufam), organizamos naquele mesmo período duas coletâneas, utilizando outros recursos, a partir de grupos de trabalho desenvolvidos em reuniões da Reunião Equatorial de Antropologia/Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (REA/Abanne) (Sousa et al., 2007, 2010).

72 Ver *Trilhas de conhecimento* (2007).

minada A Educação Superior de Indígenas e, em função disso, eu mesmo acabei criando um perfil nessa rede social de modo a poder geri-la.[73]

Ainda que o desenho da primeira etapa do PTC não contemplasse pesquisa e produção de conhecimento, conseguimos incluir algumas atividades dessa natureza, como uma bolsa para que Mariana Paladino concluísse sua tese de doutorado (Paladino, 2006) e mais uma coletânea organizada por essa mesma pesquisadora e por Stella García e publicada na Argentina, intitulada *Educación escolar indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina* (Paladino; García, 2007).[74]

Na segunda etapa do PTC (2007–2009), deixamos o desconfortável papel de "chave do cofre", ou seja, não mais recebemos recursos para fazer doações a outras universidades, papel esse que sempre julgamos inconveniente, por diversas razões, sobretudo pela parte operacional descrita anteriormente. Assim, apesar de mantermos o trabalho de assessoramento aos núcleos, o escritório da Fundação Ford passou a fazer diretamente as doações com recursos da PHEI, agora tendo Aurélio Vianna Jr. à frente das questões indígenas e dos povos tradicionais.[75] As novas doações ao Programa Rede de Saberes passariam a ser feitas desse modo. Ao Laced coube, portanto, manter um conjunto de ações que contribuíssem para

73 Ver em http://br.groups.yahoo.com/group/superiorindigena/ (acessado em 07/09/2017). As listas eletrônicas foram um instrumento de grande importância antes do advento das redes sociais, especialmente do Facebook. Hoje, a página nessa rede social passou a se chamar publicamente *LACED/Museu Nacional-UFRJ* mesmo que seu endereço ainda seja: https://www.facebook.com/AEducacaoSuperiorIndigena/ (acessado em 07/09/2017).

74 Mariana Paladino é, segundo texto por ela informado: "Licenciada em Antropologia pela Universidade Nacional de La Plata, Argentina (1998). Mestre em Antropologia Social (2001) e Doutora em Antropologia (2006) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professora Adjunta Dedicação Exclusiva na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, atuando na área de Antropologia e Educação. Integra o Grupo de Pesquisa Antropologia e Educação e o Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural da UFF. É também pesquisadora associada ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED), Departamento de Antropologia, Museu Nacional. Foi bolsista de Pós-doutorado Junior do CNPq (2007–2009). Tem experiência na área de Etnologia e Antropologia da Educação, com ênfase na educação escolar indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, interculturalidade, ações afirmativas, políticas indigenistas e relações interétnicas" (http://www.laboep.uff.br/quem-somos/professores/22-mariana-paladino – acessado em 07/09/2017). Das pessoas formadas sob minha orientação, Mariana Paladino foi sempre a que teve a discussão sobre educação escolar indígena como alvo principal de seus investimentos, acumulando atualmente muitos projetos e publicações.

75 As doações com recursos da PHEI feitas para negros estavam sob a responsabilidade de Denise Dora, então PO de Direitos Humanos no escritório da FF no Brasil. A esse respeito, ver Vianna Jr. (2015).

o preparo das universidades públicas e privadas no Brasil visando à melhoria de sua capacidade de promoção de políticas institucionais para o acesso, a permanência e o sucesso de indígenas em cursos de nível superior, por meio do treinamento de integrantes de seus quadros docentes e técnico-administrativos.

Deveríamos, ainda, colaborar para que as organizações indígenas se equipassem para o diálogo concernente às políticas governamentais e institucionais para o ensino superior de indígenas, de modo que se tornassem aptas a debater esses temas, com especial ênfase no reconhecimento dos conhecimentos tradicionais indígenas e em seu valor para a gestão de territórios de suas coletividades. Era ainda parte de nossas atribuições produzir reflexões críticas sobre o próprio PTC e de outras ações para o ensino superior de indígenas no Brasil, analisando e debatendo a conjuntura política nacional e as ações pertinentes para lhe fazer frente, visando colaborar para a produção de conhecimentos sobre as ações afirmativas para povos indígenas.

Para tanto, participantes da equipe produziram dissertações de mestrado (Almeida, N., 2008, 2013; Paulino, 2008, 2013, 2016) e uma tese de doutorado (Barroso-Hoffman, 2009, já mencionada na nota 38, cuja publicação integrou o projeto). Preparamos também três livros sobre a conjuntura e a experiência por nós levada a cabo, dos quais dois foram publicados (Souza Lima; Barroso, 2013a; Souza Lima; Paladino, 2012a) e um ainda se encontra pendente (Souza Lima; Barroso, 2017).

Ainda nessa segunda etapa (2007–2009), o PTC contribuiu para a estruturação e passou a atuar como assessor do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep), com o qual o Laced manteve uma parceria de trabalho. Pensado por Gersem Luciano Baniwa e outros indígenas para ser uma instituição de formação política indígena e produtora de intelectuais, o Cinep organizou cursos de formação política para lideranças indígenas que, registrados, nos permitiram produzir um conjunto de videoaulas, editadas e disponibilizadas on-line com recursos dos projetos subsequentes, para as quais produzimos um caderno de exercícios para trabalho à distância. O Cinep organizou publicações de trabalhos de pesquisadores indígenas e um primeiro Congresso Nacional de Estudantes Indígenas, realizado em 2009, em Brasília, em parceria com o PTC.[76]

76 Ver em http://laced.etc.br/site/acervo/video-aulas/o-estado-e-os-povos-indigenas-no-brasil/ (acessado em 07/09/2017).

Com o objetivo de transferir os conhecimentos que ajudáramos a produzir (em especial os contidos nos livros paradidáticos) e de formar os indígenas e não indígenas atuantes em postos de gestão na área de educação indígena - de certa forma retomando, portanto, as ideias que nos haviam motivado em 1999–2002 na implementação dos cursos de especialização - desenvolvemos um curso de aperfeiçoamento à distância, contando, para tanto, com os trabalhos de técnicos em educação à distância (EAD) da Fundação Getúlio Vargas Online (FGVOnline). Toda a preparação desse material nos ensinou muito não só sobre o EAD, mas também sobre a carga de preconceitos entranhados em profissionais altamente qualificados para algumas das atividades que precisávamos desenvolver. Acertamos ainda com André Lázaro que a Secad/MEC pagaria as turmas-piloto, para tanto descentralizando recursos para a UFRJ, numa operação rotineira à época, como forma de viabilizar inúmeras atividades para as quais o MEC não tinha a estrutura operacional necessária. Susana Guimarães, linguista e figura essencial na CGEEI/Secad/MEC, que assegurou a continuidade de trabalhos entre gestões, preparou o material referente à educação escolar indígena, em seu sentido conceitual e normativo, e participou conosco da seleção de candidatos para as quatro turmas de 30 alunos, num total de 120.

Veríamos, no entanto, o quanto essa decisão poderia se tornar complicada pela ação dos procuradores da Advocacia Geral da União (AGU) na UFRJ, que, após terem aceito a dispensa de licitação para a contratação da FGVOnline, com base na existência de notória experiência e de um convênio entre as duas instituições, voltaram atrás, afirmando que a escolha da referida instituição seria fruto de favorecimento indevido. Foi somente após a intervenção do reitor da UFRJ, à época, o Professor Aloisio Teixeira, que conseguimos, após alguns meses de idas e vindas, resolver o problema e viabilizar que a FGVOnline, que já havia preparado tecnicamente o curso, fosse também a base de sua execução.

Houve um hiato durante o qual pouco aconteceu no cenário governamental no sentido de fomento a novas ações no tocante à pauta da educação escolar indígena em geral. Esse hiato corresponde aos primeiros anos de governo de Dilma Rousseff e à reestruturação organizacional do MEC, no início de 2011, a partir da qual a Secretaria de Educação Especial foi extinta, e suas atribuições repassadas à Secad, que passaria a Secadi, sendo o "i" de inclusão, tarefa que seria privilegiada a partir de então.

Somente com a entrada da Professora Macaé Evaristo como secretária (2013–2014), a interlocução que nunca perdemos com a CGEEI foi retomada no âmbito da Secadi, o que foi possível pelo retorno do investimento em ações de educação para a diversidade.[77] Assim, em 2013, o curso de aperfeiçoamento à distância veio a ser incluído no catálogo temático da Secadi na Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica (Renafor), tornando-se de fato o protótipo de um tipo de curso para qualificação do magistério da educação escolar indígena que poderia vir a ser executado por outras universidades, ganhando com isso o título de Curso de Educação Escolar Indígena: Subsídios para a Gestão Etnoterritorializada.

Ele foi redimensionado para um curso de aperfeiçoamento de 180 horas integralmente à distância, destinado a gestores e docentes de educação escolar indígena de todo o território brasileiro, tendo sido oferecido no segundo semestre de 2014, a partir da área de educação à distância da UFRJ, sob a minha coordenação e a de Marcos Moreira Paulino. Foram oferecidas 240 vagas, que foram integralmente preenchidas, ainda que apenas 72 cursistas o tenham concluído. Tínhamos a intenção de oportunamente produzi-lo como um mestrado profissional e oferecê-lo possivelmente em rede. Nesse mesmo ano e período, com a coordenação pedagógica de Mariana Paladino e Kelly Russo, ambas integrantes do Laced e participantes de projetos subsequentes ao PTC, foi desenvolvido e oferecido através da Renafor um curso destinado à rede escolar do estado do Rio de Janeiro, intitulado Cultura e História dos Povos Indígenas, com subsídios ao cumprimento da lei nº 11.645, de caráter semipresencial.[78]

A colaboração com a Secadi/MEC, tendo à frente as Professoras Rita (Potiguara) Gomes Nascimento (como coordenadora da CGEEI) e Macaé Evaristo (como secretária), nesse período, ainda permitiu a realização de um seminário de avaliação do que havia sido feito em uma década de trabalhos de diversos segmentos engajados nas ações afirmativas para povos indígenas. O seminário intitulou-se Educação Superior de Indígenas: Balanços de uma Década e

77 Macaé Evaristo é atualmente secretária de Estado de Educação de Minas Gerais. Para um CV abreviado, ver https://www.educacao.mg.gov.br/ajuda/page/16910-curriculo-de-macae-maria-evaristo-dos-santos (acessado em 07/09/2017).

78 Para acesso a parte do material desse curso, ver: http://laced.etc.br/site/atividades/cursos/curso-de-gestao-etno-territorializada-da-educacao-escolar-indigena/ (acessado em 07/09/2017).

Subsídios para o Futuro e foi realizado em Brasília, de 25 a 26 de novembro de 2013. Durante o seminário discutiu-se, dentre muitos outros assuntos, algumas dificuldades na implantação, junto aos indígenas, do Programa Bolsa Permanência, já anteriormente referido. Ele gerou um relatório conclusivo que traz um balanço à luz de muitas vozes e coloca questões importantes para desenvolvimentos futuros, tendo sido distribuído a todos os participantes e a interessados e publicado em Souza Lima (2016). Da mesma forma, com base no material filmado das mesas do seminário, divulgaríamos o vídeo mencionado na nota 5.

Ainda nesse ano de 2013, realizamos nos dias 12 e 13 de novembro, em Brasília, em parceria com a ONG Instituto Internacional de Educação do Brasil, na qual o Professor Henyo Trindade Barreto Filho atuava como coordenador de programa, e com a Coordenação Geral de Gestão Ambiental da Funai, a oficina Desafios de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas/PNGATI: Processos Formativos em Gestão Territorial no Brasil, que também gerou um relatório, ainda por ser divulgado, e um vídeo.[79] Com esse trabalho, julgamos difundir os conteúdos básicos de uma formação genérica a que idealmente todos os indígenas que estivessem em universidades deveriam ter acesso, não importando o curso em que estivessem inscritos, já que espelham os direitos culturalmente diferenciados assegurados na Constituição de 1988 e, ao mesmo tempo, dão conta de modo relativamente crítico das políticas de governo pensadas *para* eles (e não necessariamente *com* eles). Publicamos, também, outros materiais de cunho didático em livro e em vídeo, dentre eles uma série que chamamos de "Videobiografias Indígenas", todos disponíveis na página do Laced.[80] Há, portanto, algum material ainda a ser finalizado por razões estritamente pessoais, o que acho que acabou por ser interessante ao permitir manter senão aquecida, ao menos sinalizada uma discussão que está longe de se encerrar.

79 Também disponível via o site do Laced. Além de Henyo Barreto Filho, amigo e colaborador desde sua passagem pelo Peti como estagiário, contamos ainda com a interlocução de Andreia Bavaresco (IEB), Cássio Noronha Inglez de Sousa (Comtexto Consultoria), Cloude Correia (IEB), Fábio Vaz Ribeiro de Almeida (ISPN), Guilherme Martins de Macedo (GIZ), Marcela Menezes (IEB) e João Guilherme Nunes Cruz (CGGAM-Funai) na elaboração e realização desse seminário.

80 Ver De Paula e Vianna (2011), Paladino e Almeida (2012), Collet, Paladino e Russo (2014) e Oliveira (2014). Para a série de videobiografias indígenas, ver http://laced.etc.br/site/acervo/videobiografias-indigenas/.

Algumas observações finais

Em 2004, quando realizamos o seminário Desafios para a Educação Superior dos Povos Indígenas no Brasil, Luis Otávio Pinheiro da Cunha, falando desde a Funai, estimou em 1300 o número de estudantes indígenas no ensino superior, frisando estarem esses majoritariamente inscritos em instituições privadas (Souza Lima; Barroso-Hoffmann, 2007, p. 85). Em dados do censo da educação superior do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para 2015, eram então 32.147 indígenas matriculados, sendo 9810 em instituições públicas (7392 em instituições federais, 2268 em instituições estaduais, 150 em instituições municipais) e 22.337 em instituições privadas (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016). Problemas de notificação à parte, os números de certo modo espelham o padrão de expansão mais geral de crescimento das matrículas ao longo dos anos: se o ensino público federal cresceu, cresceu ainda mais substancialmente o ensino privado.

Por mais que esses dados sejam passíveis de crítica (sempre o são), eles são indicativos das grandes transformações na vida social dos povos indígenas nas mais variadas regiões do país. E essa observação não é de cunho valorativo, nem tampouco absoluto. Trata-se de uma constatação. O fato é que as políticas de governo chegaram às aldeias como nunca antes. Do mesmo modo, e de maneira bastante distinta daquela dos grandes processos de expansão nos quais impera a construção de grandes obras de infraestrutura, como as típicas dos anos 1970–1980 (também presentes, mas não tendo sido o centro do desenvolvimentismo dos últimos anos), a expansão do agronegócio sobre as terras indígenas se fez inapelável. Apesar de a situação fundiária indígena ter sido definida em parte considerável da Amazônia, em muitas regiões do país, as terras indígenas estão avassaladas e a violência sob muitas formas é parte de seu cotidiano. Um tempo em que as roças foram deixadas pelo miojo e em que o diabetes cresceu pelo Brasil indígena afora. Foi num cenário de desenvolvimentismo facultado por um ciclo expansivo da exportação de commodities, durante os governos petistas, nos quais as políticas para a diversidade foram de muito difícil desenvolvimento, que se generalizaram para o bem ou para o mal, também para os indígenas, as políticas de combate à pobreza e de universalização da educação, inclusive de acesso à universidade, com a implantação das

ações afirmativas, sobretudo pela via das cotas, mas também do Prouni – Programa Universidade para Todos.[81]

No livro de sua tese de doutorado, sobre a educação entre os povos do Alto Rio Negro, Gersem Luciano (Luciano-Baniwa, 2013) destaca como a educação se tornou um objeto de desejo e interesse, situação que cremos ser muito mais geral e conectada às grandes transformações nos modos de vida mais próximos aos de campesinatos indígenas.[82] As cidades e a escola como via de acesso a posições nesse mundo hegemonizado pelo urbano assumiram e parecem continuar assumindo uma importância significativa na vida de muitos povos indígenas. O assalariamento é uma realidade para muitos, tanto quanto a ausência das muito reivindicadas e prometidas políticas para a sustentabilidade.

Foi tendo em vista parte dessas transformações, muitas das quais se acirraram nesses anos, tanto quanto o fato de que a terra é um valor entre indígenas para além das possibilidades de sua exploração econômica, que concebemos as ações do Trilhas de Conhecimentos e de seus desdobramentos. De meu ponto de vista individual, eu acreditava e ainda acredito que estávamos contribuindo, dentro daquilo que os próprios indígenas solicitavam, para avançar na quebra do padrão tutelar de governo dos povos indígenas, sobre o qual meu trabalho como pesquisador foi centrado. Procuramos nos pautar pelo diálogo com os próprios indígenas e, depois, com gestores federais da área de educação, bem como com docentes universitários – em larga medida sobretudo com a rede de colegas antropólogos com quem mantemos interlocução, e por isso nada do que eu particularmente fiz pode ser desentranhado da minha participação na Associação Brasileira de Antropologia em diferentes posições, ainda que as escolhas pelas atividades (quando foi possível fazê-las) numa e noutra direção tenham razões distintas.

Nossos esforços não foram os únicos.[83] Nem foram pensados para ocupar uma posição hegemônica. Procuramos menos que falar (somente) sobre, *agir*

81 O Prouni "é o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior". Ver em http://siteprouni.mec.gov.br/ (acessado em 07/09/2017).

82 Ver também Amado (2016).

83 Para grupos de universitários trabalhando as relações entre universidades e comunidades indígenas, ver Russo (2016).

para as ações afirmativas para os povos indígenas. Sem dúvida, isso abre mais espaços a críticas, o que é saudável e produtivo. Mas também gera possibilidades de apagamento e apropriação não declarada. Alguns diálogos foram fundamentais, tendo sido mencionados ao longo do texto. Mas haveria muito o que indagar, por exemplo, quando sabemos que hoje se estimam em cerca de 5 mil os estudantes de comunidades quilombolas, ao ponto de, segundo comunicação pessoal de Aurélio Vianna Jr., a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Negras Quilombolas (Conaq), vir se organizando para fazer frente a essa demanda e, de modo análogo, muitas universidades e institutos federais de tecnologia, sendo que, em larga medida, os primeiros caminhos nessa direção foram trilhados pelos e para os indígenas.

Considero, pois, que realizamos uma leitura do cenário mais geral do período pós-constitucional, à luz da investigação concernente à relação sobre as formas de movimentação política dos indígenas, sobre as ações de Estado nas políticas indigenistas e, de modo mais geral, nas políticas indigenistas. Afinal, estive todo o tempo envolvido com pesquisas de outros colegas e estudantes sobre questões muito distintas das indígenas, mas percebendo confluências e refrações. E, nesses termos, de certo modo nossas atividades teriam sido muito distintas se fôssemos pesquisadores ligados ao estudo da educação superior, preocupados em reformá-la per se, focados na obsedante e turva ideia de educação intercultural. No entanto, como Vianna Jr. bem sinaliza em seu texto aqui citado, as razões de nossa escolha pela FF foram outras, ainda que isto tenha nos custado sermos os "estranhos no ninho" dos Pathways latino-americanos e que tenhamos tido de explicar que, no caso brasileiro, a ação federal e o engajamento de movimentos indígenas eram itens essenciais. Para casos como o peruano, falar em movimentos indígenas significava trazer de volta a sombra da guerrilha.

Para desenvolver tais ações, foi preciso aprender a trabalhar em múltiplas escalas, como a internacional, por força do financiamento da FF (ou por conta da intensa importação dos contextos latino-americanos de ideais da interculturalidade no ensino superior). Mas privilegiamos o corte nacional, no qual as ações de governo são usualmente concebidas, até mesmo na tentativa de sinalizar como elas podem ser generalizantes, ainda que dentro das especificidades das situações indígenas. Por conta do acompanhamento dos núcleos, precisávamos entender o que se passava na escala regional, na qual se situam as instituições de educação superior e algumas das formas de organização indígenas

com que lidamos. Por fim, tivemos de lidar com as características singulares e "locais" de muitas instituições, pois era ao âmbito institucional que boa parte de nosso trabalho se dirigia.

Parte substancial de nossas atividades foi estabelecer ou reforçar redes que não existiam, não necessariamente reivindicando uma posição central ou dominante. Do mesmo modo, procuramos reunir e produzir conhecimentos, divulgando-os, e preparar pesquisadores. Para tanto, produzimos seminários (também e sobretudo momentos de articulação política inclusive), vídeos, livros, teses e dissertações. Se isso é parte corriqueira de nossas atividades de trabalho como docentes em universidades federais, creio que diversas outras estavam fora desses eixos mais usuais e acabam sendo, na vida acadêmica, subsumidas e sub-representadas na ideia de extensão. Todo o difícil e penoso trabalho de indução à demanda e depois de acompanhamento dos núcleos, sendo vistos como "donos do dinheiro", "chave do cofre" (o que não fomos de fato em momento algum, ainda que nossas possibilidades de escolha tenham sido grandes e respeitadas, muitas vezes à custa de muita discussão, pela FF) e, ainda por cima, "do Museu Nacional", com toda a carga ambígua que esse pertencimento projeta, com as clivagens que comporta e as usuais manipulações a partir desta posição, implicaram muita energia e trouxeram muito desgaste.

Essa dimensão do trabalho nos leva à intensa atividade de gestão que, sem dúvida, se beneficiou do fato de minha vida profissional ter sido marcada pelo trabalho em equipe e pela função nem sempre simpática ou agradável de "gestor" em muitas dessas atividades. Se criar as condições sociais e institucionais dos trabalhos em que estive envolvido foi uma atividade comum em minha trajetória, esse tipo de intervenção me colocou desafios e a necessidade de um aprendizado que me retirou quaisquer fantasias – se algum dia as tive – sobre o "enorme poder" que certos gestores governamentais poderiam ter. Mais do que nunca, e negociando ações em planos muito diversos, pude ver como a malha da administração pública no Brasil é complexa e como a legislação fiscal e tributária produz os desvios ou inviabiliza a vida administrativa cotidiana.

Por outro lado, talvez exatamente a minha formação, inclusive no plano profissional, dentro do Museu Nacional (e não meramente no PPGAS), e o conhecimento de sua história, tenham me levado a perceber muito do que se poderia recobrir com a categoria ampla e imprecisa de "ação política" como

parte do meu fazer e de minhas obrigações.[84] Eu sempre penso que, à similitude de outras instituições científicas existentes no Brasil, independentemente do fato de terem ou não cursos de graduação (além das funções de guarda, curadoria e exposição de coleções científicas), o Museu Nacional guarda a preocupação de intervir na vida pública a partir do ponto de vista da ciência.

Para esse trabalho, a interlocução com alguns companheiros de trajetória foi essencial. Dentro do projeto, foi indiscutivelmente com Maria Macedo Barroso com quem mais trabalhei e refleti em conjunto. Com Aurélio Vianna Jr., portador de amplo conhecimento sobre as realidades indígenas, quilombolas e dos povos tradicionais, pude aos poucos ir aprendendo sobre as múltiplas dimensões, até então para nós nada transparentes, dos bastidores da FF (em especial da PHEI). Sem sua mediação e capacidade de tradução para todos os mundos envolvidos nas ações sob sua responsabilidade, teria sido impossível levar adiante nossas atividades (para dizer o mínimo). Afinal, como *grantee* da FF desde 1985, vi muitas FFs ao longo do tempo, o que nem todos os POs podem observar no período de trabalho em geral restrito a dois contratos de três anos cada. Foi preciso aprender a ver a mudança, por força das atribuições que durante esse período desempenhamos. Tampouco poderíamos prescindir dos debates com os integrantes do comitê assessor, em especial com Fulvia Rosemberg, Gersem Luciano Baniwa, Maninha Xukuru e Beatriz Heredia, assim como, sem a interlocução fundamental com o amigo Antonio Brand, não nos teria sido possível realizar o pouco que conseguimos, diante do tamanho e da complexidade das tarefas pendentes.

84 Entrei como aluno do PPGAS/Museu Nacional em março de 1980, mas já em 1985, por conta do Peti, eu trabalhava diariamente no Museu Nacional, embora ainda ministrasse aulas em universidades particulares. Em 1986, deixei todas as atividades didáticas e centrei-me na pesquisa (que sempre foi meu maior objetivo). Em julho de 1987, obtive, por indicação de Beatriz Heredia, um contrato de técnico em antropologia na UFRJ, que depois seria transferido para o Museu Nacional. Em 1988, fiz concurso para professor assistente de Etnologia juntamente com Berta Ribeiro, que ficaria em mais que merecido e óbvio primeiro lugar, e com Bruna Franchetto que, naquele mesmo ano, entrou para o Departamento de Linguística da Faculdade de Letras/UFRJ, tendo sido posteriormente transferida para o Setor de Linguística do Museu Nacional. Em dezembro de 1989, pela eventualidade de vacâncias por morte e aposentadoria no Setor de Etnologia, fui contratado como docente. Para um breve relato institucional da ação do Museu Nacional na educação científica de modo mais abrangente e para as ações de personagens históricos de grande importância na vida pública brasileira, como Edgard Roquete-Pinto, ver, por exemplo: https://saemuseunacional.wordpress.com/a-sae/ (acessado em 07/09/2017). Para um denso trabalho sobre tal dimensão do papel do Museu Nacional "na formação [científica] das almas" (para tomar emprestada a expressão de José Murilo de Carvalho), ver Sily (2012).

Hoje seria de todo impossível realizar a maior parte das atividades que desenvolvemos, em especial as de incentivo à demanda, mas não só. Também muitas das ações corriqueiras que levamos a cabo, em projetos posteriores, seriam no mínimo retardadas ou obstaculizadas (passamos por isso com um projeto nesse momento) pelo simples fato de que a judicialização e a criminalização das ações no âmbito também das universidades e das fundações universitárias chegaram a um tal ponto que os setores jurídicos das fundações e os procuradores da AGU lotados nas universidades hesitam ou simplesmente travam os mais elementares processos. Muitas responsabilidades que os pesquisadores – os mais interessados em não haver desvios ou gastos indevidos – não deveriam desempenhar lhes são transferidas. Estamos definitivamente em outra conjuntura, não apenas da vida brasileira, mas também da história da Fundação Ford e do cenário estadunidense em que ela se enraíza e sustenta. Há muito por ser dito e ser feito à luz desse novo e desalentador momento.

Referências

AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. *Rede de saberes*: políticas de ação afirmativa no ensino superior para indígenas no Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: Flacso/GEA: UERJ/LPP, 2013. (Coleção Estudos Afirmativos, v. 1).

AGUILERA URQUIZA, A. H. et al. Rede de saberes: o cotidiano de uma experiência de interculturalidade na universidade. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *O Projeto Trilhas de Conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil*: uma experiência de fomento a ações afirmativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. No prelo.

AINDA há racismo no Brasil, diz Fernando Henrique Cardoso. *Folha de S. Paulo*, 21 nov. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42675.shtml>. Acesso em: 7 set. 2017.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV: ABA, 2002. p. 43-81.

ALMEIDA, F. V. R. de. O índio sabe, o índio faz: os dilemas da participação indígena nas políticas públicas. In: SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento, II. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Laced, 2010. p. 177-185. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/11-Povos-II.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

ALMEIDA, N. P. *Diversidade na universidade*: o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, N. P. O Programa Diversidade na Universidade e as ações afirmativas para o acesso de negros e indígenas ao ensino superior. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 163-194. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

ALMEIDA, N. P. *Entre a tutela e a autonomia*: a atuação da Funai na promoção do acesso e da permanência de indígenas no ensino superior. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA FILHO, N. *Universidade nova*: textos críticos e esperançosos. Salvador: EdUFBA, 2007.

AMADO, S. E. *O ensino superior para os povos indígenas de Mato Grosso do Sul*: desafios, superação e profissionalização. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AMARAL, W. R. do. *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná*: sujeitos e pertencimentos. 2010. Tese (Doutorado em Educação)–Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

AMARAL, W. R. do; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. *Universidade para indígenas*: a experiência do Paraná. Rio de Janeiro: Flacso/GEA; UERJ/LPP, 2016. (Coleção Estudos Afirmativos, v. 8).

ARAÚJO, A. V. et al. *Povos indígenas e a lei dos "brancos"*: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006. (Série Vias dos Saberes, 3; Coleção Educação Para Todos, 14). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/ColET14_Vias03WEB.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

BANIWA, G. Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 18-21, jan. 2013.

BARNES, E. V. Do Diversidade ao Prolind: reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas. In: SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento, II. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Laced, 2010. p. 63-73. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/05-Povos-II.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

BARROSO, M. M. Da formação de professores à presença indígenas nos cursos universais: o "Trilhas" e a superação da tutela pelo ensino superior. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 79-107. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

BARROSO-HOFFMANN, M. *Fronteiras étnicas, fronteiras de estado e imaginação da nação*: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BASES para uma nova Política Indigenista. Produção, direção e edição: Bruno Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2000. Vídeo documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jqcdgtTAOH8>. Acesso em: 7 set. 2017.

BELTRÃO, J. F. Formação jurídica e povos indígenas: desafios para uma educação superior. Relatório do seminário realizado em Belém, Pará, 21 a 23 de março de 2007. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *O Projeto Trilhas de Conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil*: uma experiência de fomento a ações afirmativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. No prelo.

BERGAMASCHI, M. A. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. Pelotas (RS), 15 de maio de 2012, durante o II Fórum Internacional da Temática Indígena. *História Hoje*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 127-148, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/44/34>. Acesso em: 7 set. 2017.

BEVILAQUA, C. B. Entre o previsível e o contingente: etnografia do processo de decisão sobre uma política de ação afirmativa. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 167-225, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v48n1/a05v48n1.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

BONDIM, R. G. Acesso e permanência de índios em cursos de nível superior. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Ed.). *Povos indígenas no Brasil*: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 161-162.

BONDIM, R. G. Propostas feitas pela SESU/MEC no seminário Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: políticas públicas de Ação Afirmativa e Direitos Culturais Diferenciados. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (Org.). *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil*: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. Publicação do material referente ao seminário realizado em agosto de 2004. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ/Laced, 2007. p. 87-90. Relatório técnico publicado. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/Desafios.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

BONDIM, R. G. Educação superior de indígenas: de que estamos falando?. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 119-132. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRAGA, M. L. de S.; SILVEIRA, M. H. V. da (Org.). *O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007. (Coleção Educação Para Todos, 29).

BRANDÃO, A. A. (Org.). *Cotas raciais no Brasil*: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A: LPP/UERJ, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002*. Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10558.htm>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Edital de convocação nº 5, de 29 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 124, 30 jun. 2005. Seção 3, p. 49-50. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=49&data=30/06/2005>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Edital de convocação nº 3, de 24 de junho de 2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 121, 26 jun. 2008. Seção 3, p. 39-41. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=26/06/2008>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Edital de convocação nº 8, de 27 de abril de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 79, 28 abr. 2009. Seção 3, p. 47-49. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=47&data=28/04/2009>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 90, 13 maio 2013a. Seção 2, p. 12-14. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13102-port389-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Edital de convocação nº 2, de 27 de agosto de 2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 167, 29 ago. 2013b. Seção 3, p. 81-84. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=81&data=29/08/2013>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 52, de 24 de janeiro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 18, 27 jan. 2014a. Seção 2, p. 10. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=10&data=27/01/2014>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 7 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ministério da Educação desenvolve políticas e ações voltadas para povos indígenas*. 18 abr. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47581:dia-do-indio&catid=206>. Acesso em: 7 set. 2017.

BROOKE, N. O escritório da Fundação Ford no Brasil, 1962-2002. Um apanhado histórico. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (Org.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*: uma parceria para a mudança social (The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: a partnership for social change). São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002. p. 13-53.

BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (Org.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*: uma parceria para a mudança social (The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: a partnership for social change). São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002.

CAMPOS, M. M. Da formação de professores à reforma da educação. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (Org.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*: uma parceria para a mudança social (The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: a partnership for social change). São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002. p. 97-127.

CAMPOS, M. M. et al. Fulvia Rosemberg (1942-2014). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 760-775, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a14v44n153.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

CANÊDO, L. B. Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes: le cas de la science politique. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les saviors*, Paris, hors-série, n. 2, p. 33-55, 2009. Disponível em: <http://cres.revues.org/670>. Acesso em: 7 set. 2017.

CANÊDO, L. B. *L'importation et l'exportation de stratégies de construction de savoirs et d'élites d'Etat: la Fondation Ford au Brésil*. 2014. Disponível em: <https://leticiabcanedo.wordpress.com/2014/06/23/limportation-et-lexportation-de-strategies-de-construction-de-savoirs-et-delites-detat-la-fondation-ford-au-bresil/>. Acesso em: 7 set. 2017.

CANÊDO, L. B.; GARCIA JR., A. R. La formation à la recherche au Brésil et la concurrence mondialisée des agences de coopération scientifique. In: LECLERC-OLIVE, M.; SCARFO GHELLAR, G.; WAGNER, A.-C. (Dir.). *Les mondes universitaires face au marché*: circulation des savoirs et pratiques des acteurs. Paris: Karthala, 2011. p. 351-365.

CAROSO, C.; LOSADA, R. Desafios para uma educação superior para os Povos Indígenas no Brasil. Relatório do seminário realizado em Porto Seguro, Bahia, 16 a 19 de maio de 2007. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *O Projeto Trilhas de Conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil*: uma experiência de fomento a ações afirmativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. No prelo.

CASTILLO SALAZAR, A. PAEIIES: um programa de atención a jóvenes indígenas em universidades convencionales mexicanas. In: SOUZA LIMA, A. C. de; PALADINO, M. (Org.). *Caminos hacia la educación superior*: los Programas Pathways de la Fundación Ford para Pueblos indígenas em México, Peru Brasil y Chile. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 29-42. (Abrindo Trilhas, 1). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/CaminosHaciaLaEducacionSuperior.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. *Quebrando preconceitos*: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Laced, 2014. (Série Traçados, v. 3). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/Quebrando_preconceitos.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

CORDEIRO, M. J. de J. A. Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS: primeiras análises. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). *Cotas raciais no Brasil*: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A: LPP/UERJ, 2007. p. 87-114.

CORDEIRO, M. J. de J. A. Negros e indígenas cotistas da UEMS: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão do curso. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 241-271. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

CUNHA, L. O. P. da. Participação na mesa: "Rumo ao Ensino Superior – o que houve, o que há e o que se espera que exista". In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (Org.). *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil*: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. Publicação do material referente ao seminário realizado em agosto de 2004. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ/Laced, 2007. p. 99-101. Relatório técnico publicado. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/Desafios.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

DE PAULA, L. R. de; VIANNA, F. L. de B. *Mapeando políticas públicas para povos indígenas*: guia de ações federais. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Laced/Museu Nacional/UFRJ, 2011. (Série Traçados, v. 1). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/mapeando.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

DIDOU AUPETIT, S. (Coord.). *Los programas de educación superior indígena en América Latina y en México*: componentes tradicionales y emergentes. México: Unesco-Iesalc: Conalmex: OBSMAC, 2014.

DIDOU AUPETIT, S.; GÉRARD, E. (Ed.). *Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas*: perspectivas latino-americanas. México: Iesalc: Cinvestav: IRD, 2009.

DIDOU AUPETIT, S.; REMEDI ALLIONE, E. *Programa de atención a estudiantes indígenas en educación superior en América Central*: los sellos institucionales. México: Cinvestav: IPN: Juan Pablos, 2010.

EDUCAÇÃO superior de indígenas no Brasil: balanços de uma década e subsídios para o futuro. Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional-UFRJ, 2015. Vídeo documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bUz5bBMH-Lc&feature=youtu.be>. Acesso em: 7 set. 2017.

FARIA, L.; COSTA, M. C. da. Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 159-191, 2006.

FERNANDES, M. L.; CARVALHO, F. A. de; REPETTO, M. Desafios da formação superior indígena: o Programa E'ma Pia de Acesso e Permanência de Indígenas no Ensino Superior, Insikiran/UFRR. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *O Projeto Trilhas de Conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil*: uma experiência de fomento a ações afirmativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. No prelo.

FIALHO, M. H. S. S.; MENEZES, G. H.; RAMOS, A. R. O ensino superior e os povos indígenas; a contribuição da Funai para a constituição de políticas públicas. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 109-118. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

FLORES, L. Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI). Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). In: MATO, D. (Coord.). *Instituciones interculturales de educación superior en América Latina*: procesos de construcción: logros, innovaciones y desafíos. Caracas: IESALC-UNESCO, 2009. p. 103-121. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001856/185698s.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

FRANCHETTO, B. Sobre discursos e práticas na educação escolar indígena. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Estado e povos indígenas*: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Laced, 2002. p. 95-99. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/estado-e-povos-indigenas-ii/>. Acesso em: 7 set. 2017.

FREITAS, A. E. de C. *Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil*: povos indígenas e os novos contornos do programa de educação tutorial/conexões de saberes. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. (Abrindo Trilhas, 4).

GARNELO, L.; PONTES, A. L. (Org.). *Saúde indígena*: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. (Série Vias dos Saberes, 5; Coleção Educação para Todos, 38). Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/ColET15_Vias05WEB.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

GONZÁLEZ PLITT, M. E.; GONZÁLEZ GÓMEZ, Y. Inequidad educativa em estudiantes indígenas de Chile: el caso de los Mapuche. In: SOUZA LIMA, A. C. de; PALADINO, M. (Org.). *Caminos hacia la educación superior*: los Programas Pathways de la Fundación Ford para Pueblos indígenas em México, Peru Brasil y Chile. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 161-187. (Abrindo Trilhas, 1). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/CaminosHaciaLaEducacionSuperior.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

GOULART, A. C. *Experimentar, contestar e refazer-se*: caminhos de sonhos e enfrentamentos percorridos por acadêmicos Kaingang e Guarani na Universidade Estadual de Londrina – PR. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GRUPIONI, L. D. B. Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, v. 20, n. 76, p. 13-18, fev. 2003.

GRUPIONI, L. D. B. Impasses marcam a execução de políticas de educação. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). *Povos indígenas no Brasil*: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 102-108.

GRUPIONI, L. D. B. Que educação diferenciada é essa?. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). *Povos indígenas no Brasil*: 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. p. 111-113.

GUIMARÃES, S. G. A diversidade sociocultural nas políticas públicas educacionais. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 195-205. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. *Textos para Discussão*, Rio de Janeiro, n. 807, 2001.

INFORME de la Conferencia Mundial contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia. Durban, 2001. Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/noticias/9/26089/InformeDurban.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística da educação superior 2015*. Brasília, 2016. planilha 1.10. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2015.zip>. Acesso em: 7 set. 2017.

JAUMONT, F. *Strategic philanthropy, organizational legitimacy, and the development of higher education in Africa*: the partnership for higher education in Africa (2000-2010). 2014. PhD Thesis. New York University, New York, 2014.

JUNGES, M. Antonio Brand (1950-2012). *IHU*, n. 398, 13 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4559-antonio-brand-(1950-2012)>. Acesso em: 7 set. 2017.

KANT DE LIMA, R. Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 6, n. 3, p. 549-580, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ineac.uff.br/sites/default/files/library/files/artigo_kant_revista_dilemas_0.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

LIMA, L. M. Cooperação e parceria no contexto de um projeto piloto: a experiência do PPTAL. In: SOUZA LIMA, A. C. de. *Gestar e gerir*: para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Nuap: Relume-Dumará, 2003. p. 147-198. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/gestar-e-gerir/>. Acesso em: 7 set. 2017.

LUCIANO-BANIWA, G. dos S. *O índio brasileiro*: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Laced/Museu Nacional, 2006. (Série Vias dos Saberes, 1; Coleção Educação Para Todos, 12). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/ColET12_Vias01WEB.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

LUCIANO-BANIWA, G. J. dos S. *Educação para o manejo do mundo*: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa: Laced, 2013.

MAIA, M. *Manual de lingüística*: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Laced/Museu Nacional, 2006. (Série Vias dos Saberes, 4; Coleção Educação Para Todos, 15). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/trilhas/livros/arquivos/ColET15_Vias04WEB.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

MATOS, K. G. e. Educação escolar indígena. In: POLÍTICAS de qualidade na educação: um balanço institucional. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002. p. 235-283.

MATOS, K. G. e. Ensino superior e povos indígenas. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 207-239. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

MICELI, S. (Org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1993.

MICELI, S. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p. 341-395.

MUITA terra para pouco índio?. Direção: Bruno Pacheco de Oliveira. Produção executiva: Antonio Carlos de Souza Lima. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia: Laced/Museu Nacional-UFRJ, 2002. Vídeo documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wAh2nokq-iM>. Acesso em: 7 set. 2017.

OLIVEIRA, A. da C.; BELTRÃO, J. F. (Org.). *Etnodesenvolvimento e universidade*: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais. Belém: Santa Cruz, 2015.

OLIVEIRA, B. P. de. *Mídia índio(s)*: comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação. Rio de Janeiro: Contra Capa: Laced, 2014. (Série Traçados, 4). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/Midia_indios.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

OLIVEIRA, B. P. de. *Quebra a cabaça e espalha a semente*: desafios para um protagonismo indígena. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/quebra_cabaca.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Terras Indígenas no Brasil: uma avaliação preliminar de seu reconhecimento preliminar e outras destinações sobrepostas. In: TERRAS Indígenas no Brasil. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação; Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987. p. 7-32. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/TERRASI1.PDF>. Acesso em: 7 set. 2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. *Indigenismo e territorialização*: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. O ofício do etnógrafo e a responsabilidade social do cientista. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. *Ensaios de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 211-263.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. *A viagem da volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Sem a tutela, uma nova moldura de nação. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008. p. 251-275.

PACHECO DE OLIVEIRA, J.; ROCHA FREIRE, C. A. da. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2006. (Série Vias dos Saberes, 2; Coleção Educação Para Todos, 13). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/ColET13_Vias02WEB.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

PALADINO, M. *Estudar e experimentar na cidade*: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre 'Jovens' indígenas Ticuna, Amazonas. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/391.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

PALADINO, M.; ALMEIDA, N. P. *Entre a diversidade e a desigualdade*: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Laced/Museu Nacional/UFRJ, 2012. (Série Traçados, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/Laced_Entre%20a%20diversidade%20e%20a%20desigualdade.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

PALADINO, M.; GARCÍA, S. (Org.). *Educación escolar indígena*: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.

PAULINO, M. M. *Povos indígenas e ações afirmativas o caso do Paraná*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PAULINO, M. M. Ações afirmativas para indígenas no Paraná. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 273-306. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

PAULINO, M. M. Mais de uma década da primeira política de ação afirmativa para povos indígenas: novos elementos para debate. In: SOUZA LIMA, A. C. de (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil*: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 123-149. (Abrindo Trilhas, 5). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LEDSUPIND001.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

PERIA, M. E. *Ação afirmativa*: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PISA ligeiro. Direção: Bruno Pacheco de Oliveira. Produção e roteiro: João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional-UFRJ, 2004. Vídeo documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FseTLA9D4jg>. Acesso em: 7 set. 2017.

RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). *Povos indígenas no Brasil*: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). *Povos indígenas no Brasil*: 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

ROCHA, E. S. S. Contribuições da Fundação Ford à formação e consolidação de campos científicos no Brasil. *InCID*: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 93-117, set. 2016/fev. 2017.

ROSEMBERG, F. *Ação afirmativa na pós-graduação*: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC/SEP, 2013.

ROSEMBERG, F.; ANDRADE, L. F. Indígenas no Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford e os aportes do Trilhas de Conhecimentos. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 133-162. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

RUSSO, K. O Observatório da Educação Escolar Indígena e a relação entre universidades e comunidades indígenas no desenvolvimento da educação intercultural: uma análise a partir do Edital 01/2009 Capes/Secadi/Inep. In: SOUZA LIMA, A. C. de (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil*: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 63-93. (Abrindo Trilhas, 5). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LEDSUPIND001.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SEMINÁRIO Bases para uma Nova Política Indigenista. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. Relatório. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/RelFinal2.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SILVA, M. A. da. Entrevista com Antonio Jacó Brand. *Tellus*, Campo Grande, ano 12, n. 23, p. 179-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/267/167>. Acesso em: 7 set. 2017.

SILVA, R. H. D. da. O Estado brasileiro e a educação (escolar) indígena: um olhar sobre o plano nacional de educação. *Tellus*, Campo Grande, ano 2, n. 2, p. 123-136, abr. 2002. Disponível em: <http://tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/15/25>. Acesso em: 7 set. 2017.

SILY, P. R. M. *Casa da ciência, casa da educação*: ações educativas do Museu Nacional (1818-1835). 2012. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUSA, C. N. I. de.Projetos indígenas focados em atividades econômicas: panorama geral da experiência do PDPI. In: SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. p. 37-64. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/povos-indigenas/>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUSA, C. N. I. de; ALMEIDA, F. V. R. de (Org.). *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão: Unesco, 2013. (Série Vias dos Saberes, 6; Coleção Educação para Todos, 39). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/ViaDosSaberes_Gestao.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/povos-indigenas/>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento, II. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Laced, 2010. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/povos-indigenas-ii/>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA, H. C. de. *Educação superior para indígenas no Brasil (mapeamento provisório)*. Tangará da Serra: Unemat: IESALC, 2003.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA LIMA, A. C. de. Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Estado e povos indígenas*: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Laced, 2002. p. 83-94. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/estado-e-povos-indigenas-ii/>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de. Educação superior de indígenas no Brasil – sobre cotas e algo mais. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). *Cotas raciais no Brasil*: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A: LPP/UERJ, 2007. p. 253-279.

SOUZA LIMA, A. C. de. Trilhas de conhecimentos: o ensino superior de indígenas no Brasil: uma experiência de fomento a ações afirmativas de Roraima. In: MATO, D. (Coord.). *Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior*. Caracas: IESALC–UNESCO, 2008. p. 167-176. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/images/stories/brasil.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a "organizados"?. In: SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento, II. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Laced, 2010. p. 15-50. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/03-Povos-II.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de. A participação indígena no contexto dos governos Lula. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). *Povos indígenas no Brasil*: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 91-98.

SOUZA LIMA, A. C. de. Indígenas e ações afirmativas: as cotas bastam?. *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano*, Rio de Janeiro, v. 31, out. 2012, p. 22-23.

SOUZA LIMA, A. C. de. Cenários da educação Superior de indígenas no Brasil, 2004-2008: as bases e diálogos do Projeto Trilhas de Conhecimento. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 15-44. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil*: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. (Abrindo Trilhas, 5). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LEDSUPIND001.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de. Povos indígenas na universidade: avanços e desafios. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). *Povos indígenas no Brasil*: 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. p. 114-117.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013a. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. A presença indígena na construção de uma educação superior universal, diferenciada e de qualidade. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil*: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro: E-papers, 2013b. p. 45-77. (Abrindo Trilhas, 2). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO, M. M. (Org.). *O Projeto Trilhas de Conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil*: uma experiência de fomento a ações afirmativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. No prelo.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Além da tutela*: bases para uma nova política indigenista, III. Rio de Janeiro: Contra Capa: Laced, 2002a. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/alem-da-tutela-iii/>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Laced, 2002b. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/etnodesenvolvimento-e-polit/>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Estado e povos indígenas*: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Laced, 2002c. p. 83-94. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/estado-e-povos-indigenas-ii/>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (Org.). *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil*: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. Publicação do material referente ao seminário realizado em agosto de 2004. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ/Laced, 2007. Relatório técnico publicado. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/Desafios.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de; PALADINO, M. (Org.). *Caminos hacia la educación superior*: los Programas Pathways de la Fundación Ford para Pueblos indígenas em México, Peru Brasil y Chile. Rio de Janeiro: E-papers, 2012a. (Abrindo Trilhas, 1). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/CaminosHaciaLaEducacionSuperior.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de; PALADINO, M. De sendas y caminos. Repensando experiencias de educación superior de indígenas en países de América Latina. In: SOUZA LIMA, A. C. de; PALADINO, M. (Org.). *Caminos hacia la educación superior*: los Programas Pathways de la Fundación Ford para Pueblos indígenas em México, Peru Brasil y Chile. Rio de Janeiro: E-papers, 2012b. p. 10-28. (Abrindo Trilhas, 1). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/CaminosHaciaLaEducacionSuperior.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. de et al. A administração pública e os povos indígenas. In: FALEIROS, V. de P. et al. (Org.). *A era FHC e o governo Lula*: transição?. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004. p. 293-326.

TRILHAS de conhecimento. Direção: Bruno Pacheco de Oliveira. Produção executiva: Antonio Carlos de Souza Lima. Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional-UFRJ, 2007. Vídeo documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PAjJaX00btY>. Acesso em: 7 set. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Faculdade Intercultural Indígena. *Histórico*. 2016. Disponível em: <http://indigena.unemat.br/institucional/historico/>. Acesso em: 7 set. 2017.

VALENTE, R. C. Conceitos e metodologias de desenvolvimento social da GTZ e projetos para povos indígenas no Brasil: reflexões de um processo de larga escala. In: SOUSA, C. N. I. de et al. (Org.). *Povos indígenas*: projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. p. 113-135. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/povos-indigenas/>. Acesso em: 7 set. 2017.

VALENTE, R. C. *A GTZ no Brasil*: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

VESTIBULAR dos Povos Indígenas tem inscrições prorrogadas. *G1 PR*, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/vestibular-dos-povos-indigenas-tem-inscricoes-prorrogadas.ghtml>. Acesso em: 7 set. 2017.

VIANNA, F. de L. B. et al. *Indígenas no ensino superior*: as experiências do programa Rede de Saberes, em Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014. (Abrindo Trilhas, 3). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LINDES001.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

VIANNA JR., A. Prefácio. In: OLIVEIRA, A. da C.; BELTRÃO, J. F. (Org.). *Etnodesenvolvimento e universidade*: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais. Belém: Santa Cruz, 2015. p. v-xiv.

WEBER, M. *Economía y sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

Recebido: 31/08/2017 Aceito: 10/09/2017 | Received: 8/31/2017 Accepted: 9/10/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100014

Arte – antropologia – arte: sobre as capas da revista *Horizontes Antropológicos*

Art – anthropology – art: the covers of the *Horizontes Antropológicos* magazine

Paula Ramos*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
paulavivianeramos@gmail.com

Resumo

De suvenir de museu a mote de releituras, o universo da história da arte tem atendido a distintos propósitos extra-artísticos. Cineastas, designers e, em especial, profissionais da área da comunicação referenciam-no constantemente, levando para campanhas publicitárias, cartazes e identidades visuais, entre outros produtos, fragmentos e alusões a esse campo. O mesmo se verifica, com frequência, nas capas da revista *Horizontes Antropológicos*. A partir de uma reflexão acerca dos usos das imagens artísticas pela comunicação e tomando como escopo cinco edições do periódico, o artigo perscruta as obras adotadas, enfatizando aspectos como representação e simbologia, funções sociais e trajetória. Do diálogo sintético e temático entre arte e antropologia, proposto pelos editores, vai-se a um diálogo analítico, que explicita o valor histórico desse patrimônio, tendo como base o seu valor primordial, artístico. No alinhavo entre as obras e na abordagem das mesmas, ressalta-se a construção, pelos artistas, de suas próprias imagens, como agentes de transformação social.

Palavras-chave: arte e comunicação; arte e antropologia; autorrepresentação; *Horizontes Antropológicos*.

Abstract

From museum *souvenirs* to the focus of re-readings, the universe of art history has been used for different extra-artistic purposes. Constantly, filmmakers, designers and, in particular, professionals in the area of communication refer to it, taking fragments and allusions from this field to publicity campaigns, posters, visual identities, among others. This process can be frequently seen on the covers of *Horizontes Antropológicos*. Based on a reflection about the use of artistic images by the communication area and having as scope five specific issues of the magazine, this article investigates the artworks chosen, emphasizing some aspects such as representation and symbology, social function and trajectory. From a synthetic and thematic dialogue between art and anthropology, proposed by the editors of the magazine, an analytical dialogue emerges and justifies the historical value of this patrimony, taking into account its primordial value: the artistic one. From the artworks outline and approach, the construction by the artists of their own images can be emphasized, showing their role as social transformation agents.

Keywords: art and communication; art and anthropology; self-representation; *Horizontes Antropológicos*.

Uma obra de arte deveria sempre nos ensinar que não tínhamos visto o que vemos.
Paul Valéry

Às avessas

Um dos mais festejados nomes da história da arte, Vincent van Gogh (1853–1890) não gozou de reconhecimento em vida: participou de raros eventos, vendeu um único quadro e era visto, inclusive por muitos de seus pares, como esquisito e temperamental. Tinha cerca de 30 anos quando resolveu ser pintor e, então, de modo vigoroso e admirável, voltou-se ao ofício, produzindo mais de duas mil obras. Sua poética transformou para sempre a pintura, sobretudo os gêneros da paisagem e do retrato. Produtivo, intenso e ousado, Van Gogh tinha crises de transtorno bipolar e epilepsia, oscilando entre entusiasmo e desolação. E, embora seus biógrafos e comentaristas o definam como um homem que procurava a companhia de outras pessoas, era com frequência ignorado, sofrendo de solidão, tristeza, incompreensão. O exílio o angustiava, as tempestades psíquicas o assombravam, a carência de dinheiro se mantinha, mas ele não esmorecia, trabalhando febrilmente e contando com o apoio afetivo e financeiro do irmão Theo. No verão europeu de 1890, Van Gogh finalizou a tela *Trigal com corvos*, junto a uma planície em Auvers-sur-Oise, onde vivia, a noroeste de Paris. Voltou ali a 27 de julho e disparou uma arma de fogo contra si mesmo, falecendo dois dias depois.

Figura 1. Vincent van Gogh (1853–1890), *Trigal com corvos*, 1890, óleo sobre tela, 50,2 × 103 cm, Van Gogh Museum, Amsterdam, Holanda.

Durante anos, a reprodução de *Trigal com corvos*, junto com outras imagens do artista, foi usada na decoração de salas destinadas aos "clientes VIP" de uma rede bancária com sede na Holanda e também atuante no Brasil. Adotando a divisa "arte em relacionamento", a empresa anunciava pautar-se na cumplicidade e na confiança entre os irmãos Vincent e Theo; por meio do serviço, calcado em exclusivos gerentes de conta e na nova ambientação, buscava "o que todo artista precisa para fazer uma grande obra": talento, instrumentos, espaço e paixão. No País, o controle acionário dessa multinacional passou a outros administradores, mas a diretriz permanece, oferecendo aos "clientes Van Gogh", com alta renda e saldo bancário disponível para aplicações financeiras, gentilezas que vão do cafezinho e presentes de final de ano à isenção de tarifas.

Sempre me perguntei como os dirigentes e os publicitários que desenvolveram esse conceito chegaram a algo tão frágil e questionável. Muitos poderão dizer que se trata de uma justa homenagem da instituição holandesa ao conterrâneo, reverenciando seu gênio e singularidade. Outros poderão arguir que o impacto determinante da campanha está no vínculo de distinção, uma vez que os clientes abastados querem ter suas imagens associadas a personagens e a produtos reconhecidos por seu requinte e alto valor econômico e, sendo assim, a maestria de Van Gogh suplanta o funesto por trás de sua história pessoal e, especialmente, por trás de *Trigal com corvos*.[1] No rol dos argumentos, haverá os que levantarão a bandeira do aconchego evocado pelos amarelos vibrantes das pinturas do mestre, ainda mais em recintos bancários, quase sempre frios, impessoais e monótonos.

As possibilidades de escrutínio são vastas, mas uma derivação, pela tangente, reforça o mal-estar: se imaginarmos Vincent van Gogh se dirigindo a esse mesmo banco e submetendo seus dados ao cadastro e à análise, é fácil inferir que ele jamais seria aceito como correntista. Não apenas isso, o que qualifica o serviço "Van Gogh" é o seu caráter "receptivo e amigável", algo que o artista buscou durante toda a sua vida, com pouco sucesso. Embaraçoso, esse *case de marketing* às avessas sugere muitas coisas: imperícia, banalidade, ironia.

1 O crítico de arte inglês John Berger (1999), em seu livro *Modos de ver*, chama a atenção para o fato de que é difícil apreender em que medida a informação "esta foi a última pintura feita por Vincent van Goh antes de se matar" transforma a imagem; mas, ele assevera, tal dado indubitavelmente o faz.

Sem qualquer constrangimento

De suvenir de museu a mote de releituras, o universo da história da arte tem atendido a distintos propósitos extra-artísticos. Cineastas, designers e, em especial, profissionais da comunicação referenciam-no constantemente, levando para campanhas publicitárias, capas de livros, cartazes e identidades visuais, entre outros produtos, fragmentos e alusões a esse campo. A motivação para tal uso quase sempre reside na valoração simbólica, ou seja, na associação do que se está produzindo ou divulgando com algo já consagrado pela tradição. Mas pode passar por uma simples função "ilustrativa", no seu sentido mais prosaico e corriqueiro, do tipo: "Uma imagem que caracterize o Renascimento? Que tal... a Mona Lisa?"

Mona Lisa ou *A Gioconda* (1503–1506) é, certamente, a obra de arte mais popular do mundo.[2] Diante dela, amontoam-se centenas de visitantes todos os dias, registrando em *selfies* a visita obrigatória de todo turista em Paris: o Louvre. É difícil acreditar que as fotografias à exaustão possam atestar alguma empatia ou comunhão com a obra, ou mesmo com a figura de seu criador, Leonardo da Vinci (1452–1519). Fácil, porém, é relacionar o assédio permanente e eufórico à mensagem "ei, estou aqui, diante dela!", ou, ainda, "ei, estou aqui, em Paris!" – afinal, pela lógica narcísica que rege a contemporaneidade, não basta "estar em um lugar", é preciso "comprová-lo" e, preferencialmente, fazê-lo numa plataforma de rede social.

Personagem "pop" por excelência, a *Mona Lisa* empresta seu rosto, pose, olhar e sorriso para vender alimentos, amaciantes de roupas, absorventes íntimos, viagens internacionais e, claro, produtos para tratamento de cabelos. Rainha dos "memes", ela protagoniza encenações infindáveis, revelando o dote de seus autores no uso de softwares de edição de imagens. É quando desponta com olhos arregalados, cara de choro, bigode, braços de estivador, comentando

2 A pintura, um óleo sobre madeira de álamo, com 77 × 53 cm, representa Lisa di Gherardo, esposa de Francesco del Giocondo – daí, inclusive, os dois nomes pelos quais é conhecida. No século XV, os retratos frequentemente enfatizavam o luxo das vestimentas, mais do que o clima em torno da pessoa representada, ou mesmo a sugestão de sua personalidade, no que reside uma das grandes inovações de Leonardo da Vinci. Ao longo dos séculos, muitos intelectuais se ocuparam em interpretar a obra e, sobretudo, o invulgar sorriso da retratada. Freud, em especial, dedicou-se a pensar acerca da relação que o próprio Leonardo teria com Lisa di Gherardo e, por conseguinte, com a imagem, vide o fato de nunca tê-la repassado aos encomendantes (Freud, 2001). O rei Francisco I, da França, último mecenas do artista, foi quem a adquiriu, em 1518. *Mona Lisa* integra a coleção do Louvre, em Paris, desde 1797.

passagens esdrúxulas da política, da indústria do entretenimento, do cotidiano. A presença viral da *Mona Lisa* comprova não apenas sua imensa notoriedade e o espírito jocoso dos que dela se apropriam, como testemunha de modo inequívoco a nossa condição hodierna, de "civilização da imagem", ou, como ironiza Gilles Deleuze (2007), de "civilização do clichê".[3]

Motivado a pensar na eficácia comunicativa das imagens, o historiador da arte Ernst Gombrich dedicou muitos de seus ensaios ao binômio *arte-comunicação*, problematizando os padrões visuais e a compreensão dos significados, por parte do público. No artigo "A imagem visual: seu lugar na comunicação" (Gombrich, 2012), ele confronta o leitor com reproduções de pinturas, gravuras, relevos escultóricos, desenhos, fotografias, diagramas, símbolos, cartuns, entre outros, para chamar atenção acerca das muitas coisas que deixamos de questionar quando olhamos para uma imagem, buscando sua mensagem.[4] Desdobrando exemplos tão díspares como vitrais do século XIII instalados na Catedral de Chartres, rótulos comerciais e uma pretensa e curiosa tentativa de comunicação com seres extraterrestres, enviada pela Nasa na sonda espacial Pioneer F (1972), ele escancara, a todo instante, algo plenamente conhecido, mas às vezes desdenhado: a informação que extraímos de uma imagem, de qualquer imagem, pode ser totalmente diversa da intenção de seu autor. Uma vez que isso vale até mesmo para as imagens publicitárias, vocacionadas a minimizar ruídos, o que dizer daquelas oriundas do campo artístico, calcadas em repertório frequentemente erudito, quando não expressões das subjetividades e inquietações de seus criadores? Todavia, como vimos no exemplo que abriu este texto, elas são amiúde pinçadas de suas conjunturas para assumir outros papéis, veicular diferentes discursos, conferir privilégio e distinção a círculos variados. Essa operação é feita, na maioria das vezes, sem qualquer constrangimento.

3 O fato é que a mídia digital e as novas tecnologias franquearam os trânsitos e os usos das imagens, numa dimensão talvez nunca concebida pelos que se voltaram a discutir o tema – vide Walter Benjamin (1987), em seu texto fundador sobre o assunto e amplamente conhecido, "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", de 1936. Pensemos na "era Google": se essa repercute no cotidiano de milhares de pessoas, interessadas nas matérias mais heterogêneas, o que dizer de seu papel para os que estudam arte? Além de oferecer aos computadores conectados em rede o acesso a reproduções de centenas de obras-primas, essas, com frequência, encontram-se disponíveis em alta ou altíssima definição, revelando pormenores que mesmo o olho humano, diante do original, teria dificuldade em captar – ainda mais com vidro e barreira de cinco metros, como acontece com a... *Mona Lisa*.

4 O artigo foi originalmente publicado em *Scientific American* (Gombrich, 1972).

Longe de censurar a liberdade criativa dos que pautam seus trabalhos no fascinante acervo da história da arte, o que se preconiza é um exame acurado da imagem e de seu contexto de criação, respeitando e considerando sua trajetória, seus valores, suas potencialidades sígnicas.

Nunca é demais recordar que, como sistema de compreensão e de representação simbólica do mundo, a arte não é reflexo, mas agente da história. Isso significa, tomando as palavras de Giulio Carlo Argan (1994, p. 17), que a obra de um grande artista "[...] é uma realidade histórica que não fica atrás da reforma religiosa de Lutero, da política de Carlos V, das descobertas científicas de Galileu. Ela é, pois, explicada historicamente, como se explicam historicamente os fatos da política, da economia, da ciência." A obra de arte, portanto, não é um acontecimento estético que tem *também* um interesse histórico: é um acontecimento que possui valor histórico porque tem valor artístico. E esse valor, para ser efetivamente preservado, precisa ser conhecido, em sua materialidade, em sua carga simbólica, em suas várias funções sociais. Um dos papéis do historiador da arte está relacionado, justamente, à salvaguarda desse patrimônio, dessa memória.

Tema, imagem: diálogo sintético

Desde que surgiu, em 1995, a revista *Horizontes Antropológicos* é referenciada pela qualidade e pela consistência de seus artigos, bem como pelas instigantes capas ilustradas, que fogem ao padrão mais previsível e burocrático, geralmente encontrado nos periódicos acadêmicos. Em meio a soluções fotográficas e a montagens digitais, destacam-se as capas que reproduzem obras de arte. São muitas, mais de 20, em sua quase sempre direta aliança entre "tema do dossiê" e "imagem". Exemplos: as curiosas fisionomias humanas de Giuseppe Arcimboldo (1527–1593), construídas a partir da sobreposição lúdica e espirituosa de formas de frutas, legumes ou livros, estabelecem relação com os assuntos "Comida" (número 4) e "Tecnologias de governo: etnografias de práticas e políticas" (número 46).[5] Isso igualmente ocorre ao observarmos a interpretação

5 As obras tomadas são, respectivamente: (1) *Outono*, 1573; óleo sobre tela, 77 × 63 cm; Musée du Louvre, Paris, França; e (2) *O livreiro (retrato de Wolfgang Lazius)*, 1562; óleo sobre tela, 97 × 71 cm; Skoklosters Slott, Estocolmo, Suécia.

de Gian Lorenzo Bernini (1598–1680) para o rapto de Proserpina (1622), adotada no número 42, cuja pauta foi "Sofrimento e violência".[6] Ou, ainda, no número 38, com tema "Antropologia e estilos de vida", que traz um excerto da pintura conhecida como *Festa de casamento* (1568), de Pieter Brueghel (1525–1569), um dos primeiros artistas a representar o cotidiano dos camponeses.[7] Uma associação mais sutil está na capa do número 16, dedicada ao binômio "Natureza e cultura", que estampa um detalhe da Vênus celestial de Sandro Botticelli (1445–1510), imagem arquetípica do Renascimento.[8]

6 Numa disputa simbólica com a magistral escultura de Giambologna (1529–1608), *O rapto de uma sabina* (1579–1583) – instalada na Loggia dei Lanzi, em Florença –, a obra de Gian Lorenzo Bernini representa, com um naturalismo desconcertante, o mito greco-romano de Proserpina, filha da deusa Deméter, raptada por Hades e separada, desde então, de sua mãe, bem como do próprio Olimpo. Com seus quase três metros de altura, a escultura em mármore encontra-se na Galleria Borghese, em Roma.

7 A obra, um óleo sobre tela com 114 × 162,5 cm, encontra-se no Kunsthistorisches Museum, em Viena. Sobre a atuação de Brueghel, vale um comentário: o artista, que era um homem de certa erudição – vide, inclusive, as amizades que cultivou, entre elas com o eminente geógrafo Abraham Ortelius (1527–1598) –, representou, em muitas de suas telas, hábitos e comemorações populares de camponeses, eventos aos quais ele próprio comparecia. Acerca disso, temos o depoimento de seu biógrafo, Karel van Mander (1548–1606): "[...] Executou muitos quadros [em Antuérpia] para um mercador, Hans Franckert, homem muito nobre e íntegro, que achava prazer na companhia de Brueghel, com ele privando todos os dias. Foi com este Franckert que Brueghel fez viagens frequentes ao campo, para observar os camponeses nas suas feiras e casamentos. Disfarçados de camponeses, chegavam levando presentes, como os demais convidados, afirmando ter relação ou parentesco com a noiva ou o noivo. Ali Brueghel se deleitava na contemplação do comportamento burlesco das gentes do campo, da maneira como comiam, dançavam ou se cortejavam, e tudo soube reproduzir com engenho e de forma agradável. [...] Representou os camponeses – homens e mulheres de Kempen e de outras localidades – com naturalidade, tal como eram, revelando a sua rudeza nos modos de andar, de estar ou de se mover" (cf. Janson, 2010, p. 670).

8 A obra de Botticelli – em especial as pinturas *Alegoria da primavera* (1478–1482) e *O nascimento de Vênus* (1486), ambas preservadas na Galleria degli Uffizi, em Florença – foi profusamente estudada pelo historiador da arte alemão Aby Warburg (1866–1929). Desconsiderando o modelo cronológico e a tradição formalista da história da arte e interessado, por outro lado, em problematizar a continuidade, as rupturas e as formas de sobrevivência da tradição clássica, Warburg deu início a uma nova abordagem teórico-metodológica da imagem, pensando-a como "fenômeno antropológico total", ou seja, como cristalização, como condensação particularmente significativa de uma cultura em um determinado momento de sua história. Isso o permitia falar em um "poder mito-poiético da imagem", articulado pela memória coletiva, categoria central de seu pensamento (Warburg, 2013). Entre os historiadores da arte ligados ao "Círculo Warburg" e a seus desdobramentos estão alguns dos mais importantes pesquisadores do século XX, como Carlo Ginzburg, Edgar Wind, Ernst Gombrich, Erwin Panofsky, Rudolf Wittkower, Michael Baxandall, Svetlana Alpers e Georges Didi-Huberman.

Pensadas a partir de um diálogo sintético com os temas dos dossiês, as imagens assumem a função de ilustração, e acabam conferindo não somente à capa, mas à publicação como um todo, a sua personalidade. Convém, aqui, rapidamente recuperar o sentido de uma "capa".

Em uma publicação impressa, a capa tem propósitos a assumir.[9] Se, na gênese do formato códice, no século V, o seu encargo maior era "resguardar" o miolo, ao longo do XIX, com o desenvolvimento e a concorrência do mercado editorial, ela ganhou novo compromisso e status: além de proteger e informar, precisava "vender o produto", assumindo um papel privilegiado nos processos de comunicação e sendo a face visível e instantânea do conteúdo.

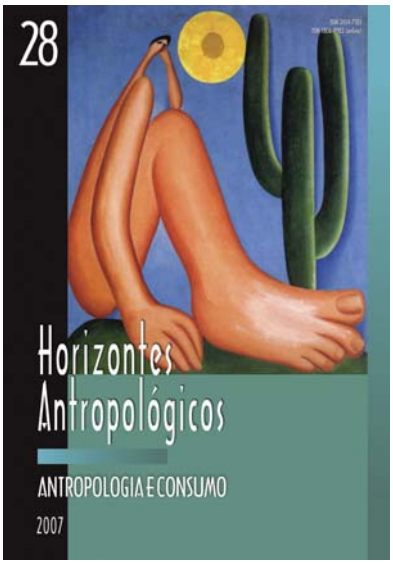
A atividade editorial consagrou a indicação sumária, na ficha técnica, do(a) autor(a) da capa, ou seja: indica-se o nome do(a) ilustrador(a), do(a) fotógrafo(a), do(a) designer, dificilmente havendo qualquer espaço para notas ou comentários. Os organizadores de *Horizontes Antropológicos*, sem embargo, mantêm o interessante costume de fechar as apresentações de cada fascículo com uma glosa sobre a imagem de capa. No número 34, reservado ao tema "Antropologia e ciclos de vida", lemos:

> Para finalizar, a ilustração da capa deste número reproduz uma imagem da "árvore da vida", de origem mexicana. Esse objeto, fotografado por Cornelia Eckert,

9 Por definição, a capa é um plano único que envolve o miolo da publicação, sendo composta por três faces: (1) a capa em si, ou painel frontal, (2) a lombada e (3) a contracapa. Apesar de o termo designar essas três partes, fisicamente ligadas entre si, é também usado para falar apenas do painel frontal, o mais visível e importante dos três.

> pertence a uma tradição popular milenar, enraizada na lógica mítica e cosmológica mesoamericana. A escolha dessa imagem se deve tanto à sua beleza plástica e força simbólica quanto à sua estreita relação com o tema deste número de *Horizontes Antropológicos*, que nos remete aos processos dos ciclos de vida que perpassam os tempos e as culturas. (Eckert; Steil, 2010, p. 15).

O texto explica, de modo conciso, a imagem e sua simbologia, justificando-a como emblemática para sumariar a publicação. Mas há os casos em que o argumento parece compulsório:



> Ao contrário do que se poderia imaginar, a ilustração da capa deste número de *Horizontes Antropológicos* não traz uma foto de um supermercado ou de um *shopping center*. Resolvemos, em vez disso, reproduzir o *Abaporu*, quadro de 1928 da fase antropofágica da pintora modernista Tarsila do Amaral, que se encontra atualmente no Malba (Museu de Arte Latino-Americano de Buenos Aires). A pintura foi adquirida em um leilão em Nova Iorque, em 1995, por Eduardo Constantini, empresário argentino e fundador do museu, por U$ 1.430.000,00, o mais alto valor pago até então por uma obra de arte brasileira. O proprietário anterior havia tentado, durante meses, vendê-la no Brasil. Alguns anos depois, um grupo de empresários brasileiros tentou comprar o quadro de volta para repatriá-lo. Constantini negou-se a vendê-lo. Segundo ele, "o Abaporu está para o Malba assim como a Mona Lisa está para o Louvre". (Oliven; Pinheiro-Machado, 2007, p. 13).

O Abaporu condensa, por um vínculo oblíquo, as relações entre antropologia e consumo, foco do número 28 da revista; e respinga, como vemos, em bens simbólicos altamente valorizados, como são as obras de arte, haja vista a ênfase no

montante pago pela pintura e na negativa categórica, por parte de seu proprietário, de revendê-la.

"Mona Lisa do Malba", *O Abaporu* é a mais icônica obra de arte brasileira, assinalando um momento de zênite da cultura nacional. Sua presença, em um museu argentino, faz com que muitas pessoas sintam um misto de perplexidade e vergonha: como deixaram a obra sair do País? No dia 1º de outubro de 1995, pouco antes do leilão na Casa Christie's, em Nova Iorque, o jornalista Elio Gaspari publicou em sua coluna no jornal *O Globo* uma entrevista com o colecionador Raul Forbes, detentor da obra. Perguntado sobre por que estava vendendo o quadro, ele respondeu: "Precisava de dinheiro" (cf. Gomide, 2014, p. 28). Simples assim...

Autofagia

Tarsila do Amaral (1886–1973) concluiu *O Abaporu* em janeiro de 1928, oferecendo-o como presente de aniversário ao seu então marido, o poeta Oswald de Andrade (1890–1954). Cosmopolitas, audazes e ricos, eles viviam entre São Paulo e Paris, formando a dupla conhecida como "Tarsiwald", na feliz expressão de Mario de Andrade (1893–1945). Tarsila, naquele momento, colhia os frutos de sua bem-sucedida exposição individual na Galeria Percier, em Paris (junho de 1926), quando exibiu algumas de suas pinturas mais significativas, todas da chamada fase "Pau Brasil", em diálogo com as propostas poéticas de Oswald.[10] Produzidas entre 1924 e 1927, as imagens desse período são exemplares do projeto modernista de matriz paulistana, que, em seu primeiro momento, buscava fazer a difícil conciliação entre internacionalismo e nacionalismo, rural e urbano, primitivo e vanguardista. "Pintando em brasileiro", Tarsila criou obras-primas como *A negra* (1923), *A cuca* (1924), *Carnaval em Madureira* (1924), *São Paulo (135831)* (1924), *São Paulo/Gazo* (1924) e *Vendedor de frutas* (1925), ao que Oswald aplaudia: "Bárbaro e nosso."

Em janeiro de 1928, ao finalizar *O Abaporu*, Tarsila estava, sem saber, dando início a um marco cultural dos anos 1920: o movimento antropofágico.

10 O *Manifesto Pau Brasil* foi publicado por Oswald de Andrade, no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, no dia 18 de março de 1924. Em 1925, o escritor lançou o livro de poesias *Pau Brasil*, com capa e ilustrações de Tarsila. As ideias defendidas nesses textos, conciliando o primitivo e o moderno, o local e o universal, foram as bases para os processos modernistas, a partir dos anos 1920, em São Paulo.

> [...] uma figura monstruosa, pés imensos, sentada numa planície verde, o braço dobrado repousando num joelho, a mão sustentando o peso-pena da cabecinha minúscula. Em frente, um cactus explodindo numa flor absurda. [...] Oswald de Andrade e Raul Bopp, [...] chocados, [...] contemplaram-no longamente. Imaginativos, sentiram que dali poderia surgir um grande movimento intelectual. (Amaral, 1972 apud Gotlib, 1998, p. 152).

Desconcertados diante da figura colossal, comprimida na superfície de 85 × 73 cm, resolveram batizá-la. Folheando o dicionário de termos indígenas de Antonio Ruiz de Montoya, encontraram as palavras "aba", homem, e "poru", que come carne humana. Perfeito: "abaporu", o homem que come carne humana.

Figura 2. Tarsila do Amaral (1886–1973), *O Abaporu*, 1928, óleo sobre tela, 85 × 73 cm, coleção Eduardo Constantini, Malba, Buenos Aires, Argentina.

Com seu estranhamento perturbador, o quadro foi a motivação para que Oswald escrevesse o *Manifesto Antropófago*, lançado em maio de 1928 e que circulou com a reprodução, em traço, da figura criada por Tarsila. Saudando o selvagem sem as miçangas da catequese, o texto pregava o abandono do racionalismo ocidental em prol de um primitivismo libertador, ao mesmo tempo em que defendia a devoração simbólica do outro para, a partir da absorção de suas qualidades essenciais, produzir algo singular:

> Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.
> [...] Tupi or not tupi that is the question.
> Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos.
> Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.
> [...] Queremos a revolução Caraíba. Maior que a revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem.
> A idade de ouro anunciada pela América. A idade de ouro. E todas as girls.
> [...] Tínhamos a justiça codificação da vingança. A ciência codificação da magia. Antropofagia. A transformação permanente do tabu em totem. [...] [11]

Mas o mistério em torno da figura selvática permanecia. Como, enfim, a artista havia chegado àquelas formas? Em entrevista à revista *Veja*, publicada em 23 de fevereiro de 1972, ela comentou:

> Devia ser uma lembrança psíquica ou qualquer coisa assim e me lembrei de quando nós éramos crianças na fazenda. Naquele tempo, tinha muita facilidade de empregadas: aquelas pretas que trabalhavam para nós na fazenda, depois do jantar, elas reuniam a criançada para contar histórias de assombração, iam contando da assombração que estava no forro da casa. Eu tinha muito medo, a gente ficava ouvindo, elas diziam: daqui a pouco, da abertura, vai cair um braço, vai cair uma perna, e nunca esperávamos cair a cabeça, abríamos a porta correndo e nem

11 O *Manifesto Antropófago* foi publicado na edição nº 1 da *Revista de Antropofagia*, de maio de 1928. Dirigida por António de Alcântara Machado (1901–1935), com gerência de Raul Bopp (1898–1984), a revista teve "duas dentições": a primeira, entre maio de 1928 e janeiro de 1929, contou com dez números, que circularam mensalmente; a segunda, entre março e agosto de 1929, consistia na publicação semanal de uma página no jornal *Diário de São Paulo*.

> queríamos saber de ver cair a assombração inteira. Quem sabe o "Aba-Poru" é um reflexo disso? (Amaral, 1972 apud Gotlib, 1998, p. 144).

Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Corpo mutilado, corpo reconstruído. Para a pesquisadora Icleia Cattani, o antropófago de Tarsila representa, na verdade, o mito do país jovem, voraz em seu desejo de vencer e capaz de incorporar, em sua arte, múltiplos modelos, para criar o novo.

> A pintura de Tarsila elaborou plasticamente esse mito que se manifesta primeiramente pelas migrações, substituições, metamorfoses e desdobramentos do corpo. O corte circular do espaço, o recentramento da expansão da cor, sua intensidade similar e a regularidade de seu modelado, a monumentalidade, o hieratismo e a frontalidade das figuras também propiciam o aparecimento dos mitos, a circularidade do périplo mítico que volta sempre às origens, a intemporalidade e os percursos reversíveis. (Cattani, 2011, p. 50).

A própria Tarsila compreendeu, rapidamente, a importância de sua pintura e o que ela suscitava. Na obra *Antropofagia* (1929), a artista "devorou a si mesma", fundindo suas obras mais paradigmáticas: *A negra* (1923), início da fase "Pau Brasil", ponto de partida de seu périplo, e *O Abaporu* (1928), marco da sua fase "Antropofagia", ponto de chegada. Tão ou mais forte que qualquer texto ou manifesto, o seu projeto estético e cultural para o Brasil estava pulsando naquelas imagens, como ainda hoje pulsa, ensinando-nos que não tínhamos visto o que agora vemos.

Em 1930, "Tarsiwald" não existia mais. Na divisão dos bens, Oswald abriu mão d'*O Abaporu*, que foi comprado, na década de 1960, pelo italiano Pietro Maria Bardi (1900–1999), responsável, junto com Assis Chateaubriand (1892–1968), pela criação do Museu de Arte de São Paulo, em 1947. Bardi, diretor do Masp por 45 anos ininterruptos, atuava, concomitantemente, como marchand junto à galeria Mirante das Artes, alimentando, com isso, inúmeras – e legítimas – críticas. Foi nessa condição que, podendo encaminhar a pintura ao museu, vendeu-a ao colecionador Erico Stickel, de São Paulo. Em 1984, *O Abaporu* teve seu primeiro *marketing de vendagem*, quando passou para as mãos de Raul Forbes, por US$ 250 mil, o preço mais alto pago, até então, por uma obra brasileira. Cerca de uma década depois, quebrou o seu próprio recorde, mas em

âmbito internacional, no já citado leilão da Christie's. Após ter migrado para a Argentina, integrando a coleção do empresário Eduardo Constantini, *O Abaporu* visitou o Brasil pelo menos duas vezes: em 2011, em evento no Palácio do Planalto, em Brasília; e, em 2016, durante as Olimpíadas no Rio de Janeiro, quando, para cálculos de seguro, seu valor foi aquilatado em surpreendentes US$ 40 milhões.

O caso d'*O Abaporu* é umbrátil, mas não o único. Em 2007, a Coleção Adolpho Leirner, a mais importante de arte construtiva brasileira, foi vendida ao Museum of Fine Arts de Houston, nos Estados Unidos, por um valor estimado em US$ 15 milhões. Reunindo obras fundamentais dos anos 1950–1960, de artistas como Samson Flexor (1907–1971), Waldemar Cordeiro (1925–1973), Lygia Clark (1920–1988) e Helio Oiticica (1937–1980), a coleção foi oferecida a várias instituições museais do País, mas nenhuma se movimentou para angariar os fundos necessários à compra. "Produto" que também é, a coleção formada ao longo de décadas acabou em território estadunidense. A celeuma decorrente desse e de tantos outros casos evidencia a ausência não somente de políticas voltadas à aquisição de obras e à manutenção de acervos importantes para a história nacional, mas – o que talvez seja mais constrangedor – de efetivo interesse público.

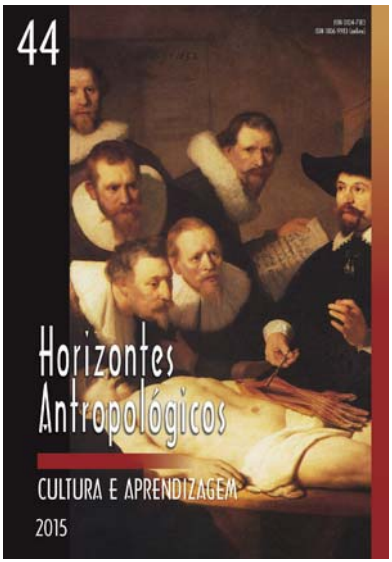
Quem se importa?

A situação comentada acima não é privilégio de países com pouca tradição de investimentos em acervos e museus. Uma das últimas pinturas de Rembrandt van Rijn (1606–1669), *A conspiração dos batavos sob Claudius Civilis* (1666), também não está em seu país de origem, mas no National Museum de Estocolmo, na Suécia.

Simon Schama, em emocionante ensaio dedicado a Rembrandt, expõe as fatalidades em torno da obra, encomendada pela elite de Amsterdam para a nova prefeitura. Narrando visualmente o momento da insurreição batava contra o Império Romano, comandada pelo líder Claudius Civilis, no século I, a imagem tomava conta do hall do edifício público, mas foi retirada do espaço e devolvida ao artista: era forte demais, incomodava demais. Rembrandt, falido e idoso, tentando encontrar um comprador para a pintura e num ato de

desespero, cortou-a, reduzindo sua dimensão a 20% de seu tamanho inicial e alterando irreversivelmente a maneira como o espectador a veria.[12] Em 1734, transcorridos 65 anos de sua morte, um batavo-sueco comprou a tela indesejada por 60 florins, o preço de um bom móvel para a casa.

> Assim, a pintura que mais que qualquer outra versa sobre a pátria, a tribo vista em seu momento de autorreconhecimento, está no exílio, a quase mil quilômetros do lugar para o qual foi criada. Devia ser a glória de Amsterdam, a obra que todo visitante iria ver na sede da prefeitura (hoje um palácio real). Mas foi embora. E nunca se faria nada igual – nem na Holanda nem em lugar nenhum. (Schama, 2010, p. 137).



O "tosco na sala dos ricos", como define Simon Schama, Rembrandt viveu o esplendor e a miséria, o reconhecimento e o desprezo, sendo autor de obras magníficas da história da arte. Uma das mais conhecidas é *A lição de anatomia do Dr. Nicolaes Tulp* (1632), parcialmente reproduzida na capa do número 44 de *Horizontes Antropológicos*, devotada ao tópico "Cultura e aprendizagem".

Com um tratamento de luz e composição incomuns, a imagem representa o que seria uma aula de anatomia na Holanda do século XVII. A prática da dissecação de cadáveres humanos ainda era tabu em muitas regiões da Europa. Mas, na progressista, opulenta, majoritariamente calvinista e recém-fundada República Holandesa, era algo fundamental para a divulgação científica, lembrando que ali estavam algumas das mais importantes casas editoras do período, de cujas oficinas

12 Mesmo assim, o que restou do quadro mantém dimensões consideráveis: 196 × 309 cm.

saíam livros ilustrados sobre história natural, óptica, astronomia, biologia, além de exemplares únicos de cartografia.

Nascido na cidade de Leiden, célebre por suas manufaturas têxteis, o "filho do moleiro" estabeleceu-se em Amsterdam, em 1631, depois de ter impressionado o diplomata Constantijn Huygens (1596–1687), a serviço do príncipe de Orange, com suas interpretações de temas do Antigo Testamento. É curioso observar que Rembrandt poderia ter ido para Haia, mas elegeu a "nova Veneza", pórtico e palco para os produtos mais luxuosos e extravagantes que circulavam no Velho Mundo, comercializados pelas duas potentes agremiações de mercadores da Holanda: a Companhia das Índias Orientais, criada em 1602, e a Companhia das Índias Ocidentais, surgida em 1621. O jovem artista apostou, destarte, no futuro comercial, em detrimento do passado áulico.

Mestre absoluto em seu ofício, Rembrandt conseguia articular, pelo menos, duas grandes qualidades: (1) perícia descritiva, a partir da qual reproduzia com minúcia a superfície e a textura do mundo material, de tecidos a metais, passando por rugas e fios de cabelo, e (2) eficácia dramática, transformando seus clientes em intérpretes absolutos das paixões humanas. Era tudo que comerciantes, banqueiros e novos-ricos buscavam. Em pouco tempo, ele se consagrou como o mais destacado retratista de Amsterdam, produzindo, entre 1631 e 1633, cerca de 50 pinturas, exemplares notáveis do "flamejante teatro da vida burguesa" (Schama, 2010).

Foi nessa conjuntura que o pintor e gravador, então com 26 anos, recebeu uma importante encomenda: o retrato do Dr. Nicolaes Tulp, anatomista oficial da cidade, realizando uma dissecação pública. Segundo o pesquisador português João-Maria Nabais, o primeiro evento nesses moldes ocorreu em Praga, no ano de 1600, conduzido por Ján Jezenský (1566–1621). Na época, era costume realizar uma autópsia por ano, sempre durante o inverno, visando à melhor conservação dos corpos que, via de regra, eram de ex-condenados, vítimas de enforcamento. Como um "maravilhoso espetáculo", esses episódios eram abertos a estudantes e curiosos, que compareciam elegantemente vestidos, como convinha a solenidades, pagando bilhete de entrada (Nabais, 2008-2009). Não demorou para que a prática se tornasse corrente na República Holandesa, vide as pinturas que adornavam a Guilda dos Cirurgiões de Amsterdam, tais como *A lição de anatomia do Dr. Sebastiaen Egbertsz* (1603), de Aert Pietersz (1550–1612); *A lição de osteologia do Dr. Sebastiaen Egbertsz* (1619),

de Thomas de Keyser (1596–1667); e as duas "lições de anatomia" do Dr. Frederik Ruysch: a primeira de 1670, produzida por Adriaen Backer (1635–1684), e a segunda de 1683, de Jan van Neck (1634–1714).[13]

Figura 3. Rembrandt van Rijn (1606–1669), *A lição de anatomia do Dr. Nicolaes Tulp*, 1632, óleo sobre tela, 169,5 × 216 cm, Mauritshuis, Haia, Holanda.

Nesse rol, a obra de Rembrandt, que memoriza o acontecimento ocorrido em janeiro de 1632, sobressai-se. Dinamizando o retrato de grupo, o artista representa os nove personagens em indisfarçada tensão. Dois deles se projetam: o médico e anatomista Nicolaes Tulp (1593–1674), com seus 39 anos de idade, e Aris Kindt, o cadáver. De acordo com especialistas da área médica, a

13 Frederik Ruysch (1638–1731), notável por seus estudos em botânica e embalsamento de corpos, teria sido responsável por mais de 30 dissecações públicas em Amsterdam. Todas as obras citadas encontram-se no Amsterdam Museum.

representação da dissecação em si está equivocada, mas quem se importa? Empregando um tratamento de luz cênico, Rembrandt explora o drama pelo olhar dos personagens: há os que observam ambiguamente o evento; há os que se debruçam, atentos, guiados pela explanação mágica de Tulp; também há o que parece olhar para o gigantesco livro aberto, no primeiro plano, à direita – talvez uma alusão ao *De humani corporis fabrica* (1543), de Andreas Vesalius (1514–1564), aclamado como pai da anatomia moderna; mas há o que, num sombrio comentário sobre a morte e nossa transitoriedade, olha para nós, espectadores. Não por acaso, esse personagem é o que irrompe mais alto, ao lado da proeminente assinatura do pintor, acompanhada do marcador temporal: 1632.

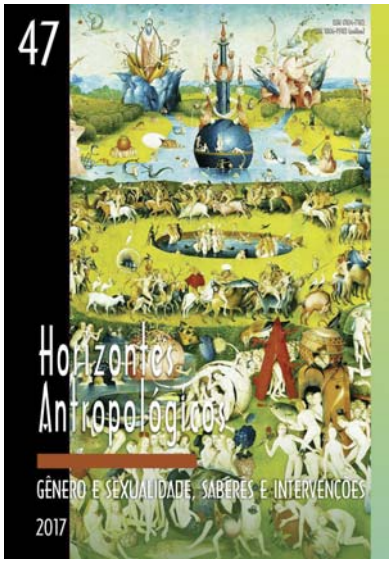
O que a composição bafeja é que Rembrandt estava menos interessado na justa documentação do fato e mesmo nos burgueses que pagaram pela obra, preocupando-se, isso sim, em criar uma imagem eloquente, que não deixasse qualquer dúvida quanto a quem era mais importante ali: o próprio artista.

A mensagem vaporosa e, ao mesmo tempo, precisa, identificada n'*A lição de anatomia do Dr. Nicolaes Tulp*, atravessa de modo peremptório várias obras canônicas. Talvez a mais flagrante seja *O casal Arnolfini* (1434), de Jan van Eyck (c. 1390–1441). Nessa imagem secular, o semblante do artista é sugerido no reflexo junto ao espelho convexo, minuciosamente representado no centro do quadro e abaixo da anotação que, em escrita de chancelaria e como um testemunho, informa-nos: *Johannes de Eyck fuit hic*, ou "Jan van Eyck esteve aqui".[14] Recado semelhante ecoa, de modo cifrado, em uma obra como *O jardim das delícias* (1500–1510), de Hieronymus Bosch (c. 1450–1516), adotada na capa do número 47 de *Horizontes Antropológicos*, voltado ao debate sobre "Gênero e sexualidade, saberes e intervenções". Acerca da escolha da imagem, os editores nos dão o interessante comentário:

> [...] Sendo interpretado ora como uma advertência moral contra os pecados e a luxúria de uma humanidade degradada, ora como a celebração de um paraíso

14 Uma das pérolas da National Gallery, em Londres, a pintura é um óleo sobre madeira de carvalho com 82 × 60 cm e representa um rico comerciante italiano atuante em Bruges, Giovanni Arnolfini, e sua noiva, Giovanna Cenami, no interior de um aposento. Repleta de simbologias, a pintura é um dos maiores exemplares do Renascimento flamengo.

> perdido, o tríptico de Bosch, como boa parte de sua obra, contém um conjunto de figuras e elementos perturbadores, cujo simbolismo os/as estudiosos/as buscam desvelar. A obra é marcada pela ausência de uma clara diferenciação corporal entre homens e mulheres e pela presença de uma sexualidade difusa e múltipla. As cores suaves e as cenas ao mesmo tempo poéticas e bizarras lembram uma atmosfera de sonho que, segundo André Breton, prefigura o surrealismo do século XX. Pretendemos, com essa imagem, remeter à discussão contemporânea acerca da fluidez e dos deslizamentos entre os corpos e os gêneros, bem como às tensões morais a eles associadas. (Rohden; Russo; Roca, 2017, p. 24).



No Museo del Prado, apenas *As meninas*, de Velázquez, goza de tanta popularidade como *O jardim das delícias*. Datada da primeira década do século XVI, a obra é um tríptico articulado, ou seja, é composta de três partes: painel central e duas portas, os chamados "volantes". Quando fechado, o tríptico exibe, no verso dos volantes, uma pálida imagem, em tons acinzentados, representando a criação do mundo.[15] Ao ser aberto, no entanto, reveste-se de uma miríade de formas e cores, numa cena ímpar para a época, que suscita vários enigmas, a começar pelas referências do pintor.

Os especialistas que se dedicam a Bosch acreditam que ele jamais saiu de sua cidade natal, Hertogenbosch, também chamada de Bois-le-Duc, topônimo que significa, literalmente, "bosque do duque", remetendo ao fundador

15 Essa imagem tem, no alto, à esquerda, uma representação do Deus cristão e, mais ao centro, dividida nos dois suportes, a inscrição em latim *Ipse dixit et facta s(ou)nt / ipse man(n)davit et creata s(ou)nt*, ou algo como: "Ele o fez, e tudo foi feito. Ele o mandou, e tudo foi criado", a partir do Salmo 33 da Bíblia.

da cidadela, Henrique I de Brabante (Bosing, 2010; Koldeweij; Vandenbroeck; Vermet, 2001). Esse "bosque" foi o que o artista incluiu em seu próprio nome, quando deixou de ser "Hieronymus van Aken" para se tornar "Hieronymus Bosch".[16]

Segundo Koldeweij, Vandenbroeck e Vermet (2001), até o século XIV, Bois-le-Duc era a segunda localidade mais populosa do norte da Holanda, com cerca de 14 mil habitantes, perdendo apenas para Utrecht, que contabilizava pouco mais de 17 mil. Em 1463, contudo, um incêndio de grandes proporções arrasou mais de quatro mil casas, matando centenas de pessoas e maculando para sempre a memória dos sobreviventes. O jovem Hieronymus deve ter testemunhado as chamas e a desolação, representando, anos depois, o impacto da tragédia no volante final de muitos de seus trípticos.

O chamado *Painel do juízo final*, de Viena,[17] assim como *O jardim das delícias* e *O carro de feno*, ambos do Prado,[18] vão, literalmente, do paraíso ao inferno. Enquanto os volantes da esquerda exibem uma representação do Jardim do Éden e do que Adão e Eva estavam sendo privados, após a desobediência representada pelo episódio da serpente, os da direita escancaram o fim último: o triunfo do sofrimento e da morte. No centro, invariavelmente, alucinantes alegorias sobre a própria jornada do homem na Terra.

Sabe-se que Bosch se casou com uma mulher abastada, Aleyt van Mervende, o que lhe permitiu desenvolver uma poética mais autônoma do que seus contemporâneos, comprometidos com encomendas e orientações de seus mecenas. Essa condição torna o artista ainda mais instigante, pois somos convidados a pensar que suas composições eram resultado de uma opção francamente pessoal. Em tal conjuntura, uma pergunta lícita seria: e ele

16 Numa interessante estratégia de diferenciação e visibilidade, pois a família de Bosch tinha vários pintores já conhecidos pelo sobrenome "Van Aken": seu pai, Anthonius van Aken, era pintor miniaturista, assim como haviam sido seu avô Jan e seu bisavô Thomas. Por outro lado, a inclusão do lugar de origem no nome também sugere a ambição de ser conhecido muito além das cercanias de Bois-le-Duc.

17 A obra, com datação presumida entre 1495–1515, foi executada em óleo sobre madeira; tem 167,7 × 60 cm (portas) e 163,7 × 127 cm (painel central), e integra a Gemäldesammlung der Akademie der bildenden Künste, em Viena, Áustria.

18 Também datada entre 1495–1515, *O carro de feno* tem 147 × 232 cm (aberto), é um óleo sobre madeira e está no Museo del Prado, em Madri, Espanha.

encontrava quem compreendesse ou gostasse dessas obras? A resposta, rápida, é "sim".[19]

Reconhecido e aclamado em sua região, Bosch ingressou na elitista Confraria de Nossa Senhora em 1486. A entidade existia desde 1318, e pertencer a ela era um sinal não apenas de devoção católica, mas de prestígio social. Os irmãos confrades defendiam a observância de uma conduta moral ilibada e das rigorosas regras da Igreja. A partir desse dado, suas obras podem ser interpretadas como advertências, num eco do imaginário medieval em torno do tão aguardado "fim do mundo".[20]

Em *O jardim das delícias*, a tônica recai sobre as armadilhas dos sentidos. Observando com diligência o painel central, identificamos: (1) a visão sendo engolfada pela beleza do jardim, com sua vívida paleta cromática, notadamente em verdes, azuis, vermelhos e ocres; (2) o olfato sucumbindo ao perfume das

19 O que também nos aponta para um veio pouco comentado pela história da arte: o dos colecionadores ou, se quisermos, o dos "consumidores". A própria trajetória d'*O jardim das delícias*, nesse sentido, é exemplar: seu primeiro proprietário teria sido Henrique III de Nassau (1483–1538), em cujo castelo, em Breda, atual Holanda, o quadro foi visto e comentado em 1517, pouco depois do falecimento de Bosch. Naquele ano, acompanhando o cardeal Luis de Aragón (1475–1519) à região, Antonio de Beatis, seu secretário particular, registrou o impacto da obra: "Há, ademais, algumas telas com diversas extravagâncias, nas quais se desfiguram mares, céus, bosques, campos e muitas outras coisas [...], mulheres e homens, brancos e negros, em diversos atos e maneiras, pássaros, animais de toda classe e com muita naturalidade, coisas tão agradáveis e fantásticas que a quem não tenha conhecimento delas, de nenhum modo as poderia descrever tão bem" (cf. Gombrich, 1967, p. 403-404, tradução minha). Em 1544, com a morte do filho de Henrique de Nassau, a pintura passou ao seu sobrinho, Guilherme de Orange (1533–1584), grande impulsionador do processo de independência dos Países Baixos, em relação à Espanha. Em 1568, durante as guerras contra a Coroa espanhola, a obra foi confiscada, passando ao militar Fernando de Toledo (1528–1591), prior da Ordem de Malta e membro do Conselho de Estado e da Guerra, de Filipe II (1527–1598). Em 1593, dois anos após seu falecimento, ela foi comprada pelo próprio rei e enviada ao Mosteiro do Escorial, ficando instalada em seu quarto e reforçando o conjunto de nove pinturas que Filipe II tinha do artista. *O jardim das delícias* permaneceu no Escorial até a Guerra Civil e, em 1939, ingressou na coleção do Museo del Prado como depósito de patrimônio nacional. Sobre os trânsitos da obra, ver a documentação disponível no sítio virtual do Museo del Prado.

20 Em 1947, no entanto, despontou uma abordagem totalmente diversa, defendida pelo historiador alemão Wilhelm Fraenger sob o título *Hieronymus Bosch – Das Tausendjährige Reich: Grundzüge einer Auslegung*. Segundo ele, Bosch pertenceria à Congregação do Espírito Livre, grupo herético adamita, surgido no século XIII, que procurava recuperar o estado de inocência anterior à "queda de Adão e Eva". Ainda segundo Fraenger, *O jardim das delícias*, ao contrário da interpretação corrente, seria uma representação das práticas em vigor entre os membros da entidade. Polêmica e sedutora, a hipótese carece de aportes históricos, tendo sido ignorada pelos especialistas (Bosing, 2010).

Figura 4. Hieronymus Bosch (c. 1450–1516), *O jardim das delícias*, 1500–1510, óleo sobre madeira, 135 × 180 cm (portas abertas), Museo del Prado, Madri, Espanha.

flores e das frutas; (3) o paladar sendo atraído pelos morangos, amoras e maçãs; (4) a audição rendendo-se ao canto dos pássaros e ao murmúrio das águas que correm; e, por fim, (5) o tato trôpego, diante de tantas possibilidades: fluidez da água, frescor da vegetação, calmaria da atmosfera quente e perfumada, calor dos corpos, vários... de animais, de homens e de mulheres. Tudo parece belo, harmonioso e de acordo; porém, enquanto as pessoas deixam-se envolver pelos prazeres dos sentidos, elas se transformam, sem perceber, em seres bestiais, como que assinalados pelo pecado.[21]

A orgia de formas do painel central mantém-se no último volante, com toda sorte de torturas, mutilações, referências fálicas e anais. O inferno, para Bosch, é dominado pelo caos, pela jogatina, pela música, pelo fogo. Nesse sentido, consciente de sua condição de pecador, Bosch teria emprestado seu rosto a uma das figuras mais aterradoras d'*O jardim das delícias*, o chamado "homem-árvore".

21 É de se comentar que mesmo no volante que representa o Paraíso não há perfeição; vários animais despontam híbridos e monstruosos, apesar de estarem ao lado de Cristo. Trata-se de um elemento desestabilizador, que alimenta interpretações muito distintas acerca dessa e de tantas outras imagens, bem como em torno do próprio artista.

Disposto na parte central superior, o personagem aparece com o corpo frágil e híbrido, tronco em formato oval e membros como galhos, apoiados sobre barcos instáveis. Ele é a própria taverna, sinalizada pela bandeirola e pelas pessoas decrépitas, próximas a um barril de bebida; arruinado, em meio à expiação de seus pecados, o personagem volta o rosto e nos encara com expressão grave, como a nos questionar se queremos, após a morte, futuro semelhante.[22]

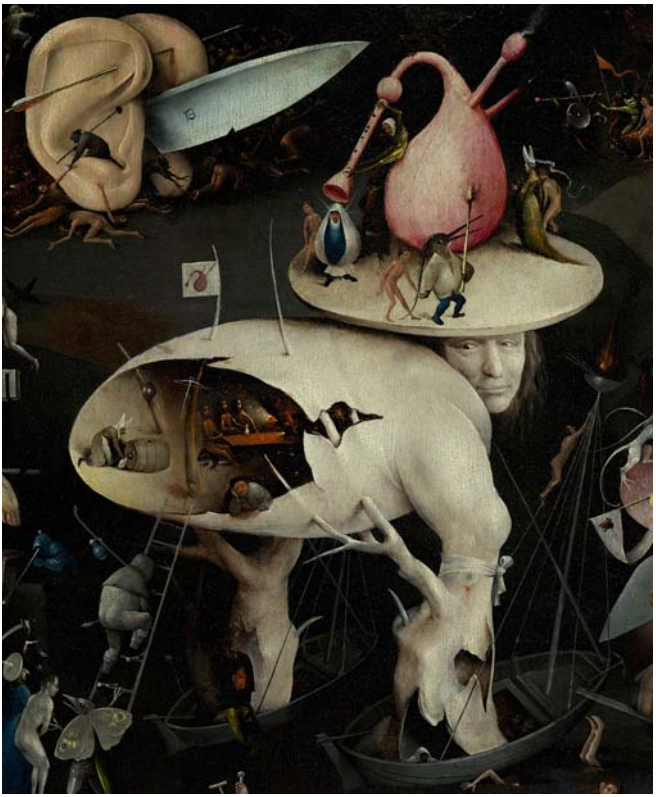


Figura 5. Hieronymus Bosch (c. 1450–1516). *O jardim das delícias* (detalhe), 1500–1510, óleo sobre madeira, 135 × 180 cm (portas abertas), Museo del Prado, Madri, Espanha.

22 O "homem-árvore" aparece ladeado, inclusive, por duas facas de inquestionável natureza fálica, em cujas lâminas desponta a letra "B", como marca ou monograma do artista.

Os temas escatológicos integram o repertório dos artistas desde tempos imemoriais. Alguns, como Bosch, Brueghel e Rogier van der Weyden (1399/1400–1464), os trataram com apelo dramático; outros, como Jan Davidszoon de Heem (1606–1684) e Willem Claesz Heda (1594–1680), apostaram na natureza-morta para sugerir a impermanência; já nomes como Guercino (1591–1666) e Nicolas Poussin (1594–1665) ofereceram suas homônimas *Et in Arcadia ego*,[23] de grande carga filosófica, para discorrer sobre a morte. Esse também é o cerne de *Os embaixadores franceses* (1533), pintura parcialmente reproduzida na capa do número 15 de *Horizontes Antropológicos*, com temática "Antropologia e política" – em cujo texto de apresentação, curiosamente, não há qualquer referência à escolha de tão invulgar obra.

"Não se vê nada"

Diante d'*Os embaixadores franceses*, do alemão Hans Holbein (1497–1543), uma pessoa minimamente acostumada às imagens artísticas será capaz de identificar e associar diferentes aspectos, tais como: (1) a pintura exibe dois homens ricos, vide as roupas luxuosas que portam; (2) esses homens deveriam ser cultos, pois se projetam em meio a vários artefatos relacionados às ciências e às artes; (3) em termos de gênero artístico, trata-se de um retrato e, não apenas isso, de um retrato de corte, justamente devido aos objetos elitizados; (4) e, contrapondo

23 As pinturas de Guercino e de Poussin têm, ambas, o mesmo título: *Et in Arcadia ego*. Enquanto a do pintor italiano (1618–1622), um óleo sobre tela com 82 × 91 cm, está na Galleria Nazionale dell'Arte Antica, em Roma, Itália, a de Poussin (1637–1639), também um óleo sobre tela, de 85 × 121 cm, localiza-se no Musée du Louvre, em Paris. Sobre as obras em questão, ver os textos de Panofsky (1991) e Marin (2000).

a representação meticulosa da cena, há um elemento dissonante no primeiro plano, que a experiência ou a astúcia velozmente identifica: uma caveira humana, ou melhor, a anamorfose de uma caveira humana. Ah, não menos importante: o artista era um mestre da ilusão – e que mestre! Pronto: "imagem decifrada".

O hipotético espectador, nesse momento, pode adotar duas atitudes básicas: a primeira é "seguir em frente", observando múltiplas outras imagens e se surpreendendo com a engenhosidade de tantos artistas, ao longo dos séculos; a segunda é se sentir provocado a elucidar o que aquela caveira está fazendo ali, tão ostensiva, dominando a parte inferior do quadro... A anamorfose sublinha o que Ernst Gombrich tantas vezes aponta: "Somente quando somos confrontados com um tipo totalmente estranho de estrutura é que ficamos cientes do elemento desconcertante que existe em toda representação" (Gombrich, 2012, p. 49). Em toda.

A frase esquadrinha questões caras aos que se dedicam aos estudos sobre imagem e, em especial, aos que se voltam às relações entre imagem e psicologia da percepção, segmento no qual Gombrich foi um expoente. O comentário nos lembra que, antes de se prestar a qualquer tipo de discurso (religioso, político, econômico, filosófico, literário, conceitual...), a imagem é um fenômeno perceptivo, que se dá na relação entre o olho, o objeto de observação e o espaço – leia-se: entre a capacidade de decodificar, o texto e o contexto. A imagem, portanto, inclusive a imagem figurativa de tratamento naturalista, não é um discurso pronto, fechado e unívoco. Dito de outro modo: não basta conseguir ver, é preciso saber olhar, e o *ato de olhar*, como nos lembra Edmund Husserl, significa dirigir a mente para um "ato de intencionalidade", de significação, que, ainda segundo o filósofo alemão, define a essência do humano.

Na língua portuguesa, as palavras *olho* e *olhar* mantêm a mesma matriz e aparentemente remetem à mesma função. Já em outras línguas, a diferença se evidencia. Em espanhol, por exemplo, *ojo* é o órgão, enquanto o ato de olhar é a *mirada*. Em francês, *oeil* é o olho, mas o ato é *regarder*. Em inglês, *eye* não está em *look*. Tampouco em italiano identificamos o liame entre *occhio* e *sguardo*; ou, ainda, em alemão, entre *Auge* e *sehen*. Essa diversidade não é casual. Para Alfredo Bosi (1988), trata-se de uma percepção, inscrita no corpo dos idiomas, a partir da qual se distingue o órgão receptor externo, ao qual chamamos de *olho*, do movimento interno do ser que se coloca em busca de informações e de significações, e que é propriamente o *olhar*.

Omar Calabrese (1997), em seu ensaio *A intertextualidade em pintura – uma leitura dos embaixadores de Holbein*, exemplifica esse processo, apresentando-nos um "exercício de olhar". Fazendo jus ao título do livro no qual publica o texto e exibindo a ossatura de seu pensamento, uma base arquitextual em que contrapõe o eidético ao não eidético, o semiólogo italiano nos brinda com uma aula de leitura de imagem, dividindo sua análise em nove estágios.

Figura 6. Hans Holbein (1497–1543), *Os embaixadores franceses*, 1533, óleo sobre madeira, 206 × 209 cm, National Gallery, Londres, Inglaterra.

No primeiro, (1) filia *Os embaixadores franceses* aos *Vexierbilder*, ou "quadros com segredo". A anamorfose, interpelando o espectador no primeiro plano, obriga-o a encará-la até que este encontre a caveira. Entretanto, a questão não é detectar a "caveira em si", mas compreender o que ela pode significar: eis o

"segredo". Após, Calabrese (2) nomeia os personagens retratados, o diplomata Jean de Dinteville, à esquerda, e o religioso Georges de Selve, à direita, ambos franceses, em missão político-religiosa junto à corte de Henrique VIII, tentando evitar a ruptura da Inglaterra com a Igreja Católica. É então que, municiado com informações diversas e guiado por um olho inteligente e sensível, ele chega às etapas interpretativas, dissertando a partir dos eixos: (3) cultura, (4) amizade, (5) política, (6) pintura, (7) jogo linguístico, (8) autobiografia e, ao termo, (9) filosofia. Da identificação, nos objetos representados, de alusões a personalidades como Martin Luther (1483–1546), Nicolaus Kratzer (1487–1550), Thomas Morus (1478–1535) e Erasmo de Rotterdam (1466–1536) – os três últimos amigos pessoais de Holbein, retratados por ele –, passando por uma arguta reflexão sobre a morte, verdade que ultrapassa a aparência e o engano da pintura, o que Calabrese defende, de modo exemplar, é que Hans Holbein projetou no aparentemente corriqueiro "retrato de corte" o seu maior testamento artístico, espiritual e filosófico. O mesmo fez o espanhol Diego Rodríguez de Silva y Velázquez (1599–1660) em *As meninas* (1656), a "Mona Lisa do Prado".

> *As meninas!* Uma vez mais? Não, não e não! Tenham dó! Basta de *As meninas!* Já se disse tudo sobre elas! [...] Sabemos os nomes e as funções das personagens representadas. Sabemos a sala do palácio onde o quadro foi pintado e o que nele se representa. Identificaram-se até os quadros indistintos que aí vemos: não apenas os que estão de frente para nós, mas também os que vemos de perfil. Em suma: sabe-se tudo e já se disse tudo sobre esse quadro, para o bem e para o mal. Francamente, o que queres tu acrescentar? Deixa o quadro em paz! Deixa-o descansar um pouco. Deixa que as pessoas possam simplesmente apreciá-lo, contemplá-lo. (Arasse, 2014, p. 89).

A galhofa é do historiador da arte Daniel Arasse, na abertura do texto "O olhar do mestre", publicado em seu livro *Não se vê nada*. Compreensível. Destrinchada por Michel Foucault (1999) no capítulo inicial de seu livro *As palavras e as coisas*, a pintura é foco contínuo de elucubrações, mormente sobre a relação entre o artista e o espectador e o próprio ato de representar.[24] Na obra, Velázquez,

24 Muitos são os artistas que revisitaram a obra, propondo, por meio de suas produções, desdobramentos para os discursos da pintura: Pablo Picasso, entre agosto e dezembro de 1957, produziu

um dos mestres do *mise en abyme* (em uma tradução rápida, a "narrativa em abismo"), surge imponente, autorretratando-se em seu ofício. É assim, inclusive, que Foucault inicia seu paradigmático texto: "O pintor está ligeiramente afastado do quadro" (Foucault, 1999, p. 3). Mas, o que Velázquez está tencionando? O que, efetivamente, ele está representando?

As meninas, apesar de sua grande dimensão (318 × 276 cm), era um quadro privado, que ficava no "escritório de verão" de Filipe IV (1605–1665), sendo destinado ao seu usufruto; e não era, como muitos pensam, um retrato oficial da infanta Margarita (1651–1673), ainda que rodeada de suas pomposas damas de companhia, que acabaram definindo o nome com que o quadro é conhecido.

Esse, aliás, é um dado pertinente: durante muitos anos, *As meninas* teve outros títulos: no inventário do Alcázar de 1666, está registrada como *Retrato da senhora imperatriz com suas damas e uma anã*; depois, como *A família do senhor rei Filipe IV*, para simplesmente ser chamado de *O quadro da família*.[25] A "família", aqui, parece entendida como "[...] a família de sangue, com a infanta Margarita que, com o olho esquerdo sobre o eixo central do quadro, observa os pais que vemos refletidos no espelho", e a família alargada, incluindo as aias da infanta e do casal real, representados, em particular, "[...] pelos dois Velázquez: Diego, o pintor, que era também *aposentador* do rei (uma espécie de marechal do palácio ou camareiro-mor) e José Nieto, *aposentador* da rainha, que vemos ao fundo da sala, através da porta aberta" (Arasse, 2014, p. 93, grifo do autor). "Dois Velázquez". De certo modo, ao levantar o braço, suspendendo a cortina, a figura ao fundo funciona como uma espécie de metáfora da atividade do pintor, que "dá a ver", "revelando a representação".

---

a "suíte *As meninas*", composta por 58 imagens; o brasileiro Waltércio Caldas (1946), em seu livro de artista *Velázquez* (1996), evidencia o ilegível e o misterioso na poética do artista; a inglesa Eve Sussman (1961), no vídeo *As meninas – 89 segundos no Alcázar* (2004), reconstrói hipoteticamente o trânsito dos personagens na sala, durante a execução da obra; já o espanhol Manolo Valdés (1942) leva esculturas em bronze às ruas de várias capitais do mundo, emulando as figuras femininas do quadro. E esses são apenas alguns exemplos...

25 A pintura aparece nos registros patrimoniais, com essa designação, até 1843, quando lhe foi dado o nome que mantém nos dias atuais. Sobre as alterações de nome da obra, ver a documentação disponível no sítio virtual do Museo del Prado.

Figura 7. Diego Velázquez (1599–1660), *As meninas*, 1656, óleo sobre tela, 318 × 276 cm, Museo del Prado, Madri, Espanha.

Tendo como lugar de encenação uma sala no antigo Real Alcázar de Madri, a pintura intriga sob vários pontos, e um dos principais, sem dúvida, está no espelho. Como assinala Foucault, é pelo reflexo que identificamos o tributo ao rei e à rainha, a homenagem do cortesão Velázquez aos seus patronos. Por outro lado, é essa "presença" fora de nosso alcance de visão que organiza o que vemos. A ficção, portanto, funda a cena, denuncia as condições de representação.[26]

26 Para Daniel Arasse, Velázquez vai mais longe, antecipando Kant em sua *Crítica da razão pura* (1787). Ao cotejar as posturas do filósofo e do pintor, o ensaísta lembra que Kant, buscando

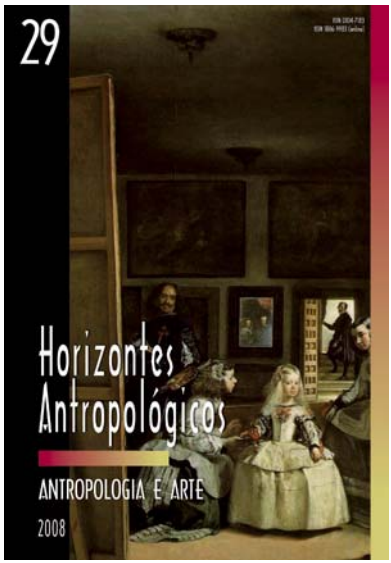
A abordagem estruturalista de Foucault, canônica, enfatiza a significação do espelho e o seu reflexo simbólico, bem como a relação entre o visto e o representado, a dialética entre pintura e espectador. Não menos interessante é a interpretação proposta nos anos 1990 pela conservadora do Prado, Manuela Mena Marqués. Após submeter a tela a exames radiográficos, a pesquisadora identificou pequenas manchas brancas sobre as rendas da figura da anã Maria Barbola, bem como vestígios de um anel de ouro, entre o polegar e o indicador da mão esquerda da infanta Margarita, no que seria uma "versão anterior" do quadro. A partir disso, Mena Marqués desenvolveu uma leitura política e dinástica da obra, uma vez que a infanta Margarita seria a herdeira do trono, pelo menos até o nascimento de seu irmão, Filipe, o Próspero (1657–1661). Como se sabe, o quadro, datado de 1656, teve intervenções posteriores, uma delas a inserção, no peitoral do artista, do emblema da Ordem dos Cavaleiros de Santiago, honraria concedida por Filipe IV. Porém, como proclama Mena Marqués, as modificações teriam sido maiores: na primeira versão, segundo ela, nem o pintor, tampouco a tela, estariam presentes. Arasse (2014, p. 93), ao mesmo tempo em que reconhece a pertinência dessa nova mirada, adverte: "[...] não obstante as radiografias, jamais saberemos ao certo como era o quadro antes desses retoques. Se decifrar o que se vê é desde logo uma tarefa delicada, interpretar o que se vê mal, ou não se vê de todo, é como caminhar na corda bamba."

Resultado da primeira ou da segunda versão, não importa: é a autorrepresentação de Velázquez que orienta a retórica da imagem. Então a pergunta esfíngica ressurge: o que está acontecendo ali? Ao que Foucault acena, recuperando o início de seu texto, já citado: "O pintor está ligeiramente afastado do quadro." É quando olhamos, uma vez mais, para a figura altaneira de Velázquez, que suspende o pincel, prestes a conferir realidade, pelas tintas, à pintura em potência que a tela anuncia. Representação no âmago da própria representação... Ao produzir sua obra a partir da consciência do quadro como dispositivo enunciativo, o artista possibilita, como já dissera Hubert Damisch (1997), que a pintura não somente se mostre, mas que revele que "se pensa" e, sobretudo, que dá a pensar.

---

fundar uma metafísica enquanto ciência, considerava tomar o objeto em dois sentidos, algo que Velázquez também fizera, mas no século anterior: "[...] grande pintor cortesão, 'toma' o rei como fenômeno (no seu grupo familiar) e como 'coisa em si', inatingível no visível. Funda assim, no seu quadro, uma metafísica da realeza" (Arasse, 2014, p. 103).

"Teologia da pintura", na expressão de Luca Giordano (1634–1705), *As meninas* exemplifica, de modo sublime, o que Leonardo da Vinci e tantos outros artistas defenderam ao longo dos séculos XIV e XVI, no alvorecer do próprio conceito que temos, hoje, de "arte": longe de simples domínio técnico, arte é, profundamente, *cosa mentale*. É essa obra emblemática que ilustra, com perspicácia, a capa do número 29 de *Horizontes Antropológicos*, voltada ao tema "Antropologia e arte". Haveria imagem mais adequada?



Referências

ARASSE, D. *Não se vê nada*. Lisboa: KKYM, 2014.

ARGAN, G. C. Preâmbulo ao estudo da História da Arte. In: ARGAN, G. C.; FAGIOLO, M. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 11-42.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196. (Obras escolhidas, vol. 1).

BERGER, J. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BOSI, A. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, A. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras: Funarte, 1988. p. 65-87.

BOSING, W. *Bosch*: entre o céu e o inferno. Colônia: Taschen, 2010.

CALABRESE, O. *Como se lê uma obra de arte*. Lisboa: Edições 70, 1997.

CATTANI, I. B. *Arte moderna no Brasil*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

DAMISCH, H. *El origen de la perspectiva*. Madrid: Alianza Forma, 1997.

DELEUZE, G. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ECKERT, C.; STEIL, C. A. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 9-15, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/01.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, S. *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GOMBRICH, E. H. The earliest description of Bosch's Garden of Delight. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 30, 1967, p. 403-406. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/750758>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GOMBRICH, E. H. The visual image. *Scientific American*, New York, v. 227, n. 3, p. 82-96, 1972.

GOMBRICH, E. H. A imagem visual: seu lugar na comunicação. In: WOODFIELD, R. (Org.). *Gombrich essencial*: textos selecionados sobre arte e cultura. Porto Alegre: Bookman, 2012. p. 41-64.

GOMIDE, A. C. *Colecionismo de arte moderna e contemporânea no Brasil*: um estudo. 2014. Tese (Doutorado em Artes)–Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GOTLIB, N. B. *Tarsila do Amaral*: a modernista. São Paulo: Editora Senac, 1998.

JANSON, H. W. *A nova História da Arte de Janson*: a tradição ocidental. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KOLDEWEIJ, J.; VANDENBROECK, P.; VERMET, B. *Hieronymus Bosch*: the complete paintings and drawings. New York: Abrams, 2001.

MARIN, L. Panofsky e Poussin na Arcádia. In: MARIN, L. *Sublime Poussin*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 97-119.

NABAIS, J.-M. Rembrandt – o quadro "A lição de anatomia do Dr. Tulp" e a sua busca incessante pelo autoconhecimento. *Revista da Faculdade de Letras*: Ciências e Técnicas do Património, Porto, v. 7-8, p. 279-296, 2008-2009. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9417.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

OLIVEN, R. G.; PINHEIRO-MACHADO, R. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 7-13, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a01v1328.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

PANOFSKY, E. Et in Arcadia ego: Poussin e a tradição elegíaca. In: PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 377-409.

ROHDEN, F.; RUSSO, J. A.; ROCA, A. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 9-24, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v23n47/0104-7183-ha-23-47-0009.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SCHAMA, S. *O poder da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WARBURG, A. *A renovação da antiguidade pagã*: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

Recebido: 01/02/2017 Aceito: 08/08/2017 | Received: 2/1/2017 Accepted: 8/8/2017

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100015

VERDUM, Ricardo. *Povos indígenas, meio ambiente e políticas públicas*: uma visão a partir do orçamento indigenista federal. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. 208 p.

Lucas Gonçalves Brito*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Doutorando em Antropologia Social (bolsista Capes)
lucasgb25@gmail.com

O contexto histórico no qual se insere a pesquisa de Verdum pode ser caracterizado como um período de recrudescimento da violência perpetrada pelo agronegócio em relação aos povos indígenas, bem como um momento em que a complexidade dos processos implicados no sistema capitalista global somente é apreensível por uma análise cuidadosa. O livro de Verdum consegue abranger conjuntura e historicidade por meio de dados quantitativos e alcança uma sutileza descritiva que poder-se-ia atribuir, talvez, à sua longa experiência de pesquisa de campo.

Um dos destaques é a introdução a aspectos mais salientes – e outros assaz intricados – das políticas públicas destinadas aos povos indígenas e o esclarecimento acurado quanto às falhas apresentadas pelo Estado no trato dispensado aos direitos diferenciados dessas populações. Pode-se definir a temática do livro como uma crítica contundente e bem-fundamentada às políticas orçamentárias e ação indigenista do governo federal no período de 2003 a 2012.

Os três mandatos presidenciais do PT, abarcados pelo recorte temporal da análise, encontraram "desafios da governabilidade", como chama Verdum, e que se encaixaram nesse processo como um imperativo de "equilibrar os interesses em conflito que se produziram entre atores estratégicos para ambas as gestões, tanto aliados como adversários" (p. 11). Um exemplo seria os impasses na homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, que refletem questões político-partidárias dos mandatos petistas – o governo não queria se indispor com o Congresso Nacional e com os setores desenvolvimentistas do agronegócio e mineração que sustentavam sua governabilidade (p. 37).

Como mostra Verdum, o período prometia transformações no que tange aos direitos indígenas. Entretanto, o que se revelou, em parte, foi a repetição de um *habitus indigenista* que, fundado sobre noções e práticas tutelares, não respeita a autonomia, protagonismo e autodeterminação indígenas. Um dos maiores desafios do movimento indígena seria, nesse sentido, o de justamente alcançar maior autonomia sobre os recursos naturais e o conhecimento para usufruto de seus territórios.[1] Para tal, vê-se a necessidade de criar e sustentar

1 Cabe a ressalva de que nem todos os povos ameríndios concebem as terras como "natureza-objeto" a ser explorada, embora possam se apropriar da linguagem modernista característica do Estado. Sob outro aspecto, a obtenção da legitimidade sobre os territórios historicamente habitados por indígenas, através de concessões nos marcos legais dos Estados nacionais, não garante a continuidade do modus vivendi autônomo dos povos. Como García Hierro e Surrallés (2004)

meios de inserção política de indígenas nos mecanismos institucionais, que garantiriam o atendimento das necessidades próprias, uma vez que, talvez, os projetos e programas governamentais seriam informados com ideias e objetivos dos povos indígenas.

O quadro fornecido pelo autor conduz a uma reflexão sobre a falta de atenção às especificidades ambientais, educacionais, terapêuticas e até mesmo alimentares dos povos indígenas. Essa dificuldade técnico-científica, engendrada por um regime de conhecimento colonialista que tende à supressão da diferença cultural por meio de ações truculentas, alinha-se com a racionalidade de uma versão hipermoderna e doentia de capitalismo.

A diversidade de problemáticas levantadas por cada capítulo não traduz reducionismo. Distintamente, o livro consegue abordar de modo arguto as questões propostas nos três eixos/partes que o conformam – Orçamento e Políticas Públicas, Meio Ambiente e Mulheres Indígenas. Deve-se ter em vista o caráter informativo dos textos reunidos, os quais, em sua maioria, foram divulgados para um público amplo, há pelo menos cinco anos, no boletim *Orçamento & Política Socioambiental*. Enquanto documento de cariz histórico, o livro fornece conteúdo e motes para reflexões relevantes, especialmente no sentido de erros e acertos que ao movimento indígena caberia aquilatar precisamente.

Um destaque, como exemplo, é o capítulo 5, que enfoca "Os povos indígenas na reforma política". Trata-se de um texto breve, mas que demonstra uma complexidade enorme, e, ainda que sucintamente, registra algumas proposições da maior importância para a inserção de representantes indígenas na vida política institucionalizada e para a superação, pelo movimento indígena, do regime tutelar que marca a atuação do Estado.

A ideia de um "parlamento indígena nacional" vinha se delineando, desde meados dos anos 2000, como uma instância macrorregional de diálogo do movimento indígena para além de articulações localistas (p. 39). Em 2005, em seminário organizado pelo Fórum Nacional de Participação Popular, a Reforma Política no Brasil foi discutida e foi semeada a proposição de um Conselho Indígena articulado ao Congresso Nacional, que funcionasse dentro de um sistema específico de escolha de representantes indígenas. Não obstante a tentativa de

apontam, é importante que esses modos de vida sejam constituídos por "visões territoriais" e "modelos produtivos próprios" aos indígenas.

consolidação desse sistema, o movimento indígena encontrou entraves internos e desafios no relacionamento com os órgãos do Estado, com as assessorias e agências de cooperação internacional (p. 75). Verdum não explora quais seriam essas dificuldades, deixando-nos a possibilidade de explorar hipóteses. O que as noções e práticas tutelares que o Estado reproduz em relação aos movimentos indígenas teriam que ver com os entraves encontrados por eles em participarem democraticamente da vida política institucionalizada no Brasil?

O livro também explicita uma outra realidade vivida por povos indígenas no Brasil: direitos consuetudinários e constitucionais são frequentemente desrespeitados, tanto por parte de governos como por parte da sociedade envolvente. Não é diferente, infelizmente, no que tange ao meio ambiente.

A exploração predatória de "recursos naturais" está, conforme Verdum, imbricada em uma "visão economicista e mercantil que se expande e se projeta de forma acelerada sobre a natureza e os territórios indígenas" (p. 132). As terras indígenas não são poupadas da fome desenvolvimentista que assola o Brasil no contexto da expansão da monocultura e exportação de produtos agrícolas, da mineração, das atividades madeireiras e construção de hidrelétricas.

O livro de Verdum merece ser lido, ainda, pelas formulações que correlacionam processos macroestruturais aos processos que atravessam o movimento indígena. É nesse sentido que se compreende como as transformações recentes da economia sul-americana, no que tange ao aumento do desenvolvimentismo baseado em exportação de produtos primários, aconteceram, pari passu, a mudanças no movimento indígena. Estando inseridos em modos de vida estreitamente ligados ao "ambiente natural", povos indígenas recebem a alcunha de "povos tradicionais" e passam, em alguns momentos, a serem enredados em um etnodesenvolvimento nem sempre reflexivo, engolfado pelo que hoje se tem chamado de "mercado verde".

A exploração dos recursos em terras indígenas, bem como a apropriação mercadológica de seus conhecimentos, levanta a questão da propriedade intelectual e da necessidade de mecanismos de consulta prévia, sendo que estes últimos, aparentemente, servem para garantir a participação das populações nos lucros advindos dos negócios conduzidos pelo Estado.

Como se vê, a força transformativa das premissas cosmo-ontológicas dos conhecimentos indígenas – tal como a relação um tanto quanto mais respeitosa com o ambiente – pode parecer diminuída pela inserção problemática

de indígenas em certa lógica monetária.[2] Tal racionalidade exploratória, que empresta algumas formações discursivas da biodiversidade para a defesa de um "desenvolvimento sustentável", redunda, como mostra Escobar (1998), em uma espécie de bioimperialismo globalocêntrico desastroso e reitera práticas colonizadoras, enriquecedoras, porém ambientalmente devastadoras. Outrossim, enfim, a noção de desenvolvimento sustentável apresenta uma contradição de termos.

Referências

ESCOBAR, A. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation, and the political ecology of social movements. *Journal of Political Ecology*, Tucson, v. 5, p. 53-82, 1998.

GARCÍA HIERRO, P.; SURRALLÉS, A. Introducción. In: SURRALLÉS, A.; GARCÍA HIERRO, P. (Ed.). *Tierra adentro*: territorio indígena e percepción del entorno. Copenhague: IWGIA, 2004. p. 9-22.

2 Sob outro aspecto, existe a necessidade de recursos para projetos próprios, como aqueles propostos pelas redes de mulheres indígenas visando a soberania alimentar, a conservação de biodiversidade, o incremento da educação indígena e a atenção etnicamente orientada à saúde, tendo como condição sine qua non o reconhecimento e demarcação de terras indígenas (ver capítulos 16, 17 e 18).

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100016

TRIGO, Eugenia. *De la motricidad humana al paradigma vida*. [S.l.]: Fundación Naturaleza, Planeta y Vida: Instituto Internacional del Saber Kon-traste, 2016. 198 p. (Colección Ideas)

Franklin Castillo Retamal*

* Universidad Católica del Maule – Talca, Maule, Chile
fcastillo.fc@gmail.com

Eugenia Trigo Aza, Doctora en Filosofía y Ciencias de la Educación, fue profesora-investigadora titular en la Universidad de La Coruña (España), en el Instituto Universitario de Maia (Portugal), en la Universidad del Cauca (Colombia) y en la Universidad Tecnológica Equinoccial (Ecuador) y actualmente, dirige el Instituto Internacional del Saber Kon-traste. Ha orientado seminarios en España, Portugal y Latinoamérica (Brasil, Chile, Colombia, Venezuela, Ecuador, Argentina, Uruguay). Ha escrito más de una veintena de libros y numerosos artículos sobre motricidad humana, creatividad, investigación colaborativa, ludismo, ciencia e investigación encarnada, eco-recreación y formación doctoral.

En la obra mencionada, plantea un cambio de paradigma a partir de las observaciones sociales y propone una mudanza desde el paradigma positivista/eficientista/cuantitativo hacia un paradigma cualitativo de la Vida y para la Vida. En el texto invita a atreverse a soñar otras maneras de ser y estar en el mundo, tomando en consideración la capacidad humana de crear mundos mejores en donde todos los seres vivos tengan cabida de una manera digna. En la grave problemática que estamos viviendo como humanidad y como planeta vivo, ya no es suficiente con tomar consciencia, es necesario actuar, este es el compromiso de todos y lo que se propone desde este libro.

La Dra. Trigo en su texto, explora realidades que impactan nuestro interior y nos llevan a levantar interrogantes y reflexiones intentando salir de la zona de confort y estados de acomodamiento que impiden una mirada objetiva de la realidad, entendida ésta como un todo. Plantea una ruptura paradigmática y de creencias asociadas a conceptos como desarrollo y crecimiento e incluso, la falsedad del bienestar que se ha erigido para simular felicidad.

En ese sentido, presenta algunas líneas que la han llevado a construir este texto, entre los que se evidencia que dentro del ámbito académico, muchas de las ideas, artículos y trabajos docentes, son copias o ideas desarrolladas en épocas y años atrás, lo que provoca un estancamiento desde el punto de vista de la evolución como especie. En este misma línea, plantea que los textos académicos no llegan a la mayoría de las personas que tienen en sus manos la toma de decisiones, como así tampoco llega al público en general e incluso, no es leído por el mundo académico por falta de tiempo, que está absorbido por cumplir tareas administrativas, consumo en redes sociales y otros, que buscan la manera que un artículo sea publicado en una revista de prestigio (JCR). Otra

idea en ésta línea, es que hoy existen muchos análisis de la crisis actual y pocas ideas que proyecten un trabajo para resolver esas dificultades, evidenciando que no existe un compromiso real de cambio. Todo ello está impidiendo que nos pongamos a pensar el mundo en profundidad para ofrecer alternativas innovadoras y no limitarnos exclusivamente a su crítica.

En el trayecto del discurso, aparecen temas desde los fundamentos de la Motricidad Humana, pasando por biografías de creadores, crisis del mundo actual, paradigmas establecidos y la propuesta de uno nuevo, el paradigma Vida. Desde los planteamientos de las Ciencias de la Motricidad Humana, la trascendencia es el sentido de la vida y la motricidad es el movimiento intencional de la trascendencia, vale decir, solo vivimos cuando nos trascendemos física, psíquica, psicológica, política y moralmente, no es algo que tenga que ver solo con la educación física, sino que está relacionado a la existencia propiamente humana. Bajo este precepto, se plantea entonces dejar de lado tantas teorías, tanto materialismo y establecer raíces para la construcción de un nuevo paradigma, que podría ayudar a mejorar la estancia situacional de los seres humanos en el planeta.

El planteamiento central de la obra está orientado a la posibilidad de ruptura de los paradigmas establecidos principalmente en la cultura occidental, donde predominan patrones de conducta y acciones uniformadas frente a la vida. La propuesta es romper con los paradigmas a través del *ser-hacer* y promover un replanteamiento en nuestras vidas en pro de la recuperación de valores, principios y capacidad de reacción. Pensar y actuar como menester para observar la realidad, un apoyo teórico para la profundización consciente, conocimiento, reflexión y ante todo, compromiso a partir de la libertad de pensar, aunque esto signifique para muchos una utopía.

Según el historial académico de la Dra. Trigo, este trabajo se convierte en un esfuerzo intelectual para ir más allá de sus propias producciones y desafiarse a la creación-propuesta de una nueva perspectiva y visión del mundo y de la vida. Para llevar a cabo esta tarea, escudriña los aportes de creadores que a lo largo del tiempo han dejado sus huellas, muchas de las cuales han sido conocidas y tratadas por otros sin mayor reflexión y otras, quizás las menos, han cimentado el inicio de caminos diversos de comprensión de la vida y sus transformaciones. A partir de este manuscrito, la autora logra proponer un nuevo paradigma que espera sea capaz de confrontar-enfrentar la crisis de humanidad que hoy

se vive, con la esperanza de alejarse de la incertidumbre, inquietud y congoja contemporáneas. Éste es un libro escrito de forma abierta y sencilla a través de una estructura locuaz con apartados que nos llevan a responder algunas interrogantes, como así también se presentan ejemplos y nos sitúan en contexto para reflexionar, lo que podría de alguna manera convencer a algunos de los lectores para atender el urgente llamado a la acción.

La propuesta plasmada en el libro, permite un buen entendimiento por cuanto su lectura es de fácil absorción y sencilla fluidez, pero con un alto grado de profundidad. Desde el tema planteado, la autora busca despertar y llegar a las personas estimulándolas a actuar y a no lamentarse tanto, a hacer algo, a poner en acción nuestras ideas a manera de ensayo y luego compartirlo en la construcción de un segundo texto que hable sobre el "Paradigma Vida". En el texto la autora inquiere sobre las principales problemáticas del planeta y de nuestras rutinas y costumbres, lo que nos preocupa y ocupa, acerca de los valores que pregonamos a diario en nuestras vidas, sobre la validez de las fuentes de información y de los medios que tenemos más próximos, deja espacio para encontrar inspiración en la vida de muchos que, desde la antigüedad hasta nuestros días, se han atrevido a cuestionar lo incuestionable, transformándose así en una propuesta de esperanza y de vida.

Finalmente, el texto es más bien didáctico-explicativo y presenta un enfoque sobre la evolución del pensamiento retomando la Motricidad Humana como paradigma consistente y hace un llamado a romper paradigmas a través del ser-hacer, replanteando nuestras posturas de vida en pro de la recuperación de valores, principios y capacidad de reacción.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100017

COLLINS, John F. *Revolt of the saints*: memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy. Durham: Duke University Press, 2015. 480 p.

Ion Fernández de las Heras*

* Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, SP, Brasil
Pesquisador associado ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades e ao Laboratório de Experimentações Etnográficas
ionfdlheras@gmail.com

Resulta algo insatisfatório, além de difícil, reduzir a uma simples resenha a complexidade de um livro como *Revolt of the saints*. Em primeiro lugar, chamar o texto de "etnografia" parece tão escasso quanto caracterizar como "trabalho de campo" as décadas de vida de Collins entre os habitantes do Centro Histórico de Salvador, na Bahia: primeiro como artesão (no final da década de 1980) e anos depois como antropólogo. O livro, nesse sentido, expressa um fragmento de vida, do próprio Collins e daqueles que transitaram o Pelourinho no decorrer de duas décadas de transformações urbanas, desde que, em 1985, a Unesco qualificou o bairro como Patrimônio da Humanidade e que, em 1992, começou a restauração do conjunto monumental. Em segundo lugar, se é de vidas particulares que estamos falando, resulta ainda mais deficiente condensar suas iminentes linhas de fuga (e sua potência na produção de significações) num argumento analítico que procure fazer as vezes de centro de convergência. Evitarei, desse modo, sintetizar aqui a multiforme narrativa de Collins numa tese antropológica unívoca.

Em todo caso, de que nos fala Collins? Podemos dizer que fala de um lugar e das vidas concretas que o compõem problematicamente. Vidas de residentes e de despejados, de moradores de rua, de prostitutas, músicos e malandros, de técnicos, "arquitetos de campo" (p. 226) e cientistas sociais da prefeitura, de políticos e de trabalhadores de ONGs; vidas como a do próprio antropólogo, que se compõem mutuamente e participam em seus trânsitos da gênese das socialidades. Collins fala também dos meios de captura que procuram fazer desse lugar (e das vidas que o compõem) uma forma estável e valorada segundo as prerrogativas do Estado-nação. Fala da patrimonialização não só de um sistema edificatório, mas da própria população que habita o bairro e o reclama, e dos aparelhos técnico-administrativos que confluem numa sistemática seleção de memórias. Fala de pertencimentos raciais como formas de propriedade, ou, dito de outro modo, da eficiência dos discursos que envolvem e produzem esse tópico, seja desde o ponto de vista das imposições do Estado (desde concepções paralelas à teoria da democracia racial) ou das heterogêneas contestações da própria população local. E fala da conflitiva gestão institucional de uma *utopia* (um não lugar), isto é, da transformação crítica de uma sociedade histórica real a partir da imaginação de uma sociedade-modelo constituída sob a mediação de um espaço-modelo que a integra necessariamente. Em palavras de Collins:

> Hoje, próximo ao final da sua transformação num centro histórico dependente da aura e dos modos de viver de milhares de habitantes removidos desde 1992,

> este centro do período colonial, configurado simultaneamente como uma fonte de infecção e como um pedaço duradouro do passado da nação, brilha como um despovoado monumento ao que foi apresentado repetidamente no discurso oficial como a valiosa, e desconfortável, vitalidade do povo afro-brasileiro. [...] O projeto de restauração, baseado na suposta preservação fiel das memórias coletivas e da cultura popular, trabalha na prática como uma tentativa alienante e orientada para o futuro que procura redimir a população negra apresentando-a sob a necessidade de progresso civilizatório. (p. 3, tradução minha).

Trata-se, desse modo, de uma simultânea "sanitização" do espaço urbano e de uma "santificação" (p. 23) dos residentes que o reclamam e que, paradoxalmente, se veem condicionados a se deslocar a regiões urbanas afastadas à medida que o processo patrimonializador avança. Trata-se, enfim, da "moralização do solo" (p. 3) do Pelourinho e da Bahia e de sua constituição como objetos pensáveis (como "coisas em si", p. 348), isto é, da produção intelectual de um habitat (ou *milieu*) que faz as vezes de meio de identificação e transformação de si mesmo e de tudo o que o compõe e/ou transita.

Porém, é conveniente avisar que Collins não procura opor as *prerrogativas da "comunidade" do Pelourinho* a algo que poderíamos chamar de *coerção e reificação do Estado*. A sutileza do seu estudo consiste em etnografar a correspondência mútua de ambos (o que em última instância leva à sua dissolução) na gênese de um emaranhado concreto de compatibilizações e incompatibilizações, de modo que as atividades dos indivíduos que compõem essa população local sejam compreendidas em sua mediação (sua capacidade para produzir mundo), e não como o resultado de sua participação num agrupamento de caráter moral. Dito isso, pode-se adicionar que o autor está especialmente interessado na atualidade prática dos signos, isto é, na imanência da interação social como um constante processo de significação. Refiro-me, nesse sentido, aos signos "degenerados" (diria Peirce) e efêmeros que produzem graus heterogêneos de eficácia e associação e que, no caso do contexto do Pelourinho, atuam no seio de um complexo aparelho epistemológico cuja implementação procura a solidificação simbólica dos aspectos que contribuem para a versão oficial da história afro-baiana.

Pois bem, de que modo Collins nos fala de tudo isso? Em primeira pessoa, enquanto caminha pelas ruas, casas e ruínas do bairro e nos descreve com um detalhismo rigoroso os acontecimentos mais espontâneos, os enunciados mais rudimentares e as conversas mais informais, pois é no que elas envolvem e no

seu particularismo que o autor encontra o modo de aceder ao fluxo problemático de pressuposições e interpretações através do qual as instituições e os cidadãos "entendem a produção de valor e a moldagem do consentimento no Brasil em volta das formas reificadas de cultura e de história" (p. 15, tradução minha).

O capítulo 1, desse modo, trata da inserção do próprio autor no panorama local, se posicionando entre as histórias de vida e morte de alguns dos residentes, e oferecendo "uma breve olhada nas artimanhas, nos contratempos, nas simulações e nas contradições que formam parte da vida do Pelourinho" (p. 40, tradução minha). No segundo capítulo, Collins apresenta um breve estudo arquivístico sobre a produção histórica do imaginário patrimonial baiano e nacional, recuperando enunciados esquecidos em cartas de personagens da Conquista ou de literatos modernistas. Nos capítulos 3, 4 e 5, retoma o plano etnográfico da interação local para descrever a relação entre determinados residentes do Pelourinho e diversos agentes do Estado (mais concretamente do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Ipac) na mediação de aspectos como a sexualidade, a moral, o gênero, a identidade racial, a propriedade ou a posse (não unicamente das casas e do espaço urbano, mas do próprio corpo, do conhecimento ou da história). No capítulo 6, analisa uma simples interação, entre uma moradora de rua e uma equipe de saúde pública, com o intuito de desentranhar descritivamente a performativização de uma miríade de significações associadas aos aspectos tratados nos capítulos anteriores. Por último, no capítulo 7, a partir da descrição do curioso modo como os residentes locais se apropriam e traduzem ao português as letras de músicas jamaicanas de reggae, Collins discorre acerca da negociação das práticas e saberes que incidem na produção de pessoas, de memórias e do patrimônio cultural no Pelourinho.

Enfim, duas décadas de relações entre humanos, instituições, ideias e materiais estão condensadas descritivamente nesse livro. Se algo quis avocar aqui é a complexidade de uma narração etnográfica que escapa a qualquer resumo e que só pode ser efetivamente compreendida em sua leitura completa.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100018

GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; RIOS, Roger Raupp (Org.). *Homossexualidade e direitos sexuais*: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011. 198 p.

Rafael de Oliveira Luna*

* Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados, MS, Brasil
Mestrando em Fronteiras e Direitos Humanos
rafael.oliveiraluna@gmail.com

O livro *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF* (Supremo Tribunal Federal), organizado por Célio Golin, Paulo Gilberto Cogo Leivas e Roger Raupp Rios, publicado em 2011, surgiu no aniversário de 20 anos de fundação do Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual, em Porto Alegre. Também foi o ano da decisão do STF (ADI 4277 e a ADPF 132) que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Trata-se de um trabalho conjunto de diversos autores e autoras que analisam a referida decisão, bem como outros temas relacionados aos direitos sexuais.

Os capítulos são independentes entre si e abordam, em linhas gerais e sob a luz da decisão do STF, os seguintes pontos: como a democracia deve ser capaz de assegurar direitos às minorias; o direito ao reconhecimento para gays e lésbicas; educação, direitos sexuais, laicidade e diversidade sexual em âmbito escolar. Também são tecidos comentários e feitas análises acerca dos votos proferidos pelos ministros da corte constitucional, bem como apresentada a história do grupo Nuances.

Inicialmente o caminho percorrido pelo grupo é narrado, sendo que o autor destaca sua importância e as conquistas alcançadas por meio do seu ativismo. Traz uma análise embasada por John Stuart Mill (*On liberty*, 1974) no sentido de que a democracia é passível de suprimir certos direitos de grupos menores e/ou marginalizados sob a justificativa de representar a vontade da maioria. O autor alerta para a necessidade de não se deixar que a maioria oprima os demais. Chama atenção para o fato de que o direito de uma democracia não é apartado da moral, mas permeado por uma moral dotada de caráter crítico em detrimento daquela autoritária. Nesse sentido, defende que o direito é capaz de promover mudanças e remover injustiças através da mobilização de certas instituições jurídicas, tais como ação coletiva e ação civil pública.

A luta por reconhecimento dos sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) não passa simplesmente por resgatar a dignidade daqueles que a tiveram violada, mas também é imprescindível lutar contra a injustiça, preconceito e violência que envolvem todo o grupo. "Dessa forma, não é uma luta pelo convencimento da maioria quanto ao valor de uma minoria, mas uma luta pelo pluralismo" (p. 46).

Ao comentar a decisão e os votos de alguns dos ministros, o autor reconhece a importância da mesma no que tange ao reconhecimento das uniões

familiares entre pessoas do mesmo sexo, no entanto, destaca que a luta ainda não acabou, pelo contrário, deve ser constante em direção dos e pelos direitos sexuais. Ainda comentando sobre isso, outro autor também discorre sobre a afirmação de tais direitos no sentido de que ela ultrapassa uma identidade sexual específica, abrangendo práticas não necessariamente ligadas a uma condição de identidade, tais como a prostituição e o sadomasoquismo. Ainda, baseia sua posição nos direitos fundamentais/humanos, que devem ser contemplados e observados dentro do direito de família para que se abarquem institutos e conteúdos das uniões homossexuais.

Quanto ao reconhecimento dessas uniões pelo Judiciário, ele rebate as críticas baseadas na tese do ativismo judicial ou usurpação do papel do Legislativo com um estudo de determinados votos proferidos pelos ministros no sentido de que foram baseados em argumentação jurídica fundada na própria Constituição e numa interpretação sistemática, e não em meras convicções pessoais. Ademais, também ressalta que usualmente a proteção das minorias inicia-se por aquele poder.

Também é criticada a exaltação ao afeto ao utilizar-se a expressão "homoafetivas", porque as relações entre pessoas do mesmo sexo não são exclusivamente baseadas no afeto, sendo possível falar-se em relações homoeróticas. Ao relegar a sexualidade ao segundo plano, homoafetividade dá a ideia de submissão e adequação às normas e padrões (heteronormativos) impostos.

Sobre laicidade estatal e ensino religioso, são observados os riscos de comprometer a primeira diante dos parâmetros estabelecidos para essa disciplina curricular nas escolas brasileiras e também como os materiais didáticos religiosos são capazes de se dobrar às interpretações que cada local faz dos mesmos. Por último, quanto aos direitos dos transgêneros, a autora destaca a importância de serem superadas as concepções dos modelos biomédicos de tais sujeitos, apresentado um rol de conceitos diversos e ressaltando a necessidade de fortalecer os direitos sexuais e a construção de suas identidades.

Analisando diversos aspectos referentes ao tema, a obra ora em estudo traz uma análise muito pertinente sobre a união entre pessoas do mesmo sexo, haja vista que a coexistência em meio à diversidade nem sempre é livre de conflitos, principalmente no que tange à diversidade sexual. Eskridge Jr. e Hunter (2004, p. 407, tradução minha) dispõem que "a razão pela qual nossa sociedade acha tão difícil resolver os problemas relativos à sexualidade é que existem

desacordos fundamentais até mesmo sobre o que ela seja", corroborando a ideia de falta de consenso.

Frente a esses conflitos, destaco a função pacificadora do direito, capaz de e responsável por trazer equilíbrio nas relações sociais, sendo que não pode ficar alheio a esse papel. Desse modo, a obra soma e é pertinente no sentido de que os direitos sexuais devem ser fundamentados e inseridos no âmbito dos direitos humanos, estando em consonância com a observação de Žižek (2011, p. 181), para o qual se deve atentar à falsa universalidade dos mesmos, haja vista que nem todos estão dentro da sua área de proteção, fazendo uma analogia à figura de um guarda-chuva, existindo direitos que não são cobertos por ele.

Por fim, também é digno de nota que a obra é inteligível e de fácil leitura, capaz de somar-se ao arcabouço doutrinário que retrata a luta do movimento LGBT, sem deixar de considerar as palavras de Corrêa, Petchesky e Parker (2008, p. 161), para os quais, no final das contas, "human rights by themselves are necessary but insufficient to meet the demands of justice". Muitas lutas foram vencidas, mas ainda há outras ocorrendo e diversas por vir. O movimento LGBT não pode se contentar com o espaço conquistado, se aquietar diante de flagrantes violações aos seus direitos e se acovardar frente à opressão.

Referências

CORRÊA, S.; PETCHESKY, R.; PARKER, R. *Sexuality, health and human rights*. New York: Routledge, 2008.

ESKRIDGE JR., W. N.; HUNTER, N. D. *Sexuality, gender and the law*. New York: Foundation Press, 2004.

ŽIŽEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Estado de Sítio).

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100019

NAKAMURA, Eunice. *Depressão na infância*: uma abordagem antropológica. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2016. 286 p.

Flávia Ferreira Pires*

*Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, PB, Brasil
ffp23279@gmail.com

Eunice Nakamura, professora da Unifesp em Santos, no campus Baixada Santista, é autora do livro *Depressão na infância: uma abordagem antropológica*, de 286 páginas, publicado em 2016 pela editora Hucitec, através de recursos da Fapesp. Trata-se do texto da tese de doutorado da autora defendida em 2004, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob título homônimo.

> O objetivo geral da pesquisa é compreender o processo de disseminação e banalização da depressão infantil, atualmente verificado na sociedade, a partir dos aspectos e mecanismos socioculturais nele envolvidos. Tomando como ponto de partida a noção elaborada no discurso médico-científico, associada à doença, busca-se apreender outras representações de depressão infantil e seus significados, em contextos específicos. (p. 32).

Como não podia deixar de ser, a autora justifica a publicação do texto da tese 13 anos após a sua defesa na "Apresentação". Por que agora? No final dos anos 1990 a depressão infantil começava a ser debatida majoritariamente em estudos da área médica. Do ponto de vista socioantropológico a pesquisa era muito incipiente. Hoje, no entanto, pesquisar o tema tornou-se um imperativo social tendo em vista o aumento das taxas de depressão especialmente na população infantil, mas também na população adulta. A OMS aponta uma "prevalência mundial de problemas mentais na infância e adolescência de aproximadamente 20%" (p. 21). Esse aumento no diagnóstico da depressão coincidiu com uma crescente atenção da academia.

É no capítulo 1, "Depressão infantil: uma abordagem antropológica", que a autora assinala alguns estudos feitos depois da defesa da tese que estão em sintonia com o livro, ou seja, tratam a doença de um ponto de vista socioantropológico, embora ressalte a escassez de literatura sobre o tema na antropologia médica e na própria área médica ainda nos dias de hoje, o que convida a uma perspectiva crítica e faz do livro uma contribuição salutar e necessária.

Eunice Nakamura apresenta a ideia geral do livro ao afirmar que embora tratada de um ponto de vista universal – aquele do discurso médico-científico –, a compreensão da depressão infantil só pode ser feita se levarmos em conta as diferentes visões de mundo sobre doença mental e infância. A pesquisa que embasa o livro analisou os discursos 1) médico-científico veiculados na

imprensa; 2) dos profissionais de saúde (especialmente, médicos psiquiatras do Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência – Sepia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo); e 3) das famílias com crianças de 6 a 12 anos com diagnóstico de depressão.

Nota-se, todavia, que o discurso das crianças não foi objeto de investigação, o que representa um limite do ponto de vista teórico-metodológico. Afirma-se que "[...] a depressão infantil apresenta-se como uma doença cujos sintomas e critérios de diagnósticos são [...] referidos em geral à depressão em adultos" (p. 40). Algo parecido podemos afirmar sobre o conhecimento antropológico *mainstream* que sofre do que temos chamado, no campo da antropologia da criança, de "adultocentrismo".

Do ponto de vista metodológico, apresentado no capítulo 2, "Métodos e técnicas de pesquisa", trata-se de um trabalho etnográfico, ressaltando que há um foco nos discursos. Como técnicas de coleta de dados, utilizou-se de análise documental, entrevistas e observações. O serviço de saúde observado fica localizado na área central de São Paulo e as famílias pesquisadas moram nas periferias da cidade (um mapa de localização das famílias entrevistadas está disponível na página 92). Eunice Nakamura chama a atenção para o "fenômeno da depressão infantil num contexto atual e bastante familiar, em especial para as classes populares, marcado por necessidades e insatisfações relacionadas a condições socioeconômicas, afetivas e emocionais instáveis, e no geral, contraditórias" (p. 36), o que coloca desafios importantes para o diagnóstico e tratamento da doença (capítulo 6, "O lugar da depressão infantil na realidade").

Um processo de banalização da noção médico-científica de depressão infantil se dá através da simplificação do conceito médico-científico da doença em função da associação a ideias difundidas pela mídia e pelo senso comum. Esse é o foco do capítulo 3, "O processo de banalização da noção médico-científica de depressão infantil". No entanto, se a imprensa sugere uma naturalização do discurso que lhe deu origem, o mesmo não ocorre com a população. São apresentados os discursos elaborados pelos profissionais de saúde, médicos psiquiatras vinculados ao Sepia e os discursos das famílias das crianças acompanhadas pelo serviço. Ao contrário da noção banalizada médico-científica e difundida pela mídia, os discursos das famílias apontam que as doenças devem ser vistas em relação às suas representações e manifestam outras noções de depressão infantil, como é apresentado no capítulo 4, "Discursos sobre depressão infantil".

São apresentados modelos explicativos que visam melhor compreender os diferentes discursos e noções de depressão infantil no capítulo 5, "Um modelo explicativo do fenômeno da depressão infantil". Ao mesmo tempo em que vemos um uso indiscriminado do rótulo da doença, proliferam significados e estratégias para explicar o fenômeno. A autora analisa as estruturas inconscientes que informam esses modelos. Fala-se de noção médico-científica, noção banalizada (imprensa), noção das famílias entrevistadas, noção dos profissionais de saúde entrevistados.

Para ir finalizando, o livro também é composto pelos textos da orelha esquerda, da quarta capa, do prefácio e do posfácio.

O "Prefácio", assinado por José Francisco Quirino dos Santos, professor aposentado da Universidade de São Paulo, com trajetória reconhecida na antropologia médica, destaca a qualidade da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizadas, afirmando que o livro é um "verdadeiro presente ao leitor interessado", que "pode ser egresso das ciências humanas, ou formado pelas exatas" (p. 17). Para ele, o livro contribui para o aprimoramento do conhecimento em torno da depressão infantil.

A orelha esquerda é assinada por Clarice Cohn (UFSCar), antropóloga que se destaca nas áreas de etnologia e antropologia da criança, enfatiza a contribuição do livro para as discussões sobre as noções de infância que informam a busca por diagnóstico e cura da depressão infantil por parte das famílias, além de definir as práticas médicas. Nesse sentido, além da contribuição à antropologia da saúde, o livro também é uma contribuição à antropologia da criança ou da infância.

A quarta capa, de Aurea Ianni, professora livre-docente da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, conhecida pela sua trajetória de pesquisa na interface das ciências sociais e da saúde, põe em relevo que a compreensão do sofrimento mental muitas vezes fica restrita aos serviços de saúde. O livro, no entanto, "busca compreender o fenômeno da depressão para além dos discursos médico e adulto [...]", embora, eu acrescentaria, as crianças não sejam propriamente sujeitos da pesquisa.

Um esforço de síntese é feito ao final do livro, nas "Considerações finais". Eunice Nakamura afirma que "a ocorrência da depressão infantil parece revelar-se, assim, como um mecanismo sociocultural pela qual a sociedade busca responder aos momentos de crise e de dúvidas, apresentando novas estratégias

para preservar sua própria ordem" (p. 260). No entanto, é na etnografia, em contato com médicos e famílias que a pesquisa se destaca, envolvendo o leitor e trazendo uma verdadeira contribuição para a antropologia. As noções de depressão infantil das famílias não remetem à de doença, mas são complementares às noções dos profissionais da saúde na medida em que veem efetividade do tratamento, principalmente medicamentoso. É preciso levar a sério esses dados para um aprimoramento no atendimento aos pacientes e suas famílias.

Não resta dúvidas de que se trata de uma importante contribuição à antropologia da infância na medida em que nos presenteia como esmiuçamento de uma noção de infância localizada e pouco conhecida, que dirige a conduta de pais e médicos e a própria abordagem midiática. Incluir as crianças mesmas como interlocutoras, portadoras ou não da doença, para pensar a depressão na infância de uma abordagem antropológica demanda um esforço continuado de pesquisa. É justamente essa direção que aponta o "Posfácio", através da sinalização de investimentos de pesquisa nas áreas da antropologia médica e antropologia da criança, através de projetos futuros. São notícias alvissareiras cujos frutos estamos ansiosamente aguardando.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100020

MARQUES, Roberto. *Cariri eletrônico*: paisagens sonoras no Nordeste. São Paulo: Intermeios, 2015. 194 p.

Ramon Reis* **

* Secretaria de Estado de Educação do Pará – Ananindeua, PA, Brasil

** Universidade Federal do Pará – Belém, PA, Brasil
Pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa Interfaces e ao Grupo de Pesquisa NosMulheres
ramonrei@gmail.com

Nordeste derrapante: vicissitudes de uma cena musical ruidosa

Como compreender o Brasil e seus brasis sem reconhecer a existência de espaços, lugares e tempos híbridos? É possível escrever uma história particular de nação sem lançar luz para incertezas e ambivalências? Perseguindo perguntas como essas, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) debruçaram-se na árdua tarefa de revisitar mitos, narrativas e histórias sobre um país, o Brasil, cujas reincidentes ambivalências articulam supostamente depósitos únicos de reverberação, resistência e identidade. Na esteira do argumento das autoras – dos espaços, lugares e tempos híbridos capazes de agenciar diversas formas de memória –, acredito na possibilidade da constituição de identidades nacionais e/ou de regiões que derrapam à clausura geográfica/cartográfica; é na proeza desse exercício não isomórfico que podemos pensar, por exemplo, o quanto facetas nordestinas derrapam por meio das querelas de uma cena musical ruidosa.

O livro em questão – *Cariri eletrônico: paisagens sonoras no Nordeste* – presenteia a/o leitora/or com uma etnografia azeitada por exercícios de transmutação festiva, propiciados pela cena musical do forró eletrônico, na Exposição Agropecuária do Crato (Expocrato), no Cariri (microrregião ao sul do Ceará). O autor, o antropólogo Roberto Marques, expõe, com perspicácia, determinadas dicotomias, sem cair na unilateralidade analítica: socioespaciais (anonimato e pessoalidade), musicais ("forró eletrônico" e "forró de verdade"[1]), citadinas (mundo urbano e paisagem rural) e festivo-corporais ("festa com gente diferente" e "lugar onde só tem cafuçu"[2]). Trata-se, portanto, de uma

1 Referência direta ao forró pé de serra.

2 Segundo Marques, o cafuçu é uma categoria de acusação que corresponde a uma "figura pregnante ao ambiente de forró, que não possui nenhum atributo de distinção particular – possibilidade de consumo, beleza ou elegância" (p. 89). A expressão "lugar onde só tem cafuçu" (as/os "de dentro", gente conhecida, com baixo poder aquisitivo e feia/o) é o que sintetiza o nível de "decadência" de uma festa, em contraposição às possibilidades do estabelecimento de novos encontros que a "festa com gente diferente" (as/os "de fora", público desconhecido, de alto poder aquisitivo e bonito) estimula. Cabe ressaltar que entre grupos de amigas/os acontecem situações de jocosidade que colocam em suspeição as fronteiras e as vertigens da liminaridade. Vale mencionar, ainda, que nos contextos de sociabilidade, erotismo e desejo entre gays – em São Paulo e Recife – perscrutados por Isadora Lins França (2012, 2013), a figura do cafuçu assume o posto de sujeito desejável para os que buscam homens com perfis viris, ativos e com certa rudeza.

pesquisa de doutorado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Gonçalves. A sistematização do material conta com apresentação, preâmbulo e introdução, seguidos por quatro capítulos e conclusão.

De saída, Marques direciona nossas atenções ao que servirá de base para seu argumento central: uma compreensão giratória de evento e lugar, argumentação imaginativa que confere densidade e sintonia ao que se pretende perscrutar, uma espécie de "geografia imaginativa", para lembrarmos de Doreen Massey (2013), que situa o efeito de um pensamento e uma representação pari passu à constituição de agenciamentos específicos, alçando os sujeitos para uma visão panorâmica do que é feito sobre elas/es e/ou a respeito de algo/alguém.

Na chave aventada, as festas de forró eletrônico no Cariri nos possibilitam pensar esse ritmo como um mobilizador identitário e classificatório. Criado na década de 1990, com o lançamento da banda de forró Mastruz com Leite, seus estímulos sonoros (junção dos instrumentos baixo, guitarra, teclado e bateria) e estilísticos (articulação entre juventude, moral, sexualidade, mercado e consumo) são vetores de atração e distração que materializam um novo padrão de circulação massiva no Nordeste por sensibilidades compósitas de ação, sinalizações de afunilamento da "indústria" musical pela via da informalidade, semelhante ao que ocorre com o funk e o tecnobrega, no Rio de Janeiro e em Belém, respectivamente (cf. Vianna, 2003). Marques não se furta a olhar para esse cenário de produção musical independente, ou de um "novo mainstream", nas frestas do esgarçamento de toda e qualquer percepção do Nordeste enquanto região romantizada e sinônima de atavismo.

Esse esgarçamento, isto é, a tensão produtiva entre mobilidade e festa, é o mote para a construção do primeiro capítulo. Se por um lado, a "gramática festiva" instaurada pelo forró eletrônico mescla sentidos de tradição e modernidade com aspectos econômicos, culturais e políticos locais, esse emaranhado complexo também constrói perguntas autorais sobre pretensões, posições e expectativas a respeito do próprio deslocamento: o que significa se embelezar para ir nessas festas? Quais sinais diacríticos são manejados? Qual(is) a(s) relação(ões) estabelecida(s) com os municípios vizinhos durante a Expocrato? As sinuosidades manejadas nesse contexto nos permitem olhar para

mobilidade e festa num espaço-tempo fortuito, cuja gramática, fruição estética e cenário potencializam experiências criativas entre o prazer da sociabilidade e o que eu chamo de "projeção mítica" do forró eletrônico. O invólucro que recobre desejos festivos e essa projeção e, por conseguinte, produz diferenças socioespaciais (pessoalidades e anonimatos) e musicais ("festa com gente diferente" e "festa com cafuçu") hiperboliza produções estético-visuais para se distanciar do aspecto ordinário, ao mesmo tempo em que sustenta lampejos de aproximação e distanciamento.

O jogo in-out é o que costura a conexão com os capítulos seguintes. A confluência de paisagens musicais dialogáveis entre pop music, funk e forró embasa o autor a aventar a noção de "identidade como pegadinha" (fugidia) em relação com corpos em derrapagens (nuances de marcas sucessivas e paralelas). Há recorrência porque existe reforço, ocorrem paralelismos porque os atravessamentos não estão circunscritos ao espaço da festa. Nesse movimento de citação criativa marcado pelo espaço-tempo do corpo, da festa, do ritmo e da região, a música não é típica, tampouco os atores são típicos, "opera-se, assim, uma autoapresentação interessada e criativa de um lugar para si" (p. 95). Desse modo, essa prática cultural pode ser percebida como alegoria (cf. Clifford, 2011) porque relaciona criação e repertório (retórica) a partir do manejo da violência, do atávico, da sexualidade e do mercado na definição do que é exterior à região e/ou ao lugar onde é realizada a festa.

No que diz respeito à exterioridade da festa, Marques não circunscreveu seu exercício etnográfico ao caráter indoor desta. A incursão ao restaurante Guanabara, popularmente conhecido como Neném (proprietário), interpelou diretamente os meandros do anonimato local. Contabilizando 52 anos de tradição, numa sistemática de funcionamento ininterrupta, o restaurante, que vive de portas abertas e faz alusão direta à religiosidade através da imagem do Padre Cícero, joga com as noções êmicas de "familiar" e "todo tipo de gente" para recriar pessoalidades e impessoalidades. O proprietário, também anfitrião, protagoniza cenas nas quais agencia conversas, acenos e cumprimentos distintos, a depender dos turnos: na hora do almoço, filhas, filhos e demais parentes e, às noites, bêbados, drogados, em algumas situações artistas, e garotas de programa. Portanto, é importante reiterar "que a necessidade de falar do Cariri para se falar do Guanabara, e vice-versa, lança por terra o discurso centrado no indivíduo como fonte de consumo e invenção de si a partir dos

objetos que consome usualmente utilizados pela antropologia urbana e de consumo" (p. 112).[3]

Retornando à festa e entendendo-a através de ações concretas, individuais e coletivas, é possível compreender que essas experiências festivas são dependentes de corpos que criam imagens de si e deslocamentos próprios. Este é o ponto do último capítulo. O "corpo-em-festa" (disposição criada para tornar inteligível o entranhamento recíproco entre agência e estrutura) potencializa existências que ecoam para o cotidiano. A cena do interlocutor Alexandre indo à festa no movimento de cruzamento com determinadas cenas do filme *Céu de Suely*, do diretor Karim Aïnouz, especialmente no momento em que a protagonista, Olívia, rifa seu próprio corpo, servem de catalisadores autocentrados e/ou compartilhados com o pesquisador e com amigas/os para enfatizar o Nordeste como lugar de passagem, de derrapagens identitárias e sexuais (independente do quão irônicas possam ser tais práticas[4]), de encontros e desencontros. Múltiplos/as ambientes/analogias pela gestão de si.

A etnografia de Marques sobre as festas de forró eletrônico no Cariri mostra, portanto, que essas eventualidades não acabam quando terminam, promovendo, assim, ausências de sentidos únicos, incertezas e ambivalências. Por se tratar de narrativas cadenciadas sobre um ritmo endógeno e exógeno, ocorrem ao longo da obra uma série de projeções imagéticas recortadas a partir de visualidades e sonoridades não isomórficas; festa e corpo (clímax pontual da análise) não são única e exclusivamente inteligíveis por uma prévia constituição de si, mas por derrapagens que coexistem estética e textualmente nas grafias locais. Posto isso, não é demais dizer que o livro ecoa com fervor e ruído após o término da leitura, estimulando a produção de etnografias urbanas em

3 Argumento semelhante ao de Antonio Maurício Costa (2009) quando ele problematiza que a produção de conhecimento antropológico voltada para a Amazônia (leia-se o estado do Pará), por um comprometimento histórico, e por que não dizer exótico, tende a olhar para a região Norte enquanto cultura de floresta ou o "paraíso dos naturalistas" e acaba por deixar em segundo plano a dinâmica urbana local.

4 A esse respeito, recorremos a um pequeno trecho de uma das conversas entre dois interlocutores: "Quando alguém comentou sobre uma namorada de Alexandre, este disse: 'Não tenho mais idade pra namorar não, meu negócio é resolver logo'. Felipe retrucou: 'Alexandre 'pega' todo mundo, até comigo ele já deu uns beijos'. Em particular, Alexandre comentou mais tarde sobre o assunto: 'Esse pessoal fala demais! [Se for assim], vou parar de comer meus amigos!'" (p. 141).

contextos citadinos distantes da(s) metrópole(s), sem cair na equivocada suposição que iguala Norte e Nordeste e, tampouco, no efeito regional de completude prática e estrutural.

Referências

CLIFFORD, J. Sobre a alegoria etnográfica. In: CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. p. 59-92.

COSTA, A. M. D. da. Pesquisas antropológicas urbanas no "paraíso dos naturalistas". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 735-761, 2009.

FRANÇA, I. L. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares*: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

FRANÇA, I. L. "Frango com frango é coisa de paulista": erotismo, deslocamentos e homossexualidade entre Recife e São Paulo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 14, p. 13-39, 2013.

MASSEY, D. *Pelo espaço*: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIANNA, H. A música paralela. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 2003. Caderno Mais!, p. 10-11.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000100021

CORDOVIL, Daniela (Org.). *Religião, gênero e poder*: estudos amazônicos. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. 206 p.

Hermes de Sousa Veras*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Doutorando em Antropologia Social
hermesociais@gmail.com

Li boa parte dessa coletânea nos ônibus, transitando pela Grande Belém. Certo dia, um vendedor de trufas, que subira no coletivo para vendê-las, olhou para a capa e me disse que não tinha nenhuma religião, pois ela seria a responsável por todos os males do mundo. Gostaria de ter tido tempo de lhe indicar a leitura da presente obra, que tem a importância de reunir pesquisas, preliminares e concluídas, sobre religião na Amazônia. Os autores e autoras dos textos foram todos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (Uepa). A leitura, certamente, transformaria sua percepção monolítica do religioso.

Produzido sob a égide das ciências da religião, carrega diversos métodos e perspectivas (inter)disciplinares. A ênfase na relação gênero/poder está concatenada aos estudos anteriores da antropóloga Maria Angélica Motta-Maués (1993). O livro faz exercício de paridade, dos dez autores(as), cinco são mulheres, pois a introdução é escrita pela organizadora da coletânea. Passo, agora, a comentar em sequência os nove capítulos da obra.

Alysson Antero insere o marabaixo como manifestação religiosa afro-amapaense, e o como atividade de forte presença feminina, assim como aponta a ambiguidade apresentada pela Igreja Católica em relação a essa expressão popular, entre a tolerância e a perseguição. Os marabaixos eram realizados no centro de Macapá, contudo, a partir do processo de urbanização do local, as comunidades negras foram expulsas para as periferias da cidade, além de outras regiões do interior do estado. O panorama apresentado pelo autor revela uma atividade de populações negras e de seus descendentes, com forte manifestação afro-católica, na qual as mulheres possuem posição centralizada no que se refere à manutenção criativa das tradições.

Maria Pereira aborda o fenômeno das irmandades religiosas, essas organizações leigas religiosas que permanentemente estavam entre o movimento do catolicismo popular e o controle eclesiástico. As irmandades funcionavam como associações de direitos e deveres; partindo do pagamento de uma anuidade, os irmãos "tinham direito à assistência médica e jurídica, socorro em momentos de crise financeira, ajuda para a compra da alforria em caso de escravos" (p. 32). Utilizando os escritos do historiador paraense Arthur Viana como material empírico, a autora analisa o papel das mulheres na Irmandade de São Raimundo, em que, apesar de ser liderada pelo mestre Leopoldino, e essa é a tese de Pereira, possuíam importância

crucial na manutenção e funcionamento da irmandade, além de serem maioria na instituição.

Tayná Lima traz uns dos únicos textos que não têm no seu foco a realidade amazônica, mas sim na cultura afro-brasileira na Bahia dos anos de 1930. A proposta é construir uma análise intertextual entre as obras *As cidades das mulheres*, de Ruth Landes, e *Mar morto*, de Jorge Amado. A autora busca mostrar como as duas obras constroem imagens literárias e etnográficas das relações de gênero na cultura afro-brasileira baiana. A estratégia argumentativa de Lima é compreender como as obras de Jorge Amado e Ruth Landes, ao se inserirem em contextos periféricos, revelam potências quando conectadas. Jorge Amado teve sua obra classificada como como piegas, e Landes fora duramente criticada por intelectuais (homens), principalmente Melville Herskovits e Arthur Ramos. Segundo Lima, a recepção negativa das obras se deu pela escolha por temas ligados à sexualidade. A partir dessa marginalidade dupla, a autora constrói um panorama de diálogo entre as obras.

Lucielma Silva traz rico material etnográfico sobre o tambor de mina em Abaetetuba (PA), conversando com lideranças religiosas, especialmente femininas, e entidades. Seu foco são as relações de "gênero" e por consequência de "poder" constituídas nos mundos dos terreiros. Ao concentrar-se nas interdições rituais sofridas pelas mulheres quando estão menstruadas, Silva conversa com pessoas de santo e suas entidades a respeito desse empecilho, concluindo que a mulher – e aqui, dialogando com Mary Del Priore –, por expelir sangue todo mês, torna-se um ser marcado por essa experiência, ocasião que muda com o envelhecimento. Essa transformação é valorizada pelo caboclo Seu Corre Beirada, que disse para a autora: "Mulher que presta é aquela que é vivida" (p. 92).

Jefferson Baldez fez pesquisa etnográfica no Ilê Asé Odé Ofã Arô Nilé, terreiro zelado por Pai Mário Sigbonilé (in memoriam), localizado na região metropolitana de Belém. O autor estuda em paralelo a vida mundana da Pombagira Lindeuá e sua vida espiritual, quando se torna uma entidade de umbanda. Baldez descreve que as entidades pombagiras geralmente possuíram histórias de vida marcada pela violência doméstica e findadas pelo feminicídio. É dessas experiências vividas que a pombagira extrai o seu poder, tanto de aconselhamento de fiéis quanto de transgressão moral, transformando-se em poder mágico para realizar o "trabalho bruto" dentro da casa, além de buscar o dinheiro que a sustenta. Baldez conclui que a pombagira

representa a resistência e força feminina, que, por serem mulheres que sofreram em vida, acabaram por se transformar em espíritos de força e luz, repletas de experiências, onde se imbricam "política, religião, magia e gênero" (p. 109).

Mayra Cavalcante descreve as relações entre a pajé Zeneida Lima e as pajelanças "tradicionais" e as espiritualidades ecológicas, constituindo uma nova face da pajelança, encabeçada por Zeneida. A pajé é reconhecida no meio intelectual por conta de seus livros sobre os encantados e os caruanas, além de ter sido popularizada pela Escola de Samba Beija-Flor, no carnaval de 1998. Cavalcante mostra como Zeneida possui boas relações com as pessoas de fora de Soure, município localizado no arquipélago do Marajó, na medida em que algumas pessoas ao redor a temem, como uma figura perigosa, despertando o imaginário da mulher perigosa e mágica. Embora haja estudos sobre as mulheres pajés, Cavalcante mostra o quanto essas mulheres sofrem sanções por se dedicarem a essa religião. Porém, isso não as impede de serem pajés. Nesse aspecto, Cavalcante mostra que a pajelança de Zeneida se configura mais como uma pajelança ecológica – no sentido de dialogar com esses novos paradigmas da natureza – enquanto a pajelança de outras mulheres se configuram como a "cabocla", estudada na antropologia desde Eduardo Galvão. A pajelança de Zeneida atravessa todas as outras, e fica claro em Cavalcante que uma nova pajelança está por vir.

Manoel Chagas, ainda nessa linha ecológica, traz a construção de uma identidade ecológica pelos praticantes do candomblé jeje-savalu em Belém, focando-se no discurso da sacerdotisa Gayaku Jokolosy. Basicamente, o artigo perpassa a constatação de que "sem natureza não tem religião". Chagas mostra como a categoria ecológica pode funcionar tanto como uma afirmação política dos afrorreligiosos, como forma de fazer alianças políticas, quanto como um discurso feito por fundamentalistas para acusar as religiões afro de "bárbaras", por conta da sacralização animal. Essa sacralização, para as pessoas do jeje-savalu, é uma forma de equilibrar o mundo humano com o cosmos, e seu respeito para com a "natureza" não seria a partir de uma ótica funcionalista, e, sim, como uma própria maneira de estar no mundo.

Já no artigo de Luis Teixeira, o enfoque é a construção da identidade política a partir de três sacerdotisas do candomblé angola em Belém, trazendo como a identidade angola é construída em contraste com o batuque, forma como as religiões afro eram chamadas em Belém, até mais ou menos a década de

1970. Se iniciar no candomblé seria uma forma, para Teixeira, de construir uma identidade política mais africana, e assim ganhar um maior status na disputa do "campo religioso". No último capítulo, Tony Vilhena estuda os discursos do metodismo, vertente do protestantismo histórico, sobre a diversidade sexual, analisando a carta pastoral intitulada "Igreja e a questão do homossexualismo", publicada em 2000. Houve também uma reformulação dessa carta, em 2007, por conta do projeto de lei nº 122/1996. Portanto, Vilhena analisa esses dois documentos tentando articular as relações entre política, religião e diversidade sexual. Resumindo seu argumento, Vilhena considera que o metodismo tem um discurso próximo de outras vertentes religiosas cristãs: pretende acolher essas pessoas e inseri-las numa regeneração moral, caindo numa "homofobia cordial" (p. 191).

Ao término do livro, ficam imagens diversas das articulações entre política, gênero e religião, que certamente devem interessar pesquisadores(as), religiosos(as) e leigos(as), que se ocupam desses temas na Amazônia ou para além dela.

Referência

MOTTA-MAUÉS, M. A. *"Trabalhadeiras" e "Camarados"*: relação de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1993.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Orientações para autores

1 *Horizontes Antropológicos* publicará trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros e matérias diversas como noticiário e entrevistas, em português, espanhol, francês ou inglês.

2 O número máximo de autores por artigo é quatro.

2.1 O artigos devem informar os nomes de seus autores e suas respectivas filiações institucionais.

2.2 Os artigos devem ser escritos em espaço duplo e ter até 10 mil palavras, incluindo referências e notas.

2.3 Os artigos devem vir acompanhados de um resumo escrito em espaço simples, no mesmo idioma, com até 150 palavras e mais quatro palavras-chave, além de uma versão em inglês do resumo (Abstract), nos mesmos padrões, com quatro palavras-chave (Keywords) e a versão em inglês do título do artigo.

3 As resenhas bibliográficas deverão ser de livros recentes, escritas em espaço duplo e ter até 1300 palavras; devem apresentar a referência completa das obras analisadas, especificando: autor(es), título e subtítulo (se houver), local (cidade), editora, ano de publicação e número de páginas.

3.1 Citações diretas ou indiretas a trechos da obra resenhada devem ser complementadas apenas pela indicação da(s) página(s) correspondente(s); citações de outras obras seguem as regras expressas em 4.2.

4 O padrão adotado pela revista para citações e referências segue as normas da ABNT NBR 10520 e NBR 6023, respectivamente.

4.1 Nos artigos e resenhas as notas explicativas devem vir no rodapé da página e as referências devem vir após o texto, ordenadas alfabeticamente.

4.2 No corpo do texto, a indicação de referência nas citações diretas deve trazer autor(es), ano de publicação e página(s); nas citações indiretas a indicação de página é opcional, conforme os modelos:

> Segundo Hassen (2002, p. 173): "Há uma grande carência de materiais didáticos nesse campo, principalmente se aliados à ludicidade."
>
> Sabemos que há "[...] uma grande carência de materiais didáticos nesse campo [...]" (Hassen, 2002, p. 173).
>
> Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo (Hassen, 2002).
>
> Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002).
>
> ou
>
> Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002, p. 173).

4.3 As citações diretas com mais de três linhas, no texto, devem ser destacadas com recuo e corpo menor de letra, sem aspas, em espaço simples; transcrições das falas dos informantes seguem a mesma norma, conforme o modelo:

> [...] regras de comportamento explícitos às quais os indivíduos se referem conscientemente, e que se fundam sobre justificações ou princípios filosóficos, ideológicos ou políticos, ou sobre o surgimento de novas aspirações individuais ou coletivas. (Bozon, 1995, p. 124).

4.4 As referências, no final do texto, devem seguir os modelos:

4.4.1 Livro (e guias, catálogos, dicionários, etc.) no todo: autor(es), título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação:

> DUMONT, L. *Homo hierarchichus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.
>
> FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (Ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

4.4.2 Parte de livro (fragmento, artigo, capítulo em coletânea): autor(es), título da parte seguido da expressão "In:", autor(es) do livro, título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação, página(s) da parte referenciada:

VELHO, O. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A. (Org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 25-42.

4.4.3 Artigo/matéria em periódico (revista, boletim, etc.): autor(es), título do artigo, nome do periódico (em itálico), local, ano e/ou volume, número, páginas inicial e final do artigo, data.

CORREA, M. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, out. 1997.

4.4.4 Artigo/matéria em jornal: autor(es), título do artigo, nome do jornal (em itálico), local, data, seção ou caderno, página (se não houver seção específica, a paginação precede a data):

TOURAINE, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

4.4.5 Trabalhos acadêmicos: referência completa seguida do tipo de documento, grau, vinculação acadêmica, local e data da defesa conforme folha de aprovação (se houver):

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim*: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

4.4.6 Evento no todo: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora e data de publicação:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos...* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

4.4.7 Trabalho apresentado em evento: autor(es), título do trabalho apresentado seguido da expressão "In:", nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos...* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

4.4.8 Documento em meio eletrônico: acrescenta-se à referência a descrição física do suporte (CD-ROM, disquete, etc.); para documentos consultados on-line, indica-se o endereço completo e a data de acesso (dia, mês e ano):

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldomroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Acesso em: 5 jun. 2013.

4.5 Nos textos, evitar o uso de mais de uma fonte; usar inicial maiúscula somente quando imprescindível; os recursos tipográficos devem ser utilizados uniformemente:

a) itálico: para palavras estrangeiras não dicionarizadas e ênfase;

b) aspas duplas: citações diretas com menos de três linhas, citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque;

c) negrito e sublinhado: devem ser evitados.

5 Os artigos e resenhas devem ser enviados on-line em: http://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos

6 Imagens que façam parte do artigo (figuras e gráficos inclusive) devem ser enviadas em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300 dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 11,6 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1368 × 1890 pixels).

7 A publicação dos artigos será decidida pelos editores da revista e organizadores do número, levando em consideração pareceres de consultores externos.

8 Para alargar a captação de colaborações, *Horizontes Antropológicos* faz ampla divulgação da temática de seus números já programados e respectivos organizadores, na contracapa de seus números, em seu website e em boletins de associações profissionais de ciências sociais.

Guidelines for authors

1 *Horizontes Antropológicos* will consider unpublished manuscripts in the form of articles, book reviews, and diverse other materials such as interviews, in Portuguese, Spanish, French, and English.

2 The maximum number of authors per article is four.

2.1 Articles should include the name of their authors and their institutional affiliation.

2.2 The articles should be written in double-spaced text and contain up to ten thousand words, including bibliographical references and notes.

2.3 The articles should include an abstract in single-space text, in the same idiom as the original paper, of at most 150 words together with a list of four keywords. In the case of Spanish, Portuguese and French articles, an abstract, title and four key words in English will also be required.

3 Book reviews on recent publications should be no more than 1,300 words. They should contain complete reference of the books in question, including author(s), title and sub-title, place (city), publisher, year of issue and total number of pages.

3.1 Direct or indirect citations made in a review must be complemented only with the corresponding pages; citation of other any other written works should follow the rules mentioned in 4.2.

4 The pattern adopted by this journal for citations and references follows the norms of ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) NBR 10520 and NBR 6023, respectively.

4.1 In the articles and book reviews the notes should appear at the bottom of the page (footnotes). Bibliographical references should appear in the end of the text and ordered alphabetically.

4.2 Direct citations should appear in the main body of the text in the following manner: author's last name, year of publication, page indication. In the indirect citations the page indication is optional, according to the following models:

> According to Lancaster (1992, p. 173): "Machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology."
>
> We know that "machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology" (Lancaster, 2002, p. 173).
>
> We know that machismo is not simply a matter of ideology (Lancaster, 1992).
>
> or
>
> Machismo is not simply a matter of ideology, according to Lancaster (1992, p. 173).

4.3 Direct citations of more than three lines should be indented, in small print, without quotation marks, in single-spaced text; transcriptions of interviews should follow the same format, as in the following example:

> One view stresses the "vertical" element in faith, the relationship to God; and it selects certain persons, institutions, objects which in a privileged way are held to give access to the divine clearly and unmistakably. [...] The other view of the sacred refuses to localize it in the people, places and things. (Hebblethwaite, 1975, p. 15).

4.4 Bibliographical references at the end of the text should follow the following guidelines:

4.4.1 Books, guides, catalogues, dictionaries, etc.: author(s), title (in italics and separated by two-spaces from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

> SAHLINS, M. *How "natives" think*: about Captain Cook, for example. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
>
> FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (Ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

4.4.2 Part of book (fragment, article, chapter in collective work): author(s), title of the part followed by the expression "In:", author(s) of the book, title (in italics and separated by two-points from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

BRUNER, E. M. Ethnography as narrative. In: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 139-155.

4.4.3 Article/paper in journal: author(s), title of article, name of the journal (in italics), place, year and/or volume, number, initial and final page of the article, date.

WHITE, H. The value of narrativity in the representation of real. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

4.4.4 Article in newspaper: author(s), title of the article, name of the newspaper (in italics), place, date, section or part, page (if there is a specific section, the page precedes the date):

TOURAINE, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

4.4.5 Academic works: complete reference followed by the type of document, degree, academic affiliation, place and date of defense as it is indicated in the document:

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim*: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

4.4.6 Scientific meetings: name of the meeting, number (if there is), year and place (city) of the event, title of the document (annuals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher and date of publication:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos...* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

4.4.7 Paper presented at a scientific meeting: author(s), title of the paper presented followed by the expression "In:", name of the meeting, number (when applicable), year and place (city) where the meeting occurred, title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher, date of publication and initial and final page of the paper:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos...* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

4.4.8 Documents on the web should be listed under the specific sort of support (CD-ROM, disk, etc.); for documents consulted on-line the full web address and date of access (day, month and year) should be indicated:

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldomroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Available from: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Access on: 5 jun. 2013.

4.5 In the main body of the text, authors should follow a consistent typographical style; use capital letters only when absolutely necessary;

a) italics: should be used for foreign words and emphasis;

b) double quotes: should be used in direct references with less than 3 lines, citations of individual words; words which have an unusual connotation, and those which should receive particular emphasis.

c) bold and subscript formats should be avoided.

5 Articles and book reviews should be submitted on-line at: http://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos.

6 Any illustrations that are a part of the article (including diagrams and graphics) must be sent in TIFF format (without compression) and at 300 dpi resolution in the final size intended for publication. Maximum width: 4.56 inches (11.6 cm); maximum height: 6.3 inches (16 cm) – or 1368 by 1890 pixels.

7 The publication of articles will be decided by the editors of the journal and the organizers of the volume, taking into consideration the opinions of external referees.

8 In order to motivate authors, *Horizontes Antropológicos* publicizes the theme of its forthcoming volumes, together with the names of the organizers, on the back cover of each issue, on its website and on news letters of professional associations of the social sciences.

Temas dos números anteriores

1995

1 Gênero
2 Antropologia visual
3 Religiões afro-americanas

1996

4 Comida

1997

5 Diferenças culturais
6 Sociedades indígenas
7 Histórias da antropologia

1998

8 Religião
9 Corpo, doença e saúde

1999

10 Diversidade cultural e cidadania
11 Música e sociedade
12 Cultura oral e narrativas

2000

13 A cidade moderna
14 Relações interétnicas

2001

15 Antropologia e política
16 Natureza e cultura

2002

17 Sexualidade e Aids
18 Arqueologia e sociedades tradicionais

2003

19 Imigração e fronteiras
20 Antropologia e turismo

2004

21 Antropologi@web
22 Cultura escrita e práticas de leitura

2005

23 Patrimônio cultural
24 Antropologia e performance

2006

25 Antropologia e meio ambiente
26 Direitos sexuais

2007

27 Religião e política
28 Antropologia e consumo

2008

29 Antropologia e arte
30 Antropologia e esporte

Temas dos números anteriores

2009
31 Circulação internacional
32 Etnografias

2010
33 Antropolofia e estilos de vida
34 Antropologia e ciclos de vida

2011
35 Ciência, poder e ética
36 Cultura material

2012
37 Teoria antropológica
38 Saberes e fazeres

2013
39 Antropologia e trabalho
40 Megaeventos

2014
41 Antropologia e políticas globais
42 Sofrimento e violência

2015
43 Diásporas
44 Cultura e aprendizagem

2016
45 Economia e cultura
46 Tecnologias de governo:
etnografias de práticas e políticas

2017
47 Gênero e sexualidade, saberes e intervenções
48 Antropologia e animais
49 Antropologia, etnografia e educação

Números de *Horizontes Antropológicos* a serem publicados em 2018/2019

Número 51

Sistemas xamânicos e novos xamanismos
organizado por Sergio Baptista da Silva, Emerson Giumbelli e Pablo Quintero
Envio de artigos: de 01/02/2017 a 31/05/2017

Número 52

A religião no espaço público
organizado por Ari Pedro Oro e Marcelo Camurça
Envio de artigos: de 01/06/2017 a 30/09/2017

Número 53

Antropologia dos museus
organizado por Maria Eunice Maciel e Regina Abreu
Envio de artigos: de 01/10/2017 a 31/01/2018

Número 54

Antropologia e emoções
organizado por Ceres Gomes Víctora e Maria Claudia Coelho
Envio de artigos: de 01/02/2018 a 31/05/2018

Número 55

Arte e cidade
organizado por Cornelia Eckert, Glória Diógenes, Ricardo Campos e Ligia Dabul
Envio de artigos: de 01/06/2018 a 30/09/2018

Submissão de artigos em: http://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos

Impressão

UFRGS
GRÁFICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Apresentação: As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico – Patrice Schuch; Ceres Gomes Víctora; Sergio Baptista da Silva / **Artigos:** "Estados imaginados" e novas virtudes: notas sobre a construção das políticas de transparência e combate à corrupção – Simone Magalhães Brito / Políticas em movimento: instituições, *ações* de estado e servidores públicos indígenas na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind/AM) – Tiemi Kayamori Lobato / Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná – Fagner Carniel / "O projeto já chegou até nós pronto e não podemos mudar muita coisa!": a metodologia participativa do PAC e a atuação das lideranças comunitárias no projeto de (re)urbanização de uma favela do Rio de Janeiro – Juliana Blasi Cunha / Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ) – Maria Raquel Passos Lima / As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai – Valdir Aragão Nascimento; Sônia Maria Oliveira de Andrade / Garantia de direitos e burocracias estatais: mediadores universitários, protagonistas quilombolas e a tradição em disputa – Luiza Aragon Ovalle; Yolanda Gaffrée Ribeiro / Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo – Marina Mattar Soukef Nasser / Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular – Claudia Fonseca; Lucia Mury Scalco; Helisa Canfield de Castro / Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG – Alexandre Ferraz Herbetta / A emergência e evanescência da nova classe média brasileira – Moisés Kopper; Arlei Sander Damo / **Espaço Aberto:** Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho – Antonio Carlos de Souza Lima / Arte – antropologia – arte: sobre as capas da revista *Horizontes Antropológicos* – Paula Ramos / **Resenhas:** Povos indígenas, meio ambiente e políticas públicas: uma visão a partir do orçamento indigenista federal / De la motricidad humana al paradigma vida / Revolt of the saints: memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy / Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF / Depressão na infância: uma abordagem antropológica / Cariri eletrônico: paisagens sonoras no Nordeste / Religião, gênero e poder: estudos amazônicos.

Temas dos próximos números e organizadores:

Sistemas xamânicos e novos xamanismos – Sergio Baptista da Silva, Emerson Giumbelli e Pablo Quintero
A religião no espaço público – Ari Pedro Oro e Marcelo Camurça
Antropologia dos museus – Maria Eunice Maciel e Regina Abreu
Antropologia e emoções – Ceres Gomes Víctora e Maria Claudia Coelho
Arte e cidade – Cornelia Eckert, Glória Diógenes, Ricardo Campos e Ligia Dabul

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico · CAPES · Ministério da Educação · Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação · Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza · PAEP Programa de Apoio a Editoração de Periódicos · UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul